ELIAS FERREIRA VERAS
JOANA MARIA PEDRO
BENITO BISSO SCHMIDT
ORG.

[RE] EXISTÊNCIAS

LGBTQIA+ E FEMINISMO NA DITADURA CIVIL-MILITAR E NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Edufal

Esta obra foi produzida com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Edital CNPq Chamada MCTIC/CNPq, Nº 28/2018.

GEPHGS

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE - UFAL

CNPq

PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UFAL

ELIAS FERREIRA VERAS
JOANA MARIA PEDRO
BENITO BISSO SCHMIDT
ORG.

[RE] EXISTÊNCIAS

LGBTQIA+ E FEMINISMO NA DITADURA CIVIL-MILITAR E NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Edufal
MACEIÓ-AL, 2023

Catalogação na fonte
Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL
Núcleo Editorial
Bibliotecária Responsável:
Larissa Carla dos Prazeres Leobino CRB-4 - 2169

R332 (Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil [recurso eletrônico]/ organizadores Elias Ferreira Veras, Joana Maria Pedro, Benito Bisso Schimdt. — Maceió : Edufal, 2023.
554 p. : il (E-book)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5624-124-1.

1. LGBTQI. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 4. Ditadura. 5. Redemocratização. I. Veras, Elias Ferreira, org. II. Pedro, Joana Maria, org.. III. Schimdt, Benito Bisso, org.

CDU: 396

Direitos desta edição reservados à Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n
Campus A. C. Simões,
Centro de Interesse Comunitário - CIC
Cidade Universitária, Maceió/AL
Cep.: 57072-970
Contatos: www.edufal.com.br
contatoedufal.como.br
(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor
Josealdo Tonholo
Vice-reitora
Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti
Diretor da Edufal
José Ivamilson Silva Barbalho

Conselho Editorial
José Ivamilson Silva Barbalho (Presidente)
Fernanda Lins de Lima (Secretária)
Amaro Hélio Leite da Silva
Anderson de Alencar Menezes
Bruno César Cavalcanti
Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Cristiane Cyrino Estevão
Flávio Augusto de Aguiar Moraes
Janayna da Silva Ávila
Juliana Roberta Theodoro de Lima
Marcos Paulo de Oliveira Sobral
Mário Jorge Jucá
Murilo Cavalcante Alves
Rachel Rocha de Almeida Barros
Victor Sarmento Souto
Walter Matias Lima

Coordenação Editorial
Fernanda Lins
Projeto gráfico e diagramação
Roger Ferraz
Revisão
Karoline Viana Teixeira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFAL)

Coordenação
Prof. Dr. Elias Ferreira Veras
Vice-Coordenação
Profa. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos

Comissão Editorial (PPGH/UFAL)
Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida
Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos

Corpo Docente
Ana Cláudia Aymoré
Ana Paula Palamartchuk
Anderson da Silva Almeida
Andréa Giordanna Araújo da Silva
Antônio Alves Bezerra
Arrisete Cleide de Lemos Costa
Aruã Silva de Lima
Célia Nonata
Danilo Luiz Marques
Elias Ferreira Veras
Flávia Maria de Carvalho
Gian Carlo de Melo Silva
Irinéia Maria Franco dos Santos
José Vieira da Cruz
Lídia Baumgarten
Luana Teixeira (Profa. Visitante)
Michelle Reis de Macedo
Osvaldo Batista Acioly Maciel
Pedro Abelardo de Santana
Pedro Lima Vasconcellos
Raquel de Fátima Parmegiani

Técnica Administrativa
Luciana Alves Pimentel

Sumário

11 Prefácio : Existir, resistir, dissentir

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, **UFRN**

17 "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)": percursos, percalços e possibilidades de uma pesquisa sob suspeita.

Elias Ferreira Veras, **UFAL**

36 Desafiando as ditaduras: sexualidades dissidentes e feminismos no Cone Sul

Alina dos Santos Nunes, **UFSC**
Cristina Scheibe Wolff, **UFSC**
Luiz Augusto Possamai Borges, **UFRGS**

62 Ganhos e dificuldades da luta feminista nas frágeis democracias do Cone Sul: as legislações sobre o aborto (anos 1980-1990 e além)

Joana Maria Pedro, **UFSC**
Ana Luiza Camargo Colaço, **UFSC**
Bruna Busnello, **UFSC**

87 Feminismos brasileiros, vigilância e relações com as esquerdas (1970-1980)

Ana Rita Fonteles Duarte, **UFC**

112 Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-1980)

Ana Paula Palamartchuk, **UFAL**

140 "Não posso viver fugindo, vou ficar": a trajetória política de Maninha Xukuru-Kariri no movimento indígena durante a redemocratização brasileira (década de 1990)

Michelle Reis de Macedo, **UFAL**
Aldemir Barros da Silva Júnior, **UNEAL**

164 "Jango Jezebel", fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil.

Helena Vieira, **PAUSA PARA O FIM DO MUNDO**

187 Censura musical e interdição da lesbianidade na ditadura civil-militar brasileira

Julia Aleksandra Martucci Kumpera, **UNICAMP**

205 "Pela desgraciosidade do belo e a elegância e distinção do feio": as (im)possibilidades do desejo e do amor entre mulheres a partir das narrativas de Cassandra Rios (1970-1980)

Kyara Maria de Almeida Vieira, **UFERSA**

224 "Pervertidos" e "nocivos": a censura da telenovela *O Rebu* (1974-1975)

Thiago de Sales Silva, **UFC**

246 Uma história de rebeldias? A temática queer no cinema brasileiro

Ana Maria Veiga, **UFPB**
Leonilia Mendes Magalhães, **UFPB**

272 Feminismo e lesbianidade: Encontros e desencontros no período da redemocratização do Brasil

Geovane Batista da Costa, **UFRGS**
Natalia Pietra Méndez, **UFRGS**

294 "Todos são iguais perante a lei..."? Lésbicas Feministas e os debates sobre a Constituinte (1985-1988)

Camila Diane Silva, **UFSC**

318 E sapatão não é política?

Thamyres Jully Ana Ramos Martírio, **UFAL**

339 Visibilidade das homossexualidades no Brasil da abertura: contracondutas

Natanael de Freitas Silva, **UFRRJ**

369 Gay Paradise?! As marcas da cisheteronormatividade presente na censura no Brasil da Abertura Democrática

Kleber Simões, **UNEB**

395 A chama do Lampião: o Rio Grande do Sul nas páginas do *Lampião da Esquina* (1978-1981)

Benito Bisso Schmidt, **UFRGS**

422 "Além de preto, bicha!": a atuação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais em Salvador (1978 -1985)

Ailton Carneiro, **UFBA**

451 Estrutura de oportunidades e conexões ativas: a emergência e o ativismo do Grupo Dialogay de Sergipe no início da década de 1980.

Max Wesley Santos Cardoso, **UFS**

472 O movimento LGBTQI+ no Brasil e as negociações sobre a visibilidade das homossexualidades na emergência da Aids

Paulo Souto Maior, **UFRN**

493 Resistência e solidariedade: a epidemia do HIV/aids no Brasil da transição democrática

Samantha Quadrat, **UFF**
Marcos Tolentino, **UNICAMP E ACERVO BAJUBÁ**

518 "Movimento aids na Paraíba": respostas coletivas, abertura política, e direitos conquistados (1985-2000)

Fernando Domingos de Aguiar Júnior
FIOCRUZ

542 Sobre os/as autores/as

PREFÁCIO

Existir, resistir, dissentir

O simples fato de você existir é insistência. O simples fato de você existir é resistência. O simples fato de você existir é dissidência. Para afirmar a tua própria existência, foi preciso não desistir. Para continuar vivendo, foi preciso dissentir. Para continuar vivo, foi preciso fugir, agir ou reagir. Então, este livro foi escrito para você. Este livro aborda a história de vidas como a sua. Vidas de quem teve que afirmar sua existência dissidente e diferente em meio a ditaduras, a governos autoritários. Pessoas que, mesmo em meio a aberturas políticas e regimes democráticos, tiveram que conquistar, por meio das lutas coletivas ou das batalhas individuais, territórios para habitar. Personagens que, sozinhas ou acompanhadas, tiveram que construir lugares para respirar, para amar, para sonhar, para gozar.

Este livro traz para a cena, para o palco da história, atores e atrizes que, por muito tempo, não mereceram as luzes e holofotes proporcionados pela escrita historiográfica. Personagens de coxias e bastidores, de guetos e interiores, que tinham as existências reduzidas à inexistência, ao silêncio, ao esquecimento. Para trazê-las para o cenário da história, para torná-las personagens da narrativa histórica, também foi preciso resistência e dissidência, foi preciso enfrentar uma ciência histórica e uma comunidade de historiadores cisheteronormativa, masculina, machista, branca e espacialmente concentrada num pretenso centro distribuidor de sentidos e promotor de hierarquias temáticas, teóricas, metodológicas e de mérito.

Este livro existe porque muitos dos autores e autoras que nele escrevem e se inscrevem foram atores de um processo de resistência e dissidência no interior da academia, e fora dela, no interior do campo historiográfico, que permitiu que, paulatinamente, temas como o das sexualidades dissidentes, personagens como as lésbicas, as travestis, os homossexuais, as/os transexuais, aportes teóricos como as teorias de gênero, a teoria *queer*, as teorias feministas, a abordagem interseccional pudessem ganhar legitimidade e autoridade no interior das universidades e instituições de pesquisa. Ele traz grande parte daqueles e daquelas que foram responsáveis pela afirmação do campo de pesquisa da história das sexualidades dissidentes no Brasil e se constitui como um testemunho eloquente do vigor, criatividade e relevância desses estudos para entendermos a própria história da sociedade brasileira.

Ele se articula, em seus vários capítulos, abordando temáticas, personagens e períodos históricos diferentes, a partir da relação entre carnes, corpos e pensamento, poder e política. Nesses estudos, o que não é comum ocorrer nos trabalhos dos historiadores, os personagens possuem carnes, os personagens elaboram e vivenciam corpos, os personagens possuem libido e

desejos, os personagens são eróticos, os personagens sentem dores e prazeres, os personagens sofrem e gozam. Os feminismos, não apenas como formas de pensamento, como movimentos políticos, mas como formas e estilos de vida, como a encarnação de maneiras de pensar e se relacionar, aparecem como uma condição de possibilidade, como um *a priori* histórico, tanto das existências de quem faz a história, quanto dos próprios textos e das vivências e vidências de quem os escrevem. A militância feminista ou as existências alimentadas por suas ideias e conquistas, mesmo quando disso não se tem consciência, permitiram e constituíram as subjetividades dissidentes e resistentes que combateram explicitamente ou que simplesmente questionaram, no dia a dia, em seu modo de existir, ordens políticas, jurídicas e institucionais que, embora formalmente distintas, muito possuíam de continuidade quando se tratava de lidar com dadas carnes, dados corpos, dadas formas de ser.

Este livro explicita o fato de que a história configura e se materializa através das carnes e corpos humanos. Nossas carnes são arquivos e testemunhas, são a materialidade da própria história, que deixa nelas suas marcas, suas cicatrizes, suas inscrições, suas tatuagens. Carnes que servem de suporte material para a elaboração de nossos corpos e subjetividades, que são a matéria-prima através da qual figuramos um dado ser, um dado sujeito. Como a vida daqueles que escreveram os capítulos que constituem essa obra, como as existências daqueles que figuram como personagens das histórias que se conta, mesmo quando são sujeitos coletivos ou sociológicos. A escrita deste livro, a sua materialidade, se constituiu entre a carne e a letra, entre os corpos e a linguagem. Em nossas próprias vidas cotidianas, somos fabricações que acontecem entre a materialidade inultrapassável das carnes e a materialidade dos códigos sociais, das categorias e conceitos que organizam a cultura e nomeiam, classificam e dão sentido a nossas existências, a começar por

nossa carnalidade. A história não só entra no quarto, como se passa na cama, entre os lençóis, no banheirão, no mato, na moita, na sauna, nas ruas, onde se luta, se disputa e se diz puta.

A história não só acontece aos corpos, mas acontece nos corpos, já que eles são construções que se fazem no tempo, no espaço e em dado contexto social. Alguns capítulos deste livro se referem à construção e atuação de corpos dissidentes, a corporeidades consideradas fora da norma, consideradas minoritárias, abjetas, pecaminosas, bizarras, antinaturais. A como foi possível que elas existissem e resistissem, como elas enfrentaram a censura, a tortura, o castigo, a punição, o desprezo, o preconceito, a negação, a violência, a morte. Ele trata de como a politização dos próprios corpos, o uso das próprias carnes como instrumento de luta política, como a ruptura com a premissa burguesa da separação entre o público e o privado, o íntimo e o explícito, foi fundamental para a resistência e a sobrevivência de dadas formas de vida, de dados modelos de corpos, para que dados desejos pudessem se afirmar socialmente. Como o ativismo gay, lésbico, transexual na interseção com o ativismo feminista, étnico-racial, negro passava pela elaboração de novas corporeidades e pelo questionamento dos modelos hegemônicos de corpos, de seus gestos, comportamentos, hábitos, costumes, hierarquias.

Mas, este é um livro que, sobretudo, traz para o campo da historiografia a problemática dos afetos, das afecções, das emoções, dos sentimentos, mostrando suas dimensões políticas, suas conexões com as relações de poder. Se a vida social é feita de relações, se a sociedade se constitui através de laços carnais e linguísticos, como não fazer dos afetos, da capacidade que cada um de nós, que cada carne, que cada corpo tem de afetar e ser afetado pelo outro, elemento de análise histórica? Se apreendemos a vida social através das representações, das linguagens, dos símbolos, das memórias que nos rodeiam, ela pode ser transformada, modificada pelas afecções, pelos choques, pelos

desejos que emergem dos encontros, nem sempre conscientes, dos corpos humanos e inumanos. A dimensão transformadora, transgressora dos afetos, é que confere a eles uma importância política que foi, por muito tempo, negligenciada. Creio que este livro, em seus vários capítulos, dá testemunho de como os afetos, as emoções e comoções, como o simples encontro dos corpos, até mesmo dos órgãos, podem se configurar em potentes vetores de transformação das relações sociais. Como podemos testemunhar, nos dias que correm, a política está longe de ser um campo onde operam apenas racionalidades, projetos e consciências, ele é um campo aberto ao passional, ao patético, ao afetivo, ao sentimental, até mesmo ao delírio, ao ridículo, ao pulsional, ao inconsciente.

Este livro nos permite refletir sobre como até mesmo as carnes em sofrimento, as carnes adoecidas, os corpos em estado de dissolução e abjeção podem ganhar estatuto político. Os capítulos dedicados a abordar a epidemia provocada pelo vírus HIV, mais conhecida como a pandemia da Aids, dão testemunho de como muitos fizeram de suas próprias carnes em sofrimento e em adoecimento suportes para uma ação política de recusa da marginalização e da abjeção, uma ação política em busca de afirmação de uma comunidade que se delineou quando do combate aos preconceitos e estigmas que provocavam a sua própria morte social. Este livro não deixa de ser mais um capítulo dessa luta contra os estigmas e preconceitos que marcam a vida das mulheres, das feministas, dos negros, dos homossexuais, das lésbicas, dos/das transexuais, das travestis, dos bissexuais, das e dos militantes de esquerda e em prol da legalização do aborto, daqueles que fazem de dissidência e da dissensão, que fazem da resistência uma forma de existência.

Eu recomendo a leitura deste livro, sobretudo, porque ele é lançado num momento muito oportuno, o momento em que precisamos materializar para a sociedade brasileira o que sig-

nifica viver sob uma ditadura. Está na hora de os historiadores deixarem de escrever para a sua própria bolha (e depois ficar criticando as bolhas alheias), está na hora de falarmos com um público mais amplo, como as pessoas comuns, com as pessoas que sofrem e gozam fora dos muros da universidade. Durante muito tempo, os historiadores brasileiros conseguiram reduzir a ditadura a um conceito, a uma narrativa sem cheiro de sangue, sem a presença da carne torturada e dos corpos reduzidos a condição de carne nua, matável e seviciável. Creio que diante do que vivemos nos últimos anos no país, com milhares de pessoas a defender a volta da ditadura, a defender intervenção militar ou federal (seja lá o que isso signifique), momento em que as pautas morais ganharam centralidade na vida pública, em que as carnes e seus órgãos não saem da boca e da cabeça de muitos dos que compõem o governo, está na hora de Clio deixar de ser pudica, deixar de ser negacionista ou cega para os sofrimentos das carnes e dos corpos, mas também para seus prazeres, gozos e transgressões. Creio que este livro materializa o que é viver sob regimes autoritários e viver em estruturas sociais autoritárias, mesmo quando formalmente se vive num regime democrático. Creio que ele torna palpável, tocável, ao rés dos corpos, o que é o fascismo, o que é existir, o que é resistir, o que é dessentir, mas também o que é sucumbir, desistir e fugir, quando se vive em um estado de exceção, o que é divergir, divertir e sentir em distintos momentos da vida política brasileira, numa realidade social marcada pela violência, por relações sociais hierárquicas e produtora de exclusões.

Este livro é para você que insiste em viver e existe porque resiste a deixar de ser.

Natal, 10 de novembro de 2022

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

“Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)”: percursos, percalços e possibilidades de uma pesquisa sob suspeita.[1]

Elias Ferreira Veras
UFAL

Uma pesquisa sob suspeita

Em 11 de setembro de 2019, o jornal *O Estado de* São Paulo publicou a seguinte nota:

> **Jogo...**Emissários do Planalto estão exibindo a parlamentares apresentação sobre bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de humanas. Retratam bolsistas que pesquisam questões de gênero e ditaduras militares latino-americanas.

1 Agradeço às queridas Joana Maria Pedro, Ana Rita Fonteles Duarte, Ana Paula Palamartchuk e aos queridos Anderson da Silva Almeida e Benito Schmidt, pela leitura generosa deste texto.

> **...pesado.** O "dossiê" tem fotos dos acadêmicos e prints de publicações em redes sociais. No horizonte dessa estratégia, está a incorporação do CNPq pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).
>
> Não. Apesar da iniciativa dos bolsonaristas, que já tem minuta circulando na Esplanada, são poucas as chances de ela vingar no Congresso: Rodrigo Maia é contra: Capes e CNPq têm missões distintas.

Dois meses depois da divulgação da notícia no jornal paulistano, o colega Benito Schmidt, que, como eu e outros historiadores, aparece citado no dossiê bolsonarista, enviou-me uma foto da nota por meio do *Messenger* do *Facebook*. Às mensagens de perplexidade, preocupação e indignação sobre o dossiê, juntaram-se inúmeras outras, com manifestações de solidariedade assinadas por colegas de diferentes lugares do país, compartilhadas através das redes sociais, aplicativos de mensagens e e-mail. O dito dossiê veio anexado em mais de uma delas.

Composto de 10 páginas, com a primeira intitulada "Bolsas em Vigor" (p. 1), o dossiê traz uma primeira tabela, onde se lê: "O CNPq destina cerca de R$ 200 milhões de reais (sic.) por ano em bolsas nas Humanidades" (p. 2), seguida de uma segunda, com a afirmação de que: "As áreas estratégicas, ligadas aos órgãos formuladores de política do MCTIC recebem menos bolsas que temas das humanidades" (p. 3). A partir da quarta página, o documento apresenta *prints* dos Currículos Lattes e de postagens retiradas das redes sociais de historiadores com projetos de pesquisas sobre gênero, sexualidade e ditadura militar, iniciados em 2019 (com financiamento aprovado até 2022). "Histórias LGBT de Porto Alegre: produção acadêmica, acervos, ensino de história e história pública", de Benito Schmidt, foi um deles, assim como as pesquisas "Conflitos, disputas e nego-

ciações das diferenças: masculinidades homossexuais afeminadas. Rio de Janeiro (1970-1980)" e "Imprensa e ditadura no Cone Sul: os casos de o *Estado de São Paulo* e de *Clarín*", coordenadas, respectivamente, por Fábio Henrique Lopes e Rodrigo Patto Sá Motta. Completava a relação das investigações sob suspeita o projeto "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)",[2] liderado por mim, no âmbito das atividade do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O projeto que originou a presente publicação foi um dos citados no dossiê bolsonarista. Aprovado no final de 2018, ou seja, antes da ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, sua inclusão no documento, em setembro de 2019, é um dos indícios e efeitos da violação aos direitos humanos, particularmente aos direitos da comunidade LGBTQIA+ e da ascensão do pensamento reacionário, que denomino cisheteroconservador, neoliberal LGBTQIfóbico, que se tornaram mais aprofundados e explícitos com a posse de Bolsonaro, em janeiro de 2019.

Na apresentação da coletânea *Corpos em Aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade* (MARTINS; VERAS, 2020),[3] Valéria Correia, feminista, professora da Faculdade

2 Chamada MCTIC/CNPq, Nº 28/2018 — Universal/FaixaA-Até R$30.000,00 (UNIVERSAL 2018).

3 Publicação oriunda do *II Colóquio Diálogos Interdisciplinares sobre Gênero, Raça e Sexualidade: corpos em aliança*, promovido pelo GEPHGS, com o apoio do CNPq, entre os dias 16 e 17 de maio de 2019, na Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões, Maceió (AL). A publicação e o evento contaram com recursos da Chamada ARC nº 06/2018 L3 — Eventos Regionais ou que estejam em suas primeiras edições (ARC 2018). A obra está disponível para *download* gratuito em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7069

de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas e reitora da mesma instituição entre 2016 e 2020, traça um diagnóstico revelador desse contexto, marcado pelos ataques às universidades e pela perseguição aos/às reitores/as, professores/as e grupos de pesquisa que trabalham com gênero, sexualidade, feminismo, ditadura militar; pela negação dos estudos de gênero, denominados "ideologia de gênero", no intuito de desqualificá-los; pelo crescimento dos crimes de ódio, racismo, feminicídio e LGBTQIfobia; pela propagação de *fake news* e pela negação das evidências científicas — intensificada durante a pandemia da Covid-19.

Valéria Correia também cita o dossiê bolsonarista, afirmando se tratar de uma "franca e sagaz tentativa persecutória de demonstrar que as citadas pesquisas não tinham relevância acadêmica, evidenciando o viés discriminatório e preconceituoso sobre os temas tratados pelos pesquisadores" (CORREIA, 2020, p. 14). Por fim, lembra que a fusão entre a Capes e o CNPq não aconteceu, devido à mobilização nacional contra tal proposta, mas que o objetivo dos bolsonaristas de (des)financiamento das pesquisas na área de humanidades parecia ter se concretizado com a Portaria MCTIC n.º 1.122, de 19.03.2020, que excluiu o financiamento prioritário de pesquisas das áreas de Ciências Humanas e Sociais pelo MCTIC (*Idem*, p. 15).

Por um lado, o percurso da pesquisa "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)" está atravessado por esse contexto, de suspeita e de questionamento dos estudos de gênero, sexualidade e ditadura. Por outro, os diversos efeitos da pandemia da Covid-19, que assolou o mundo, a partir de março de 2020, surgem como percalços para o desenvolvimento da investigação, como pensada originalmente. Entre percursos e percalços, realizamos o trabalho possível.

O projeto original e a pandemia da Covid-19

O projeto original tinha como objetivo principal historicizar os modos de vida homossexual no Brasil da Abertura, a partir de uma perspectiva de gênero (BUTLER, 2003, 2017; PEDRO, 2005; SCOTT, 1995). Estabeleci como objetivos específicos:

> - Problematizar a (in)visibilidade dos modos de vida e resistências homossexuais nos estudos históricos brasileiros sobre a ditadura civil-militar brasileira e a redemocratização;
>
> - Utilizar a categoria gênero como categoria útil de análise histórica na produção de novas interpretações acerca dos períodos em questão;
>
> - Pesquisar as tentativas de censura, controle e repressão militar às manifestações homossexuais na produção cultural (literatura, teatro, televisão, imprensa), nas ruas e no emergente movimento homossexual;
>
> - Investigar como as reinvindicações do movimento homossexual pela inclusão do termo "orientação sexual" durante a Constituinte (1987-1988) contribui para a circulação de novos sentidos sobre a democracia no Brasil;
>
> - Contribuir para a constituição de um acervo documental sobre a história das homossexualidades no período da ditadura civil-militar e da redemocratização, de modo que o acervo preservado, organizado e disponibilizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS-UFAL-CNPq) se torne referência para futuras pesquisas de monografias, dissertações e teses;
>
> - Organizar um seminário público e uma publicação coletiva com apresentação dos resultados da pesquisa; (VERAS, 2018).

Destaquei, como recorte temporal, os últimos anos da ditadura civil-militar-cishetronormativa no Brasil, momento em que organizações homossexuais, como o Grupo de Afirmação Homossexual (Somos, 1978) e o Grupo Ação Lésbico-Feminista (GALF, 1981) ganharam visibilidade; e os primeiros anos da redemocratização brasileira, quando diversos grupos homossexuais, por exemplo, o Grupo Gay da Bahia (BA) e o Triângulo Rosa (RJ) se mobilizaram para a incluir a proibição de discriminação por "orientação sexual" na Constituição de 1988.

Elaborado e submetido ao Edital CNPq Universal 2018, a proposta é um retrato — como costuma acontecer com a produção do conhecimento histórico — do meu *lugar social* (CERTEAU, 2008) naquele período, marcado por transformações políticas, mas também profissionais e pessoais.

Em 2018, perguntava-me como a historiografia poderia contribuir de modo a pensar criticamente a ascensão do discurso misógino e LGBTQIfóbico bolsonarista. Ao mesmo tempo, minha mudança, naquele ano, para a cidade de Maceió (AL), me colocava novos desafios acadêmicos e profissionais. Naquele ano, assumi a função de professor efetivo do Curso de História, da Universidade Federal de Alagoas e criei, no mesmo curso/instituição, o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS). Ou seja, por um lado, encontrava-me indignado e preocupado com os rumos da política nacional — em que a prisão de Lula, em abril de 2018, é o capítulo mais dramático e a ascensão de Bolsonaro à Presidência da República, a partir de janeiro de 2019, o desfecho mais desolador. Por outro, animava-me aproximar os estudos de gênero, muitas vezes acusados de não políticos (?!), do tema da democracia e, ainda, aprofundar a interpretação de períodos importantes do nosso passado (ditadura civil-militar-cisheteronormativa e redemocratização) a partir da categoria sexualidade, esquecida em muitas abordagens históricas. "Existências e resistências

homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)" é um retrato desse momento de transformações na política nacional e nas políticas de si.

O projeto original precisou passar por uma série de modificações. Os conhecidos efeitos da pandemia da Covid-19 para a sociedade, de modo geral, e para a academia/pesquisadores/as, de modo particular (isolamento social, fechamento dos arquivos públicos, interrupção de voos aéreos, cancelamento de eventos, suspensão das atividades acadêmicas, adoecimento mental de professores/as e estudantes, entre muitos outros), provocou o cancelamento das viagens de campo, já comprometidas — antes da pandemia —, em decorrência da verba liberada para o projeto (um terço da solicitada).

Todavia, as modificações não resultaram somente dos efeitos da pandemia ou das limitações impostas pela redução do recurso financeiro. Uma série de deslocamentos teórico-metodológicos estão presentes nesse percurso de quatro anos. Hoje, por exemplo, falamos em existências e resistências LGBTQIA+ — termo que pretende ampliar a categoria homossexualidades. O gênero e a sexualidade, ainda que permaneçam como categorias centrais na perspectiva do GEPHGS, atualmente são mobilizadas em diálogo com outras categorias, como raça, classe, cisheteronormatividade, a partir de uma perspectiva interseccional e transfeminista, desdobramentos das interlocuções entre a historiografia LGBTQIA+ no Brasil (RODRIGUES, VERAS, SCHMIDT, 2021; SCHMIDT, 2021) e os feminismos negro (DAVIS, 2016; GONZALEZ, 2020; AKOTIRENE, 2018) e transfeminista (NASCIMENTO, 2021).

Entre percalços e possibilidades, contemplamos e ampliamos os objetivos previstos originalmente. Problematizamos a (in)visibilidade dos modos de vida e resistências LGBTQIA+ — incorporando os feminismos — nos estudos históricos brasileiros sobre a ditadura civil-militar-cisheteronormativa e a re-

democratização, utilizando o gênero — e as categorias raça, sexualidade e classe — como categorias úteis de análise histórica.

As principais atividades foram realizadas: leituras e discussão de textos relacionados ao tema da pesquisa, apresentação de comunicações de pesquisas, palestras e produções textuais (artigos, capítulos de livro, trabalhos de conclusão de curso, além desta coletânea). Por fim, a constituição de um acervo documental do GEPHGS sobre a história LGBTQIA+ no Brasil.

GEPHGS: um acervo em construção das lutas LGBTQIA+

Criado em março de 2018, vinculado ao CNPq, o GEPHGS funciona no Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões, Maceió (AL). Na proposta de criação do grupo, apresentada na reunião do colegiado do Curso, em 21 de fevereiro de 2018, lê-se:

> Nas últimas décadas, a história incorporou as categorias gênero (SCOTT, 1990; PEDRO, 2005) e sexualidade (RAGO, 2001; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007), nas análises historiográficas. Tais apropriações são efeitos de uma série de transformações político-sociais (movimentos feministas e gays, lésbicos e trans etc.) e epistemológicas (estudos pós-estruturalistas, estudos pós-coloniais, queer etc.), que, na oficina de Clio, se traduz na constituição de novos objetos, abordagens e problemáticas. O Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Gênero e Sexualidade — GEPHGS se insere nesse contexto de transformações político-epistemológicas e de renovação dos domínios da história.
>
> O GEPHGS pretende ser um lugar de reflexão sobre a produção do conhecimento histórico e as possibilidades/limites dos usos das categorias gênero e sexualidade na

> construção desse conhecimento. Pretende, ainda, ser um espaço coletivo de ação política, na medida em que compreende a importância da universidade e da historiografia na criação de uma sociedade radicalmente democrática.
>
> Dentre os objetivos do grupo estão: possibilitar discussões sobre gênero e sexualidade, que sirvam como ferramentas de pesquisa, ensino e extensão; promover estudos e pesquisas em torno do gênero e da sexualidade como categorias de análises históricas interseccionais; contribuir para a formação dos/das discentes, apresentando-lhes outras possibilidades de produção histórica. (VERAS, 2018)

Desde então, o grupo vem desenvolvendo uma série de atividades de pesquisa, ensino e extensão. As pesquisas "Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)", "Os silêncios do discurso: gênero e sexualidade dissidentes (LGBTQI) na imprensa de Maceió (AL), na década de 1980", desenvolvidas no âmbito da iniciação científica, assim como a pesquisa "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)", aprovada recentemente (2022), mostram o investimento do grupo em pesquisa, análise documental e constituição de um acervo sobre a história LGBTQIA+ de Alagoas.[4] "Existências e resistências homossexuais no Brasil

4 Por meio das pesquisas de Iniciação Científica (IC) "Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)" e "Os silêncios do discurso: gênero e sexualidade dissidentes (LGBTQI) na imprensa de Maceió (AL), na década de 1980", desenvolvidas entre 2018 e 2021, com financiamento (bolsas IC) da UFAL, CNPq e FAPEAL. O principal objetivo dessas investigações foi pesquisar o aparecimento do que hoje chamamos experiências LGBTQIA+ na imprensa alagoana. A consulta aos periódicos impressos foi realizada no acervo da Biblioteca Pública Esta-

da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)" localiza-se nesse universo de interesse temático, ainda que tenha se voltado, sobretudo, para as experiências não locais.[5]

Em processo de construção, o acervo do GEPHGS é composto por registros fotográficos das matérias, notícias e reportagens publicadas nos principais jornais de Alagoas (*Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*) sobre as experiências LGBTQIA+; entrevistas com ativistas LGBTQIA+,[6] realizadas pessoalmente e online (por meio do canal do grupo no Y*ouTube* e da plataforma *Google Meet*). E, ainda, por arquivos compartilhados por outras pesquisadoras, como as fontes sobre grupos de homossexuais

dual Graciliano Ramos, localizada no Centro de Maceió (AL), pelos bolsistas graduandos/as do curso de História (UFAL) e integrantes do GEPHGS, Eloisa Costa Moura, Paulo Henrique dos Santos Araújo e Thamyres Jully Ana Ramos Martírio Araújo. Depois de mais de dois anos sem realizarmos pesquisas no referido arquivo/instituição, em decorrência do seu fechamento durante a pandemia da Covid-19, retomamos os trabalhos no segundo semestre de 2022, graças à aprovação do projeto "LGBTQIA+ na imprensa de Alagoas (1970-1980)", que conta com Isaac Freitas como bolsista IC (Edital Fapeal Nº 003/2022 Auxilio à Pesquisa Ciências Humanas Ciências Sociais e Aplicadas; Linguística, Letras e Artes. Disponível em: https://www.fapeal.br/2022/08/edital-fapeal-no-003-2022-auxilio-a-pesquisa-ciencias-humanascdbe-ciencias-sociais-e-aplicadas-linguistica-letras-e-artes/). Acesso em: 13 de setembro de 2022.

5 Além das atividades de pesquisa, o grupo promove, desde 2018, atividades de extensão, como a realização do Colóquio Diálogos Interdisciplinares sobre Gênero, Raça e Sexualidade (atualmente, na sua quarta edição), a atividade "Uma conversa sobre...", além dos encontros quinzenais de discussão de textos de referência para os estudos de gênero, raça e sexualidade. Em 2019, o GEPHGS organizou o Encontro Nacional de História da UFAL, que teve como tema "Gênero e História". Em decorrência da pandemia da Covid-19, uma parte dessas atividades passou a ser realizada na modalidade online Para conferir, acesse o canal do grupo no YouTube: https://www.youtube.com/c/GEPHGSUFAL. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

6 Realizadas desde 2018, no contexto das pesquisas produzidas pelo GEPHGS.

organizados na década de 1980, presentes no Arquivo Edgard Leuenroth — Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP.[7]

A constituição do acervo, seus usos em diferentes trabalhos — da apresentação de comunicações de pesquisa e palestras em eventos acadêmicos à produção de textos de conclusão de curso, capítulos de livro, artigos, coletâneas, dentre outras publicações —, indicam a necessidade de continuarmos os estudos sobre o tema/período e de pensarmos nas estratégias de divulgação ao grande público do acervo já constituído.

O projeto "Acervos, Afetos e Memórias das Lutas LGBTQIA+ em Alagoas": deslocando o olhar para o "local"

Em novembro de 2021, o ativista gay alagoano Marcelo Nascimento, fundador do primeiro grupo homossexual organizado do estado, o Grupo Gay de Alagoas (GGAL), convidou-me para escrever um livro sobre a história do movimento LGBTQIA+ na terra de Dandara. Conheci Marcelo pessoalmente na manifestação "Fora Bolsonaro", realizada em Maceió, em 2 de outubro de 2021, ocasião em que o convidei para participar como entrevistado do projeto "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)".

7 Esta última documentação foi gentilmente compartilhada pela professora Cristina Scheibe Wolff, vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrante do projeto e coautora de um dos capítulos desta obra. Os documentos foram coletados no Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp por Jair Zandoná, Lara Lucena Zacchi e Luiz Augusto Possamai Borges, em outubro de 2018, para o Projeto "Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)", por meio de financiamento da CAPES pelo Edital Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais, sob a coordenação de Cristina Scheibe Wolff.

Voltamos a nos encontrar, em 10 de outubro, na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), presidido atualmente por Marcelo, durante uma palestra, que proferi, sobre sobre a União dos Viados de Alagoas (UVA), trabalho oriundo das pesquisas realizadas na imprensa da capital alagoana (VERAS, 2021). Desses encontros-convite, surge o projeto "Acervos, Memórias e Escritas de Si", prevista para ser lançada no segundo semestre de 2022, é um dos produtos.

"Orgulho LGBTQIA+...", assim como os desdobramentos futuros do projeto "Acervos..." (exposição e documentário) pretendem ser espaços de divulgação de trajetórias e memórias esquecidas e/ou pouco conhecidas em Alagoas. Um convite à escrita da história de acontecimentos e personagens do estado ainda invisibilizados/as; uma homenagem àquelas/es que foram violentadas/os/es pela LGBTQIfobia; uma celebração daquelas/es que lutaram, resistiram e conquistaram espaços, direitos, cidadania, humanidade; um chamado aos órgãos públicos alagoanos para a urgente e necessária criação de políticas de preservação, conservação e divulgação dos acervos institucionais e pessoais das lutas LGBTQIA+ e de outros grupos minorizados no Estado.

A proposta inicial de Marcelo, de escrever uma história do movimento LGBT em Alagoas, a partir dos acervos e trajetórias dos/as ativistas que participaram da fundação dos primeiros grupos organizados de gays, lésbicas, travestis e transexuais, foi ampliada para o registro, produção, conservação e divulgação dos arquivos políticos e afetivos das lutas — categoria cuja potência política e plasticidade pareceu-nos apropriada — das sujeitas/os/es que também estão resistindo, para além dos grupos e associações, no tempo presente.[8]

8 Em um ano de trabalho, ao qual se juntaram Cintia Ribeiro, editora da publicação; Matheus Arruda, Lourival Assunção, Claudio Ferreira, Roberta Sodó, Harmie Silva e Jully Ana, pesquisadoras/es do projeto, convivemos intensa-

A primeira parte da obra "Orgulho LGBTQIA+...", **Acervos**, apresentará diversos registros produzidos e/ou conservados, há quase três décadas, por ativistas gays, lésbicas, travestis e transexuais de Alagoas. São documentos institucionais (atas, estatutos, fichas de filiação etc.); folders, cartazes, publicações, fotografias pessoais que mostram suas participações em seminários, encontros, congressos, cursos, paradas do orgulho; recortes e reprodução de matérias, reportagens e notas publicadas na imprensa sobre o universo LGBT (a sigla LGBTQIA+ não era empregada na época em que a maioria desses registros foram produzidos: década de 1990 e início dos anos 2000).

Os acervos organizados em seções levam os nomes dos/as proprietários/as/grupos/coletivos aos quais pertencem. Trata-se dos acervos de Marcelo Nascimento, Julio Daniel Farias/Afinidades GLSTAL, Doté Elias/Grupo Gay Afrodescendente Filhos do Axé, Obenaldo Silva/GLAD e José Sebastião/SOHMOS, ativistas que já não fazem parte dos respectivos grupos, seja porque esses já não existem, seja porque, neste momento, estão sendo presididos por outras pessoas. Os acervos do Grupo Gay de Maceió (GGM), Grupo Gay de Alagoas (GGAL), Transhow e Associação Cultural de Travestis e Transexuais de Alagoas (ACTTRANS), presididos, atualmente, por Messias Mendonça, Nildo Correia e Natasha Wonderfull, respectivamente, completam essa primeira parte. Os acervos foram contextualizados e identificados com textos e legendas elaborados por seus/suas proprietários/as, alguns deles em parceria com as/os pesquisadoras/es do projeto.

A segunda parte, **Memórias**, será composta por 17 narrativas oriundas das entrevistas que realizamos com ativistas gays, lésbicas, travestis, mulheres travestis e transexuais que funda-

---

mente, entre risos, cronogramas apertados, alguns conflitos, um tanto de ansiedade e muito aprendizado e companheirismo. Atualmente, aguardamos ansiosos/as a finalização da diagramação da obra.

ram/participaram dos primeiros grupos/coletivos LGBTs — a maioria das/os interlocutoras/es utilizou essa sigla ao se referir ao grupo no qual atuou — de Alagoas. São protagonistas dessa parte, Ana Moura (GLAD), Ana Pereira (GGAL/LBL/Instituto Jarede Viana), Anny Karlla Barbosa (SOHMOS), Cris de Madri (PRÓ-VIDA/ASTTAL), Doté Elias (Grupo Gay Afrodescendente Filhos do Axé), Igor Nascimento (GGAL/DIREITO À VIDA/RNP), José Sebastião (SOHMOS), Júlio Daniel Farias (GGAL/Afinidades GLSTAL), Marcelo Nascimento (GGAL), Natasha Wonderfull (ACTTRANS/TRANSHOW), Nildo Correia (GGAL/CAERR), Maria dos Santos (Dandara), Messias Mendonça (GGM), Obenaldo Silva (GLAD), Jade Soares (Metamorfose) e Paloma Cassandra Nascimento (GGAL).

A terceira e última parte, **Escritas de si,** evidenciará relatos em primeira pessoa de LGBTQIA+s e alguns/as de suas/seus aliadas/os heterossexuais cisgêneros, constituindo-se em um mosaico de experiências que revelam estéticas da existência, políticas de identidade, estratégias de sobrevivência, espaços de sociabilidade, redes de amizade e construções de alianças, nas quais se cruzam gênero, raça, sexualidade, classe e geração, em Alagoas, nas últimas décadas. Por meio dos textos, cartografamos um estado marcado pela LGBTQIfobia e pela luta para construir uma sociedade radicalmente livre.

Animados/as/es pela perspectiva multidisciplinar, pela diversidade de lugares de fala, pela abordagem interseccional e pela valorização das narrativas de si/sobre si e, em consonância com a urgência política das pessoas LGBTQIA+ de protagonizarem o verbo, as personagens do livro "Orgulho LGBTQIA+..." não aparecem como "objetos de pesquisa", mas como sujeitas/os/es ativos/as na construção das narrativas acerca das lutas LGBTQIA+ em Alagoas.

No processo de investimento de tempo, dedicação, expectativa, afeto e trabalho no projeto "Acervos, Afetos e Memórias

das Lutas LGBTQIA+ em Alagoas", desenvolvido sob condições de trabalho muito distantes das ideais, uma vez que não contamos com financiamento público, exceto contribuições pontuais, oriundas de alguns/mas parlamentares historicamente comprometidos/as com as lutas LGBTQIA+ no estado e o trabalho engajado da equipe, passei a problematizar, de modo mais intenso, a insistência em continuar partindo de arquivos, acervos, personagens e acontecimentos do Sudeste, notadamente, de São Paulo e do Rio de Janeiro, como feito na proposta original da pesquisa "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)".

Faz-se urgente deslocarmos o nosso olhar para outros espaços e territórios. Faz-se ainda imprescindível historicizarmos outras existências e resistências, além das experiências dos homens gays cisgêneros brancos residentes nos centros urbanos. Onde estão os/as/es LGBTQIA+ do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste? Onde estão travestis, homens e mulheres trans, não-binários na História do Brasil, da ditadura e da redemocratização? Quais arquivos e acervos estão sendo constituídos sobre as experiências dissidentes de gênero e sexualidade? De que modo outros recortes geográficos, a pluralidade de experiências e a diversidade de fontes podem contribuir para novas interpretações sobre a História LGBTQIA+, que não seja uma repetição cristalizada dos estudos sobre o dito Movimento Homossexual Brasileiro (de São Paulo) e/ou a sopa de letrinhas?

Considerações finais

Os percursos e percalços que marcam "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)" são indícios e efeitos da dimensão histórica de toda pesquisa historiográfica. Como ensina Michel de Certe-

au (2008, p. 74), "da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade". Como deixar de levar em consideração as condições de (im)possibilidade deste trabalho? A pandemia da Covid-19, que nos adoeceu e enlutou. A ascensão bolsonarista, que nos provocou medo e insegurança. A política de falta de investimento na universidade pública e nas ciências humanas, que tornou nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão mais precarizadas — quando não, impossíveis de serem levadas adiante?

Essa dimensão histórica de toda prática histórica, além de estar diretamente relacionada à estrutura da sociedade, também está relacionada a nossa subjetividade, também histórica. Quais narrativas desejamos visibilizar? Quais exclusões ainda precisamos combater? Quais fronteiras disciplinares, institucionais, geográficas devemos romper? Quais histórias gostaríamos de contar?

Os estudos organizados nesta coletânea revelam que os investimentos na universidade pública, nas ciências humanas e nos estudos de gênero e sexualidade são fundamentais para a escrita da História do Brasil, seja por incorporar novas (r)existências, neste caso, feministas e LGBTQIA+, seja por lançar outros olhares (de gênero, sexualidade, raça, classe) para "antigos" períodos da nossa história, a ditadura civil-militar-cisheteronormativa e a redemocratização.

São trabalhos que podem funcionar como instrumentos políticos de crítica ao pensamento cisheteroconservador neoliberal LGBTQIfóbico, podendo ser útil ainda na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Elias Ferreira Veras, homem cisgênero, gay, branco, nordestino. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS). E-mail: eliashistoriayahoo.com.br

Referências

AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos. *Imagens da doença, políticas da notícia*: Cenários e representações da aids na imprensa paraibana (1980). Dissertação de mestrado em História. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal da Paraíba, 2016.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas:* notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Ailton José dos S. *Homossexuais em trânsito:* representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2017, 150 fl.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GREEN, James N. *Além do Carnaval:* a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2 Ed. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

JESUS, Jaqueline. Travessia: caminhos da população trans na história. *In*: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 379-392.

MARTINS, Ana Claudia Aymoré; VERAS, Elias Ferreira (Org.). *Corpos em aliança*: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020.

NASCIMENTO, Letícia. *O que é transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. *De Daniele a Chrysóstomo*: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2013.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra Voz, 2021.

SCHMIDT, Benito Bisso. História LGBTQIA+ no Brasil: Atravessamentos entre militância e produção acadêmica. In: SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira; RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço (Org.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra Voz, 2021. p. 19-32.

SILVA, Natanael de Freitas. *Dzi Croquettes e Secos* & *Molhados:* masculinidades disparatadas. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SIMÕES, Kleber José F. “Bonecas: faxina depois do desfile: a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil militar brasileira (1968-1978)”. In: VERAS, Elias; SCHIMIDT, Benito B.; COLAÇO, Rita de Cássia (Org.). *Clio sai do armário:* historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 131-148.

SOUTO MAIOR JR., Paulo R. *A invenção do sair do armário*: a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000). 2019. 271 F. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso* — a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2011.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

VERAS, Elias Ferreira. “Gay é liberdade”: Homossexualidades em Maceió (AL) na abertura. *In*: SCHMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias Ferreira; RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço (Org.). *Clio sai do arm rio:* historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra Voz, 2021. p. 171-184.

VIEIRA, Helena. GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial; 2018. 536 p.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida Vieira. “*Onde estão as respostas para as minhas perguntas*?”: Cassandra Rios — a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001). Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2014.

Desafiando as ditaduras: sexualidades dissidentes e feminismos no Cone Sul [1]

ALINA DOS SANTOS NUNES, **UFSC**
CRISTINA SCHEIBE WOLFF, **UFSC**
LUIZ AUGUSTO POSSAMAI BORGES, **UFRGS**

Introdução

Por que as sexualidades livres são tão ameaçadoras para os regimes autoritários? Claro, tudo que é livre contraria o princípio geral do autoritarismo, que pretende o controle social por parte do Estado. Entretanto, como vamos mostrar neste capítulo, o exercício da sexualidade que foge ao padrão da heterossexualidade compulsória e aos padrões estabelecidos pelos sistemas de moral vigentes é especialmente ameaçador. Ao negarem os pilares do sistema patriarcal e capitalista, as práticas de sexualidade que escapam ao controle das instituições negam o princípio dos estados autoritários, cujas práticas de

1 O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.

poder são baseadas em hierarquias que podem ser compreendidas pelo viés do gênero. O exercício de uma sexualidade que vai contra os princípios patriarcais e heterossexuais, nesse sentido, tem potencial radical, subversivo e transformador.

Neste capítulo, propomos mostrar como a repressão às diferentes sexualidades e a afirmação da heterossexualidade como norma foram elementos centrais no funcionamento das ditaduras no Cone Sul nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980. No mundo ocidental, esse momento coincidiu com o que foi chamado de revolução sexual, e essas ditaduras utilizavam-se politicamente de uma moral sexual conservadora para garantir o apoio de setores da sociedade abertos a esse discurso, muito relacionado aos valores religiosos, morais, familiares e políticos. Esse estudo do passado recente é especialmente importante no presente, quando, mais uma vez, governos com discursos autoritários e de direita utilizam estereótipos de gênero e discursos contrários às diversas sexualidades como plataformas políticas para se promoverem, acusando os movimentos feministas e LGBTQIA+ de impor a "ideologia de gênero" a jovens e crianças. Sendo assim, tanto no contexto das ditaduras no Cone Sul quanto no tempo presente, percebemos que a sexualidade é alvo de extrema contestação, politização e repressão. Em contrapartida, entre os movimentos de resistência às ditaduras, principalmente a partir dos anos 1970, novos movimentos começaram a ser organizados. Também parte dos movimentos de esquerda, mas que nem sempre tiveram espaço para suas reivindicações, o movimento de mulheres, o movimento homossexual,[2] o movimento negro e outras maiorias estruturaram-se em diferentes grupos.

2 No período em estudo, os termos movimento homossexual e "homossexualismo" serviam como guarda-chuvas para abarcar as diversas sexualidades e identidades de gênero. Sendo assim, foi criada a ideia comum de que aquilo que divergia da heterossexualidade e/ou do cisgênero era enquadrado dentro da identidade homossexual. Hoje a expressão usada é a sigla LGBTQIA+.

O propósito deste capítulo é explicar como a questão da sexualidade se relaciona com as ditaduras nos países do Cone Sul da América Latina. Partindo do Brasil, mas tentando abarcar também Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, buscamos traçar algumas comparações entre a situação das sexualidades dissidentes nesses países. As ditaduras utilizaram os discursos morais e a repressão às sexualidades para se estruturarem em regimes políticos com adesão de importantes setores da sociedade. Ao mesmo tempo, enfrentaram a resistência de outros setores, destacando a centralidade do discurso anticomunista e sua conexão com questões morais. Também buscaremos abordar como os movimentos homossexuais e lésbicos, aliados muitas vezes às feministas, iniciaram organizações questionando esses discursos e práticas de repressão, constituindo, assim, o grande grupo que se movimentou nos caminhos do final das ditaduras e início dos processos de redemocratização. Apesar de localizarmos esses grupos na narrativa histórica sobre o período, é perceptível que foram pouco reconhecidos por partidos de esquerda e organizações de resistência, evidenciando uma relação tensa.

Repressão estatal e ditaduras na América Latina: segurança nacional com Deus, família e "liberdade"

Nosso capítulo trata da história recente do Cone Sul, região que viveu ditaduras sob lideranças militares com apoio de amplos setores da sociedade civil, ao longo da segunda metade do século XX, entre 1954 e 1990. As ditaduras reprimiram sindicatos, partidos e movimentos de esquerda, mas também censuraram grupos feministas, homossexuais e lésbicos do período. No Brasil, assim como nos vizinhos sul-americanos, a repressão incluía o uso de tortura, sequestros de pessoas, desaparecimentos, prisões, censura aos meios de comunicação, às artes e vigilância constante.

As décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial desembocaram numa tensão constante que se concretizou na Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É nesse momento que os Estados Unidos adotaram a chamada Doutrina de Segurança Nacional, que considerava qualquer movimento de cunho revolucionário uma ameaça à segurança da nação estadunidense. Mas, a partir daí, qualquer movimento revolucionário na América Latina também passou a ser visto como perigoso, especialmente após a Revolução Cubana, em 1959. Assim, os Estados Unidos promoveram e apoiaram golpes de Estado e a instauração de governos militares autoritários, como aconteceu na Guatemala e no Paraguai em 1954; no Brasil e na Bolívia, em 1964; no Chile e no Uruguai em 1973; na Argentina, em 1966 e 1976 (COGGIOLA, 2001). Os regimes ditatoriais instituídos nesses países trouxeram à tona uma série de elementos ideológicos importantes para sua sustentação junto à população latino-americana, marcada pela colonização, pelo forte catolicismo, pelo racismo estrutural, pelo capitalismo dependente e pelo sistema patriarcal.

No Brasil, por exemplo, o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 foi acompanhado por grandes passeatas nas grandes cidades que se intitulavam "Marchas da Família com Deus pela Liberdade". As marchas, incitadas por padres católicos e organizadas por comitês de mulheres, tinham como objetivo combater o "perigo comunista" em nome da democracia, de Deus e da família. No Chile governado por Salvador Allende, em um governo de cunho socialista, também as mulheres e padres católicos foram para as ruas protestar contra as reformas consideradas "comunistas", como a Reforma Agrária, por exemplo, e auxiliaram na legitimação do golpe de Estado protagonizado pelo General Augusto Pinochet, em 1973 (CÉSPEDES, 2015). O discurso chave das marchas era o anticomunismo, ao alegar que o comunismo ameaçava a família cristã.

Ao analisarem documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão da ditadura brasileira que se encarregava de vigiar as organizações políticas e indivíduos considerados subversivos ou perigosos para a Segurança Nacional, Ana Rita Fonteles Duarte, Sarah da Silva e Elyssan Santos (2019) encontraram um documento de 1982 que listava 38 grupos feministas considerados como um "braço do comunismo". Esses grupos eram vigiados sistematicamente pela instituição. Assim como as feministas, os grupos homossexuais eram considerados parte dessa conspiração "comunista". É o que mostram Rodrigo Lopes (2020) e Renan Quinalha (2021), que encontraram jornais e grupos homossexuais listados em documentos do SNI e do Exército que faziam essa associação muito explícita entre a "propagação da homossexualidade" e o "comunismo" que buscava destruir a "ordem social".

Vale pontuar que a história da repressão sobre as dissidências sexuais não era nova ou fundada pelas ditaduras no Cone Sul, mas era o *modus operandi* da região há séculos, desde a colonização europeia e cristã, entre os séculos XV e XIX, até suas formações nacionais, no século XIX. Daniel Lvovich (2020) pontua a importância da categoria violência estrutural como ferramenta de análise para entender a história do Cone Sul. Com relação à homossexualidade ou à lesbianidade, além de serem consideradas depravações morais e religiosas desde a colonização, no século XIX tornaram-se também um problema médico-jurídico. Na segunda metade do século XX, ao longo das ditaduras do Cone Sul, a racionalidade médico-legal tinha um aparato muito mais consolidado, incluindo médicos, psiquiatras, psicólogos e educadores sexuais. Eles defendiam que, por um desequilíbrio hormonal, pessoas com sexualidades e identidades de gênero que fugissem à norma heterossexual poderiam ser vistas como criminosas. Esse entendimento remete ao campo das teorias da sexologia e da psiquiatria pensadas a partir da segunda me-

tade do século XIX. De acordo com Michel Foucault, foi nesse contexto que a medicina elaborou as noções modernas sobre a sexualidade, substituindo o vocabulário religioso pelo vocabulário médico. Aquilo que era visto como pecado pelas igrejas cristãs tornou-se doença, anomalia e/ou perversão no discurso médico (FOUCAULT, 1988).

A associação entre a psiquiatria e as práticas de repressão dos governos autoritários fez parte da história recente do século XX.[3] A psiquiatria embasada no modelo manicomial foi utilizada não só para excluir e estigmatizar aqueles e aquelas considerados desviantes ou anormais, mas também centros de tortura das ditaduras militares foram erigidos em hospitais psiquiátricos, como mostraram relatórios de diversas Comissões Estaduais da Verdade. As instituições psiquiátricas estavam alinhadas com a ditadura, exercendo controle sobre aqueles e aquelas considerados desviantes da norma para além do posicionamento político. De acordo com Julia Kumpera (2021, p. 38), "as teorias médicas se erigiram naturalizando a heterossexualidade, a partir da patologização de seu oposto perverso e anormal."

A análise feita em nosso capítulo busca demonstrar que as ditaduras buscaram construir uma nação heterossexual e homogênea, porém, ficcional. A ideologia da heterossexualidade se materializa na construção do nacionalismo e da ideia de nação que atravessa os projetos políticos das ditaduras. Nesse sentido, os Estados ditatoriais foram fortemente marcados por projetos conservadores do ponto de vista moral. Consideravam os desejos afetivos e sexuais que não estivessem alinhados à heteronormatividade como problemas de segurança nacional (IRE; SILVA; LENZI, 2019; BORGES, 2021). Talvez essa fosse a

3 Durante os regimes nazifascistas na Alemanha e na Itália, há registros de experimentos médicos e torturas realizadas com gays, lésbicas e transsexuais. Lobotomia, castração e outros experimentos químicos e físicos com essas pessoas eram algumas das violências praticadas contra elas.

grande diferença, com relação a períodos anteriores, em que as sexualidades dissidentes eram reprimidas com base em preceitos religiosos, morais, ou médicos — agora eram vistos também como ameaças subversivas à ordem.

A repressão e a censura das ditaduras não impediram que acontecessem transformações importantes nas sociedades latino-americanas, afinal, os anos 1960 e 1970 foram marcados no mundo ocidental por movimentos culturais importantes protagonizados pelas juventudes. Homens e mulheres reivindicavam "liberdade": liberdade sexual, vista pelos grupos conservadores como "destruição da família" (COSSE, 2009). É interessante pontuar que os movimentos de esquerda e socialistas eram associados à ideia de amor livre, revolução sexual, feminismo, embora não clamassem, necessariamente, por isso (COWAN, 2016).

Mesmo que as pautas dos movimentos organizados de esquerda não estivessem diretamente relacionadas a questões que envolviam a liberdade sexual ou a "revolução dos costumes", havia, por parte desses grupos de jovens revolucionários, um questionamento da "moral" conservadora e a tentativa de construção de um outro tipo de moral. Uma dessas tentativas foi o documento *Moral y Proletarización*, publicado em 1972 na revista *Gaviota Blindada*, do *Partido Revolucionário de los Trabajadores* (PRT), na Argentina. Esse documento falava que os militantes deveriam enfrentar a burguesia também em sua vida cotidiana, em suas relações íntimas e familiares, desconstruindo seus valores morais burgueses em favor de uma nova moral proletária, baseada em novas práticas (WOLFF, 2007).

A moral do "homem novo" era baseada na negação do individualismo, buscando colocar o coletivo e o social acima das aspirações individuais (OBERTI, 2005). Se, por um lado, denunciava igualmente a moral burguesa, a proposta não era a liberdade individual e o amor livre nos termos dos movimentos dos

países do Norte, mas a transformação coletiva do mundo. Para Alejandra Ciriza (2019, p. 5), filósofa argentina, que foi militante do PRT, havia a convicção de que deveriam se transformar em mulheres e homens novos, voltados para a construção de um mundo novo, transformando a si mesmos e aos outros.

Por outro lado, essa "nova moral" não era suficientemente revolucionária ao ponto de admitir a homossexualidade. Segundo Margarita Iglésias, feminista e historiadora chilena que foi militante do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), a homossexualidade masculina e feminina, e a própria sexualidade livre das mulheres, eram bastante condenadas no interior dos movimentos de esquerda (IGLÉSIAS, 2010).

O pessoal é político: movimento feminista e movimento lésbico nas ditaduras

A frase "o pessoal é político", escrita pela primeira vez pela feminista estadunidense Carol Hanisch, era lida e debatida nos grupos feministas dos diferentes países da América Latina no mesmo contexto em que os países viviam ditaduras. Entender que os problemas pessoais eram problemas políticos resultantes da estrutura patriarcal da sociedade foi resultado de um trabalho de reflexão ocorrido nos "grupos de reflexão" ou "grupos de consciência". A constituição desses grupos se dava quando diversas mulheres — ainda que grande parte delas fosse pertencente às camadas médias e altas da sociedade — reuniam-se para debater textos e livros, além de trocarem experiências pessoais e cotidianas que eram atravessadas pelo gênero, naquela época chamado de "condição feminina" (PEDRO, 2012). Dentro desses grupos, assuntos que atravessavam a questão da sexualidade, como o casamento, o prazer, a maternidade, a contracepção e o aborto, tabus muito grandes na sociedade do período — e até hoje — eram debatidos.

Globalmente, havia uma conjuntura favorável aos debates que envolviam a sexualidade feminina. O avanço da chamada "ciência sexual" ocorria desde meados do século XX, e, durante as décadas de 1960 e 1970, o conhecimento médico sobre a sexualidade ultrapassou as fronteiras da comunidade científica e passou a interessar outros públicos, sendo tema central de muitas revistas direcionadas às mulheres no Cone Sul, alcançando, em geral, as mulheres da classe média (NECKEL, 2007) O sexo era tema central nas rodas de conversa das juventudes, das bancas de jornal e livrarias. A produção intelectual sobre o tema trouxe mudanças no comportamento, contribuindo para o que veio a ser a "revolução sexual", também conhecida como "revolução dos costumes" (NUNES; WOLFF, 2019).

A chegada da pílula anticoncepcional no mundo ocidental, na década de 1960, transformou a relação de muitas mulheres com a sexualidade, colaborando para que houvesse, enfim, a separação entre o prazer e a reprodução (PEDRO, 2012). Mesmo que mulheres já utilizassem — há milênios! — diferentes métodos contraceptivos, o aval da ciência médica para a comercialização da pílula anticoncepcional proporcionou às mulheres a preocupação cada vez menor com uma gestação indesejada, possibilitando, então, uma preocupação com o prazer feminino nas relações sexuais.

As reuniões de mulheres que debatiam a sexualidade feminina eram consideradas subversivas pelas ditaduras do Cone Sul. No Brasil, mesmo reunidas em espaços privados, as mulheres arriscavam serem perseguidas pela ditadura, pois a reunião de mais de quatro pessoas no mesmo espaço poderia ser considerada um ato subversivo. Na tentativa de driblar isso, os grupos normalmente eram privados e as integrantes só podiam participar caso fossem convidadas ou indicadas, o que reflete o clima de terror e perseguição característicos da ditadura naquela década de 1970 (COSTA, 2010). Na Argentina, a primeira

ditadura, instaurada em 1966, interrompeu as reuniões dos grupos de reflexão que ocorriam no Café Tortoni, em Buenos Aires, como relembra a feminista argentina Lucrécia Oller (OLLER, 2007). Mas elas continuavam se reunindo, muitas vezes nas casas, simulando chás e festas de aniversário.

Outro tipo de intervenção estatal sobre a vida dessas pessoas era a censura sobre os meios de comunicação e obras artísticas. Todas as produções culturais passavam pelas mãos de censores, funcionários públicos, que liam os livros e roteiros de filmes e peças teatrais, programas de televisão, jornais, revistas e músicas. O que fosse considerado subversivo ou imoral era impedido de ser publicado. No caso do cinema e teatro, havia o recurso de proibir a entrada de algumas faixas etárias. Quando havia alguma cena de nudez ou sexo, costumava ser colocada a idade mínima de 18 anos para o acesso ao cinema ou teatro. Porém, certos filmes não eram liberados para exibição, nem mesmo para maiores de 18 anos. Foi o caso, por exemplo, do filme da cineasta brasileira Tereza Trautmann *Os homens que eu tive*. Por tratar de uma relação entre uma mulher "liberada" e dois homens, centrado na figura da mulher e sua sexualidade, foi completamente proibido (VEIGA, 2015).

Não é que se proibissem todas as cenas de sexo. No Brasil, os filmes conhecidos como "pornochanchadas" e na Argentina as "sexycomedias" foram inclusive apoiadas com financiamentos estatais. Nesse gênero cinematográfico, os corpos das mulheres eram erotizados e exibidos exageradamente. Mas esses filmes, assim como as revistas que apresentavam ensaios fotográficos de mulheres nuas, como a *Playboy*, por exemplo, não questionavam a centralidade da sexualidade masculina e hétero. A "revolução sexual" era aceita, desde que não desafiasse as premissas do patriarcado (monogamia, submissão das mulheres, entre outras) e da heterossexualidade compulsória. Assim, podemos perceber que há uma contradição na moral imposta

pela ditadura, a chamada dupla moral sexual, diferente para homens e mulheres. A censura esteve presente em todos os países do Cone Sul no período. Ela tinha tanto uma conotação política quanto uma preocupação "moral" e sexual. Segundo Debora d'Antonio (2015), o objetivo da censura era assegurar a segurança nacional, ao proibir filmes ou cenas que atentassem o "estilo de vida nacional ou às pautas morais e culturais da comunidade". Isso incluía especialmente a homossexualidade e a lesbianidade, referidos na época como "homossexualismo" e "lesbianismo". Por isso, obras que fossem consideradas como "incentivadoras" do "homossexualismo" (DUARTE; LUCAS, 2014) eram quase que automaticamente censuradas. A escritora lésbica brasileira Cassandra Rios, por exemplo, teve 36 livros censurados ao longo do período ditatorial, tendo também sido presa diversas vezes.

Tratando especialmente da questão das mulheres lésbicas, a ditadura associava o "lesbianismo" a uma anomalia sexual. As mulheres lésbicas eram vistas como sujeitos que desafiavam a manutenção da segurança nacional, pois questionavam o entendimento da heterossexualidade como natural e intrínseca aos seres humanos. Nesse sentido, durante as ditaduras, existem alguns relatos sobre a internação de mulheres lésbicas em hospitais psiquiátricos (KUMPERA, 2021). A patologização da lesbianidade era apenas uma das formas de violência que essas mulheres sofriam. Quando revelavam sua sexualidade para seus familiares ou amigos, elas eram proibidas de viverem suas sexualidades em casa. Fugiam ou eram expulsas de casa, acabavam excluídas do convívio social. Marisa Fernandes, militante do movimento lésbico de São Paulo durante a ditadura, relata que, após seus pais descobrirem que ela estava namorando uma menina, passou a sofrer violências e ser encarcerada dentro da própria casa. O relacionamento de Marisa e sua primeira namorada virou até mesmo caso de polícia.

> [...] a gente era perseguida, vigiada. Aí começou tapas, teve também um pega na garganta, enforcamento. [...] Então quando eles saíam, eles me trancavam em casa, então isso é prisão domiciliar, né? . O fato é que a gente sempre contornava e conseguia um jeito de se falar ou de se ver, mas era muita ingenuidade. . Enfim, todos os nossos encontros, todas as nossas conversas eram descobertas, e a gente não parava com aquilo, não abria mão daquele relacionamento. Então a violência foi ficando um pouco mais forte e cotidianamente eu ouvia "você quer ser o que você é dessa porta para fora!". Bom, nisso eu já estava com 17 anos. Foram anos bem difíceis. .. Eu queria fazer 18, então quando eu fiz 18, toda a mãe quer libertar, tirar os filhos da prisão. Aí minha mãe me levou presa na delegacia de Santo André, pro delegado me prender, sob a acusação de que eu era maior de idade e ia fugir de casa, porque eu falava "agora que eu fiz 18 anos eu vou, agora que eu fiz 18 anos eu vou embora. Agora eu vou ser o que eu quero". E que eu vou levar uma menor de idade, porque ela é um ano e meio mais nova que eu. Então a acusação era essa (FERNANDES, 2019, p. 7).

Tendo em vista a violência pela qual as mulheres lésbicas passavam, em meados da década de 1970, com a emergência dos grupos homossexuais e lésbicos do período, um dos principais objetivos da militância era o acolhimento e a politização da identidade lésbica (IRE *et al.*, 2019). No Grupo Lésbico Feminista (LF),[4] as mulheres criavam grupos de identificação.

4 No Brasil, o movimento lésbico se estruturou pela primeira vez dentro do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, em 1978. Um ano após, em 1979, depois de perceberam que existiam diferenças entre a pauta dos homens homossexuais e a pauta das lésbicas, além do brutal cenário de misoginia dentro do Somos, foi criado o Grupo Lésbico Feminista (LF), ainda dentro do Somos.

Esses grupos podem ser pensados como um tipo de grupo de reflexão que abordava debates sobre lesbianidade e feminismo relacionados às questões do dia a dia dessas mulheres. Do LF fizeram parte mais de 30 lésbicas que debatiam o desejo e o prazer lésbicos, a subversão da heterossexualidade compulsória e o fim da monogamia (IRE *et al.*, 2019). Quando pensamos nesses grupos, podemos perceber a importância da articulação de vínculos entre mulheres lésbicas durante a ditadura, pois "essas mulheres buscavam estabelecer com outros grupos de reconhecimento lésbicos e feministas, a fim de construir redes de fortalecimento entre mulheres diversas" (BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019, p. 228). Na Argentina, na década de 1970, dentro da *Frente de Liberación Homosexual* (FLH) foi criado o *Safo*, um grupo para mulheres lésbicas. A inauguração do FLH nos meios de comunicação se deu por conta do "escândalo" que envolvia as militantes do grupo *Safo* que picharam um muro com os escritos "*Lesbiana no estás sola*", quando foram agredidas pela polícia (INSAUSTI, 2019).

Em meio às ditaduras, os espaços de sociabilidade para as mulheres lésbicas eram restritos e permanecer junto às suas era perigoso. Em Florianópolis, Sul do Brasil, de acordo com Maria Helena Lenzi e Joseli Maria Silva (2018, p. 18), "os espaços relacionais que se faziam dos encontros lésbicos nem sempre eram aprovados pelos proprietários que temiam espantar outros tipos de clientela que julgavam ser melhor do que grupos LGBTQIA+, associados naquele período, às imagens negativas de degeneração social". Ocorria que os encontros entre lésbicas eram com frequência denunciados pela vizinhança por conta

---

O primeiro movimento organizado e autônomo foi o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), fundado no dia 17 de maio de 1980 na cidade de São Paulo, quando, depois de uma série de situações machistas e misóginas dentro do Somos, algumas mulheres lésbicas decidem criar um grupo, que permaneceu em funcionamento até 1989 (BORGES *et al.*, 2019; IRE *et al.*, 2019).

da associação da sexualidade lésbica a um desvio moral. As batidas policiais eram constantes e violentas.

Ainda que a repressão e a violência das ditaduras tenham sido vividas de formas muito severas por diferentes sujeitos, é preciso levar em consideração que a imbricação entre ser militante de esquerda, jovem, mulher e lésbica resultava em uma repressão de violência específica por parte do Estado (GREEN; QUINALHA, 2014), como revela uma mulher lésbica anônima entrevistada por Lenzi e Silva (2018, p. 128): "ser abordada pela polícia na década de oitenta era ir pro paredão. Era ser apalpada, abre as pernas, cheira a mão, aquela coisa toda. E quando você estava próxima às boates, era pior. Por que era assim: ah, sapatão, pode passar a mão é macho mesmo'". Yone Lindgren, entrevistada por Julia Kumpera (2021), relembra que no Rio de Janeiro os policiais tinham um "toque especial" com as lésbicas.

> Tudo era na zona sul, os bares que a gente frequentava, boates e tal. Então, as lésbicas que vinham e depois tinham que voltar de ônibus, relatavam muita violência, não só verbal, até física. Tinha aquela coisa da polícia gostar de tocar um terror maior em cima das mulheres quando eles percebiam que eram mulheres lésbicas, entendeu? (LIDGREN, 2020 *apud* KUMPERA, 2021, p. 57).

Em São Paulo não era diferente. Mesmo no contexto de transição para a democracia, a partir do final dos anos 1970, as batidas policiais tinham como principal foco os locais de sociabilidade homossexual, lésbica e transsexual, bem como zonas de prostituição como a Boca do Lixo. De acordo com Renan Quinalha (2017), foi em São Paulo que ocorreu a maior e mais violenta operação repressiva do Estado contra essas populações. As lésbicas especificamente foram alvo de uma operação no dia 15 de novembro de 1980: a Operação Sapatão, coordenada pelo

delegado José Wilson Richetti, que tinha como foco os principais bares frequentados pelas mulheres lésbicas de São Paulo. Como aponta o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 309), "mesmo portando documentos regularmente, as mulheres foram detidas sob o argumento: você é sapatão'. As lésbicas detidas denunciaram ao jornal que foram extorquidas por agentes públicos para serem liberadas". Em um trecho da 31 edição do jornal *Lampião da Esquina*, publicado em 31 de dezembro de 1980, é explicitado que as mulheres foram extorquidas por agentes da ditadura para serem liberadas.

Richetti volta às ruas

O delegado Wilson Richetti e os famigerados homens da sua "operação rondão", que andavam de quarentena em São Paulo, encontraram um meio de comemorar a proclamação da República: dia 15 de novembro, saíram às ruas da capital paulista em busca de homossexuais. Só que, dessa vez, não eram as bichas os alvos procurados, mas sim, as mulheres: os policiais invadiram os bares Cachação, Ferro's e Bexiguinha, e as mulheres que lá estavam, incluindo as que possuíam carteira profissional assinada, foram todas detidas, debaixo do seguinte argumento: "É tudo sapatão".

Segundo panfleto distribuído posteriormente pelos grupos Terra Maria, Ação Lésbica-Feminista e Eros, na 4ª delegacia, para onde as detidas foram levadas, "foi constatado que os policiais recebiam dinheiro para libertarem as pessoas, sendo que aquelas que não possuíam, lá permaneciam". Em seu panfleto, aqueles três grupos paulistas denunciaram: "Estamos novamente às voltas com a ação violenta da polícia, ação essa que outra vez ficará impune no que diz respeito as autoridades".

Lampião da Esquina, n. 31, dezembro de 1980, p. 16.

Apesar da possibilidade da repressão e da violência, grupos de lésbicas, homossexuais e transsexuais organizaram-se contrários às operações do delegado Richetti. Manifestaram-se no centro de São Paulo, no Teatro Municipal, no dia 13 de junho de 1980. Apesar das práticas policiais serem comuns no período da ditadura, elas também ocorriam antes e depois no Brasil. Porém, na ditadura, o que foi diferente, e o que marca esse período, é que essa prática — há muito utilizada na repressão às travestis, aos afrodescendentes, às prostitutas e às homossexualidades — passou também, a partir do Ato Institucional 5, a ser aplicada para pessoas brancas, cisgênero, intelectuais ou militantes de esquerda, das classes médias ou trabalhadoras, ou seja, qualquer pessoa que pensasse diferente do projeto ditatorial. Além disso, é interessante pensar que, apesar da repressão, havia pessoas e movimentos sociais e políticos que estavam nesse momento na luta por democracia e igualdade. A convocação para o protesto, denunciando o autoritarismo policial em São Paulo, contou com o apoio de diferentes setores da sociedade brasileira do período, tais como o Grupo Somos, o Movimento Negro Unificado, o Grupo Feminista "8 de Março", a Convergência Socialista, o Grupo de Ação Lésbico Feminista, a Ação Homssexualista, o jornal *Causa Operária*, entre outros (SOMOS, S/D, AEL/Unicamp). A campanha contra as operações de Richetti, sobretudo a "Operação Limpeza", bem como a manifestação no Teatro Municipal são marcos históricos dos movimentos LGBTQIA+ brasileiros. Ainda em um contexto de ditadura, esse é o primeiro registro que temos de uma manifestação pública encabeçada por homossexuais e lésbicas no Brasil.

Durante o ato público no Teatro Municipal, a LF, além de manifestar-se contra a repressão da polícia militar, reivindicava a sexualidade e o prazer lésbico. As mulheres do grupo car-

regavam uma faixa em que se lia “Pelo prazer lésbico”, como podemos ver na figura abaixo.

MARTINHO, Míriam. Meus anos sob o regime militar e o surgimento do movimento homossexual no Brasil. 2014. Disponível em: http://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-oregime-militar-e-o.html.

Mesmo que os debates do movimento lésbico e do movimento feminista estivessem ocorrendo concomitantemente, no Brasil, foi somente na década de 1980, no período da abertura política, que os grupos feministas passaram a incorporar as demandas das mulheres lésbicas dentro de seus movimentos. Como relembra Carmen Lúcia Luiz, os debates sobre lesbianidade foram incipientes dentro do movimento feminista somente a partir dessa década.

> Isso vai começar a aparecer já na abertura democrática, né? Eu entro pro movimento já é 1984, já é abertura mesmo, já é ditadura se diluindo, né? Mas até aí ninguém debatia, não tinha conversa, a gente já estava debatendo

> feminismo, mas ainda não estava debatendo lesbianidade, não tinha ainda esse debate, nem dentro do feminismo, não tinha esse debate, muito menos ainda fora, né? (LUIZ, 2018, p. 3).

Nesse período, registramos também a institucionalização do feminismo e a multiplicação dos encontros feministas. Associados a outros movimentos sociais como os movimentos indígenas, negros, de trabalhadoras, entre outros, as discussões sobre a sexualidade alcançam rizomaticamente outras pessoas, demonstrando que "a classe trabalhadora é complexa e que as opressões não incidem de forma homogênea sobre todas as pessoas, o que não significa de modo algum que não existam" (IRE *et al.*, 2019, p. 206).

Dissidências sexuais no Cone Sul: a formação do movimento homossexual

Nos últimos anos, estudos têm demonstrado as potencialidades analíticas da metodologia comparada ou cruzada para pensar a ligação do capitalismo, do conservadorismo e do autoritarismo latino-americano na formação dos movimentos de dissidência sexual em várias regiões da América Latina. Mesmo em um cenário político bastante instável, nascia na cidade de Buenos Aires, na Argentina, em outubro de 1967, durante a ditadura (1966-1973), o primeiro movimento homossexual da América Latina, chamado de *Grupo Nuestro Mundo*, dois anos antes da violência policial e das manifestações do bar *Stonewall* em Nova Iorque, em 1969 (SIMONETTO, 2017).

Essas pessoas protestavam contra a moral e a repressão policial e institucional sobre suas vidas. Ainda sob a ditadura, em agosto de 1971, vários membros do *Grupo Nuestro Mundo* decidem unir forças com intelectuais, estudantes e professores de ciências sociais da *Universidad de Buenos Aires* (UBA) para for-

mar um movimento social ainda mais forte, conhecido como *Frente de Liberación Homosexual*, atuando entre 1971 e 1976, quando começava uma nova ditadura (1976-1983), ainda mais brutal e autoritária. O FLH era ligado a setores da esquerda revolucionária argentina que ansiavam mudanças mais profundas que somente o fim do capitalismo, mas também do sexismo, machismo e homofobia (INSAUSTI, 2019;).

No Chile, o primeiro grupo conhecido, ainda que não fosse um movimento social organizado com muitos participantes, foi o *Integración*, que se formou em 1977 durante a ditadura (1973-1990) (ROBLES, 2008). A criação do primeiro movimento organizado se deu somente em junho de 1991, durante a redemocratização do país, na capital Santiago, com a fundação do *Movimiento de Libertación Homosexual de Chile* (MOVILH). De acordo com Jordi Díez (2018), as mobilizações e conquistas da comunidade homossexual no Chile foram muito incipientes, se comparadas com outros países latino-americanos. Vale pontuar que no Chile, diferente de seus vizinhos do Cone Sul, até 1998 durou o mesmo ordenamento jurídico herdado da colonização espanhola sobre a sodomia, com suas modificações ao longo do tempo, como em 1954 com a atualização da lei de vadiagem e bandidos de 1933, que incluía sanções explícitas à homossexualidade. Somente na redemocratização do país foi possível a revogação dessas leis, com intensa pressão da sociedade civil e dos movimentos sociais (ROBLES, 2008).

No Brasil, o primeiro movimento organizado se formou em 1978, chamado Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Seu nome foi escolhido em solidariedade ao periódico *Somos* do FLH, da Argentina (GREEN, 2018). No Uruguai, a formação do primeiro movimento homossexual aconteceu um ano antes de acabar o regime ditatorial (1973-1985). Portanto, no ano de 1984, funda-se na cidade de Montevidéu o primeiro grupo organiza-

do do país, chamado de *Escorpio*, um pequeno movimento de homossexuais e lésbicas (SEMPOL, 2013).

Assim como no Chile, o Paraguai só teve a formação de seus movimentos organizados durante o período de redemocratização, com a fundação da *Comunidad Homosexual del Paraguay* (CHOPA), na cidade de Assunção, em 1996 (CUEVAS, 2015). O Chile e o Paraguai demonstram a heterogeneidade da formação dos movimentos organizados no Cone Sul, em contraste com os casos da Argentina, Brasil e Uruguai. Ainda há um vasto campo a ser pesquisado sobre a organização tardia dos movimentos sociais desses dois países. O que procuramos ressaltar, no entanto, é que esses movimentos estavam se organizando concomitantemente aos movimentos feministas e à resistência, e, embora não sejam reconhecidos como tal, tiveram um papel na redemocratização da sociedade no Cone Sul.

Considerações Finais

Da violência à conscientização

> Os caminhos da violência tomam hoje, formas assustadoras. Exemplificando, não só na violência biológica, a psíquica, e em nome da moral e dos bons costumes, que os donos do sistema tentam impingir na população desinformada, e uniformizada pelos manipuladores da cultura de massa. [...]
>
> A conscientização viria com a queda dos velhos valores burgueses sobre a sexualidade, e a tomada de consciência sobre o corpo, a mente e a busca dos objetivos (felicidade) de cada um (O CORPO, 1981-1982, AEL/Unicamp).

O momento atual (2022) é marcado pela explicitação de novos discursos conservadores e até retrógrados com relação ao

feminismo e às sexualidades dissidentes, que acusam feministas e LGBTQIA+ de propagarem uma "ideologia" que ameaçaria as famílias e a sociedade como um todo. De várias maneiras, isso se conecta com um movimento de direita, explicitamente antifeminista e antiLGBTQIA+, negacionista quanto às ditaduras, e que constitui um risco para a democracia tão duramente conquistada nesta região do mundo.

Ao mesmo tempo, uma série de discursos provenientes de grupos e pessoas que se pensam como "de esquerda" procuram, mais uma vez, a exemplo do que ocorria nos anos 1970 e 1980, desmerecer os movimentos que costumam chamar de "identitários". Para eles, o movimento pela democracia e anticapitalista deveria se concentrar apenas no que chamam de luta de classes, que deveria unificar todos. Esses discursos não reconhecem a interseccionalidade das relações de poder e a exploração na sociedade latino-americana e capitalista em geral, bem como a articulação entre as relações de classe com as relações de gênero, o racismo, o capacitismo, a homofobia e a transfobia (AKOTIRENE, 2018). Neste texto, procuramos mostrar como o feminismo e os movimentos homossexuais dos anos 1970 e 1980 incomodavam e eram vistos como subversivos para as ditaduras, assim como hoje tal noção tem sido recuperada por grupos conservadores. Está na hora de recontar a história da resistência às ditaduras incluindo outras histórias, outras subjetividades e uma perspectiva interseccional.

Alina dos Santos Nunes é mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista FAPESC. Graduada em Bacharelado e Licenciatura em História pela UFSC. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). E-mail: alinanunes2gmail.com.

Cristina Scheibe Wolff é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular do Departamento de História da UFSC. Integrante do LEGH/UFSC. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: cristina.wolffufsc.br.

Luiz Augusto Possamai Borges é mestrando em História Social pela Uni-

Fontes

AEL/Unicamp. Pastas: "Grupo Somos".

CIRIZA, Alejandra. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Mar del Plata, Argentina, 31/07/2019. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018b. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Glenda Lunardi, 36p.

IGLÉSIAS, Margarita. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Santiago, Chile, 26/06/2010. Transcrita por Priscila Carboneri. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

LAMPIÃO da Esquina, n. 31, dezembro de 1980. Disponível em: http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/. Acesso em 30 abr. 2022.

LUIZ, Carmen Lucia. Entrevista concedida a Binah Ire e Jair Zandoná. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 25/09/2018. Transcrita por Alina Nunes. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

MARTINHO, Míriam. Meus anos sob o regime militar e o surgimento do movimento homossexual no Brasil. 2014. Disponível em: http://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-oregime-militar-e-o.html. Acesso em 30 abr. 2022.

OLLER, Lucrécia. Entrevista concedida a Ana Maria Veiga. Buenos Aires, Argentina, 24/02/2007. Transcrita por Gabriela Miranda Mar-

---

versidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel e licenciado em História pela UFSC. Integrante do LEGH/UFSC e do CLOSE: Centro de Referência da História LGBTQI do RS/UFRGS. Bolsista de Apoio Técnico do CNPq no projeto MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020). E-mail: luizaugustopossamaihotmail.com.

ques. Revisão final por Musa Santos. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC).

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORGES, Luiz A. Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. "Queremos ser o que somos": o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Org.). de. *Mulheres de Luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019, p. 209-232. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257.

BORGES, Luiz Augusto Possamai. Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina S. (Ed.). *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 92-110. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230126.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Texto — Ditadura e homossexualidades. *In*: Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

CÉSPEDES, Maria Stella Toro. Las mujeres de derecha y las movilizaciones contra los gobiernos de Brasil y Chile (1960 y 1970). Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 3, 2015. 817-837. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p817

COGGIOLA, Oswaldo. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

COSSE, Isabela. Los nuevos prototipos femeninos en los años 60 y 70: de la mujer doméstica a la joven "liberada". In: ANDÚJAR, Andrea; D'ANTONIO, Débora; LOZANO, Fernanda Gil; GRAMÁTICO, Karin y ROSA, Maria Laura (Org.) *De minifaldas, militancias y revoluciones*. Ex-

ploraciones sobre los 70 en la Argentina. Buenos Aires: Luxemburg, 2009, p. 171-186.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. *In*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 174-190. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194290

COWAN, Benjamin. *Securing sex*: morality and repression in the making of cold war Brazil. UNC Press Books, 2016.

CUEVAS, Clara Eliana. *Corpos abjetos e amores malditos*: homossexualidade, anonimato e violência Institucional na Ditadura Stronista em Assunção, 1959. UFPR, Dissertação de mestrado em História, Curitiba, 2015.

D'ANTONIO, Debora C. Paradojas del género y la sexualidad en la filmografia durante la última ditadura militar argentina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, setembro-dezembro/2015, p. 913-937. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p913.

DÍEZ, Jordi. *La política del matrimonio gay en América Latina. Argentina, Chile y México*. Trad. de Bárbara Pérez Curiel. México: FCE, CIDE, 2018.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize R. de L. *As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Sarah P.; SANTOS, Elissan. Experiências e desafios da segunda onda feminista brasileira: organizações sob vigilância no Ceará. In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Org.). de. *Mulheres de Luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 35-55. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257?showfull.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1:* a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GREEN, James QUINALHA, Renan. Contribuição sobre o tema ditadura e homossexualidades para o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parceiras. *In*: GREEN, J. QUINALHA, R. (Org.). *Dita-*

dura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: UFSCAR, 2014, p. 301-320.

INSAUSTI, Santiago Joaquin. Una historia del Frente de Liberación Homosexual y la izquierda en Argentina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/BLhZtdZy7XWMXPzf4xf9rCS/?langes. Acesso em 30 abr. 2022.

IRE, Binah; SILVA, Camila Diane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Org.). *Mulheres de Luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 185-208.

KUMPERA, Julia Aleksandra Martucci. *"O lesbianismo é um barato"*: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/teses/2021/03/11/o-lesbianismo-e-um-barato-o-galf-e-o-ativismo-lesbico-feminista-no-brasil-1979. Acesso em 30 abr. 2022.

LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. "Faço de Conta que Eu Não Existo e Você Faz de Conta que Não Me Vê": Geografias Lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis-SC, Brasil. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 114-152, 2018.

LVOVICH, Daniel. La violencia dictatorial y la violencia estatal de largo plazo en el Cono Sur de América Latina: entre lo excepcional y lo habitual. *História: Questões Debates,* Curitiba, v. 68, n. 1, 2020, p. 85-108.

NUNES, Alina; WOLFF, Cristina Scheibe. A todo vapor: revolução sexual e desbunde. In: WOLFF, Cristina S; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. (Org.). *Mulheres de Luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Editora Appris, 2020, p. 213-230. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257.

OBERTI, Alejandra. La moral según los revolucionarios. *Políticas de la Memoria*, n. 5, 2005, p. 77-84.

PEDRO, Joana M. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). *In*: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Gênero, feminismo e

ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 115-137. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194290

PEDRO, Joana. M. O feminismo de "segunda onda": corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ROBLES, Víctor Hugo. *Bandera hueca*: historia del movimiento homosexual en Chile. Santiago: Editorial ARCIS/Cuarto Propio, 2008.

SEMPOL, Diego. *De los baños a la calle*: Historia del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo (1984-2013). Yaguarón: Sudamericana Uruguaya S. A., 2013.

SIMONETTO, Patricio. Movimientos de liberación homosexual en América Latina. Aportes Historiográficos desde una perspectiva comparada entre Argentina, Brasil, Chile, Colombia y México (1967-1982). *Iberoamericana*, S/C, v. XVII, n. 65, p. 157-177, 2017.

VEIGA, Ana Maria. Uma história de cinema e censura durante a ditadura brasileira: entrevista com Tereza Trautman. *Revista Estudos Feministas*, 2015, v. 23, n. 3, pp. 839-860. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p839. Acesso em 30 abr. 2022.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*: a aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, v. 27, p. 19-38, 2007.

Ganhos e dificuldades da luta feminista nas frágeis democracias do Cone Sul: as legislações sobre o aborto(anos 1980-1990 e além)

Joana Maria Pedro, **UFSC**
Ana Luiza Camargo Colaço, **UFSC**
Bruna Busnello, **UFSC**

> [...] em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado argentino em matéria de saúde pública e direitos humanos de mulheres e pessoas com outras identidades de gênero com capacidade de gestar e contribuir para a redução da morbidade e mortalidade evitáveis. Consagra o direito de mulheres e pessoas com outras identidades de gênero com capacidade de gestar decidirem e acessarem a interrupção de sua gravidez até a 14 semana, inclusive, do processo gestacional (ARGENTINA, 2021, s/p. Tradução nossa).[1]

1 Fragmento Lei 27.610, que descriminalizou o aborto na Argentina em 2021 (ARGENTINA, 2021).

A historiografia destaca vários momentos em que as mulheres têm protagonizado revoluções, transformações e, também, reações conservadoras. Tanto nesses quanto em outros momentos, após a turbulência e transformação ou retrocesso, os homens retomam o controle dos postos de comando e o movimento de mulheres cai na invisibilidade. A Revolução Francesa configura-se em um caso emblemático dessa eclosão e invisibilidade: mulheres estiveram à frente de vários levantes populares e formaram várias associações, mas a revolução burguesa que ajudaram a construir não lhes concedeu o direito à cidadania plena. Ao contrário, estabeleceu o privado como seu lugar "natural", rejeitando sua atuação na praça pública (HUNT, 2009).

Da mesma forma, a historiografia contemporânea tem reconhecido o protagonismo do movimento das mulheres nos acontecimentos que envolveram os países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) (PEDRO; WOLFF, 2010 e PEDRO; WOLFF; VEIGA, 2011), os quais, desde a segunda metade do século XX, passaram a viver sob ditaduras militares que tiveram as mais diversas durações — concluídas, em sua maioria, nos anos oitenta. No quadro abaixo, é possível acompanhar as datas de início das ditaduras e as do seu final.

Quadro I — Golpes militares e redemocratização no Cone Sul (1964-1989)

Países	Golpes militares	Redemocratização
Argentina	1966 e 1976	1973 e 1983, respectivamente.
Bolívia	1964	1982 (com interrupções)
Brasil	1964	1985
Chile	1973	1988 (1990?)
Paraguai	1954	1989
Uruguai	1973	1985

No mesmo período em que estes países estavam vivendo sob ditaduras, nos países do Norte global, mulheres estavam fazendo amplas manifestações e defendendo pautas de direitos, momento que se costuma chamar de "Segunda Onda do Feminismo". Isso significa que nos países do Cone Sul, tais manifestações não puderam ter a mesma força nem a mesma configuração, mas suas pautas se espalharam através de diferentes meios, como jornais, livros, filmes, documentários, viagens de estudo ou motivadas pelo exílio etc. Embora a principal luta no Cone Sul fosse a derrubada das várias ditaduras, as mulheres que participaram da resistência apresentaram aos seus companheiros de luta reivindicações específicas trazidas pelo feminismo. À medida que as ditaduras foram enfraquecendo, suas pautas foram divulgadas em periódicos e diferentes formas de manifestação. Com o processo de democratização, algumas das pautas foram implementadas, outras ficaram apenas na forma de proposta.

A citação que abre este capítulo mostra uma das mudanças legislativas em países do Cone Sul (na Argentina), que visou atender uma das pautas do movimento de mulheres e feministas: a descriminalização e legalização do aborto. Embora tratemos dessa questão de forma mais detalhada neste texto, convém destacar que, além desta, outras pautas foram implementadas.

Cada país lidou de forma diferente com as demandas dos movimentos de mulheres e feministas, mas é possível verificar, no período que chamamos de "democratização", ou seja, nos anos 1980 e 1990, algumas mudanças legislativas e a criação de equipamentos que configuraram ganhos para as mulheres. Alguns dos exemplos são: a) a criação de equipamentos de proteção às mulheres, como coordenadorias, secretarias e ministérios das mulheres (LUNARDI; PEDRO, 2019); 2) leis de proteção contra a violência contra mulheres; 3) criação de espaços de proteção

como casas para mulheres alvo de violência doméstica e delegacias especializadas; 4) legislações que permitiram ampliar a presença de mulheres nos espaços de poder, buscando a paridade, como a lei de cotas; 5) legislações que punem mais fortemente o assassinato de mulheres por serem mulheres, chamadas de leis contra o feminicídio; 6) leis e políticas visando à interrupção voluntária da gravidez, criando diversos permissivos; 7) leis que garantiram igualdade de poder entre homens e mulheres no casamento; 8) leis que exigiam que empresas e instituições públicas disponibilizassem creches, a partir de um determinado número de mulheres que ali trabalhavam; 9) a guarda dos filhos compartilhada; entre outras.

Nos países do Cone Sul que passaram por um processo de democratização no mesmo período, algumas demandas dos movimentos de mulheres e feministas foram conquistadas. Muitas leis que já versavam sobre os direitos para as mulheres foram aperfeiçoadas e complementadas. No entanto, vários dos governos que assumiram após as ditaduras tinham viés de centro-direita e, embora muitos tivessem um discurso avançado, alguns deles frustraram as expectativas das mulheres (PATRI, 1987) que, ao lado dos homens, tinham se empenhado para pôr fim aos governos de ditadura militar. O desencanto com os governos do recente retorno à democracia (GIORGI, 2018) ocorreu pela necessidade de conciliação (FEIJÓO, 1987), o que levou à invisibilização das pautas feministas (CARDOSO, 1987) que tinham maior dificuldade de alcançarem consenso. Este era o caso da descriminalização e legalização do aborto.

Foi principalmente a partir de 2001 que começaram a ganhar força os discursos mais progressistas. Emergiu, nesse período, um processo que se convencionou chamar de "Maré Rosa": quando governos de centro-esquerda, com maior compromisso com demandas populares, assumiram o poder em alguns países no Cone Sul (PANIZZA, 2006; CUNHA; ARAÚJO, 2014; SILVA,

2015). A "maré" no Cone Sul[2] teria se iniciado em 2003, com a eleição de Nestor Kirchner na Argentina e de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil. Note-se que esse período é, também, um momento de grande crescimento econômico, com as crescentes demandas feitas pela China, que estava em ascensão, promovendo o aumento dos preços das *commodities*. Esse contexto permitiu que vários governos do Cone Sul se afastassem de políticas neoliberais e pudessem atender demandas de inclusão social de suas populações.

Quadro II - Maré Rosa: presidentes, partidos e períodos de governo no Cone Sul, a partir de 2000[3]

País	Presidente	Partido do Presidente	Período
Argentina	Nestor Kirchner	PJ	(2003-2007)
	Cristina Kirchner	PJ	(2007-2015)
Bolívia	Evo Morales	MAS-IPSP	(2006-2019)
Brasil	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	(2003-2010)
	Dilma Rousseff	PT	(2011-2016)
Chile	Ricardo Lagos	PSCH - Concertación	(2000-2006)
	Michelle Bachelet	PSCH - Concertación	(2006-2010)
	Sebastián Piñera	RN - centro-direita	(2010-2014)
	Michelle Bachelet	PSCH - Concertación	(2014-2018)
Paraguai	Fernando Lugo	Frente Guasú	(2008-2012)
Uruguai	Tabaré Vasquez	Frente Amplio	(2005-2010)
	José Mujica	Frente Amplio	(2010-2015)
	Tabaré Vasquez	Frente Amplio	(2015-2020)

2 Na América do Sul, esta "Maré" iniciou em 1998, com a eleição de Hugo Chaves, na Venezuela.

3 Este quadro baseia-se nos dados apresentados por CUNHA; ARAÚJO, 2014; SILVA, 2015; e PANIZZA, 2006.

Entendemos que foi justamente nesse período de governantes de centro-esquerda preocupados com a inclusão social que a luta pela descriminalização do aborto ganhou força. Por isso, além do período pós-ditadura, vamos enfocar, também, as possibilidades criadas a partir da "Maré Rosa", estendendo a investigação para incluir as legislações criadas até 2021.

A luta pela descriminalização do aborto

Conforme já mencionamos, enquanto os países do Cone Sul estavam sob ditaduras, alguns países da Europa e os Estados Unidos aprovavam leis que descriminalizavam o aborto. Inglaterra, Escócia e País de Gales em 1967; os Estados Unidos em 1973;[4] a França em 1975; e a Espanha em 1985. Já no Cone Sul latino-americano, havia países que sequer tinham leis que permitiam o aborto nos casos em que a gravidez gerava risco à vida da gestante, mantendo total proibição.

Com o fim das ditaduras, algumas leis e políticas foram implementadas visando à descriminalização e à ampliação do acesso ao aborto. Como cada país possui uma trajetória distinta, destacamos abaixo algumas das discussões ocorridas em países do Cone Sul, mostrando, em ordem alfabética, as possibilidades ou não de alterações das legislações sobre o aborto no período.

Na Argentina, até 1984, nenhuma lei permitia qualquer forma de interrupção da gravidez. No ano seguinte, ao final da ditadura, foi aprovada uma modificação, com a Lei 11.179, do Código Penal da Nação Argentina. O artigo 86 descriminalizou o

4 Sabemos que, em 2022, a decisão da Suprema Corte dos EUA que ampliou para todas as unidades da federação a descriminalização do aborto, em 1973, foi questionada, e vários estados estão voltando a criar leis restritivas. Em 1973, este foi considerado um grande ganho para o movimento, acompanhando o que ocorria em países da Europa.

aborto nos casos de gravidez resultante de estupro e quando a gestação representa risco à saúde ou à vida da mulher.

> O aborto praticado por um médico diplomado, com o consentimento da mulher grávida não é punido: 1) Se for feito com a finalidade de evitar um perigo para a vida ou a saúde da mãe e se este perigo não puder ser evitado por outros meios. 2) Se a gravidez for resultado de estupro ou de um atentado ao pudor cometido a uma mulher débil mental ou com insanidade mental. Neste caso o consentimento de seu representante legal deverá ser apresentado para o aborto (ARGENTINA, 1985, actualizado, s/p. Tradução nossa).[5]

As mudanças na Argentina, entretanto, não se restringiram aos anos oitenta e noventa. Foi durante a "Maré Rosa", nos anos 2005[6] e 2007, que foram implementadas políticas que visavam melhorias na atenção pós-aborto legal, como a criação de guias sobre a qualidade do tratamento e aconselhamento em alternativas contraceptivas. Ainda em 2007, durante o governo de Cristina Kirchner, o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo publicou a Recomendação Geral 002/07 (ARGENTINA, 2007), com o objetivo de

---

5 Texto original: "El aborto practicado por un médico diplomado con el consentimiento de la mujer encinta, no es punible: 1º Si se ha hecho con el fin de evitar un peligro para la vida o la salud de la madre y si este peligro no puede ser evitado por otros medios. 2º Si el embarazo proviene de una violación o de un atentado al pudor cometido sobre una mujer idiota o demente. En este caso, el consentimiento de su representante legal deberá ser requerido para el aborto" (ARGENTINA, 1984 actualizado, s/p.).

6 Resolução 989, do Ministério de Saúde e Ambiente da Nação Argentina, que aprova a Guia para o Melhoramento da Atenção Pós Aborto (ARGENTINA, 2005).

promover a incorporação de serviços de aborto não punível no âmbito de políticas integrais de saúde sexual e reprodutiva e, particularmente, a prevenção e a condução da gravidez indesejada. Em 2012, o Ministério da Saúde argentino publicou a Resolução 974 MS (ARGENTINA, 2012), aprovando um Guia de Procedimentos para a atenção às gestantes que realizavam o aborto não punível. Posteriormente, no ano de 2021, no governo de Alberto Fernández, o Poder Legislativo da Argentina aprovou a Lei 27.610 de acesso à interrupção voluntária da gravidez (ARGENTINA, 2021), tendo o objetivo de regular o acesso ao aborto até a 14 semana e ao cuidado pós-aborto providos pelo Sistema de Saúde Argentino, direito garantido a todas as pessoas que podem gestar.

Na Bolívia, num decreto-lei de 1972 e, depois, no Código Penal de 1997, ambos durante a ditadura e o governo eleito de Hugo Banzer[7] (mais tarde modificados no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada,[8] em 2003), ficou definido que o aborto não seria punido se a gravidez representasse risco para a saúde ou a vida da gestante, em caso de estupro e de incesto, definido no artigo 266, da Lei 10.426.

> Artigo 266 (Aborto impune) — Quando o aborto foi consequência de crime de violação, sequestro não seguido de casamento, estupro ou incesto, nenhuma sanção será aplicada, desde que a ação penal tenha sido iniciada. Tampouco será punível se o aborto foi realizado para evitar um perigo para a vida ou a saúde da mãe e se esse perigo não puder ser evitado por outros meios. Em ambos os casos, o aborto deve ser realizado por médico, com

7 Hugo Banzer Suárez foi general e ditador na Bolívia entre 1971 e 1978. Foi também presidente eleito entre 1997 e 2001.

8 Gonzalo Sánchez de Lozada Bustamante governou a Bolívia entre 1993 e 1997 e depois entre 2001 e 2003.

> consentimento da mulher e autorização judicial quando for o caso (BOLIVIA, 1997, s/p. Tradução nossa).[9]

Posteriormente, no governo de Evo Morales, em 2009, em plena "Maré Rosa", o Ministério da Saúde e Esporte da Bolívia publicou a Norma Técnica "Padrões e protocolos sobre o uso do Misoprostol na ginecologia e obstetrícia" (BOLIVIA, 2009), que aprovava os padrões e protocolos para usos gineco-obstétricos do misoprostol e sua inclusão na lista de medicamentos básicos, visando ao acesso gratuito das mulheres ao insumo através do Seguro Universal Materno-Infantil (SUMI). Mais tarde, ainda durante o governo de Evo Morales, em 2017, o Poder Legislativo da Bolívia aprovou a modificação da Lei 1.005 (BOLIVIA, 2017), que incluiu o artigo 157, descriminalizando o aborto se realizado durante as primeiras oito semanas de gestação, nos seguintes casos:

> ARTIGO 157. (ABORTO). Não constituirá crime quando a interrupção voluntária da gravidez for solicitada pela mulher e ocorrer em qualquer das seguintes circunstâncias: 1. É realizada durante as primeiras oito (8) semanas de gestação e: a) quando a mulher é responsável por pessoas idosas, com deficiência ou por outros menores consanguíneos ou não; ou, b) é estudante; 2. Também não constitui infração penal quando o aborto: b) é realizado para prevenir um risco presente ou futuro para a saúde

9 Texto original: "ARTICULO 266. (ABORTO IMPUNE).- Cuando el aborto hubiere sido consecuencia de un delito de violación, rapto no seguido de matrimonio, estupro o incesto, no se aplicará sanción alguna, siempre que la acción penal hubiere sido iniciada. Tampoco será punible si el aborto hubiere sido practicado con el fin de evitar un peligro para la vida o la salud de la madre y si este peligro no podía ser evitado por otros medios. En ambos casos, el aborto deberá ser practicado por un médico, con el consentimiento de la mujer y autorización judicial en su caso" (BOLIVIA, 1997).

> integral da grávida; c) detectam-se malformações fetais incompatíveis com a vida; d) seja consequência de reprodução assistida não consentida pela mulher; e) a gravidez seja consequência de violação ou incesto; ou, f) a grávida seja menina ou adolescente. (BOLIVIA, 2017, s/p. Tradução nossa).[10]

Nessa legislação, está previsto que a interrupção da gravidez será realizada pelo Sistema Nacional de Saúde, de forma gratuita, e que a vontade da mulher ou menina deve ser respeitada. No caso do pessoal de saúde ou do médico alegar objeção de consciência, outros profissionais serão disponibilizados. Porém, a objeção de consciência não será considerada em casos graves e urgentes em que o ato médico seja imprescindível, como no risco de vida da mulher. Para a interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, será necessário, apenas, preencher um formulário comprovando o consentimento da mulher.

No Brasil, as exceções à criminalização do aborto datam do Código Penal de 1940 (BRASIL, 1940), que passou a permitir a interrupção da gravidez em caso de estupro e em risco de morte para a gestante. Esses permissivos não se modificaram com o fim da ditadura militar, apesar de constar como pauta dos

10 Texto original: "ARTICULO 157. (ABORTO). No constituirá infracción penal, cuando la interrupción voluntaria del embarazo sea solicitada por la mujer y concurran cualquiera de las siguientes circunstancias: 1. Se realice durante las primeras ocho (8) semanas de gestación y: a) Tenga a su cargo personas adultas mayores, con discapacidad u otros menores consanguíneos o no o, b) Sea estudiante 2. Tampoco constituirá infracción penal cuando: a) Se realice para prevenir un riesgo presente o futuro para la vida de la mujer embarazada b) Se realice para prevenir un riesgo presente o futuro para la salud integral de la mujer embarazada c) Se detecten malformaciones fetales incompatibles con la vida d) Sea consecuencia de reproducción asistida no consentida por la mujer e) El embarazo sea consecuencia de violación o incesto o, f) La embarazada sea niña o adolescente (BOLIVIA, 2017, s/p).

movimentos de mulheres e feministas nos anos setenta e oitenta. A elaboração da nova Constituição de 1988 contou com os esforços do "Lobby do Batom",[11] que pretendeu incluir a legalização do aborto, sem nomeá-lo, conforme se pode ver no item 2.3 Saúde, da Carta das Mulheres.[12] Entretanto, diante das tentativas, especialmente da Igreja Católica, de fazer constar a defesa da vida desde a concepção na Constituinte, a luta das deputadas constitucionais, neste caso, foi para não perder o que era permitido desde 1940, pelo Código Penal (GOMES, 2019).

Como nos demais países, foi durante a chamada "Maré Rosa" que algumas políticas foram implementadas. Em 2005, o Ministério da Saúde, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou uma Norma Técnica intitulada "Atenção Humanizada ao Aborto",[13] tornando-se um guia para "apoiar profissionais e serviços de saúde e introduzir novas abordagens no acolhimento e na atenção" (BRASIL, 2005, p. 5),

11 Foi chamado de "Lobby do Batom" o grupo de deputadas da Constituinte, oriundas de diferentes partidos políticos, que se empenharam em incorporar leis que beneficiavam as mulheres e reduziam a desigualdade de gênero.

12 Carta das Mulheres foi elaborada pelo movimento feminista levantando propostas que deveriam constar da Constituição de 1988. O item 2.3 Saúde dizia o seguinte: "Em consonância com o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado: garantia de assistência integral à saúde da mulher; proibição de experimentação de drogas; garantia da livre opção pela maternidade e da assistência ao pré-natal, parto e pós-parto; garantir o direito de interromper a gravidez; garantir o acesso gratuito aos métodos contraceptivos" (PITANGUY, 2018, p. 50).

13 Este manual informa que: "A Norma Técnica é o reconhecimento do Governo brasileiro à realidade de que o aborto realizado em condições inseguras é importante causa de morte materna; que as mulheres em processo de abortamento, espontâneo ou induzido, que procuram os serviços de saúde devem ser acolhidas, atendidas e tratadas com dignidade; e que a atenção tardia ao abortamento inseguro e às suas complicações pode ameaçar a vida, a saúde física e mental das mulheres" (BRASIL, 2005, p. 6).

visando à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras e evitar o aborto inseguro. Mais tarde, em 2012, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, através do acórdão[14] da ADPF 54/DF (BRASIL, 2012) que a interrupção da gravidez de feto anencéfalo[15] não pode sequer ser considerada como aborto. Assim, estabeleceu-se que as gestantes que decidem interromper a gravidez após o diagnóstico de anencefalia fetal e os profissionais da saúde responsáveis não serão punidos, visto que o procedimento não é considerado crime. Entretanto, a respeito do aborto, o Código Penal de 1940 continuou sem modificações.

No Chile, a primeira lei em relação ao aborto foi aprovada em 1874 (CHILE, 1874) e criminalizava o aborto em todas as circunstâncias. A pena pelo delito ia de três a cinco anos para a gestante que passasse pelo procedimento e de 541 dias a quem realizasse um aborto em outra pessoa. Mais tarde, em 1931, o Poder Legislativo chileno publicou o decreto-lei 226 (CHILE, 1931), que introduziu o direito ao aborto terapêutico (aquele feito para salvar a vida da gestante) no Código Sanitário do país, artigo 226, tornando-se um dos primeiros países a despenalizar essa forma de aborto no mundo.

> Art. 226. Somente para fins terapêuticos se pode interromper uma gravidez ou tornar uma mulher estéril e isso requer o parecer documentado de três médicos. Quando não for possível proceder da forma acima mencionada, devido à urgência do caso por falta de médicos na loca-

14 Manifestação de um órgão judicial colegiado que revela uma posição jurídica, baseada em argumentos sobre a aplicação de determinado direito a uma situação de fato e específica.

15 A anencefalia é uma anomalia congênita, uma anormalidade do desenvolvimento do embrião e do feto, constituindo-se em gravíssimo problema do sistema nervoso resultante de um defeito do tubo neural do embrião.

> lidade, será documentado o que foi feito pelo médico e duas testemunhas, ficando em seu poder o correspondente depoimento (CHILE, 1931, s/p. Tradução nossa).[16]

Posteriormente, em 1967, foi publicado o Decreto com Força de Lei 725 (CHILE, 1967), que modificou o Código Sanitário e estabeleceu que o aborto terapêutico só poderia ser realizado mediante a opinião documentada de dois médicos.

Foi também no período da "Maré Rosa", durante o governo de Michelle Bachelet, em 2017, que foi aprovada a lei nº 21.030 pelo Poder Legislativo do Chile (CHILE, 2017), que introduziu mudanças no Código Sanitário, estabelecendo que a interrupção voluntária da gestação deixava de ser crime em três casos: quando a gravidez colocava a vida da gestante em risco; quando o embrião ou feto sofresse de uma doença congênita adquirida ou genética incompatível com a vida extrauterina independente, em qualquer caso de natureza letal; quando a gestação fosse consequência de um estupro (nesse caso, em até doze semanas de gestação).

> Art. 119. Mediante a vontade da mulher, é autorizada a interrupção da gravidez, feita por cirurgião, nos termos regulados nos artigos seguintes, quando: 1) A mulher estiver em risco de vida, para que a interrupção da gravidez evite perigo à sua vida. 2) O embrião ou feto sofra de uma patologia congênita adquirida ou genética, incompatível com a vida extrauterina independente, de natureza letal. 3) É

16 Texto original: "Art. 226. Sólo con fines terapéuticos se podrá interrumpir un embarazo o practicar una intervención para hacer estéril a una mujer quiere la opinión documentada de tres facultativos. Cuando no fuere posible proceder en la forma antedicha, por la urgencia del caso por falta de facultativos en la localidad, se documentara lo ejecutado por el médico y dos testigos, quedando en poder de aquél el testimonio correspondiente" (CHILE, 1931, s/p).

> fruto de estupro, desde que não tenham transcorrido mais de doze semanas de gestação. No caso de uma menina menor de 14 anos, a interrupção da gravidez pode ser realizada desde que não tenham decorrido mais de quatorze semanas de gestação (CHILE, 2017, s/p. Tradução nossa).[17]

No Paraguai, o Código Penal de 1914 previa, nos artigos 352 e 353, que ficaria isento de responsabilidade aqueles que justificassem haver causado um aborto indiretamente, com o propósito de salvar a vida da mulher em risco por causa da gravidez ou do parto. Ainda teria a pena diminuída pela metade quando o aborto fosse realizado para salvar a honra da esposa, mãe, filha ou irmã.

Foi no período da democratização, após a ditadura de Alfredo Stroessner, no governo de Juan Carlos Wasmosy,[18] que o Poder Legislativo paraguaio, em 1997, aprovou a Lei 1.160, que anulou os artigos citados acima e manteve o 109, que já existia em 1914. Pode-se ver neste fragmento:

> Artigo 109. Morte indireta por estado de necessidade no parto. Não é ilícito causar indiretamente a morte do feto

17 Texto original: "Artículo 119. Mediando la voluntad de la mujer, se autoriza la interrupción de su embarazo por un médico cirujano, en los términos regulados en los artículos siguientes, cuando: 1) La mujer se encuentre en riesgo vital, de modo que la interrupción del embarazo evite un peligro para su vida. 2) El embrión o feto padezca una patología congénita adquirida o genética, incompatible con la vida extrauterina independiente, en todo caso de carácter letal. 3) Sea resultado de una violación, siempre que no hayan transcurrido más de doce semanas de gestación. Tratándose de una niña menor de 14 años, la interrupción del embarazo podrá realizarse siempre que no hayan transcurrido más de catorce semanas de gestación" (CHILE, 2017, s/p).

18 Juan Carlos María Wasmosy Monti foi presidente do Paraguai entre 1993 e 1998. Foi o primeiro presidente civil após o fim da ditadura de Alfredo Stroessner.

> por atos de parto se este, segundo o conhecimento e a experiência da arte médica, for necessário e inevitável para desviar um perigo grave para a vida ou a saúde da mãe (PARAGUAY, 1997, s/p. Tradução nossa).[19]

Nota-se que, no Código de 1914, estava prevista a possibilidade do aborto durante a gravidez e na hora do parto. A mudança de 1997 só prevê na hora do parto. Isso significa que a democratização não trouxe aumento do permissivo, ao contrário, tornou a restrição ainda maior. Havia também a previsão de reduzir a pena se o aborto fosse provocado para manter a honra; isso também foi revogado. Outras mudanças no Código Penal não trouxeram melhoria para esta pauta dos movimentos de mulheres e feministas. O Paraguai, neste campo, não ampliou os direitos das mulheres com a democratização.

No Uruguai, projetos de descriminalização do aborto foram apresentados e discutidos desde os anos 30 do século XX. O Código Penal de 1933 já previa alguns permissivos: 1) a possibilidade de o juiz eximir totalmente do castigo quando o aborto fosse realizado para salvar a honra e com autorização da mulher; 2) com autorização da mulher em caso de gravidez resultante de estupro; 3) para salvar a vida da mulher; 4) em caso de penúria econômica. Note-se, entretanto, que no artigo 328 estava previsto:

> 5º Tanto a atenuação, como a isenção de pena a que se referem os incisos anteriores existirão somente em casos em que o aborto seja realizado por um médico, dentro

19 Texto original: "Artículo 109. Muerte indirecta por estado de necesidad en el parto No obra antijurídicamente el que causara indirectamente la muerte del feto mediante actos propios del parto si ello, según los conocimientos y las experiencias del arte médico, fuera necesario e inevitable para desviar un peligro serio para la vida o la salud de la madre" (PARAGUAY, 1997, s/p).

> dos três primeiros meses da concepção. O prazo de três meses não é exigido no caso previsto no inciso 3 (URUGUAY, 1933, s/p. Tradução nossa).[20]

Em 1934, foi aprovado o primeiro projeto de descriminalização, que ficou vigente até 1938, quando o aborto voltou a ser criminalizado (DRI; ENRICONI, 2019; SAPRIZA, 2002). A lei aprovada em 1934 tinha como motivação a eugenia. Note-se que o aborto era um dos principais métodos de regulação de nascimento. Depois de 1938, voltou a ser criminalizado através da lei 9.763 (ROCHA; ROSTAGNOL; GUTIÉRREZ, 2009). Desde então, outros projetos foram apresentados, mas nenhum foi aprovado, mantendo-se a criminalização. Entretanto, pouquíssimas pessoas foram processadas e punidas (ROCHA; ROSTAGNOL; GUTIÉRREZ, 2009).

No final da ditadura militar, em 1985, novos projetos visando à descriminalização foram apresentados, mas nenhum obteve aprovação. Em 2008, durante o governo de Tabaré Vázques, 75 anos após a aprovação da primeira lei que garantiu o aborto em casos excepcionais, o movimento feminista conseguiu a mobilização do Poder Legislativo do país, que aprovou a Lei 18.426, que previa no artigo 4º, letra B, n. 2 o seguinte:

> [...] implementar em todo território nacional a normativa sanitária vigente (Portaria 369/04, de 6/8/2004 do MSP) sobre a atenção integral nos casos de gravidez não desejada, não aceita, chamada "Assessoramento para a maternidade segura, medidas de proteção materna fren-

20 Texto original: "5º Tanto la atenuación como la exención de pena a que se refieren los incisos anteriores regirá sólo en los casos en que el aborto fuese realizado por un médico dentro de los tres primeros meses de la concepción. El plazo de tres meses no rige para el caso previsto en el inciso 3º". (URUGUAY, 1933, s/p).

> te ao aborto provocado em condições de risco" (URUGUAY, 2008, s/p. Tradução nossa).[21]

Tratava-se de oferecimento, pelo Estado, de condições para o aborto legal, através da oferta de serviços públicos.

Em 22 de outubro de 2012, durante o Governo José Mujica, a Lei 18.987 foi aprovada pelo Poder Legislativo do Uruguai, descriminalizando o aborto realizado até a 12 semana de gestação, por decisão da mulher (URUGUAY, 2012).

Poderíamos dizer que esta seria uma data a ser comemorada pelo movimento de mulheres e feministas. Porém, a quantidade de exigências que acompanham o procedimento nos leva a questionar. Embora no artigo 2 desta lei fale em "despenalização", o artigo 3 traz algumas exigências para que não seja penalizado: 1) no prazo de 12 semanas de gestação a mulher precisa consultar um médico através do Sistema Integrado Nacional de Saúde, e explicar em que condições engravidou e as razões de querer abortar; 2) deverá passar por uma equipe interdisciplinar composta por ginecologista, psicólogo e agente do serviço social; 3) terá então um período mínimo de 5 dias para refletir. Só então, e se ainda estiver dentro das 12 semanas de gestação, poderá passar pelo procedimento de interrupção da gravidez. Note-se, ainda, que esses profissionais deverão ofertar as opções de levar a gravidez adiante ou optar por dar à adoção, além de instruí-la sobre métodos contraceptivos e sobre os riscos do aborto (URUGUAY, 2012).

---

21 Texto original: "Art. 4º, letra B, n. 2 "implementar en todo el territorio nacional la normativa sanitaria vigente (Ordenanza 369/04, de 6/8/2004 del MSP) acerca de la atención integral en los casos de embarazo no deseado-no aceptado, denominada "Asesoramiento para la maternidad segura, medidas de protección materna frente al aborto provocado en condiciones de riesgo". (URUGUAY, 2008, s/p).

Várias reflexões sobre a lei do Uruguai têm apontado para as dificuldades de muitas mulheres realizarem o procedimento dentro do prazo de 12 semanas, e a exigência de acompanhamento de médico, psicológico e assistente social tem sido pensada como interferência nas decisões das mulheres, mesmo que a lei diga que a decisão delas deve ser respeitada (CARNEIRO, 2019; MATOS, 2019). Outro agravante é a questão da "objeção de consciência" por parte do médico. Esta objeção, apesar de ser prevista em lei, pode dificultar o acesso das mulheres ao serviço de aborto, pois não são oferecidas garantias de substituição por profissional sem objeção para atendimento (CARNEIRO, 2019; SUTTON; VACAREZZA 2021). As dificuldades de usufruir da lei fazem com que o aborto ilegal continue a existir e a trazer consequências nefastas para a vida, a saúde e a autonomia das mulheres uruguaias.

Considerações finais

Como se pode perceber, esta foi uma pauta difícil e que pouco avançou no Cone Sul no período pós-ditaduras, com a democratização e com poucos avanços mesmo durante o período da "Maré Rosa".

Embora insuficientes, o período pós-ditaduras militares no Cone Sul (anos oitenta e noventa) trouxe a implementação de equipamentos, políticas e novas leis que constavam na pauta dos movimentos de mulheres e feministas da chamada "Segunda Onda do Feminismo". Em relação à pauta da descriminalização do aborto, a implementação de políticas e de novas leis foram as mais diversas. Em alguns países, houve melhorias significativas, como é o caso da Argentina, que não só descriminalizou o aborto, como implementou políticas de garantias para o exercício do direito. Em outros países, as leis pouco se modificaram ou até houve certo retrocesso, como foi o caso do Chile.

No Brasil, a democratização apenas representou lutas pela manutenção dos direitos já existentes desde 1940. No período da chamada "Maré Rosa", os avanços foram a criação de políticas públicas e a ampliação dos permissivos através de decisão do judiciário federal.

Sabemos que a descriminalização do aborto move o campo da moral religiosa e da política, acionando as mais diversas emoções, e não promove fácil consenso. Em todos os países do Cone Sul, o período de democratização não trouxe muitos ganhos para as mulheres neste aspecto. Mesmo o aborto sendo uma prática costumeira (PEDRO, 2003), de longa tradição, criminalizada especialmente a partir do século XX, a descriminalização não encontrou muita receptividade nas novas e frágeis democracias que emergiram no pós-ditadura.

Alguns ganhos vieram no século XXI, no período da "Maré Rosa", com leis, políticas, manuais e melhores condições. A Argentina é o melhor exemplo, com sua "Maré Verde" (SUTTON e VACAREZZA, 2021). Esses ganhos, entretanto, parecem ter vida frágil. A onda conservadora antigênero tem trazido de volta muitas ameaças de prisão, morte e prejuízos à saúde das mulheres. Movimentos de "objeção de consciência" por parte do pessoal ligado à saúde; a ação de parlamentares ligados às religiões fundamentalistas, que usam esta questão para se eleger; e a precarização dos serviços públicos são algumas das barreiras a serem enfrentadas, que fazem com que mulheres busquem realizar o aborto de maneira clandestina e autônoma, podendo ser arriscado, embora não necessariamente inseguro, apenas fora do sistema de saúde e dos permissivos legais. Redes feministas continuam a promover discussões sobre o aborto nas redes sociais e apoio ao aborto autônomo, tanto em países com restrições, como em países onde é legalizado, algo que nos remete às práticas feministas dos anos setenta, agora com novas tecnologias e novas formas de comunicação.

Joana Maria Pedro é professora titular da UFSC. Este texto é resultado da pesquisa "Os feminismos e as possibilidades democráticas para as mulheres no Cone Sul (1982-2012)", que contou com recursos do CNPq, processo número 307342/2016-6. Também a pesquisa "MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)" processo número 404662/2021-8/CNPq.
Ana Luiza Camargo Colaço é estudante de graduação em Relações Internacionais da UFSC, Bolsista PIBIC/CNPq 2021-2022.
Bruna Busnello é estudante de graduação em História da UFSC, Bolsista PIBIC/CNPq 2021-2022.

Referências

ARGENTINA. INADI - Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo. *Recomendación General Nº 002/07*. Discriminación em la Atención Sanitaria de Casos de Abortos Legales y Tratamiento Posaborto. Buenos Aires, 2007. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2007_recomendacion002_argentina.pdf. Acesso em 23 set. 2022.

ARGENTINA. *Ley 11.179*. Codigo Penal de la Nación Argentina, T.O. 1984 actualizado. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1984_codigopenaldelarepublica_argentina.pdf. Acesso em 23 set. 2022.

ARGENTINA. *Ley 27610*. Acceso a la interrupción del embarazo. Boletim Oficial de la Republica Argentina, 2021. Disponível em: https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/239807/20210115. Acesso em 23 set. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Salud y Ambiente de la Nación. *Resolución 989/2005*. Guía para el Mejoramiento de la Atención Post Aborto. Buenos Aires: Ministerio de Salud y Ambiente de la Nación. Dirección de Calidad de los Servicios de Salud, 2005. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2005_resolucion989_argentina.pdf. Acesso em 23 set. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Salud. *Resolucion nº 974 MS*. Aprobando Guia de Procedimiento. Paraná, 2012. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2012_resolucion974ms_argentina.pdf. Acesso em 23 set. 2022.

BOLIVIA. Asamblea Legislativa Plurinacional. Ley n 1005, de 15 de Diciembre de 2017. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2017_cspnuevo_bol.pdf. Acesso em 24 set. 2022.

BOLIVIA. Código Penal Boliviano. Decreto Ley 10426, de 23 agosto de 1972. Elevando a rango de Ley el 10 de Marzo de 1997. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1997_cod.penal_bolivia_est._plur.pdf.

BOLIVIA. Ministerio de Salud y Deportes. Dirección General de Servicios de Salud. Unidad de Servicios de Salud y Calidad. *Normas y protocolos clínicos sobre el empleo del misoprostol en ginecología y obstetricia.* La Paz: impresiones TELLEZ, 2009. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2009_res_ministerial_0426-bolivia-2009.pdf. Acesso em 24 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Atenção Humanizada ao Abortamento*: norma técnica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2005_atencaohumanizada.pdf. Acesso em 1 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto-lei nº 2.848,* de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 1 out. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Inteiro Teor do Acórdão.* Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54. Distrito Federal/ Brasília, 2012. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTPTPdocID3707334. Acesso em: 1 out. 2022.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. As mulheres e a democracia. In: As mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais.* Porto Alegre, vol.1, n. 2 p. 139-304, 1987.

CARNEIRO, R. G. Miradas múltiplas ao aborto legal no Uruguai contemporâneo. *Cadernos de Gênero e Diversidade, S. l.,* v. 5, n. 3, p. 115-127, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/30784. Acesso em: 1 out. 2022.

CHILE. *Código Penal.* Ministério da Justiça. Santiago, noviembre 12 de 1874. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1874_cod-penal_chile_0.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.

CHILE. Ministerio de Bienestar Social. *Decreto con Fuerza de Ley* 226. Santiago, 15 de Mayo de 1931. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1931_dfl-226_chile_0.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.

CHILE. Ministerio de Salud Pública. Código Sanitário. *Decreto con Fuerza de Ley* 725. Santiago, 11 de diciembre de 1967. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1967_dfl-725_0.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.

CHILE. Ministerio de Salud. *Ley 21.030*. Regula la despenalización de la interrupción voluntaria del embarazo em trs causales. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/ley_21030-despenalizacion_del_aborto-2017.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.

CUNHA, Lucas; ARAÚJO, Victor. Sistemas Políticos na América do Sul no contexto da "Maré Rosa": Democracia, Estabilidade e Governança no século XXI. *Revista Eletrônica de Ciência Política,* v. 5, n. 2, p. 59-85, 2014.

DRI, Clarissa; ENRICONI, Louise. Eu aborto, tu abortas, todos calamos? As razões da despenalização do aborto no Uruguai. *Revista Política Hoje*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 314-340, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/234737/34408. Acesso em 3 out. 2022.

FEIJÓO, Maria del Carmen. Alguns problemas dos movimentos de mulheres no processo de transição democrática. In: As mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, vol.1, n. 2, p. 139-304, 1987.

GIORGI, Ana Laura de. La emergencia del feminismo en el Uruguay de la transición. *56 Congreso Internacional de Americanistas*. Salamanca, Espanha, 2018. Disponível em https://www.academia.edu/38884211/La_emergencia_del_feminismo_en_el_Uruguay_de_la_transici-C3B3n_56_Congreso_Internacional_de_Americanistas_Salamanca_2018. Acesso em 21 jan. 2022.

GOMES, Raísa Adrianne Gomes. *Entre conversas feministas:* debates sobre aborto e Constituinte em Mulherio (1981-1988). TCC Graduação em História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (org). *História da Vida Privada* 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 21-51.

LUNARDI, Glenda; PEDRO, Joana Maria. O movimento feminista e a luta por políticas públicas. In. MENDES, Daiane; BACHMANN, Martin Pezzini; LOTERIO, Thalia Baumann (org.). *Anais da 26 Semana Acadêmica do Curso de História da FURB.* Blumenau: FURB, Ano VI, n. 6, p. 326-337, 2019.

MATOS, Maurílio Castro. A questão do aborto no Cone Sul e a experiência da descriminalização no Uruguai. In: *Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luiz: UFMA, v. 01, 2019.

PANIZZA, Francisco "La marea rosa". *Análise de Conjuntura OPSA*, n. 8, 2006.

PARAGUAY. Cámara de Senadores. *Ley 1.160/97*. Codigo Penal de Paraguay. Assunción, Paraguay, noviembre de 1997. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1997_codigopenal_paraguay.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.

PATRI, Juan Enrique Veja. A construção dos novos espaços democráticos na América Latina: algumas reflexões críticas. In: As mulheres e os novos espaços democráticos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, vol.1, n. 2 139-304, 1987.

PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe, VEIGA, Ana Maria. *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PEDRO, Joana Maria. *Práticas Proibidas*: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 Anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos constituintes. In: MELO, Adriana Ramos de. *o Anos da carta das Mulheres aos Constituintes*. Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2018. p. 43-55.

ROCHA, M. I. B., ROSTAGNOL, S. E GUTIÉRREZ, M. A. Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 219-236, jul./dez. 2009.

SAPRIZA, G. La despenalización del aborto a la luz de la eugenesia. Uruguay (1934-1938). *Revista Fragmentos de Cultura*, 12(6):1121-1139, 2002.

SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. *Revista SURES*, n. 5, p. 67-94, 2015. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295/279. Acesso em 3 out. 2022.

SUTTON, Barbara; VACAREZZA, Nayla Luz. *Abortion and democracy*: Contentious Body Politics in Argentina, Chile, and Uruguay. New York: Routledge, 2021.

URUGUAY. *Código Penal N 9155, 1933*. IMPO — Centro de Información Oficial. Normativa y Avisos Legales de Uruguay. Disponível em: https://www.impo.com.uy/bases/codigo-penal/9155-1933. Acesso em: 3 out. 2022.

URUGUAY. *Ley N 18.987. L*ey sobre interrupción voluntaria del embarazo. Ley del Aborto. IMPO Centro de Información Oficial. Normativa y Avisos Legales de Uruguay. Disponível em: https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18987-2012. Acesso em: 3 out. 2022.

URUGUAY. Ministerio de Salud Pública. *Ley N 18.426*. Defensa del Derecho a La Salud Sexual y Reproductiva. Montevideo, 1º diciembre de 2008. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/uru_ley_no18-426_dssrr_2008.pdf. Acesso em: 1 out. 2022.

Feminismos brasileiros, vigilância e relações com as esquerdas (1970-1980)

Ana Rita Fonteles Duarte
UFC

Os movimentos feministas brasileiros organizados durante a ditadura civil-militar no Brasil enfrentaram dificuldades para se organizar e se expressar num momento de repressão diante dos agentes do regime. Mas também para impor suas reivindicações no campo das esquerdas, lideradas majoritariamente por homens, tendo suas pautas sido consideradas divisionistas, diante da necessidade de resistir à ditadura, ou cópias daquilo que feministas dos países de primeiro mundo estavam fazendo.

A gestação de um feminismo "bom para o Brasil", para boa parte das organizações nesse campo, só teria sentido em articulação com as lutas sociais mais amplas. As formas de reivindicação de questões mais específicas das mulheres em meio a problemas mais gerais, como desigualdades econômicas e lutas de classe, foram causa de muitos conflitos entre as mulheres e partidos e outras organizações de esquerda. Ou fizeram com que muitas dessas entidades, legalizadas ou clandestinas, tentassem dominar ou direcionar reivindicações e ações feministas, a partir de seus interesses (TELLES, 1999, p. 120-123).

Os embates foram documentados pelos órgãos de vigilância da ditadura que, apesar de considerarem o movimento feminista e outros como ações de "fachada" para a esquerda, permitem pensar sobre as disputas e tentativas de apropriação e condução das bandeiras dos movimentos de mulheres, entre os anos 1970 e 1980, por partidos e organizações. O recorte de pesquisa contempla os movimentos feministas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, a partir de documentos obtidos no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de São Paulo e Arquivo Nacional.

Braço da esquerda

Um informe produzido pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1982 (APERJ, 1982), foi encontrado nos fundos DEOPS dos arquivos dos estados do Rio e de São Paulo (DAESP, 1982). A partilha de cópias de documentos entre órgãos produtores de informação de diferentes estados era comum no período, já que estamos falando de um momento em que não existia informatização via computadores, porém há uma perspectiva de intercâmbio de informes e avaliações entre os órgãos de informação. O documento também pode ter ganhado interesse, pois busca, de

forma simplificada e objetiva, ao longo de 11 páginas, informar sobre o que seriam os principais grupos feministas do País.

Ao todo, são listados 38 grupos presentes nas cinco regiões, com maior concentração nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Cinco colunas especificam, além dos estados, alguns de seus principais membros e eventos realizados. Mas um dado chama a atenção: o mapeamento das vinculações dos grupos aos partidos de oposição e organizações de esquerda, além de jornais e sindicatos. Essa classificação não é criada de forma aleatória, mas corresponde a um entendimento mais ou menos consolidado, entre os setores de vigilância, dos movimentos feministas como braços desses partidos e organizações, articulados para combater o regime. Naquele momento, o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) e o MDB eram apontados como os mais interessados, mas não somente. Há menções ao PDT, PCdoB e PCB:

> Os vários segmentos esquerdistas em atuação no País, consideram essencial para combater o regime, a formação de grupos de pressão feministas. Desse modo, os movimentos feministas vêm adquirindo grande impulso, caracterizado pelo aparecimento e ressurgimento de várias entidades que, sob o pretexto de melhorar as condições de participação da mulher na sociedade, estão sendo manipuladas política e ideologicamente (APERJ, 1982, n. p.).

Desde 1975, animadas pela declaração daquele ano pela ONU como Ano Internacional da Mulher, pelo surgimento do Movimento Feminino pela Anistia e lançamento do jornal *Brasil Mulher*, os movimentos feministas proliferaram e ganharam visibilidade. Seus eventos também passaram a ter acompanhamento mais sistemático por parte dos agentes de vigilância.

Os documentos produzidos nesse período já apontavam para a desconfiança em relação à autonomia destes e o que seriam seus reais interesses.

É comum encontrar, tanto em documentos dos acervos do Rio como de São Paulo, informes chamando a atenção para o que seria um desvirtuamento de eventos que se propõem a tratar de temáticas "feministas". O "Agente Z" encaminha, em 14 de outubro de 1975, ao chefe de Buscas Especiais do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), no Rio, um relatório sobre a *Semana de Debates Mulher — Encontro* 1º, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, com copatrocínio da ONU. Os debates realizados entre 29 de setembro e 3 de outubro, com a presença de membros do MFPA, feministas, médicos, advogadas e psicanalistas, teriam transcorrido "sem irregularidades", não fosse o fato de as perguntas realizadas pela plateia do evento aos conferencistas ora versarem sobre "problemas estudantis", ora sobre "política" (APERJ, 1975, n. p.).

Em 28 de novembro de 1980, um outro relatório, desta vez produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), alertava para a utilização dos movimentos de mulheres com objetivos de "doutrinação" e "organização das massas populares". O feminismo detalhado no texto em termos como "movimentos feministas", "libertação da mulher" e "igualdade de direitos" — o que aponta para a tentativa de formulação do conceito — não seria o único utilizado pelos movimentos de esquerda, mas encabeça a lista de entidades que inclui, ainda, os movimentos gay, Movimento Negro Unificado, Movimento de Defesa da Amazônia, da Anistia e de Direitos humanos, entre outros, num informe que tem como assunto "atividades subversivas: organizações de fachada no Brasil". De acordo com o informe, o objetivo é arregimentar pessoas, aproveitando-se da insatisfação popular, gerando conteúdo midiático:

> O período registra um trabalho intenso das esquerdas, voltado para a continuação de programa de recrutamento e organização em torno de um alinhamento de anseios e dificuldades do povo com as soluções socialistas. Todos os assuntos, por si só, capazes de arregimentar pessoas, organizar grupos e gerar notícias, têm sido aproveitados e explorados intensamente, formando um grande número de células atuantes, com fachada legal (AN-COREG, 1980, p. 2).

Entre as organizações feministas citadas está o Centro da Mulher Brasileira, fundado em julho de 1975, no Rio de Janeiro. O relatório descreve que, embora declare em seus estatutos como objetivo principal a defesa dos direitos das mulheres, o Centro agiria politicamente à esquerda e teria entre seus quadros várias integrantes com antecedentes nos organismos de informações. Assim como em outros registros encontrados nos arquivos trabalhados nesta pesquisa, é realizada pelo agente de informação uma tentativa de situar seus superiores sobre as correlações de forças políticas no interior dos coletivos feministas e entender a linha hegemônica de condução destes:

> Participou da campanha pela anistia, tendo, posteriormente, rompido com o CBA devido a desentendimentos entre as duas agremiações. Sua proposta atual distancia-se de outros movimentos feministas, pela proposta de afastar-se de seu caráter "sexista" da luta da mulher para privilegiar a problemática da mulher trabalhadora (AN-COREG, 1980, p. 10).

Embora sucinta a explicação, o documento revela um acompanhamento sistemático do cotidiano da organização, com a vigilância não só das reuniões e atos, mas advinda das leituras

de panfletos, atas, jornais e outros apontamentos em circulação nos encontros de militantes. A edição de um boletim bimestral é registrada nos anexos do dossiê, assim como a sua participação em atividades como o movimento pela reestruturação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o patrocínio do Encontro da Mulher que Trabalha, do Encontro Nacional de Mulheres e das atividades das Locas de la Plaza de Mayo. Além do apoio a outras entidades feministas como a Sociedade Brasil Mulher, Movimento Feminino do MDB, Movimento Contra a Carestia e Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

O afastamento de uma abordagem "sexista" do movimento de mulheres diz respeito a embates que se desenrolaram desde a fundação no CMB. Pinto (2003, p. 59) afirma que o Centro teve importante papel no movimento feminista até 1979, embora suas atividades sejam registradas pelo CIE até um ano depois. Ela diz que diversas tendências do feminismo foram abrigadas no Centro, mas que sempre houve muita resistência das "feministas radicais", que defendiam uma pauta específica para as mulheres que se diferenciasse das pautas gerais e traziam para a discussão temas considerados "burgueses" ou "inadequados", tais como aborto, sexualidade, questões relacionadas ao corpo e à contracepção. Para além das radicais, as feministas consideradas liberais, "filhas" de Bertha Lutz, defendiam reformas através de propostas jurídicas que modificassem a vida das mulheres.

Uma terceira tendência que se tornou hegemônica aponta para o que a autora chamou de "feminismo político", interessado em arregimentar mulheres para a luta contra a ditadura e em favor das mulheres proletárias. A reflexão da autora coaduna com aquela apresentada pelos informantes do CIE, quando afirma que o Centro acabou dominado por mulheres marxistas ligadas ao PCB. O feminismo marxista, embora tivesse reduzido a questão das mulheres à luta de classe, aliava-se ao liberal ao ver as questões das mulheres como mais coletivas. Essa

hegemonia acabou por afastar as feministas que expunham de forma mais aberta a opressão específica das mulheres (PINTO, 2003, p. 57-62).

Um documento do CMB de 1978, intitulado *Carta s Mulheres*, levava aos candidatos às eleições daquele ano uma série de reivindicações divididas entre gerais e específicas. Entre as primeiras, a questão da anistia ampla, geral e irrestrita, a reivindicação por eleições livres e diretas, a exigência de uma Assembleia Nacional Constituinte. Entre as segundas, as reivindicações por creches, áreas de lazer nos bairros, aumento de número de escolas, melhoria da merenda escolar, igualdade salarial e melhores condições de trabalho. Assuntos como violência e contracepção passaram ao largo das bandeiras. Telles (1999, p. 97) relata a comemoração do primeiro 8 de março após a instalação da ditadura, em 1976, em São Paulo, com a presença de cerca de 300 pessoas no Auditório do MASP, arregimentadas pelo jornal *Brasil Mulher* e Movimento Feminino pela Anistia. As discussões sobre a questão da mulher teriam subsumido em meio ao debate sobre a anistia e quando uma representante das mulheres negras e homossexuais pediu a palavra para denunciar a discriminação específica sofrida pelas lésbicas, teria causado "espanto e mal-estar", já que não era um tema tratado na agenda das esquerdas naquele momento.

Importante lembrar que muitas feministas sofriam desqualificação, inclusive por jornais alternativos do período, sendo acusadas de serem "lésbicas", "feias" e "mal-amadas" (SOIHET, 2005, p. 593, 597). O assunto acabou caindo no esquecimento, segundo Telles, durante a manifestação, não sendo comentado pelos demais presentes, que teriam se incomodado mais com aquela mulher negra do que com os agentes da repressão infiltrados na manifestação com quem já estariam "acostumados".

Os congressos: lugares de disputas

É possível encontrar, na documentação considerada, uma série de relatos sobre encontros das mulheres realizados no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará ao longo da segunda metade dos anos 1970 e primeiros anos de 1980. Optamos, primeiramente, por analisar essa temática a partir de um conjunto documental encontrado no Fundo DEOPS do Arquivo do Estado de São Paulo e que se refere à preparação e realização do III Congresso da Mulher Paulista, que ocorreu na capital do estado, em março de 1981. Pelo menos na documentação encontrada relativa ao feminismo, no arquivo referido, o evento é o que reúne maior número de relatos, assim como anexos, entre recortes de jornal com a cobertura da grande imprensa, artigos de opinião e panfletos, notas e cartas políticas de diferentes coletivos.

Para entender a atenção despertada pelo congresso entre comandantes do DEOPS/SP, é necessário retroceder ao ano anterior à produção do dossiê quando se realizava, então, na mesma cidade, o II Congresso da Mulher Paulista. Organizado por 52 organizações, entre sindicatos, associações de bairros, entidades do movimento estudantil, esse congresso chegou a reunir 4 mil mulheres entre moradoras de favela, donas de casa, profissionais liberais, operárias, trabalhadoras e estudantes. Os temas discutidos no encontro iam desde trabalho doméstico, sexualidade, contracepção e aborto, passando por condições de trabalho, saúde e educação — já abordando, timidamente, a problemática da mulher negra. Uma creche foi montada para que as mulheres mães pudessem participar mais ativamente das discussões. No entanto, de acordo com Telles (1999), deliberações importantes não puderam ser concluídas por conta de tumultos envolvendo a disputa pela hegemonia do movimento entre diversas forças políticas presentes no local,

entre elas partidos legalizados como PT e PMDB e clandestinos como PCdoB, PCB e MR-8.

O movimento feminista, apesar de todas as polêmicas e campanhas de desqualificação, ampliou-se socialmente e atingiu a vida dos partidos políticos, passando a ser observado atentamente pela esquerda, que não só se fazia presente nos eventos como procurava intervir e direcionar algumas discussões. Para as lideranças partidárias, eminentemente masculinas, as pautas feministas colocavam questões como a possibilidade de desvio de luta geral para questões específicas, o medo da perda de apoio por parte da Igreja Católica e da classe operária a partir da discussão sobre aborto e violência doméstica, respectivamente, além do próprio questionamento das estruturas partidárias marcadas pela hierarquia de gêneros e baixa participação feminina.

Para as mulheres, coloca-se a questão da possibilidade ou não de exercer a militância feminista dentro dos partidos. O acirramento das disputas entre feministas e as esquerdas e entre os próprios partidos agudizou-se. Fez com que o movimento de mulheres se dividisse às vésperas da realização do III Congresso no ano seguinte. O MR-8, organização de esquerda que atuava dentro do PMDB, aliou-se a dirigentes partidários do PCdoB e PCB, dois partidos então na clandestinidade, para combater as feministas e suas pautas, fazendo campanha pública contra a participação das militantes lésbicas no congresso, como forma de ganhar apoio popular. Militantes comunistas e feministas, contrárias a essa ação, acabaram sendo expulsas do PCdoB.

A cisão provocou a realização de dois congressos em lugares diferentes. Um no estádio do Pacaembu, reunindo forças arregimentadas pelo MR-8 e outro na PUC, no bairro de Perdizes. A movimentação é reportada em relatório de vários órgãos de informação reunidos no dossiê sobre o III Congresso da Mulher Paulista. Os informes reunidos, por serem de datas, origens e

objetivos diferentes, trazem informações contrastantes, muitas vezes. Como o fato de caracterizar os grupos a partir de composições e bandeiras de luta não referendados pela bibliografia na área e pelos próprios relatórios e cobertura da imprensa anexados ao dossiê. O MR-8, por exemplo, num informe produzido pela segunda seção do IV Comar — Estado Maior, do Ministério da Aeronáutica, é ligado ao grupo denominado "popular" que estaria aliado ao PT na tentativa de mudar os rumos da coordenação dos dois últimos congressos, fazendo com que o encontro desse prioridade às discussões políticas nacionais e à "solução da crise política, econômica e social no país", ampliando a pauta feminista. Como já observado, o MR-8 aliou-se ao PCdoB e PCB e realizou seu próprio congresso no Pacaembu, na tentativa de refundar a Federação Estadual de Mulheres, entidade fechada pela ditadura em 1964.

O PT, na verdade, participou da organização do evento na PUC. O jornal *O Estado de São Paulo* de 8 de março de 1981 (DAESP, 1981f), que tem recorte anexado ao dossiê, fornece mais elementos sobre a organização do Congresso nos dois locais. No Pacaembu, seria coordenado pela ala feminina do Conselho das Sociedades Amigos de Bairros, apoiado pelo jornal *Hora do Povo* (ligado ao MR-8). Na PUC, o Congresso seria organizado por representantes de associações de sindicatos, da Sociedade Brasileira da Mulher e do PT, promovido pelo jornal *O Trabalho*, formado por militantes trotskistas da corrente homônima ligada ao PT. Os equívocos presentes no documento produzido pela Aeronáutica podem ter sido facilitados por seu caráter de resumo, não necessariamente feito com base nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social em São Paulo. Os relatórios do DEOPS/SP trazem mais riqueza de detalhes sobre os dois congressos, destrinchando debates, articulações políticas e deliberações.

É possível também saber sobre as próprias estratégias de vigilância utilizadas pelo Departamento na condução de seus trabalhos. Pelo menos duas equipes deslocadas para a cobertura eram formadas por informantes mulheres identificadas por seus primeiros nomes. Cada uma dessas equipes produziu um relatório. Há um terceiro, identificado apenas pelo número do agente (627) e um quarto, sem nenhuma identificação, todos produzidos durante os dias 7 e 8 de março de 1981. A estratégia revela o cuidado em não chamar a atenção sobre as informantes, assim como atender as exigências da direção dos próprios congressos. Num dos relatórios que reporta o evento no Pacaembu, informa-se que "a entrada era aberta às mulheres, ao passo que os homens deviam inscrever-se e somente os jornalistas credenciados e os congressistas" (DAESP, 1981a, f. 1).

A descrição da mesa de abertura dos trabalhos chama a atenção pela quantidade de homens que a compõem. Dos 11 integrantes, oito são homens, entre parlamentares, sindicalistas e jornalistas. Das três mulheres presentes, uma representa o MDB e as outras duas são parlamentares, sem partidos indicados. As dissidências partidárias são descritas pelo relatório, o que demonstra a demarcação de território entre as legendas e o clima acirrado implantado no congresso de mulheres: "Era voz corrente no local que o metalúrgico Luiz Ignácio da Silva, Lula', não fora convidado para participar do Congresso, e que se comparecesse teria sua entrada barrada" (DAESP, 1981a, f. 2). É sabido que o PT estava apoiando a dissidência do congresso na PUC. Os temas dos discursos de abertura apontam para um distanciamento das questões feministas. Discutiu-se a ditadura militar vigente, a repressão aos movimentos classistas e sociais, o alto custo de vida, as multinacionais. As exceções, de acordo com o relatado no informe, ficaram por conta do controle da natalidade e a questão do trabalho feminino.

O relatório sobre o segundo dia de congresso no Pacaembu, assinado por Vailde e equipe, é produto da infiltração da informante num dos oito grupos de trabalho específicos que discutiram, entre outras questões: a mulher e a luta contra a carestia; a mulher e a luta pela educação dos filhos; a mulher e a luta pela igualdade de direitos; a mulher e a luta pela democracia; a mulher e a luta pela paz; mulher e trabalho; mulher e saúde e organização das mulheres. A agente escolheu participar do GT que discutiu a mulher e a luta pela democracia, possivelmente pelas discussões em torno da abertura política. Ela aponta em seu relato que, embora contem com a questão feminista nos temas dos grupos, as discussões em torno das questões específicas das mulheres entrelaçam-se com os problemas gerais ou são filtradas sob o ponto de vista das mulheres trabalhadoras:

> [...] Algumas participantes tiveram a palavra e discutiram sobre o controle da natalidade, sendo contra o mesmo que o governo quer implantar, o salário da mulher é sempre menor que o do homem, sendo que muitos empregadores registram em carteira com salário maior e ganham menos e se reclamarem ainda perdem o emprego, querem um governo democrata que o povo faça as leis, pagamos impostos e não vemos o dinheiro, pobre não tem hospital, não tem escolas para seus filhos, temos é que reivindicar nossos direitos, a mulher tem que lutar pela democracia, o povo vive a opressão, temos que votar, participar, dar opiniões, fazer movimentos em praça pública sem a repressão dos militares; temos que votar em pessoas que vão defender nossa constituinte, porque as leis atuais dão assistência e escolas só para os filhos do patrão (DAESP, 1981b, n. p.).

As propostas aprovadas pelo grupo para apresentação no congresso reforçam ainda mais a predominância das questões

gerais ligadas à realidade política: assembleia nacional constituinte livre e soberana, reforma agrária, defesa da Amazônia, segurança para os trabalhadores do campo, nacionalização dos bancos. No bairro vizinho, em Perdizes, na PUC, a investigadora Silvana e equipe documentaram, entre 9 horas e 17 horas e 30 minutos do dia 7 de março de 1981, de forma bem mais sucinta, a outra versão do congresso, sem descrever a mesa de abertura e seus componentes, mas trazendo como dado diferenciado a homenagem a mulheres mortas pela repressão política no Brasil. Não há muitos detalhes sobre a abordagem dos temas tratados, mas numa primeira leitura parecem ampliar a discussão feita no Pacaembu, do ponto de vista das feministas: "participação da mulher na política, segurança da mulher, violência contra a mulher e a organização da mulher, em favor da mulher que amamenta (problema das firmas que não facilitam as mães que amamentam)" (DAESP, 1981d, n. p.). Um segundo relatório, com autoria identificada apenas pelo número 2.524, sobre o mesmo dia na PUC, aponta a presença de um investigador homem que se viu impedido de entrar, fazendo seu trabalho junto ao teatro da universidade, na medida do que as limitações impostas a ele permitiam captar:

> Sendo que só estava sendo permitida a entrada de mulheres (delegadas) ou ligadas ao citado congresso, a entrada de homens (somente jornalistas e pessoal de apoio estes previamente inscritos). Da porta principal do Tuca, dava-se para notar que as discuçoes (sic), digo: que o debate estava num clima de cordialidade, não se notava alterações. Haviam no local os seguintes autos oficiais AL:38, AL:71, CM-014 e CM-025, bem como os veículos dos órgãos de imprensa: Rede Globo, viatura 05 e Folha, viatura-800, também um ônibus da Viação Barão de Mauá, prefixo 295, placas de Maua, N.X 07-81 (segundo ouvi falar teria trazido operário/mulheres) (DAESP, 1981c, n. p.).

No segundo dia, a equipe liderada pelo agente 627, possivelmente também uma mulher, acompanhou um ato público na Praça da Sé, organizado pelas congressistas que se reuniram na PUC. O ato marcava o final do III Congresso para esse grupo de mulheres e apresentava as deliberações do evento. Uma forte chuva por volta das 15 horas fez com que as manifestantes tivessem de se abrigar no interior da Catedral. Os agentes registram, assim como no Pacaembu, faixas e palavras de ordem. Embora possam ser identificadas algumas semelhanças, é visível no relatório a maior presença de questões específicas das mulheres nos discursos manifestados na Praça no Centro de São Paulo: "Ainda ocupantes desta Catedral, os seu (sic), digo, gritavam: A) Mulher, lutar para se libertar; B) 1,2,3,4,5...1000 A luta feminina sacudindo o Brasil; C) Mulher, tesão e mais educação; D) O povo unido jamais será vencido; E) Aqui, agora, ninguém fica de fora" (DAESP, 1981e, p. 1). Na relação das faixas descritas ao serem estendidas em frente à escadaria da Sé, onde, em determinado momento, teriam se reunido cerca de 1.500 pessoas, a presença de pautas específicas, mas também de tensões, retratos de possíveis discordâncias entre as feministas, ou entre os grupos políticos presentes: "[...] 1) Abaixo a violência à mulher; [...] 4) O prazer também é revolucionário; [...] 13) Mulher não é propriedade de pai, nem de marido, nem de patrão; 14) Abaixo a farsa da defesa da honra; 15) Não somos contra os homens, mas a favor das mulheres" (DAESP, 1981e, p. 2). Duas faixas, especialmente, marcam um ponto de divergência em relação ao visto no Pacaembu: "16) Pela anulação do julgamento dos sindicalistas; [...] 18) Viva Lula e o PT" (DAESP, 1981e, p. 2). As manifestações referem-se ao julgamento e condenação à revelia de Lula e outros 12 sindicalistas da região do ABC, em fevereiro daquele ano, pela Auditoria Militar em São Paulo. Eles haviam sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional por liderar as greves dos metalúrgicos em 1980. O julgamento acabou sendo

anulado pelo Superior Tribunal Militar em setembro de 1981, mas em nova apreciação, em novembro do mesmo ano, eles foram novamente condenados.[1] Recorreram em liberdade e acabaram absolvidos no ano seguinte.[2]

O acompanhamento dos congressos, das reuniões e das articulações com grupos políticos e dissidências dentro do movimento feminista era realizado em vários outros estados do Brasil. No Ceará, que teve sua primeira entidade, a União das Mulheres Cearenses (UMC), criada em 1979, não foi diferente. A maior parte da documentação encontrada foi produzida pela agência do Serviço Nacional de Informação (SNI), em Fortaleza, que também monitorava e produzia relatórios sobre os estados do Piauí e Maranhão. Os documentos fazem parte do Fundo SNI do Arquivo Nacional. Os informes encontrados concentram-se, especialmente, sobre atividades realizadas entre os anos de 1982 e 1985.

No panorama produzido pelo SNI, seguem-se as diretrizes e entendimentos de outros órgãos de informação. O movimento feminista é visto como mais uma configuração de tentativas de desestabilização do regime pelo comunismo, através da articulação com partidos ou organizações de esquerda. Nessa ação, estão incluídos todos os outros movimentos que passam a se organizar ou reorganizar naquele momento, como os de moradores de bairros e favelas, professores, servidores públicos, estudantes, meio ambiente, negros etc. Participantes dos movimentos são mapeados. Não raro é encontrá-los participando de várias entidades ou manifestações de diferentes vertentes. Seus antecedentes políticos, como participações anteriores em

1 Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/tribunal-anula-a-condenacao-de-lula. Acesso em: 25 jan. 2019.

2 Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-depos-pela-primeira-vez-ha-36-anos,70001772611. Acesso em: 25 jan. 2019.

movimento estudantil, manifestações, prisões ou averiguações são recuperados, o que reforça a tese dos órgãos de vigilância.

Em Fortaleza, as rivalidades e a disputa do movimento de mulheres pela UMC, já citada, e o Centro Popular das Mulheres (CPM), fundado em 1982, é uma constante nos relatórios. As duas entidades são apontadas como parte nas disputas dentro do Partido Comunista do Brasil, dividido após a Guerrilha do Araguaia. Segundo Gorender (DUARTE, 2012, p. 161), a direção do PCdoB escondia dos militantes, até o final de 1976, a derrota sofrida no Pará. As tentativas de autocrítica do movimento por ex-guerrilheiros e dirigentes são abafadas e os dissidentes, punidos com expulsão do partido. A UMC seria ligada ao PCdoB/Ala Pomar, em alusão a Wladimir Pomar, crítica ao Comitê Central do Partido. O CPM é identificado como PCdoB/Ala Amazonas, em referência ao presidente nacional do partido, João Amazonas. Seria composto quase que na integralidade por militantes do partido. Além das duas entidades, os documentos identificam, ainda, o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (NEDIM), de caráter mais acadêmico, ligado à Universidade Federal do Ceará, o Grupo 4 de Janeiro, caracterizado como "eminentemente feminino" (AN-COREG, 1982, p. 3) — o que entendemos com pouca influência de organizações de esquerda —, o Departamento Feminino do PMDB e um núcleo de mulheres do Sindicato dos Bancários. Os congressos e manifestações, de acordo com os dados do SNI, pareceram ser lugares privilegiados para as observações das divergências e disputas na organização das mulheres, numa conjuntura de luta pela democratização dentro da militância de esquerda.

O I Congresso da Mulher Cearense, realizado entre 13 e 14 de março de 1982, em Fortaleza, reuniu cerca de 200 mulheres no Colégio Oliveira Paiva. As participantes dividiram-se em quatro grupos de trabalho debatendo os temas: mulher, família e sexo; mulher e comunidade; mulher e sociedade; mulher e tra-

balho. Os discursos lembraram a dupla exploração sofrida por elas como mulheres e trabalhadoras. As visões sobre a luta de classes como vetor privilegiado das transformações sociais, no entanto, e os limites de um movimento específico deram o tom das considerações feitas por militante da CPM:

> Para Mariza Almeida Machado, representante do CPM, as mulheres não constituem uma categoria social definida e, por isso, devem estar organizadas dentro de uma categoria profissional, através de departamentos femininos e não em núcleos específicos da mulher, quando disse: Entendemos que a verdadeira emancipação da mulher está condicionada a emancipação geral de todo o povo, e as mulheres devem debater suas questões específicas dentro da categoria. Assim elevaremos o nível de consciência e de mobilização das mulheres sobre os problemas da categoria e do país (AN-COREG, 1982, p. 3).

De acordo com o informe, questões específicas e mais polêmicas como o aborto foram pouco debatidas, nesse primeiro encontro. O grupo responsável por tratar especificamente da questão manifestou posição contrária à legalização da prática no Brasil: "... é necessário construir uma nova sociedade, onde a mulher tenha condições de criar seus filhos" (AN-COREG, 1982, p. 3). A recusa tem provavelmente a ver com a proximidade dos grupos com a Igreja Católica, com a qual muitos dos movimentos sociais em reorganização se articulavam.

O documento revela que, poucos dias antes do congresso, as comemorações do dia 8 de março foram encerradas, na capital cearense, com missa. Foram entoadas músicas de protesto, feitas críticas ao regime e foi incentivada a continuidade das manifestações populares. É possível também pensar nos condicionantes das direções partidárias e organizações de esquerda,

comandadas por homens e avessas a pautas consideradas estranhas à nossa realidade. E, ainda, sobre as dificuldades de boa parte das mulheres incorporarem alguns temas do feminismo internacional relativos ao corpo e direito ao prazer. Embora tenhamos tido disseminação de novos comportamentos nos anos 1960 e 1970, a distância entre o que chegava pelos meios de comunicação e a vivência concreta das pessoas ainda era grande, integrando um quadro denominado por Figueira (1985, p. 144-145) de modernização conservadora. O informe analisado, por exemplo, documenta falas de mulheres durante o I Congresso das Mulheres Cearenses que criticam a virgindade, mas ao mesmo tempo condenam "padrões falsos" que estariam sendo impostos às mulheres, como a "liberdade sexual" (AN-COREG, 1982, p. 2).

As tensões entre feministas e entre elas e seus partidos, assim como a ampliação do movimento a outros setores sociais, podem explicar o aprofundamento de temas relacionados a sexualidade, corpo e especificidades de gênero no ano seguinte, durante o II Congresso das Mulheres Cearenses. Na lista de temas debatidos durante dois dias na Faculdade de Direito da UFC, além dos ligados às lutas mais gerais, é possível visualizar uma abordagem mais específica sobre trabalho e sexualidade e um ponto sobre legalização do aborto. O tema foi abordado em palestra proferida pela psicóloga Marta Suplicy, convidada do Congresso, famosa na época por seu quadro sobre sexo no programa TV Mulher, da Rede Globo. Mas o informe não detalha sua fala, dizendo apenas que ela defende a legalização do aborto, que abordou o feminismo como forma de luta pelos direitos da mulher e a necessidade de combater o machismo. Não há registros de que o aborto tenha sido discutido em grupos nem de deliberações sobre o tema ao final. Em compensação, há registro sobre um esboço do novo Estatuto Civil da Mulher, elaborado pela professora de Direito da PUC, Sílvia Pimentel,

aprovado por unanimidade pelas congressistas. Entre as mudanças propostas, estava a revogação do parágrafo primeiro do artigo 178, do Código Civil, que assegurava ao marido o direito de entrar com ação para anular o casamento com a mulher, caso ela não fosse mais virgem, até 10 dias após ter contraído núpcias. Propunham-se mudanças com relação à partilha e representação igualitária da sociedade conjugal, tornar-se-ia facultativo aos cônjuges a adoção do sobrenome de seu parceiro após o casamento.

Para além dos novos temas, as críticas ao que seriam tentativas de centralizar as decisões e debates do movimento de mulheres foram aprofundadas nesse encontro, algo timidamente registrado na cobertura do evento anterior, quando se menciona o descontentamento com a não discussão dos temas a serem debatidos por outros grupos que não a UMC. Novamente a União das Mulheres Cearenses é questionada:

> O fato de a direção do congresso em apreço ter ficado a cargo da UMC, gerou descontentamento por parte dos grupos feministas, os quais manifestaram inconformismo contra a política "ditatorial" da UMC, que, inclusive propôs a criação de um "núcleo" que congregasse as demais sob sua coordenação. Tal proposta foi rejeitada pelos coordenadores: Moema Correia São Thiago e Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de Menezes (Nedim) com apoio dos grupos Ninho (entidade ligada à Arquidiocese de Fortaleza que trata da evangelização e promoção das vítimas da prostituição e das famílias que vivem em condições sub-humanas) e 4 de janeiro que denunciaram manipulação do Congresso em prol das feministas, segundo as dissidentes, com o objetivo de tirar proveitos políticos, esquecendo os interesses das mulheres (AN-COREG, 1983, p. 5).

É provável que entre as acusações realizadas, especialmente pelo grupo 4 de Janeiro, estivesse a retirada de pauta ou mesmo adiamento da discussão e deliberação de questões mais específicas e polêmicas da segunda onda feminista, como o aborto. A hipótese configura-se ao examinarmos o informe sobre o III Congresso das Mulheres Cearenses, em março de 1984, quando o tema novamente aparece pautado. Há a aprovação da reivindicação em torno da legalização do aborto, mas somente em alguns casos, como "estupro, incesto, deformidade físico-mental e condição sócio médica (solicitação médica)" (AN-COREG, 1984, p. 6).

A proposta passa longe de discussões sobre a legalização do aborto a partir do direito das mulheres em definir os destinos do próprio corpo e da maternidade como escolha. Há duas outras deliberações aprovadas que dizem respeito à continuidade da discussão sobre o tema em novo encontro de mulheres, reunião a ser realizada dois meses depois na sede da UMC, e a preparação de cartilha mais aprofundada sobre o assunto para embasar as discussões. O adiamento mostra o quanto o ponto estava longe de ser pacífico entre as cerca de 200 participantes. Em paralelo, nesse mesmo evento, as mulheres reunidas em grupo de discussão sobre controle da natalidade manifestaram seu repúdio ao Programa de Assistência Integrada à Saúde da Mulher (PAISM) visto como uma "imposição do FMI" (AN-COREG, 1984) e deliberaram por campanha de esclarecimento sobre o tema no estado, enfatizando que nosso problema na verdade era a mortalidade infantil e a má distribuição de terras.

O III Congresso aponta ainda para a organização de um conselho estadual voltado para a defesa jurídica da mulher, proposta que começa a se tornar realidade em outros estados brasileiros, a partir dos protestos contra a violência doméstica e que, mais tarde, pressionarão o Estado pela criação de delegacias especializadas. Num ano decisivo para o processo de abertura

política, o informe produzido pelos agentes do SNI, sobre mais um congresso de mulheres, deu conta de deliberações diversas, que iam desde o apoio às eleições diretas para presidente, através da emenda Dante de Oliveira, luta pela reforma agrária, pedidos de congelamento de preços de gêneros de primeira necessidade e até a realização de greve geral no campo e na cidade. No duro equilíbrio entre lutas gerais e específicas, o movimento de mulheres ia construindo caminhos possíveis no Brasil.

Considerações finais

O movimento feminista brasileiro foi alvo de vigilância por parte do regime autoritário instalado em 1964, assim como outros movimentos sociais e organizações políticas. A documentação produzida por órgãos de informação sobre esse tema, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, traz importantes elementos para pensar tanto a própria dinâmica dos grupos espalhados por todo o território brasileiro como as representações construídas sobre a organização de mulheres pelos órgãos de repressão.

A maior parte dos documentos analisados, neste artigo, associa o feminismo ao que seriam organizações de fachada para a ação do movimento comunista, assim como aconteceu com o movimento ambientalista e o de direitos humanos, surgidos no processo de abertura política. Essa construção, embora reducionista, revela aspectos da especificidade da luta das mulheres no Brasil, desde sempre envolta com os desafios da luta da esquerda contra a ditadura, pela democracia, e/ou contra o sistema capitalista, seja pela via revolucionária ou através de reformas sociais e econômicas.

As pautas feministas de Segunda Onda, desenvolvidas nas conjunturas europeia e norte-americana, calcadas nas lutas pelo direito ao corpo e à crítica das desigualdades entre homens

e mulheres, eram malvistas pelos movimentos de esquerda, que as criticavam ou desqualificavam por seu caráter considerado sexista ou divisionista. Quando o movimento de mulheres ganhou corpo, os partidos e organizações clandestinas de esquerda passaram a disputar ou tentaram interferir na condução das lutas feministas, o que é registrado ricamente pelas fontes referentes aos congressos e às reuniões de mulheres que tiveram agentes dos órgãos de vigilância infiltrados até meados dos anos de 1980. As disputas no interior de congressos e entre organizações revela aspectos ligados às diferenças de projetos de esquerda, mas fornece, ainda, elementos para pensar de forma mais aprofundada sobre as desigualdades de gênero no cerne das lutas por novos projetos de sociedade no conturbado Brasil dos anos de 1970 e 1980.

Ana Rita Fonteles Duarte é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Do Agente Z ao Chefe da Seção de Buscas Especiais. Rio de Janeiro, 14 out. 1975. DGIE, Fundo DOPS, not. 236, f. 310-332. Não paginado.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Informação n. 1980. Rio de Janeiro, 31 jul. 1972. Fundo DEOPS, setor Comunismo, not. 107, f. 55-62.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Informe 1132/82. Rio de janeiro, 16 set. 1982. Fundo DOPS, setor Comunismo, not. 159, f. 308-318. Não paginado.

ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). ACE 1136/82. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1982. Fundo SNI.

ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). ACE 2035/83. Fortaleza: Presidência da República, 1983. Fundo SNI.

ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). ACE 2780/80. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1980. Fundo SNI.

ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). ACE 42610/84. Brasília, DF: Serviço Nacional de Informações, 1984. Fundo SNI.

DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP). Congresso da Mulher: Estádio de Pacaembu. São Paulo, 7 mar. 1981a. Delegacia de Ordem Política. DEOPS/SP, Dossiês Movimentos da Sociedade Civil, Congresso da Mulher Paulista, v. 3, pasta 732, f. 1-2.

DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP). Informe 4604/82. São Paulo, 28 set. 1982. Delegacia de Ordem Política. DEOPS/SP, Dossiês Movimentos da Sociedade Civil, pasta 984.

DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP). Observação durante o III Congresso da Mulher Paulista: Ginásio do Pacaembu. Rio de Janeiro, 8 mar. 1981b. Delegacia de Ordem Política. DEOPS/SP, Dossiês Movimentos da Sociedade Civil, Congresso da Mulher Paulista, v. 3, pasta 732. Não paginado.

DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP). Observação na TUCA, PUC: III Congresso da Mulher Paulista. São Paulo, 7 mar. 1981c. Delegacia de Ordem Política. DEOPS/SP, Dossiês Movimentos da Sociedade Civil, Congresso da Mulher Paulista, v. 3, pasta 732. Não paginado.

DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP). Observação no Tuca, Rua Monte Alegre: III Congresso da Mulher. São Paulo, 7 mar. 1981d. Delegacia de Ordem Política. DEOPS/SP, Dossiês Movimentos da Sociedade Civil, Congresso da Mulher Paulista, v. 3, pasta 732. Não paginado.

DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP). Observações junto ao ato público do III Congresso da Mulher Paulista. São Paulo, 8 mar. 1981e. Delegacia de Ordem Política. DEOPS/SP, Dossiês Movimentos da Sociedade Civil, Congresso da Mulher Paulista, v. 3, pasta 732.

DIVISÃO DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP). O congresso da mulher começa em dois locais. O Estado de São Paulo, São Paulo, p. 26, 8 mar. 1981f. Delegacia de Ordem Política. DEOPS/SP, Dossiês Movimentos da Sociedade Civil, Congresso da Mulher Paulista, v. 3, pasta 732.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da memória*: o movimento feminino pela anistia no Ceará. Fortaleza: Inesp/ UFC, 2012.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FIGUEIRA, Sérvulo. Modernização da família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat. Recife: s.n., 1991. Mimeografado.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, set./dez. 2005.

TELES, Maria Amélia Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-1980)

Ana Paula Palamartchuk
UFAL

> *[...] está na hora de dar solidariedade às companheiras e dar um chega pra lá nessa sacanagem, nessa safadeza tanto da discriminação como da exploração da mulher trabalhadora. Nós somos mulheres, mas também fazemos parte da sociedade. Também fazemos parte do progresso. Também fazemos parte da riqueza desse país. Nós mulheres somos as primeiras a sofrer, tanto faz, na discriminação e no desemprego. Quando começa o facão dentro da fábrica, nós mulheres somos as primeiras a sermos despedidas. E somos as mais exploradas. [...] é a mulher que dá mais produção dentro da fábrica. Mas é a mulher que se submete ao salário menor. Sou diretora do sindicato e nós, mulheres, precisamos nos organizar pra mudar esse sistema."*
>
> Maria Raimunda Nunes Pereira, operária metalúrgica em São Paulo, 1982[1]

1 Depoimento. Transcrito de *Tribunal Bertha Lutz*, documentário, direção João Batista de Andrade, 31', 1982.

Este capítulo é, em parte, resultado do projeto de pesquisa que desenvolvo atualmente, intitulado *História Social do Feminismo no Brasil: Direitos Humanos e Direitos das Mulheres (1975-1985).*[2] Não tem sido tarefa fácil deixar a história dos intelectuais comunistas da primeira metade do século XX no Brasil, tema e período pesquisados por toda minha formação como historiadora até o doutorado e depois. As dificuldades aumentaram à medida que fui me aproximando da bibliografia sobre a organização e atuação dos movimentos sociais durante a ditadura militar, sobre a natureza e caráter do golpe de 1964 e dos debates acerca dos projetos de "transição democrática".

Entre 1975, ainda em plena ditadura, e 1985, momento em que assumia o primeiro presidente civil após do golpe de 1964 — mesmo que eleito por um colégio eleitoral —, há um crescimento vertiginoso dos movimentos sociais. Entre esses movimentos, destacam-se muitas organizações de mulheres e organizações abertamente autoidentificadas como feministas. Em rápida busca nos acervos das polícias políticas do Rio de Janeiro e São Paulo, e nos da vigilância dos órgãos da repressão da ditadura militar, foi possível identificar aproximadamente 275 organizações de mulheres e feministas, atuantes durante esse período.[3]

---

2 Este capítulo foi produzido junto aos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 do PIBIC/UFAL e contou com a participação das estudantes de graduação em História Caroline Gomes de Alcantara Ferrari e Maria Carolina Lins da Costa Silva. A quem aproveito para agradecer a parceria tão generosa e estimulante durante esses anos. Aproveito para agradecer também ao professor e amigo Elias Veras pela interlocução riquíssima que construímos cotidianamente no nosso trabalho de pesquisa, e à professora Glaucia Fraccaro, que vi nascer como pesquisadora, pela amizade e pelos caminhos que temos compartilhado hoje na militância feminista e na construção de uma História Social do Feminismo.

3 Foram consultados os acervos DEOPS, DESPS, DOPS, SNI e outros órgãos de repressão no Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e no Sistema de Informação do Arquivo Nacional. Acesso em março, 2021.

Nessa fase da pesquisa, chamaram a atenção algumas notas que foram publicadas na chamada imprensa alternativa e na grande imprensa, entre 1981 e 1982, dando notícias da realização do Tribunal Bertha Lutz (TBL). Este capítulo surge, portanto, da curiosidade em torno das mobilizações de organizações de mulheres e feministas em torno do TBL.

Um tribunal em defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres

A ideia de organizar um tribunal em defesa dos direitos humanos e dos direitos das mulheres havia surgido em uma reunião com 26 grupos feministas, convidados pelo núcleo baiano do Brasil Mulher,[4] em junho de 1981, no encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrido em Salvador.

Em 1980, marcado pela explosão pública de vários casos de assassinato de mulheres por seus maridos e companheiros e pela experiência cotidiana de sofrer e conviver com a violência, surgiu o SOS-Mulher (SP). A Carta Manifesto e o texto que a introduz justificam a atuação de organizações feministas em torno da solidariedade como experiência comum de discriminação vivida pelas mulheres e, em especial, a discriminação vivida na

4 Coluna Mulheres em Ação. *Mulherio*, n. 3, p. 4, 1981. No entanto, é sabido que *Brasil Mulher* foi um jornal editado inicialmente em Londrina/PR e que circulou entre 1975 e 1980, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres para colher assinaturas para a Campanha pela Anistia. Em 1976, houve um "racha" do grupo editorial, o jornal passa a ser sediado em São Paulo e é publicado pela Sociedade Brasil Mulher, entidade recém-criada. Ver, entre outros: Kucinski, 2001, p. 71. Já o relatório do Comando do II Exército afirma que ainda em novembro de 1976, a Sociedade Brasil Mulher tinha como endereço uma caixa postal em Londrina. Ver: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80004250_d0001de0002 SIAN. Nos trabalhos pesquisados sobre o jornal *Brasil Mulher* não constam informações sobre a Sociedade, nem suas atividades depois do fim do jornal, a não ser em algumas notas no jornal *Mulherio*.

violência. Formado por um "coletivo" de feministas que residiam na cidade de São Paulo, o SOS-Mulher mantinha desde o início relação com outras organizações de mulheres e feministas, mas já se preocupava com o financiamento e a estruturação da entidade, já que suas atividades começam com o atendimento de uma demanda de mulheres muito maior que o imaginado.

Durante a estruturação, o crescimento do SOS-Mulher foi estrondoso, escancarando, por um lado, a ausência de políticas públicas de acolhimento a mulheres "vítimas" de violência (fosse "física, ameaças, agressões, estupros, danos morais e materiais apoiados por discriminação do sexo, opção sexual, estado civil, idade, aparência, atividade profissional"[5]) e, por outro, a grande demanda das mulheres vítimas de violência por um espaço de denúncia, acolhimento e encaminhamento especializado.

É no planejamento das comemorações de um ano do SOS-Mulher que surge a ideia de um tribunal para julgar e expor como crime a violência contra a mulher. Naquele momento, o SOS-Mulher se articulava como uma frente das organizações de mulheres e feministas, na qual voluntárias se revezavam no atendimento às mulheres que as procuravam. Criou-se até um bordão a respeito: "Nós somos uma frente sem costas" (*Apud* PONTES, 1986, p. 213). Mas no ano seguinte houve uma reconfiguração tanto do SOS-Mulher quanto das demais organizações de mulheres e feministas, agora mais voltados para os interesses e a militância nos partidos políticos (em sua grande maioria de esquerda), que estavam concentrando suas energias nas eleições diretas de governadores e representantes do legislativo que se avizinhavam em 1982 (PONTES, 1986, p. 214).

5 SOS-Mulher (SP), Carta de Princípios, 10 de outubro/1980. *Apud*: Pontes, 1986, p. 106 e 107.

De certa forma, há um esvaziamento do movimento de mulheres e feminista em São Paulo, cuja causa imediata é a preparação para as eleições. Assim, talvez, essa tenha sido também a causa de um recuo estratégico no tema principal pensado anteriormente para a organização do tribunal. As organizadoras do evento, limitadas às ativistas da Associação de Mulheres e da Sociedade Brasil Mulher, em uma tentativa, talvez, de ampliar a participação de outras organizações e militantes, propuseram que o tema fosse o da discriminação da mão de obra feminina. Ao menos é o que, no início de 1982, o jornal *Mulherio* anunciava, indicando o funcionamento das comissões de trabalho para a instalação do tribunal e da decisão de nomeá-lo Bertha Lutz, em homenagem ao seu trabalho em torno da defesa dos direitos das mulheres e por ser um nome que, nos tensionamentos políticos entre as organizações sociais envolvidas e os projetos de feminismo que disputavam, pareceu ser unificador.

Ali também foi decidido que o tema da primeira sessão seria a discriminação da mulher no trabalho, aproveitando a recente vitória no processo aberto pela tecelã Maria Zuppo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Sorocaba, contra a Companhia de Fiação e Tecelagem Santa Maria, onde trabalhou por cerca de 10 anos, ganhando aproximadamente 4 vezes menos do que os homens que exerciam a mesma função na empresa.[6]

Nesse sentido, o nome e tema escolhidos se referem tanto à grande expansão do movimento social organizado em torno das mulheres, feministas ou não, cuja construção é tendencialmente arquitetada sob o contexto de "abertura lenta, gradual e segura", quanto à campanha da anistia "ampla, geral e irrestrita". Aqui estão postas agendas de luta que se referem di-

---

6 Borges, Adélia. Inovando na forma e na força. *Mulherio*, nº 7b, p. 4-5, 1982. *Tribunal Bertha Lutz* documentário média-metragem, direção João Batista de Andrade, 1982. https://www.youtube.com/watch?vd6J-sXzfO9Q – acesso em: 14 de dezembro 2021.

retamente ao entendimento dessas organizações sobre os projetos de Brasil que se articulavam, em um primeiro momento, a partir das violações dos direitos humanos da ditadura militar que já não poupava mulheres e crianças das prisões, torturas e desaparecimentos (ALVAREZ, 1990, p. 8). A história do feminismo a partir de então carrega essa marca, mas não sem tensões e nuanças, já que a defesa dos direitos humanos no interior das organizações feministas, e para fora delas, muitas vezes se orientou mais pela defesa da igualdade de gênero e menos pela construção de uma pauta centrada nos direitos das mulheres. É como se as organizações estivessem entre a defesa de uma pauta feminista e a defesa da democracia.

É importante explicitar que a mudança do tema da violência contra as mulheres para o da discriminação contra as mulheres trabalhadoras alterava o caráter e a natureza do tribunal, já que a ideia original havia tido como inspiração o Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres (TICM). Esse tribunal se reuniu pela primeira vez em Bruxelas, entre os dias 5 e 8 de março de 1976, e propunha que o ativismo feminista extrapolasse os muros das nações e explodisse com a ideia de integração da mulher na sociedade patriarcal. Em explícita crítica às atividades que haviam sido articuladas pela ONU, para o Ano Internacional da Mulher e, depois, para a Década da Mulher, reuniu aproximadamente 2 mil feministas de 40 países. Defendiam: "A irmandade é poderosa! A irmandade internacional é mais poderosa!" e "Eu pertenço à terra de ninguém" (RUSSELL e VAN DE VEN, 1990). Essa foi mais uma das muitas ações que reuniu diferentes movimentos de mulheres, principalmente, dos EUA e da Europa, identificadas como Women's Liberation Movement (Movimento pela Libertação das Mulheres), que incluía mulheres de organizações de esquerda e que tinham, grosso modo, durante os anos 1970, a crítica ao sexismo, em especial, atualizadas em leituras formuladas por Simone de Beau-

voir em *O segundo sexo* (1949) e a crítica ao marxismo, quando reduzia a opressão da mulher à luta de classes.

A despeito das infindáveis diferenças entre os grupos que compunham o movimento mundo afora, constituindo-se por cisões e reagrupamentos, o princípio de unidade está explícito na mensagem que Beauvoir envia ao TICM. Convidada para fazer a conferência de abertura, Simone de Beauvoir desculpa-se pela ausência e reafirma sua perspectiva feminista:

> "Queridas irmãs, [...] Considero este encontro um grande evento histórico. Ao contrário do México onde as mulheres, dirigidas por seus partidos políticos, por suas nações, buscavam apenas integrar Mulher em uma sociedade masculina, vocês estão aí reunidas para denunciar a opressão a que as mulheres estão sujeitas nesta sociedade. Para combater essa opressão, há muito tempo as mulheres se reúnem em muitos países; mas esses vários grupos eram mais ou menos ignorantes uns dos outros. Pela primeira vez elas se unirão, e mulheres vindas de todo o mundo se tornarão conscientes do escândalo de sua condição. Vocês têm razão em considerar essa condição a fonte de crimes reais: a posição imposta às mulheres, sob formas institucionalizadas ou não, leva a ataques inaceitáveis contra o ser humano; contra estes, na grande maioria dos casos, não há recurso legal. É por isso que é urgente que as mulheres se mobilizem para combater esses crimes por seus próprios meios. Fortalecidas pela sua solidariedade, vocês desenvolverão táticas defensivas, sendo a primeira precisamente aquela que vocês estarão usando durante esses cinco dias: conversar umas com as outras, conversar com o mundo, trazer à tona as vergonhosas verdades que metade da humanidade está tentando encobrir. O Tribunal é em si um feito. Ele anuncia mais por vir. Saúdo este Tribunal como sendo o início de uma descoloniza-

> ção radical das mulheres." (BEAUVOIR *apud* RUSSELL e VAN DE VEN, 1990, p. 5).

A ideia do TICM, evocado como inspiração para a constituição de um tribunal semelhante no Brasil, também se inspirou em outro, o Tribunal Internacional contra Crimes de Guerra. Conhecido como Tribunal Russell, por ter como um dos principais articuladores o filósofo britânico Bertrand Russell, reuniu nomes importantes da intelectualidade mundial, incluindo o filósofo francês Jean-Paul Sartre e o cientista político italiano Lelio Basso como os dois principais organizadores da primeira sessão. Motivados pela crescente mobilização contra a Guerra do Vietnã e pelas graves violações dos direitos humanos praticadas pelos EUA naquele pequeno país, viram aí a oportunidade para a instalação de um "tribunal de opinião", para denunciar e condenar simbolicamente os crimes de guerra cometidos pelos EUA (TOSI e FERREIRA, 2014, p. 23-29). Na sessão de abertura da primeira sessão, no dia 2 de maio de 1967, em Estocolmo, o presidente do júri, Jean-Paul Sartre, afirmou:

> Na verdade, nós desejamos, graças à colaboração dos meios de informação, manter um contato constante com as massas que, em qualquer parte do mundo, vivem a dor da tragédia do Vietnã. Esta sessão é uma empreitada comum, cujo resultado final deve ser, segundo a expressão de um filósofo: "uma verdade que se torna tal". Sim, se as massas ratificarão o nosso julgamento, então ele se tornará verdade e nós, no instante mesmo em que desaparecermos, elas far-se-ão sentinelas e poderoso apoio daquela verdade, saberemos que fomos legitimados e que o povo, manifestando-nos o seu consentimento, revela uma exigência profunda: aquela que um verdadeiro "tribunal contra os crimes de guerra", seja criado como órgão permanente, ou seja, que tais crimes possam ser, em qualquer lugar e em qualquer momento, denuncia-

dos e punidos. (SARTRE *apud* TOSI e FERREIRA, 2014, p. 28-29).

Com grande repercussão mundial, o Tribunal Russell foi mobilizado, mais uma vez — mesmo depois do falecimento de Russell em 1970 —, em 1974, como instrumento de denúncia das violações dos direitos humanos como a tortura, assassinato e desaparecimento de opositores das ditaduras militares na América Latina. A mobilização tem início com o assassinato de Salvador Allende e o golpe de Estado que instala uma ditadura militar no Chile e com as graves violações dos direitos democráticos e dos direitos humanos que se seguiram ao golpe. Instalado em Roma, entre os dias 30 de março e 6 de abril de 1974, o Tribunal Russell II, como ficou conhecido, denuncia as violações dos direitos humanos na América Latina. Além do Chile, Brasil, Bolívia e Uruguai se fizeram presentes nas sessões do tribunal com depoimentos e testemunhos das arbitrariedades cometidas contra os direitos humanos pelas ditaduras militares daqueles países. O Tribunal Russel II teve maior repercussão na Europa do que o primeiro sobre os crimes de guerra cometidos pelos EUA no Vietnã (TOSI e FERREIRA, 2014).

Essa rápida digressão aponta para uma tradição constituída na década de 1970 na qual as organizações que se envolveram na organização do Tribunal Bertha Lutz, no início da década de 1980, estavam mobilizando. Essa marca diz muito sobre o processo de construção de muitas organizações de mulheres e organizações feministas no Brasil. Mais que isso, informa sobre a formação política, o tipo de ativismo e de militância, quais temas foram eleitos como centrais na articulação dessas organizações.

Essa tradição chega ao Brasil com a Anistia, em 1979, pelas mãos de mulheres exiladas durante a década de 1970 por conta da repressão política da ditadura militar. Em especial, são as que estavam na França e formaram o Círculo de Mulheres Bra-

sileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris que, ao voltarem, participam de organizações de mulheres e feministas que já haviam iniciado suas ações e com as quais se correspondiam no período do exílio (ABREU, 2010).

É, portanto, do encontro de mulheres exiladas com as novíssimas organizações de mulheres e feministas entre o final dos anos 1970 e 1980 que surge o Tribunal Bertha Lutz.

Um tribunal de opinião em defesa dos direitos das mulheres e o jornal *Mulherio*

Aqui volto ao jornal *Mulherio,*[7] para mostrar como sua atuação influencia de maneira decisiva práticas feministas naquele início de década e sua articulação na realização do Tribunal Bertha Lutz. Fundado em março de 1981, em São Paulo, e com circulação nacional, o *Mulherio* se propôs a ser um espaço de debate das reivindicações e divulgação das atividades das mais diversas organizações "femininas e feministas" que surgiam no Brasil (CARDOSO, 2004; FREITAS, 2017; MOSQUEIRA, 2016; PAPADIUK, SCHMITT E WOITOWICZ, 2019).

No texto-manifesto publicado na capa do número zero, suas organizadoras definem que, "em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas." A ideia era reunir as mulheres pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC) que estudavam a "condição da mulher no Brasil". Primeiro, foi pensado como um boletim que fizesse "o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema". Mas depois, com surgimento de várias organizações sociais de mulheres criadas naquele período por todo o país, decidiram fazer o jornal também para ser um veículo de troca de experiên-

7 *Mulherio* publicou 39 números, entre 1981 e 1988. Sua editoria funcionava em São Paulo.

cia e pesquisa, que "se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a **todos os problemas** que afetam a **mulher brasileira**" e integrar o "conjunto de projetos sobre a **condição feminina** que a Fundação Carlos Chagas realiza com o apoio da Fundação Ford" (grifos meus).

A capa do *Mulherio* número 6, intitulada "A festa é nossa", um ano depois da fundação, traz a chamada para uma longa reportagem de sete páginas com vários depoimentos sobre o 8 de março — Dia Internacional da Mulher. A reportagem é anunciada com a chamada "Estamos menos longe" e uma foto de muitas mulheres juntas em alguma manifestação ou reunião, ou algo do gênero, e logo no primeiro parágrafo explica o direcionamento do debate e dos depoimentos para o feminismo no Brasil. Branca Moreira Alves, Carmem da Silva, Heleieth Saffioti, Iara Areias Prado e Raquel Moreno deixaram registrados ali naquelas páginas como percebiam naquele momento o movimento feminista no Brasil.

No entanto, dois desses vários depoimentos chamam a atenção por marcarem a história recente do movimento feminista na chamada "abertura" política. Mesmo compartilhando essa marca, Branca Moreira Alves e Iara Prado a pontuam de forma bastante diferente. Ambas respondiam à pergunta do jornal: "que avaliação você faz do movimento feminista no Brasil?". A primeira afirmou que "o movimento feminista saiu do nada para alguma coisa" e a segunda foi taxativa no argumento de que, entre 1975 e 1980, com a "pseudo abertura do regime", houve uma "retomada" do movimento feminista no Brasil. Aqui, fica evidente que a primeira avaliação se reduz a uma visão bastante imediatista e que supervaloriza aquele momento em detrimento da história do feminismo no Brasil. Já Iara Prado entende aquele momento como parte de um processo histórico de longo prazo do movimento feminista e chama a atenção para a crítica que sofreram das exiladas, no retorno ao Brasil pós-Anistia, de

que o feminismo que construíam reduziu "a questão da mulher à luta mais geral", à luta da oposição contra a ditadura. Mais do que isso, as diferentes interpretações demonstram como havia uma disputa política em torno de suas próprias experiências, fossem individuais ou coletivas, do que poderia marcar a história do feminismo no Brasil, a partir dos anos 1970. E, apesar da disputa em torno dos marcos de sua própria história, é possível afirmar que não vivenciavam aquelas experiências como a "segunda onda" do feminismo. A ideia de marcar esse período como "segunda onda" aparece somente no final da década de 1990, quando muitas de suas ativistas passam a sistematizar também na academia, nas Ciências Humanas, mas com predomínio nas Ciências Sociais, essas experiências.

MULHERIO

Por que Mulherio?

Os objetivos do jornal

Nossa pauta

Fonte: Mulherio, nº 0, março-abril, 1981, capa.

Ao longo dos anos em que o *Mulherio* foi publicado, consta no jornal diferentes posições políticas e argumentos em torno do processo de "abertura". Esse debate é feito lateralmente e é secundário, assim como a ideia de "transição política", que só aparece no jornal a partir do número 19, em 1984, durante a campanha pelas Diretas Já. Geralmente, a crítica se dirige ao projeto que se desenvolvia naquele contexto: "transição sem ruptura", "transição realmente democrática", "transição tutelada", "transição conservadora", "transição política cada vez mais longa" etc. Parece-nos, portanto, que, apesar de a editoria do *Mulherio* ser predominantemente de mulheres pesquisadoras da área das Ciências Sociais e com fortes laços acadêmicos, o debate político mais importante daquele contexto nacional não se efetivou. E demonstra que, apesar da narrativa de que os movimentos de mulheres e feministas se voltavam para a luta contra a ditadura militar, os projetos de nação em disputa no contexto da abertura política e nas perspectivas de transição política estão ausentes.

Ao buscar identificar e entender os projetos políticos em disputa no interior do jornal *Mulherio*, chamou a atenção uma pequena nota publicada por Fulvia Rosemberg, pesquisadora da FCC e da editoria do jornal, na coluna "Encontros" do número 19 (1984, p. 9). Na nota. ela informa sua participação no Seminário "Sistemas políticos e o movimento de mulheres", organizado pela Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), ocorrido em Sofia (Bulgária), em outubro de 1984. Mulheres de 12 países se encontraram e o debate mais significativo, para Rosemberg, foi em torno da legislação sobre licença-maternidade, que passava por uma expansão internacional tanto do tempo de licença, como da quantidade de países em que as mulheres começavam a ter acesso a esse direito.

O *paper* apresentado por Fulvia Rosemberg, neste seminário, foi publicado integralmente no *Cadernos de Pesquisa* (nº 51,

nov./1984). Intitulado "O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso das creches", o artigo é significativo para os propósitos deste capítulo, pois articula o debate sobre a "discriminação de gênero" e a história recente do feminismo nos anos 1970 e início dos 1980, a partir dos movimentos sociais que lutavam pela expansão do número de vagas e creches. Rosemberg, ao analisar a experiência da cidade de São Paulo, afirmava que a reivindicação por creches teve origem nos movimentos sociais urbanos e, mais especificamente, no movimento feminista, responsável pela criação e construção do Movimento de Luta pelas Creches, no 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979. Depois de sistematizar uma breve história das creches no Brasil e em São Paulo, Rosemberg tenta conectar a luta por creches às políticas globais em torno dos direitos das mulheres (ROSEMBERG, 1984, p. 74-77).

Em seguida, Rosemberg endossa o depoimento, dado à CPI da Câmara de Vereadores de São Paulo, de uma das lideranças do Movimento de Luta por Creches, Tania Hammoud, no qual critica o projeto de ampliação das creches executado pela prefeitura de São Paulo, que o havia descaracterizado, pois a proposta do movimento que ela liderava se centrava no atendimento às "esposas de operários" que "reivindicavam creches para poderem trabalhar fora". A prefeitura, no entanto, havia implantado um programa de creches que visava "combater a miséria", já que "destina as vagas à camada da população de mais baixa renda". Segundo Hammoud, as mães do Movimento de Luta por Creches, "que foram aquelas mulheres que realmente participavam da luta, ficaram fora da possibilidade de serem atendidas pelas creches existentes." O depoimento, reproduzido e endossado por Rosemberg, é explícito quanto à exclusão de outras mulheres trabalhadoras (ROSEMBERG, 1984, p. 77-79).

Não há nenhuma novidade nestes apontamentos. Há, sim, uma outra chave de entendimento que se inspira em outras

perspectivas. No livro *Feminismos. Uma história global*, recentemente traduzido para o português, a historiadora britânica Lucy Delap argumenta como as dificuldades e os problemas da pesquisa da história do feminismo se desdobram em desafios teóricos e metodológicos, que guardam as dimensões políticas de seu próprio momento histórico e do seu próprio lugar social:

> Sua capacidade de dar um nome a si mesmas como feministas, mulheres, senhoras ou irmãs é sempre provisório. Sua política foi organizada em torno de divisões de classe, casta, etnia, religião, sexualidade, nacionalidade e idade. [...] As mulheres negras, as da classe trabalhadora, as lésbicas, trans e bissexuais, as com deficiência, as não ocidentais e não cristãs muitas vezes foram excluídas daquilo que a teórica Chela Sandoval chamou de "feminismo hegemônico". [...] Os arquivos históricos — os poucos que documentam o feminismo — se inclinam para a história que as feministas mais poderosas e privilegiadas desejam contar (DELAP, 2022, p. 10-13).

Pontuando a construção das agendas feministas, Delap articula, sob a história do feminismo, a própria ambivalência do termo feminismo. Só assim, segundo ela, é possível entender as ações e a formação intelectual de grupos e indivíduos que o rejeitaram como excludente (muito branco, muito euro-americano, muito classe média). Resolver esse paradoxo da exclusão na história do feminismo implica estar atento ao apagamento dos aspectos locais, o isolamento das experiências de lutas e da militância local. Nesse sentido, a perspectiva da história global do feminismo questiona a hegemonia do norte global e impõe a interseccionalidade para intrometer a crítica ao colonialismo, à escravidão e às desigualdades do capitalismo nessa história (DELAP, 2022, p. 9-28; 266-275).

Mulherio aparece, portanto, como um caso exemplar, mas não único, de construção de um feminismo cuja agenda se pautou pela pesquisa da "condição feminina", por uma ideia ampla de feminismo que comportava com limites organizações não feministas (as de mulheres) e centralizada na defesa das creches como reivindicação universal das mulheres trabalhadoras.

O Tribunal Bertha Lutz e a discriminação da mão de obra feminina

A cientista política Sonia Alvarez explorou exaustivamente a relação entre a "transição política" da ditadura civil-militar para a democracia e o surgimento de organizações de mulheres e feministas e as suas reivindicações. Fruto de extensa pesquisa sobre as organizações de mulheres e feministas, sobretudo as da periferia da cidade de São Paulo, Alvarez mostra como as políticas sociais repressivas da ditadura militar levaram mulheres de todas as classes sociais para a oposição. No entanto, afirma que o "milagre econômico" (1973) marcou os "papéis" das mulheres de vários grupos raciais e de classes sociais de forma diferente. Ela afirma que essas diferenças se articulam, no entanto, sobre uma base de interesses comuns de gênero que uniu mulheres da classe média e da classe trabalhadora (ALVAREZ, 1990, p. 9).

Se, por um lado, o "milagre econômico" atingiu mais diretamente as mulheres de uma classe média emergente, proporcionando a elas uma maior presença em um mercado de trabalho em expansão — incluindo aí o acesso às universidades e à carreira acadêmica, fazendo surgir o debate público sobre as desigualdades de gênero e dando origem ao movimento feminista —, por outro, as mulheres trabalhadoras foram "empurradas" para setores do mercado de trabalho cada vez mais precarizados, dando origem às organizações de solidariedade e movimentos contra a carestia. E que, a despeito de como as mulheres da classe traba-

lhadora se autodenominavam e que relações estabeleceram com o feminismo, foi considerado e definido como um movimento feminino (ALVAREZ, 1990, p. 9-10; SINGER, 1980, p.117-118).

As perspectivas historiográficas, no entanto, ressentem-se de uma pesquisa mais densa sobre essa articulação entre a "transição política" e o feminismo; principalmente, naquilo que diz respeito aos projetos de poder e à agenda construída pelo movimento. O debate tem se centrado em três pontos, como aponta a historiadora Joana Maria Pedro (PEDRO, 2006, p. 249-272). Esses pontos, de alguma maneira, articulam uma memória (ou várias) da "origem" de uma "nova fase" (mais comumente chamada de "segunda onda") e podem ser resumidos da seguinte maneira: 1. o surgimento de várias organizações de mulheres (femininas e feministas) em oposição à ditadura e em torno do movimento pela Anistia; 2. como parte importante dessas organizações era composta por mulheres militantes de organizações de esquerda, a questão da "dupla militância" aparece como uma das questões centrais; e 3. nos conflitos e tensões sobre o feminismo, ocorridos no interior dessas organizações.

Por suposto, esses três grandes eixos em torno dos quais o movimento feminista se organiza, a partir dos anos 1970, toma para si de forma específica, e que dá o caráter e o adjetivo feminista às suas organizações, a defesa genérica da "emancipação da mulher". Ao mesmo tempo em que se desdobra na defesa, também genérica, de igualdade entre os gêneros. A construção dessa agenda específica vai sendo formulada em uma conjuntura peculiar (especificamente, a ditadura militar) e o *locus* privilegiado de expressão é a imprensa criada pelas próprias organizações, que se articulam em torno dessas reivindicações.

O Tribunal Bertha Lutz, criado, como vimos, sob a inspiração do Tribunal Russell e, portanto, em defesa dos direitos humanos, acontece em meio a um contexto que transforma a sua pauta em denúncias vagas e gerais de discriminação das mulheres no trabalho.

Fonte: MSO-MSO_C-0203 CSBH/Fundação Perseu Abramo.

Tendo surgido como uma ideia durante um encontro da SBPC, em Salvador, em junho de 1981, o TBL ganha forma no segundo semestre daquele ano, em São Paulo, quando as organizações Sociedade Brasil Mulher, Associação de Mulheres Jany Chiriac (*Nós mulheres*), Frente de Mulheres Feministas, SOS-Mulher, Casa da Mulher e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas se reúnem e formam seu o comitê organizador. É nesse momento que elas decidem pelo tema da discriminação da mão de obra feminina.[8] É importante ressaltar aqui que as organizadoras sempre procuraram explicitar que o tribunal não era de um grupo específico de mulheres nem de nenhum partido político.[9]

8 Cardoso, Irede. Hoje, o Dia Internacional da Mulher. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 8/mar/1982, p. 23.

9 s/a, A discriminação no banco dos réus. *Mulherio*, nº 5, jan/fev 1982, p. 9.

Nessa primeira reunião, foram organizadas sete comissões: trabalho fabril, trabalho na agricultura, legislação e CLT, formação profissional, trabalho doméstico, trabalho no setor terciário e medicina do trabalho, além de escolherem Bertha Lutz como a grande homenageada, como já dito.

Segundo Elisabeth Vargas, do *Nós mulheres*, que havia participado do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris na década anterior, essa seria a primeira sessão do tribunal e de sua primeira parte constariam diversos depoimentos e denúncias de mulheres trabalhadoras, assim como foram apresentados dados de pesquisas sobre a situação da "mulher brasileira" no mercado de trabalho. Beth Vargas destacou ainda que:

> Acho interessante ressaltar que o primeiro assunto escolhido — a discriminação da mulher no trabalho — não se restringirá aos problemas enfrentados pela mulher operária na fábrica. Pretendemos que ele seja ampliado para todas as categorias profissionais, ou à maioria delas pelo menos. Sabemos muito pouco, por exemplo, como são as injustiças cometidas contra a mulher do campo pelo fato de ser mulher. As profissionais liberais também têm muito o que contar.[10]

Beth Vargas também chamou a atenção para a situação do movimento feminista no Brasil daquele período. Segundo ela, o movimento passava por muitas indefinições por estar "encerrado" em si mesmo, necessitando de "ações mais concretas, mais unitárias e que possa alcançar um número maior de mulheres".[11] Ainda que o Tribunal Bertha Lutz não tenha tido objetivos organizativos, segundo ela, poderia impulsionar a opi-

10 Idem, *ibidem*

11 Idem, *ibidem*.

nião pública em torno das pautas e de uma agenda em defesa dos direitos das mulheres.

Essa "crise" do movimento feminista, apontada anteriormente, por conta das eleições para os governos de estado, senadores e deputados federais e estaduais que iriam ocorrer no fim de 1982, reaparece na organização do tribunal e nas páginas do jornal *Mulherio*.

Esse debate impresso no jornal apresenta questões bastante sensíveis sobre a participação política das mulheres. A "transição democrática" se expressa nos debates sobre a autonomia das organizações de mulheres e feministas frente à participação nos partidos políticos e nos governos. Um exemplo desse tensionamento no *Mulherio* pode ser encontrado nos artigos da antropóloga Mariza Correia e da socióloga Elizabeth Souza Lobo.[12]

Retomando a organização do TBL e a participação ativa do *Mulherio* na construção da pauta da discriminação da mulher no trabalho, um artigo da advogada Comba Marques Porto faz uma breve análise dos debates que ocorrem no Congresso Nacional naquele momento sobre alterações da CLT que poderiam afetar as mulheres trabalhadoras. Porto aprofunda os pontos em que, na CLT, a mulher é discriminada, chamando a atenção para a necessidade de garantia de estabilidade no emprego à mulher gestante e no período pós-parto. Além disso, alerta para que a luta esteja centrada para que a CLT proteja a mãe traba-

---

12 s/a, Política é assunto de mulher? O longo caminho da participação política (depoimento de várias militantes). *Mulherio*, nº 3, set/out 1981, p. 12-19.
Correa, Mariza. E a autonomia do movimento feminista, como vai? *Mulherio*, nº 9, set/out 1982, p. 10.
s/a, Um lugar no governo. *Mulherio*, nº 10, nov/dez 1982, p. 9-10.
s/a, Conselho da Condição Feminina: nossa parcela no poder (depoimento de várias militantes). *Mulherio*, nº13, maio/junho 1983, p. 10-11.
Souza-Lobo, Elizabeth. O feminismo é uma cachaça. *Mulherio*, nº 17, jul/ago 1984, p. 15.

lhadora, garantindo creches aos seus filhos. Por fim, alerta para uma aliança que está sendo construída no parlamento para derrubar a proibição do trabalho noturno e horas extras para as mulheres.[13] Nesse sentido, o artigo de Comba Porto, ao mesmo tempo em que convida para o debate, vai contribuir para a construção do eixo principal do TBL.

Ao lado do artigo de Porto, há uma chamada para a instalação do Tribunal Bertha Lutz no dia 29 de maio, a qual ressalta sua importância do tema da discriminação da mulher naquele contexto de debate no parlamento e destaca a presença de instituições como a OAB, a ABI, a Comissão de Justiça e Paz, a Comissão Pró-CUT além de personalidades da justiça do trabalho, da economista Maria da Conceição Tavares, do ex-ministro Severo Gomes, de Almino Afonso, entre tantos outros.[14] Assim, no tradicional Colégio Sion, localizado em Higienópolis — bairro paulistano de classe média alta, com a participação de cerca de 700 pessoas, foi instalado um tribunal simulado para julgar a discriminação da mão de obra feminina, o Tribunal Bertha Lutz (TBL) em sua primeira sessão.

No número seguinte, o *Mulherio* publicou um longo artigo de Adelia Borges sobre a primeira sessão do Tribunal Bertha Lutz. Os depoimentos citados no artigo dão conta de que o evento foi uma vitória e que "um jeito novo de fazer feminismo concretizara-se ali." As divergências entre as organizações participantes, segundo Borges, foram superadas para dar lugar à luta unitária pela emancipação feminina.[15]

---

13 Porto, Comba Marques. O que deve mudar na CLT. *Mulherio*, nº 7, maio/junho 1982, pp. 6-7.

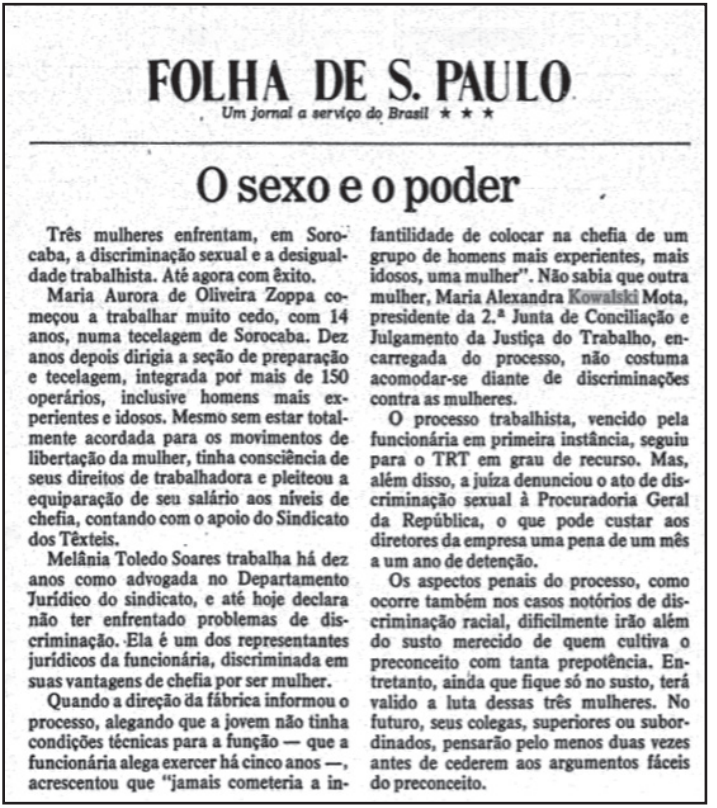
14 *Mulherio*, nº 7, maio/junho 1982, p. 6.

15 Borges, Adelia. *Mulherio*, nº 7b, maio-junho, 1982, pp.4-5.

Fonte: *Mulherio*, nº 7b, maio-junho, 1982, p. 4.

Borges destacou que a simulação do julgamento (teatral, em muitos momentos) foi pensada a partir do caso concreto de um processo aberto no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Sorocaba, no qual a tecelã Maria Zuppo acusa a direção da fábrica, onde trabalhou por cerca de 10 anos, de discriminação contra a mulher por seu salário ser aproximadamente quatro vezes menor do que os salários de homens que exerciam a mesma função na empresa. Quando a Companhia de Tecelagem e Fiação Santa Maria foi responder ao processo, o argumento em sua defesa foi que "jamais cometeria a infantilidade de colocar na chefia de um grupo de homens mais experientes, mais idosos, uma mulher". A partir dessa defesa, a juíza Maria Alexandra Kowalski encaminhou o processo à Procuradoria Geral da República

denunciando a fábrica por discriminação sexual. A tecelã Maria Zuppo ganhou a causa e teve seu salário equiparado pelo TRT-Sorocaba. O caso se tornou símbolo da luta contra a discriminação das mulheres no trabalho e a juíza Maria Alexandra Kowalski disponibilizou para a comissão organizadora do tribunal partes importantes do processo movido contra a fábrica, assim como a íntegra da sentença por ela proferida.



FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

O sexo e o poder

Três mulheres enfrentam, em Sorocaba, a discriminação sexual e a desigualdade trabalhista. Até agora com êxito.

Maria Aurora de Oliveira Zoppa começou a trabalhar muito cedo, com 14 anos, numa tecelagem de Sorocaba. Dez anos depois dirigia a seção de preparação e tecelagem, integrada por mais de 150 operários, inclusive homens mais experientes e idosos. Mesmo sem estar totalmente acordada para os movimentos de libertação da mulher, tinha consciência de seus direitos de trabalhadora e pleiteou a equiparação de seu salário aos níveis de chefia, contando com o apoio do Sindicato dos Têxteis.

Melânia Toledo Soares trabalha há dez anos como advogada no Departamento Jurídico do sindicato, e até hoje declara não ter enfrentado problemas de discriminação. Ela é um dos representantes jurídicos da funcionária, discriminada em suas vantagens de chefia por ser mulher.

Quando a direção da fábrica informou o processo, alegando que a jovem não tinha condições técnicas para a função — que a funcionária alega exercer há cinco anos —, acrescentou que "jamais cometeria a infantilidade de colocar na chefia de um grupo de homens mais experientes, mais idosos, uma mulher". Não sabia que outra mulher, Maria Alexandra Kowalski Mota, presidente da 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, encarregada do processo, não costuma acomodar-se diante de discriminações contra as mulheres.

O processo trabalhista, vencido pela funcionária em primeira instância, seguiu para o TRT em grau de recurso. Mas, além disso, a juíza denunciou o ato de discriminação sexual à Procuradoria Geral da República, o que pode custar aos diretores da empresa uma pena de um mês a um ano de detenção.

Os aspectos penais do processo, como ocorre também nos casos notórios de discriminação racial, dificilmente irão além do susto merecido de quem cultiva o preconceito com tanta prepotência. Entretanto, ainda que fique só no susto, terá valido a luta dessas três mulheres. No futuro, seus colegas, superiores ou subordinados, pensarão pelo menos duas vezes antes de cederem aos argumentos fáceis do preconceito.

Fonte: *FSP* Editorial, 27/out/1980, p. 2

O Tribunal Bertha Lutz teve como juíza a advogada Zulaiê Cobra Ribeiro (na época, filiada e candidata a deputada federal pelo PMDB); como advogado da acusação, o ex-ministro Almino Afonso (exilado depois do golpe de 1964, havia voltado ao Brasil em 1976, quando filia-se ao PMDB, sendo secretário dos Negócios Metropolitanos do governo de Franco Montoro em São Paulo); e como advogada de defesa, Assunta Peres (advogada e atriz). Durante o julgamento, oito depoimentos de trabalhadoras rurais, metalúrgicas, empregadas domésticas serviram de base para a acusação denunciar e provar que a legislação não protege as mulheres da discriminação salarial e das condições de trabalho a que estão submetidas. As exposições de Fulvia Rosemberg (pesquisadora da FCC) e de Eva Blay (socióloga, pesquisadora da condição feminina, filiada ao PMDB) sobre a situação de desigualdade das mulheres no mercado de trabalho brasileiro finalizaram a sessão das "testemunhas de acusação" naquela sessão do TBL, com a triste realidade de que 39 das mulheres brasileiras naquele momento ganhavam até meio salário mínimo, 51 delas ganhavam um salário mínimo e que todas as mulheres com formação equivalente a dos homens ganhavam menos.

O júri foi composto por José Gregori (advogado e presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de SP — importante na defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar), Aluizio Mercadante (economista e presidente da ANDES), Eduardo Muylart (advogado e dirigente da OAB), Abdias do Nascimento (sociólogo e liderança do MNU), Carlito Maia (publicitário), Walter Barreli (economista e diretor do DIEESE), Clara Araújo (presidente da UNE), entre outros que fizeram uso da palavra para justificar o voto, que foi unânime na condenação de toda e qualquer discriminação da mulher.

O Tribunal Bertha Lutz, é preciso lembrar, não surge do nada ou mesmo só do encontro dos desejos de militantes e ativistas

de organizações feministas, no Brasil. Três questões são importantes aqui por confirmarem um contexto favorável para a realização do tribunal e da sua temática: (1) os instrumentos internacionais de garantia de direitos das mulheres, em especial, a Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, resultado de iniciativas da Comissão de *Status* da Mulher da ONU; (2) os muitos congressos sindicais de mulheres, como o 1º Congresso das Mulheres Metalúrgicas, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, ocorrido em 1978; e (3) a intervenção organizada no debate legislativo quanto às possíveis alterações na CLT.

Infelizmente, a última notícia que conseguimos do TBL foi a sua participação na mobilização contra a censura sofrida pelo quadro "Comportamento Sexual", de Marta Suplicy, que compunha o recente programa da TV Globo, TV Mulher, apresentado por Marilia Gabriela. Muitas organizações feministas e de defesa dos direitos das mulheres se mobilizaram, inclusive em praça pública, na coleta de assinaturas para que o quadro voltasse à grade do programa. O TBL propôs impetrar um mandado de segurança contra o Departamento Nacional de Televisão (DENTEL, órgão do governo federal que classificava a faixa etária permitida nos programas televisivos, mas que funcionava muitas vezes como censura). Houve rumores de que a emissora estava recebendo ataques dos telespectadores contra o quadro. No entanto, logo em seguida, o quadro voltou ao ar.[16]

A produção de documentário, ainda em 1982, sobre o Tribunal Bertha Lutz, dirigido pelo cineasta João Batista de Andrade, deu vida longa ao evento. Apesar das imagens não estarem nítidas e a qualidade da cópia, muito ruim, é possível assisti-lo no Y*ouTube*.

16 *Folha de São Paulo*, Caderno Mulher, 5 dez 1982, pp. 4-6.

O documentário participou de vários festivais nacionais e internacionais de cinema. O financiamento para a sua produção teve origem na Fundação Carlos Chagas, que naquele momento já consolidava um núcleo de pesquisa sobre a condição feminina no Brasil. O financiamento da FCC provinha de um programa de desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre e das mulheres, da Fundação Ford, cujo objetivo interligava vários temas centrais de sua política filantrópica, como Direitos Humanos e Pobreza, além de desenvolvimento de pesquisas e consolidação de centros de pesquisa sobre as mulheres.[17] O jornal *Mulherio*, muito citado aqui, também recebia financiamento da Fundação Ford. Mas essa relação entre financiamentos da filantropia internacional e o movimento feminista no Brasil é uma outra história.

Finalizo, retomando parte do depoimento, tomado como epígrafe deste capítulo, dado no TBL e reproduzido no documentário dirigido por João Batista de Andrade, da operária metalúrgica e sindicalista de São Paulo. Maria Raimunda, ao conclamar os operários à solidariedade para com as mulheres trabalhadoras, articulou gênero (discriminação contra as mulheres) e classe (exploração das mulheres trabalhadoras), por um feminismo (nós somos mulheres) que lute pelo direito radical de as mulheres serem consideradas gente.

17 Rio Office Staff, Developing Country Programs Financial Year 1983 Programs Reviews. Ford Foundation.

Ana Paula Palamartchuk é professora associada de História Contemporânea na UFAL, líder do Grupo de Pesquisa História Social e Política. Autora de, entro outros, *Os novos bárbaros*: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948). Maceió: EDUFAL, 2014.

Referências

ABREU, Maira Luisa G. de. *Feminismo no exílio*: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris. Campinas: Dissertação de Mestrado/PPG Sociologia, UNICAMP, 2010

ALVAREZ, Sonia E. *Engendering Democracy in Brazil*: Women's Movements in Transition Politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ANDRADE, João Batista de (diretor). *Tribunal Bertha Lutz*, documentário, duração 31', 1982.

BESSE, Susan Kent. Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós 1974. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12, setembro-dezembro/2004.

DELAP, Lucy. *Feminismos*. Uma história global. são Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando*? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. Brasília: Tese de Doutorado/Ciência Política/UnB, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. Nos tempos da imprensa alternativa 1991. São Paulo: Edusp, 2001.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno. "*O espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar*": as múltiplas faces feministas nas páginas do Mulherio (1981-1987). Dourados, Dissertação UFGD/História, 2016.

PAPADIUK, Barbara; SCHMITT, Elaine; WOITOWICZ, Karina Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. In: WOLFF, Zandoná e Mello (org.). *Mulheres de luta*: feminismos e esquerda no Brasil. Curitiba: Appris, 2019.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006, p. 249-272.

PONTES, Heloisa André. *Do palco aos bastidores*: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. Campinas, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UNICAMP, 1986.

RUSSELL, Diana E. H. e VAN DE VEN, Nicole (org). *Crimes Against Women*: Proceedings of the International Tribunal. 1976 EUA: Diana E. H. Russell and Nicole Van de Ven, 1990. https://www.dianarussell.com/articles_and_books_online.html (acesso em 02/maio/2022).

SINGER, Paul J. O feminino e o feminismo. In: SINGER, Paul J. e BRANT, Vinicius C. (org). *São Paulo*: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980.

TOSI, Giuseppe e FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (org). *Brasil, violação dos direitos humanos* - Tribunal Russell II. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

“Não posso viver fugindo, vou ficar”: a trajetória política de Maninha Xukuru-Kariri no movimento indígena durante a redemocratização brasileira (década de 1990)[1]

Michelle Reis de Macedo, **UFAL**
Aldemir Barros da Silva Júnior, **UNEAL**

Etelvina Santana da Silva era seu nome de batismo, mas ela gostava de ser chamada de Maninha Xukuru-Kariri, incorporando o etnônimo do seu povo, assim como outras lideranças fizeram, a exemplo de Chicão Xukuru, Gileno Xocó, entre outros que vivenciavam aquele contexto de formação e consolidação do Movimento Indígena Brasileiro a partir dos anos 1970. Dessa forma, destacava sua origem, seu povo, pelo qual lutou

1 A parceria entre a autora e o autor deste texto surgiu a partir de reflexões sobre o documentário *Maninha Xukuru-Kariri*, dirigido pelo cineasta Celso Brandão e o historiador Aldemir Barros (autor deste texto), produzido pela Estrela do Norte Filmes e financiado pela Prefeitura Municipal de Maceió, Alagoas, lançado em 2022. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Brasil à autora (nº do processo: 310964/2021-0).

obstinadamente ao longo de sua vida. Durante os anos 1990, ocupou lugares de destaque na sociedade brasileira raramente destinados às mulheres, sobretudo indígenas, e Maninha sabia que precisava enfrentar as dificuldades de ser mulher indígena em uma sociedade patriarcal e racista. Maninha Xukuru-Kariri saiu da aldeia em Palmeira dos Índios em busca de educação escolar e, quando retornou, integrou o grupo de lideranças indígenas, sendo ela a única mulher que fundou a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), instituição responsável pela construção do termo sociopolítico "Índios do Nordeste", cujo impacto é ser, reconhecidamente, a maior representação indígena regional do Brasil.

Durante a redemocratização brasileira nos anos 1980, debatia-se muito sobre quais caminhos a nova democracia brasileira precisava trilhar para superar as heranças autoritárias deixadas pela ditadura civil-militar. As duas décadas anteriores já haviam sido bastante agitadas, já que o projeto das autoridades militares de controlar o processo de abertura política fora, em parte, desorganizado pela politização da sociedade civil. Diversas organizações e movimentos mobilizaram-se pela multiplicidade de partidos políticos, por eleições livres e diretas, pela liberdade de expressão e contra a censura, pelo retorno e anistia de exilados e presos políticos, pelo equilíbrio dos três poderes da República, por uma nova Constituição, entre outras demandas fundamentais para a (re)construção da democracia representativa no Brasil (FREIRE, 2019). A partir desse contexto, importantes atores despontaram na arena política, inclusive povos indígenas, disputando o sentido de democracia e alargando suas fronteiras.

O Movimento Indígena estava em processo de articulação e consolidação, rompendo barreiras e surpreendendo a sociedade brasileira, que ainda era tomada pelo imaginário estereotipado do índio ideal, preso ao passado, restrito ao espaço da floresta e inadaptável ao progresso. Ainda se acreditava que os povos

originários existentes eram apenas resquícios de um passado remoto prestes a desaparecer por completo — sobretudo quando se refere aos povos habitantes na região Nordeste. Mas o contexto da redemocratização comprovou historicamente esse equívoco. Articulados nacionalmente, os povos indígenas desejavam não apenas uma democracia institucional, pois, para eles, democracia significava descolonizar o pensamento e as estruturas políticas e sociais, isto é, superar os entraves para o direito à diferença, existentes desde o período colonial (BICALHO, 2010; MUNDURUKU, 2012).

Reivindicando sobretudo direito à terra e ao reconhecimento étnico, muitas lideranças indígenas, em sua grande maioria homens, representavam o movimento na comunicação com o Estado brasileiro e com a sociedade não indígena. Portanto, era comum Maninha aparecer em espaços públicos como a única mulher do grupo ao lado de muitos homens indígenas. Sobre isso, ela reclamava que, ao assumir o papel de liderança, deixava de ser vista como mulher para se tornar apenas uma líder, conforme declarou para o jornal *Gazeta de Alagoas*, "quando nos deparamos com a sociedade não indígena e fazemos parte de movimentos, perde-se aos olhos das pessoas a feminilidade, passando a sermos vistas apenas como uma militante".[2] Os não indígenas, ao interagirem com o movimento indígena, elegiam lideranças masculinas como representantes legítimos para estabelecer critérios de interlocução com a sociedade. Às mulheres, restavam os bastidores. Mas Maninha recusou o lugar de coadjuvante e assumiu o protagonismo da luta pelos direitos do povo Xukuru-Kariri, em particular, e dos povos indígenas, em geral.

2 Mana Xucuru-Kariri: uma índia ameaçada por fazendeiros. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 8 de março de 1998.

A proposta, portanto, é apresentar breves notas sobre o processo de formação política de Maninha Xukuru-Kariri durante a última década do século XX e a importância do seu ativismo dentro do movimento indígena. Por meio de análises historiográficas, a autora e o autor deste texto pretendem também destacar a memória enquanto ferramenta política na formação de novas lideranças indígenas, em especial, mulheres indígenas. Apesar do seu precoce falecimento em 11 de outubro de 2006, com apenas 40 anos de idade, a memória de Maninha permanece no cotidiano dos povos indígenas do Nordeste como instrumento de conscientização política. Nas palavras de seu pai, o pajé Antônio Celestino, ela "foi para a eternidade sem saber que a sua história ficaria ainda mais forte".[3]

Este texto será dividido em três partes inspiradas na narrativa de memória sobre Maninha construída por seu pai, durante entrevista concedida para a produção do documentário *Maninha Xukuru-Kariri*. Para ele, existem dois propósitos de vida e que são mistérios de Deus: "para que nasce" e "para que busca". Este último diz respeito às trajetórias de indígenas que saem da aldeia almejando estudar e se tornar um profissional, já o primeiro significa a missão destinada a cumprir. As duas primeiras partes deste artigo correspondem a esses dois momentos da trajetória de Maninha. Por fim, a terceira parte, como considerações finais, iremos pontuar duas questões de sua biografia importantes para pesquisas *a posteriori*, mas também essenciais como uso político da memória a fim de direcionar novas lideranças Xukuru-Kariri, sobretudo mulheres.

3 Entrevista com Antônio Celestino para o documentário *Maninha Xukuru-Kariri*.

Para que busca: momento breve da vida escolar de Maninha

A educação escolar, sobretudo ao longo do século XX, foi um importante instrumento para o exercício do regime de tutela pelo órgão indigenista como representante do Estado brasileiro. A partir de 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) passou a ser braço político e administrativo do Estado para estabelecer vínculos de submissão e proteção com os povos indígenas, que eram considerados "carentes de uma proteção especial e destinatários de um tipo de mediação pedagógica' que lhes compensasse a posição relativamente inferior em sua inserção na comunidade política, que viesse a torná-los preparados a exercer cidadania plena" (LIMA, 2012, p. 784). Nesse processo, o Estado pretendia integrar os povos indígenas à civilização, inserindo-os dentro das regras de civilidade, pois acreditava-se que "suas culturas, suas formas de organização social, suas crenças, seus modos de educar e de viver eram inferiores aos dos colonizadores europeus, estando fadados ao desaparecimento" (MUNDURUKU, 2010, p. 30). Ou seja, o padrão de nacionalidade a ser seguido deveria ser aquele herdado dos colonizadores europeus e seus descendentes. Ao final desse processo disciplinar, o indígena perderia essa distinção e passaria a ser um cidadão comum, apto a interagir com a sociedade civil. Ser "índio", com toda carga negativa que a categoria carrega, seria um estado transitório. Com o avançar do progresso da modernidade, acreditava-se que a tendência seria o desaparecimento dos povos indígenas.

Os povos indígenas do Nordeste foram os primeiros a sofrer o impacto da colonização. O processo de expulsão de suas terras e imposição de regras de conduta sobre eles foi mais intenso e longo. Tal violência provocou desestruturação dos seus modos de vida, o que os levou a se adaptar ao mundo não indígena como estratégia de sobrevivência. Nas últimas décadas do século XX,

muitos passaram a buscar a formação escolar para se qualificar para o mercado de trabalho em virtude das limitadas possibilidades de remuneração dentro da área demarcada. Incentivada pela Fundação Nacional do Índio (Funai)[4] por meio da concessão de uma bolsa de estudos destinada a estudantes indígenas, em 1988, Maninha Xukuru-Kariri partiu para a cidade de Recife, em Pernambuco, com o desejo de estudar medicina, enquanto seu pai participava ativamente das mobilizações pela Constituinte.

Embora o Estado pretendesse manter a previsibilidade das metas almejadas com o projeto de integração dos povos indígenas à civilização por meio da educação, sua execução provocou resultados, muitas vezes, inesperados. O acesso à educação escolar não indígena permitiu a muitos sujeitos indígenas aprenderem os códigos de conduta da sociedade nacional e se utilizarem deles para resistir e lutar pelo seu povo. Distanciando-se da realidade vivida na aldeia e interagindo com a dinâmica da cidade, Maninha passou por experiências fundamentais que, mais tarde, contribuíram para que ela tivesse maior desenvoltura diante do diálogo com o mundo não indígena, como porta-voz das reivindicações dos Xukuru-Kariri. Como ela mesma afirmou em depoimento, "eu tive que sair da aldeia para aprender a ser quem sou".[5]

Até então, Maninha ainda não tinha qualquer envolvimento com o movimento indígena. No entanto, sofreu as consequências por ser filha de uma das principais lideranças indígenas locais. Naquele momento, seu pai estava envolvido em um processo de reivindicação de restituição territorial, a retomada da Mata da Cafurna, no município de Palmeira dos Índios. Pres-

4 A Funai foi criada em 1967 em substituição ao SPI após denúncias de corrupção envolvendo servidores públicos do órgão.

5 Entrevista com Maninha Xukuru-Kariri reproduzida no documentário *Maninha Xukuru-Kariri*.

sionada por imposições de alinhamento político às diretrizes do órgão indigenista, acabou perdendo a bolsa de estudos que a possibilitava manter-se em Recife. Ainda assim, mesmo sem a bolsa, ela continuou buscando a formação escolar que tanto desejava, tentando conciliar as pesadas rotinas de trabalho e estudo, mas sem sucesso. Chegou a trabalhar em uma loja no centro de Recife, mas logo perdeu o emprego, após o estabelecimento sofrer um assalto.

Mais tarde, em palestras e cursos de formação, Maninha citava a sua experiência traumática na cidade de Recife para ilustrar a necessidade do engajamento político do seu povo no movimento indígena regional. Este momento da sua biografia passou a ser interpretado pelo seu povo como um "chamamento", configurado por meio de circunstâncias que a levaram, dentro das possibilidades apresentadas, a se aproximar da militância política do seu pai e passar a vivenciar as necessidades do seu povo e a se engajar no movimento indígena. Segundo ela, fecharam-se todas as portas e, a partir daí, surgiu apenas um caminho: a luta ao lado do seu povo. Nesse processo de envolvimento com as mobilizações, ela incorporou o etnônimo Xukuru-Kariri, assumindo responsabilidades na representação de seu povo. Dessa forma, suas ações ganharam novos contornos, transcendendo o cotidiano no sentido de condução por uma lógica coletivista que buscava atender aos interesses dos Xukuru-Kariri, em particular, mas também dos povos indígenas do Nordeste e de outras regiões do Brasil.

Em depoimento ao documentário, seu pai, Antônio Celestino, confessa que gostaria muito que ela tivesse alcançado seu desejo de estudar, mas "pelo o que ela buscou, não conseguiu". Por outro lado, ela "tinha que cumprir aquela missão, deixou tudo e veio sofrer com seu povo, mas fez seu povo crescer".[6]

6 Entrevista com Antônio Celestino para o documentário *Maninha Xukuru-Kariri*.

Para que nasce: momentos longos de formação de Maninha como liderança

Atualmente, o povo Xukuru-Kariri está dividido em dez aldeias descontínuas no município de Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, ocupando aproximadamente 1.300 hectares de terra (NEVES, 2020, p. 151). No entanto, há indícios históricos de que seus antepassados habitavam a região muito antes da criação da cidade e num território muito mais extenso. Isto é, foi a modernidade urbana que avançou sobre suas terras, e não o contrário, como quer insistir o imaginário racista que os colocam como invasores de terra. Esta situação é resultado de um longo processo histórico, que se inicia com a colonização. Acionando a memória, os Xukuru-Kariri retornam ao século XIX para afirmar a legitimidade de seu território em 36 mil hectares contínuos, que seria o tamanho da terra reconhecida pelo Império brasileiro em 1822. Essa mesma área foi identificada pelo primeiro laudo antropológico elaborado, em 1990, pela antropóloga Sílvia Martins, mas sua conclusão foi interrompida após a divulgação. Em 2002, a equipe do antropólogo Douglas Carrara reconheceu como território indígena uma área de 15.000 hectares, conclusão aceita pelos órgãos competentes. Mas posseiros da região não aceitaram e entraram com uma ação na Justiça Federal, exigindo outro laudo, que foi realizado em 2008, pela antropóloga Síglia Zambrotti, definindo uma área de 7.073 hectares para os indígenas (NEVES, 2020, p. 150). Mas, como dito no início deste parágrafo, nem mesmo esse tamanho de área está sendo hoje ocupado pelos Xukuru-Kariri, dado o estado de conflito latente na região.

Este breve histórico de conflito territorial envolvendo os Xukuru-Kariri faz parte da trajetória da família de Maninha, herdeira das principais lideranças. Era bisneta de José Caboquinho (José Martins), que permaneceu na Serra da Capela após a

extinção dos aldeamentos em 1872, mantendo práticas rituais indígenas em segredo, com medo de perseguições e retaliações. De acordo com Maninha, nas primeiras décadas do século XX, esse local "servia como espaço para as reuniões e assembleias dos representantes das várias famílias Xukuru-Kariri que, até então, por falta de terra, viviam jogados nas periferias da cidade, sendo empregados dos fazendeiros da região".[7] Era Neta de Alfredo Celestino, liderança responsável pelo reconhecimento do grupo pelo Estado brasileiro em 1952, reunindo os Xukuru-Kariri na aldeia Fazenda Canto (BARROS, 2013). Junto com seu irmão, o Pajé Miguel Celestino e demais lideranças, o Cacique Alfredo Celestino viajava para Maceió e para o Rio de Janeiro, a fim de pressionar o SPI órgão indigenista da época a demarcar a terra Xukuru-Kariri. Naquela ocasião, o SPI comprou a Fazenda Canto, com apenas 270 hectares, para abrigar os Xukuru-Kariri. Em reportagem ao jornal *Porantim*, Maninha reconhece que, mesmo pequena, "a terra representava uma grande vitória para quem não tinha absolutamente nada".[8] E por fim, era filha de Antônio Celestino, que foi sua grande inspiração para ingressar no movimento indígena na década de 1990.

Sem dúvida, a história das relações entre povos indígenas, Estado e sociedade é marcada por diversos episódios de conflitos e resistências desde os contatos nos primeiros séculos de colonização. Todavia, na década de 1970 e nas subsequentes, destacaram-se a formação e a consolidação do Movimento Indígena Brasileiro, um processo de construção de uma consciência coletiva de pertencimento étnico num movimento social organizado em torno de objetivos comuns em âmbito nacional (BICALHO, 2010). Insere-se, portanto, no contexto de desmon-

7 XUKURU-KARIRI, Maninha. Morre em Palmeira dos Índios o pajé Miguel Celestino. *Porantim*, nº 207, agosto de 1998, p. 15.

8 *Idem.*

te da ditadura civil-militar, mas se destaca por suas demandas específicas, sobretudo reconhecimento étnico e direito ao território. A primeira diz respeito à crítica ao insistente aparato ideológico que sempre deu suporte às políticas indigenistas, baseando-se na crença do "índio" como um estágio de evolução, que necessariamente chegaria à modernidade, tornando-se um cidadão brasileiro ao deixar de ser "índio". Reivindicava a superação das relações coloniais, o que implicava não ver mais os indígenas como um estágio de evolução para o não indígena. Queriam ser respeitados enquanto tais e, para isso, era necessária uma profunda crítica às bases coloniais e autoritárias do Estado brasileiro, no que diz respeito às suas relações com os povos indígenas, mesmo em períodos de regime democrático. A segunda diz respeito às suas condições de sobrevivência enquanto coletividade, pois a garantia da terra é condição *sine qua non* para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, isto é, sem a terra não há possibilidade de existência deles.

Motivados por essa intensa mobilização nacional e fortalecidos por uma forte rede de apoio,[9] muitos povos indígenas tomaram ações coletivas para reconquistarem seus antigos territórios que estavam ocupados por não indígenas. Durante o contexto de redemocratização, os Xukuru-Kariri iniciaram esse processo em 1979, quando retomaram a Mata da Cafurna, cujas lideranças envolvidas eram parentes de Maninha. Foram várias ações heterogêneas ao longo das décadas seguintes para forçar o Estado a concluir o processo de demarcação territorial, já que a morosidade da política indigenista era uma regra. As consequências eram imprevisíveis, pois provocavam um clima de tensão, sobretudo com fazendeiros da região. Muitas lideranças indígenas sofriam ameaças e colocavam sua vida em ris-

9 O Movimento Indígena recebeu apoio de diversas organizações da sociedade civil: ONGs, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), intelectuais, artistas etc.

co. Vale acrescentar também que a transferência de algumas famílias para o novo espaço reconquistado também foi motivada por conflitos internos e aumento populacional na Aldeia Fazenda Canto. Uma das famílias deslocadas foi a família Celestino (SILVA, 2020, p. 103). Em 1979, Maninha tinha apenas 13 anos, mas sem dúvida essas experiências na adolescência e outras retomadas posteriormente foram fundamentais para a sua formação política, no sentido de que reforçavam em seu imaginário a importância da reconquista do território para o fortalecimento identitário e sobrevivência do seu povo.

A década seguinte parecia avançar nos debates sobre democracia, mesmo com diversas contradições e frustações. Na segunda metade dos anos 1980, a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte era a questão política do momento. Em 1988, Maninha ainda estava em Recife e assistia a tudo de longe. Em contrapartida, seu pai atuava ativamente em torno dessa pauta, mobilizando os Xukuru-Kariri. Anunciava-se uma Nova República com uma nova Constituição, mais sensível às causas populares e que permitiria a participação ampla de todos os segmentos sociais. Diante desse contexto favorável, o movimento indígena passou a ocupar espaços considerados pela sociedade exclusivamente para *civilizados*, provocando situações incomuns para o cotidiano da opinião pública. Diariamente, viam-se lideranças indígenas pelos corredores do Congresso Nacional, participando de audiências, frequentando gabinetes. Pareciam confiantes no processo parlamentar e na possibilidade de garantir, na nova carta constitucional, seus direitos e conquistar autonomia e autodeterminação.

Em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição foi promulgada, trazendo interessantes inovações conceituais que ampliam os direitos indígenas em relação a todos os outros textos constitucionais anteriores. Pela primeira vez, houve o reconhecimento da organização social, usos, costumes, religiões, línguas

e crenças dos povos indígenas, ou seja, o direito de ser diferente e cultivar essa diferença com liberdade. Estabelece o direito à terra como originário, o que significa que é um direito existente antes mesmo da existência das leis e do Estado. Assim, a demarcação territorial, quando ocorre, não é uma concessão estatal, mas um ato de reconhecimento por parte do Estado de algo anterior a sua criação. A Constituição também conceitua terra indígena não apenas como o espaço de habitação, mas também de produção, preservação do meio ambiente e reprodução física e cultural dos povos indígenas. Por fim, reconhece seus direitos coletivos de opinar sobre a exploração de riquezas em seus territórios e de postular em juízo.

Obviamente, somente as leis garantidas na nova Constituição não foram e ainda não são suficientes para se combater séculos de racismo e violência contra os povos originários. Mas para esses grupos sociais, o momento foi de importantes aprendizados políticos e de grandes conquistas, que lhes proporcionaram autoconfiança. Como afirma Daniel Munduruku, o movimento indígena teve um forte caráter educativo, pois, a partir dele, surgiu uma consciência pan-indígena articulada por líderes de diferentes povos, fundamental para a formação de jovens líderes. Esta nova geração, por sua vez, deslocou o foco de atuação, buscando novas parcerias com setores da sociedade civil e abrindo caminho para o processo de institucionalização do movimento, "o que o leva a assumir o papel de protagonista na proposição de novo modelo de política indigenista por parte do órgão oficial" (MUNDURUKU, 2012, p.11).

Maninha Xukuru-Kariri foi uma das maiores lideranças femininas dessa nova geração. Participou da fundação, em 1990, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Assim como outras entidades surgidas no pós-Constituição de 1988, a APOINME pretendia ser uma organização indígena autônoma frente ao Estado. En-

tende-se como representação autônoma a autorrepresentação conquistada com a nova carta constitucional, fruto da mobilização indígena através de alianças com a sociedade civil organizada. Consistiu em uma adaptação do movimento indígena aos mecanismos burocráticos do mundo institucionalizado da sociedade nacional no período republicano. Uma forma de encaminhar suas reivindicações junto ao Estado sem o controle da Funai. Segundo João Neves (2004, p. 190),

> São, antes, estratégias políticas de viabilização de demandas nativas orientadas por concepções e valores étnicos que mesmo nas situações de contato fundamentam a vida e a luta dos povos indígenas nos novos cenários das relações interétnicas a que foram inseridos com a instalação do processo de colonização europeia em seus territórios.

A APOINME surgiu da necessidade de se discutir questões específicas dos povos indígenas da região Nordeste. Mesmo após a sua oficialização, em 1995, a prioridade continuou a ser reivindicar a regularização das terras indígenas, inclusive mantendo a defesa das retomadas como estratégia de ocupação dos territórios (OLIVEIRA, 2010, p. 134-135). De acordo com Kelly Oliveira (2010, p. 136), Maninha possuía um nível de escolaridade acima da média dos membros da organização e, por isso, trabalhava na confecção de documentos e correspondências, organizava eventos e angariava recursos para as mobilizações. O lugar dela na APOINME era tão estratégico que, a seu pedido, a sede da organização foi estabelecida em Palmeira dos Índios, para que ficasse próxima ao seu povo.

Os anos 1990 foram perigosos para Maninha, que sofria todo tipo de ameaças e agressões. Em setembro de 1994, juntamente com missionários do CIMI, foi ameaçada de morte por agricul-

tores de Palmeira dos Índios, expulsos de duas fazendas, Mata da Jiboia e Brejinho, localizadas em território tradicional dos Xukuru-Kariri, reconhecido pela Funai em 1989. Segundo o jornal *A Crítica*,

> Desde que a ocupação ocorreu, em agosto, emissoras de rádio locais estão divulgando mensagens contra os índios, missionários e seus familiares. Durante passeatas pela cidade, fazendeiros da região têm ameaçado utilizar a força para retirar os índios da área. Sessenta e duas famílias estão acampadas nas duas fazendas, em barracos improvisados instalados embaixo de árvores. Comenta-se na cidade que um ataque armado contra os índios pode ocorrer a qualquer momento.[10]

Após uma concessão de medidas liminares pela Justiça Federal, os Xukuru-Kariri foram obrigados a se retirar do território, mas as ameaças continuaram. Fazendeiros amedrontaram indígenas com tiroteio e invadiram uma das aldeias, atos denunciados por Miguel Celestino e Maninha, que tiveram que se afastar da aldeia para se protegerem.[11] Segundo o jornal *Porantim*, Maninha até mesmo recebeu promessas de dinheiro e convites para manter relações sexuais com fazendeiros.[12] Finalmente, em 1999, a Fazenda Jiboia foi reconquistada e mais quatro fazendas indenizadas pela Funai.[13]

---

10 Crescem hostilidades contra índios e missionários. *A Crítica*, 14 de setembro de 1994. *In*: *Aconteceu Especial*. Povos Indígenas no Brasil 1991-1995. Instituto Socioambiental, p. 508.

11 Jagunços reprimem retomada. *Porantim*, nº 168, setembro de 1994, p. 5.

12 O exemplo das mulheres. *Porantim*, nº 169, outubro de 1994, p. 11.

13 VIEIRA, Jorge. Xukuru-Kariri conquistam fazenda Jiboia. *Porantim*, nº 222, janeiro/fevereiro de 2000, p. 9.

Em contraposição às comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil, as organizações indígenas e de apoio à causa mobilizaram-se intensamente no sentido de promover outra narrativa sobre a história do Brasil, destacando as lutas de resistência e os protagonismos indígenas na construção da nação. Como coordenadora da APOINME, Maninha Xukuru-Kariri foi destaque em manifestações, discursos e viagens dentro e fora do Brasil. Na Alemanha, esteve em diversas cidades, dando visibilidade às aspirações e exigências dos povos originários no Brasil. No encarte *Brasil: outros 500*, publicado na revista *Porantim*,[14] marcou a data com um depoimento com tons de denúncia de massacres ocorridos durante os últimos cinco séculos, sobretudo contra os povos indígenas do Nordeste. Já no início, faz questão de nomear o evento ocorrido em 1500 como invasão, a fim de desconstruir a narrativa do descobrimento:

> Sendo a região nordeste a primeira a ser invadida, fomos nós também os primeiros povos a sofrer o impacto colonizador e destruidor provocado pela ganância desenfreada dos europeus. Dezenas de nações indígenas que aqui existiam foram totalmente eliminadas. [...] Não houve descobrimento, não houve encontro pacífico de povos e culturas. O que houve foi invasão e os 500 anos que se seguiram foram de violência contra nós.

Em seguida, destaca o significado da data para os povos indígenas em contraposição à história oficial celebrada pelo governo federal, que gastou altos recursos para a realização da festa. Mas, por outro lado, utiliza como justificativa a falta de verba

14 Marcha: uma resposta à fúria do opressor. Encarte Marcha Indígena 2000. *Porantim*, nº 222, janeiro/fevereiro de 2000, p. 4.

quando o assunto é demarcação de terras indígenas. Para Maninha, no marco dos 500 anos,

> Nós choraremos nossos mortos, buscando forças no nosso pranto para continuar resistindo à fúria selvagem desse sistema, defendendo nossos territórios, nosso direito de ser indígena, de viver em nossas próprias culturas, com nossos rituais, nossas formas de pensar, resgatando a nossa cidadania, denunciando e mostrando ao mundo o que o Brasil fez com os donos dessa terra e como está tratando os que resistiram.

Nesse depoimento, Maninha fala de passado e de como esse passado se refletia ainda no presente; fala também de como as disputas políticas no presente reforçavam uma certa narrativa hegemônica do passado. Mas, como uma liderança, o horizonte do futuro era o seu foco, isto é, estimular as novas gerações a continuarem a luta a fim de escreverem outra história. A partir da Marcha Indígena dos Outros 500, ela esperava que a sociedade, num futuro próximo, tivesse orgulho de contar outra versão para seus filhos e netos, subvertendo a narrativa oficial e reconhecendo a dívida histórica do Brasil com os povos indígenas.

Um ano antes da sua morte, durante a VI Assembleia da APOINME, em junho de 2005, Maninha foi homenageada como importante liderança feminina no movimento. Seu companheiro de luta, Girleno Xokó, destacou em plenária a sua marcante presença feminina em meio a um ambiente majoritariamente masculino: "No meio daquele monte de homens, ela dizia: respeito é bom e eu gosto'. E todos nós aprendemos muito com isso".[15] Em agosto de 2005, 52 mulheres brasileiras foram indi-

15 Assembleia da APOINME decide fortalecer o movimento nas bases. *Porantim*, nº 276, junho/julho de 2005, p. 5.

cadas para o Projeto "1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz de 2005" e, dentre elas, apenas quatro eram indígenas. Maninha era uma delas.

Considerações finais: apontamentos para pesquisas futuras

Até o momento, não foi identificada nenhuma publicação acadêmica mais sofisticada sobre a trajetória de Maninha Xukuru-Kariri, a despeito da indiscutível centralidade de sua liderança para os povos indígenas do Nordeste. No entanto, o documentário *Maninha Xukuru-Kariri*, lançado neste ano de 2022, dirigido por Celso Brandão e Aldemir Barros (autor deste texto), vem cumprir um importante papel na divulgação dessa história de vida para o grande público, contribuindo, assim, para a reescrita da narrativa sobre a história do nosso país. Os diretores, acompanhados do cineasta indígena Marcelo Tingui, estão produzindo o telefilme Maninha Xukuru-Kariri, selecionado em edital da ANCINE. Além disso, cabe destacar também a pesquisa de mestrado de Ana Valéria dos Santos Silva intitulada *Entre invisibilidade e protagonismo: Participação política de Maninha Xucuru Kariri no Movimento Indígena (1988-2006),* iniciada também neste ano e orientada por Michelle Reis de Macedo (autora deste texto) no Programa de Pós-Graduação em História da UFAL. Sem dúvida, trará em breve grandes contribuições para a historiografia alagoana e nacional.

Nos momentos finais deste pequeno artigo, destacam-se dois pontos importantes para a (re)construção da memória sobre Maninha Xukuru-Kariri: 1) sua capacidade de transcender conflitos e representar a unidade dos povos indígenas e 2) o enfrentamento de paradigmas racistas e patriarcais ao despontar como liderança regional. Sem grandes pretensões, esperamos

que estes escritos levantem ideias preliminares e contribuam para pesquisas futuras.

Maninha representou não apenas os Xukuru-Kariri, mas também outros povos indígenas do Nordeste, que reivindicavam seus territórios a partir da especificidade de terem sido os primeiros a sofrerem os impactos da colonização e da integração forçada. Sua biografia se confunde, em grande medida, com a história dos povos indígenas do Nordeste ao longo do período de transição para o terceiro milênio, marcada pela luta constante pelo reconhecimento étnico e territorial, por saúde e educação diferenciadas. Mesmo estabelecendo uma escala mais reduzida na análise de sua trajetória política, suas redes de sociabilidade e o contexto em que se inseriram mostram um certo processo de amadurecimento das relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro e, em contrapartida, um gradativo esvaziamento das atribuições do órgão indigenista responsável por tratar de questões relacionadas à vida desses povos. Mais um passo na desconstrução dos sentidos atribuídos ao regime de tutela tão arraigado no Brasil, apesar de a Constituição de 1988 ter avançado no campo jurídico.

Importante observar que Maninha era uma grande liderança regional e continua sendo fonte de motivação a despeito dos conflitos internos, do faccionalismo e do pluralismo do movimento indígena, que se refletiu no desmembramento em várias organizações locais e regionais, com estratégias de atuação próprias. Com relação ao conflito interno, o antropólogo Adolfo Neves de Oliveira Júnior (2013, p. 4) identificou um conflito entre duas famílias: Celestino e Santana e, posteriormente, um terceiro grupo proveniente de uma cisão da família Celestino.[16]

16 Adolfo Neves de Oliveira Júnior esteve com os Xukuru-Kariri em 1995 para coordenar um grupo de trabalho que tinha por objetivo a realização de estudos preliminares para a identificação da Terra Indígena Xukuru-Kariri, delimitada anteriormente pela FUNAI.

Um caso marcante desse faccionalismo Xukuru-Kariri foi também relatado pela antropóloga Sílvia Martins, que diz respeito ao homicídio de João Celestino cometido por José Sátiro, em 1992, ambos indígenas Xukuru-Kariri da aldeia Fazenda Canto. Esse fato, segundo ela, acabou reforçando a configuração territorial do grupo, atualmente subdividido em aldeias descontínuas.

Todavia, Maninha Xukuru-Kariri, com muita habilidade, conseguiu suplantar essas diferenças e divergências internas a ponto de assumir a liderança dos Xukuru-Kariri em outras esferas de poder. Ela incorporou, com sucesso, um pressuposto importante no campo indigenista: o sentido de unidade do povo indígena.

Esta estratégia pode ser exemplificada pela adoção do etnônimo do grupo como parte de seu nome pessoal, prática não estranha às lideranças gestadas junto ao campo indigenista. Por outro lado, ela pertence à família Santana, um dos troncos familiares mais tradicionais e influentes dos Xukuru-Kariri, inclusive junto à FUNAI no plano local, cuja extensa rede de relações interfamiliares lhe fornecia uma base de apoio consistente nesse nível. Ressaltava, porém, sua condição de prima dos Celestino (ou, como ela própria coloca, de membro de ambas as famílias), o que lhe permitia, novamente, colocar-se algo acima das disputas cotidianas envolvendo membros daquelas duas famílias (OLIVEIRA JR., 2013, p. 5).

Por ocasião da sua morte, a advogada Roseane Lacerda, ex-assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e amiga de Maninha, fez questão de apontar para a questão de gênero que caracterizava o movimento indígena, formado sobre as bases de uma sociedade patriarcal:

> Em 1991, surgia a Comissão Leste-Nordeste. Oito líderes indígenas todos homens (Chicão e Zé de Santa Xuku-

> ru, Girleno Xokó, Nailton, Ninho e Manuelzinho Pataxó Hã-Hã-Hãe, Jonas Tupinikim, Caboquinho Potiguara). Maninha, a única liderança mulher no grupo. Reuniões trimestrais nas terras indígenas (Xukuru-Kariri, Xukuru, Xokó, Potiguara, Kiriri, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Tupinikim Guarani...), Maninha, a única liderança mulher na comitiva.
>
> Em 1995, Assembleia de criação da APOINME. Maninha, a única mulher na coordenação. Reunião da APOINME nas capitais (Maceió, Recife, João Pessoa, Salvador...), Maninha, a única mulher em meio às lideranças. Alguns começavam a falar em questão de gênero. Algumas falavam em mulher indígena. Maninha não falava sobre o tema, não ocupava espaço na mídia. Mas agia.[17]

Entre as subjetividades impostas pelo capitalismo moderno sobre os povos colonizados, o paradigma sexual binário entende a sociedade como dividida entre masculino e feminino, cujas características biológicas determinariam seus papéis sociais e uma organização hierárquica de gênero. Dentro dessa lógica ocidental, mulheres (enquanto gênero) foram definidas sempre em relação aos homens, considerados a regra. Isto é, "mulheres são aquelas que não têm um pênis; não têm poder; não podem participar da arena pública" (LUGONES, 2020, p. 64). Segundo Lugones (2020, p. 76), esse sistema de gênero colonial/moderno, em sua vertente visível/iluminada, atribui às mulheres brancas e burguesas pureza e passividade sexual. Mas sobre as mulheres não brancas incide o sistema de gênero em sua vertente oculta/obscura, que as reduz à animalidade, ao sexo forçado com os colonizadores e à exploração do trabalho.

17 LACERDA, Roseane. Adeus, grande guerreira Xukuru-Kariri. *Porantim*, nº 290, novembro de 2006, p. 10.

De fato, muitos autores que escreveram sobre o período colonial reproduziram relatos de viajantes e missionários, reforçando a ideia de sensualidade das mulheres indígenas, cujos corpos estariam disponíveis para atender aos desejos sexuais dos europeus. Construiu-se, portanto, a imagem da mulher indígena como reprodutora da nação brasileira por ter gerado os primeiros mestiços. Essas representações foram reproduzidas na academia e repetidas pelo senso comum, reservando às mulheres indígenas apenas este lugar na história do Brasil (MACEDO, 2020, p.117 e 118).

Entretanto, a trajetória de Maninha Xukuru-Kariri provocou estranhamento à sociedade patriarcal. Para estabelecer relações com o Estado brasileiro e com a sociedade civil nos espaços públicos, em contexto de grandes mobilizações indígenas, os interlocutores, em geral, eram homens indígenas, até porque o patriarcalismo ocidental elegia-os para essa função. No entanto, como afirma Maria Helena Ortolan Matos (2012, p. 146), em muitas culturas indígenas, as mulheres participavam ativamente, dentro das aldeias, das tomadas de decisão política importantes para a coletividade. Assim como outras poucas lideranças femininas, Maninha quebrou essa barreira e passou a assumir papéis sociais que a sociedade patriarcal e racista não atribuía a mulheres indígenas, mas não sem provocar incômodos e recusas, o que ficou explícito na reclamação de Maninha Xukuru-Kariri, exposta no início deste texto, quando diz que sua identidade de militante, para a sociedade, invisibilizava sua identidade de gênero.

Maninha possuía uma intensa agenda de compromissos com seu ativismo. Diariamente, participava de eventos, palestras, reuniões com diversos grupos; organizava assembleias; fazia viagens nacionais e internacionais para estabelecer articulações políticas, ou seja, o movimento indígena foi um importante espaço de formação política para a construção de sua lideran-

ça. Mas, antes disso, Maninha já havia dado seus primeiros passos no seu processo de aprendizado político dentro da sua própria aldeia, vivendo experiências cotidianas. Estabeleceu laços identitários fortes com seu povo, que se lembra dela como guerreira e destemida, que mesmo diante de ameaças de morte resolveu lutar: "Não posso viver fugindo, vou ficar".[18]

18 *Idem*. Esta decisão de ficar na aldeia mesmo sob muitas ameaças aparece em vários relatos de indígenas e não indígenas que conviveram com ela, como a Roseane Lacerda.

Michelle Reis de Macedo é professora do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Bolsista do CNPq-Brasil (PQ-2), com o projeto de pesquisa intitulado *Mário Juruna em espaços de colonialidade. A trajetória política do indígena Xavante que se tornou deputado federal (décadas de 1970 e 1980)*. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Brasil (nº do processo: 310964/2021-0).
Aldemir Barros da Silva Júnior é professor Titular do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Pesquisador, roteirista e diretor do curta-metragem Maninha Xukuru-Kariri.

Referências

BARROS, Aldemir. Aldeando Sentidos. *Os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano.* Maceió: EDUFAL, 2013.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009).* Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília, 2010.

FREIRE, Américo. *Democracia brasileira em foco. Historiografia, atores e proposições.* Salvador: Sagga, 2019.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2012, v. 55, nº 2.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje:* perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACEDO, Michelle Reis de. "Território: nosso corpo, nosso espírito": as ações políticas de Tuíra Kayapó como representante das mulheres indígenas no Brasil recente". In: CARLONI, Karla; FORTES, Carolina Coelho (org.). *Mulheres tecendo o tempo*: experiências experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade. Curitiba: CRV, 2020.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (org.). *Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9*" e para a "27 Reunião Brasileira deAntropologiade Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).* São Paulo: Paulinas, 2012.

NEVES, João Lino de Oliveira. Iniciativas Contra-hegemônicas Hegemônicas de Povos Indígenas no Amazonas, Brasil. In: *Estudios Latinoamericanos*, nº 24. Varsóvia- Poznan, 2004.

NEVES, Mary Hellen Lima das. *Os indígenas Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna. Relações socioambientais no semiárido alagoano.* Maceió: Editora Olyver, 2020.

OLIVEIRA JR., Adolfo Neves de. Faccionalismo Xukuru-Kariri e a Atuação da FUNAI. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas/Interethnica,* v. 1, n. 2, 2013.

OLIVEIRA, Kelly Emanuelly de. *Estratégias sociais no Movimento Ind gena*: representações e redes na experiência da APOINME. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

SILVA, Amanda Maria Antero da. X*ukuru-Kariri*: protagonismo indígena em Palmeira dos Índios/AL (1979-2013). Maceió: Editora Olyver, 2020.

“Jango Jezebel”, fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil.

Helena Vieira
PAUSA PARA O FIM DO MUNDO

Dedico este texto, agora documento, a Thina Rodrigues, Jane Di Castro e Aniky Lima e as tantas travestis com as quais conversei e também cujas histórias não chegaram até nós. Se há algo que a história, ficcional ou real, das travestis na ditadura nos revela, como memória para o futuro, é que não precisamos de uma história repleta de heróis e de mártires, mas inventar formas coletivas de estar junto, sacar a navalha e salvar nossas vidas

Há dias tento iniciar este ensaio acadêmico sobre o processo de construção e apresentação do espetáculo “Jango Jezebel: onde estavam as travestis na ditadura?”[1] e me vejo presa em uma profunda insatisfação textual, como se fosse

1 O espetáculo Jango Jezebel: Onde estavam as travestis na Ditadura?” é de autoria coletiva do Outro Grupo de Teatro, tendo como ponto de partida pesquisa realizada pela autora deste texto. A direção é de Luis Fernando Marques Lubi e conta com Noa Bonoba, Helena Vieira e Tavares Neto no elenco.

impossível escrever sobre todo o percurso do espetáculo com distanciamento ou frialdade. Além disso, percebi, de modos que contarei depois, que este ensaio é, também, componente do *percurso-memória* que atravessa o espetáculo inteiro. Optei, então, pelo uso da primeira pessoa e por um texto que guarda consigo a pretensão teórico-ensaística dos textos acadêmicos, mas se comporta como uma contação de história, uma narração que objetiva contar a quem quer que a leia os caminhos percorridos por "Jango Jezebel: Onde estavam as travestis na ditadura?" até o momento de sua estreia e começo de circulação nacional, em agosto e setembro de 2022.

Em novembro de 2013 ocorreu a 98 Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", cujo tema era a relação entre a repressão à homossexualidade e a Ditadura brasileira, desse modo o debate se colocaria nacionalmente. Motivada por esta primeira audiência, a Comissão Nacional da Verdade — CNV teria já tomado parte na apuração das violações a dissidentes sexo-gênero no período da ditadura civil-militar brasileira. O relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, na parte II do Tomo I,[2] indica que a pioneira atuação da referida Comissão

> sempre esteve orientada para a visibilização política de setores marginalizados nas narrativas oficiais da história recente de nosso país. [...] Investigar e discutir as complexas relações entre a Ditadura Militar e as "homossexualidades" no plural, como se dizia à época para dar conta de todas as formas de orientação sexual e identidade de gênero.

2 Relatório — Tomo I — Parte II — Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".

Quando do lançamento desse relatório, o uso do termo "homossexualidades" me inquietou, a despeito de haver ao longo do texto referências específicas a diferentes formas de dissidência sexo-gênero. O incômodo que senti estava além da confusão gramatical entre plural e hiperônimo, duas categorias linguísticas distintas, que o uso desse plural pareceu operar. Afinal, ao indicar que o termo, apenas por estar no plural, poderia dar conta de todas as formas de orientação sexual e identidade de gênero, o que se pretendeu foi a criação de um "ultra-hiperônimo" capaz de reunir as mais abissalmente diferentes experiências sob um mesmo termo. Admiro o esforço de síntese, porque é mesmo pouco cômodo — no que há de mecânico da escrita — referenciar sempre uma nova versão do acrônimo LGBT. Contudo, o uso da categoria "homossexualidades" faz crer e objetivamente comunica que a transexualidade e a travestilidade seriam ambas variações da condição homossexual. Categorias generalistas ou universalizantes tendem a ocultar as presenças subalternas no interior da subalternidade, pois informam sempre as formas de vida mais próximas à norma e ao poder, conforme afirma Lugones (2008) ao referir-se às categorias mulher e negro.

Lido o relatório e também toda sua repercussão, meu incômodo prosseguiu — e isso em nada minora o referido trabalho. Certamente foi um importantíssimo trabalho, assim como o livro subsequentemente organizado por James Green e Renan Quinalha — "Ditadura e homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade" (2014). A publicação fez entrever as inúmeras lacunas e ausências que constituem o conhecimento acumulado sobre a ditadura civil-militar brasileira, reacendendo o interesse tanto de pesquisadoras e pesquisadores, como de ativistas pelo tema, que puderam, a partir deste trabalho de aprofundamento do relatório da CNV e de esmerada análise histórico-documental, lançar suas miradas ao período da ditadura

civil militar brasileira e submetê-la a todo um novo campo de problemas e questões, dentre as quais "onde estavam as travestis?".

É importante que tenhamos claro que a História (e mesmo o que instituímos como passado) é *per se* um campo de batalhas constantes; a condição paradoxalmente atual do historiador tem mais a ver com a multiplicação dos campos nos quais a história entra em disputa, do que com nossa capacidade de produzir isso que chamamos "história". Estando a história sempre em disputa, é a ação presente sobre a memória que é disputada.

Frequentemente, talvez por compulsão epistêmica, o que se publica sob a alcunha de "História" ou "histórico", seja imediatamente sobrecodificado por verdadeiro. É importante notar que, mesmo com todas as limitações políticas, conjunturais e disputas que se estabeleceram no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, acerca do capítulo sobre homossexualidades, a noção de verdade seguiu operativa. Ainda que o relatório tenha sido construído majoritariamente via memória, ele é operado como verdade histórica. Cabe perguntar então: quais os efeitos dessa operação de verdade, desse aparato técnico-político ao fazer uso do termo "homossexualidades"? É, portanto, o caráter performativo da invocação do termo que me mobiliza rumo à discordância de seu uso para referir-se às dissidências sexo-gênero na ditadura civil-militar brasileira.

Ainda que em parte da produção discursiva cis heteronormativa da época, travestis e transexuais apareçam sob a categoria homossexualismo, é justamente porque travestis e transexuais não são variações da homossexualidade (ou homossexualismo, à época) que a crítica ao termo "homossexualidades" figura neste texto como uma das primeiras questões fundamentais para se pensar em uma história travesti no período da ditadura civil militar brasileira.

O segundo aspecto, profundamente marcado por uma tendência panteológica, calcada no binômio repressão/resistência, conforme ilustra Fraccaroli (2022), é a subsunção da história dos sujeitos sexo-gênero dissidentes pela história dos movimentos sociais e políticos de liberação homossexual, como se só houvesse história nesse período, quando houve confronto organizado, movimentos sociais instituídos, ainda que na clandestinidade. A história parece assim triste e pluralmente (porque diversa em termos de sujeitos-objetos) restrita às ocorrências que envolvem diretamente os confrontos ou conflitos, ambientados nos presídios, nas salas de tortura etc. A história dos sujeitos sexo-gênero dissidentes parece aqui resumida a sua história política, evocando, neste caso, um sentido bastante restritivo do termo "político".

O espetáculo teatral que dá nome a este texto aponta, assim como as pesquisas recentes de Luiz Morando (2020), Elias Veras (2019), Amara Moira (2021), Yuri Fraccaroli (2022), Rick Afonso-Rocha (2021) e outros, para a urgência da complexificação dos olhares lançados para esse período de nossa história, para além da história documental, do registro como fetiche da verdade, do apego às categorias de coerência e continuidade aristotélicas, sob o risco da constituição de uma narrativa despótica que engolirá os diversos modos de vida sexo-gênero dissidentes em nossa história recente. Se nos ausentarmos de tratar de tantos problemas de gênero que emergem de novos olhares sobre a história da ditadura civil-militar brasileira, colaboramos para o apagamento das formas de violência próprias daquele período que não se realizavam apenas pelos militares e policiais, mas, sim, como violências complexas e cotidianas, que se corporificam em uma história cotidiana e em memória viva, secundarizada ou depreciada em função de uma história repleta de heróis e grandes acontecimentos e movimentos políticos.

A opção pela figura das travestis, para além da dimensão autorreflexiva oriunda da identidade de gênero desta autora, justifica-se também na busca por uma história daquelas que romperam justamente com o próprio substrato do saber histórico, o masculino.

A pesquisa que culminará na peça "Jango Jezebel" sempre pretendeu olhar para a história e para os seus documentos, e ver as lacunas e as ausências. Olhar para o documental em busca do não documentado. No processo, percebemos que há um risco imenso na pesquisa documental sobre grupos submetidos a regimes de invisibilidade radical: confundir a ausência de evidência com a inexistência mesma desses sujeitos.

Devidamente expostas as inquietações desta autora, trago agora, um pouco como ensaio e um pouco como epopeia, os caminhos tomados a fim de responder esse problema de gênero sobre a Ditadura.

"Bota a cara no sol, mana": percursos de difusão, encontro e pesquisa.

Na esperança de conhecer à época mais travestis e transexuais que estivessem pesquisando e escrevendo sobre tema, publiquei um artigo na coluna quinzenal "Transbordando" que eu mantinha no site da *Revista Fórum*.[3] Nele destaco tanto os aspectos do relatório da CNV, quanto depoimentos outros, como o da travesti Weluma Brown, que também viveu o perío-

3 O referido texto foi escrito no ano de 2015 e teve grande repercussão virtual. Na época eu utilizava o nome social Fernanda Dantas Vieira. É um dos primeiros textos de circulação virtual escrito sobre o tema. Destaco que ele não está mais online, contudo foi republicado por diversos outros veículos, como o site Pragmatismo Político, cujo link indico agora, acessado no dia 7 de novembro de 2022. https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/a-caca-aos-homossexuais-e-travestis-na-ditadura-militar.html

do da ditadura civil-militar brasileira. É interessante notar que, quando perguntadas a respeito de alguma travesti na época da ditadura, tanto mulheres cis idosas quanto alguns anistiados com os quais conversei, diziam sempre lembrar. Parece haver uma memória coletiva da travesti que passava pela rua, ou que era dona do salão de cabeleireiro, como componente fixo da paisagem social, percebido sempre de modo genérico, destituído de qualquer singularidade.

Quase sempre mencionadas no masculino, seus nomes eram femininos, provocando, só de ouvir, uma inquietação de gênero: "Ah! Tinha *o* Marcinha" ou ainda "Tinha *um* na minha rua e *ele* era toda bonitona". Tais enunciados refletem a confusão de gênero que esses corpos ininteligíveis causavam nas pessoas. Justamente por isso é que argumento que a categoria generalista "homossexualidades" não apenas é insuficiente para nomear os sujeitos sexo-gênero dissidentes, mas também parece privilegiar o olhar da norma heteromasculinista de nomear um corpo, excluindo a conflitualidade própria do ato de nomear. Se, para um senhor heterossexual de 50 anos, não havia diferença de desvio, de tipo, entre a travesti e o homem gay, então por que se supõe que houvesse suficientes semelhanças para que pudessem ser nomeadas sob o mesmo termo?

Havia, é certo dizer, uma compreensão de que a figura da "travesti" correspondia a de um homem que se "passava" por mulher, que se fantasiava, que fingia ser mulher. Fingimento que parecia sempre habitar uma zona cinza, que notei parecer matizar entre quem seria alcunhado de travesti e quem seria transformista. Não me deterei nesse tema, mas, apenas como exemplo, o termo travesti não era utilizado por figuras como Laura de Vison, transformista da cena noturna *underground* carioca, ou seja, um homem gay que se vestia como mulher para fazer performances artísticas, mas seria utilizado por Andrea de Mayo e Rogéria.

Parece, ao fim, que o termo travesti indicava, aos olhos masculinos e cis-heterossexuais, o fingimento que poderia efetivamente confundir. Nomeava, como ainda hoje alguns equivocadamente utilizam, uma vontade de ser de verdade. Mesmo entre Laura de Vison, um homem gay e professor de filosofia que se vestia de mulher e uma das muitas "bonecas" "travestis" que também possuíam corpos sociais e clinicamente entendidos como masculinos, a referenciação feita pela mídia é marcada por inúmeras diferenças, desde o tom jocoso e anedótico dirigido à travestis e bonecas, até o claro enfoque em suas roupas e nome de registro, enquanto para figuras transgressoras de gênero, como a Laura, ainda que houvesse intensa ojeriza à sua arte *trash* e vanguardista, a condição de artista era preservada. Parece haver, é o que tento dizer aqui, uma especificidade no uso do termo travesti, que estava para além de vestir-se com roupas tidas como femininas, indo rumo à nomeação de práticas de montação que, não se afirmando mulher, poriam em risco a delicada fronteira da diferença sexual, confundindo o desejo e promovendo a desordem ontológica, advinda da insegurança identitária.

Era comum que homens, em sua maioria gays, fizessem apresentações em boates vestidos exageradamente como mulheres ou perfeitamente como mulheres (o caso das *drag queens* e dos transformistas). Para alguns desses "homens" a montação feminina terminava junto com o show; contudo, para outros tantos, que iriam para alguma rua do centro da cidade após o show (por favor, imaginem uma cidade grande qualquer desse período, obtive relatos semelhantes tanto em São Paulo, quanto em Belo Horizonte, quanto ainda em Recife ou Fortaleza), a montação continuava; ela agora ocupava o palco da prostituição: o corpo do show e o corpo da rua, este corpo da rua que era alvo dos rondões do Delegado Richetti, como assevera o relatório da CNV:

> Em 1º de abril de 1980, *O Estado de São Paulo* publicou matéria intitulada "Polícia já tem plano conjunto contra travestis", no qual registra a proposta das polícias civil e militar de "tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente homossexuais; e abrir uma parte da cidade para fixá-los são alguns pontos do plano elaborado para combater de imediato os travestis, em São Paulo". (Relatório CNV, p. 297).

A ditadura civil-militar brasileira foi de caráter profundamente conservador, e destaco aqui o uso do civil, porque foi apoiada por parte do empresariado, de organizações religiosas, de beatas e de todos estes tipos sociais[4] que queriam o Brasil livre das fantasmagóricas degenerações advindas do comunismo. É muito significativo que o Golpe de 1964 tenha sido antecedido por uma Marcha da Família Com Deus e Pela Liberdade, no dia 19 de março. Essa Marcha foi organizada por uma série de entidades religiosas e por grupos de mulheres, como a União Cívica Feminina e a Campanha da Mulher pela Democracia. Tinha entre suas pautas a queda do presidente João Goulart, que andava perigosamente próximo a comunistas. Era também contra o "homossexualismo", o feminismo e tantas outras coisas que destruiriam a família brasileira, estrutura basal da sociedade, segundo a concepção desses grupos.

Suas manifestações persistem ainda por alguns anos e perdem importância ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Apenas recentemente é que ouvimos falar novamente na Mar-

4 Pode-se encontrar referências completas sobre a Marcha da Família, com Deus e Pela Liberdade no CPDOC-FGV, inteiramente online: Acessado em 19 de setembro de 2022 às 21:41. https://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade

cha com Deus pela Família e Pela Liberdade, já nas agruras dos péssimos *remakes* do golpe empreendido por Jair Bolsonaro.

Os grupos antiditadura, coletivos da esquerda política e partidos políticos desse espectro político, não eram em nada amáveis e receptivos com sujeitos sexo-gênero dissidentes. Nesse quesito comportavam-se de forma semelhante aos militares e setores conservadores e de ultradireita. Esses setores consideravam que o homossexualismo era uma degeneração burguesa, algo que poria fim à Revolução, pelo enfraquecimento do corpo revolucionário (GREEN, 2018). Ainda hoje se nota nos apelos de comunistas mais ortodoxos e nas críticas a um suposto identitarismo o ideário viril em torno daquilo que se costuma pensar como Revolução. Fechem os seus olhos e imaginem um revolucionário, ou melhor, uma pessoa que fará a revolução. Salvo algumas exceções, tenho certeza de que vocês imaginaram um homem, jovem adulto, com barba em meio à selva, sem camisa e suado, quase o Che Guevara em uma utopia erótica.

É importante considerar que o ambiente social e politicamente conflitivo da ditadura civil-militar brasileira não se entranhou em todos os espaços sociais da mesma maneira. As ações do Governo Nacional eram performativas, no sentido de possuir alcance maior do que aquele inicialmente pretendido. A música censurada, por exemplo, frequentemente apresentava conteúdo homoerótico, considerado pernicioso. Contudo, tão ou mais explícito conteúdo sexual se via em músicas tidas como cultas ou pertencentes à alta cultura. A difusão e o controle das tecnologias de cinema eram fundamentais, posto que estes são espaços privilegiados de construção subjetiva, interação e cultura sexo gênero dissidente. A presença de uma criança afeminada ou de um homossexual assumido em meio a outras crianças traria à baila o risco da conversão, da arregimentação, da pederastia. Tratava-se de uma presença contami-

nadora que deveria ser apartada. Naquele momento — ditadura civil-militar, principalmente, ao longo dos anos de 1980 —, entre as muitas disputas que cortavam o Brasil em todos seus sentidos e camadas, a disputa por um "corpo nacional" figurava com centralidade entre elas. Este corpo nacional deveria ser viril, másculo, heroico. O militar que se sacrifica para proteger as crianças dos comunistas, como em tantas imagens do período, ou ainda o aguerrido, franciscano, disciplinado guerrilheiro que faria a revolução. Nesses imaginários em disputa, o conjunto das corporalidades dissidentes ou foram relegadas ao segundo plano, quando era possível esconder aqueles seus marcadores de subalternização ou então, frente à radical impossibilidade de pertença, logo a dissidência se converte em símbolo da fraqueza dos antagonistas, perigoso e por isso mesmo apartado.

Ainda em busca de entender melhor a presença das travestis durante o período, publiquei em coautoria com o querido Yuri Fraccaroli um capítulo do livro "História do Movimento LGBT no Brasil", organizado por Marisa Fernandes, James Green, Marcio Caetano e Renan Quinalha, cujo título é "Violências e Dissidências: Um breve olhar sobre as experiências de repressão e resistência das travestis durante a Ditadura". É um texto pelo qual Yuri e eu temos bastante carinho, mas que é ainda tímido em destacar alguns elementos que consideramos centrais para quem pretenda tratar da memória das travestis neste período da história recente do Brasil.

Nele enfatizamos que a história é uma tecnologia de ver, uma forma específica de ver o mundo e ordenar o tempo, do que se infere que tempos análogos podem ser vistos por tecnologias distintas, que a opção por olhar para a ditadura civil-militar brasileira em busca das travestis é também uma forma específica de olhar para esse momento de nossa história e encontrar-criar acontecimentos, fatos, histórias que antes não imaginávamos possíveis. Escolha que implica ainda um desafio

técnico-metodológico: dentre as opções disponíveis, quais são aquelas que, sozinhas ou combinadas, poderiam, mais eficaz e eficientemente, responder às problemáticas que emergem dessas novas complexidades?

Se para alguns a pergunta "Onde estavam as travestis na ditadura?" representa curiosidade ou compromisso político com um tema, para mim soava também como "Cadê minha história?", nesse período tão enfaticamente mencionado da história nacional. Onde "aquelas que são como eu sou" estavam? Essa inquietação emana de um corpo situado no tempo, buscando inventar formas de se concretizar como si mesmo — e para além disso um corpo trans e gordo que vive no presente o levante de discursos e pensamentos autoritários no Brasil, de orientação conservadora e antitrans.

A história, ou mais especificamente, a história de uma identidade, funciona sempre como enquadramento de intelecção. Não pretendo aprofundar neste texto as discussões sobre identidade. Contudo, cabe observar que aquelas identidades constituídas e sustentadas por aparatos normativos possuem uma "reserva mitológica", ou seja, um acúmulo de modelos no tempo que servem para a autoidentificação ao longo da existência de cada sujeito; modelos do passado que se projetam para o presente e o futuro, sejam heróis, sejam fadas, sejam histórico-realistas ou histórico-ficcionais.

Os modelos podem ser invocados como prótese, como suplemento e também como agregado ao presente, conferindo força frente às agruras da vida e da insegurança existencial. A reserva mitológica pode ser acessada por qualquer um que compartilhe dessas posições identitárias. Contudo, para as formas de vida e identidades marginalizadas, há um esvaziamento constante dessa reserva mitológica e histórica. Ou ainda uma reserva mitológica negativa, que produzirá constante enfraquecimento social e miséria subjetiva. Há uma reivindicação entranhada

neste trabalho, que nenhum Estado pode instituir, mas que todos eles podem extinguir: o direito à história, ou, se preferir, o direito à mitologia, uma vez que frequentemente habitam ambas a mesma zona cinzenta de indiferenciação

Passos iniciais e a abertura de processo

Neste ínterim, integrei-me ao "Outro Grupo de Teatro" da cidade de Fortaleza, primeiro como parceira esporádica, com uma contribuição dramatúrgica à obra "Histórias Compartilhadas".[5] Em seguida, somo-me ao grupo pensando e propondo teatro com os outros dois integrantes-fundadores, Tavares Neto e Ari Areia.

Essa foi minha primeira aproximação séria com o teatro, que logo me encantou pela capacidade de fazer o corpo tremer, por algo que acontece no instante do encontro, no momento da encenação. Pela possibilidade de criar um mundo efêmero, que desaba ali mesmo e se infiltra em seguida em nós, como memória, experiência e corpo. Compartilhei muitas vezes com Tavares o quão desanimada eu estava com as discussões que eu via acontecer em torno da história das travestis: de um lado essencialismos, de outro a condenação radical ao anacronismo. Parecia haver um limite naquela forma de contar a história das travestis. Foi então que Tavares, ainda em 2016, sugeriu que tentássemos transformar a pesquisa em teatro. A ideia me pareceu incrível, afinal, o teatro permitiria fazer falar o morto, fazer o tempo suspender. É como se ali se apresentasse o dispositivo que eu buscava há tanto tempo: uma máquina capaz de ver o que é invisível. De ler o que nem sequer foi escrito.

Iniciamos em três, Tavares Neto, Nicole Lessa e eu, o projeto de pesquisa dramatúrgica "Onde Estavam as Travestis na Ditadura?" que havia sido selecionado para o Laboratório de Criação Teatral da Escola Porto Iracema das Artes, em Fortaleza.

5 Documentário cênico e performático realizado por Ari Areia, com direção de Eduardo Bruno, contribuições textuais minhas e de João Nery.

[6] É nesse momento que ampliamos a pesquisa, no sentido da coleta de histórias, e iniciamos uma ampla sistematização de todo o material que possuíamos até aquele momento. As bolsas do Lab-Teatro nos garantiram, naquela época, condições de dedicação diária à pesquisa e também a manutenção de contatos frequentes com pesquisadores de todo o país, como Luiz Morando, que colaborou com parte do material hemerográfico relativo a Belo Horizonte, e Caia Coelho, com dados extremamente relevantes de Recife.

Também visitamos o Arquivo Nirez, em Fortaleza, e os arquivos públicos disponíveis naquele momento. Percorremos muitos caminhos distintos na coleta de histórias, relatos e documentos. Entrevistamos um idoso que há anos vai à Praça do Ferreira, no centro da cidade de Fortaleza, pela manhã e lá se senta para observar tudo, ele não é o único. Tavares começou com ele um diálogo a respeito de uma personagem semifolclórica de Fortaleza sobre a qual gostaríamos de ter mais informações: a Burra Preta. Segundo se conta por Fortaleza, Burra Preta era um homem exótico, de roupas justas e sapato de salto que andava rebolando pela Praça do Ferreira todos os dias e que pela manhã e pela noite causava alvoroço entre os jovens da cidade que gritavam "Burra Preta!". Pouco conseguimos saber a seu respeito, mas a reação do senhor T, entrevistado por Tavares, foi reveladora: "eu sei quem é Burra Preta, mas tu quer saber dele pra quê? *R*á saber de Fulano, que é gente de bem". Essa reação indicava algo que até então eu ainda não havia me dado conta: desde a perspectiva da norma, o que vira história é somente o considerado digno de ser histórico e são as relações de poder que determinam isso. O que se torna memória não é apenas

6 A Escola Porto Iracema das Artes anualmente lança o edital dos Laboratórios de Criação, que existem para diversas linguagens artísticas e tem como objetivo incentivar a criação e desenvolvimento de obras de artistas locais. Em 2019 a pesquisa " Onde estavam as travestis na Ditadura" foi contemplada.

aquilo que queremos lembrar, mas aquilo que precisamos lembrar de esquecer, para garantir a memória certa. Em ambas as situações referidas, atuarão uma miríade de forças subjetivas, intersubjetivas e de poder. Além da reunião de dados hemerográficos e sua leitura e sistematização, e de entrevistas com locais, entrevistamos também travestis que viveram o período da ditadura, neste caso ampliando para todo o país, uma vez que, dada à baixa expectativa de vida da população trans e travesti, não eram muitas as pessoas com as quais conversamos. Dessa feita, quero destacar nesse texto, como homenagem póstuma, três das entrevistadas que já faleceram e sequer chegaram a ver o espetáculo consolidado: Aniky Lima, Jane Di Castro e Thina Rodrigues.

Todo o material pesquisado, coletado e sistematizado serviu para os inúmeros encontros de criação que tivemos, com a tutoria e direção do Luiz Fernando Marques, o Lubi. É importante enfatizar que não se tratava de contar tais histórias em sua literalidade, mas em suas afetações. Uma história contada é muito diferente de uma história vivida. Queríamos possibilitar o compartilhamento das histórias não apenas como exercício da razão e do saber, mas como experiência corporal.

Em dezembro de 2019 apresentamos na Mostra do Porto Iracema das Artes a abertura de trabalho (primeiros experimentos cênicos a partir da pesquisa realizada). Essa primeira temporada, da abertura de trabalho, contou com duas apresentações para um total de 80 pessoas, sendo 40 por apresentação, conforme deliberamos coletivamente no grupo. Nesse momento, já estava conosco também a preparadora de elenco e atriz Noá Bonoba, que será fundamental para toda a obra.

As apresentações ocorreram em um espaço cultural histórico de Fortaleza, o Cena 15, antigo Alpendre, e hoje espaço abandonado. Ocupamos duas salas, palco, dois corredores, hall e banheiros do espaço, pois optamos por uma instalação cênica

atravessada pelo trabalho transmídia. O público, logo quando chegava ao espaço, era marcado com uma pulseira colorida e posteriormente separado em quatro grupos de 10, segundo a cor da pulseira. O percurso instalativo seria feito por cada grupo, em ordem inversa. Era importante sustentar um espaço de controle, rigidez e de desautonomização, de modo que os grupos tiveram que eleger um líder, o qual receberia uma pasta com instruções para cada uma das ilhas da instalação. Cada um dos 4 grupos poderia ficar no máximo 10 minutos em cada ilha e o deslocamento de uma pra outra seguia um mapa disponível na pasta do líder. Sempre que ouvissem tocar o Hino Nacional, na voz de Jane Di Castro, saberiam que o tempo tinha acabado.

As ilhas eram:

> 1 — Primeiro de Abril: na pasta recebida pelo líder de cada grupo havia seis fotos históricas da ditadura civil militar brasileira. Ao fundo, um vídeo institucional da ditadura dublado em pajubá e em seguida orientações para o espaço. As fotos deveriam ser presas com alfinetes nos flanelógrafos disponíveis e todos deveriam fazer uma intervenção naquelas imagens, com os diversos materiais disponíveis. A proposta consistia em incluir ou travestir cada uma daquelas fotos, revelando desse modo o caráter construído do binômio imagem-história;
>
> 2 — Natal: não havia orientações para esta ilha. Ao centro, uma mesa de Natal com a atriz Nicole seminua, deitada como se fosse uma ave chester, temperos e afins na mesa, uma árvore com algumas poesias e uma missa do galo de 1982 passando em looping em uma televisão ao lado esquerdo. A ideia era construir um espaço natalino em que o desconforto e a ausência de sentido e pertencimento reinasse, em uma tentativa de partilhar a desfamiliarização que o corpo travesti vive em contato com sua família;

3 — Carnaval: em um estreito corredor na parte externa montamos um carnaval de rua. O público deveria explorar o local com a luz dos próprios celulares. Havia inscrições na parede, bebida alcoólica e ao fim um manequim enforcado.

4 — Aniversário: eram dois banheiros e um espaço de espera. O público dirigia-se à sala de espera que continha itens para o preparo de brigadeiros e decoração. Na parede, uma orientação de que deveriam, manualmente, fazer um brigadeiro e comer apenas quando estivessem saindo da instalação. No banheiro havia uma história em quadrinhos desenhada nos azulejos contando o aniversário de 18 anos de Thina, quando recebeu em frente a uma boate que conheceria pela primeira vez uma torta de fezes em seu rosto. Havia um bolo no vaso sanitário e brigadeiro espalhado no espelho. Conforme o esperado, o público ao fim não conseguiu comer o brigadeiro que fez, pois ao conhecer a história de Thina, os elementos cênicos foram recobertos de outros sentidos. Olhar-se no espelho sujo de brigadeiro evocava a violência cujo peso Thina carregava sozinha e que, daquele momento em diante, não era mais apenas dela, mas compartilhada com cada um daqueles que viveu essa experiência

Ao fim, nova sirene soava. Um militar conduzia todo o público para a parte superior do espaço onde ocorreu o segundo ato. Não me estendo aqui nesse segundo ato, pois ele logo será conhecido, quando o ensaio elaborar sobre a versão atual do espetáculo.

Com o exposto, quero que compreendam o trabalho como uma "máquina de compartilhar histórias". O público se vê afetado pelas experiências propostas, deslocando-se do próprio tempo e caminhando rumo a um devir-travesti, quando, ainda que não tenham vivido tais experiências, se veem afetados pe-

las mesmas forças em jogo. Não se tratava de contar uma história das coisas acontecidas, mas de fazer agir ali as forças que atravessam as histórias contadas para que do passado elas pudessem nos atingir no presente.

A obra foi bem recebida pelo público, tanto leigos quanto críticos e também ativistas. Lembro-me de um homem trans, ativista e assistente social que disse ter vivido ali uma experiência única, que sentiu ter aprendido coisas que não conseguiria dizer. Algumas pessoas sentiram que saíram daquele espetáculo sem saber responder a pergunta que os motivou a ir. O título da peça parece sugerir para alguns uma experiência de documentário. Não pretendemos produzir um documentário e nem temos a pretensão de fazer arquivo, revirar arquivos. Mas de partilhar as intensidades da memória, de viver experiências históricas de formas singulares.

Naquela altura nossa investigação dizia respeito muito mais à capacidade de contar histórias e ao que significa efetivamente isso. Tratava-se da experimentação ativa da construção de uma memória das travestis que não tivesse um dono, escapando dos modelos arcônticos de arquivo, mencionados por Derrida em "Mal de Arquivo". A Arkhé é onde tudo começa; é o Arconte, o senhor do *nomus* da Arkhé que poderá dizer: é aqui que começa, é isso que deve ser preservado e por fim é este o final (1995). Lembro-me de, em uma das muitas conversas com Thina, que sempre quis fazer teatro, que ela me perguntou: Mas a ditadura já acabou para as travestis?". Obviamente essa pergunta segue sem resposta, não por falta de caminhos pelos quais responder, e sim porque aqueles a quem foi conferido o poder de dizer onde isso começa ou termina não têm interesse na história das travestis.

O sociólogo e ativista *queer* Sam Bourcier, em texto para a Friction Magazine,[7] ao comentar o que nomeou de "febre do arquivo LGBT" (um interesse generalizado pela preservação dessas memórias), propõe uma analítica que pensa em formas de arquivo: o que versa sobre as histórias do natural; o arquivo administrativo, das coisas que se classificam para ser pensadas; rumando para uma ideia de arquivo vivo e pacífico com sua incompletude, com seu caráter interminável. Nós optamos neste trabalho pela relação pacífica com a incompletude do arquivo e por um espetáculo que, a cada novo lugar, será uma nova peça, porque é vivo, voraz e interminável.

Jango Jezebel e Herzoga

Da abertura do processo em 2019 até a estreia em 2022, atravessamos a maior pandemia da história humana e fomos obrigados a manter o projeto parado, em busca de fomento ou patrocínio. No começo de 2022, conseguimos aprovação no edital do PROAC LGBT do Estado de São Paulo, o que nos garantiu condições de retomar o trabalho e estreá-lo, sob direção do Luiz Fernando Marques Lubi, com Helena Vieira, Noa Bonoba e Tavares Neto no elenco. O trabalho havia sido reestruturado e fizemos a escolha estética de conjugar cenas épicas e dramáticas partindo de um evento ficcional como proposta de suspensão da historiografia clássica, para que, então, com o tapete da história suspenso, pudéssemos dar início ao nosso processo de infiltração da memória. Trata-se da nossa crítica cênica à ideia de verdade e a reelaboração travesti dos fatos que se, por um lado, tem muito do documental, opta pela dessacralização radical da ideia de documento. É como se investigássemos o extra campo

7 https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/ Acessado em 22 de setembro de 2022, às 21:45.

de cada evento.

A estreia em São Paulo se deu em agosto no Memorial da Resistência do Estado, espaço onde por décadas funcionaram as celas do Deops — a polícia de São Paulo. Utilizamos toda a instalação permanente chamada "cárcere" composta por quatro celas originais reformadas, corredor e corredor de banho de sol. O espetáculo demanda cinco espaços distintos: o primeiro deles é costumeiramente o *hall* ou antessala, espaço a ser utilizado para a apresentação em uma mesa ou cavalete de parte impressa da pesquisa hemerográfica realizada pelo grupo. Conforme o público chega, Tavares, trajado como segurança, nomeia e etiqueta cada um dos presentes, incluindo Noá, que nesse momento compõe o público. Quando todos já chegaram eu apareço nesse espaço, me apresento e apresento também a pesquisa. Enquanto converso com o público, Tavares sussurra em meu ouvido e me tira de lá, interrompendo a explicação. Noá, rapidamente, como se tentasse proteger os documentos expostos, começa a juntá-los, colocando-os em sua bolsa. Os contornos cênicos começam a ficar mais evidentes, mas, apesar disso, o mal-estar generalizado, o sentimento de injustiça e impotência vão apenas escalando.

O público todo é direcionado rudemente por Tavares para o corredor do banho de sol, onde eles ouvirão uma transmissão clandestina do discurso de posse de João Goulart que terminará com as seguintes palavras: "É preciso desordem e desestabilidade. É preciso transicionar o Brasil". Ainda no banho de sol, o soldado Neto revista o público um a um. Descobre os documentos clandestinos sobre travestis na roupa de Herzoga-Noá e a arrasta para fora do banho de sol. O público então é conduzido todo para a primeira cela, a de "Jango Jezebel".

Neste espaço, cujo dispositivo cênico é a ordem, o soldado Neto aperta as pessoas, organiza rudemente onde deverão sentar ou ficar em pé. Em São Paulo, esse espaço correspondia à

reprodução exata do Deops, tendo apenas as portas, grades e espaços às celas originais daquele complexo.

Jango Jezebel surge, quando a porta é trancada e interpela o público. Caminhando naquele espaço apertado aos poucos a personagem revela quem é: João Goulart que não foi à China, como noticiado, mas para a Tailândia, onde fizera modificações corporais — não menciona quais — e finalmente assumiu-se quem era: Jango, por força do destino, e Jezebel, o nome que escolheu para si mesma. As expressões do público são as mais diversas, mas invariavelmente compram o evento: Jango Jezebel havia sido a primeira presidenta travesti do Brasil. Em seu solilóquio inicial, menciona ter sido golpeada ao voltar ao país e escondida de todos na prisão. Tomando o texto suicida de Getúlio, Jezebel, sem pretensões heroicas, revela: eu saio da história para entrar na vida.

O discurso é interrompido pelo Soldado Neto, que aparenta estar impaciente com as coisas que Jezebel diz. Há na fúria de Neto algo de decepção. Como alguém que tanto admirou, que poderia até ser um herói pra ele, havia se transformado naquilo? Neto pergunta se uma pessoa como ela poderia governar um país andando, falando e vestindo daquela maneira? Jezebel, perdendo de todo sua paciência, convida o Soldado Neto a tirar um lenço vermelho do bolso de sua calça, a revelar o contrapelo da história, o avesso da farda verde do Exército. Quando Neto tira algo do bolso é na verdade um papel e Jezebel, então, atordoada, grita, pedindo que todos saiam daquele espaço, justificando que irá se arrumar para o porvir. O público segue então por mais duas celas: a do soldado que prendia todos os dias a travesti Thina Guaíba, para que ela pudesse, a cada dia, contar uma parte da sua vida. São contadas nessa cena oito histórias ao todo, todas associadas a uma mesma personagem, que opera como travesti-metafórica. Dentre as muitas histórias contadas nesta cena, quero destacar a de quando Thina passa a se chamar

Thina. Ela conta que queria chamar-se Thina Turner, mas que temia usar este nome e ser processada pela cantora de rock. A despeito do cômico do pensamento, tal medo revelava um tanto da condição da travesti nesse momento: ter o nome associado a uma mulher poderia ser um ultraje de alcance jurídico. Em todo o processo de cada decisão, do nome ao cabelo, será uma decisão pautada pela inteligência de existir, de insistir vivendo. Na cela seguinte o público conheceria Herzoga, travesti jornalista e revolucionária, em conflito com seu pai militar e presa. No final do espetáculo o pai de Herzoga será assassinado por Jango Jezebel. A personagem de Noá no contexto da dramaturgia da peça, é aquela que conta as histórias de resistência.

A seguinte apresentação — a última até o momento — em 13 de setembro foi no Cineteatro São Luiz em Fortaleza, construído em 1938, um espaço extremamente bonito, marcado por uma história de exclusão, que não condiz mais com seu presente. Neste espaço "Jango Jezebel" ocorreu em cinco andares distintos, marcados pelo calor, opressão e circulação nos lugares que são o avesso do palco: a coxia, o teto. Lugares onde mesmo aqueles que lá trabalham talvez jamais tenham estado. Na cena final, em que está morto o militar, Herzoga, interpretada por Noá Bonoba, pergunta a Jezebel: como será que escreverão esta história? Inicia-se uma videoprojeção com imagens da ditadura, do cotidiano de travestis, mescladas ao clipe de Mad Max, da cantora Tina Turner, da música "We Don't Need Another Hero".

Fontes

Relatório — Tomo I — Parte II — Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

Referências

AFONSO-Rocha, R.. E havia uma ditadura cis-hétero-militar?. *Revista Periódicus*, 2(16), 2021, 1742.

GREEN, James N QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e homossexualidades:* repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GREEN, James N.. *Revolucionário e gay:* a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez,2008.

MOIRA, Amara. Como se forja uma mulher. In: AGUIAR, Gonzalo; TITAN JR, Samuel. (org.). *Madalena Schwartz*: as metamorfoses. São Paulo: IMS, 2021, p. 170-177.

MORANDO. Luíz. *Enverga, mas não quebra*: Cintura Fina em Belo Horizonte. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2020.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis:* carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violências e Dissidências: Um breve olhar sobre as experiências de repressão e resistência das travestis durante a Ditadura In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial; 2018.

Censura musical e interdição da lesbianidade na ditadura civil-militar brasileira[1]

Julia Aleksandra Martucci Kumpera
UNICAMP

Introdução

As políticas repressivas implementadas pela ditadura civil-militar no Brasil, além de promoverem o imperativo de "ordem e progresso" e a luta contra o inimigo interno comunista, se inscrevem em uma empreitada profundamente conservadora, moralizante e saneadora. Na implementação de sua utopia autoritária (D'ARAUJO, 1994), militares e setores de direita defenderam um ideal de nação heteropatriarcal, que definiu quem eram os sujeitos cujas práticas deveriam ser repreendidas (IRE, SILVA LENZI, 2019).

1 Este capítulo apresenta alguns dos resultados de minha pesquisa de mestrado, defendida junto à Unicamp em 2021, intitulada *"O lesbianismo é um barato"*: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990).

Como afirma Antonio Brito (2019), as representações anticomunistas dos militares e agentes da ditadura foram construídas com base em uma ampla agenda moral, desde o golpe de 1964, mobilizando concepções sobre família, papéis sexuais, religião, entre outros. Dessa forma, no imaginário anticomunista, a atuação política de esquerda era associada à subversão sexual, promiscuidade, degradação moral e corrupção da juventude. Dentro da lógica de suspeição geral a respeito daqueles que eram considerados inimigos, o comportamento moral e sexual também era alvo de investigação e poderia ser utilizado para combatê-los ou desqualificá-los (DUARTE, 2011).

De acordo com o brasilianista Benjamin Cowan, o anticomunismo pautou a luta de militares e setores conservadores pró-ditadura contra a subversão em termos morais e sexuais, argumentando que era urgente evitar a destruição dos pilares da civilização cristã e ocidental que supostamente sustentavam a sociedade brasileira. Esse anticomunismo mobilizou uma série de pânicos morais, por meio dos quais subversão e comunismo foram cada vez mais identificados com sexualidade desviante, uso de drogas, delinquência e patologias sociais, especialmente a partir dos anos 1970 (COWAN, 2016).

Esses discursos foram mobilizados pelo regime ditatorial em circunstâncias diversas, direcionando as políticas autoritárias e repressivas do período. Renan Quinalha argumenta que, durante a ditadura, o Estado "se tornou um *locus* privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir as condutas classificadas como inaceitáveis" (QUINALHA, 2018, p. 21). Segundo o autor, para definir os contornos da política sexual implementada pela ditadura, é necessário compreender a centralidade da moralidade conservadora na ordenação do regime e o funcionamento do aparato repressivo que dá concretude à marcada preocupa-

ção com as homossexualidades, o erotismo, a pornografia etc. (QUINALHA, 2017).

Na esteira dessas reflexões, o presente capítulo explora as relações entre censura musical e interdição da lesbianidade no período da ditadura civil-militar brasileira. A partir da análise das letras de músicas censuradas e dos pareceres censórios, elaborados no âmbito da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), relacionamos os argumentos que fundamentavam a censura e a agenda moralizante da ditadura. Dessa forma, também indagamos em que medida a censura pode funcionar como mecanismo de reiteração de estigmas sobre a lesbianidade no imaginário social do período.

Nos últimos anos, pesquisas diversas têm elucidado diferentes dimensões das experiências lésbicas durante a ditadura civil-militar. Em linhas gerais, os trabalhos se concentram nas trajetórias militantes e práticas de comunicação alternativa (SILVEIRA-BARBOSA, 2019; LESSA, 2021; BATISTA, 2021); na perseguição policial, a exemplo da Operação Sapatão (FERNANDES, 2018; OLIVEIRA, 2019); nos silêncios impostos à vivência lésbica e os locais de sociabilidade (SILVA LENZI, 2018; IRE, SILVA LENZI, 2019) e na vida e obra de personalidades do mundo artístico, cujo grande símbolo do período é a escritora Cassandra Rios (VIEIRA, 2014).

Denise Sampaio identificou no fundo do Sistema Nacional de Informação[2] 432 documentos sobre lésbicas. Estes incluem matérias jornalísticas, relatórios de investigações sobre profissionais e militantes de esquerda tidas como lésbicas, relatórios sobre ações de movimentos sociais, como o GALF,[3] e pareceres

2 O fundo pertence ao Banco de Dados Memórias Reveladas, vinculado ao Arquivo Nacional.

3 O Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) atuou durante a década de 1980 na cidade de São Paulo e foi editor do boletim *ChanacomChana*.

censórios. Essa diversidade de registros evidencia que a ditadura implementou mecanismos de controle e vigilância da lesbianidade e das experiências lésbicas. Assim, este trabalho pretende contribuir com os debates sobre lesbianidade e repressão na ditadura militar.

Censura, lesbianidade e imaginário social

No Brasil, a censura da produção cultural remonta à década de 1940, com a criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP). Criado em 1945, durante o Estado Novo, a função precípua do órgão consistia em "zelar pela moralidade do povo brasileiro" (MARCELINO, 2011, p. 24). Dessa forma, eram regulados os conteúdos veiculados no rádio, televisão, teatro, cinema e música, especialmente aqueles que abordavam questões ligadas aos costumes, à família e à sexualidade.

No entanto, foi durante a ditadura civil-militar que a atuação dos órgãos censórios ganhou maior consistência, contando com um aparato e arcabouço legal inéditos. Houve iniciativas mais rigorosas de centralização da censura em nível nacional, aumento do número de censores e profissionalização das atividades. Essas transformações partiam da compreensão de que era necessário modernizar uma agência do governo, para acompanhar a expansão dos meios de comunicação, a exemplo da televisão, cuja produção estava cada vez mais massificada pela indústria cultural (MARCELINO, 2011).

Em 1970, Alfredo Buzaid, ministro da Justiça durante o governo do general Emílio G. Médici, publicou *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Na obra, Buzaid defende a necessidade de criar mecanismos legais para combater as produções culturais contrárias à moral e aos bons costumes, argumentando que elas representavam um mal, devido aos seus "efeitos deletérios sobre as pessoas e as nações" (BUZAID, 1970, p. 9). De acordo

com o ministro, manifestações em defesa da liberdade sexual "obedecem a um plano de ação revolucionária que corresponde aos propósitos de agitação marxista-leninista" (BUZAID, 1970, p. 14). Assim, ele justifica a criação de legislação censória:

> A preocupação do Governo consistiu em banir do mercado as publicações obscenas, que aviltam e degradam a juventude, bem como proibir terminantemente que os agentes do comunismo internacional se servissem do rádio e da televisão para exercer através de programa insidiosos influência subliminar no seio das famílias. [...] A ação do governo se voltava contra as revistas e programas de televisão que insinuavam o erotismo e outras deformações do sexo, diminuindo ou abatendo a resistência moral da família (BUZAID, 1970, p. 17-18).

O trecho acima evidencia duas dimensões sobre a censura. Primeira, a sua função preventiva: impedir a circulação de materiais considerados moralmente degradantes, a fim de evitar a corrupção da família e da juventude. Segunda, a equiparação do atentado à moral e aos bons costumes com o risco à segurança nacional, aspecto que, segundo Renan Quinalha, demonstra como as questões comportamentais e sexuais foram centrais no projeto autoritário da ditadura militar (QUINALHA, 2017).

A legislação reivindicada por Buzaid se fundamentou em três normativas jurídicas. Em linhas gerais, o Decreto-lei n. 20.493 (1946) instituiu a censura prévia de obras artísticas, audiovisuais e sonoras. A Lei n. 5.536 (1968) fixou diretrizes para a produção cultural, como a determinação de que seu conteúdo não poderia atentar contra a segurança nacional. E o Decreto-lei 1.077 (1970), por sua vez, introduziu a figura da moral e dos bons costumes, determinando que caberia ao ministro da Justiça verificar a existência de conteúdo que atentasse contra o

que consideravam ser os valores morais da sociedade brasileira. Essas leis, justas, estabeleceriam o que Beatriz Kushnir nomeou como "tripé da censura" (KUSHNIR, 2001, p. 80), fixando as bases para a atuação dos órgãos censórios.

No caso da indústria fonográfica, as gravadoras deveriam enviar as letras das canções e suas gravações à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP).[4] Os/as técnicos/as de censura eram responsáveis por analisá-las e definir se estavam em conformidade com a legislação censória, emitindo pareceres que definiriam a liberação ou interdição da música. No entanto, esses pareceres não eram estritamente técnicos, mas continham opiniões sobre o conteúdo e exprimiam representações do imaginário social conservador, extrapolando os limites do exame censório (MARCELINO, 2011).

As canções analisadas a seguir foram produzidas no contexto da abertura política, período marcado pela liberalização do regime militar e a eclosão de movimentos sociais que questionavam o autoritarismo, a repressão e o conservadorismo da ditadura. A partir de meados dos anos 1970, os militares se preocupavam cada vez mais com as transformações culturais vivenciadas no Brasil desde a década anterior, particularmente no que dizia respeito à família, educação e sexualidade (DUARTE, 2014). Assim, a produção cultural foi vista como uma ferramenta psicossocial para disseminar a subversão sexual e política, corromper a juventude e atacar os valores cristãos da sociedade brasileira. De acordo com Quinalha, essa percepção motivou um incremento da atividade censória, sobretudo da chamada censura moral,[5] voltada para as obras artísticas (QUI-

4 Em direção à centralização e profissionalização da atividade censória, em 1972 a SCDP transformou-se em Divisão de Censura de Diversões Públicas. O órgão passava a estar subordinado ao Departamento de Polícia Federal.

5 Referimo-nos de forma geral à censura dos costumes, que incidiu sobre o comportamento e a sexualidade, definindo as fronteiras entre o aceitável e o

NALHA, 2017). Na análise documental de Denise Sampaio, a autora identificou um aumento significativo de registros sobre lésbicas entre o final de 1970 e início de 1980 (SAMPAIO, 2021), período que coincide com a eclosão do movimento homossexual (GREEN, 2000) e o surgimento das primeiras organizações lésbicas (LESSA, 2021).

Em 1978, a DCDP recebeu diversas canções da gravadora RCA. *Espinhos*, de autoria de Antônio Carlos dos Santos Pereira[6] e Expedito de Carvalho,[7] retrata, entre a tristeza e a revolta, a reação de um homem cuja namorada o deixara para viver com uma mulher:

> Se
> Eu te perdesse
> Para um homem aceitaria
> Uma explicação qualquer

---

inaceitável. Em um contexto de acentuado conservadorismo e moralismo, a censura moral se torna altamente politizada. Portanto, consideramos necessário problematizar uma divisão estanque entre censura moral e censura política, inclusive porque as duas se misturaram ao longo da ditadura. A respeito deste debate historiográfico, *cf*. FICO, 2001; MARCELINO, 2011

6 Conhecido como Tom da Bahia, foi cantor, compositor, regente e multi-instrumentista soteropolitano. Nos anos 1960, integrou com Expedito Machado de Carvalho e Douglas Rocha o Inema Trio, vencedor no I Festival de Samba da Bahia em 1967. A partir da década de 1980, seguiu carreira solo. Em 2003, lançou o CD *Contas de Xangô* pelo selo Lua Music Brasil. *Cf*. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Tom da Bahia (verbete). Disponível em: https://dicionariompb.com.br/artista/tom-da-bahia/. Acesso em: 10 ago. de 2022.

7 Expedito Machado de Carvalho participou do Inema Trio, grupo musical de sucesso nos anos 1960 e 1970. *Cf*. LUIS, Roberto. Duplas e trios vocais da Bahia — Inema Trio. Disponível em: https://tempomusica.blogspot.com/2010/11/duplas-e-trios-vocais-da-bahia-i-inema.html. Acesso em: 21 ago. 2022. Demais dados biográficos e profissionais não foram encontrados.

Mas para aumentar meu desespero
Descobri, que te perdi
Para uma mulher
Podem declarar
Que é preconceito
Todo mundo tem direito
De viver com quem quiser
Podem me chamar de ultrapassado
Por ficar indignado
Ao te perder
Para uma mulher.[8]

O eu-lírico expressa sua indignação pelo ocorrido, sua falta de aceitação das circunstâncias. Ao mesmo tempo, não lhe importa ser visto como preconceituoso ou ultrapassado, pechas das quais discorda, ao reafirmar sua revolta.

A letra de *Espinhos* foi analisada em dois pareceres censórios. No parecer nº 1591, a decisão pelo veto justifica-se pela letra "ferir o decoro público, ao apresentar, de maneira vulgar, o lesbianismo, tema totalmente impróprio para a divulgação". No segundo parecer, argumenta-se que a letra "apresenta o lesbianismo de forma demasiado clara e grosseira, e portanto se configura chocante, numa forma totalmente imprópria à divulgação".[9] Nos dois documentos, observa-se que, embora a letra da música apresente de forma sutil a lesbianidade, sem nenhum apelo pornográfico (o que poderia justificar a defesa da moral), a exposição foi considerada inadequada. Ou seja, parece que a

8 Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 549/78, 26 de maio de 1978, p. 3.

9 Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 549/78, 26 de maio de 1978, p. 4-5, grifos nossos.

própria difusão de referências à existência lésbica deveria ser controlada pela censura.

Em 1981, treze canções do compositor José Antônio de Oliveira[10] foram submetidas à análise da DCDP. A única censurada foi *Eu só sei ser mulher*, cuja letra propõe um retrato das relações lésbicas:

> Como disse uma amiga minha
> se atrasou no encontro dançou
> se atrasou no encontro dançou
>
> Eu aprovo o amor entre mulheres
> porque também sou mulher
> e se atrasou no encontro dançou
>
> Eu não coloco nome
> eu não batizo
> eu aprovo as mulheres
> ativas na ativa
> e as não ativas na ativa
> mas, se atrasou no encontro dançou.[11]

O eu lírico, assumindo uma voz feminina, joga com o humor para insinuar certa libertinagem entre as mulheres, uma vez que elas descartariam suas parceiras com grande facilidade — quem se atrasa para o encontro "dança", ou seja, perde a oportunidade de concretizar uma relação. Ao mesmo tempo, de

10 De acordo com o documento da DCDP, o compositor era estudante à época do pedido junto ao órgão e residia no município de Sete Portas, na Bahia. Não há informações sobre a gravadora e não foram encontrados dados biográficos e profissionais adicionais.

11 Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 951/81, 08 de abril de 1981, p. 8.

forma ambígua, ele não deseja nomear esse amor — que permanece, assim, na esfera do indizível —, mas afirma aprová-lo. No entanto, de modo geral, a letra da música reforça uma representação historicamente dominante da lesbianidade: lésbicas, por supostamente aproximarem-se da masculinidade, possuem um padrão de comportamento lascivo, marcado pela voracidade sexual (BRANDÃO, 2010).

O parecer censório da DCDP determinou que a letra de *Eu só sei ser mulher* não deveria ser liberada para veiculação, por referir-se "de maneira favorável ao lesbianismo", além de conter aspectos contrários à legislação censória em vigor.[12] Ou seja, os censores consideraram uma ofensa à moral e aos bons costumes a "aprovação" do amor entre mulheres, considerando a letra uma forma de apologia à lesbianidade.

Em 1982, oito canções de autoria de Bráulio de Castro[13] foram interditadas pelo serviço de censura. Dentre elas, *O caso de Biu*, de forma semelhante a *Espinhos*, apresenta a situação de ruptura de uma relação heterossexual:

> Dizem que o homem
> É o último a saber
> E quando ele sabe
> É grande o seu sofrer
> Mas o caso de Biu
> Foi diferente

12 Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 951/81, 08 de abril de 1981, p. 2.

13 Bráulio de Castro foi um compositor pernambucano, nascido em 1942. Compôs frevos, forrós e sambas, além de ter ganhado diversos festivais de música. Faleceu em junho de 2021. *Cf.* Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Bráulio de Castro (verbete). Disponível em: https://dicionariompb.com.br/artista/braulio-de-castro/. Acesso em: 17 ago. 2022.

A sua dor, é maior
Que outra qualquer
Pois aquela
A quem ama loucamente
Lhe deixou e foi morar
Com outra mulher.

Leviana, sem coração
Fez toda cidade
Levar Biu na gozação
Leviana, sem compaixão
Deixou um homem sério
Pra viver com Sapatão.[14]

A letra da música reforça uma narrativa do sofrimento masculino e do sentimento de injustiça frente à situação, retratada como absurda e ultrajante. É insultante que o fim da relação seja motivado pelo desejo lésbico, além de ser quase ridículo que um "homem sério" seja trocado por um "sapatão" (sic.). Ademais, a letra reitera uma imagem incrustada no imaginário social, a da mulher masculinizada que seduz as demais mulheres e as "rouba" dos homens — daí a indignação e a acusação de ser sem coração.

A respeito disso, é importante lembrar que o termo "sapatão" historicamente se refere às lésbicas consideradas masculinizadas e, no contexto dos anos 1980, era utilizado de forma pejorativa e como um xingamento, referindo-se às lésbicas como mulheres que secretamente possuiriam o desejo de "tornar-se homem". A conotação negativa de "sapatão" se inscreve no imaginário social como uma caricatura do masculino ou

14 Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 2464/82, 23 de setembro de 1982, p. 5.

de uma mulher frustrada, que foge ao paradigma ocidental de feminilidade e escolhe relacionar-se afetivo-sexualmente com mulheres por não ser atrativa ao olhar masculino (SWAIN, 2004).

O caso de Biu foi objeto de dois pareceres censórios, unânimes em relação ao veto. No primeiro, afirma-se que a interdição tem como base o artigo 77 do Decreto 20.493, que determina a proibição de veicular "trechos musicais cantados em linguagem imprópria à boa educação do povo, anedotas ou palavras nas mesmas condições". No segundo, argumenta-se que "a divulgação do lesbianismo seja um tema inadequado à veiculação irrestrita", com base no artigo 41 do referido decreto, que estabelece critérios para a censura, entre os quais a ofensa ao decoro público, a indução aos maus costumes e o incitamento contra o regime vigente e a ordem pública.[15] Neste caso, observa-se que a referência mais aberta à lesbianidade — de forma pejorativa — é vista com preocupação pelo órgão censor, emergindo o pânico moral da degradação dos valores do povo brasileiro e o temor de corrupção da família e da juventude.

Nesse contexto de autoritarismo, repressão e vigilância, viver a lesbianidade e falar sobre ela era perigoso. É recorrente encontrar, nas narrativas de lésbicas que viveram durante a ditadura militar, memórias que remetem ao medo de ser perseguida e punida pela lesbianidade, de sofrer violência no espaço público e de ser abordada pela polícia (IRE, SILVA LENZI, 2019). Maria Helena Lenzi e Joseli Maria Silva argumentam que, durante o período ditatorial

> [...] as sexualidades dissidentes da heteronormatividade eram reprimidas por meio de ações difusas em todas as

15 BRASIL. Decreto n. 20.493, 24 de janeiro de 1946. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 ago. 2022.

> escalas e instâncias da sociedade da época, legitimando assim o discurso dominante, associado à necessidade de repressão das sexualidades e sua submissão ao controle moral da época (LENZI SILVA, 2018, p. 126).

Portanto, a censura pode ser compreendida dentro da complexidade e diversidade de políticas oficiais em relação a questões comportamentais e sexuais. Tais políticas contribuem para a constituição de um imaginário social marcado por estigmas sobre a lesbianidade, o que, por sua vez, alimenta a invisibilidade lésbica e dificulta a conquista de direitos sexuais a longo prazo.

Composta por Pinduca,[16] *Namorada sapatão* é a única canção de sua autoria que foi censurada, das oito enviadas à DCDP em 1984. A letra da música, de forma semelhante à *O caso de Biu*, alude a uma mulher que não deseja estabelecer um relacionamento amoroso com um homem:

> Você se lembra
> Da minha namorada
> A gente saía
> E ela nada
>
> Pois é com essa confusão
> Agora eu descobri
> Que ela é sapatão[17]

16 Aurino Quirino Gonçalves nasceu em 1937 no Pará. Cantor e compositor, tornou-se conhecido como o "rei do carimbó", tendo gravado muitas canções desse gênero musical. Em 2014, recebeu o Prêmio de Ordem ao Mérito Cultural, em cerimônia no Palácio do Planalto. *Cf.* Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Pinduca (verbete). Disponível em: https://dicionariompb.com.br/artista/pinduca/. Acesso em 20 ago. 2022.

17 Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 4165, 27 de agosto de 1984, p. 11.

De acordo com o parecer censório da DCDP, a música não deveria ser liberada, pois "O vocábulo sapatão' acha-se relacionado popularmente com o lesbianismo. Embora não tenhamos observado aspectos indutivos a tal tipo de comportamento no contexto desta música, a abordagem é grosseira, não contribuindo para a boa educação do povo".[18] Na perspectiva moralista do regime, a simples menção à palavra "sapatão" era motivo suficiente para a censura. Neste caso, trata-se de interditar não só a palavra, mas também imagens que aludam à lesbianidade, silenciando existências que contrariam os pilares da familiar nuclear, heterossexual e cristã.

Ainda que sejam apontados diferentes motivos para a censura das músicas citadas, como observamos acima, há um ponto comum entre todos os pareceres censórios: o impedimento da circulação de produções culturais que façam referências às lésbicas ou à lesbianidade. Esse mecanismo opera por meio da interdição tanto de termos — lésbica, sapatão, amor entre mulheres etc. — quanto de representações simbólicas. Dessa forma, a censura atuava como mecanismo fundamental para frear a guerra psicossocial do comunismo que buscava destruir os valores morais e sexuais da sociedade brasileira.

Eni Orlandi (2007) definiu como política do silêncio as formas pelas quais o silêncio se estabelece e circula pela linguagem. Considerando o silêncio como um fenômeno que incide na construção do imaginário, devido às suas dimensões históricas e sociais, a autora argumenta que a censura consiste na produção do interdito e do proibido. Ou seja, a censura estabelece um jogo de força em relação aos limites e possibilidades do dizer, de forma que a restrição de palavras implica a proibição de determinados sentidos. Isso significa que a censura opera direta-

18 Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 4165, 27 de agosto de 1983, p. 16.

mente com a produção do imaginário, inscrevendo a linguagem e a representação nos limites estabelecidos pelo autoritarismo.

Para a autora, a censura pode ser compreendida como a "interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas" (ORLANDI, 2007, p. 76). Em outras palavras, a censura, ao fixar limites rígidos sobre a produção de sentidos, impede que o sujeito possa ocupar posições no imaginário social diferentes daquelas anteriormente estabelecidas. No caso da ditadura brasileira, a censura promovia os discursos e as representações permitidas pelo anticomunismo e pelos pânicos morais dos militares.

Consequentemente, os silêncios produzidos pela censura repercutem na construção do imaginário social sobre lésbicas, bem como nas condições sociais que atravessam suas experiências. Sendo assim, a censura também funcionou como instrumento de invisibilidade e silenciamento da lesbianidade. De acordo com Tânia Navarro-Swain, para quem existe política de esquecimento que apaga e deturpa as representações do lesbianismo na história, nas práticas sociais e instituições. Para a historiadora, com quem concordamos, o silenciamento sobre essa forma de existir é estratégico, permitindo a instituição da heteronormatividade.

Considerações finais

As fontes analisadas ao longo deste capítulo motivam reflexões sobre as possibilidades de enunciação e vivência da lesbianidade durante a ditadura. Como observamos nos pareceres censórios, as referências à lesbianidade nas músicas foram percebidas como descumprimento dos ditames da moral e dos bons costumes, parte da estratégia psicossocial do movimento comunista internacional, representações perigosas que poderiam contaminar a sociedade e destruir a educação da juventude etc.

Ancorados em representações anticomunistas que conectavam subversão sexual e moral, os pareceres censórios oferecem pistas sobre a importância conferida pela ditadura à produção cultural e artística em relação ao estímulo de valores e comportamentos. Ao mesmo tempo, mostram como o pânico moral foi ativado pelos militares, à luz da reação contra as experiências contestatórias dos anos 1960.

A censura reforçou um silêncio compulsório imposto pelas práticas autoritárias e violentas da ditadura. No caso da lesbianidade, ela serviu para definir o que era ou não aceito socialmente. Ao produzir o silêncio, limitando como a lesbianidade poderia ser vista e vivida socialmente, a censura contribuiu para solidificar estereótipos e estigmas sobre a lesbianidade, tais como a ideia de depravação sexual, a figura da lésbica masculinizada, entre outros. Essas representações sobre a lesbianidade reiteram no presente violências físicas, psicológicas e simbólicas, contribuindo para a marginalização social das lésbicas e minando seus direitos humanos, inclusive em uma sociedade democrática.

Referências

BATISTA, Letícia. *ChanacomChana*: um *sopro* do *lesbianismo* nos anos de 1980. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2020.

BRANDÃO, Ana Maria. "Da sodomita à lésbica: o género nas representações do homo-erotismo feminino". *Análise Social*, vol. 45, n. 195, 2010, p. 307-327. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n195/n195a04.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRITO, Antonio. "Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida": anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 0*, vol. 26, 2019, p. 1-22. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id574069672035. Acesso em: 10 mar. 2022.

BUZAID, Alfredo. *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Brasília: Ministério da Justiça, 1970.

COWAN, Benjamin. *Securing sex*: morality and repression in the making of Cold War Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

D'ARAUJO, Maria Celina. *et al.* (org.). *Visões do golpe*: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. "Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra". *Diálogos*, v. 18, n. 1, jan.-./abr. 2014, p. 75-92. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35946. Acesso em 20 set. 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. "Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985)". In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300279518_ARQUIVO_textocompletoanpuh.pdf. Acesso em: 1 mar. 2020.

GREEN, James *et al. História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, n. 15, 2000, p. 271-295. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596. Acesso em: 10 ago. 2021.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

IRE, Binah; SILVA, Camila Daiane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob Estado de exceção. *In*: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair (orgs.org.). *Mulheres de luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019, p. 185-208.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda*: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LESSA, Patrícia. *ChanacomChana e outras narrativas lesbianas em Pindorama*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MARCELINO, Douglas. *Subversivos e pornográficos*: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes*: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SAMPAIO, Denise. *A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional de Informação.* Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal de João Pessoa, João Pessoa, 2021.

VIEIRA, Kyara. "*Onde estão as respostas para as minhas perguntas*"?: Cassandra Rios a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 1955-2001). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

“Pela desgraciosidade do belo e a elegância e distinção do feio”: as (im) possibilidades do desejo e do amor entre mulheres a partir das narrativas de Cassandra Rios (1970-1980)

Kyara Maria de Almeida Vieira
UFERSA

O amor romântico e o exercício do desejo são temas importantes para variados campos de saber: a medicina, a sexologia, a psiquiatria, a história, a sociologia, o direito, as religiões são alguns desses campos que têm feito circular a produção/divulgação de conhecimento acerca desses temas. As experiências amorosas e desejantes entre mulheres têm ocupado a cena em vários suportes discursivos de maneira cada vez mais visível e detalhada a partir do século XX. Todavia, ainda se configuram como um fantasma que ronda e caleja corpos, macula sujeitos e apunhala subjetividades.

Lançando mão de suas duas autobiografias, bem como de algumas entrevistas a jornais e revistas, este texto é mais uma reverberação da minha tese (VIEIRA, 2014) e tem o objetivo de pensar as narrativas de Cassandra Rios[1] entre os anos 1970-1980, as imbricações entre sua obra e vida, escolhendo como recorte o amor e desejo entre mulheres.

Se em sua primeira autobiografia (*Censura*, 1977) não fez nenhuma referência aos amores e paixões que viveu, na sua segunda autobiografia (*Mezzamaro, Flores e Cassis*, 2000), essas referências apareceram, embora poucas vezes — mesmo afirmando que nesse livro contaria tudo que viveu, tudo que aconteceu consigo. Também não são narrativas comuns nas entrevistas que concedeu a alguns jornais e revistas.

Sobre os nomes de suas companheiras, de seus amores, Cassandra Rios não os cita tão explicitamente. Mas para o jornal *Lampião da Esquina* (1978), que realizou entrevista no apartamento de Cassandra Rios, Vera foi citada como sua "amiga". Não só participou da entrevista testemunhando uma suposta adivinhação que Cassandra Rios fez num restaurante em Santos, como também foi Vera quem buscou a comenda que Cassandra Rios ganhou do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais, em 1964.

Outro nome que aparece é o de Pabla Ortega,[2] que participou da entrevista realizada pelo jornal *Lampião da Esquina* em 1980,

1 A autora paulistana Cassandra Rios (1932-2002), mais nova filha do casal de descendentes de espanhóis D. Damiana Rios e Seu Graciano Rios, é considerada uma das autoras mais proibidas pela censura brasileira (antes e durante a ditadura civil-militar que assolou o país entre os anos de 1964 e 1985). Conhecida não apenas pelo seu enorme sucesso de vendas, conseguindo sobreviver apenas de seus direitos autorais, Cassandra Rios (pseudônimo de Odette Rios) é autora do primeiro romance centrado no amor/desejo lesbiano (*A Volúpia do Pecado*, 1948), publicado quando ela tinha 16 anos. Para mais detalhes, ver Vieira (2014).

2 Em texto de entrevista feita com Pabla Ortega, Jandiro Koch (2021) afirmou: "Seu nome real era Vera [...]".

definida como "secretária" de Cassandra. O nome de Pabla Ortega volta a aparecer em entrevista que Cassandra Rios concedeu à jornalista Lenira Alcure para a *Revista Fatos e Fotos* (1983). A jornalista fez menção discreta, em momentos distintos da entrevista, a "uma aliança fininha" tanto na mão esquerda de Cassandra quanto na de Pabla Ortega, que ao chegar ao Restaurante Bastidores-SP com sua irmã, onde foi realizada a entrevista. Cassandra Rios assim se referiu: "Essa é a minha família". O nome Pabla também foi citado em *Mezzamaro, Flores e Cassis* (2000, p. 259, 279, 282) quando Cassandra Rios mencionou a companhia de sua "secretária" em viagens que fez para Recife e Salvador no início da década de 1980.[3]

Detendo-nos mais precisamente em sua autobiografia, numa das primeiras narrativas sobre seus amores que aparecem no texto, Cassandra Rios afirmou:

> Fiz do errado o certo, pela desgraciosidade do belo e a elegância e distinção do feio [...]. Talvez eu tivesse feito isso com as pessoas, amado o belo que era só artifícios, errando por descuido, na escolha dos relacionamentos, e na conjugação do amor, da amizade, da simpatia, que me trouxe muitas decepções [...] (RIOS, 2000, p. 15).

3 Também há narrativas sobre seus amores vindas de pessoas que conviveram com Cassandra Rios ou que entrevistaram pessoas que conviveram com ela. Aqui faço referência aos depoimentos presentes no documentário *Cassandra Rios - a Safo de Perdizes* (2013), dirigido por Hanna Korich, quando parentes e amizades reafirmam que Cassandra transitava com suas namoradas e companheiras nos mais variados espaços. Mais recentemente, em março de 2021, na revista *Digital Parêntesis*, do Grupo Matinal Jornalismo, o historiador Jandiro Koch (2021), publicou uma entrevista com Pabla Ortega, intitulada *A companheira de Cassandra Rios: uma entrevista (póstuma)*. Na entrevista, Pabla Ortega afirma que conheceu Cassandra em 1974 e com ela manteve relação por 13 anos. Mesmo após separadas, sempre que Pabla voltava da Europa para visitar seus parentes, também se encontrava com Cassandra.

Ressaltando a beleza atribuída ao amor, seja ele qual for, seja para qual gênero for, o amor romântico é apresentado como sentimento possível de ser vivido também entre duas mulheres. O equívoco, que atribuiu a si, está na escolha das pessoas com quem se relacionar, e não no "tipo" de amor que as envolve. As decepções não são por ser um amor lesbiano, mas pelas ações das pessoas com as quais se envolveu.

Assim, não só atribuiu um caráter essencial ao amor, como se apropriou da ideia de que o amor é sempre uma coisa boa e harmoniosa, sentimento que traz calma e alegria, corrompido apenas pelas pessoas que não o conjugam como de fato ele é. Em sua narrativa, traz à baila a realização de sentimentos amorosos e a defesa de que é possível duas mulheres serem felizes juntas, se realizarem afetivo e sexualmente, posto que o amor enquanto sentimento universal, enquanto "finalidade última da história do mundo" (FREIRE, 1998, p. 171), também seria o fim para mulheres que amam mulheres.

Ao afirmar que fez do errado o certo (o amor entre mulheres) por não ver graça no que era tido como belo (amor heterossexual), Cassandra Rios transgrediu as fronteiras porque colocava-se na contramão do que era/é considerado culturalmente como possível e permitido para as experiências do amar, tendo em vista que historicamente as práticas da sexualidade, do desejo e do amor entre pessoas do mesmo gênero são configuradas como malditas, pecaminosas, criminosas, doentias (BELLINI, 1987; PORTINARI, 1989; SWAIN, 2000; GREEN, 2000). Todavia, esse ideal de amor (romântico), que cotidianamente é solapado pelo encontro entre pessoas de carne e osso, não é um simples, puro e belo sentimento. As decepções que Cassandra Rios diz ter sofrido rasuram o ideal de amor que ela parecia acreditar e defender. Afinal, os/as enamorados/as são bem mais pragmáticos do que a idealização do amor-paixão romântico deixa transparecer (FREIRE, 1998).

A autora se esforçou em sedimentar o ideal de amor romântico a ser vivido pelas mulheres, quando afirmou: "Passo a vida inteira curtindo o sentimento do primeiro amor aos meus dezesseis anos [...]. Não me gasto, não me uso, não me empresto, não me dou [...]" (RIOS, 2000, p. 24), atribuindo ao primeiro amor a pureza e a força especial que culturalmente lhes foram atribuídas, e construindo para si a imagem límpida de uma amante que não era afeita a paixões passageiras, ou ao exercício do desejo descarnado do amor. A seu corpo e aos seus sentimentos, só teriam acesso aquelas por quem sentia amor, ratificando o referencial da mulher enquanto sujeito para quem os desejos sexuais não existem desatrelados dos sentimentos e da sublimação.

Cassandra Rios ultrapassa sua própria afirmação ao confessar aquilo que diz ser sua verdade: "Para revelar a verdade, amei verdadeiramente, durante toda minha vida, apenas duas pessoas, a primeira e a última! A única que não traí foi a primeira" (RIOS, 2000, p. 24). A mulher que tantas vezes se narrou como moralista e conservadora — que afirmou: "Talvez eu não tivesse tempo para amar mais. Vivia só para escrever!" (RIOS, 2000, p. 24) — borrou as fronteiras da heterossexualidade e do amor romântico não só porque declarou que amou outras mulheres, que as amou mais de uma vez, mas porque também admitiu que traiu.

A traição feminina, historicamente, foi definida pela cultura masculinista enquanto uma desonra provocada pela mulher, posto que, uma vez praticada, a traição macula(va) a honra masculina e deixa(va) desprotegida a instituição familiar (ARAUJO, 2015). Já a experiência da traição entre mulheres, que Cassandra Rios afirmou praticar, embora não tenha merecido a preocupação dos legistas e não constasse nos códigos legais pela desconsideração da plausibilidade e possibilidade dessa maneira de amar, contrariava e rompia os códigos do amor ro-

mântico, calcado na fidelidade e na monogamia, bem como no ideal de felicidade que se encerra numa única pessoa, na fixação que busca evitar a contingência e a errância da vida amorosa (FREIRE, 1998).

Ainda sobre as traições, Cassandra afirmou:

> O primeiro e o último amor. Reafirmo, só não traí o primeiro. A nenhum amei mais do que o outro, pois foram pessoas importantes para mim, não há o que medir nem pesar. Quanto ao significado das traições amorosas, poucas, apenas algumas linhas a mais na estrofe de uma poesia emocional, reforçando rimas! (RIOS, 2000, p. 238).

E como se fosse possível medir a intensidade de cada um dos seus amores, como se cada uma de suas companheiras tivessem um "grau" de importância equivalente, como se cada uma delas tivesse afetado Cassandra Rios de forma aproximada, a autora intensifica a ideia de que o amor é um sentimento uniforme, natural, algo que aponta para aquilo que todos devem ter, ser ou desejar, lugar de repouso que pacifica as fragilidades humanas e a inquietude da reconstrução de si.

Ao dizer-se que poucas vezes traiu, Cassandra Rios colocava-se como alguém que poucas vezes foi arrebatada pela força das paixões. Afinal, só a força da paixão poderia levar à traição, tendo em vista que a paixão será construída, ao longo do século XX, como força oposta ao amor romântico, porque aquela será associada ao irracional, ao incontrolável, contrária aos melhores interesses. Como se o amor fosse apenas um sentimento e se impusesse aos sujeitos pela força de sua intrínseca verdade (FREIRE, 1998).

Tentando amenizar os efeitos das traições, estas são colocadas em pouco número, como experiências aparentemente me-

nores, linhas frágeis, que se distanciaram dos seus "verdadeiros amores".

Tais narrativas de Cassandra Rios parecem não dialogar com as armadilhas do ideal de amor romântico, inaugurado na modernidade e construído para tentar alcançar as transformações do mundo burguês. Mundo esse com mudanças velozes, que possibilitaram transformações na maneira de entender o indivíduo cada vez mais particularizado.

Portanto, amor romântico burguês era/é o tipo de amor que, mesmo construído como uma fixação, resultado da atração romântica como única base para escolha do/a parceiro/a para a vida toda, também é marcado pela flutuação, pelo direito dos parceiros de uma "renúncia unilateral". Além disso, ao longo do século XX, os laços que passam a justificar a manutenção das relações amorosas passam a ser, cada vez mais, os laços da reciprocidade dos sentimentos e a prioridade da satisfação individual (BAUMAN, 2004). O amor romântico como uma experiência de preocupação mútua, satisfação sexual recíproca, troca de ternura que deveria durar para a vida inteira após o encontro com o ente amado, passa a ser negado, muitas vezes, na sua prática (FREIRE, 1988).

Ao falar sobre seus amores, Cassandra Rios recorre à gramática do ordenamento, da calma, da normalidade:

> Amores?! Poucos! Todos preciosos e simples, sem escândalos [...]. Nada absurdo, fora do normal, dos padrões sociais, levianos e imorais. Foram sentimentos trocados com pureza, pela atração exercida de um ser sobre o outro, igualzinho como acontece com todo mundo, algumas brigas, separações, finais sempre felizes porque a amizade prevaleceu. Desses relacionamentos duradouros posso contar fácil, não ultrapassam os dedos da mão, da direita, sem dúvida! Para que mencionar essas pessoas maravilhosas que alguma vez disseram que me amavam,

> se seguiram outros rumos, comprometeram-se com outros amores e devem estar felizes? (RIOS, 2000, p. 238).

Certamente não é possível desconsiderar a contribuição da autora para que outra narrativa sobre os amores lesbianos fosse/seja construída. Ao colocar seus amores lesbianos na mesma ordem daquilo que se definia para o amor romântico heterossexual, enquanto o permitido e o desejado, a autora distancia-se das imagens negativas e catastróficas que, historicamente, foram associadas às lésbicas e às suas relações. Torna possível uma narrativa que traz a possibilidade da existência e da realização do amor/desejo entre mulheres. Torna possível a experiência da felicidade vivida a partir desses amores tão silenciados e vilipendiados pela cultura ocidental (SWAIN, 2000).

Ao colocá-los na mesma esteira do amor romântico heterossexual, aquele que acontece com todo mundo, Cassandra Rios descreveu seus amores e assim estabeleceu o tipo de amor do qual falava, o tipo de amor que deveria ser vivido. Essa assertiva depõe contra a imagem de amor natural e essencializado que defendia, porque estabeleceu critérios, apontou que o amor resulta também dos valores que atribuímos aos seus constituintes. E, nesse sentido, esses valores foram associados ao agir moral.

Ironiza essa realização dos seus amores lesbianos ao convocar sua "mão direita" para contar esses amores, numa referência à importância das mãos para a prática da sexualidade entre mulheres, que exclui a necessidade do falo para sua realização, possível a despeito da penetração ou presença peniana.

Todavia, ao negar a nomeação de seus amores em suas autobiografias e nas entrevistas concedidas, mesmo tendo dado vida a tantas personagens lésbicas em seus romances, Cassandra Rios tentou ratificar a separação entre sua escrita autobiográfica e sua obra ficcional. Num aparente respeito à privaci-

dade de suas ex-companheiras, mostra-se abocanhada pelos dispositivos[4] de controle da sexualidade (FOUCAULT, 1995), subjetivando os preceitos morais que ainda negam aos amores não heterocentrados, hoje em menor intensidade, o direito de se dizerem e se fazerem visibilizados, de se tornarem vida também através da palavra.

A separação entre o que escreve e o que vive é agenciada quando Cassandra Rios afirma outra vez: "Sou mesmo um blefe, um desperdício, antítese de tudo o que escrevi ou escrevo, posso até afirmar que sou assexuada de alma e corpo. E basta! O resto é ficção!" (RIOS, 2000, p. 24).

Demarcando a separação entre sua escrita autorreferencial e sua escrita ficcionista, Cassandra Rios não apenas se recusou a falar de seus amores com mais detalhes, como também poucas vezes usou a palavra lésbica em sua segunda autobiografia, extrapolando as possibilidades do dizer-se com qualquer filiação à sexualidade, deixando que esta tivesse permissão de existir apenas em sua ficção ou nos círculos íntimos de sua convivência. Aponta para a consciência dos perigos de assim denominar-se, e que possivelmente subjetivou o campo de representações negativas associado à palavra lésbica (SWAIN, 2000).

Ainda assim, a tática[5] do silêncio pode ser lida como uma tática de sobrevivência, enquanto possibilidade de um reconhe-

---

4 Foucault (1995, p. 244) define dispositivo como: "[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos".

5 Para Certeau (1994 1980, p. 46), as estratégias são empreendidas por sujeito detentor de algum tipo de poder que "[...] postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta" (CERTEAU, 1994 1980, p.

cimento de que ela era mais que sua sexualidade. Que a sexualidade não define indelevelmente o sujeito e ela não se renderia aos apelos para que se autoidentificasse a partir de suas práticas da sexualidade.

O silêncio foi usado como uma tática que permitiu também a produção de sentidos nas relações com o poder. Tendo em vista que muitas vezes foi questionada e cobrada por quase não falar de sua vida amorosa e sexual (*Revista Realidade*, 1970; *Revista Fiesta*, S/D; *Jornal Lampião da Esquina*, 1978/1980; *Revista Fatos e Fotos*, 1983), Cassandra Rios explicou aos seus possíveis leitores o que a fazia calar:

> Reservo-me o direito de manter em sigilo os meus segredos, que não interessam a ninguém. Escapo dos secretos meandros do meu ser, para onde começavam a mergulhar, e onde por certo me perderia, fisgada pelos meus remordimentos amorosos. [...] eu breco. Não deixo que o subconsciente se manifeste, revelando coisas sobre as quais não quero falar. Ou não devo (RIOS, 2000, p. 25).

Cassandra Rios lança mão da privacidade como um direito, joga para o campo do segredo e da intimidade suas experiências amorosas, apropria-se da ideia de amor romântico enquanto uma emoção filha do "individualismo afetivo", da privacidade e da intimidade burguesa. Dessa forma, a autora mantém no nível do subconsciente aquilo que seria seu mistério e seu segredo, mesmo vivendo numa sociedade de confissão e aparência, em que a psicanálise criou não só o inconsciente, como também procedimentos para o reabsorver e técnicas que recusam

---

46). As táticas, por sua vez, são ações de desvio, que geram efeitos imprevistos. Enquanto as estratégias visam produzir, mapear e impor, as táticas, resultantes das capacidades criativas e das astúcias dos sujeitos, possibilitam escapar das tentativas de controle e fazer parte dos jogos em questão.

o segredo em suas formas profundas. Portanto, colocar seus segredos amorosos na dimensão do subconsciente é jogá-los para longe da racionalidade, atribuindo ao exercício ou ao pensamento desses desejos uma dimensão enigmática, impossível de ser colonizada pelos ardis da razão (BAUDRILLARD, 2001).

Aqui sai de cena a Cassandra Rios que se definiu como assexuada, de corpo e alma, para emergir a Cassandra Rios que, além de ser a primeira pessoa a escrever sobre personagens mulheres sexuadas, foi alguém que viveu em tensão. Que se consumia entre o que sentia, os desejos que a tomavam, os amores que viveu e o medo entre o que deveria e poderia falar.

Sua autocensura, em consonância com o projeto de construir a trama narrativa de sua vida, possibilita entrever que a autora não só viveu seus amores lesbianos e deles usufruiu aquilo que foi possível a partir da efetivação do desejo. Mas que também subjetivou os significados atribuídos a esses desejos, enquanto desejos que devem ser impedidos, não vividos, esquecidos. Tendo em vista que:

> A autocensura, que às vezes pode calar a expressão erótica feminina em todas suas formas, encontra-se obviamente enraizada nas práticas sociais vigentes, que tanto procuram controlar a sexualidade feminina, como restringir o acesso da mulher a uma linguagem adequada à representação de sua sexualidade (PINTO BAILEY, 2002, p. 2).

Mesmo que em grande medida Cassandra Rios só tenha aplicado o conselho de Jorge Amado — "Cassandra, querida, pior que a censura é a auto-censura (sic.)" (RIOS, 2000, p. 138) — nas suas obras ficcionais, e não quando escreveu sobre si, ainda assim, a própria existência de Cassandra Rios e de sua obra apontam para certa fragilidade das normas sociais vigentes. Apontam para a possibilidade de transgressão a partir da anarquia

do desejo. Apontam para a multiplicidade das práticas da sexualidade e para incontingência daquilo que se chama amor.

O amor entendido não apenas como esse lugar de calma e quietude, porto seguro que faria atracar os sujeitos contemporâneos em ebulição, cada vez mais tentados pelas possibilidades do encontro com o outro, do volver das paixões e dos desejos. Não o amor caracterizado pela aceitação e o desejo da presença permanente do outro na própria mente. Mas o amor enquanto experiência também histórica, atrelada e definida por valores, que não subjuga em definitivo o desejo, que pode ser assombrando muitas vezes pelo indômito da paixão e pela força que o encontro com outras pessoas pode mobilizar (FREIRE, 1998).

E já que a linguagem não é a expressão apenas de uma individualidade, mas o lugar de construção da subjetividade, "[...] a linguagem é o lugar onde atuais e possíveis formas de organizações de seus respectivos desdobramentos políticos são definidos e contestados" (VIANNA *apud* FACCO, 2004, p. 89). Um ano após a publicação de sua autobiografia, diante da insistência do repórter Fernando Luna (2001, p. 5) para que Cassandra Rios falasse sobre si, e diante dos questionamentos ao silêncio da autora, lá onde deveria ocorrer o sentido, lá onde as palavras deveriam designar sentido, a sua sexualidade, ela afirmou: "Eu não estou morta. Amo, desamo, esqueço, lembro, tenho fantasias [...]".

Colocava-se assim como um sujeito menos transcendental e ficcional, portadora de uma pretensa ausência de sexualidade. Dava a ver que a separação que tanto perseguiu, entre pessoa e autora, se esfacelava e se tornava múltipla, tecendo de outra forma a trama de vida, porque tudo que pode ser revelado também passa ao lado do segredo. E tanto as práticas da sexualidade quanto as narrativas sobre elas colocavam no centro da trama, num só golpe, a graça e a violência, a intensidade da pulsão de vida e de morte, pelas quais Cassandra Rios não passou incólume (BAUDRILLARD, 2001).

Convocar tais argumentos, a fim de estabelecer a separação entre os personagens ficcionais e quem os constrói, mas ao mesmo tempo ser questionada e convocada a falar sobre a relação entre o que escrevia e o que vivenciava, sugere os limites culturais estabelecidos para as mulheres escritoras e sujeitos desejantes. E se Stevens (2009, p. 2) afirma que "Ainda neste terceiro milênio em que vivemos — apenas citando o exemplo brasileiro, a voz autoral ainda é majoritariamente masculina", o que dizer de uma autora que escreveu sobre sexualidade — e mais ainda, falou sobre práticas da sexualidade consideradas desviantes e viveu essa sexualidade na segunda metade do século XX?

Ao insistir na separação de sua obra e sua vida pessoal, Cassandra Rios não deixou de, também, produzir aproximações e afirmar efeitos produtivos e positivos para seus leitores. Ao renegar a conotação de pornográfica, aproximando-se ora da definição de obscena, ora da definição de erótica, Cassandra Rios deu a ver a linha tênue que demarca os conceitos e a força das palavras para a produção de sentidos daquilo que pretendem nomear.

Os seus silêncios, bem como as poucas narrativas publicadas sobre suas experiências afetivo-sexuais, não deixaram de seduzir e de atrair atenções sobre sua vida pessoal. Ao contrário, os efeitos da sua tentativa de fuga em falar dos secretos meandros do seu ser não só permitiram uma profusão de camadas sobre o vazio deixado por esses silêncios, como foi indicativo da tensão com que experimentou sua sexualidade e a realização de seus desejos, sendo convocados para compor a trama de uma vida, usando os artifícios de sua escrita dramática, dando a ver, muitas vezes, apenas os aspectos negativantes e tristonhos de sua existência.

Dessa forma, o nome Cassandra Rios não causou só atração ou repulsa, curiosidade ou aversão, mas transitou por espaços e significados que nem mesmo a censura ditatorial ou a própria autora conseguiriam conter. A que esse nome dava fôlego e

vida? Não eram apenas personagens e histórias ficcionais sobre sexo e amor, ódio, traição, morte, desejos, alegrias, realização. Cassandra dava nome a ela mesma, Odette Rios. Mas os personagens materializados em cada página de livros, as experiências que ora coincidiam ora se distanciavam do cotidiano, da vida de pessoas de carne e osso, não são isomórficos: nem entre o nome e o indivíduo, nem entre a autora e o que ele nomeia, nem entre quem lê e o que lê.

E Cassandra "ousou": teve independência financeira muito cedo, separou-se de um casamento fictício ainda na lua de mel, passou a morar fora da casa dos pais ainda muito jovem, ocupou espaços públicos de autoridade, rompeu com a ordem e com a norma — e foi punida por isso. Porém, ainda assim, conseguiu ter um grande sucesso editorial e dele aproveitar seus benefícios, sua alegria, seu êxtase, escrevendo sobre o que chamou de "feio" da vida. Sentiu o jugo dos defensores do "[...] sistema de juízos em termos de bem e de mal considerados como valores metafísicos e que, portanto, refere o que se diz e o que se faz a valores transcendentes ou transcendentais" (MACHADO, 1985, p. 69).

Não apenas leitores/as que se identificavam com as personagens dos romances cassandrianos. Não apenas a censura, em sua sede por manter a ordem estabelecida e os "altos níveis" de civilidade. Não apenas a crítica literária ou jornalística, curiosa por entender e divulgar (ou quem sabe também banir) o sucesso editorial de uma autora sem formação acadêmica, produtora de uma vasta obra com linguagem coloquial sobre temas pouco comuns (e pouco permitidos). Mas, também, a própria Cassandra Rios foi levada a questionar-se, quando, em suas duas autobiografias,[6] pergunta: "[...] Disse coisas que não deveria ter dito?" (RIOS, 1977, p. 10).

6 Na sua segunda autobiografia (*Mezzamaro, flores e cassis*, 2000), Cassandra

Autora que foi requisitada e sentiu-se na obrigação de defender seu nome, sua obra, seus personagens, nas autobiografias e nas várias entrevistas que concedeu, refutando a classificação de pornográfica e imoral, ora tentando separar Odette de Cassandra, ora juntando-as numa só, ora abandonando ambos os nomes.

Para além das fronteiras entre realidade e ficcional, entre pornografia e erotismo, entre moral e imoral, entre heterossexualidade e homossexualidade, entre autora e personagens, o que se põe é a busca de Cassandra Rios pelo direito de ser escritora, de produzir e levar ao leitor sua obra. É sua luta contra a necessidade da materialização, definição, classificação do seu corpo numa verossimilhança com as personagens, ou contra as definições derradeiras para seus personagens.

Mesmo que para o corpo sejam direcionados todos os investimentos a fim de amenizar e/ou redirecionar práticas e desejos, com o objetivo da "salvação", de corrigi-lo, da recolocação social e moral dos sujeitos, os sujeitos criam táticas, usam da astúcia para produzirem-se de outra forma, viverem outras formas, e, muitas vezes, de alguma maneira, transporem os limites do permitido e do consentido que delineiam a percepção do corpo ao seu aspecto biológico. Como afirma Goellner (2005, p. 39),

> [...] a produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam. Reagimos a elas, aceitamos, resistimos, negociamos, transgredimos tanto porque a cultura é um campo político como o corpo [...].

Rios retoma vários escritos de sua primeira autobiografia (*Censura: minha lura, meu amor*, 1977).

Não apenas a produção do corpo do outro, mas a produção do próprio corpo e também do corpo de um texto não são possíveis com a separação estanque entre o coletivo e o individual, entre aspectos da cultura e da natureza, entre a realidade e a ficção. É o contato com essas fronteiras que possibilita a existência do mundo e dos sujeitos.

Por isso, diante dessas dicotomias que margeiam as (im)possibilidades do desejo e do amor entre mulheres, tanto as que são defendidas por Cassandra Rios em seus sopros de narrativa, quanto as dicotomias produzidas por aqueles que tentaram definir sua obra e sua pessoa (moral/imoral; pornográfica/erótica; literatura popular/literatura engajada), o que irrompe não é apenas que a arte era o mais importante para ela porque lhe permitia a experiência apoteótica da criação e a sobrevivência, mas, usando das artimanhas da linguagem, muitas vezes sendo açambarcada pelo poder que tentava discipliná-la, outras vezes usando esse poder em seu próprio favor, Cassandra Rios viveu! Defendeu seu próprio direito de existir como uma mulher que amava e desejava mulheres. E, ao fazer isso, resistiu aos variados dispositivos de controle dos corpos/ e do seu corpo, abrindo passagem para que tantas/os outras/os pudessem também viver! — a despeito da "desgraciosidade do belo e a elegância e distinção do feio".

Referências

ALCURE, Lenira. Cassandra Rios: "o homossexualismo virou profissão". *Revista Fatos e Fotos*. Ano XX, nº 1. 115. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1983. p. 60-62.

ARAÚJO, Eronides Câmara. *Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor*. Curitiba: Appris, 2015.

BAUDRILLARD. *Da sedução*. 4 ed. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas-SP: Papirus, 2001.

BAUMAN, Zigmunt. *O amor líquido*. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BELLINI, Lígia. *A coisa obscura*: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BITTENCOURT, Francisco; RODRIGUES, Dolores; MOREIRA, Antônio Carlos; LOUZEIRO, Luciane; *et al*. Cassandra Rios: "Assim, até a Bíblia é pornográfica". *Jornal Lampião da Esquina*. Ano 3, nº 29, p. 16-17, Rio de Janeiro, outubro de 1980.

Cassandra Rios: a safo de perdizes. Direção de Hanna Korich. 2013. 1 DVD.

CERTEAU, Michel de 1980. *A invenção do cotidiano I:* as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Mirian Paglia; AMARAL, Maria Adelaide; TREVISAN, João Silvério; *et al*. Cassandra Rios ainda resiste. *Jornal Lampião da Esquina*. Ano 1, nº 5, p. 8-10, Rio de Janeiro, outubro de 1978.

FACCO, Lúcia. *As heroínas saem do armário*: literatura lésbica contemporânea. São Paulo: Edições GLS, 2004.

FREIRE, Jurandir Costa. *Sem fraude nem favor*: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. *In*: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. *In*. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (organizadoras). In. *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo na educação. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GREEN, James N. *Além do Carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leita. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HAMILTON, Ribeiro. Qual o pecado de Odete? *Revista Realidade*. São Paulo: Editora Abril, março, 1970. pp. 114-122.

LUNA, Fernando. A perseguida. *Revista Tpm*. São Paulo: Trip Propaganda e Editora, n. 3, p. 2-11, jul. 2001.

KOCH, Jandiro. A companheira de Cassandra Rios: uma entrevista (póstuma). *Revista Digital Parêntese*. Disponível em: https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/entrevista/a-companheira-de-cassandra-rios-uma-entrevista-postuma/

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

NEGRÃO, Walter. Cassandra Rios: "Não tenho culpa se a vida é feia". *Revista Fiesta*. Ano III, nº 27, p. 5-7, (S/ D).

PINTO BAILEY, Cristina Ferreira. O desejo lesbiano no conto de escritoras brasileiras contemporâneas. In. *Revista Mulheres e Literatura*. Vol. 8, 2002.

PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RIOS, Cassandra. *Censura*: minha luta, meu amor. São Paulo: Global Editora, 1977.

RIOS, Cassandra. *Mezzamaro, flores e cassis*: o pecado de Cassandra. São Paulo: Pétalas, 2000.

STEVENS, Cristina Maria T. *A escrita mulher*: A mulher-escrita? Livro eletrônico. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/11929800/obra_A_MULHER_ESCRITA_A_ESCRITA_MULHER_OrganizaC3A7C3A30_Por_Cristina_Maria_T_Stevens

SWAIN, Tania Navarro. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida Vieira. *"Onde estão as respostas para as minhas perguntas?":* Cassandra Rios — a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001). Tese (Doutorado em História). Recife: UFPE, 2014.

“Pervertidos” e “nocivos”: a censura da telenovela O Rebu (1974-1975)

Thiago de Sales Silva
UFC

Em maio de 1971, o Ministério da Justiça encaminhou para o Departamento de Polícia Federal, instância a qual a Censura Federal estava submetida, informe produzido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) — órgão de inteligência do regime militar responsável pelo levantamento e análise de informações e contrainformações pertinentes à segurança nacional — prevenindo acerca da influência comunista sobre os meios de comunicação social no país. O documento chamava atenção para a “política expansionista” do comunismo internacional que, “com sucesso”, se apropriava da comunicação como uma forma de alcançar seus propósitos. Nesse sentido, alertava para a pre-

sença de elementos infiltrados em determinados veículos, que agiam para "burlar a censura e corromper a sociedade", sobretudo a juventude, grupo que seria mais suscetível à investida psicológica de doutrinas importadas, ao uso de drogas e ao "incitamento à indisciplina e à desordem". O registro em questão acusa ainda as emissoras de TV de não se importarem com o nível de seus programas, explorando "dramas vividos por esta ou aquela família, e a apresentação de elementos socialmente deslocados — com até o seu enaltecimento". A denúncia se estendia ao conteúdo do jornal *O Pasquim* — semanário humorístico do Rio de Janeiro —, que também é mencionado como problemático, sobretudo por "perverter os costumes e a moral familiar" (INFORMAÇÃO nº 0880, 1971).

A cruzada moral empreendida enquanto os militares estiveram no poder orientou a atuação de órgãos diversos que, juntos, constituíram ampla rede de informações através da qual a Censura Federal e o Departamento de Polícia Federal dialogavam de maneira estreita não só com o SNI, mas também com os Centros de Informação do Exército (CIE), da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA). Amparado na Doutrina de Segurança Nacional, cujo princípio de defesa do país fundamentava-se expressamente através do combate ao comunismo, o organismo repressivo da ditadura debruçou-se rigorosamente sobre o tema dos costumes.

Vigente como aparelho oficial de Estado desde a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) por Getúlio Vargas, a censura às diversões públicas permaneceu em atividade inclusive durante o período democrático, quando foi regulamentada pelo Decreto nº 20.493, de 1946, que criou o Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP),[1] responsável pela

1 O Serviço de Censura e Diversões Públicas permaneceu com este nome até 1972, quando passou a se chamar Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), reestruturando-se.

avaliação prévia de projeções cinematográficas, peças teatrais, propagandas, novelas e congêneres transmitidas por meio do rádio, além de exibições na televisão (BRASIL, 1946). O governo militar, portanto, herdou a estrutura censória existente, atualizando posteriormente a legislação que configurava o funcionamento da área com o objetivo de adequar às suas próprias demandas moralizadoras.

Entre o amplo arco de preocupações neste campo, destacam-se questões referentes ao amor livre, aborto, divórcio, trabalho feminino fora do lar e sexualidades dissidentes, especialmente quando abordadas por programas televisivos, cinema e teatro, alvos frequentes de intervenção censória. A demanda pelo veto a tais assuntos, entretanto, extrapolava o exercício dos censores e se espraiava pelo organograma do regime, espalhando-se por documentos de naturezas e origens diversas. A atuação dos serviços de inteligência junto à censura das diversões públicas[2] ia desde a colaboração, através de denúncias a artistas e espetáculos mantidos sob suspeita, à cobrança explícita pelo recrudescimento dos despachos na área.

Em abril de 1972, a agência estadual do SNI na Bahia reclamou, em informe encaminhado à Agência Central do órgão, da "liberalidade da Censura Federal" por permitir a "invasão dos lares" pelo que chamou de "estranha fauna". O documento se

2 O regime militar manteve em funcionamento duas censuras, uma amparada pela legislação vigente e outra ilegal e sigilosa. Enquanto espetáculos e obras do cinema, teatro, música e televisão eram censurados pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão vinculado ao Departamento de Polícia Federal (DPF) do Ministério da Justiça, cuja atividade era prevista em lei, a censura à imprensa operou de maneira clandestina através do Serviço de Informação do Gabinete (Sigab), também vinculado à pasta da Justiça, e era praticada por "proibições determinadas através de bilhetinhos e telefonemas às redações de jornais de todo país", além do processo de "censura prévia junto aos originais de matérias a serem publicadas, tanto praticado nas redações quanto feito no DPF" (DOBERSTEIN, 2007, p. 66).

referia à participação do costureiro Clodovil, do carnavalesco Clovis Bornay e do estilista Dener de Abreu como jurados nos programas do Chacrinha, Silvio Santos e Flávio Cavalcanti, respectivamente. Para a unidade baiana, o país vinha empreendendo grande esforço "com o objetivo de moralizar os costumes e resguardar a Família da obscenidade". Entretanto, a presença de sujeitos com "trejeitos femininos, expressões faciais duvidosas e voz em falsete" na televisão desafiava as intenções do governo. Desse modo, julgavam que a censura deveria ser mais rigorosa, evitando a veiculação de figuras homossexuais na TV, pois consideravam que os referidos jurados não possuíam "os mínimos requisitos morais para servirem de modêlos', arquétipos' ou ídolos da mocidade do Brasil, a quem somente poderão influenciar do sentido negativo e indesejado" (INFORMAÇÃO nº 01321, 1972).

Segundo pesquisa realizada por Renan Quinalha (2021, p. 190), naquele ano, o ministro das Comunicações, Higino Corsetti, anunciou, em matéria publicada na V*eja,* a intenção de reunir-se com os ministros da Justiça, Alfredo Buzaid, e da Educação, Jarbas Passarinho, para "aprovar um pacote de normas de conduta' da TV, com objetivo de elevar a qualidade da programação, em especial dos programas de auditório". Declarou também que a proposta consistia em proibir "situações que exaltassem, direta ou indiretamente, o erotismo, o alcoolismo e as inversões sexuais".

A suposta dissolução da moral e da família tradicional, como elementos decisivos para a desestabilização da sociedade brasileira, constituíram-se como argumentos centrais tanto nas articulações que levaram ao golpe civil-militar de 1964 quanto para a permanência da ditadura no poder por mais de duas décadas. A mobilização do medo em torno de um inimigo que não estaria além de nossas fronteiras, mas em seu interior, buscava manter a população em estado permanente de alerta, e,

ao mesmo tempo, sujeita à tutela de um Estado forte que fosse efetivamente capaz de afastar possíveis ameaças à nação. E, segundo pontua Maurício Brito (2019), o Brasil daqueles anos foi terreno fértil para a mobilização do imaginário anticomunista por agentes e agências da repressão. Para o historiador, a inspiração para isso advinha de elementos diversos:

> De um lado, isso parece ter se inspirado num imaginário anticomunista de matriz católica a respeito da suposta imoralidade dos comunistas retroalimentada por interpretações negativas da Revolução Russa — como já dito, uma deturpação de reflexões e experiências revolucionárias no campo da liberdade sexual, das relações de gênero, da coletivização do trabalho doméstico e do papel da família na educação dos filhos.
>
> De outro ângulo, este anticomunismo no campo moral esteve associado às turbulências dos anos 1960/1970. Neste sentido, as representações anticomunistas esboçavam uma reação a mudanças reais experimentadas durante a ditadura — o papel da televisão como meio de comunicação de massa; a entrada de mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho; a difusão da pílula anticoncepcional; a expansão da indústria cultural, da TV, cinema e mercado editorial, entre outros. Ao mesmo tempo, um contexto turbulento foi lido como ameaçador, especialmente os anos de revolução comportamental em escala mundial percebida como uma grande conspiração, o papel dos movimentos contestatórios protagonizados por jovens e a emergência de movimentos feministas e homossexuais (BRITO, 2019, p. 16).

Concordamos, nesse sentido, com as contribuições de Joan Scott (1995), quando sublinha que o controle do comportamento faz pouco sentido em si mesmo, a menos que seja inte-

grado numa análise da construção e consolidação do poder. Ao articular seu aparato repressivo contra manifestações ou comportamentos classificados pelo governo autoritário como socialmente desestruturantes e, portanto, indesejados, o regime os inscreveu como parte essencial do projeto político de poder vigente. A censura aos costumes, naquele período, visava construir um país alicerçado em valores e princípios bem delimitados, no qual sujeitos e práticas dissidentes não deveriam ser integrados. Como ressalta Adrianna Setemy (2018, p. 174-175),

> Quando se trata de defender a moral e os bons costumes, a censura consiste em um instrumento político de legitimação perante setores da sociedade civil, um endosso do Estado àquilo que é considerado pertinente aos valores da família cristã.

Portanto, a difusão de conteúdos e artistas supostamente capazes de afrontar a segurança da nação, sobretudo em um veículo como a televisão, que se popularizou substancialmente a partir dos anos 1970, configurando-se como objeto de temor permanente.

Neste artigo, analisaremos como a censura se debruçou sobre a representação de sexualidades dissidentes na telenovela *O Rebu*, de Bráulio Pedroso, que estreou na Globo em novembro de 1974. O tema — ainda pouco abordado pelo folhetim eletrônico naquele momento, mas alvo frequente da censura no cinema, teatro e na literatura — despertou reação particular dos censores envolvidos no exame da obra. Para compreender esse episódio, é imprescindível situarmos, ainda que brevemente, as políticas censórias adotadas pelos militares, o papel da teledramaturgia no período — gênero que se consolidou como um dos programas de maior sucesso entre crescente público telespectador — e o lugar da emissora de Roberto Marinho nesse processo.

"Festa, rebu, rebuliço... crime": homoafetividades sob censura na TV

Um corpo boiando na piscina da mansão do banqueiro Conrad Mahler (Zbigniew Ziembinski), durante a festa de recepção à princesa italiana Olympia Boncompagni (Marília Branco), que estava de passagem pelo país, delineia o argumento central da telenovela policial *O Rebu*, que estreou na Globo no horário das 22h, em 1974. Entre os 24 convidados do evento estavam Boneco (Lima Duarte), ladrão paulista que encontra o convite da festa durante um assalto e se faz passar por um empresário para roubar o banqueiro; o milionário Braga (José Lewgoy) e sua esposa, Lídia (Arlete Salles); Álvaro Rezende (Mauro Mendonça), advogado de Mahler, casado com Glorinha (Isabel Ribeiro); além de Cauê (Buza Ferraz), protegido de Mahler e "quase seu filho adotivo", como é apresentado na narrativa.

Montada para transcorrer durante 24 horas, a trama gira em torno da investigação sobre o crime cometido no evento e na construção dos personagens/suspeitos, com apelo a frequentes *flashbacks,* que auxiliam o desenvolvimento da trama. As identidades da vítima e do assassino somente foram reveladas ao desenrolar dos 112 capítulos, marcando a produção por forte clima de mistério. O enredo elaborado por Bráulio Pedroso, apesar de parecer confuso para alguns, por não ser linear, chamou atenção do público pela ousadia na condução da sequência e atingiu em média 40 pontos de audiência, índice considerado elevado para a faixa de exibição (TÁVOLA, 1974).

Com telenovelas exibidas em quatro faixas distintas — 18h, 19h, 20h e 22h —, a Globo estruturou sua programação apostando nas ficções seriadas desde meados dos anos 1960, quando a emissora foi inaugurada. Com base na lógica adotada pela empresa, Mattelart e Mattelart (1998, p. 61) apontam que os horá-

rios de exibição abrigavam temáticas e estilos diferentes, buscando adaptar-se ao cotidiano do público telespectador.

Desse modo, enquanto a novela das 18h "concerne principalmente a um público doméstico, de mulheres e crianças", às 19h passa a incluir quem está retornando do trabalho, portanto, "a novela é mais radiofônica que visual, mas leve, para permitir que se dediquem a suas ocupações". Já às 20h, as tramas são mais dramáticas, abordando problemas sociais; e a faixa das 22h "se dirige a um público adulto, versa sobre temas mais polêmicos ou satisfaz a elite cultural". Assim, esse lugar na grade de programação foi ocupado, sobretudo, por autores mais engajados politicamente, muitos deles oriundos do teatro. Após o enorme sucesso de *Beto Rockfeller*, telenovela exibida pela TV Tupi que marcou a estreia de Bráulio Pedroso na televisão, o dramaturgo foi contratado pela Globo no início dos anos 1970 para ocupar o horário das 22h, dividindo a faixa com autores como Dias Gomes, Jorge Andrade e Walter George Durst.

Do ponto de vista da censura, a atenção ao conteúdo das obras variava conforme a orientação do enredo e do público ao qual elas se destinavam. De um modo geral, o horário das 22h era considerado mais permissivo, posto que, pelo menos teoricamente, as crianças não assistiam. Entretanto, Coriolano Fagundes (1974, p. 148), censor e autor do livro *Censura e Liberdade de Expressão*, pontuou, no que se refere à lógica censória acerca dos programas transmitidos às 22h, que, dentro dessa classificação,

> não deve estar o espetáculo que lide com temas amorais ou apresentem figuras de gigolôs, proxenetas, prostitutas e viciados simpáticos ou à prática do amor livre, do sexo por interesse e de encontros amorosos pré-conjugais sem reprovação expressa e nudismo gratuito. O ódio, a rivalidade e a violência entre bandos e grupos juvenis; o

> estímulo à adesão a grupos marginais, como *hippies*; adolescentes transviados, corrompidos ou viciados.

Naquele período, graças à gradual reestruturação empreendida pelo regime, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) passou a aperfeiçoar seu funcionamento e critérios de análise, visando uniformizar os despachos no setor com base, sobretudo, no conjunto de atualizações normativas vigentes desde o final dos anos 1960. Assim, iniciou-se no órgão um processo de racionalização e qualificação de natureza técnica, cada vez mais associada à lógica de uma burocracia moderna, planejada e sistematizada (STEPHANOU, 2004).

A defesa dos "bons costumes" era expressa claramente no Decreto nº 1.077 de 1970, que regula o funcionamento da censura, pontuando que visava "proteger a instituição da família, preservar-lhe os valôres éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade". A censura, dessa maneira, assumia um viés pedagógico higienista, ao procurar assegurar o resguardo do núcleo familiar tradicional, contribuir para a formação dos jovens brasileiros e, com isso, promover a saúde da nação. A noção de contaminação dos valores morais é bastante característica desse discurso, assimilando o contato com os elementos ditos subversivos com uma espécie de contágio contra o qual era necessário se prevenir. Seria, assim, na esfera das comunicações sociais, um dos espaços onde essa batalha se daria.

No mesmo decreto, explicita-se que "algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes", considerando que essas "publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira", pondo em risco, desse modo, a segurança do país (BRASIL, 1970).

Interessa-nos, portanto, analisar como o poder se exercia efetivamente sobre o gênero, o qual entendemos como o conjunto

de condutas, gestos e comportamentos ligados à expressão sempre fluida de identidades performativamente constituídas.[3] Nesse sentido, a aparência de fixidez em torno das delimitações de gênero, ou seja, a presumida coesão da diferença entre masculino e feminino, é um efeito do caráter performativo do gênero, que funciona como uma reiteração sistêmica de discursos e práticas inscritos nos corpos com o propósito eminentemente regulador.

O poder censório deve ser encarado, desse modo, como um dispositivo de controle que funcionava como estabilizador das identidades de gênero. O temor com o desvio de condutas e costumes é carregado pelo "poder de investir um corpo como masculino ou como feminino, bem como de sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero" (PRECIADO, 2014, p. 28), base fundamental de regimes políticos autoritários orientados por princípios morais religiosos.

A atuação da censura, ao lidar com o potencial papel da televisão como uma tecnologia produtora de subjetividades, revela a natureza desse aparato repressivo. Como um dispositivo disciplinador, a censura praticada pelo regime militar constituía-se como normatizadora de gestos, corpos, comportamentos e sexualidades, na medida em que institucionaliza o controle à visibilidade de práticas sexuais dissidentes. O exercício censório, nesse sentido, é seminal para os interesses legitimadores da ditadura na regulação dos veículos de comunicação social, pois, naquele período, a "visualidade eletrônica passou a fazer parte constitutiva da visibilidade cultural", capaz de "abrir novos es-

3 O conceito de gênero como performativo foi desenvolvido por Judith Butler, segundo o qual atos, gestos e atuações performativos são "fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade" (BUTLER, 2010, p. 194).

paços e tempos para uma nova era do sensível" (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 19).

A inquietação em torno dos conteúdos das telenovelas atravessou as diretrizes adotadas pela Censura, de modo que o assunto era pautado nos cursos preparatórios para censor realizados pela Academia Nacional de Polícia. No material de uma dessas formações, ministrada pelo professor Waldemar de Sousa, em 1972, sobre as diferenças entre a censura de programas televisivos em relação à do cinema, essa especificidade vem à tona:

> Ao contrário do CINEMA (filmes) onde a espectadora vai à procura de MENSAGENS, as TELENOVELAS invadem a INTIMIDADE DOS LARES e, pela extensão de seus tentáculos na pressão de todo o sistema SENSORIAL, ao envolver em primeiro plano o binômio: VISÃO (olhos) (pela imagem) e AUDIÇÃO (ouvidos) (pelo SOM), atingindo, posteriormente, os demais órgãos dos sentidos, envolvendo-os, dominando-os, PROMOVE O SURGIMENTO DE GRANDE NÚMERO DE VÍTIMAS (jovens) INDEFESAS pelo BOMBARDEIO EMOCIONAL das múltiplas MENSAGENS NEGATIVAS, mantendo-as PRISIONEIRAS da própria PASSIVIDADE, enquanto é explorada a sua VULNERABILIDADE ETÁRIA (excita-inibe suas EXIGÊNCIAS PSICOLÓGICAS NORMAIS, criando um conflito entre a MORALFAMILIAR e o ANSEIO EXTRA-PSICOLÓGICO de teor EXTERNO (despertado) (MANUAL..., 1972).

Classificada como um perigo em potencial, a telenovela, na medida em que se consolidava como um dos programas mais populares da televisão brasileira, converteu-se em alvo privilegiado da intervenção censória. Tal popularidade se devia, entre outros fatores, à nacionalização e modernização das tramas, processo que se intensificou na Globo a partir dos anos 1970,

quando deixou de investir em narrativas fantasiosas — de capa e espada — e apostou no realismo dramático, com "linguagem coloquial e cenários urbanos contemporâneos, gravações externas e referências compartilhadas pelos brasileiros" (HAMBURGER, 1998, p. 447). A estratégia não tinha inspiração meramente estética, mas estava diretamente relacionada ao modelo comercial que se consolidou na emissora.

Em um contexto de mudanças no que diz respeito à industrialização da cultura, no qual o caráter empresarial passou a marcar o processo criativo de produtores e artistas, sobretudo no campo televisivo, a Globo buscou cada vez mais aplicar a nova lógica em seus programas. Se na década de 1960 empresas como a Colgate-Palmolive participavam diretamente da produção de telenovelas diárias — estabelecendo um tipo de relação no qual um patrocinador oficial ocupava prioritariamente o intervalo comercial do programa por ele criado —, na década seguinte, esse sistema se transformou na venda de tempo para anúncios diversos, facilitando "o controle da demanda publicitária pela emissora" (RAMOS, 2004, p. 42). Desde então, o método norteou o fazer televisivo brasileiro, especialmente na fabricação das telenovelas da emissora carioca, que inaugurou uma estética de produção própria, pautada no "padrão de qualidade", símbolo da companhia.

Em *O Rebu* o desafio era duplo: inovar do ponto de vista narrativo e, ao mesmo tempo, garantir sua viabilidade comercial. Substituindo *O Espigão*, de Dias Gomes, na grade de programação, a nova atração estava sendo preparada para ir ao ar no dia 4 de novembro de 1974, mas desde a semana anterior sua estreia vinha sendo divulgada nas páginas do jornal *O Globo*. O anúncio, publicado no caderno de variedades do impresso, veiculava caricaturas que estariam presentes na abertura da novela, retratando os convidados da festa onde ocorreu o crime, além do logotipo da obra — que continha o desenho de uma mulher com

busto nu, dentro de uma taça — e a seguinte mensagem: "De repente o jantar virou um rebu. Quem morreu? Quem matou?".

Ainda antes da sinopse da novela ser analisada pela DCDP, Daniel Filho, supervisor do folhetim, encaminhou uma correspondência ao então diretor do setor, Rogério Nunes, reforçando explicações que, segundo o documento, já haviam sido dadas anteriormente por meio de contato telefônico. Enfatizava, assim, que a obra tratava-se "apenas de uma estória policial, no bom sentido, sem qualquer implicação sócio-política", com objetivo de "somente produzir um bom espetáculo" (CORRESPONDÊNCIA..., 1974). A tentativa de afastar da telenovela a ser produzida qualquer suspeita acerca de seu conteúdo era postura comum da emissora nos processos de censura do gênero, seja na submissão inicial de obras à apreciação censória ou no curso de sua produção.

Nos processos das telenovelas, de um modo geral, é possível encontrar, com certa recorrência, ofícios e correspondências trocados entre a Globo e a DCDP. Os conteúdos desses registros apontam a existência de um estado permanente de diálogo e negociação entre a empresa produtora de ficções seriadas e o órgão responsável pela sua regulação. Tal relação evidencia um conjunto de brechas no exercício do poder censório, nas quais se poderia jogar, resistir, provocar desvios, ignorar sentenças, criar enfrentamentos, maquiar concordâncias — em suma, subverter essa mecânica de controle. Nesses trâmites, entretanto, a possibilidade de encontrar saídas negociadas conviveu permanentemente com tensões e conflitos recorrentes, cuja decisão pela arbitrariedade, em casos diversos, sobrepujou qualquer perspectiva de diálogo.

No exame da sinopse de *O Rebu*, os censores recomendaram que os aspectos relativos à investigação criminal fossem abordados de forma "positiva" e "educativa". A defesa do caráter pedagógico e instrutivo dos programas de TV pela censura

evidencia o entendimento sobre o papel das emissoras como veículos de comunicação de massa comprometidos com os interesses do projeto de poder vigente no país. Essa premissa se tornou ainda mais clara quando os censores chamaram atenção para uma série de advertências a serem respeitadas, tais como: a dignidade do policial; as ponderações quanto à representação da violência; as possíveis implicações sociais e políticas; e, curiosamente, a não assimilação do caso investigado pela ficção com casos reais ainda não solucionados naquele momento, exemplificados pelos episódios envolvendo o "Esquadrão da Morte"[4] e a morte da menina "Ana Lídia",[5] ambos de grande repercussão no período. Essas orientações davam o tom de como a telenovela seria acompanhada pela DCDP a partir de então,

4 Segundo o relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, acerca do assunto: "A primeira expressão do fenômeno que passou a ser denominado Esquadrão da Morte surgiu no Rio de Janeiro, no período entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Tratava-se de grupos de policiais envolvidos com a criminalidade. Segundo a jurista e pesquisadora Alessandra Teixeira, em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", os envolvidos agiam em prol de diversos interesses, com ligações diretas com as economias criminais, como, por exemplo, o jogo do bicho, a prostituição e também o tráfico de entorpecentes, além de torturas e assassinatos". Até hoje encontram-se dificuldades para estimar o número de vítimas do Esquadrão da Morte, em virtude da natureza do crime, pois, segundo o relatório, ela foi marcada por uma "lógica de extermínio que se estende até os dias de hoje" (SÃO PAULO, S/D).

5 Segundo matéria do *Correio Brasiliense*, de 11 de setembro de 2013, quando o caso da morte da menina Ana Lídia completou 40 anos: "Em 11 de setembro de 1973, a morte brutal de uma menina de 7 anos abalou para sempre o clima de tranquilidade que pairava sobre Brasília. Apesar da grande repercussão, ninguém foi punido pelo hediondo assassinato". Após ser sequestrada no pátio da escola onde estudava, a garota foi encontrada morta vinte e duas horas depois, em um matagal próximo à Universidade de Brasília, "nua, com os cabelos louros cortados de forma irregular, bem rente ao couro cabeludo, e violentada" (CASO..., 2013).

servindo de alerta para decisões censórias futuras em torno dos capítulos a serem produzidos.

Logo nos primeiros capítulos da trama, as censoras Ana Katia Vieira e Francisca Ieda Augusto recomendaram o corte de uma expressão atribuída à personagem Roberta (Regina Viana), presente no capítulo 14, na qual Lupe (Tereza Rachel) insinua que ela "costuma aliciar mocinhas desprotegidas". Adiante, no parecer referente aos capítulos 16 a 20, as referidas censoras demonstram preocupação com a forma como Roberta vinha sendo desenvolvida:

> A respeito da personagem ROBERTA esta permanece um enigma, sem uma definição precisa quanto a natureza de sua personalidade, suscitando por essa razão diversos equívocos. O comportamento estranho e as palavras evasivas levam a crer que trata-se de uma personagem sexualmente pervertida. Para evitar essa certeza consideramos indispensável o corte recomendado. (PARECER, capts. 16 a 22, 1974)

Embora ainda pareça uma incógnita para o público e para a própria censura, o comportamento da personagem, classificada como possivelmente "pervertida", chama a atenção das censoras. A sugestão de corte às cenas que dão sentido a essa dúvida visa, objetivamente, prevenir que a abordagem seja aprofundada em capítulos posteriores, mas, sobretudo, coibir a veiculação do tema na TV. Novas indicações dessa natureza aparecem em outros pareceres que avaliam a ficção. As censoras Hellé Carvalhêdo e Myrtes Nabuco Pontes recomendam o veto a um diálogo entre Roberta e Mahler, em que os personagens "deixam transparecer de maneira sutil sua condição de pervertidos, embora não haja caracterização dos comportamentos" (PARECER, capts. 81 a 83, 1974). A personagem interpretada por Regina

Viana é casada com o médico Davi Menezes (Felipe Wagner), porém se relaciona também com mulheres, aspecto em certa medida implícito na narrativa.

Como se pode notar no decorrer do desenvolvimento da personagem Roberta e seu posterior envolvimento com Glorinha, acentua-se a suspeita sobre sua sexualidade por parte dos censores que acompanham a produção da teleficção. Tal conclusão pode ser verificada no parecer aos últimos capítulos da novela, quando se encontra um desfecho para as personagens, que encenam uma viagem juntas, concluindo a participação de ambas na história. Segundo afirmam as censoras responsáveis pelo exame, as intenções do autor, embora sutis, pretendiam "chocar, ou confundir a opinião pública", pois

> a viagem das duas mulheres, Roberta e Glorinha, aparentemente uma simples viagem de recreio, é na realidade uma atitude consciente de duas criaturas que, quebrando os padrões convencionais decidem viver juntas. O fato é habilmente mascarado por cenas normais de viagem de turismo, ficando patenteado o tipo de relacionamento das duas, no enfoque de dois bondinhos do Pão de Açúcar se unindo. A conotação é bastante clara porém, sua apresentação jocosa dilui a implicação nociva do fato, além de dificilmente ser compreendida pelo grande público (PARECER, capts. 111 e 112, 1975).

Apesar de considerarem grave a constatação assinalada, os episódios seguem sem nenhum corte, em virtude de as censoras acreditarem, como afirmaram no documento, que ninguém perceberia o propósito das cenas apresentadas. De todo modo, é interessante notar o posicionamento da censura e a atenção dada aos detalhes da montagem narrativa, com seu conjunto de planos e sequência de cenas. A percepção das possíveis in-

tenções da ação dramática confere certa engenhosidade nesse exame censório, atento às minúcias da obra.

Além de abordar o envolvimento afetivo entre as personagens Roberta e Glorinha, *O Rebu* foi marcada também por retratar a relação de ciúme e interesse do personagem principal Conrad Mahler pelo jovem Cauê, que inicialmente parecia ser apenas de fraterna amizade, tendo em vista que o velho banqueiro o considerava como um filho adotivo, com quem morava há dois anos. Contudo, segundo aponta um parecer de fevereiro de 1975, "observa-se nos últimos capítulos uma tendência do autor em caracterizar o relacionamento pervertido entre Mahler e Cauê", comportamento tachado como "nocivo", embora se considere que tais aspectos ainda "podem ser apresentados sem comprometer a faixa etária para qual a novela está indicada". De todo modo, as censoras julgam "inadiável chamar a atenção da Chefia a fim de que sejam tomadas medidas que afastem definitivamente os problemas" (PARECER, capts. 84 e 85, 1975).

Nos episódios subsequentes, o envolvimento entre os personagens se adensa, configurando-se de forma cada vez mais concreta, ao olhos do público, como uma relação homoafetiva. Nos *scripts* examinados, esse entendimento começa a ficar mais evidente a partir da descoberta do romance de Cauê e Sílvia (Bete Mendes), que provoca um ciúme desenfreado em Mahler. A sequência chama atenção dos técnicos de censura, que decidem:

> suprimir toda a sequência contida às folhas 1 e 2 do cap. 86, que apresenta a associação das imagens de Sílvia e Cauê (de mãos dadas, girando) com as imagens de Cauê e Mahler na mesma atitude. Embora a cena se assemelhe a um divertimento ingênuo, essa associação reflete uma identidade de sentimentos entre os dois "casais". Caracteriza também o tipo de relacionamento existente entre

> Mahler e Cauê, demonstra ciúmes do velho, percebendo-se em toda a sequência um envolvimento sensual que explode quando Cauê se abraça com Mahler. Efetuando o corte os capítulos poderão ser liberados com a mesma impropriedade: 16 anos. (PARECER, capts. 86 a 88, 1975)

A recomendação de veto demonstra o incômodo gerado pelas cenas. Contudo, a relação afetiva entre os personagens talvez não tenha provocado interdições ainda mais significativas na trama pela sutileza com a qual foi tratada, além do já avançado horário de exibição da telenovela. Ainda assim, o recurso exaustivo dos vetos segue sendo aplicado, impossibilitando o enfoque original proposto pelo autor à narrativa.

Próximo ao desfecho da novela, descobre-se que Mahler foi o autor da morte de Silvia, motivado pelo ciúmes da relação dela com Cauê, por quem era apaixonado. Condenada como manifestação da subversão, a homossexualidade foi vista pelos teóricos do regime como "uma tática da guerra revolucionária", recorrendo a uma "tradição reacionária já presente há décadas, pelo menos desde os tempos do Integralismo" (COWAN, 2014, p. 28-29). As sexualidades dissidentes, desse modo, significavam para a ditadura uma ameaça "degenerativa à segurança nacional anticomunista" (*Ibid.*, p. 29). Reprovados pela censura por terem "comportamentos pervertidos", esses personagens de Bráulio Pedroso constituíram-se como um passo relevante na representação de sujeitos homossexuais na teledramaturgia brasileira, em pleno período de controle estatal dos costumes.

Considerações finais

Robert Darnton (2016, p. 8), em uma pesquisa acerca da censura à literatura, pontua que a história da tentativa de manter os livros sob controle, "ao nos levar para o interior das operações

dos censores, mostra como pensavam os formuladores de políticas, como o Estado avaliava as ameaças a seu monopólio de poder e como tentava se contrapor a tais ameaças". Para o historiador americano, é essencial problematizar a forma como os agentes estatais entendiam os possíveis riscos à estabilidade do regime que integravam e como seus pensamentos determinavam as ações repressivas, a fim de detectar padrões e fios condutores do funcionamento da censura.

Analisando como operavam as engrenagens censórias durante a ditadura militar, desde a criação da legislação que orientava seu ordenamento até a atuação dos censores na rotina do órgão, é possível dimensionar como a ênfase sobre a defesa dos "bons costumes" foi exaustivamente apropriada para coibir e perseguir comportamentos e hábitos que destoassem do repertório moral e heteronormativo defendido pelas instituições sustentadoras do regime. No Brasil pós-64, as estratégias psicossociais que integravam o plano de segurança nacional tomaram esse princípio como uma prioridade, pois a construção de um país que "ninguém segura", como diziam os *slogans* da propaganda oficial da época, parecia depender da formação de cidadãos patrióticos e saudáveis dispostos a colaborar com o futuro da nação. Um futuro que não incluía corpos ou práticas dissidentes, um futuro, portanto, sem história.

Thiago de Sales Silva é doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará.

Referências

BRASIL, Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 15 de abril de 2022.

BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em: 2 de abril de 2022.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. In: *aria Historia*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 72, p. 859-888, set/dez, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASO Ana Lídia completa 40 anos cercado de mistério e impunidade. *Correio Brasiliense*, Brasília, 11 de setembro de 2013. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/09/11/interna_cidadesdf,387506/caso-ana-lidia-completa-40-anos-cercado-de-misterio-e-impunidade.shtml. Acesso em: 5 de abril de 2022.

CORRESPONDÊNCIA de Daniel Filho a Rogério Nunes acerca da telenovela *O Rebu*, de 1 de outubro de 1974. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Televisão, Subsérie Telenovelas, caixa 25.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James N QUINALHA, Renan. (orgsorg.). *Ditadura e Homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DARNTON, Robert. *Censores em ação*: como os estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DOBERSTEIN, Juliano Martins. *As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre* 1964 e 1978. 2007. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura & liberdade de expressão*. São Paulo: Edital, 1974.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil, vol. IV*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INFORMAÇÃO nº 01321/SNI/ASV/72, de 13 de abril de 1972, da Agência do SNI de Salvador. REF: BR DF AN BSB V8 MIC GNC AAA 72046717, p. 1-2.

INFORMAÇÃO nº 0880/971/SNI/AC, de 5 de maio de 1971, da Agência Central do SNI. REF: BR DF AN BSB NS AGR COF ISI 35, p. 2/4.

MANUAL do Curso Especial para Censura de Filmes realizado na ANP em março de 1972 e ministrado por Waldemar de Souza. Fundo DCDP, SO, SC. ANDF/CRDF.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. *Os exercícios do ver*: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Editora Sesc São Paulo, 2004.

MATTELART, Michélle MATTELART, Armand. *O carnaval das imagens*: a ficção na TV. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PARECER dos capítulos 111 e 112 da telenovela *O Rebu*, de 1 de abril de 1975. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Televisão, Subsérie Telenovelas, caixa 25.

PARECER dos capítulos 16 a 22 da telenovela *O Rebu*, de 22 de novembro de 1974. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Televisão, Subsérie Telenovelas, caixa 25.

PARECER dos capítulos 81 a 83 da telenovela *O Rebu*, de 18 de fevereiro de 1975. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Televisão, Subsérie Telenovelas, caixa 25.

PARECER dos capítulos 84 e 85 da telenovela *O Rebu*, de 20 de fevereiro de 1975. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Televisão, Subsérie Telenovelas, caixa 25.

PARECER dos capítulos 86 a 88 da telenovela *O Rebu*, de 25 de fevereiro de 1975. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Televisão, Subsérie Telenovelas, caixa 25.

PARECER dos capítulos 96 a 101 da telenovela *O Rebu*, de 11 de março de 1975. Fundo DCDP, Seção Censura Prévia, Série Televisão, Subsérie Telenovelas, caixa 25.

PRECIADO, B. *Manifesto contrassexual*: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAMOS, José Mario Ortiz. *Cinema, televisão e publicidade*: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980. São Paulo: Annablume, 2004.

SÃO PAULO. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Relatório* - Tomo I - Parte I - Repressão Política: Origens e Consequências do Esquadrão da Morte. S/D.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. *O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988)*. 2004. Tese (doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

TÁVOLA, Artur. Achas o Rebu complicado?. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1974.

Uma história de rebeldias? A temática queer no cinema brasileiro

Ana Maria Veiga, **UFPB**
Leonilia Mendes Magalhães, **UFPB**

As temáticas que hoje podem ser consideradas *queer* estiveram presentes na cinematografia brasileira moderna, assim denominada a partir dos anos 1960, em algumas modalidades, que vão desde o cinema experimental, passando pelo Cinema Novo, o cinema erótico e a produção da Boca do Lixo — *underground* ou o abrasileirado "udigrudi" —, até chegar aos filmes de diretoras e diretores (auto)reconhecidos como homossexuais. Este capítulo busca cartografar, em um conjunto de filmes escolhidos, de que maneira expressões da homossexualidade masculina, da lesbiandade, da bissexualidade e da transgeneridade foram postas em cena, por meio de argumentos militantes, mas também com enredos machistas, heteronormativos, *voyeuristas* e preconceituosos. Como contexto histórico, os anos de ditadura e reabertura política serão tematizados na abordagem dos filmes em seus rigores, resistências, ultrajes e rebeldias, tomando o ci-

nema como meio privilegiado de circulação de ideias, corpos e sensibilidades.

O cinema brasileiro, em suas funções de comunicação e entretenimento, teve no decorrer da história, e ainda tem, seu *mainstream* — suas linhas centrais de visibilidade e privilégios. No período abordado, um destaque maior foi dado ao Cinema Novo, entendido pela crítica e pelo público como arte e política, trazendo novos ares à cena cultural brasileira. Filmes alternativos a esse cinema e às pornochanchadas[1] — que invadiram as telas grandes dos anos 1970, e depois a televisão, na década seguinte — frequentemente foram relegados ao esquecimento. Entre eles, trabalhos oriundos da chamada Boca do Lixo[2] e poucos filmes dirigidos por mulheres cineastas. Do mesmo modo, a te-

1 Filmes eróticos com enredos leves e bem humorados, que remetiam às chanchadas dos anos 1950, numa farta exploração dos corpos, especialmente das mulheres. Ver Abreu, 1996.

2 A Boca do Lixo é uma constituição territorial informal na região central da cidade de São Paulo, mais especificamente no Bairro da Luz, englobando as ruas do Triunfo, Vitória, Gusmão e Andradas. O nome foi dado pela polícia por ser ali uma zona famosa do baixo meretrício da capital paulista. A região abrigou boa parte da produção cinematográfica realizada de maneira independente, tornando-se um polo de produção e de distribuição. Antes disso, foi um centro cinematográfico incipiente no início do século 20. Entre os anos 1960 e 1980 viveu o auge da sua produção *trash*, composta por filmes eróticos, categorizados genericamente como pornochanchadas, mas também policiais, faroestes, filmes de ação e de terror. Entre os diretores mais conhecidos estavam Júlio Bressane, Carlos Reichenbach, Rogério Sganzerla, Walter Hugo Khouri e José Mojica Marins (o Zé do Caixão). Na "Boca" foram produzidos e dirigidos filmes como o premiado *O pagador de promessas* (Anselmo Duarte, 1962) e alguns ícones do denominado Cinema Marginal, como *O bandido da luz vermelha* (Rogério Sganzerla, 1968) e *meia-noite levarei sua alma* (José Mojica Marins, 1964). Ver Trevisan, 2000.

mática que este capítulo cerca passa ao largo do *cistema*[3]-cinema, colocando em cena o desejo que pretendemos denominar *queer*.[4]

Se fazer cinema no Brasil ainda é tarefa árdua e para poucos/as, o que denominamos cinema de temática *queer* há que ser garimpado, com olhos atentos à complexidade que esse conjunto apresenta, sabendo que toda pesquisa histórica encontra seus limites, impostos por aquilo que se pode alcançar no leque de possibilidades, filmes-documentos-acontecimentos de um período demarcado, que será analisado a seguir, não sem a ajuda de autoras e autores que se debruçaram sobre o tema, como Karla Bessa (2015), Marcos Aurélio da Silva (2012), Alessandra Brandão e Ramayana Lira de Sousa (2017), entre outras/os. É relevante mencionar que há especificidades nas abordagens do universo *queer* por cineastas diversos/as. As classificações se deram a partir do tipo de engajamento com temas e sujeitos abordados: gays, travestis, trans, lésbicas, bissexuais tratados de maneiras menos ou mais estereotipadas e sexualizadas. Mais do que estereótipos, interessam-nos possibilidades de agenciamento ou protagonismo nessas narrativas, além de abordagens aniquilantes ou, na melhor das hipóteses, positivadoras de lu-

3 Tomamos emprestado de Viviane Vergueiro o neologismo "cistema". A autora propõe "pensar derivações que trazem, potencialmente, contribuições à compreensão das normatividades que atravessam as diversidades corporais e de identidades de gênero: algumas delas [...] são cisnormatividade, cissexismo e ciscolonialidade — para além das corruptelas intencionais, como cistema" educacional, judiciário, entre outros. (VERGUEIRO, 2016, p. 261-262). Do mesmo modo que essa intelectual *trans* reconhece a construção binária de gênero na colonização de corpos e das próprias pessoas, denominamos aqui um cistema-cinema como produtor de protagonistas e coadjuvantes cisgêneros, ou seja, identificados com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer.

4 Entendemos desejo *queer* no cinema como aquele mobilizado por ou para pessoas LGBTQIA+.

gares e desejos por meio do roteiro cinematográfico e da direção de cena.

Sobre o *queer* no cinema brasileiro da ditadura, Renan Quinalha (2018) observa a centralidade de uma moralidade conservadora na ordenação do regime, visando à repressão de presenças incômodas, entre elas as personagens que movem esta pesquisa. Quinalha destaca a importância dos filmes como instrumentos de difusão das dissidências sexuais, ao trazerem personagens "efeminadas", que afrontavam o pudor ditatorial e tinham que passar pelas "giletes da censura". Fora das telas, travestis, prostitutas e homossexuais "passaram a ser perseguidos, presos arbitrariamente, extorquidos e torturados pelo fato de ostentarem, em seus corpos, os sinais de sexualidade ou de identidade de gênero dissidentes" (QUINALHA, 2018, p. 30-31). O autor entende o regime como "uma ditadura hetero-militar, em que houve uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tidas como perversões' ou desvios', tais como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades" (p. 31). Transbordando tais limites, a produção cinematográfica acontece.

Cinema *queer* ou a temática *queer* nos filmes

O que entendemos como temática *queer* esteve presente também em filmes de cunho sexista e com propostas heretopatriarcais; deles, importa saber de que modo isso foi abordado. No entanto, outras produções têm como horizonte apresentar situações e personagens comuns, em suas vidas cotidianas, sem apelar para o exótico, o cômico ou a aberração; a eles denominamos filmes *queer* ou cinema *queer*.

Um filme pioneiro nessa temática surgiu do curso de cinema da ECA — Escola de Comunicação e Arte — da Universidade de São Paulo (USP). *Um clássico, dois em casa, nenhum jogo fora* é um

curta-metragem dirigido por Djalma Limongi Batista em 1968 — momento de dura repressão imposta pela ditadura. Em preto e branco e de perspectiva intimista, o filme aborda conflitos de um jovem (branco e cisgênero) desempregado, que rompe com o namorado e sai em busca de "caçação" num conhecido espaço urbano do centro de São Paulo, a Galeria Metrópole. Embora sem relevância comercial e destinado ao âmbito acadêmico, o filme, do qual hoje restam apenas poucos minutos, é tomado como um marco do que poderia ser classificado como um cinema de perspectiva *queer*. Como ele, a maioria do material de pesquisa aqui analisado é composta por obras de ficção.[5]

Para Karla Bessa (2015), só nos anos 1990 começam a surgir no Brasil pesquisas sobre cinema e sexualidade, arriscando uma abordagem *queer*, que implica novos modos de ver e rupturas com as convenções visuais. Releituras de uma filmografia podem ser realizadas nesses parâmetros, endereçando afetividade e paixões vividas na diegese fílmica, para além da presença ou da ausência de personagens *queer* nos jogos de representação, sempre em disputa.

Alguns filmes geraram reflexões e mesmo desejos então considerados "anormais". Uma das obras mais conhecidas na história da homossexualidade no cinema brasileiro é *O beijo no asfalto*, adaptação da peça teatral de Nelson Rodrigues publicada em 1960. Como filme, a primeira versão data de 1964 e foi intitulada simplesmente *O beijo*. A relevância da narrativa rodrigueana é atestada pelas três versões que recebeu: a de 1964 (*O beijo*), com direção de Flávio Tambellini, tendo como prota-

5 Dos 18 filmes mencionados no corpo do texto, apenas um é de curta-metragem. Portanto, são 17 filmes de longa-metragem, dentre eles três adaptações de obras teatrais ou literárias e três com base em personagens e fatos verídicos. O período dos lançamentos vai de 1964 a 1986, com cinco produções nos anos 1960, cinco nos anos 1970 e oito nos anos 1980. Predominam nos filmes temáticas gays, lésbicas, bissexuais, de travestis e pessoas trans.

gonista Reginaldo Faria; depois a mais famosa, de 1980, com direção de Bruno Barreto e protagonizada por Ney Latorraca, ao lado de Tarcísio Meira, Cristiane Torloni e Lídia Brondi; e, por fim, a de 2018 (que foge ao recorte proposto), dirigida por Murilo Benício, tendo como protagonista o ator Lázaro Ramos.

Talvez o roteiro explique o sucesso desse clássico da dramaturgia brasileira. Arandir é um jovem bancário recém-casado que um dia se depara com um acidente na saída do trabalho, no centro do Rio de Janeiro. Um homem havia sido atropelado por um ônibus e estava no chão, à beira da morte. O protagonista (aqui tomamos a versão de 1980, com Ney Latorraca), primeira pessoa a chegar até ele, atende ao seu último pedido e lhe concede um beijo na boca. A cena (não mostrada na tela) é presenciada por dois homens que se tornam motores da narrativa — o sogro de Arandir (Tarcísio Meira) e um repórter sensacionalista (Daniel Filho). Assim, um pequeno inferno começa para um homem comum. A pressão social invade os aspectos mais íntimos da sua vida, como o casamento com Selminha (Torloni), o trabalho no banco e o acontecimento vira caso de polícia. A manchete do jornal Úl*tima Hora* noticia o assunto mais falado da cidade: "Beijo é crime!". Acusado de "homossexualismo" (em linguagem patologizante), boatos viram certezas contra Arandir, já olhado com desprezo e indignação: "Um beijo na boca, na boca!", grita o repórter, que se aproveita da situação.

No melhor estilo rodrigueano, o drama termina com a morte do protagonista nos braços do sogro, até então lido como homem sério e moralista, que por fim confessa: "Ciúmes de você, não da minha filha. Meu ódio é amor. Por que você beijou *outro* na boca?". Tarcísio Meira, galã dos anos 1970-1980, rouba a cena como gay enrustido de meia-idade e, finalmente, dá o beijo que nomeia o filme — *O beijo no asfalto*, molhado, em uma rua vazia. A polêmica em torno de Arandir, atacado com pichações, deboches e desprezo, a truculência da polícia e o rumo irreversível

que sua vida toma demonstram toda a pressão e a violência sobre os homossexuais no Brasil. Nem sequer um mal-entendido era permitido no âmbito da cisheteronorma. A caça ao suposto gay vira uma autêntica caça às bruxas. É certo que o filme de Barreto traz sua dose de machismo, incluindo cenas de personagens mulheres nuas e violência física e verbal contra elas. A reiteração dessa narrativa atualiza preconceitos vivos e transtemporais. A irrupção de uma homossexualidade inesperada faz refletir e alimenta a surpresa no final da trama, produzida nos parâmetros das linhas centrais do cinema brasileiro — com atores conhecidos e orçamento visivelmente elevado.

Outro filme na esteira do mal-entendido é *O menino e o vento* (1967), de Carlos Hugo Christensen,[6] que aborda a acusação de uma suposta relação de pedofilia (não confirmada) entre um engenheiro de cidade grande (Ênio Santos) e um adolescente do interior (Luiz Fernando Ianelli), que desaparece. O julgamento moral sobre a relação homoafetiva predomina. Um primo do menino chama o engenheiro para uma conversa num lugar afastado e confessa-se gay: "Gente como nós precisa se ajudar". No julgamento, o réu contesta: "Querem me apontar como um *anormal*, se é que todos aqui se julgam *normais*". Em sua narrativa, confirmada pelas cenas em *flashback*, a afinidade entre os dois nada tinha de sexual. Mais uma vez, a força do preconceito e a homofobia provocam acontecimentos irreversíveis.

Mas, o que muda quando a cena *queer* é tomada pelas mulheres?

6 O filme, como outros, esteve presente na "Sessão Resgate" do cinema brasileiro de temática *queer* dentro do Festival Mundo Mix, de acordo com Silva (2012).

Das cenas às personagens lésbicas no cinema — desejo de quem?

Dos longas-metragens que chegaram ao circuito comercial, boa parte trazia cenas aleatórias de mulheres aos beijos com outras ou em situações eróticas lésbicas. Dentro do *cistema*-cinema, fantasias masculinas eram estimuladas, mas raros eram os filmes que traziam nos roteiros uma relação lésbica, mesmo efêmera, que sinalizasse a liberdade e os desejos das mulheres. Esse foi o caso de *Os homens que eu tive* (1973), dirigido por Tereza Trautman. Uma única cena mostra a protagonista Pity nos braços da melhor amiga, sob os lençóis e fumando um cigarro, em alusão ao momento pós-sexo entre elas. No filme de Trautman, as mulheres eram livres no desejo e na escolha de parceiros ou parceiras sexuais (VEIGA, 2013).

Sob o olhar voyeurístico dos diretores homens, a *mise-en-scène* de duas mulheres acontecia frequentemente de outro modo, aleatório, no meio de enredos marcadamente heterossexuais, mesmo os da Boca do Lixo — como no caso do filme *A mulher de todos*, de 1969, dirigido por Rogério Sganzerla. Ângela (Helena Ignez) tinha como *hobby* trair o marido com homens "boçais" e reacionários, segundo sua própria definição. No meio do filme, gratuitamente, ela troca beijos e carícias com sua amiga Luísa, com quem compartilha esse segredo. O despropósito da cena se repete em outros filmes considerados marginais, como é o caso de *Cuidado, madame*!,[7] de 1970, dirigido por Júlio Bressane. O filme, no melhor estilo *trash*, narra a história de Cremilda (Maria Gladys), empregada doméstica, mulher negra, que se vinga das patroas, derramando seu sangue e se aproveitando momenta-

7 Evelyn Magalde Pereira (2022) chama a atenção para esses dois filmes como realizações da produtora Belair, da Boca do Lixo, trazendo Helena Ignez como atriz principal de várias películas.

neamente do luxo e do conforto vivido por essas outras mulheres, brancas e ricas. Em cena com outra empregada (Renata Sorrah), Cremilda apenas a olha e as duas se beijam até o momento em que a nova patroa, sua próxima vítima, chega e as interrompe. É certo que nos filmes produzidos na Boca do Lixo tudo poderia acontecer, mas é fato que a sensualização gratuita entre mulheres acabou virando uma marca do cinema brasileiro no período, assim como a nudez feminina.

Para Marcos Aurélio da Silva (2012, p. 216), tais filmes, no lugar de proporem uma abordagem *queer*, seriam "construídos à base de estereótipos de homens afeminados e/ou deprimidos por serem gays', ou apenas para satisfazer o olhar heterossexual masculino, principalmente no caso de filmes com cenas de sexo entre mulheres".

A temática lésbica é destacada, ainda no início dos anos 1970, no filme de Aurélio Teixeira *Soninha toda pura* (1971), protagonizado por Adriana Prieto. Contando com um olhar masculino (*male gaze*) na direção, Soninha acaba cedendo à sedução da amiga Nanan (Elza de Castro), apaixonada por ela desde o começo da trama. O enredo discute infidelidade, estupro e violência masculina frente à sexualidade lésbica. Esta teria sido a primeira vez em que a temática lésbica foi tratada com destaque em um longa-metragem de ficção.[8]

Em 1980 seria a vez de *Giselle*, filme dirigido por Victor di Mello e classificado como pornográfico. O enredo traz relações lésbicas entre a protagonista Giselle (a atriz Alba Valéria) e sua madrasta, Haydée (Maria Lúcia Dahl), também entre ela e a amiga Ana Clementina (Monique Lafond, que será prota-

8 De todo modo, histórias coadjuvantes aparecem em outras películas do período, como no filme *Matou a família e foi ao cinema* (1969), dirigido por Júlio Bressane, em que Regina (Renata Sorrah) vive um par romântico lésbico com Márcia (Márcia Rodrigues).

gonista lésbica de outro filme, que veremos a seguir[9]), além de uma relação heterossexual com o capataz Ângelo (Carlo Mossy) da fazenda do pai (o ator Nildo Parente). Como se trata de uma mulher, rapidamente é categorizada como promíscua, sendo vista de maneira pejorativa, o que não acontece nos casos masculinos.

Mesmo dirigidas por homens, algumas películas trazem um diferencial em seus roteiros. O protagonismo lésbico na filmografia baseada na obra de Cassandra Rios é um capítulo à parte nessa história. *Ariella* estreou em 1980, adaptado do livro de Rios[10] intitulado *A Paranóica* e publicado em 1952. O filme foi o primeiro dirigido por John Herbert, também ator e produtor, e roteirizado pela própria escritora, que adaptou os diálogos originais para o cinema. De acordo com um trecho do relatório da Comissão Nacional da Verdade, citado por Maria Carolina Santos (2019), Cassandra Rios foi a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar, possivelmente por ser uma mulher que ousou assumir sua sexualidade lésbica. Segundo Alessandra Brandão e Ramayana Lira de Sousa,

> Ariella coloca o problema da produção da (auto)imagem da mulher em seu centro. Da mesma maneira, nos romances de Rios, vemos essa preocupação: tornando visível esse desejo de mulher por outras mulheres, arregaçando as moralidades e se contrapondo à censura explícita da ditadura. É possível enxergarmos as personagens se contorcendo nas dores do parto de uma frase,

9 Considerando que algumas atrizes eram reconhecidas por desempenharem determinados papéis no cinema, por vezes acabavam sendo confundidas com suas personagens.

10 Cassandra Rios era o pseudônimo de Odete Rios. Escreveu cerca de 40 livros eróticos lésbicos entre os anos de 1948 e 1981. Ela nasceu em 3 de outubro de 1932 e faleceu em 2 de março de 2002, em São Paulo.

> que lhes sai arranhando por dentro: *Eu sou uma lésbica* (BRANDÃO; SOUSA, 2017, p. 142, grifos no original).

O estigma e a transgressão pautam a narrativa de Cassandra Rios. Como um exemplar da fase mais *soft* da pornochanchada, *Ariella* (cuja protagonista homônima é vivida por Nicole Puzzi) investe em momentos sensuais repletos de nus da protagonista (transgressões da própria Cassandra, mais do que apenas do diretor), que ambientam a descoberta da sua libido. Os momentos mais eróticos são vividos entre ela e os homens que a cobiçam, com algumas cenas que inicialmente remetem ao assédio, mas que se transformam em momentos de desejo, tendo como foco a (bi)sexualidade dessa jovem.

Os diálogos criados por Rios mostram o estranhamento inicial de Ariella com a sexualidade lésbica: "Isso não é *normal*, tenho medo!", que é respondido por Mercedes (Christiane Torloni): "Fica calma, eu não vou te machucar. Não tem essa de normalidade, eu te amo". No final, a relação entre elas é deixada em aberto, sem pistas de uma continuidade. Brandão e Sousa observam que a relação entre as duas personagens é mais intensa no romance, cujo final as mostra indo morar juntas. Esse "final feliz", ou possível, é interditado na versão fílmica (BRANDÃO; SOUSA, 2017, p. 141).

Considerando que tanto as pornochanchadas quanto os filmes eróticos dirigidos por homens não se furtaram às cenas lésbicas com foco no deleite masculino, as tomadas mais contidas em *Ariella* colocam o desejo em outro patamar, quando abordado por um roteiro também lésbico e transgressor. Cassandra convida o público à sensibilidade de um olhar *queer*, que estabelece a condição de sujeito de desejo a essas mulheres, não apenas de objeto.

Outro filme roteirizado por ela e dirigido por Herbert é *Tessa, a gata*, de 1982, publicado como romance em 1968; ou seja, a au-

tora enfrentou, mesmo sob um pseudônimo, o recrudescimento da ditadura militar. A sinopse[11] fala da ligação homossexual entre três mulheres. Tessa (Nicole Puzzi) vive no interior com o marido, mas tem uma relação amorosa com Débora (Patrícia Scalvi). Com o rompimento entre elas, Débora vai para São Paulo, onde passa a trabalhar para o cunhado de Tessa, Raul (Carlos Kroeber), apresentado como sádico e perverso em jogos amorosos que envolvem sua mulher, Roberta (Rosina Malbouisson) e a nova funcionária. Embora as roteiristas tenham sido historicamente apagadas em prol dos diretores de cinema, o sucesso maldito e proibido de Cassandra Rios faz de sua autoria um chamariz para as propagandas dos filmes.

O protagonismo lésbico volta às telas, em 1984, com *Amor maldito*, dirigido por Adélia Sampaio, considerada a primeira cineasta negra brasileira.[12] O filme trata do julgamento da executiva Fernanda (Monique Lafond), acusada de causar o suicídio da ex-miss Solange (Wilma Dias). Fernanda e Solange foram namoradas, mas já estavam separadas à época. A executiva era autoassumida lésbica, enquanto Solange era bissexual. O roteiro é baseado em um caso acontecido no Rio de Janeiro; de acordo com a diretora, os diálogos eram os que de fato ocorreram no julgamento, pois foram retirados dos autos processuais (SAMPAIO, 2020).

Por causa do tema (lesbianismo), a Embrafilme se recusou a financiar o projeto, embora fosse promotora de filmes do gênero pornochanchada. Adélia Sampaio conseguiu um aporte inicial para o filme e o restante foi arrecadado coletivamente. Para

11 Disponível em http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScriptiah/iah.xisbaseFILMOGRAFIAlangpnextActionlnkexprSearchID025207formatdetailed.pft. Acesso em 15 abr. 2022.

12 Embora Sampaio não tenha colocado em cena protagonistas negras, seu cinema é reivindicado pelo movimento de mulheres negras como um "cinema negro". Ver Ferreira; Souza, 2017.

conseguir salas de cinema, veio a classificação: "pornochanchada", sendo assim lançado em São Paulo e no Rio de Janeiro (SAMPAIO, 2020). A recusa da Embrafilme evidencia a negação de espaço para lésbicas "verossímeis", donas do seu próprio desejo, com histórias próximas à realidade das mulheres de carne e osso. Enquanto isso, os beijos e carícias entre mulheres eram apoiados como estimulantes do desejo masculino e da virilidade valorizada pelo regime militar.

Amor maldito é dividido entre cenas do tribunal, durante o julgamento, e das lembranças do relacionamento entre Fernanda e Solange, evocadas pela ré. As falas das testemunhas são confrontadas com as cenas vividas. As imagens internas do tribunal são claustrofóbicas, com vários homens em pé, acima da ré, sentada, sendo acusada de destruir a família e a moral cristã, de perverter Solange e causar seu suicídio. Mas a ex-miss estava grávida de um homem que a havia enganado. Já Fernanda, como lésbica, era julgada pela orientação sexual. No fim da trama, é considerada inocente, contrariando os finais infelizes destinados a mulheres tidas como contraventoras do social. Ainda assim, um final solitário.

O caso em que o filme de Sampaio se baseia aconteceu nos anos da ditadura. Para Quinalha (2018, p. 33-34), "a livre expressão da sexualidade era compreendida em um marco mais estritamente moral, ou seja, como uma afronta, em si mesma, aos valores tradicionais cultivados pelas famílias católicas brasileiras", tomadas como a consciência ética nacional, devendo, assim, ser resguardadas pelo poder estatal.

Outro filme que marcou época é V*era* (1986), dirigido por Sérgio Toledo e estrelado por Ana Beatriz Nogueira, na adaptação da autobiografia de Anderson Herzer (um homem trans), e pode ser considerado pioneiro na temática da transição de gênero para o masculino. Trata-se da trajetória de vida de uma jovem (Sandra) criada em um orfanato, que aos poucos vai transicio-

nando, até passar a se entender como homem (Anderson). No entanto, isso não acontece sem uma carga dramática de conflitos e culpa, sendo este um sentimento já existente, mas que se acentua e acompanha toda uma geração LGBTQIA+ que atravessa os anos 1980 — momento em que a AIDS é tomada como um definidor da "punição" moral e religiosa que teria sido aplicada sobre essas pessoas. Estar "no armário" (não se assumir) não era uma opção, mas uma necessidade de sobrevivência, dependendo de fatores sociais como classe e raça, entre outros possíveis. A proliferação dos casos de homofobia e transfobia, resultado da nova onda conservadora da cisheteronorma como padrão de relacionamentos, traz uma retomada dessa história. Para Trevisan (2000, p. 302), *Vera* apresentou uma visão perturbadora do universo transmasculino no cinema, por toda a sua complexidade, aguçada pela delicadeza e a arte da direção das cenas e de atrizes/atores.

Até agora pudemos notar uma predominância de diretores homens cisgêneros na cena cinematográfica das temáticas *queer* nos filmes. O modo como cada trabalho é conduzido varia de acordo com o posicionamento e a sensibilidade do/a cineasta, influenciando as próprias cenas, de acordo com sua direção. O mesmo se dá nos filmes com temáticas travestis.

Lacrando na pista das telas — tem final feliz para as travestis?

João Silvério Trevisan, em sua trajetória militante,[13] esteve na fundação do grupo Somos, o mesmo que publicou o jornal *Lampião da Esquina* no final dos anos 1970. Antes disso, durante o período mais rígido da ditadura brasileira, ele partiu momentaneamente para a Califórnia, depois da instauração do AI-5. Na

13 Ver Trevisan, 2018.

volta ao país e em meio a um contexto conturbado, Trevisan dirigiu seu único longa-metragem de ficção em diálogo com o Cinema Novo, e para a irritação dessa "hegemonia revolucionária" no meio fílmico. *Orgia ou o homem que deu cria* foi rodado em 1970 e chegou a ser lançado no Brasil, antes de uma interdição de 10 anos pela censura ditatorial. O filme traz um aglomerado de críticas sociais: à igreja, ao capitalismo e à disparidade de classes, à duradoura mentalidade colonial e à heteronormatividade, acrescida de intersecções com a questão racial. Personagens das mais diversas vão sendo situadas ao longo da narrativa. Ferreira escreve, oito anos depois do lançamento e da interdição:

> O filme, um painel do próprio desespero do cinema brasileiro através de suas épocas e gêneros, tem a mais rica galeria de personagens marginais do cinema marginal brasileiro: um cangaceiro que dá à luz, um anarquista que implode, um rei crioulo tartamudeante, índios antropófagos devorando bebês. Jean Claude Bernardet surge no papel de um intelectual que se enforca entre livros e arbustos. E o próprio Trevisan surge estrebuchando nas ruas de uma cidade/cemitério (São Paulo, é claro). A Censura não interditou o filme. Apenas determinou cortes que o realizador não quer fazer. Está certo ele: oito anos na censura não faz muita diferença para um filme que está 50 anos à frente de seu tempo (FERREIRA, 1978 s/p. *apud* SILVA, 2012, p. 222).

Essa vanguarda é impressa no enredo, que começa no campo, mostrando a vida precária em casas de estuque e chão batido, o carnaval, a religiosidade popular, a procissão que vai se transformando em migração coletiva para a cidade grande, passando por uma fábrica e encontrando as falas desesperadas de dois capitalistas falidos — um deles é produtor de preservativos,

falido pela introdução da pílula anticoncepcional no Brasil. Sinal dos tempos e controle sobre os corpos. Grunhidos, gritos e ruídos tomam a maior parte da banda sonora, que só é rompida por diálogos desconexos, a partir da entrada em cena da travesti negra Rebeca Patrícia, vestida de baiana, estilo Carmen Miranda. No meio da miséria, a personagem brada, como esse país é perfeito, maravilhoso. E alfineta os diretores do Cinema Novo: "Em matéria de demagogia, viva o cinema!".

Orgia é uma radicalização de *Terra em transe* (1967), aclamado filme de Glauber Rocha, ícone dessa escola cinematográfica. Citações indiretas à ditadura e menções cenográficas à tortura marcam presença. Rebeca Patrícia é posta em cena de maneira exagerada e alegórica. Após uma morte no caminho da romaria-cortejo migrante, ela assume o lugar da viúva, usando um enorme véu preto que cobre sua cabeça. Morte e carnaval se misturam. A migração termina em um cemitério nos arredores da cidade — "que constrói o Brasil". Entre os túmulos, um cangaceiro, aos berros ensurdecedores (o próprio Trevisan) dá à luz uma criança que é devorada pelos indígenas canibais. Entendemos que o "rebento" é o próprio filme. Após as últimas imagens, em fundo preto, a narração informa as condições de produção da película, seu custo, o empréstimo realizado pelo diretor, quantas pessoas trabalharam nas etapas de produção, e termina com uma frase: "Para bons entendedores, meia palavra basta." Trata-se de um diálogo com o recrudescimento ditatorial, por um lado, e com o próprio cinema brasileiro, suas limitações e entraves, por outro.

Além de toda a crítica política e de classe, Trevisan ousa quando planeja a tomada de cena por essa personagem travesti, que entra no filme tendo que ser "engolida" pela crítica, pelos espectadores e pela heteronorma do *cistema*-cinema, mesmo o que se considerava o mais radical. *Orgia...* surge na história do cinema brasileiro como o primeiro "rebento" de um diretor

assumidamente homossexual e vira um marco desse "cinema fora do armário", sendo retomado, depois dos anos de censura, nos festivais e pelo cineclubismo. Tomamos, por meio da análise histórica, o filme de João Silvério Trevisan como descolonizador dos modos de colocar em cena personagens LGBTQIA+, considerando ainda a intersecção entre as categorias raça, sexualidade, gênero, classe e localização. Não apenas a temática *queer* é colocada no cinema, mas o próprio filme de Trevisan assume essa postura ao afrontar narrativas hegemônicas normalizadoras das sexualidades nas telas.

Outra travesti, bem mais conhecida do público cinéfilo, é a protagonista do filme *A rainha diaba* (1974), dirigido por Antônio Carlos Fontoura e inspirado na vida da travesti-capoeira Madame Satã (João Francisco dos Santos), mencionada na adaptação apenas pelo codinome Diaba ou Rainha Diaba (vivida pelo ator Milton Gonçalves). Trata-se de uma personagem negra, não fictícia, da década de 1930, que durante o dia era um "malandro de respeito" e nas noites se travestia em shows de cabarés (TREVISAN, 2000, p. 407). No filme de Fontoura, trata-se do baixo meretrício carioca dos anos 1970, onde Diaba oscila entre suas personalidades de negro capoeira, traficante e assassino cruel e de travesti sensível e delicada, mas que comanda o tráfico em toda a região, enquanto sonha com um amor. A oscilação aparece na voz e no jeito de falar, que vai da sensibilidade delicada até o "trovão" da ameaça aos seus inimigos, na raiva ou na hora de tratar de negócios delicados. O tempo todo a personagem é tratada como "viado" ou outros nomes pejorativos. Uma das riquezas do filme é a ambientação no baixo meretrício e nos bares e festas frequentados apenas por gays e travestis, em suas possíveis variações. Torna-se perceptível uma positivação das personagens, postas em cena em situações de intimidade, solidariedade e amizade, e ainda na exploração do *camp* — a performance e o risível na narrativa fílmica endereçados a essas per-

sonagens; elas se unem para salvar a Diaba contra seus piores inimigos. O universo LGBTQIA+ é mostrado em possibilidades transgressoras, não como exótico, sexualizado ou em perspectiva moralizante, mas no cotidiano de suas relações imprevistas e desconhecidas do público espectador, geralmente de classe média, que frequentava as salas de cinema no período ditatorial.

De volta à Boca do Lixo paulista, na década de 1980 o destaque dessa produção passou aos filmes de sexo explícito — os mais rentáveis, diante da decadência do cinema nacional de cunho erótico —, que ficaram conhecidos como filmes da *Boca*. Do humor erotizado e do apelo popular das pornochanchadas, que não mostravam cenas de sexo explícito, mas apelavam para um tom de farsa, causando riso pela deformação e pelo ridículo, os filmes da Boca passaram a ser mais "picantes". Se antes o sexo era dissimulado e os filmes, repletos de mulheres nuas, nessa outra fase o farsesco foi deixado de lado, dando espaço para cenas pornográficas. Segundo Lamas (2013) e Santos (2019), essa mudança ocorreu já no final da censura ditatorial, quando houve a permissão da entrada no Brasil de filmes estrangeiros com cenas de sexo explícito; logo, para não perder mercado e superar a crise econômica, os diretores da Boca do Lixo começaram a produzir filmes com cenas pornôs.

Muitas das atrizes que participaram da fase mais *softcore* da pornochanchada não quiseram continuar no novo contexto *hardcore*, provocando a busca por outras profissionais e também um aumento da frequência de cenas com travestis[14] e de cenas com práticas sexuais não convencionais, como a zoofilia. Santos (2019) e Martins (2017) sugerem que um dos motivos do interesse pelas travestis nesse período foi o aparecimento da

14 Alguns dos filmes da Boca produzidos com atrizes travestis foram V*iagem ao céu da boca* (Roberto Mauro, 1981), *Elas só transam no disco* (Ary Fernandes, 1983), *O viciado em c...* (Roberto Fedegoso David Cardoso, 1984) e *As novas sacanagens do viciado em* c (Roberto Fedegoso David Cardoso, 1985).

transexual Roberta Close, que acabou entrando para a mídia televisiva, atraindo o interesse de um público maior.

Entre os lançamentos do período, destacamos algumas obras de um diretor assumidamente homossexual. Trata-se de Alfredo Sternheim, que abriu caminho nas telas para uma protagonista travesti em *Sexo dos anormais* (1984).[15] Dirigido e roteirizado por Sternheim, esse foi um filme encomendado por um dos fundadores da Paris Filmes, empolgado pelo sucesso de Roberta Close (STERNHEIM, 2009). O diretor já havia colocado homossexuais (hoje LGBTQIA+) em suas obras, mas nunca tinha escrito sobre, ou para, uma travesti. Sternheim desenvolveu uma pesquisa para melhor escrever a personagem Jéssica, assumindo que, antes das leituras feitas, ele mesmo tinha diversos preconceitos (STERNHEIM, 2009). Isso demonstra a abertura de uma sensibilidade para o tema na preocupação com a construção dessa travesti protagonista.

Frustrada por não conseguir trabalho fora do âmbito sexual e cansada das violências que sofre quando os homens descobrem ser ela travesti, Jéssica (Cláudia Wonder) vive um processo depressivo. Em busca de ajuda, chega à clínica psiquiátrica de Daniel (Antonio Rody), especializada em "problemas sexuais" (SILVA, 2012, p. 227). Lá ela encontra outras mulheres: Miriam (Silvia Dumont), considerada ninfomaníaca pelo namorado; Cleide (Paula Sanches), esposa do médico; e Tônia (Sandra Midori), uma *voyeurista*. Juntas completam as personagens mulheres da trama. A protagonista travesti é construída de forma coesa, tendo sua centralidade afirmada desde o início do filme. A primeira cena de conotação sexual envolvendo Jéssica já discute a violência sofrida pelas travestis. No filme, os diálogos entre ela e Tônia denunciam o quanto travestis não

15 O filme tem uma continuação em *Sexo Livre*, de 1985, ao qual não conseguimos acesso durante esta pesquisa.

são aceitas e a dificuldade de encontrar trabalho fora dos shows ou da prostituição. Embora o diretor demonstre preocupação em criar um clima de tolerância, apesar do preconceito, todos tratam Jéssica no masculino quando ela não está presente. A própria denominação "um" travesti sinaliza a negação dessas sujeitas em sua orientação sexual, em seus desejos e sua dignidade. A abordagem *queer* se torna possível também no *hardcore* do cinema nacional.

O final do filme é romântico, com Jéssica casando com Roberto (Walter Gabarron), o "faz-tudo" da clínica. Pode-se dizer que é um final heteronormativo e essencialista, pois Roberto declara estar em busca de uma mulher "distinta, que saiba pregar botões, que cozinhe carne assada, que me dê muitos filhos; uma mulher suave e delicada" (*Sexo dos anormais*, 1984). Trata-se de um final feliz padrão para a época, neste caso, merecido por uma travesti. O cineasta parece engajado na visibilidade positiva da personagem, militando pelo reconhecimento social dessas pessoas. Possivelmente, seguindo linhas traçadas pelos diretores de cinema e pelas produtoras no mercado, o final teria sido outro. Evitando o essencialismo, mas afirmando lugares sociais, entendemos que um diretor LGBTQIA+, ao realizar um filme, tem a oportunidade de levar adiante a crítica às tantas fobias entranhadas na sociedade brasileira. Porém, Marcos Aurélio da Silva (2012) adverte que a homossexualidade de um diretor não garante a produção engajada com o *queer*.

Outro filme de Sternheim que merece referência é *Corpo Devasso* (1980), anterior a *Sexo dos Anormais*, menos explicito, e protagonizado por David Cardoso — produtor, diretor (Roberto Fedegoso no *hardcore*) e galã da Boca do Lixo. De acordo com Robert Abib (2021), o enredo traz a história de Beto (David Cardoso), flagrado pelos patrões enquanto fazia sexo com a filha deles e rejeitado pela noiva virgem, que se preservara para depois da troca de alianças. Em meio à maré de azar, Beto viaja

para São Paulo, fugindo da polícia que o procurava por violação de propriedade. No novo cenário, ele se envolve com uma fotógrafa de moda e começa a se prostituir como "michê". Acaba tendo um relacionamento amoroso com Raul (Arlindo Barreto), que o ajuda profissionalmente, mas depois se apaixona de fato por uma jornalista. Vivendo de trabalhos informais, Beto se torna caseiro de uma advogada rica, cuja filha ele seduz. Por vingança, a advogada facilita sua prisão. Avaliado por uma comissão de psicólogos, é libertado e conhece uma psicóloga que o defendeu e que termina se insinuando para o protagonista (ABIB, 2021, p. 7-8). Enquanto Abib observa as práticas sexuais e as normas de gênero enredadas em relações de classe e de poder, envolvendo territorialidade e migração (p. 11), Vlademir Lazo (2011, s/p.) argumenta: "Ainda que a homossexualidade não seja tratada como caricatura nem com pudor algum (as cenas são quase explícitas), não deixa de ser uma visão predominantemente masculina sobre o tema." Quanto ao destino das personagens gays na trama, uma se suicida e a outra termina apanhando do protagonista, que se relaciona sexualmente com homens apenas por necessidades financeiras.

Alfredo Sternheim faleceu em 2018, aos 76 anos de idade, tendo sido um dos poucos diretores que vieram de um cinema mais acadêmico a assumir, sem pseudônimo, a direção de filmes da Boca do Lixo na sua fase mais pornográfica. Ignorado pela crítica e comentado em mostras sobre a Boca, Sternheim estressa os estigmas do sexo, realizando filmes classificados como pornográficos. A obra desse diretor nos leva a refletir sobre um cinema maldito, *queer* em seu sentido mais literal e transgressor.[16]

16 Outros filmes de Sternheim com temática *queer* são abordados no n. 42 da extinta *Revista Zingu*!, disponível em https://revistazingu.net/edicao-42/.

Para Rodrigo Gerace (2015), dentro das representações do sexo no cinema existe um juízo de valor entre as cenas eróticas e pornográficas, apesar de ambas as modalidades quererem causar o mesmo efeito, a obscenidade. Enquanto o erótico é tratado com menos preconceito e vinculado a filmes considerados menos populares e mais artísticos, o pornográfico é tachado de apelativo e exagerado em suas cenas cruas de sexo explícito. Gerace argumenta: "Não nos interessa avaliar que cena ou filme são mais ou menos pornográficos/eróticos, mas como as abordagens sexuais — contextualizadas na diegese — trouxeram discursos sobre o sexo e a obscenidade da sua época, reproduzindo ou transgredindo tabus" (GERACE, 2015, p. 13). Se em sua época Sternheim foi visto só pelo viés pornográfico, hoje podemos analisar o que há de transgressão *queer* em sua filmografia.

Ao acender das luzes, algumas reflexões

Dentro do que este breve e incompleto levantamento arriscou trazer para o debate, predomina uma variedade de roteiros e estilos de direção cinematográfica. Podemos perceber que, ao mesmo tempo que pessoas LGBTQIA+ historicamente encontraram portas fechadas e lugares sociais restritos no período abarcado pela pesquisa, parte da produção fílmica brasileira também era associada a um não lugar ou uma não existência nos espaços privilegiados do meio cinematográfico. O predomínio de estereótipos nos filmes de *mainstream* sinaliza o deslocamento da temática dentro das expectativas sobre o fazer cinematográfico ou sobre o cinema como arte.

Ao longo da história das narrativas fílmicas sobre relações homossexuais, o final trágico ganha destaque, como punição ao desvio de conduta. José Mojica Marins, o Zé do Caixão, teve o final de seu filme *A quinta dimensão do sexo*, de 1984, alterado por imposição do produtor. No lugar do final feliz do casal gay, pla-

nejado pelo diretor, as personagens morrem em um acidente de carro (SILVA, 2012, p. 226). O lado financeiro falou mais alto. Assim, investir e insistir nessas composições, já era e é uma atitude *queer*.

Independentemente da classificação dos filmes — comerciais, censurados, eróticos ou pornográficos —, a temática *queer* esteve relacionada à direção de cada um deles, no momento em que o cinema brasileiro independente buscava sobreviver à ausência de apoio ou à restrição de financiamentos, lembrando que a Embrafilme era permeada por questões morais e que incentivava as pornochanchadas, mas não os filmes de viés pornográfico. Quanto às personagens *queer*, é principalmente nos 2000 que novas ou antigas protagonistas retomam a cena cinematográfica, como em *Madame Sa*tã (2002), filme dirigido por Karim Aïnouz, que alcançou grande sucesso de público, levando prêmios nos festivais de Chicago e de Havana.

Mesmo se algumas produções de temáticas *queer* alcançam visibilidade nos dias atuais, ainda não se torna óbvio o entendimento disso como significante de uma maior "passabilidade",[17] ou aceitação social, das pessoas LGBTQIA+, abordadas de variadas maneiras nos filmes, como buscamos tratar neste capítulo. Embora o contexto não seja mais o de uma ditadura declarada, a revitalização das ondas de conservadorismo atesta que personagens e temáticas *queer*, sejam elas fictícias ou não, permanecem constantemente em disputa. Colocá-las em cena como protagonistas do desejo, e mantê-las "vivas" até o final da narrativa, foi e continua sendo um exercício de transgressão, de política e de rebeldia.

17 A pessoa trans se torna "passável" quando ela não é mais associada ao gênero anterior à transição.

Referências

ABIB, Roberto. "O filme Corpo Devasso (1980): dominação-submissão como política sexual em tempos de ditadura". *Fronteiras e Debates*, v. 8, n. 1, jan./jul., Macapá, 2021.

ABREU, Nuno César. *O Olhar Pornô*: a representação do obsceno no cinema e no vídeo. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

BESSA, Karla "'Um teto por si mesma': multidimensões da imagem-som sob uma perspectiva feminista-*queer*". *ArtCultura*, Uberlândia, v. 17, n. 30, p. 67-85, jan.-jun. 2015. Disponível em https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/34811. Acesso em 26/05/2022.

BRANDÃO, Alessandra; SOUSA, Ramayana Lira de. "Cassandra Rios e o cinema erótico brasileiro: autoria e performatividade". *In* HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina C. (org.) *Feminino e Plural: mulheres no cinema brasileiro*. Campinas-SP: Papirus, 2017, p. 131-144.

BRANDÃO, Alessandra; SOUSA, Ramayana Lira de. "A in/visibilidade lésbica no cinema". *In* HOLANDA, Karla (org.). *Mulheres de cinema*. Rio de Janeiro: Numa, 2019, p. 279-303.

FERREIRA, Ceiça; SOUZA, Edileuza P. "Formas de visibilidade e (re) existência no cinema de mulheres negras". In HOLANDA, Karla; TEDESCO, Marina C. (org.) *Feminino e Plural: mulheres no cinema brasileiro*. Campinas-SP: Papirus, 2017, p. 175-186.

GERACE, Rodrigo. *Representações cinematográficas do sexo*. São Paulo: Perspectivas: Edições Sesc São Paulo, 2015.

LAMAS, Caio Túlio Padula. *Boca do lixo, erotismo, pornografia e poder no cinema paulista durante a ditadura militar (1964-1985)*. Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2013.

LAZO, Vladimir. "Corpo Devasso". *Revista Zingu*! São Paulo, 16/02/2011. Disponível em: https://revistazingu.net/2011/02/16/corpo-devasso/. Acesso em 16/05/2022.

MARTINS, Luis Henrique de Jesus. *Entre a repulsa e o fascínio, o corpo trans no cinema brasileiro*. Mestrado em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2017.

PEREIRA, Evelyn Magalde. *A representação das mulheres no cinema marginal*. Mestrado em História da Arte. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos-SP, 2022.

QUINALHA, Renan. "Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro". In GREEN, James N. *et al*. História do movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018, p. 15-38.

SAMPAIO, Adélia. "Dirigindo Amor Maldito ou A Mulher que enfrentou o Sistema". *Masterclass Exagerados*. Entrevista. 2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?vQR982rWxCAs. Acesso em 17/04/2022.

SANTOS, Dionys Melo. *As travestis no cinema da boca do lixo e na pornografia digital*. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2019.

SANTOS, Maria Carolina: "O ressurgimento de Cassandra Rios, a escritora mais censurada do Brasil". *Marco Zero*, Recife, 25/ mar/2019: Disponível em: https://marcozero.org/o-ressurgimento-de-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-do-brasil. Acesso em 08/05/2022.

SILVA, Marcos Antônio da. *Territórios do desejo*: performance, territorialidade e cinema no Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual. Tese de doutorado em Antropologia. Florianópolis, UFSC, 2012.

STERNHEIM, Alfredo. *Alfredo Sternheim*: um insólito destino. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado São Paulo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VEIGA, Ana M. "Tereza Trautman e Os homens que eu tive: uma história sobre cinema e censura". *Significação*, v. 40, n. 40, p. 52-73. São Paulo, ECA-USP, 2013.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). *Enlaçando sexualidades*: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270. Disponível em https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf. Acesso em 15 abr. 2022.

Feminismo e lesbianidade: Encontros e desencontros no período da redemocratização do Brasil

Geovane Batista da Costa, **UFRGS**
Natalia Pietra Méndez, **UFRGS**

Movimento Feminista e Lésbico

As lutas feministas tiveram diferentes momentos[1] e bandeiras. Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014, p. 8) destacam esse caráter transformador do feminismo, tanto naquilo que se refere à sua agenda quanto à sua reflexão sobre o mundo social. Se para as sufragistas do fim do século XIX, as lutas pelo direito ao voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação eram os pontos focais, ao longo do século XX, por

1 Constância Lima Duarte (2019) faz uma interessante análise histórica do feminismo no Brasil em que aponta quatro de seus momentos em quatro décadas em que as mulheres estiveram mais próximas da concretização de suas bandeiras: direito a ler e escrever (1830); direito ao ensino superior (1870); direito ao voto (1920); direito a sexualidade, ao prazer e ao aborto (1970).

exemplo, as feministas levantaram as bandeiras da exigência da igualdade no casamento, do direito ao divórcio, do direito à sua integridade física e de poderem controlar sua capacidade reprodutiva. Todavia, o movimento feminista caracterizado como um movimento ocidecêntrico[2] — europeu e americano —, que surgiu em fins do século XIX e ressurgiu na segunda metade do século XX, não contemplava todas as mulheres nem pautas de grupos específicos de mulheres, como mulheres não brancas e mulheres lésbicas.

Nas décadas de 1960 e 1970, eclodiram movimentos sociais defensores da liberdade sexual, do direito de livre expressão, da contestação aos valores de consumo, aos padrões morais, entre outros temas. Em diversos países, o ano de 1968 foi emblemático, um marco para diversos movimentos que contaram com expressiva adesão feminina. Nesse período, o movimento feminista foi influenciado por diversas matrizes teóricas e reivindicações. Além da luta pela cidadania feminina, temas vinculados à igualdade salarial, autonomia sobre o corpo e sexualidade ganharam evidência.

Composto até então majoritariamente por mulheres oriundas das camadas médias urbanas e brancas, o movimento foi confrontado a discutir as pautas de grupos que, historicamente, não se sentiram representados em suas fileiras. Como exemplo, a organização de mulheres negras foi crescente em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos, país onde a segregação racial era um forte mecanismo de exclusão. Por sua vez, mulheres lésbicas defendiam que a liberdade sexual almejada pelo feminismo deveria, necessariamente, incorpo-

2 "Ocidecêntrico" ou "ocidentecêntrico" é um termo que vai além do termo "eurocêntrico" e é usado pela autora Oyèronké Oyewùmí (2017, p. 63) para incluir os Estados Unidos como um dos países que, junto com os países europeus, criaram as normas do mundo ocidental que serão usadas em países africanos, a título de exemplo.

rar a crítica à heteronormatividade. Portanto, o movimento se deparou com a problemática do caráter fluido e fragmentado do sujeito mulher.

Em termos teóricos, ao centrar-se mais na desconstrução das categorias de gênero, as feministas remetiam para segundo plano a questão da raça e o enfrentamento do racismo, de suma importância para as mulheres negras, bem como a desconstrução das categorias sexuais, essencial para incorporação de lésbicas, travestis e mulheres trans nas demandas do feminismo. Isso fez com que o feminismo sofresse duras críticas, passando a ser visto como um movimento de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais. Esse processo contribuiu para repensar algumas questões.

Do feminismo negro norte-americano, por exemplo, incorporaram-se duas questões centrais levantadas pelas mulheres de cor: a não fragmentação das opressões e a desuniversalização do sujeito "mulher", o que propiciou, a título de exemplificação, que pesquisadoras e pesquisadores discutissem se o patriarcado e o gênero sempre existiram em todas as sociedades ou se foram frutos de processos de colonização e, portanto, produzidos historicamente; se o gênero é uma forma de organização e distribuição de poder em todas as sociedades, entre outras questões, como os trabalhos *Colonialidad y género* (2008), da filósofa argentina María Lugones, e *La invencion de las mujeres* (2017), da socióloga nigeriana Oyeronké Oywùmí.

Já das críticas do feminismo lésbico, as feministas puderam rever duas hipóteses principais: o de que a trajetória "normal" da mulher inclui a heterossexualidade, o casamento e a maternidade; e o da suposta continuidade entre sexo, gênero, identidade e sexualidade (Ana Maria BRANDÃO, 2009, p. 16).

Também é válido ressaltar que as mulheres negras, citando caso análogo, dentro do movimento negro, não conseguiam, geralmente, muito destaque para suas pautas, já que a pauta do

racismo predominava. Assim como as lésbicas não tinham muita voz dentro dos movimentos homossexuais, pois a pauta predominante era a da discriminação pela orientação sexual. Tal contexto fez com que algumas escritas não discriminassem a história desses movimentos. Em particular, sobre os movimentos feminista e lésbico, bell hooks (2020, p. 137), afirma que algumas vezes é difícil saber quem veio primeiro: o movimento pela libertação das mulheres ou o da libertação sexual, mas acaba por concluir, também, que eles aconteceram ao mesmo tempo, misturando-se um com o outro, já que as lésbicas se organizaram junto ao movimento feminista, entendendo que as pautas são das mulheres em geral, independente da orientação sexual.

Acreditamos que essa diferenciação da história do movimento feminista em relação ao movimento lésbico, que também se diferencia do homossexual, é de suma importância para o reconhecimento do movimento de lésbicas e para a construção da "identidade" lésbica no Brasil. Concordamos assim com os escritos de Ana Carla Lemos (2015, p. 2-3), que reconhece o diálogo histórico do movimento lésbico com os reconhecidos movimentos feministas e homossexuais. Aponta que, muitas das vezes, a narrativa histórica do movimento lésbico foi colocada como menos importante do que a dos outros movimentos e que a participação das lésbicas e de suas trajetórias políticas nesses movimentos foram por muito tempo silenciadas ou invisibilizadas, pois elas não eram avisadas de todas as reuniões, nem das decisões tomadas — sem falar que muitas não eram assumidas publicamente. Desse modo, Ana Carla Lemos (2015, p. 8) aconselha, por fim, que deva ser realizada uma sistematização da história da lesbianidades,[3] das mulheres lésbicas para

3 Assim como Larissa Martins (2019, p. 116) optamos pelo uso do termo lesbianidade ao invés de lesbianismo, por levar em consideração que o sufixo "ismo" ainda é fortemente utilizado para patologizar as relações homossexuais e por entender o termo lesbianidade como um ato político e coletivo,

o devido reconhecimento do movimento de lésbicas, visando preencher as lacunas existentes na literatura acadêmica sobre essas sujeitas históricas.

Dessa maneira, os aportes teóricos e de militância das feministas negras e das feministas lésbicas vêm contribuindo para produzir reflexões a fim de questionar a ideia de que possa haver um sujeito do feminismo, representado por uma categoria homogênea. Como salienta Judith Butler, mulher não é um termo exaustivo, já que o gênero estabelece interseções com raça, classe, sexualidade, regionalismos e outras identidades discursivamente construídas (BUTLER, 2015, p. 21).

Movimento Lésbico-Feminista

A lesbianidade como movimento social apareceu no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, no mundo ocidental (Jules FALQUET, 2004, p. 9; Gilberta Santos SOARES e Jussara Carneiro COSTA, 2016, p. 12). Conforme Jules Falquet (2004, p. 9), apesar de ser menos estudado que o movimento negro, indígena, estudantil ou de mulheres, o movimento lésbico também faz parte dos chamados "novos movimentos sociais" — que, ao abandonar a dependência dos partidos tradicionais, "desbordam as organizações de corte classista que dominavam até aquele momento". Desenvolve-se em estreita vinculação ideológica e organizativa com outros dois movimentos: o movimento feminista da chamada "Segunda Onda" e o movimento homossexual, que se constituíram, a princípio, como espaços importantes de discussão e socialização para as mulheres lésbicas (Jules FALQUET, 2004, p. 9). Todavia, o movimento lésbico progressivamente vai se autonomizando, ao mesmo tempo em

que vai contra o sistema heteropatriarcal, e não apenas uma denominação para relacionamentos sexuais e afetivos entre mulheres.

relação ao feminismo e ao movimento homossexual, fundando suas próprias organizações, após perceberem, como mulheres, o sexismo, a misoginia, o funcionamento patriarcal e o falocentrismo do movimento homossexual. As mulheres lésbicas acabaram por perceber que não se sentiam plenamente identificadas com o movimento feminista, que era heteronormativo e evitava discutir e dar visibilidade às suas pautas, para não ter questionada a sua posição heterossexual (Jules FALQUET, 2004; Gilberta Santos SOARES e Jussara Carneiro COSTA, 2016; Núbia Carla CAMPOS, 2014).

Não só organizações políticas, mas também análises teóricas nitidamente lésbicas se multiplicaram, no final dos anos 1970, como a da norte-americana Adrienne Rich[4] e da francesa Monique Wittig[5] (Jules FALQUET, 2004, p. 11). Segundo Gilberta Santos Soares e Jussara Carneiro Costa (2012, p. 3), as teorias sobre as lesbianidades desenvolveram-se nas margens das teorias feministas sobre a sexualidade. Assim, os textos de Rich e de Witting parecem ter se baseado em críticas contra a suposta naturalidade da heterossexualidade, dos gêneros e dos sexos, realizada desde 1975 pela antropóloga Gayle Rubin em seu ensaio "The Traffic in Women. Note on the Political Economy' of Sex".

De todo modo, Jules Falquet (2004, p. 13-16) considera que as análises teóricas de Adrienne Rich e de Monique Witting

4 De acordo com Jules Falquet (2004, p. 12), Adrienne Rich teve seu artigo "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence", publicado em 1980 pela revista feminista *Signs*, no qual denuncia a "heterossexualidade compulsória" e forçada enquanto norma social que exige e causa a invisibilização da lesbianidade, inclusive no movimento feminista.

5 Segundo Jules Falquet (2004, p. 12), Monique Wittig, em seu artigo "La pensée straight", publicado pela revista *Questions Féministes*, questiona não só o sistema patriarcal como também a existência da heterossexualidade como uma ideologia e um regime político e social que se apoia nas categorias dicotômicas e naturalizadas de sexo e/ou gênero.

acabaram por abrir caminhos que resultaram na constituição de um verdadeiro movimento lésbico, o "lesbianismo político", que se apresenta sob formas e denominações variadas. Agrupa-se em pelo menos três grandes correntes: o *lesbianismo feminista* (critica o heterofeminismo por sua falta de reflexão sobre a questão da heterossexualidade, mas não deixa de insistir na necessária solidariedade política das mulheres e na convergência de interesses que as une contra o heteropatriarcado), o *lesbianismo radical* (marcadamente francófono, articula-se em torno ao pensamento de Monique Wittig. As lésbicas que o compõem entendem que a heterossexualidade não é apenas uma norma social, mas uma política de dominação da classe dos homens em relação às mulheres e que deve, portanto, ser derrubada para que o patriarcado tenha fim) e o *lesbianismo separatista* (teorizado desde 1973 nos Estados Unidos, principalmente, por Jill Johnston, que usou da ideia de "Nação Lésbica" para dizer que lésbicas constituíam-se numa nação, que é de onde vem a ideia de separatismo. As lésbicas que acompanham essa tendência buscam a criação ou tomada de espaços físicos ou simbólicos por e para lésbicas unicamente, ou seja, lutam para a (re)criação de uma cultura e de uma ética lésbicas completamente separada da cultura masculina e heteronormativa).

No Brasil, a organização do movimento lésbico não foi muito diferente dos demais países. Segundo Núbia Carla Campos (2014, p. 53-54), teve caráter predominantemente feminista, de acordo com a classificação acima descrita, embora tenha encontrado em suas fontes inúmeras referências da cultura lésbica radical ou separatista. Conforme Gilberta Santos Soares e Jussara Carneiro Costa (2012, p. 20), as primeiras iniciativas de organização lésbica brasileira aconteceram no final dos anos 1970, quando surge o Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), na cidade de São Paulo. Com o aumento do número de mulheres que ingressaram, o grupo se viu obrigado a criar sub-

grupos de mulheres, como o *Lésbico-Feminista* (LF) em 1979. O LF se separou, definitivamente, do SOMOS, em 1980, e se tornou um grupo de lésbicas independentes, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), aproximando-se do movimento feminista, no II Congresso da Mulher Paulista e no Encontro de Grupos Feministas, em Valinhos-SP. Mesmo com essa aproximação, o movimento lésbico brasileiro também se constituiu como movimento social específico em relação aos movimentos homossexual e feminista, procurando "manter laços com esses grupos, sem, entretanto, permitir que tais alianças diluíssem as prioridades das mulheres lésbicas" (Gilberta Santos SOARES e Jussara Carneiro COSTA, 2012, p. 23).

Jules Falquet (2004, p. 16) também aponta que os anos 1980, em especial, são marcados como o auge do movimento lésbico, principalmente nos Estados Unidos, pelo florescimento de revistas, eventos, marchas, lugares de encontro, "arquivos lésbicos", que começam a constituir uma memória do movimento. E por falar em material escrito, é desses documentos feministas e lésbicos, nossas fontes, que falaremos brevemente a partir de agora.

As militâncias de *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988) e *ChanacomChana* (1981-1987)

Segundo Bernardo Kucinski (2003), na década de 1970, havia 150 jornais alternativos no Brasil, baseados em ideologias marxistas ou da contracultura, além dos voltados para ecologia, sexualidade, política, economia etc. A imprensa feminista insere-se nesse montante, e, segundo Elisabeth Cardoso (2004), essa imprensa foi composta por 75 periódicos, que podem ser divididos em duas gerações: a primeira (1974-1980) é caracterizada pela abordagem de temas gerais e sociais, assim como é voltada para a questão de classe; e a segunda geração (1981-1999), que tinha como foco um tema específico voltado para a questão de gêne-

ro, que coincidia com a agenda maior do movimento feminista. Conforme essa divisão proposta por Elisabeth Cardoso (2004), o jornal *Nós Mulheres* faria parte da primeira geração de jornais feministas, enquanto o jornal *Mulherio* e o boletim *Chanacomchana*[6] pertenceriam à segunda geração.[7]

---

6 As questões lésbicas são debatidas tanto sob a influência do feminismo quanto do movimento LGBTQIA+. Contudo, as pesquisas sobre o *Chanacomchana*, normalmente, não tomam em consideração essa dupla condição das questões lésbicas, e acabam categorizando o periódico ora como constituinte da imprensa feminista, como os trabalhos de Larissa Martins (2019) e de Elisabeth Cardoso (2004), ora como pertencente à imprensa *gay/lésbica*, como por exemplo, o de Flávia Péret (2011). No entanto, apesar de saber desse duplo pertencimento do boletim aos dois grupos, e em concordância com Julia Kumpera (2021, p. 93), preferimos enquadrar o boletim *Chanacomchana* na segunda categoria, devido ao público leitor — voltado para as lésbicas — e ao seu projeto editorial — que visava promover uma visibilidade social entre mulheres lésbicas e conectá-las ao criar uma voz pública para elas. Além disso, o próprio *Chanacomchana* ressalva, em sua edição de número 7, que era um "veículo de informação sobre a vivência lésbica e sobre feminismo", cuja perspectiva era a "de quebrar o muro de preconceitos que isola as mulheres homossexuais" (CHANACOMCHANA, nº 7, 1985, p. 1). Ou seja, apesar de tratar questões feministas, e o feminismo e a lesbianidade terem uma relação intima, por serem compostos por mulheres, *Chanacomchana* era um jornal lésbico, o que fica bem claro no seu editorial da edição 1, que enfatiza a ideia de uma publicação criada por mulheres lésbicas e voltado para mulheres lésbicas.

7 Raquel Klafke e Marcos Braga (2018) discordam de Cardoso (2004) sobre o enquadramento de *Mulherio* na segunda geração, pois o jornal não seguiu a estratégia de direcionamento de públicos, uma das principais características dessa geração, mas sim o de relacionar uma rede já existente de pesquisadoras e apresentá-la a outros atores, como o público em geral e militantes. Outra autora que discorda dessa classificação de Elisabeth Cardoso é Júlia Oliveira (2019), mas dessa vez levantando a questão de financiamento. Cardoso (2014) afirma que as publicações da segunda geração, ao contrário da primeira geração, seriam editadas a partir de ONGs, contando com o apoio financeiro de entidades internacionais ou locais, mas Júlia Oliveira (2019) nota que a imprensa brasileira pós 1980 não seguiu isso estritamente, recorrendo ao hibridismo das parcerias e do autofinanciamento.

O jornal feminista *Nós Mulheres* era organizado e publicado pela Associação das Mulheres, em São Paulo, formada por mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil (KUCINSKI, 2003). Tinha um enfoque voltado mais para as mulheres trabalhadoras e das camadas populares. Sem tiragem divulgada, era editado em formato de tabloide, produzido de forma artesanal, com periodicidade irregular, pois as publicações eram editadas de acordo com as condições financeiras e editoriais, por isso, era lançado às vezes bimestral, trimestral e até quinquenalmente. Sua primeira edição, em junho de 1976, foi financiada pela então atriz, produtora teatral e depois deputada estadual de São Paulo pelo PMDB, Maria Ruth dos Santos Escobar (Ruth Escobar). Posteriormente, suas outras sete edições foram financiadas pelas vendas em bancas de jornais — em São Paulo pela França Pinto e a partir do nº 3 também no Rio de Janeiro pela Fioravante Carelli — e assinaturas, que davam direito a seis edições. A última edição de *Nós mulheres* foi a de junho-julho de 1978. Com uma presença acadêmica forte, pois tinha "influência francesa das Ediciones des Femmes", o jornal *Nós mulheres* se preocupou em dar um panorama nacional dos temas relacionados à mulher, abordando matérias sobre aborto, mulheres na política, trabalho feminino, dupla jornada de trabalho, sexualidade (métodos contraceptivos) e necessidade de creches.

Já o jornal feminista *Mulherio* foi lançado em São Paulo em março de 1981 por um grupo de estudiosas das causas feministas da Fundação Carlos Chagas. Teve 42 edições[8] e durou até julho de 1988. O jornal teve incentivo da Fundação Ford até 1988.

8 Algumas pesquisas, por não contabilizarem as edições 0 ou as duas edições de quando o jornal foi publicado com o nome de *Nexo*, consideram que o jornal *Mulherio* só teve 39 edições, como é o caso da pesquisadora Mércia Caroline Sousa de Oliveira (2020), ou 40 edições, como é o caso da pesquisadora Yasmin Sayegh Al Kas (2016).

Conforme Viviane Freitas (2014), *Mulherio* teve três fases: a primeira (março/abril de 1981 a setembro/outubro de 83) com Fúlvia Rosemberg, pesquisadora responsável pelo projeto, e Adélia Borges como jornalista e editora, na qual o *Mulherio* teve 16 edições bimestrais e seus textos versavam, principalmente, sobre questões políticas diversificadas (discriminação das mulheres nas empresas, violência contra as mulheres, direito trabalhista etc.) (Viviane FREITAS, 2014, p. 160). Findado o apoio financeiro institucional da Fundação Carlos Chagas em 1983, *Mulherio* interrompe sua circulação. Após uma ausência de sete meses, a publicação voltou a ser editada.

A segunda fase (maio-junho/1984 a abril-maio/1988) é assumida pela jornalista Inês Castilho, que dá mais espaço para a publicação de anúncios e adota um intervalo maior entre as edições (trimestrais, semestrais), visando suprir os gastos com a publicação do jornal (Viviane FREITAS, 2014, p. 161). Essa segunda fase contou com 24 números, e além de assuntos políticos, segundo a autora, ganharam mais destaque os assuntos relacionados à cultura, como música, arte, cinema e literatura (Viviane FREITAS, 2014, p. 161). Em junho, a Fundação Ford deixa de financiar o jornal *Mulherio*, que passa a se chamar *Nexo, Feminismo e Cultura*, e adquire um caráter mais cultural do que político, perdendo força o enfoque feminista (Viviane FREITAS, 2014, p. 162). Após lançar somente dois números na terceira fase, o jornal continuou com a jornalista Inês Castilho na equipe, mas passou a ser editado por dois homens — o poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz — e encerrou suas atividades (Viviane FREITAS, 2014, p. 162).

Por fim, o boletim lésbico *ChanacomChana* foi lançado em São Paulo em janeiro de 1981 como um jornal lésbico-feminista — termo escolhido como resultado da conscientização política das lésbicas sobre sua dupla opressão que envolvia o gênero e a orientação sexual — em formato tabloide. Em dezembro de

1982, foi relançado como um boletim devido ao alto custo de produção. O boletim *ChanacomChana* teve 12 edições, sendo a última edição publicada em maio de 1987. Era produzido de forma artesanal (era mimeografado e depois xerocado), sendo editado e organizado pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF). *ChanacomChana* tinha tiragem média de 200 exemplares, publicados de forma irregular (tinha edições bimestrais, trimestrais, semestrais e até anual), e era vendido pelas próprias colaboradoras em congressos, festas, bares e boates. Apesar de sua circulação ser predominantemente em São Paulo, também podemos ver que circulava por outros estados através das cartas recebidas, que tinham endereços de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Minas Gerais etc. As principais temáticas tratadas nas páginas do boletim foram sobre maternidade lésbica; relação das lésbicas com suas famílias; lésbicas e trabalho; sexualidade lésbica e aborto.

Feminismo e lesbianidade nos jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio* e no boletim *Chanacomchana*

Por acreditar que a imprensa escrita alternativa foi um espaço privilegiado de construção, divulgação, interação e de exercício da militância, escolhemos dois jornais feministas (*Nós Mulheres* e *Mulherio*) e o boletim lésbico *ChanacomChana*, com o intento de identificar os diálogos e os embates entre os movimentos feminista e lésbico no final dos anos 1970 e início da década de 1980.

Acreditamos que uma primeira questão a ser pensada é sobre as vertentes feministas seguidas pelos jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio* e o boletim *Chanacomchana*. Para isso, chamamos à baila Juliana Tamião (2009, p. 60-61) que afirma ser possível observar nas três fontes analisadas por ela (*Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*) duas vertentes do feminismo: o feminismo da igualdade (ou "igualitarista"), que procurava "principalmente através da

legislação, estabelecer a igualdade entre os gêneros" e o feminismo da diferença (ou "diferencialista"), que valorizava a diferença entre homens e mulheres. Analisando grupos de reflexão de mulheres da segunda onda do feminismo, Joana Maria Pedro (2005) identificou as duas perspectivas — a igualitarista e a diferencialista — e aprofundou um pouco mais em sua descrição. Enquanto a primeira era composta por seguidoras de Simone de Beauvoir e procuravam, principalmente através da legislação, estabelecer "que as mulheres participassem em igualdade de condições com os homens na esfera pública", isto é, defendiam a igualdade econômica e de direitos entre os gêneros masculino e feminino, a perspectiva "diferencialista", cujas mulheres seguiam grupos franceses ligado a Luce Irigaray e Helène Cixous, "tinham uma perspectiva da diferença entre homens e mulheres tão cultural quanto as igualitaristas'". Preconizavam "a feminilização do mundo'" e que elas "deveriam recolocar sua diferença como de igual valor com a diferença dos homens" (Joana Maria PEDRO, 2005, p. 81-82).

Retornando às considerações de Juliana Tamião (2009, p. 58-59) sobre suas fontes, ela conclui que o feminismo "igualitarista" tinha uma linguagem dogmática e era expresso principalmente nos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, pois entendiam a emancipação feminina como forma única, sem separá-la da emancipação humana, o que acabava por direcionar a forma de abordagem sobre os demais assuntos debatidos em suas pautas, dando ênfase, por exemplo, às matérias que diziam respeito ao trabalho feminino. Por sua vez, para a referida autora, o jornal *Mulherio*, que tinha uma linguagem que partia de experiências femininas, era constituído tanto pela perspectiva "igualitarista" quanto "diferencialista",[9] já que diferenciava a luta por direitos

9 Maria Januário (2018, p. 50-51) discorda de Juliana Tamião (2009), afirmando que o jornal *Mulherio* tinha como base o feminismo de igualdade, cuja essência é o entendimento de que existem diferenças entre homens e mulheres, tal

iguais das demais contestações em formas de reivindicações (Juliana TAMIÃO, 2009, p. 65). Ou seja, quando articula com a legislação, tanto o *Mulherio* quanto os jornais *Brasil Mulher* e *N s Mulheres* procuravam a igualdade de direitos entre homens e mulheres. E quando pensava a visão do feminismo como crítica social, adotava o feminismo das diferencialistas, passando a valorizar a diferença entre homens e mulheres (Juliana TAMIÃO, 2009, p. 65). Ao analisarmos os artigos produzidos pelas militantes do GALF, acreditamos que o boletim *Chanacomchana* seja constituído pela perspectiva feminista "diferencialista", por ressaltar a necessidade de as mulheres proclamarem sua diferença (das mulheres heterossexuais e dos homens gays) e a independência quanto ao gênero masculino.

Outra questão a ser pensada é sobre as temáticas da agenda feminista nesses periódicos. Estudos como o de Viviane Freitas (2014) são importantes e devem ser feitos com mais frequência para ter um dimensionamento mais geral do que tratavam os jornais. Mas, pela limitação de escrita, não o faremos neste estudo, deixando isso para trabalhos posteriores. No caso da autora, dos 54.500 textos presentes no jornal *Mulherio*, ela selecionou 1.695 para observar a inserção de quatro temáticas da agenda feminista: família (divisão sexual do trabalho doméstico), violência contra mulheres (violência doméstica, estupros e assassinatos), direitos reprodutivos e aborto. Referentes ao aborto, a autora encontrou 56 inserções; sobre os direitos reprodutivos foram 142; sobre família, 226 inserções, e, sobre violência, 121 registros (Viviane FREITAS, 2014, p. 163-165).

De maneira geral, observa-se que o debate por mais creches, por exemplo, esteve presente nos três jornais analisados, tendo

---

como as biológicas, e que essas diferenças demandam diferentes direitos em alguns momentos. Mas isso não justifica qualquer tipo de desigualdade existente em nossa sociedade, e, a partir disso, exige-se tratamento igualitário para todas as pessoas.

sido mais abordado nos jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio*, e era de suma importância para as feministas. Segundo Juliana Tamião (2009, p. 47), estava ligado diretamente à possibilidade de a mulher, mãe, fazer parte do mercado de trabalho e conseguir sua autonomia financeira.

A defesa sobre anticoncepcionais também esteve presente nos três. No artigo "Sexo: pecado para as mulheres", publicado por *Nós Mulheres* em seu nº 6, ago./set. 1977, possibilita refletir sobre a sexualidade como uma forma de prazer para a mulher e para o homem. Já o seu artigo "Pílulas quem pediu?", publicado na edição 8, de junho/julho de 1978, *Nós Mulheres* problematiza o uso do anticoncepcional, o que leva a pensar na dissociação entre sexo e procriação e na maior autonomia adquirida pela mulher em relação ao seu corpo ao poder escolher ou não a hora que irá querer ser mãe.

Outro ponto a ser destacado é que a editoria feminista é clara nos três jornais. *Mulherio* e *Chanacomchana*, por exemplo, se preocupavam em divulgar e enaltecer os trabalhos de mulheres e reforçar as reivindicações do movimento, divulgando congressos, exposições, pesquisas acadêmicas e endereços de coletivos feministas. Todavia, mesmo não perdendo o teor feminista e a linguagem de esquerda, os três periódicos (*Nós Mulheres*, *Mulherio* e *Chanacomchana*) possuem diferenças estruturais entre si. Um exemplo seria a questão do direcionamento do público-alvo. Enquanto os dois jornais eram direcionados para mulheres heterossexuais, o boletim *Chanacomchana* era voltado para as mulheres lésbicas. Resultado desse posicionamento heterocentrado, temos, em geral, pautas nos jornais que criticam a dupla jornada feminina, planejamento familiar e o ser feminino ligado ao lar e à maternidade. Defendem a propriedade e autonomia do corpo feminino, o aborto, mas com uma definição identitária calcada na mulher heterossexual. Entretanto, não falam de lesbianidade, como o jornal *Nós Mulheres*, ou fala

muito pouco, como é o caso do jornal *Mulherio*. Esse apagamento das lésbicas nos jornais feministas nos leva a questionar se elas não eram vistas como mulheres pelas feministas, o que remete a uma crítica realizada através de uma tirinha de Miriam Martinho, publicada na edição nº 2 do boletim *Chanacomchana*. Na tira, três mulheres lésbicas vão denunciar discriminação no emprego, em casa e na escola num posto de denúncias sobre discriminações vivenciadas no cotidiano feminino, cuja atendente solicita que as três voltem no dia seguinte — pois, naquele período, só eram atendidas mulheres. Assim, em consonância com Júlia Oliveira (2017, p. 84) é que acreditamos que essa tira faz uma crítica direta ao feminismo mais amplo que, ao tratar da mulher de forma universal, não se debruçava sobre outras assimetrias presente no dia a dia feminino. A arte acaba por questionar o que é compreendido como "mulher", bem como questiona se a crítica à violência feita pelas feministas era válida somente para as mulheres heterossexuais.

Ainda sobre o boletim *Chanacomchana*, podemos observar nele o que era ser *lésbica*, *ser mulher* ou *feminista* naquele período. Debora Ribeiro (2021, p. 62) aponta que a lesbianidade, por exemplo, era tratada de uma forma positiva e natural (uma experiência humana de amor ou sexo entre mulheres)[10] e como uma posição política de confronto às normas patriarcais que oprimem a todas as mulheres. Debora Ribeiro (2021, p. 64), conclui que o boletim não dissocia o ser lésbica, do ser mulher e ser feminista, destacando que os questionamentos à estrutura das sexualidades foram buscados em teorias feministas.

Chanacomchana e o movimento feminista terão ao longo da existência do jornal uma relação ambígua, de aproximações e distanciamentos. Míriam Martinho, na edição 12 do boletim,

10 No texto "Lésbicas: o difícil direito de ser mãe", de Rosely Roth, publicado na edição 6, de 1895, é mostrado como o fato do ser lésbica não anula a possibilidade do ser mãe.

com o texto "Feminismo e Lesbianismo: Qual a relação?", partindo do pressuposto de que as lésbicas não são menos mulheres do que as heterossexuais e de que o feminismo "não tem patente", portanto não é "propriedade exclusiva de nenhum grupo específico de mulheres", disserta sobre cinco lutas em comum aos movimentos lésbico e feminista: o acesso à instrução para diminuir a segregação ocupacional entre homens e mulheres; a equiparação salarial; o combate à violência contra a mulher; a necessidade de criação de creches para mães trabalhadoras, e a criação de centros de saúde para as mulheres (CHANACOMCHANA, nº 12, 1987, p. 1-4). Por fim, destaca que, mesmo que algumas bandeiras feministas, como a do aborto, do planejamento familiar, do espancamento de mulheres nos casamentos não estivessem diretamente ligadas às vivências lésbicas, elas sempre teriam alguma interferência em suas vidas, visto que a mudança da situação das mulheres, em nossa sociedade, não se daria em separado para lésbicas e heterossexuais, mas sim de maneira conjunta (CHANACOMCHANA, nº 12, 1987, p. 4).

Ou seja, Miriam defende a ideia do movimento de mulheres lésbicas e do movimento feminista como campos de troca mútua, pois apresentam lutas que são independentes da sexualidade, assim como também defende autonomia do movimento lésbico em relação ao movimento feminista (e também do movimento gay). De acordo com Debora Ribeiro (2021, p. 69), apesar das divergências com o movimento feminista, em toda a sua existência, o boletim não se afasta dos ideais feministas em si, mas se diferencia do movimento feminista e procura se organizar num espaço autônomo que levasse em consideração as especificidades lésbicas.

Considerações finais

Quando se pensa em feministas, pensa-se na sujeita "mulher". Todavia, a categoria "mulher" vem sendo cada vez mais questionada na literatura acadêmica, que tem chamado a atenção para a integração de sujeitas mulheres (travestis, transexuais) que muitas das vezes não são consideradas como sua componente. É importante destacar que não buscamos definir aqui o que seja "mulher", mas vale refletir que tal categoria não diz respeito somente à gênero ou sexo, pois ela é atravessada por outras categorias/eixos de poder, como a raça/etnia, classe, sexualidade etc. E é por isso que defendemos a busca por compreender as relações feministas entre lésbicas e mulheres heterossexuais. É bom lembrar que se a história das mulheres foi apagada através de uma "política de esquecimento" e de "silenciamento" em diversos períodos históricos e sociedades, que só começou a ter visibilidade com o feminismo e com a História das Mulheres (Tania NAVARRO-SWAIN, 2004; Larissa MARTINS, 2019), refletir sobre a história das mulheres lésbicas é de máxima importância. É, também, um reparo histórico para com este grupo. Tania Navarro-Swain (2004, p. 13), por exemplo, fez um importante questionamento: "se as mulheres começaram a surgir na História a partir do feminismo, onde se escondem as lésbicas, em que nichos de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las?". É uma questão bastante forte, pois se para as mulheres heterossexuais e cisgênero era difícil serem consideradas sujeitas históricas, para as mulheres lésbicas então era quase impossível, ainda mais que começam a ganhar visibilidade no momento da ditadura militar, reconhecido por seu conservadorismo, desafiando a moral de uma sociedade machista e heteronormativa. Por outro lado, as múltiplas organizações (feministas, lésbicas, gays, entre outras) desempenharam um papel chave no processo de redemocratização, ampliando a possibilidade de que

novos sujeitos — e sujeitas — se fizessem mais presentes no cenário político brasileiro.

Larissa Martins (2019, p. 116-117), citando Adrienne Rich (2010), Monique Wittig (2006), Jules Falquet (2012), Ochy Curriel (2013) e Irina Bacci (2016), constatou que a história da lesbianidade é uma história clandestina, ignorada e marcada por invisibilidades resultantes de um sistema político denominado "heterossexualidade compulsória/obrigatória", que retira o poder das mulheres heterossexuais e lésbicas, dominando e subalternizando seus corpos, e colocando-as umas contra as outras. Larissa Martins (2019, p. 117-119) considera que a heterossexualidade compulsória seja o principal fator que separa as feministas lésbicas e heterossexuais, uma vez que tende a classificar as feministas como lésbicas ou "anti-homem", criando conflitos construídos através de narrativas, ideologias e culturas heteronormativas, que só servem para continuar assegurando a soberania do homem e uma sociedade patriarcal, o que acaba dificultando a união entre mulheres, seja ela afetiva/sexualmente ou enquanto um movimento de luta. E assim terminamos por aqui, acreditando e defendendo a autonomia dos grupos, o reconhecimento de suas histórias, e uma luta conjunta entre eles, visando o fim de todos os preconceitos e discriminações.

Geovane Batista da Costa é doutorando em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Natalia Pietra Méndez é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Referências

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero:* feminismo e a subversão da identidade. 9 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência*: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil — 1979-2001. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Rev. Estud. Fem.*, dez. 2004, v. 12, número especial, p. 37-55.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: ARRUDA, Angela *et al. Pensamento feminista brasileiro*: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

FALQUET, Jules. *Breve resenha de ALGUMAS TEORIAS LÉSBICAS*. Fem-e-libros México, 2004.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de crítica feminista*, Recife, ano VI, n. 5, dez. 2012. Disponível em: https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterosexualidade.pdf. Acesso em 17/12/2021.

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. *história, histórias*. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, p. 149-166.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Tradução Bhuvi Libanio. 13 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

JANUÁRIO, Maria Júlia Castro. *Inês Castilho e Mulherio*: um estudo sobre pautas feministas como forma de resistência à ditadura civil-militar. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

KAS, Yasmin Sayegh Al. *Imprensa feminista, jornal Mulherio (1981-1988) e a defesa do direito ao aborto no Brasil*. Monografia (História), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KLAFKE, Raquel; BRAGA, Marcos da Costa. Mulherio: estudo de caso de publicação da imprensa feminista brasileira nos anos 1980. *Projética*, Londrina, v. 9, n. 2, supl., p. 237-254, nov. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 2003.

LEMOS, Ana Carla da Silva. *Trajetória do movimento de lésbicas brasileiro: diálogos de saberes, entraves e construção política. Anais XI Colóquio Nacional Representações de gênero e Sexualidades (XI CONAGES)*. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10876. Acesso em 4 fev. 2022.

MARTINS, Larissa P. Uma análise Lésbica-Feminista sobre a Heterossexualidade Compulsória. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, vol. 2, n. 4, out./dez., 2019, p. 115-120.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NAVARRO-SWAIN, Tania. O que é lesbianismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: *Mulherio* e *ChanacomChana* (1981-1985). *Domínios da Imagem*. Londrina, v. 11, n. 21, p. 67-92, jul./dez. 2017.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. *Militância ou Profissionalização de Gênero?* Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Mércia Caroline Sousa de. *O feminismo acadêmico do jornal Mulherio na construção de uma memória contra o androcentrismo*. Dissertação (Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História,* vol. 24, n. 1, Franca, p. 77-98,

2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvX-s9X4P3fR4rtr/?formatpdflangpt. Acesso em 28 de março de 2022.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil***.** São Paulo: Publifolha, 2011.

RIBEIRO, Debora Martins. *Mulheres de verdade:* os boletins "*Chana-comChana*" e a construção da identidade lésbica-feminista na ditadura civil-Militar brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *labrys, études féministes/ estudos feministas*, julho/dezembro 2011-janeiro /junho 2012, p. 1-41.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, N s Mulheres e Mulherio (1975-1988).* Mestrado (História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009.

“Todos são iguais perante a lei...”? Lésbicas Feministas e os debates sobre a Constituinte (1985-1988)

Camila Diane Silva
UFSC

Introdução

Neste capítulo, analiso os debates do movimento de lésbicas feministas sobre a construção da Constituição de 1988 no período de redemocratização. Por meio da análise dos discursos presentes nas páginas dos boletins *Chanacomchana*, *Um Outro Olhar* e do jornal feminista *Mulherio*, durante os anos de 1985 a 1988, é possível identificar as relações entre os movimentos de lésbicas feministas, feministas e homossexuais, suas especificidades, assim como suas alianças nos debates sobre a constituinte. Estes debates contribuíram para a circulação de novos sentidos sobre a democracia no Brasil.

O capítulo está organizado em três seções. Na primeira seção, apresento o movimento de lésbicas feministas que se constituiu no final dos anos 1970 na cidade de São Paulo. As militantes do Grupo de Ações Lésbico Feminista (GALF) foram as responsáveis pelas publicações do jornal e boletins *Chanacomchana* (1981-1987). Nesses boletins emergiram debates sobre redemocratização, os sentidos de democracia e cidadania, bem como a participação das mulheres lésbicas no processo. Na segunda seção, analiso os discursos presentes nas publicações *Chanacomchana*, *Um Outro Olhar* e *Mulherio*, sobre os processos de redemocratização e a construção de uma nova Constituição. Assim como procuro analisar as articulações das militantes lésbicas feministas com outros grupos feministas e homossexuais. Na terceira seção, analiso como as reivindicações dos movimentos sociais reverberaram na Assembleia Nacional Constituinte, na construção da nova Constituição e na circulação de novos sentidos sobre a democracia no Brasil.

O Movimento de Lésbicas Feministas

Na segunda metade dos anos 1970, emergem uma série de movimentos sociais, unidos estrategicamente pela luta em comum que era o fim da ditadura e a reconstrução da democracia, mas que tinham suas especificidades de lutas e reivindicações. O estado ditatorial foi marcado pelo discurso moralizante, conservador, classista, racista, machista e LGBTfóbico que se refletia nas violações de direitos humanos de pessoas marginalizadas por sua classe, gênero, raça e/ou sexualidade. A emergência desses movimentos sociais foi um grito de resistência e a possibilidade de denúncia das violações cometidas pelo estado.

Para Michel Foucault, "lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder" (FOUCAULT,

1988, p. 105). Dessa forma, as relações de poder do Estado encontraram resistências com a emergência de diferentes movimentos sociais e publicações alternativas. E é num campo de tensões, marcado por repressões e resistências, que surgem as primeiras organizações lésbicas no Brasil.

De acordo com a bibliografia sobre a temática (LESSA, 2007; FERNANDES, 2014; 2018) a primeira organização lésbica brasileira, Grupo Lésbico Feminista (LF), se constituiu como uma facção do primeiro grupo homossexual brasileiro (Grupo Somos), em 1979 na cidade de São Paulo. Participar do Grupo Somos não implicava apenas encontrar um espaço de acolhimento, mas também um espaço estratégico de trabalho e luta. Logo que chegam ao Grupo Somos, as mulheres do grupo assumiram uma importante ação política que foi desenvolver uma matéria para o jornal *Lampião da Esquina*.[1] Em maio de 1979 chegou às bancas a edição de número 12 do jornal, com a matéria de capa "Amor entre Mulheres". Esta é a primeira aparição pública das mulheres lésbicas do Somos, ou seja, "a emergência do movimento de lésbicas no Brasil acontece, portanto, entremeada com a escrita" (AGUIAR, 2017, p. 30).

Após esta ação, as mulheres do grupo organizam o LF, um subgrupo dentro do Somos. O LF passou a se posicionar como um subgrupo feminista dentro do Somos, chamando a atenção para as especificidades relacionadas às lésbicas, que muitas vezes não eram contempladas no grupo. O Somos não estava isento de machismo. Assim como as mulheres dentro das organizações de esquerda tiveram que lidar com machismos e violências (WOLFF, 2010), as mulheres lésbicas dentro dos movimentos homossexuais também tiveram que lidar com o machismo de

1 O jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), foi uma publicação com temática homossexual que tinha como objetivo dialogar com as demais minorias. Teve um alcance expressivo, circulando em diferentes regiões do Brasil.

seus colegas de movimento. Nesse sentido, houve a aproximação entre as mulheres lésbicas do Somos com o movimento feminista. Ainda em 1979, o LF participou das reuniões de organização do II Congresso da Mulher Paulista, que aconteceu no dia 8 de março de 1980.

Para as militantes do LF, foi na aproximação com o feminismo que conseguiram dialogar com certas questões que o movimento homossexual não contemplava, porém dentro do feminismo também encontraram certas resistências. Em entrevista para o projeto "Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)",[2] a historiadora e militante lésbica feminista Marisa Fernandes destaca: "[...] dentro do Somos foi muito difícil ser feminista. Dentro do movimento feminista foi muito difícil ser lésbica" (FERNANDES, 2018, p. 15).

Contudo, embora existissem tensões entre os grupos e nos eventos organizados, todas essas mulheres tinham pontos em comum que as uniam estrategicamente na organização de congressos, manifestações, entre outras ações. Foi no feminismo que as militantes lésbicas encontraram suporte para dialogar com questões específicas relacionadas às lésbicas. E foi através do feminismo que outras mulheres lésbicas puderam encontrar redes de sociabilidade e militância.

Destaca-se o papel fundamental que o LF teve ao acionar o feminismo como sua bandeira de luta e inserir a questão lésbica como uma questão feminista. O feminismo passou a ser uma questão indispensável para as lésbicas do Somos que pertenciam ao LF, fato que contribuiu para que estas rompessem e

2 A entrevista foi realizada por mim no ano de 2018 para o projeto. O projeto foi coordenado pela professora Dr Cristina Scheibe Wolff e financiado pela CAPES. Para mais informações sobre o projeto e os resultados disponível em: http://www.legh.cfh.ufsc.br/projetos/projeto-mulheres-de-luta/. Acesso em: 30/04/2022.

constituíssem uma organização independente chamada Grupo de Ações Lésbicas Feministas (GALF). O GALF teve um importante papel ao longo dos anos 1980, atuando na organização e participação de eventos, publicações, manifestações públicas, aparições em programas de televisão, entre outras formas de atuações. Além de ser responsável pela criação e publicação do jornal e boletins *Chanacomchana* (1981 até 1987). O jornal *Chanacomchana* teve uma única edição, publicada em 1981; já os boletins tiveram 12 edições, publicadas de 1982 a 1987.

Os boletins eram compostos por textos, manifestos, quadrinhos, charges e colagens de diferentes imagens selecionadas pelas editoras, com destaque para Miriam Martinho e Rosely Roth. Foram abordados diferentes temas, como as censuras, perseguições, repressões e violências contra homossexuais no período da ditadura e redemocratização; críticas ao apagamento das questões lésbicas; debates envolvendo temas como 8 de março, aborto, trabalho, maternidade, família e sexualidade. Além de ser um espaço para sociabilidades, considerando a existência da seção cartas.

Ao analisar os boletins, é possível identificar a ampla divulgação da caixa postal do GALF e os planos de assinatura. É perceptível o crescente número de assinaturas e o alcance do boletim através da seção cartas, em que leitoras de diversas regiões do Brasil e do mundo enviaram suas correspondências. Estas vinham desde capitais até pequenas cidades do interior do Brasil. Tal alcance se tornou mais expressivo após a participação do GALF no Programa da Hebe.

No dia 24 de maio de 1985, a militante do GALF Rosely Roth participou do Programa da Hebe, exibido pela TV Bandeirantes.[3] No programa, ela falou sobre o movimento, divulgou o

3 A gravação do programa foi editada e disponibilizada por Miriam Martinho — uma das militantes fundadoras do LF, da GALF, do Jornal e Boletins Chanacomchana, no canal do *YouTube* "Um Outro Olhar". Disponível em: https://

boletim *Chanacomchana* e mais de uma vez divulgou a caixa postal do GALF. A presença de Rosely na Hebe contribuiu para a divulgação e ampliação da rede de contatos do GALF com outras regiões do Brasil. Assim como despertou a atenção da censura, que mesmo no período de redemocratização continuava ativa.

A matéria de 29 de maio de 1985 da *Folha de São Paulo*, intitulada "Censura ameaça Hebe Camargo", chamava atenção para que, se a Rede Bandeirantes não tomasse enérgicas providências, o programa de Hebe deveria voltar a ser gravado, e não exibido ao vivo. Isso porque o documento do serviço de censura federal em São Paulo com assinatura do chefe Dráusio Dornelles Coelho acusava o programa de impróprio. Segundo a matéria da *Folha de São Paulo*, Hebe foi:

> acusada de transformar seu programa — o "Hebe" — em "tribuna de aliciamento, indução e apologia do homossexualismo". Por quê? No programa de sexta-feira, foi discutida a questão do homossexualismo feminino, tema ao que parece ainda proibido na TV (FOLHA DE SÃO PAULO, maio, 1985, p. 37).

Mesmo no período de redemocratização, a censura continuava ativa e certos temas, como a homossexualidade, ainda eram motivo para censura e justificativa para violações de direitos. Sobre o episódio, as militantes do GALF se manifestaram na edição 8 do *Chanacomchana*:

> A "Nova República" mostrando suas garras. [...]. É provável que, se só tivesse havido visões contra a questão,

www.youtube.com/watch?vJqDzZJfJSbEab_channelUmOutroOlhar. Acesso em 02/05/2022.

> nenhum ofício de advertência teria sido feito a apresentadora. Será esta a democracia da Nova República? A democracia que só serve para os que pensam igual aos que estão no poder (CHANACOMCHANA, 1985, p. 10).

Embora existissem avanços durante o período de redemocratização, a ditadura era um espectro que rondava. Ainda existiam representantes da política ditatorial que permaneceram no poder, assim como o posicionamento conservador, a moral em relação à sexualidade e as práticas de repressão e censura continuavam. Os discursos progressistas relacionados à "Nova República" contrastavam com as permanências de posicionamentos e práticas conservadoras, muitas delas sustentadas pela constituição vigente. Nesse contexto contraditório emergiam os debates sobre a construção de uma nova Constituição que representasse os ideais democráticos defendidos pelos diferentes movimentos sociais que atuaram na luta pela abertura. As militantes do GALF enxergaram no debate a possibilidade de luta pela visibilidade das mulheres lésbicas e pela garantia de seus direitos.

Articulações das lésbicas feministas na constituinte

A partir de 1985, discursos sobre o direito à democracia e à construção da nova Constituição passaram a emergir nas páginas dos boletins *Chanacomchana*. Para Michel Foucault, a emergência de discursos é o resultado de disputas (FOUCAULT, 1996). Os anos 1980 são um período de transição, marcado por uma série de disputas. Como resultado dessas disputas, alguns discursos e práticas emergiram enquanto outros imergiram. Para a historiadora Letícia Bicalho Canêdo:

> A volta à democracia, culminaria com a mobilização em favor das eleições diretas — a maior campanha popular da história brasileira, considerando o número de pessoas mobilizadas nas ruas das capitais e das demais cidades importantes —, criou um ambiente de otimismo no conjunto do país, sustentado pela crença na força da instituição eleitoral como expressão do poder popular. O otimismo prosseguiu nas eleições de 1986, convocadas para formar a Assembleia Nacional Constituinte. (CANÊDO, 2016, p. 541).

Apesar de as militantes do GALF defenderem a ideia de que a verdadeira transformação estaria no movimento social e que a instituição eleitoral não representava a democracia para todas/os, o período de redemocratização, a proximidade de eleições e a construção de uma nova Constituição representavam esperança. As militantes do GALF aproveitaram o momento de transformações para projetar seus discursos e reivindicações. Rosely Roth, militante do GALF, se dedicou à pesquisa e produção de artigos para os boletins que problematizavam as leis e Constituições existentes, assim como propunha questões para a elaboração da nova Constituição.

Na seção "Informes" da edição 8 do *Chanacomchana*, publicada em agosto de 1985, Rosely escreveu o texto intitulado "Vitória do Movimento Homossexual". Nesse texto, a autora fazia referência à luta do movimento homossexual, com destaque para o Grupo Gay da Bahia e do ativista do Triângulo Rosa, João Antônio Mascarenhas, na luta contra a aplicação do código 302.0 da classificação internacional de doenças, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), que considerava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu aos pedidos do movimento homossexual e a homossexualidade deixou de ser considerada desvio. Inspirada na conquista do

movimento, Rosely propunha a continuidade da luta, antecipando as discussões em relação à constituinte. "Depois desta vitória, que tal trabalharmos por uma lei contra a discriminação devido a orientação sexual que faça parte da nossa própria constituição?" (CHANACOMCHANA, 1985, p.17).

O clima de abertura política inspirava e fortalecia os movimentos sociais na articulação de suas lutas e elaboração de projetos concretos que representassem a garantia de seus direitos. A conquista do movimento homossexual indicava que era possível avançar o debate. Na referida edição, Rosely apenas lançou o convite para as leitoras, mas nas edições seguintes seguiu com o debate sobre a construção da nova Constituição.

Na edição 9, de dezembro de 1985 a fevereiro de 1986, "Constituição" foi uma das matérias de destaque da capa. No texto "A homossexualidade na Constituição", Rosely provocava ao questionar se as/os leitoras/res gostariam de participar de forma passiva ou ativa na construção da Constituição. Demonstrava insatisfação ao informar que apenas integrantes de partidos políticos poderiam se candidatar a uma vaga na Assembleia Constituinte, e que muitos políticos e partidos representavam a continuidade da política do regime militar. Defendia a proposta de que os diferentes movimentos sociais pudessem enviar seus representantes para que o processo fosse democrático. Mas, como esta proposta não era algo possível, a defesa das lésbicas feministas era de que suas pautas deveriam ser levadas para políticos que pudessem interceder e representar tais ideias na elaboração do novo conjunto de leis.

Com a proximidade das eleições e da Assembleia Constituinte, as militantes do GALF se posicionavam na defesa de uma pauta concreta e chamavam atenção para a escolha dos candidatos e suas pautas:

> [...] é o momento de agirmos na luta de propostas concretas de inserção de um item na Constituição de 87 contra a discriminação à homossexualidade. [...] podemos só votar nos candidatos que levarem a nossa proposta, entre outras de conteúdos mais libertário. A hora é de, em grupo ou de forma individual, procuramos formular propostas. [...]. A Constituição pode ser um instrumento a ser utilizado contra as discriminações que sofremos em todos os lugares. (CHANACOMCHANA, 1985, p. 19).

Diante da impossibilidade de os movimentos sociais participarem da Assembleia Constituinte e da dependência de políticos pertencentes a partidos políticos para a elaboração e aprovação das leis, a solução encontrada foi a defesa de pautas concretas, articulação entre os movimentos sociais e a apresentação das propostas a candidatos/as aliados/as que pudessem representar as reivindicações. Votar somente em candidatas/os que representassem os direitos das minorias era uma estratégia.

Mas como ampliar o debate para o público, tendo em vista que temas relacionados à política e às leis são complexos e de difícil compreensão? Em uma função pedagógica, os textos publicados das edições do *Chanacomchana,* além de chamarem atenção para o posicionamento do movimento, passaram a trazer informações sobre a história das Constituições, a homossexualidade nas leis, apresentar candidatas/os e suas pautas.

A edição 10, de junho a setembro de 1986, trazia como um dos destaques de capa a matéria "A homossexualidade nas leis". A matéria, assinada por Rosely, indicava que nenhuma lei fazia referência à homossexualidade, seja criminalizando ou defendendo. No entanto, chamava atenção para como as leis existentes, apesar de não defenderem homossexuais, poderiam atuar na punição e criminalização da homossexualidade. Além de

existirem leis extremamente machistas que afetavam diretamente a vida de todas as mulheres.

Um dos artigos do Código Penal Brasileiro de 1940, vigente naquele período e problematizado por Rosely era o "219 - raptar mulher honesta mediante violência, grave ameaça ou fraude para fim libidinoso". Primeiramente, a redação problemática indicava que somente as "mulheres honestas" seriam protegidas pela lei, fato que levava Rosely a questionar: "Uma mulher lésbica, hoje, seria considerada uma mulher honesta pelo Código Penal?" (CHANACOMCHANA, 1986, p. 10). Outro ponto levantado pela autora era de que o artigo poderia ser utilizado para acusar mulheres lésbicas de rapto. Contraditoriamente, o mesmo artigo, que não assegurava totalmente o direito de proteção às mulheres lésbicas, era utilizado contra elas em diferentes situações para acusá-las de rapto. As denúncias poderiam vir até mesmo das próprias famílias insatisfeitas com os relacionamentos.

Sobre as repressões sofridas dentro do núcleo familiar, Marisa Fernandes, em entrevista para o projeto "Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)", relembra como seus pais descobriram seu relacionamento afetivo com uma colega de escola na adolescência, no início dos anos 1970:

> [...] Então no momento em que eu e ela descobrimos o amor uma pela outra, a paixão, a vila inteira, o bairro inteiro descobriu, e de sobra a família toda também descobriu, e aí começaram as repressões. As inúmeras repressões. As primeiras até que eram suaves, né? "Não pode se ver mais!". "Estão proibidas!". Só existia telefone, então todas as tardes, às 3 horas, ela me ligava. "Não vai atender telefone mais! Está proibida de falar no telefone". Mas a coisa foi piorando, né? Então a violência foi ficando um pouco mais forte e cotidianamente eu ouvia "você quer ser o que você é dessa porta para fora!". [...]. Aí minha mãe me levou presa na delegacia de Santo André,

> pro delegado me prender. [...]. Olha que escândalo. Chegar naquela data, 1971, dentro de uma delegacia, na cidade de Santo André, e falar que sua filha é lésbica e que ela namora uma outra, e que ainda é menor de idade e que você vai levar. O delegado só queria saber do assunto "lésbica", ele não queria saber se a menina era de menor, ele só queria saber isso (FERNANDES, 2018, p. 7-8).

A família, em muitos casos, atuava como a extensão do Estado repressor. Essa prática foi uma das continuidades após o fim da ditadura. Dentro dos núcleos familiares acontecem repressões materializadas de diversas formas, como proibições, perseguições, violências físicas e psicológicas, ou ainda a delação para as demais instituições repressoras. No exemplo de Marisa, sua mãe teria exposto sua sexualidade em uma delegacia no início dos anos 1970, no auge do sistema repressor. Chama atenção que, apesar de ela ter exposto a sexualidade da filha, a informação veio acompanhada de que ela namorava outra mulher que seria menor de idade. Seria a tentativa de enquadrar, de alguma forma, um crime previsto em lei para que existisse punição? Ou, ainda, a tentativa de que as forças policiais restabelecessem a norma?

No caso de Marisa, ela foi liberada pelo delegado, que não considerou a situação como crime, e com o tempo a entrevistada construiu relações de respeito e harmonia com sua família. No entanto, as leis vigentes naquele contexto poderiam ser utilizadas para separar casais, corrigir a sexualidade e restabelecer a norma. Quando Rosely Roth chamava a atenção para os perigos de algumas leis, considerava a possibilidade de estas serem utilizadas para criminalizar homossexuais, seus relacionamentos e práticas.

O artigo 233 — "praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público", também era considerado como

perigoso para os homossexuais, tendo em vista que "[...] A noção de ato obsceno é muito subjetiva. Andar de mãos dadas, dar um beijo na boca podem ser considerados atos obscenos quando feito por dois homens ou duas mulheres". (CHANACOMCHANA, 1986, p. 11). O afeto entre homens e mulheres em público poderia ser motivo para acionar estrategicamente o artigo 233 e criminalizar a homossexualidade.

Considerando a ausência de proteção perante a lei para os crimes de ódio e da garantia de direitos básicos, como a questão do direito ao casamento e adoção que naquele momento já era uma reivindicação para alguns/as, e que as leis existentes poderiam ser acionadas para criminalizar as sexualidades desviantes, a construção de uma nova Constituição era essencial.

A defesa das militantes do GALF era que o momento da construção da nova Constituição deveria ser utilizado pelas minorias de forma estratégica. Defendiam a articulação entre os movimentos e a constituição de alianças. Na edição 10 do *Chanacomchana* declararam a aliança com grupos homossexuais e a defesa de uma pauta alinhada:

> O grupo Gay da Bahia, o Triangulo Rosa do RJ e nós, do grupo Ação Lésbica Feminista, defendemos a inserção, no parágrafo primeiro do artigo 153 da atual Constituição Federal, da expressão "contra a discriminação por preferência ou orientação sexual". [...]. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso, convicções políticas e de preferência sexual. Qualquer infração ao contido neste parágrafo será punido pela lei. (CHANACOMCHANA, 1986, p. 12).

A proposta era a inserção de "preferência sexual" no artigo 153. Sublinha-se que nas edições seguintes do *Chanacomchana*, é possível identificar que existiam disputas em relação a inser-

ção do termo "preferência sexual" ou "orientação sexual". Nas primeiras propostas aparece como "preferência sexual", em outras como "preferência/orientação sexual", e nas versões finais adotam o texto "orientação sexual". Essas mudanças indicam as disputas e divergências dentro do movimento e as transformações no debate político e identitário. Embora existissem disputas sobre os termos adotados, existia o desejo em comum em relação a inserção de texto que garantisse a existência dos homossexuais perante a lei.

As militantes do GALF tinham outras reivindicações, que tratavam das especificidades relacionadas à mulher e à mulher lésbica. Assim como, seus textos indicam a defesa de que pautas relacionadas a minorias, como operários, camponeses, estudantes, negros, deficientes físicos e índios, e o combate ao capitalismo precisavam estar presentes na constituinte para a construção de uma sociedade democrática. Mas acreditavam que muitas de suas reivindicações não seriam atendidas naquele contexto. Dessa forma, a defesa pela inserção no parágrafo 153 seria estratégica. Uma vez que este direito estivesse garantido por lei, outras garantias poderiam ser alcançadas:

> [...] podemos por meio de leis pressionar, por exemplo, certos empregadores que demitem ou não aceitam determinadas pessoas pelo fato de serem homossexuais. Com uma lei a nosso favor, muitas mulheres poderão ficar mais tranquilas quanto à custódia dos seus filhos. [...] garantir o direito de manifestarmos livremente os nossos estilos eróticos-afetivos de vida. (CHANACOMCHANA, 1986, p. 13).

O texto indica as proximidades com as pautas do movimento homossexual, mas também questões específicas relacionadas à mulher lésbica, como o direito a custódia dos filhos, que

se aproximavam das pautas do movimento feminista. As militantes do GALF construíram alianças com o movimento homossexual e feminista, e cobraram desses movimentos a reciprocidade nas alianças.

Na edição 26, de setembro a novembro de 1986, do *Mulherio*,[4] que trazia na capa o destaque para a matéria "Constituinte: viva a diferença!", contava com um texto enviado pela militante do GALF Rosely Roth. O *Mulherio*, assim como demais publicações da imprensa feminista do período, registrou debates relacionados à constituinte e auxiliou na construção de pautas coletivas, considerando a pluralidade do movimento. De acordo com as historiadoras Cíntia Lima Crescêncio e Renata Cavazzana da Silva, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) convocou grupos feministas de todo o país para a construção de uma proposta coletiva a ser apresentada na constituinte. O resultado dessa construção coletiva foi a "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes", entregue aos parlamentares em 1987 (CRESCÊNCIO; SILVA, 2019). Nas páginas do *Mulherio*, é possível acompanhar as articulações entre estes grupos no processo de construção do documento, incluindo as reivindicações e pedido de apoio das lésbicas feministas.

No texto intitulado "O direito a escolha sexual", Rosely Roth apresenta a pauta defendida pelas militantes do GALF em aliança com o movimento homossexual, que defendia a inserção de

4 O *Mulherio* foi um periódico feminista vinculado inicialmente a Fundação Carlos Chagas — FCC e financiado pela Fundação Ford. Organizado pelas pesquisadoras Fúlvia Rosemberg e Carmen Barroso, e a jornalista Adélia Borges, teve sua primeira edição publicada em 1981 e última em 1988, totalizando 40 edições. A publicação do *Mulherio* coincidiu com a emergência e fortalecimento do movimento feminista no Brasil, que avançava em alguns debates, como as discussões relacionadas ao direito ao corpo e sexualidade, que foram contemplados pelo jornal.

texto na Constituição que criminalizasse a discriminação por orientação sexual. Neste texto a autora chama atenção das/os leitoras/es do *Mulherio* para o compromisso em assumirem a luta do movimento das lésbicas feministas e homossexual, pois se a defesa era pela democracia a defesa dos homossexuais seria compromisso de todos/as:

> [...] consideramos a questão da sexualidade pertinente à luta do povo brasileiro por melhores condições de vida e de interesse de todas as pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade sem nenhuma espécie de opressão e discriminação. Esperamos contar com o apoio de todos os grupos e indivíduos, em especial a dos(as) candidatos (as) à Constituinte. (MULHERIO, 1986, p. 16).

O convite para a alianças com as pautas relacionadas à orientação sexual, vinha acompanhado da declaração de apoio do GALF e defesa de pautas feministas:

> [...] como mulheres lésbicas especificamente acreditamos na importância da Constituição garantir a não discriminação salarial por razões de sexo, cor ou orientação sexual; a criação de creches estaduais e de delegacias da mulher em todos os bairros; a assistência integral à saúde da mulher na infância, adolescência, maturidade e velhice e não vinculação nos livros didáticos dos estereótipos sexuais que degradam a imagem da mulher, bem como da heterossexualidade como a única vivência normal' e válida. (MULHERIO, 1986, p. 16).

Neste mesmo texto manifestaram apoio às demais minorias e se posicionaram pela descriminalização do aborto.

A aproximação com o *Mulherio* era uma das alianças estabelecidas entre lésbicas feministas e outros grupos feministas. Embora existissem divergências entre os movimentos sociais, no período de redemocratização, em contextos de mobilização social e decisões, as alianças estratégicas eram feitas entre os movimentos, assim como com candidatas/os que pudessem defender as pautas.

Nas edições do *Mulherio* e *Chanacomchana*, era comum a divulgação de candidatas/os para as eleições de 1986 com propostas que representassem as reivindicações dos movimentos sociais. Na edição 11, de outubro de 1986 a janeiro de 1987, a matéria "Entrevista com as candidatas: Irede Cardoso, Dulce Cardoso, Cassandra Rios" aparecia em destaque na capa do *Chanacomchana*. Tratava-se de entrevista realizada pelas militantes do GALF, Rosely Roth, Maria Luiza e Célia, com a candidata a deputada estadual pelo PDT Cassandra Rios, a candidata a deputada federal pelo PT Irede Cardoso e a candidata a deputada federal pelo PT Dulce Cardoso. A entrevista foi realizada no emblemático Ferro's Bar, estabelecimento que se tornou referência para a história do movimento de lésbicas feministas.[5]

5 O Ferro's Bar foi um dos principais pontos de encontro para as militantes do GALF. Era um bar/lanchonete/pizzaria localizado próximo a região do Bixiga em São Paulo. Não era um estabelecimento lésbico, mas com o tempo foi ocupado por este público. O Ferro's se tornou um importante espaço de sociabilidades para as lésbicas, assim como se tornou um local de trabalho para as militantes do GALF, que utilizavam o local para fazer militância e divulgação de suas ações. No dia 23 de julho de 1983 as militantes do GALF foram repreendidas e proibidas de venderem as edições do Chanacomchana no bar. Com o objetivo de reconquistar seus direitos ao espaço de sociabilidades, a GALF organizou um "happening" político na frente do Ferro's Bar no dia 19 de agosto de 1983. Este episódio se tornou um marco referencial para o movimento lésbico feminista brasileiro, reconhecido oficialmente no ano de 2003 em São Paulo como o Dia do Orgulho Lésbico.

As entrevistadas foram convidadas considerando as manifestações públicas delas em relação a pautas progressistas, como a defesa de pautas feministas e relacionadas ao movimento homossexual. A aproximação com essas candidatas e o apoio a suas candidaturas era uma possibilidade de fazer as propostas do movimento serem defendidas na Assembleia Nacional Constituinte.

Assembleia Nacional Constituinte: uma possibilidade de "ir mudando os costumes"

Na edição 12 do *Chanacomchana*, de fevereiro a maio de 1987, o texto "Balanço das eleições" trazia o resultado das eleições de 15 de novembro de 1986 e os próximos encaminhamentos para o trabalho com a constituinte. As candidatas apoiadas pelo GALF não foram eleitas, fato que indicava um cenário preocupante, mas com algumas esperanças. Apesar de não terem sido eleitas, as candidatas receberam votos expressivos, como Irede Cardoso, que recebeu 13.728 votos. Outro cenário de esperança era nas eleições do Rio de Janeiro, que teve o primeiro candidato abertamente homossexual, que posicionou abertamente sobre sua sexualidade e pela defesa dos direitos de homens e mulheres homossexuais. Tratava-se de Herbert Daniel, que obteve 5.585 votos.

No texto intitulado "Fica para a próxima", Rosely defendeu a ideia de que os homens e as mulheres homossexuais precisavam se fortalecer, divulgar suas ideias de forma ampla para que no futuro pudessem obter resultados com candidatos vindos de movimentos sociais ou que defendessem as pautas dos movimentos sociais:

> Acredito que se trabalharmos nessa direção, a médio prazo, nós teremos condições de eleger candidatas (os),

> provenientes ou não do movimento homossexual, que tenham em seus programas, de uma forma destacada, a questão dos direitos das mulheres e dos homens homossexuais (CHANACOMCHANA, 1987, p. 17).

Embora o cenário ainda não fosse promissor, Rosely via como um processo.Para o movimento atingir seus objetivos, era necessário trabalho. E foi nesse sentido os encaminhamentos para a Assembleia Nacional Constituinte. As militantes do GALF seguiram no trabalho de alianças com o movimento homossexual e feminista para a inserção das pautas e articulação com os/as candidatos/as eleitos/as que tivessem alguma proximidade das pautas progressistas, que pudessem acolher e defender as propostas dos movimentos na constituinte.

A edição 12 foi a última publicação do *Chanacomchana*. Em setembro de 1987, o GALF publicou a primeira edição da publicação intitulada *Um Outro Olhar*.[6] Nessa edição os debates relacionados à constituinte continuaram presentes. Na seção "Em Movimento", pequenos textos indicavam o andamento dos debates e encaminhamentos para a Assembleia Nacional Constituinte.

O texto intitulado "O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher nos apoia" trazia a informação que o CNDM estava no processo de organização de um documento que seria o compilado das reivindicações de diferentes grupos feministas, incluindo as pautas do movimento lésbico. Tratava-se das articulações do CNDM, que tinham iniciado dois anos antes e agora estavam na sua fase final, materializada na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.

6 Os boletins "Um Outro Olhar" iniciaram como uma publicação da GALF, e no início dos anos 1990 passaram a ser publicados pela Rede de Informação Um Outro Olhar.

A versão final da carta foi entregue aos parlamentares pela presidente do conselho Jacqueline Pitanguy, no dia 26 de março de 1987. Na redação final da carta, a reivindicação defendida pelo movimento de lésbicas feministas e homossexuais, sobre a discriminação devido a orientação sexual, não foi especificada. O texto "princípios gerais" solicitava que a nova Constituição garantisse "a eliminação de todas as formas de discriminação", mas não especificava a "orientação sexual". Contudo, no texto relacionado às "reivindicações específicas", no tópico violência, o termo "orientação sexual" foi utilizado. No segundo ponto do tópico violência, a reivindicação era: "Consideração do crime sexual como crime contra a pessoa' e não como crime contra os costumes', independentemente do sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação, condição física ou mental ou condição política". (Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987, CNDM, Brasília/DF, 1987).

Das reivindicações presentes na carta, 80 delas foram incorporadas à Constituição de 1988 (CRESCÊNCIO; SILVA, 2019). Esse resultado, além de significar garantia de direitos para as mulheres, representa novos sentidos para a democracia. No entanto, é importante considerar que a Constituição não acatou na redação final nenhuma menção a "orientação sexual", dessa forma compactuando com a heteronormatividade.

Ainda na primeira edição do *Um Outro Olhar*, no texto "A nossa reivindicação em Brasília, na Constituinte", as militantes da GALF descrevem a participação de João Antônio Mascarenhas, integrante do Triângulo Rosa, em Brasília junto à subcomissão de minorias para representar os interesses do movimento gay e de lésbicas. Na reunião, Mascarenhas propôs junto aos parlamentares que fosse acrescentada a expressão "orientação sexual" ao primeiro parágrafo do artigo 153. Diferente do que ocorreu com as reivindicações apresentadas pelo CNDM, as reivindicações relacionadas ao movimento homossexual em

defesa da inserção do termo "orientação sexual" no artigo 153, embora defendida por alguns parlamentares, não recebeu votos suficientes para ser inserida na redação da nova Constituição.

Segundo Gama, os constituintes que apoiaram as pautas do Movimento Homossexual Brasileiro defenderam os direitos dos homossexuais como cidadãos, reconhecendo-os como minorias que precisavam ser protegidas pela lei. Já os constituintes que se opuseram manifestaram concepções negativas de que a homossexualidade estaria ligada ao pecado e que a Aids seria castigo de Deus. (GAMA, 2021).

Apesar de as demandas do movimento de lésbicas feministas e homossexual não terem sido incluídas no texto final da Constituição de 1988 e dos posicionamentos conservadores expressados por alguns constituintes, este foi um marco para os direitos LGBTQIA. Isso porque, segundo Gama, além de publicizar o movimento, "marcou o início das lutas por direitos na área da sexualidade, na esfera política institucional" (GAMA, 2021, p. 105). Embora existissem os posicionamentos conservadores, que refletiam uma parcela significativa da sociedade que associava homossexualidade a anormalidade, pecado e doenças, existiam as vozes de resistência chamando atenção para a existência desses sujeitos e seus direitos.

Nos primeiros textos escritos por Rosely Roth sobre a Constituição, na edição 9 do *Chanacomchana*, ela considerava um possível cenário em que as propostas dos movimentos não fossem aprovadas pelos constituintes. Segundo a autora, mesmo que o resultado não fosse favorável, esta seria uma forma de inserir o debate para as pessoas, para outros setores da sociedade. Seria uma possibilidade de ir "mudando os costumes" (CHANACOMCHANA, 1985, p. 19). Os debates e lutas dos movimentos no processo de construção da Constituição de 1988 certamente contribuíram para as transformações de costumes,

para a visibilidade LGBTQIA na esfera política institucional e na produção de novos sentidos para a democracia no Brasil.

Camila Diane Silva é doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: camiladianegmail.com

Referências

AGUIAR, Caio Carolina Maia de. *Entre armários e caixas postais*: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2017.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da Cidadania*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Renata Cavazzana da. Mulherio na Constituinte (1985-1987). *Fronteiras*: Revista Catarinense de História. Dossiê Gênero, Democracia e Direitos Humanos, nº 33, 2019/01.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). *Ditadura e Homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In.: GREEN, James N.; QUINHALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade vol. 1:* A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAMA, Maria Clara Brito. O Movimento Homossexual Brasileiro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/88). *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*. Vol. 4, nº 14, maio-ago., 2021.

LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento*: A criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. O Gênero da Esquerda em Tempos de Ditadura. In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Editora Mulheres: Florianópolis, 2010.

Fontes

Boletim Chanacomchana, São Paulo, Galf, nº 8, 1985.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, Galf, nº 9, 1986.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, Galf, nº 10, 1986.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, Galf, nº 11, 1987.

Boletim Chanacomchana, São Paulo, Galf, nº 12, 1987.

Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987, CNDM, Brasília/DF, 1987.

Folha de São Paulo, mai., 1985.

Mulherio, São Paulo, setembro/novembro. nº 26, 1986.

Um Outro Olhar, São Paulo, Galf, nº 1, 1987.

Fontes - Entrevistas

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018b. Acervo de Entrevistas de História Oral do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC). Transcrita por Glenda Lunardi, 36p.

E sapatão não é política? [1]

Thamyres Jully Ana Ramos Martírio
UFAL

Para Larissa, com amor.

Introdução

Ainda é possível ver casos de violência por lesbifobia[2] no Brasil. Não basta as mulheres sofrerem pela relação de dominação que o patriarcado, a

1 Esse texto é fruto das experiências como bolsista de iniciação científica do projeto "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura: uma perspectiva de gênero (1978-1988)". Além disso, ele está atravessado pelo aprendizado de ensino, pesquisa e extensão no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do curso de História (UFAL). Agradeço ao professor Elias Veras, coordenador do Projeto/Grupo, pela orientação do presente texto e aos/às demais colegas do grupo, pelo diálogo, apoio e companheirismo. Quero agradecer ainda à minha mulher Larissa Oliveira, por me ajudar ativamente na correção deste trabalho e por todo o afeto compartilhado. Por fim, agradeço ao professor Benito Schmidt e à doutoranda Camila Diane pela leitura e sugestões críticas a esse texto.

2 Entendendo que o radical da palavra é "lesb(i)", desse modo, não faz sentido utilizar "lesbo" para designar o preconceito contra as mulheres que amam outras mulheres. Utilizo-me de lesbifobia para ressignificar o termo.

misoginia e o machismo impõem. As mulheres lésbicas sofrem ainda mais nesse sistema de sexo binário e cisheteronormativo, que coloca a diversidade sexual e de gênero no lugar do estigma e da abjeção. Essa violência traz consequências desastrosas para as mulheres lésbicas e, principalmente, para as mulheres lésbicas de grupos subalternizados (negras, indígenas, travestis, transexuais, PCD etc.).

O interesse por esta pesquisa surge de uma necessidade pessoal, sendo eu mulher cis, lésbica, branca, nordestina, militante feminista e estudante do curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o qual não deixa de estar estruturado em uma sociedade majoritariamente conservadora, racista, machista, misógina e cisheteronormativa (NASCIMENTO, 2021). Tenho, como ação de resistência, sobreviver e questionar essa norma cishéteroexcludente.

Quando ainda cursava o terceiro semestre do curso, tive desavenças desastrosas com colegas de sala a respeito do meu gênero e orientação sexual. Por ser mulher, os homens se incomodavam quando eu me colocava nas discussões em sala. Senti de forma direta o machismo quando minha capacidade intelectual foi questionada, sendo resumida a meu corpo e ao meu gênero. Fiz a denúncia à Coordenação do curso e obtive como resposta que poderíamos combater situações como aquela por meio de um grupo de estudos. Naquele momento, não entendi como esse tipo de espaço poderia ser combativo, já que esperava que algo fosse feito de imediato, pela violência que vinha sofrendo.

Alguns meses e cobranças depois, eis que chega um professor que viria trazer sentido para que eu continuasse na universidade, tornando-se, posteriormente, meu orientador. Elias Ferreira Veras junto com a professora Ana Cláudia Aymoré deram, finalmente, os passos iniciais do que viria a ser o primeiro grupo de discussão voltado para o gênero e a sexualidade no curso de História (UFAL), denominado Grupo de Estudos e Pes-

quisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), criado em março de 2018. Foi através das discussões do grupo que pude me compreender como mulher e lésbica, e é ainda por meio dele que me fortaleço não só intelectual, mas também existencialmente (temos uma rede de apoio em que as vivências LGBTQIA não são ignoradas).

Desde 2018, participo de uma série de atividades organizadas pelo GEPHGS, entre elas, a ação de extensão "Diálogos Interdisciplinares sobre Gênero, Raça e Sexualidade". Na segunda edição (2019), colaborei na organização do evento. Na terceira (2021) e na quarta (2022) edição, cujos temas foram, respectivamente, "A liberdade é uma luta constante" e "Onde há poder, há resistência", apresentei nas sessões de comunicação de pesquisa os trabalhos "Resistências lésbicas no período da ditadura-civil-militar e redemocratização no Brasil" e "E sapatão também não é política?". Por sua vez, durante o 11º Encontro Nacional de História: História e Gênero (2019), também organizado pelo grupo, apresentei o trabalho "Políticas de visibilidades lésbicas no *Chanacomchana*", no ST "Narrativas dissidentes: historiografia, gênero, interdisciplinaridade e interseccionalidade".

Esses trabalhos foram desenvolvidos no contexto do projeto "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura...", como bolsista de iniciação científica (CNPq). Tenho como memória afetiva desse período (2018 a 2019) as idas à Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos de Maceió, quando experimentei o fervor saboroso do arquivo, marcado pela curiosidade em encontrar matérias que registrassem a presença de mulheres lésbicas, e o desprazer de constatar o quanto as homossexualidades — que hoje chamamos de LGBTQIA+ — aparecem na imprensa de Alagoas como vivências estigmatizadas. No âmbito do projeto, participei ainda da entrevista realizada com Luiz Mott, antropólogo, historiador, pesquisador e ativista gay, personagem protagonista do movimento de lésbicas, gays, bis-

sexuais e transsexuais no Brasil. Foi importante conhecer sua trajetória, sua passagem por Maceió, que deixou brechas para mergulharmos em águas ainda não navegadas.

Este capítulo está atravessado por essas experiências. Foi construído graças aos encontros do GEPHGS, às pesquisas incessantes na Biblioteca, e, sobretudo, à brilhante orientação de Elias Veras, que vem se tornando cada vez mais um amigo. A questão histórica analisada neste trabalho visibiliza as resistências das mulheres lésbicas no período da abertura política brasileira, a partir das organizações lésbicas divulgadas na imprensa alternativa, precisamente, no jornal *Chacomchana*. Destaco a importância desses espaços enquanto feminista.

Parafraseando a frase de Sojourner Truth, "E eu não sou uma mulher?",[3] o título deste capítulo, "E sapatão não é política?", aponta para uma questão crucial, sendo eu uma mulher lésbica, nordestina, feminista e pesquisadora: a existência lésbica como ação política, que reivindica direitos negados e silenciados. É desse lugar que afirmo que somos mulheres, e não vamos mais permitir sermos invisibilizadas. Sapatão é, sim, política!

Gênero, raça e sexualidade: desafios na historiografia

Por muito tempo, as mulheres não apareceram na História. Segundo a historiadora Michelle Perrot (2017), os direitos das mulheres precisaram ser conquistados, para que elas fossem vi-

3 Discurso proferido por Sojourner Truth, mulher e negra que teve coragem de fazer uma intervenção na Convenção dos Direitos da Mulher, realizado em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Os direitos da mulher estavam sendo discutidos numa reunião em que homens faziam algazarra e diziam que mulheres não deveriam ter o mesmo direito que os homens, defendendo que o sexo feminino era frágil e débil. Soujourner Truth nasceu em 1797, em Swartekill, Nova York, e faleceu em 1883, em Battle Creek, Michigan. (DAVIS, 2016)

sibilizadas. Se a história "universal" feita do ponto de vista dos homens, foi marcada pelo não dito (FOUCAULT, 2016), sobre as mulheres, percebemos por meio da filósofa Angela Davis (1981) o quanto as mulheres negras foram duplamente silenciadas, apesar de terem construído uma luta importante e significativa antes do movimento feminista. As historiadoras Joana Maria Pedro e Raquel Soihet (2017, p. 284) salientam: "Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de mulher' ou de mulheres' como categoria analítica na pesquisa histórica". Felizmente, essa apropriação foi feita, apesar das resistências, pois a história das mulheres e das relações de gênero, assim como a categoria gênero, são absolutamente necessárias para efetuarmos a presente análise.

A categoria gênero (SCOTT, 1995) foi/é importante para que as experiências das mulheres assumissem visibilidade na História. Por meio dessa categoria, entendida como instrumento de análise crítica das normas que designam masculino e feminino, Joan Scott amplia o nosso olhar, exigindo de nós que sejam evidenciadas as experiências marginalizadas e subalternizadas, para que estas sejam transformadas. Essa categoria, contudo, não pode nos limitar, mas problematizar as performatividades atribuídas a mulheres e homens em diferentes contextos históricos.

Em "Problemas de Gênero", Judith Butler (2016) problematiza o gênero a partir das relações de poder. A autora dialoga com outras pensadoras, como Simone de Beauvoir e Monique Wittig, para explicar a ordem compulsória do gênero, que introduz o sujeito no campo da linguagem e da corporalidade. Butler compreende o sexo como uma construção cultural, assim como o gênero, enquanto em Beauvoir, observa, aparece como uma questão da identidade feminina e da opressão do masculino, o que nos possibilita analisar o discurso que tenta totalizar e de-

finir uma identidade baseada nas afirmações de gênero. Ambas, por sua vez, nos ensinam que é impossível que se sustentem padrões estritamente pré-estabelecidos, já que as pessoas formam suas identidades em um processo de construção e reconhecimento pessoal/coletivo. Nesse sentido, Wittig (2006) se atenta aos objetivos da heterossexualidade compulsória, propondo, de forma crítica, um terceiro gênero, além do masculino e do feminino: as lésbicas, que não seriam mulheres. Desse modo, a ativista produz um discurso estratégico para romper com a heteronormatividade.

De acordo com Wittig, a heterossexualidade é um condicionamento político, fortalecido por meio das normas binárias do gênero. Desse modo, a ativista defende a desconstrução dos sexos na sociedade. A autora critica as tendências feministas e lesbifeministas que acabam também indo ao encontro do "natural" feminino. E, nesse sentido, faz a seguinte crítica a Simone de Beauvoir:

> Nos levantamos para luchar por una sociedad sin sexos; ahora nos encontramos presas en la trompa familiar, de que "ser mujer es maravilloso". Simone de Beauvoir subrayó precisamente la falsa conciencia que consiste en seleccionar entre las características del mito, (que las mujeres son diferentes de los hombres) aquellas que parecen agradables, y utilizarlas para definir a las mujeres. Utilizar eso de que "es maravilloso ser mujer", supone asumir, para definir a las mujeres, los mejores rasgos (mejores respectos a quién?) que la opresión nos ha asignado, y supone no cuestionar radicalmente las categorías "hombre" y "mujer", que son categorías políticas. (y no datos naturales). Esto nos emplaza a luchas dentro de la clase "mujeres", no como hacen las otras clases, por la desaparición de nuestra clase, sino por la desaparición de nuestra clase, sino por la defensa de la "mujer" y su fortalecimiento (WITTIG. 2006, p. 36).

Esses discursos destacados pela autora funcionam como dispositivos de controle, sendo o discurso pornográfico, por exemplo, uma estratégia para manter a opressão e exercer o poder como tática de advertência. O pensamento heterossexual acaba sendo estruturado também nas ciências humanas, que, segundo a ativista, naturaliza na cultura a relação social da heterossexualidade compulsória admitida socialmente, por meio de uma série de relações de poder.

De acordo com Wittig, esse sistema entra em colapso com as lésbicas, já que, embora elas nasçam condicionadas a serem mulheres, também fogem da heteronorma, pois não são aceitas na categoria de gênero masculina e também não se comportam como mulheres, conforme o pensamento heterossexual. Nas palavras da autora,

> Francamente es un problema que no tienen las lesbianas, por un cambio de perspectiva, y sería impropio decir que las lesbianas viven, se asocian, hacen el amor com mujeres porque "la mujer" no tiene sentido más que los sistemas heterosexuales de pensamiento y los sistemas económico heterosexuales. Las lesbianas no son mujeres (WITTIG, 2006, p. 57).

E é justamente amparada na crítica ao pensamento heterossexual que procuro analisar o contexto histórico do período de criação e circulação do jornal *Chanacomchana*. Compreendido como um período de redemocratização, ele se estruturava a partir de um ideário nacional cisheteronormativo. Mesmo no período de abertura política, pessoas LGBTQIA+ ainda eram reprimidos/as pelos dispositivos de controle da moral e dos bons costumes da ditadura civil-militar.

Esse período, assim como o jornal, são analisados a partir da perspectiva interseccional. Esse termo foi criado pela intelec-

tual afro-estadunidense Kimberlè Crenshaw e busca articular as relações de poder de gênero, raça e classe, sendo um instrumento teórico-metodológico e político de transformação social (AKOTIRENE, 2018, p. 13). De acordo com Carla Akotirene,

> Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

De acordo com Akotirene, o feminismo negro dialoga entre as avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. Esse campo discursivo precisa ser apreendido por lésbicas, gays, bissexuais transsexuais, queer e intersexos (LGBTQI), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do Candomblé e trabalhadoras (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Não é possível tratar esse termo como guarda-chuva, sendo necessário um constante autoquestionamento, partindo do ponto de vista desses grupos, e na implicação de ter essa crítica discursiva preservada como teoria crítica intelectual e política. A interseccionalidade não pode tornar-se uma categoria de silenciamento acadêmico, levando em consideração que esse conceito vem das intelectuais negras, esvaziando o real objetivo da função política dessa perspectiva.

Antes do termo ser configurado como conceito analítico, Lélia Gonzalez (2020) fazia a abordagem da situação das mulheres negras no Brasil de modo interseccional. Lélia participou da fundação do Movimento Negro Unificado e foi pioneira também em tratar do feminismo afro-latino-americano. Em diálogo com ela, analiso o racismo estrutural, o sexismo e o silenciamento da mulher negra. Sua trajetória e suas obras são

pontos de partida para relacionarmos as vivências e lutas das mulheres negras, evidenciando seu pioneirismo histórico para o movimento lésbico brasileiro. Segundo Nádia Nogueira,

> As barreiras impostas às lésbicas negras parecem ter assegurado que elas não deveriam se curvar e mudar suas vidas, pois é a sociedade que precisaria mudar. Um exemplo é quando são tachadas de agressivas, violentas, hostis, combativas, de difícil trato, assim como as mulheres negras que não sabem se comportar, porque não são submissas o bastante, ou são sedutoras demais e, por isso, são acusadas de provocarem estupro, assédio, feminicídio, lesbocídio, violência doméstica, assassinato e tantas outras formas de violência presentes no cotidiano da sociedade brasileira (NOGUEIRA, 2021, p. 8).

A partir desses movimentos sociais, políticos e epistemológicos, muitas experiências foram evidenciadas. As feministas na luta pelo sufrágio feminino, os movimentos de mulheres negras, o movimento antiescravagista, o movimento de trabalhadoras e o transfeminismo são alguns exemplos.. Do mesmo modo, no Brasil, as mulheres se movimentaram contra o golpe e participaram de muitas lutas e resistências, antes, durante e após a ditadura civil-militar e a redemocratização.

GALF: um grupo de mulheres lésbicas feministas na abertura

Marisa Fernandes[4] (2018) aponta como foi o início do movimento lesbifeminista no Brasil. De acordo com ela, as lésbicas

4 Mestre em História Social, lésbica e ativista LGBTQIA. Uma das pioneiras do movimento lésbico feminista no Brasil.

iniciaram sua organização quando começaram a participar, a partir de fevereiro de 1979, do SOMOS — Grupo de Afirmação Homossexual, organizado em São Paulo no final da década de 1970. Quando elas chegaram no grupo, oito meses após a sua fundação, este estava composto só por homens gays. No mesmo ano de fundação do SOMOS, era lançado o jornal homossexual *Lampião da Esquina*. De acordo com Jorge Caê Rodrigues (2015), o periódico surge para trazer esperanças para os homossexuais e a possibilidade de não serem marginalizados.[5]

No início de 1979 o SOMOS foi convidado pelo sindicato de jornalistas para participar de uma semana de debates sobre a emancipação de grupos discriminados, na USP, o que marcou sua primeira aparição em público. Foi a partir desses debates que novos grupos se formaram, trazendo para o SOMOS algumas lésbicas.

Ainda de acordo com Marisa Fernandes (2018), foi apenas no final do mesmo ano que, pela primeira vez, o *Lampião da Esquin*a se interessou em organizar uma matéria sobre lésbicas. Para essa empreitada, o jornal convidou 25 mulheres. De acordo com Paula Blume (2021), o Conselho de Editores do *Lampião* afirmava que "quem devia expressar-se sobre a opressão contra as mulheres lésbicas deviam ser elas mesmas", e, nesse sentido, utilizava métodos "didáticos" e "paternais" para provocá-las.

Ao encerrarem a matéria,[6] Fernandes relembra que elas se deram conta da necessidade de serem ouvidas. Desse modo, continuaram unidas no subgrupo Lésbico-Feminista (LF) do SOMOS, percebendo, em poucos meses, o desafio que seria atuar com autonomia:

---

5 Para melhor análise: LIMA, 2021.

6 "Amor entre Mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)". *Lampião da Esquina*, maio de 1979.

> Foi com esta tomada de decisão que, na reunião geral do SOMOS do dia 07 de julho de 1979, elas se colocaram à frente de todas as pessoas e afirmaram que, a partir daquele momento, passariam a atuar dentro do SOMOS como subgrupo, com posicionamento político de independência frente à centralização do poder masculino e como atuação feminista. [...] Vale registrar que não eram todas as lésbicas do SOMOS que estavam no LF, mas foram as do LF que decidiram encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS; ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas; apresentar um temário específico para ser debatido por todos; responder toda a correspondência enviada por mulheres para o SOMOS e buscar alianças com o movimento feminista (FERNANDES, 2018, p. 93).

Nesse período, muitas delas não eram assumidas. As questões lésbicas tiveram visibilidade menor em todos os níveis, antes e depois do SOMOS. Elas tiveram que aprender na vivência a se organizar, a ter confiança pois "não seria possível retirar ou ajudar a sair do armário e combater as opressões todas ao mesmo tempo" (BLUME, 2021, p. 107), sendo essa dimensão ainda pertinente nos dias atuais. Muitas lésbicas ainda são consideradas divisionistas, individualistas e isoladas nos movimentos de militância.

Na medida em que elas se organizavam, sem experiência prévia, foram percebendo as dificuldades, seja na adesão de outras lésbicas, seja na aproximação de/com outros grupos feministas, o que não impediu a sua "potencialidade revolucionária". Ainda nas palavras de Fernandes:

> As integrantes do LF eram plurais, de etnias, credos, escolaridade e classes sociais diferentes, desde empregada doméstica até programadora de software, todas as mu-

> lheres que não vinham da academia, mas dos "armários" e do "gueto". O ponto comum entre elas era a lesbianidade. O LF possibilitava o encontro de mulheres fora dos ambientes de badalação dos guetos e era um lugar seguro para as garotas do "armário", que ficavam sabendo do LF pela mídia. (FERNANDES, 2018, p. 94)

Esses subgrupos do SOMOS, apesar das convergências, acabaram entrando em divergências devido às suas próprias necessidades. Como aponta Edward MacRae (1990), algumas mulheres lésbicas estavam denunciando o machismo, "um dos piores seria a tendência de ignorar as necessidades específicas das lésbicas. Isso levaria a grandes disputas entre alguns dos grupos masculinos e femininos" (MACRAE, 1990, p. 206-207).

No relato de MacRae sobre a crise do SOMOS, muitas vezes as mulheres aparecem brigando entre si, diferentemente dos discursos de Marisa Fernandes (2018), que destaca que a principal causa da denúncia das mulheres era a invisibilidade das suas questões identitárias no SOMOS.

MacRae mostra que, entre 1978 e 1984, a discussão da problemática de lésbicas negras era colocada mais por homens negros, no Grupo de Negros Homossexuais Adé-Dudu. A participação das mulheres negras lésbicas não era discutida, porque elas sofriam várias marcações de silenciamento, enfrentavam o racismo dentro do feminismo, o machismo e a misoginia dentro do movimento negro. Desse modo, não é surpreendente que elas tenham enfrentado dificuldades em se colocar em alguma discussão, o que não as impediu de contribuírem para o movimento homossexual negro: "afinal, [...] sexo' e raça', podem ser entendidos como fontes fundamentais de atribuição diferenciada de poder e prestígio" (ALMEIDA, HEILBORN. 2008, p. 243).

Além das discussões dentro do movimento feminista a respeito da inclusão de debates sobre a sexualidade da mulher, o LF tinha também como preocupação a construção de alianças com outros movimentos, como o movimento negro.

Buscando alianças feministas, as lésbicas do LF criaram o GLF (Grupo Lésbico-Feminista), que, posteriormente, se tornou Grupo de Ação Lésbico-Feminista — GALF, com a saída definitiva do SOMOS. Elas foram acusadas de "histéricas" e "divisionistas", uma atitude abertamente machista de alguns gays do SOMOS. Com a saída do SOMOS, o GALF passou a se organizar politicamente em torno da proposta de conscientização da discriminação e violência contra as lésbicas (FERNANDES, 2018, p. 98) sem deixar de participar de reuniões ou eventos em aliança com outros movimentos sociais.

O GALF atuou fortemente contra as arbitrariedades do delegado José Wilson Richetti.[7] O ano de 1980 foi complicado para o grupo, momento de luta contra a ditadura, ao mesmo tempo em que tentava se manter em funcionamento. Em 1981 foi lançada a edição número zero do *Chanacomchana*, jornal de lésbicas, independente e revolucionário:

> Foi uma edição independente, que trouxe duas matérias, uma entrevista exclusiva com Ângela Ro Ro, feita por 6 ativistas do GALF e outra, escrita por Maria Carneiro da Cunha, feminista e heterossexual, que explica os caminhos e descaminhos da discriminação. [...] Aquela edição

7 De acordo com Marisa Fernandes o delegado José Wilson Richetti, chefe do DEIC (Departamento Estadual de Investigação Criminal), iniciou a Operação Limpeza e Rondão em São Paulo (1979). Seus alvos eram "a boca do lixo, o Largo do Arouche e as áreas frequentadas por prostitutas, travestis, michês, lésbicas e gays" (2015, p. 135). Nessas abordagens, os bares como Cachação, Bixinguinha e Ferro's Bar, frequentados por lésbicas de baixa renda, sofriam ações violentas da polícia sob o argumento "você é sapatão". Muitas foram levadas nas viaturas e liberadas apenas se pagassem para sair.

> independente foi possível graças a Teca, a ativista lésbica feminista que integrou o LF e o GALF, que para além do brilhantismo dos seus discursos, ideias e inteligência, foi de fato quem garantiu que as inúmeras reuniões feitas por aquelas ativistas pudessem acontecer em um lugar seguro, no seu apartamento, que ela colocava inteira e generosamente à disposição das primeiras lésbicas organizadas desse país (FERNANDES, 2018, p. 99).

O *Chanacomchana* foi um importante instrumento político para que as lésbicas saíssem da invisibilidade. No total, foram lançadas uma edição no formato tabloide (Edição nº 0) e 12 boletins, que circularam até 1987.. Para além do sucesso de circulação, a publicação contribuiu para aproximar as lésbicas, levando informações ao país sobre suas existências, que, naquela altura, afirmava-se cada vez mais como identidade política de reivindicação por direitos.

E sapatão não é política?

Na primeira edição do boletim, encontramos as matérias, *ILIS* (*Internacional Lesbian Information Service*), *O lesbianismo é um barato*, *I Festival de Mulheres nas Artes*, a entrevista *Mulher de Chuteira*, *Carta*, por Sandra Mara, além dos *Informes*. O número foi estampado por tirinhas, fotografias e ilustrações. De acordo com Marisa Fernandes e Miriam Martinho,[8] as edições não tinham redatoras fixas, mas colaboradoras, ou seja, cada edição tinha um grupo que poderia ser diferente ou não da edição anterior. As colaboradoras do número 1, por exemplo, são Rosely Roth,

8 Assim como Marisa Fernandes, Míriam Martinho também foi pioneira do movimento lésbico-feminista no Brasil. Ao lado de Rosely Roth, fundou o Grupo de Ação Lésbico Feminista. É formada em Letras (USP).

Célia, Zaza, Helena, Míriam e Maria Serrath.[9]

O GALF apresenta a intenção da publicação, reafirmando o jornal como um espaço construído para lésbicas e para pessoas que estão dispostas a entender o debate sobre as questões que as envolvem, como o trabalho, destacando "O Boletim Chanacomchana é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco" (*Chanacomchana*, São Paulo, n. 1, 1982).

O recado estava explícito na capa do periódico. Vemos uma mulher nua sorridente, com borboletas saindo de sua vagina, o que sugere a representação da liberdade da sexualidade das mulheres e das lésbicas.

Na matéria *O Lesbianismo é o barato,* lemos sobre a preocupação do jornal em afirmar que, apesar de a sociedade tentar deslegitimar usando a palavra "lésbica" de forma pejorativa, "o lesbianismo é um barato", porque ele representa umas das identidades, a de sexualidade, que propõe o amor de mulheres por mulheres, o que é revolucionário. E essas mulheres também são cidadãs e fazem parte da sociedade, não estão ilhadas em diferenças de classe, raça ou sexualidade: "As mulheres são lésbicas, são negras, brancas, mães, operárias, prostitutas, donas de casa". (*Chanacomchana*. São Paulo, 1982, n. 1, p. 2).

A edição de número 2 foi publicada em 1983, em comemoração ao Mês da Mulher. O periódico foi composto pelas matérias: *8 de março: Dia Internacional da Mulher*, *A Negação da Homossexualidade*, *A Queda para o Alto*, a seção *Fazendo Poesia,* a entrevista *Associação das donas de casa discutem lesbianismo, aborto...*, além dos *Informes e Cartas*. Suas colaboradoras foram Míriam, Rosely, Regina, Helena e Mariam (*Chanacomchana*. São Paulo, 1983. n.

9 Informação retirada *Chanacomchana,* São Paulo, n. 1, 1982. Alguns nomes não eram colocados com sobrenome, outras vezes, tinham apenas o apelido, sendo uma forma de ocultar a identidade, pois nem todas as participantes do GALF eram mulheres que assumiam sua orientação sexual para a família.

Chanacomchana. São Paulo, n. 1, capa. 1982.

02, p. 10). Nessa edição, o GALF traz a história do Dia da Mulher, as realizações que elas conquistaram e as discussões que envolviam sua participação no II e III Congresso da Mulher Paulista. Outro destaque dessa edição são as seções de poesia, que se torna um espaço para expor os escritos de lésbicas para outras lésbicas, e a de cartas, na qual o seu público poderia escrever para o jornal, compartilhando questões referentes a sua vida pessoal, ou até mesmo expor um balanço a respeito do jornal.

No mesmo ano, é lançada a edição 3 (edição de aniversário), com destaque para a matéria *GALF: A história de um grupo de mulheres lésbicas*. O número teve como colaboradora Míriam Martinho, que escreveu a matéria *GALF: 4 anos de atuação*, na qual descreve a trajetória do grupo e explica a importância de se aproximar do feminismo. Em suas palavras,

> Para nós, portanto nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, signi-

> fica uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dele, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema (*Chanacomchana*, São Paulo, 1983, p. 2).

Em 19 de agosto de 1983, Rosely Roth[10] sofre preconceito e discriminação no Ferro's Bar, um dos mais visitado por lésbicas, porque estava vendendo o boletim. A violência não ficou impune. Em um protesto, que não deixou de ser feminista, as mulheres lésbicas adentraram no bar, juntamente com o SOMOS, militantes de esquerda, como a vereadora Irede Cardoso do PT, denunciando alto as atitudes autoritárias do Bar. Esse dia ficou marcado como o dia do orgulho lésbico, sendo conhecido como *STONEWALL BRASILEIRO*.

Na edição 4 teve presente, dentre outras, a matéria *Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's bar*, além da seção *Fazendo Poesia* e do texto *Autonomia*,, que fala um pouco a respeito da autonomia do jornal e como se sustentavam por meio da venda do jornal. Além da matéria *Recado para as mulheres de chuteira,* temos o depoimento de Elisete, uma integrante do GALF, que fala sobre sua vivência no grupo e como ele foi determinante para sua afirmação política. *Recado para as mães lésbicas, Um exercício para reflexão?, Uma homenagem a Sandra Mara Herzer, A função do homossexual na sociedade (o porquê da repressão)* completam a edição com os informes e as cartas. Colaboradoras: Célia, Elisete, Lisete, Maria Luiza, Míriam Martinho, Rosely Roth e Vanda.

---

10 Fundou o GALF e foi uma das criadoras do boletim *Chanacomchana*. Foi antropóloga e dedicou-se aos estudos para defender os direitos das lésbicas.

A edição 5 tem como colaboradoras Míriam Martinho, Rosely Roth, Célia, Vanda e Naná M, sendo publicada em 1984. O GALF completava então cinco anos de atuação e, mais uma vez, elas falam da luta que percorreram e como foi difícil essa trajetória marcada por encontros e desencontros, erros e acertos.

O que ganha destaque na edição 6, de 1985, é Roberta Close, que aparece na capa. Intitulada de *Mães lésbicas?*, essa edição traz uma discussão a respeito da modelo transexual, presente como fenômeno nacional (VERAS, 2019) nas mídias brasileiras. Didática, a publicação levanta questões e explica que Roberta Close é, sim, mulher. O que chama atenção é que aparentemente o GALF está avançado nessas questões de gênero. Aqui vemos o resultado da importância teórica no movimento. Ao citar Simone de Beauvoir, explicam por que Close é de fato mulher; trata-se da frase "Não se nasce mulher, torna-se mulher".

A última edição, número 12, foi lançada em 1987. Foi composta pelas matérias *Entrevista com sexualidade e saúde, Feminismo e lesbianismo: qual a relação?* e as seções *Poesia, Dicas de leitura, Não leia! Linguagem e repressão, Balanço das eleições, Em movimento, Sexualidade e saúde* e *Troca-cartas*. Teve como colaboradoras Míriam Martinho, Célia e Rosely Roth.

Considerações finais

Como observamos, a afirmação da sexualidade lésbica no próprio boletim e a luta pelos direitos dessas mulheres contra o sistema patriarcal repressivo foi marcado pela militância lésbica-feminista, e mesmo quando acusadas de divisionistas estavam se movimentando politicamente. Historicamente, analisando esse discurso do movimento de lésbicas, que parece andar a pequenos passos, percebemos essa "confusão" de que não tivemos avanço, não estamos paradas na história!

Se as lésbicas ainda são consideradas individualistas por parte da militância política ou identitária, ousamos aqui questionar e problematizar essa afirmação lesbifóbica. Desde o início do movimento lesbifeminista, observamos diferentes dispositivos em diversos níveis de silenciamento e agressão. Nossas questões específicas não foram levadas, geralmente, em consideração. Estamos em movimento, só que não temos a mesma visibilidade que as outras letras da sigla, de modo que a crítica reflexiva precisa ser feita!

Para além das redes sociais, as políticas públicas que contemplam lésbicas, mulheres que amam mulheres e suas interseccionalidades, ainda são precárias, mesmo dentro dos grupos homossexuais, feministas e étnico-raciais. Amar outras mulheridades (NASCIMENTO, 2021) segue sendo um ato revolucionário antes, durante e depois do GALF. Espaços como o *Chanacomchana* contribuíram para a nossa afirmação e fortalecimento político.

As perguntas continuam ecoando: quem disse que sapatão não é política? Por que nos chamam de histéricas, loucas e mal amadas? Quando foi que a gente se distanciou dos movimentos de afirmação político-social? Quem disse que não somos mulheres? A lesbifobia não é uma opressão isolada de mulheres, é marcada pelo gênero, sexistabinário, raça e classe e nunca está isolada desses outros marcadores. Seguimos ainda sendo constantemente silenciadas, contudo, também continuamos lutando e conquistando vitórias contra os preconceitos. Sapatão é lésbica! Sapatão é política!

Fontes

BOLETIM "CHANACOMCHANA". São Paulo, GALF, n. 1, 1982.

Thamyres Jully Ana Ramos Martírio é graduanda em História (UFAL), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL), bolsista de iniciação científica do projeto "Existências e resistências homossexuais no Brasil da Abertura': uma perspectiva de gênero (1978-1988)".

BOLETIM "CHANACOMCHANA". São Paulo, GALF, n. 2, 1983.

BOLETIM "CHANACOMCHANA". São Paulo, GALF, n. 3, 1983.

BOLETIM "CHANACOMCHANA". São Paulo, GALF, n. 4, 1983

BOLETIM "CHANACOMCHANA". São Paulo, GALF, n. 5, 1984.

BOLETIM "CHANACOMCHANA". São Paulo, GALF, n. 6, 1985.

BOLETIM "CHANACOMCHANA". São Paulo, GALF, n. 12, 1987.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. *"Problemas de Gênero"*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DAVIS, Angela. *Gênero, raça e classe*. São Paulo: BOITEMPO, 2016.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (org.) *Ditadura e Homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p.125-148.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (org.) *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à Ditadura. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 177-200.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres Negras e Feminismo Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LIMA, Ana Maria De Barros. *Lampião da Esquina*: (Re) Existências homossexuais na ditadura civil-militar-cisheteronormativa (1978-1981). Maceió, 2021. 47 p. Monografia (graduação em História) — Universidade Federal de Alagoas.

MACRAE, Edward. *A construção da Igualdade:* identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo***.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Nadia. Lésbicas negras em movimento. *Revista Estudos Feministas***.** Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021. p. 1-11.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017. p. 6-19.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, vol. 26, nº 52, 2006. p. 249-272.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. vol. 27, n. 54, dezembro, 2007, p. 281-300.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

VERAS, Elias. *Travestis:* carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual*. Madrid: EGALES, 2006.

Visibilidade das homossexualidades no Brasil da abertura: contracondutas

Natanael de Freitas Silva
UFRRJ

Primeiras palavras

Não é uma novidade, principalmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, a existência de uma vasta e significativa produção bibliográfica sobre a complexa relação da ditadura civil-militar[1] com as configurações divergentes de gênero

1 Sobre as dissensões no uso dos termos "ditadura civil-militar", "regime militar", "ditadura empresarial-militar", conferir NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporánea Historia y problemas del siglo* XX, v. 2, a. 2, 2011. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros*: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, de 1964-1985. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. FICO, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez.,

e sexualidade entre os anos de 1964-1985, convencionado para circunscrever um período autoritário e antidemocrático de nossa história republicana. Áreas como História, Ciências Sociais e Ciências Jurídicas predominam nesse debate (SILVA, 2018).

No campo historiográfico, é possível localizar a existência e predomínio de pelo menos três eixos temáticos que orientam parte significativa dessa produção. São eles: o Golpe de 1964,[2] a luta armada[3] e a denominada resistência democrática,[4] a cons-

---

p. 464-483, 2013. AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018.

2 DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004. FICO, Carlos. *O golpe de* 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. MORAES, Maria Lygia. *O golpe de* 1964: testemunho de uma geração. *In*: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (org.). *O golpe e a ditadura militar — 40 anos depois* (1964-2004). Bauru: EdUSC, 2004, p. 297-314. ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (org.). 1964: do golpe à democracia. São Paulo: Editora HEDRA, 2015. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. 1964: 50 anos depois: a ditadura em debate. Aracaju: EDISE, 2015.

3 JÚNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro*: memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. SALES, Jean. *A luta armada contra a ditadura militar*: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. SALES, Jean. *Guerrilha e revolução*: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

4 Conferir: AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário* (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e movimento. Bauru: EdUSC, 1999. NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil*: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) — ensaio histórico. São Paulo: Intermeios: 2017. RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. *In*: REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (org.). *O golpe*

trução social da legitimidade do regime autoritário,[5] acrescido também das reflexões sobre cultura política[6] e a tese do revisionismo histórico.[7] Esta tem ganhado mais força discursiva e analítica devido às tentativas mais recentes, principalmente nos governos sul-americanos (Chile, Uruguai, Argentina e Brasil), de reabilitarem a experiência da ditadura dentro do escopo da normalidade política, gestando uma "história oficial", condizente com as investigações do historiador Marcos Napolitano.

Conforme venho tratando da construção sócio-histórica das masculinidades disparatadas (SILVA, 2022) no âmbito de um regime sexual autoritário, uma vasta produção historiográfica tem surgido, desde o final dos anos 1990, enfatizando temas, até então, escamoteados pela historiografia, como a participação das mulheres na resistência à ditadura (COLLING, 1997; ROSA, 2013; RAGO, 2013; PEDRO, WOLFF, VEIGA, 2011; WOLFF, ZANDONÁ, MELLO, 2019), a existência e afirmação política dos homossexuais (GREEN, 2000, 2018; TREVISAN, 2011; GREEN, QUINALHA, 2014), das lésbicas (OLIVEIRA, 2017; FERNANDES, 2018), das travestis e transgêneros (VERAS, 2016; LOPES,

---

e a ditadura militar — 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EdUSC, 2004, p. 53-65. RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (org.). *A ditadura que mudou o Brasil*: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.

5 ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Vol. 2.

6 MOTTA, Rodrigo. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

7 MELO, Demian. *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. SENA JÚNIOR, Carlos; MELO, Demian; CALIL, Gilberto (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

2015, 2016, 2018, JESUS, 2018), ou, ainda, a formação de grupos representativos como o SOMOS (GREEN, 2014), o GALF (FERNANDES, 2014), a imprensa gay/LGBT, como o jornal *Lampião da Esquina*, a revista *Rose*, entre tantos outros, compondo um complexo e instigante mosaico discursivo sobre a relação entre ditadura, gênero e sexualidade, desmontando a antiga tese de que a ditadura teria sido tolerante e até permissiva do ponto de vista moral com as sexualidades e identidades divergentes da heteronorma (GOLDBERG, 1987; RIBEIRO, 2005).

A partir da investigação da formação e das performances artísticas dos grupos *Dzi Croquettes* (1972-1976) e *Secos & Molhados* (1971-1974), tenho me voltado para o que Trevisan (2011) denominou de "boom guei".

Formado oficialmente em 08 de agosto de 1972, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, entre pelos, barbas, purpurinas e paetês, os *Dzi Croquettes* caracterizavam-se pela ambiguidade de gênero, numa fusão de teatro e humor. Com passos fortes, danças e rebolados, eles combinavam de maneira inusitada meias de futebol com salto alto, sutiãs com peitos cabeludos, cílios postiços com barbas e diziam: "Nós não somos homens, nem somos mulheres. Nós somos gente, gente computada igual vocês!" (LOBERT, 2010).

O grupo era formado por 13 homens, atores/bailarinos, entre 18 e 40 anos marcados por uma multiplicidade de identidades étnico-raciais, sexuais e de origem. Entre pretos, brancos e pardos, gays e bissexuais, oriundos de diversas regiões do Brasil, além de um norte-americano, eram eles: Wagner Ribeiro, Bayard Tonelli, Roberto de Rodrigues, Cláudio Gaya, Reginaldo e Rogério de Poly, Paulo Bacellar, Ciro Barcelos, Leonardo Laponzina (Lennie Dale), Cláudio Tovar, Benedicto Lacerda, Carlinhos Machado e Eloy Simões.

Por sua vez, os *Secos & Molhados* foi formado pelo trio Gerson Conrad, João Ricardo e Ney Matogrosso, na cidade de São Paulo,

entre 1971 e 1974. Sua marca era a musicalidade e a constituição de um "projeto estético", marcado pela androginia como uma possibilidade de transgressão a partir da ambiguidade cênica com seus corpos pintados, purpurinados e rebolativos.

A escolha em abordar a construção das masculinidades disparatadas a partir dos *Dzi Croquettes* e dos *Secos & Molhados* se deu por visualizar, em ambos os grupos, um conjunto heterogêneo de performances, representações, apresentações, música e teatralidade que complexificam uma visão parcial e simplista dos enunciados normativos de masculinidade e feminilidade que atravessavam e constituíam os discursos dos ideólogos da ditadura — que, por sua vez, se valiam de uma retórica de defesa da moralidade pública e dos bons costumes no intuito de controlar e disciplinar os corpos considerados ameaçadores à ordem social e binária de gênero.

Dessa maneira, e a partir do diálogo com Trevisan, é notório que a década de 1970 foi um período marcado pela efervescência e visibilidade da temática homossexual. Como exemplos, o autor menciona a exposição promovida por Darcy Penteado, em 1973, em que "os nus masculinos não só constituíram o tema básico dos quadros como também impregnavam o estilo, de modo que o traço e clima manifestavam um inegável homoerotismo" (TREVISAN, 2011, p. 293); e a montagem da peça *Greta Garbo, quem diria, acabou em Iraj*á, em 1974, de Fernando Melo, que abordava explicitamente a "intimidade de homossexuais masculinos e se tornou um dos maiores sucessos do teatro brasileiro" (Idem). Tal peça ficou vários anos em cartaz e alcançou projeção internacional, sendo montada em Nova York.

Dessa maneira, neste texto, apresento uma reflexão sobre a composição histórica de um regime de visibilidade das homossexualidades, principalmente no âmbito sociocultural, me valendo da concepção foucaultiana de contracondutas. Para isso, esboço o sentido de contracondutas versus dissidências. Em se-

guida, localizo alguns elementos característicos da "abertura" a partir do trabalho de Edward MacRae, *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"* (2018) e, por fim, abordo como o jornal *Lampião da Esquina* se constituiu em um espaço de afirmação de uma identidade homossexual em contraposição a um discurso medicalizante e policialesco das homossexualidades, além de exemplificar como o mesmo também contribuiu na produção de uma determinada pedagogia de gênero ao tematizar as travestilidades e as tensões entre a figura do gay-macho e a do gay-afeminado.

Contracondutas versus Dissidências

Conceitualmente, para tratar da emergência e visibilidade das homossexualidades no âmbito do regime sexual autoritário constituinte da ditadura, mobilizo a noção foucaultiana de "contraconduta", em contraposição à noção recorrente de "dissidência", para nomear e circunscrever um conjunto amplo de práticas e experiências divergentes dos ideários normativos da política de segurança nacional à época.

Engendrada e apresentada por Foucault (2008) em suas ponderações sobre o poder pastoral, em sua aula de 1º de março de 1978, o filósofo identificou um conjunto de práticas de sublevação diante das instituições religiosa e médica em fins do século XVIII, o que, inicialmente, o autor denominou de "revoltas de conduta". Por conseguinte, e mais adiante, Foucault levanta uma questão de caráter vocabular ao indagar:

> aquilo que chamei há pouco de resistências, recusas, revoltas, será que não poderíamos tentar encontrar uma palavra para o designar? Como designar esse tipo de revoltas, ou antes, essa espécie de trama específica de resistência a formas de poder que não exercem a soberania

> e que não exploram, mas que conduzem? (FOUCAULT, 2008, p. 265-264).

A princípio, para responder essa questão, Foucault mobiliza o termo dissidência, para, em seguida, abandoná-lo. Pois, de modo geral, afirma:

> Essa palavra — "dissidência" — talvez pudesse, de fato, convir muito bem para isso, quer dizer, para essas formas de resistência que dizem respeito, que visam, que têm por objetivo e por adversário um poder que se atribui por encargo conduzir, conduzir os homens em sua vida, em sua existência cotidiana. (FOUCAULT, 2008, p. 264).

Dessa maneira, Foucault evoca o termo dissidência para, em seguida, substituí-lo por outra concepção, isto é, a de contraconduta.

> Contraconduta no sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros; o que faz que eu prefira essa palavra a "inconduta", que só se refere ao sentido passivo da palavra, do comportamento: não se conduzir como se deve. Além disso, essa palavra — "contraconduta" — talvez também permita evitar certa substantificação que a palavra "dissidência" permite. Porque de "dissidência" vem "dissidente" [...] em todo caso, faz dissidência quem é dissidente. Ora, não estou muito certo de que essa substantificação seja útil. Temo inclusive que seja perigosa, porque sem dúvida não tem muito sentido dizer, por exemplo, que um louco ou um deliqüente são dissidentes. Temos aí um processo de santificação ou de heroização que não me parece muito válido. Em compensação, empregando a palavra contraconduta, é sem dúvida possível, sem ter de sacralizar como dissidente fulano ou beltrano, analisar os componentes na maneira como alguém age efetivamente no campo muito geral da

> política ou no campo muito geral das relações de poder. (FOUCAULT, 2008, p. 266).

Foucault coloca em suspeição o termo dissidência devido ao ser caráter, ou melhor, devido a determinados usos sacralizadores do termo em relação a grupos ou sujeitos diversos e divergentes da norma. Não por acaso, trabalhos de referência na temática LGBT e ditadura, como os de James Green (2000), Simões e Facchini (2009) e João Trevisan (2011), além de trabalhos recentes como a tese de Renan Quinalha (2017) e a dissertação de Rafael dos Reis Aguiar (2020), ambos produzidos na interface dos campos do Direito e da História, mobilizam o uso do termo dissidência para nomear e agrupar um conjunto de experiências de gênero e de sexualidade contra hegemônicas que, por sua vez, foram alvo das leis promulgadas e aplicadas pelos órgãos de censura e repressão, sem necessariamente enfatizar essa reflexão em torno do termo dissidência.

Por seu turno, a contraconduta denota a maneira como o sujeito conduz a si mesmo como um sujeito moral diante de um conjunto de códigos prescritivos e normativos constituintes de um regime de sexualidade heterocentrada. Isto é, a partir do momento que o sujeito é capaz de racionalizar e identificar elementos da matriz reguladora dos corpos sexuados, e a partir de históricas condições de possibilidade como a contracultura, pode se contrapor e recusar tal modo de governamentalidade.[8]

Consequentemente, a compreensão da dissidência enquanto condição substantiva, pode acabar por reificar e sacralizar posições que, a depender das relações sociais interseccionadas

8 Segundo Judith Revel (2005, p. 54), em Foucault, a governamentalidade configura "um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a econômica política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança."

desses grupos ou sujeitos, ao invés de serem tidas como fixas, podem ser alteradas, desestabilizadas. Dessa forma, e pelos motivos já apresentados, tal categoria nominativa não abarca, por exemplo, a multiplicidade de elementos constituintes dos *Dzi Croquettes* e dos *Secos & Molhados*, catalisados pelo intercâmbio dos vetores de classe, de raça e de sexualidade, deslocando uma compreensão binária entre masculinidades heterossexuais versus masculinidades homossexuais e bissexuais.

Logo, é nessa perspectiva crítica aduzida por Foucault que compreendo determinadas manifestações, como as performances dos *Dzi Croquettes* e dos *Secos & Molhados*, e a emergência do *Lampião da Esquina*, não apenas como alvos do poder mas também como partícipes e produtores de outras condutas. Ao invés de entendê-los enquanto manifestações de uma espécie de transgressão resignada, em que apenas caberia a possibilidade de dizer "não" diante da norma, diante da sujeição, pelo contrário, há uma coragem da verdade que possibilitou a produção de uma contraconduta[9] diante do ideário de masculinidade belicosa, modulada por noções de virilidade e de dominação que vigoravam à direita e à esquerda política do período.

No Brasil da "abertura": considerações históricas

Ao longo da minha trajetória de pesquisa e em diálogo com a historiografia que trata desse período autoritário (MARCELINO, 2011; AARÃO REIS, 2014; RIDENTI, 2018), tenho argumentado que a censura, em suas dimensões política e moral, foi engendrada como um dispositivo jurídico de controle social sobre

9 Sobre as formas de contracondutas e sua relação com a razão de Estado, ver: TEMPLE, Giovana Carmo. Poder e resistência em Michel Foucault: uma genealogia do acontecimento. Tese (Doutorado em Filosofia) — Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2011.

as condutas consideradas inadequadas pelos ideólogos do regime. Como bem assevera Benjamin Cowan (2014, p. 28), os teóricos e planejadores da segurança nacional "apontaram para a homossexualidade, pública ou privada, como manifestação de subversão". Subsequentemente, passaram a monitorar e policiar o que eles consideravam como uma ameaça degenerativa à ordem social, isto é, a atuação e articulação dos movimentos de direitos pautados por uma emergente política de identidade (movimento gay, os feminismos e o *black power*).

Dessa maneira, ao longo dos anos 1970, uma complexa rede de articulação entre segmentos marginalizados engendrou o que viria a ser os movimentos organizados em favor das lutas pelas liberdades sexuais como o SOMOS[10] e o GALF. Por seu turno, diferentemente dos movimentos de emancipação sexual atuantes no contexto estadunidense, no Brasil, a formação e constituição de um Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) se deu no bojo do combate a ditadura.

Conhecido como o período de "transição democrática"[11] e que culminou na chamada Abertura, iniciou-se com a revogação das leis de exceção, os Atos Institucionais, em 1979, e terminou com a aprovação de uma nova Constituição, em 1988. Nas palavras de Aarão Reis, esse período foi considerado de transição

10 Em relação ao grupo *Somos*, Trevisan (2018) aborda como a entrada da *Fração Gay da Convergência Socialista* provocou um processo de embate sobre a melhor maneira de lutar, se de forma apartidária, defendida por Trevisan, ou, se de forma partidária, como defendida pela citada fração, liderada à época por James Green.

11 Sobre as discussões em torno dos termos "distensão política", "política de abertura" e "transição política, ver: CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Ver. *Sociol. Polít.* Curitiba, p. 83-106, nov. 2005.

porque nele se fez um complicado e acidentado percurso que levou de um estado de direito autoritário, ainda marcado pelas legislações editadas pela ditadura, conhecidas como "entulho autoritário", a um estado de direito democrático[12], definido por uma Constituição aprovada por

12 Como bem demonstrado pelo professor e político brasileiro, Ciro Gomes (2020, p. 48), em seu livro mais recente, destaca-se um conjunto de lideranças políticas da época como, "o católico mineiro Tancredo Neves, o democrata-cristão Franco Montoro, o católico conservador do interior de São Paulo Ulysses Guimarães, o usineiro de Alagoas Teotônio Vilela, o socialista Miguel Arraes, o trabalhista que pegou em armas contra o golpe, Leonel Brizola, o comunista João Amazonas, que liderou a guerrilha do Araguaia, o comunista e materialista Luís Carlos Prestes, e o então jovem líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva", assim como o próprio autor, que se reuniram, apesar de suas divergências, para restaurar a democracia brasileira e trabalhar na construção de uma agenda urgente do período: anistia, eleições diretas e a formação da Assembleia Nacional Constituinte. Por sua vez, diante do autoritarismo do atual governo e de sua ideologia neoconservadora, o desafio de recomposição das forças democráticas se faz urgente diante da necessidade de não só combater uma força reacionária mas também de recompor o imaginário social inspirando um novo futuro para o país. Vale lembrar também que a afirmação de que Ciro Gomes foi filiado ao Arena, partido de sustentação da ditadura, não procede. Em 1977, ele ainda era um estudante de Direito na Universidade Federal do Ceará e se juntaria pela primeira vez a uma sigla em 1982. Por força do "Pacote de Abril", instituído pelo governo Geisel, para concorrer a deputado na mesma chapa em que seu pai José Euclides Ferreira Gomes, Ciro teria que estar na mesma legenda, o Partido Democrático Social (PDS), e assim o fez. Logo no ano seguinte, 1983, ele ingressou no MDB. E aqui é preciso lembrar que partidos também tem história e na década de 1980, ainda sob o regime ditatorial, o MDB representava a oposição democrática ao corrupto e decadente governo militar. Algo muito distinto do que o partido se tornou posteriormente e sob o comando de figuras como Michel Temer e Renan Calheiros. Por fim, em 2022, após uma eleição marcada pela violência política em suas múltiplas formas, Bolsonaro se tornou o primeiro presidente a não ser reeleito pós redemocratização. Por sua vez, Lula ganhou seu terceiro mandato com uma diferença de pouco mais de 2 milhões de votos, recebendo um país profundamente dividido, um congresso predominantemente conservador e uma nação com profunda crise econômica, política e social, além de uma

representantes eleitos pela sociedade. (REIS, 2014, p. 125).

Um dos primeiros autores a abordar esse período foi Edward MacRae (2018) ao investigar *A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da "abertura"*. Publicado originalmente em 1990, pela Editora da Unicamp, a tese de MacRae buscou tratar da constituição do militante homossexual no Brasil entre os anos de 1978 e 1985. Por ser um trabalho de referência e já conhecido de boa parte dos estudiosos, não pretendo verticalizar os temas e os argumentos apresentados pelo autor, mas, destacar alguns elementos centrais quando do esmaecimento do aparato censório do regime acompanhado de uma efervescência política e cultural que estava sufocada.

Inicialmente, deu-se a emergência da contracultura como um conjunto de valores e reivindicações por mais liberdade na autodeterminação dos corpos, no exercício da sexualidade e nas atribuições sociais de masculinidades e feminilidades. No contexto brasileiro, os valores e as práticas características da contracultura como "a arte de vanguarda, a liberdade sexual, a estética psicodélica, o abandono das religiões ocidentais em direção ao pensamento oriental, as vivências comunitárias e produções culturais alternativas" (KAMINSKI, 2019, p. 20) atravessaram fronteiras e se disseminaram pelo país a partir das conexões possibilitadas pelos meios de comunicação e os meios de transporte, rapidamente desenvolvidos no pós-guerra.

Em seguida, a irrupção política e social das "minorias" assujeitadas disputando e demandando novas formas de luta e de organização política e, muitas vezes, tendo embates com a classe operária. Essas tensões eram vocalizadas nas páginas do *Lampião da Esquina* com chamadas como "A esquerda joga bosta

---

conjuntura internacional marcada pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Esse cenário aponta para a necessidade de mudanças profundas em nossa democracia, caso contrário, ainda teremos que lidar com a sombra do autoritarismo e com uma democracia assentada em pés de barro.

nas feministas", "Bichinhas sonhando com o poder" ou "Mais tesão e menos encucação".

Vale destacar que, naquele período, entre os setores de esquerda, muitos militantes concebiam "a homossexualidade como um desvio burguês ou uma doença" (GREEN, 2014, p. 191). Entre os membros do Somos[13], em que muitos se identificavam como militantes de esquerda, defendia-se apenas o combate à discriminação de gays e de lésbicas, com raras discussões sobre as travestis, e outros defendiam "a necessidade de priorizar a luta contra a ditadura" (GREEN, 2014, p. 190-191). Assim, a luta percebida como "específica" se contrapunha à "luta maior", isto é, o que importava para boa parte dos agentes sociais organizados era a luta da classe operária contra o sistema capitalista, colocando em segundo plano as lutas e as demandas dos movimentos de mulheres, de negros, de lésbicas e de homossexuais.

Nesse sentido, vale recordar que, desde então, a relação das esquerdas brasileiras com os movimentos feministas e LGBTs

13 Como bem mostra James Green (2015), os primeiros debates públicos sobre o melhor modo de organização das "minorias" brasileiras — mulheres, negros, povos originários e homossexuais, foram marcados por dissensões. Estudantes, escriturários, bancários e intelectuais diversos se reuniam semanalmente em São Paulo, entre os anos de 1978 e 1979. Em um dos debates promovidos pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, uma das principais controvérsias era em torno da luta maior x luta menor. O painel sobre homossexualidade contou com a presença de editores do jornal *Lampião* e de membros do *Somos*. Mais de 300 pessoas lotaram o auditório. "A discussão que se seguiu foi eletrizante, com a troca de farpas e acusações entre os estudantes de esquerda e os representantes homossexuais. Pela primeira vez, lésbicas falavam abertamente sobre a discriminação que encontravam. Estudantes gays reclamavam que a esquerda brasileira era homofóbica. Defensores de Fidel Castro e da revolução cubana argumentavam que a luta por direitos específicos, contra o sexismo, racismo e homofobia, iria dividir a esquerda. Eles argumentavam que o povo devia se unir na luta geral contra a ditadura" (GREEN, 2015, p. 274).

no Brasil não é consensual, pelo contrário, é um complexo jogo de disputas e de negociações que, em diversos momentos, deixaram as demandas desses movimentos em segundo plano, seja em favor da luta "considerada maior" ou em nome da governabilidade[14] e manutenção da ordem política e social heterocentrada.

Por fim e a partir da ocupação do espaço público por essa população, até então, estigmatizada e subalternizada, fomentou-se a construção de espaços de sociabilidade a partir de uma visibilidade negociada, tanto na imprensa quanto no campo das artes, conquistando-se territórios e gestando-se redes de articulações contingentes e impensáveis (RODRIGUES, 2016).

A imprensa contra hegemônica: o Lampião da Esquina

Tratar do *Lampião da Esquina* não é uma excepcionalidade. A produção acadêmica sobre o principal periódico produzido por e para homossexuais, no Brasil da abertura, é vasta e pujante. Como já tratei em texto anterior (SILVA, RUBIO, 2018), o *Lampião da Esquina* foi um dos principais catalizadores de uma outra concepção discursiva de caráter afirmativo das homossexualidades e, desde então, tem sido uma fonte incontornável das

14 Refiro-me à concessão do controle da Comissão de Direitos Humanos (CDH), em 2013, ao Partido Social Cristão (PSC) e, subsequentemente, a eleição do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC) à presidência da mesma. Até então, a CDH era comandada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas, com a resistência que se desenhava por parte da chamada bancada evangélica em torno da implementação de políticas públicas pró-feministas e LGBTs e em nome da governabilidade e das alianças partidárias engendradas pelo governo Dilma Rousseff à época, as demandas desses segmentos foram colocadas em segundo plano. Conferir: SINDICATO dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo. *Feliciano nos Direitos Humanos da* Câ*mara reflete alian as de Dilma, afirmam ativistas*. Disponível em: https://sintrajud-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100419949/feliciano-nos-direitos-humanos-da-camara-reflete-aliancas-de-dilma-afirmam-ativistas. Acesso em: 25 maio 2020.

pesquisas que buscam analisar temas como, lesbianidades, travestilidades, feminismos, masculinidades, entre tantos outros, distribuídos nas 38 edições do periódico que circulou no Brasil entre os anos de 1978-1981.

Nessa linha interpretativa sobre os anos 1970, Green e Hipólito (2006) corroboram que boa parte daquela geração testemunhou "uma verdadeira explosão discursiva em torno da homossexualidade no Brasil. Inúmeras matérias em jornais e revistas, de grande circulação ou não, atestam o fato de que os gays tinham se tornado um assunto público de grande relevância" (2006, p. 178). Jornais de grande circulação passaram a separar um espaço para abordar as mudanças e transformações no regime sexual brasileiro de então, como a *Coluna do Meio*, do jornalista Celso Curi, publicada no jornal *Última Hora*, de São Paulo, de fevereiro de 1976 até novembro de 1977.

Devido à censura e às pressões sociais a coluna foi extinta e o jornalista foi processado por "atentado ao pudor". (COELHO, 2014, p. 43). Outros jornais da grande imprensa como o *Gazeta de Notícias*, com a *Coluna Tudo Entendido*, escrita por Fernando Moreno, e o *Correio de Copacabana*, com a coluna *Guei* de Glorinha Pereira, também apresentaram um espaço para tematizar as sexualidades divergentes.

Mas, nem todas as matérias e menções à homossexualidade que circulavam em diversas mídias impressas apresentavam um olhar inovador e positivo do comportamento homossexual como passou a se fazer quando da publicação do *Lampião da Esquina*. Pelo contrário, se abordava a temática homossexual, seguidamente, em um tom depreciativo e subalternizante.

Em sua estreia, na edição de número zero, publicada em abril de 1978, no editorial *Saindo do gueto*, perguntava-se: "Mas um jornal homossexual para quê"? Preocupados em justificar e apresentar o motivo de sua existência, o conselho editorial do *Lampião da Esquina* respondeu da seguinte forma:

> nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. [...] Nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns querem impor — que a nossa preferência sexual possa interferir em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. (*Lampião*, número zero, 1978, p. 2).

Diferentemente de boa parte da imprensa gay que o antecedeu, o *Lampião da Esquina*, além de promover um enfoque político das homossexualidades, o fazia sem abandonar o humor, a ironia, o sarcasmo e o vocabulário gay do período. (PÉRET, 2011, p. 49).

Um exemplo: apesar de ser um jornal classificado como *underground* e identificado com uma dada concepção política de esquerda, *O Pasquim* (MARKUN, 1986; BUZALAF, 2009) foi um dos veículos de imprensa alternativa a disseminar termos pejorativos como "bicha" para denominar homossexuais. Segundo Christopher Dunn (2016, p. 184),

> O uso excessivo do termo bicha para descrever quase todo mundo esvaziou o termo de seu significado. Um ano depois, porém, *O Pasquim* chegou às bancas com a manchete sensacionalista "Todo paulista é bicha". Em letras minúsculas entre "todos paulistas" e "são bichas", aparece o qualificador "quem não gosta de mulher". Nesse caso, o humor era muito ambíguo. Como no artigo de Castro editor de O Pasquim, o uso de bicha neste contex-

> to é absurdo, mas dado o notório paroquialismo carioca do jornal, ou bairrismo, a acusação depreciativa do termo manteve sua força. (Tradução livre)

Apesar da postura autodenominada libertária, *O Pasquim* "era machista, fazendo do feminismo e da homossexualidade objetos de chacota e provocação" (KUCINSKI (2018, p. 213), mostrando que em ambos espectros políticos e sociais tais temas eram alvos de ataques diversos. Por outro lado, a invenção e atuação artísticas de grupos como *Dzi Croquettes*, *Secos & Molhados*, *Les Étoiles*, Edy Star, entre tantos outros e outras, foram cruciais na construção e consolidação de uma inteligibilidade em torno das homossexualidades[15] como um modo legítimo de existência.

Além do jornal *Lampião da Esquina*, outro veículo impresso voltado para a temática das homossexualidades foi a revista *Rose*. Considerada a primeira revista gay do Brasil (LOPES, 2011), a *Rose* circulou entre os anos de 1979-1983. Com aproximadamente 56 edições, em suas páginas, de modo similar ao *Lampião da Esquina*, eram publicadas informações do cenário artístico e cultural do período, além de contos eróticos e anúncios de homens homossexuais interessados em corresponder-se entre si.

Mesmo com uma maior reverberação do *Lampião da Esquina*, a *Rose* também contribuiu na consolidação de um espaço discursivo mais aberto, contribuindo para um novo regime de visibilidade das sexualidades divergentes nos campos social, cultural e político. O *Lampião da Esquina*, por seu turno, contou com três anos e meio de vida, contando com trinta e sete edições, além do número de estreia e mais três edições especiais. Sua estrutura, em formato tabloide, era composta por seções temáticas como: *Opinião* (o equivalente ao editorial); *Ensaio*; Esquina com notícias; *Reportagem*, representada pela matéria de capa; Literatura; *Tendência* (seção cultural que se

15 Em relação à transexualidade, destaca-se que a mesma ganhara maior visibilidade e inteligibilidade no final dos anos 1970 com as trajetórias midiatizadas de nomes como João Nery (2019) e Roberta Close (VERAS, 2016).

divide em Livro, Exposição e Peça) e *Cartas na mesa*, onde continha correspondências publicadas e respondidas aos mais diferenciados pontos de vista de leitores que interrogavam o jornal. A partir do número cinco é publicada uma nova seção, *Bixórdia*, de fofocas em geral. (RODRIGUES, 2010; SILVA, RUBIO, 2018).

Dessa maneira, O *Lampião* e a *Rose* funcionavam como uma imprensa contra hegemônica, negociando e gestando um regime de visibilidade mais democrático em torno das sexualidades e identidades divergentes.

Em suas páginas, o *Lampião da Esquina* também ensejava um jogo de alteridade entre ser um homossexual masculino e não afeminado e ser uma travesti, esta, por conseguinte, era ainda vista como uma vertente da homossexualidade, vulgarmente entendida como "homem que quer ser mulher", já que, naquele período, ainda não tínhamos uma definição e/ou separação objetiva das noções de orientação sexual e de identidade de gênero.

Para se ter uma ideia, em onze edições do periódico, o termo travesti e/ou a imagem de travestis apareciam estampada nas capas como nas edições de nº 4, 21, 22, 32, 35 e 36. Em sua maioria, a abordagem tinha uma perspectiva da "aceitação, com cer-

Figura 1: *Lampião da Esquina*, ano 3, nº 32, jan. 1981.
Figura 2: *Lampião da Esquina*, ano 3, nº 36, maio 1981.

to paternalismo, sustentando que a travesti é aquela que soube confundir o sistema." (RODRIGUES, 2014, p. 116).

Outra edição que tratou da tensão entre a imagem do gay-macho em oposição ao gay-afeminado foi a de número oito, publicada em janeiro de 1979. Já tendo abordado esse caso em texto anterior sobre os processos de hierarquização entre as masculinidades (SILVA, 2016), retomo-o no intuito de exemplificar como o *Lampião* influiu numa pedagogia das relações de gênero e, em algum nível, na manutenção de uma lógica binária nas relações homoeróticas e/ou homoafetivas como na polarização entre homem/macho/ativo/dominante versus bicha/passiva/efeminada/submissa.

O artigo *Gay-Macho: uma tragédia americana*? Foi uma versão traduzida e condensada de um texto de autoria de Seynour Kleinberg, publicado originalmente na revista estadunidense *Christopher Street* e depois no jornal *Gay News*. Resumidamente, inicia-se descrevendo o Anvil Bar, uma boate gay de Nova York, conhecida à época pelos famosos shows de dança protagonizados por rapazes nus em cima do balcão quadrado. Kleinberg descreve uma mudança nas atitudes do público que frequentava esse bar, a saber:

> uma estudada masculinidade. Nada de desmunhecadas ou requebros excessivos. A maneira de andar e de falar, o tom de voz, as roupas, a aparência em geral são corretíssimos: estamos em terra de machos. [...] Na verdade, os jovens homossexuais parecem ter abjurado o efeminamento com universal sucesso. Corpos musculosos laboriosamente cultivados durante todo o ano parecem ser o padrão; a agilidade atlética e cheia de juventude é o estilo adotado por todos. (*LAMPIÃO*, ano 1, nº 8, janeiro de 1979, p. 8).

Figura 3: *Lampião da Esquina*, ano 1, nº 8, jan. 1979.

Kleinberg considerava que grande parte do machismo presente nos bares e locais gays de Nova York era fruto da ausência de mulheres. "Enquanto ali se encontram, os homens, naturalmente, estão vivendo como se não houvesse mulheres no mundo" (*LAMPIÃO*, ano 1, nº 8, janeiro de 1979, p. 8). Com isso, ele percebe entre as interações homoeróticas um "desprezo universal pelos homossexuais que se comportam sexualmente como mulheres" (Idem). Essa oscilação de comportamento em relação ao feminino se deu em grande medida pela mudança, segundo Kleinberg, do chamado comportamento camp, que começou na década de 50, produzindo um "feminino extravagante que libertou muitos gays da raiva contra seu próprio modo de vida às escondidas" (Idem) tornando-se uma espécie de arma e de crítica às práticas sexistas e a assimetria entre homens e mulheres na sociedade norte-americana do período.

James Green (2000), Júlio Simões e Regina Facchini (2009) vão argumentar que, no Brasil, ao longo dos anos 1970, concorriam dois modelos de sociabilidade homoerótica. O primeiro

enfatizava a hierarquia de gênero, dividindo os homossexuais em "ativos" e "passivos", "bichas" e "bofes", e as mulheres entre "sapatões" e "mulheres" ("ladies").

E o segundo, enfatizava a igualdade de orientação sexual, independente das atribuições sociais associadas ao masculino/feminino ou a atividade/passividade sexual. Consequentemente, se criou novas categorias de identidade sexual como "entendidos", "entendidas", "homossexuais", "gays" e "lésbicas" para nomear pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo, independente de apresentarem uma expressão de gênero afeminada ou masculinizada.

De certa forma, o *Lampião* não só vocalizou as tensões de uma determinada pedagogia do desejo, mas também instituiu modos de classificar e nomear as diversas expressões das homossexualidades. Em relação ao texto do Kleinberg, hoje, entendo que o mesmo acabava reificando a ideia de que ser homossexual necessariamente se associada ao espectro feminino, reforçando um estereótipo entre homossexualidade e afeminamento. (NONATO, 2020).

Por outro lado, é possível dizer que essa encenação de homens gays com elementos característicos da imagem do "macho americano" como bigodes, músculos sobressalentes, etc., funcionava como uma paródia do gênero masculino hiper viril, para evocar uma expressão butleriana. No mais, atribuir o machismo a ausência de mulheres em um determinado espaço, tendo o acúmulo de reflexões sobre as dinâmicas das relações de gênero na contemporaneidade, é desconhecer os meandros de produção e naturalização das assimetrias e hierarquias subsumidas nas relações de gênero independente da orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos.

Esses são alguns dos exemplos de como o *Lampião da Esquina*, além de produzir uma compreensão positiva das homossexualidades, também retratou as disputas dentro do próprio seg-

mento. No mais, e retomando o lugar do *Lampião* no âmbito da luta política e social, e pelos limites deste texto, não pretendo aprofundar a complexa e difusa relação dos movimentos LGBTs com as instâncias sindicais e partidárias do período, mas, sinalizar a permanência tanto de um embate entre a ideia de "luta maior" versus "luta menor" (SILVA, RIBEIRO, 2020), além de uma espécie de cooptação que muitos dos movimentos e entidades representativas, desde então, passaram a experimentar no campo da arena política nacional, conforme abordado por Trevisan (2018) e também sinalizado por José Lopes (2014).

Ao analisar a conquista de *direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura* à *democracia*, José Lopes argumenta que a defesa de um regime democrático passa também pela defesa das liberdades individuais. Neste caso, reconhece-se que os movimentos de emancipação sexual tiveram embates com os partidos políticos, pois,

> se os partidos se restringissem a ganhar eleições, ou promover revoluções, perderiam sua capacidade de dirigir efetivamente os corações e as mentes das pessoas. Os movimentos sociais, não organizados em partidos, tinham a possibilidade de ganhar os corações e as mentes, mas para isso era necessário manter um espaço público em que eles pudessem livremente se organizar e, por outro lado, mantê-los autônomos dos partidos políticos. (LOPES, 2014, p. 279).

Na ocasião, em fins da ditadura e na "abertura" lenta, gradual e progressiva, conforme nomeada por Geisel, homossexuais demarcavam seu pertencimento à classe trabalhadora, como na participação da Convergência Socialista no feriado de 1º de maio de 1980, sem apagar sua identidade sexual. Ainda que não fosse um termo presente no vocabulário político da

época, hoje, podemos nomear essa investida como um modo de construção de alianças estratégicas (BUTLER, 2018), de gestar "corpos em alianças", ainda que contingentes. De certa maneira, tratar da história do *Lampião da Esquina* acaba por se confundir e/ou se sobrepor com boa parte da história da formação dos movimentos de emancipação sexual da época.

Além da compreensão já consolidada de que o jornal *Lampião da Esquina* contribuiu na produção de um regime de visibilidade das homossexualidades, deslocando-as das páginas sensacionalistas, produzindo outras condutas e resistindo às investidas hegemônicas de caráter patologizante e policialesco, ele também incidiu na formatação de uma subjetividade homossexual; registrou as lutas e agruras das chamadas "minorias sexuais"; registrou o pensamento de artistas e políticos do seu tempo e impulsionou a criação e organização subsequente dos movimentos de emancipação sexual, "mas também foi partícipe e instituinte de uma pedagogia de gênero, forjando hierarquias identitárias e disputando o controle e os códigos de produção narrativa." (SILVA, RUBIO, 2018, p. 168).

Tanto é que, ainda hoje, quando queremos tratar da história LGBTs, nos debruçamos nas letras e imagens de cada edição do *Lampião* assim como das produções acadêmicas e audiovisuais que o abordam.

Considerações Finais

Tendo se passado um pouco mais de 40 anos de luta do movimento LGBT brasileiro é válido sinalizar alguns desafios que o mesmo enfrenta na contemporaneidade. Primeiro, não podemos falar apenas de um, mas de vários movimentos, pois as entidades representativas, as filiações político-partidárias e os embates em torno das pautas fundamentais, assim como das maneiras de luta e atuação públicas, configuram um complexo

mosaico de modos de enfrentamento, de construção de agendas, de práticas e de interesses diversos e até distintos na arena LGBT brasileira.

Com efeito, alguns desafios constituintes dos movimentos de emancipação sexual quando da "abertura" ainda persistem como a formação de novas lideranças e a necessidade de uma maior presença e representatividade da população LGBT na política[16]. Movimento que tem crescido significativamente, mas ainda tem um longo percurso a se fazer. Assim como os debates e embates em torno de maior visibilidade e representatividade dentro do próprio segmento, são alguns dos temas recorrentes. (IRINEU, 2018; BULGARELLI, 2018).

Além disso, ainda temos a sombra da antiga querela entre "luta maior" e "luta menor" que hoje se traduz no embate entre a urgente necessidade de articulação de uma política emancipatória e de reconhecimento da *diversidade* informada por uma política de redistribuição de renda, continua dando o tom das lutas (FRASER, 2002, 2018).

Junto a esses elementos, há também a percepção de um eminente desgaste de certas formas de luta e composição política pautadas exclusivamente em posições de identidade (HAIDER,

16 Neste caso, podemos elencar alguns parlamentares gays como o senador Fabiano Contarato (REDE-ES e que atualmente filiou-se ao PT-ES), os deputados Federais Professor Israel Batista (PV-DF), David Miranda (PSOL-RJ e atualmente filiado ao PDT-RJ), Marcelo Calero (Cidadania- RJ), Rafael Pereira Sousa (PSDB-PB) e o prefeito de Lins, Edgar de Souza (PSDB), como exemplos da crescente presença e visibilidade de homens gays na política institucional brasileira, disputando os ideários da masculinidade hegemônica na esfera pública. Semelhantemente, temos um conjunto de políticos transgêneros que também disputam esse campo político como as deputadas Erica Malunguinho (PSOL-SP), Erika Hilton (PSOL-SP), Duda Salabert (PDT- MG), e vereadores como Thamy Miranda (sem partido), Kará (PDT-RJ), Linda Brasil (PSOL-SE), entre outros.

2019; LILLA, 2018; ROUDINESCO, 2021). Esses são alguns dos desafios que estão postos tanto para acadêmicos quanto para ativistas e militantes dos movimentos e coletivos LGBTs contemporâneos.

Obviamente que tais questões demandam uma longa reflexão que escapa ao espaço deste texto, mas me parece urgente um recobrar de um pensamento LGBT brasileiro que sistematize e engendre outras condutas, oriente e ofereça outros caminhos para as nossas questões sob uma perspectiva decolonial.

Natanael de Freitas Silva é Graduado, Mestre e Doutor em História pelo PPHR/UFRRJ/CAPES. Membro do Laboratório de Estudos das Relações de Gênero, Masculinidades e Transgêneros/UFRRJ (LabQueer) e do grupo de estudos em Direitos Humanos da UFABC. E-mail: natanaelfreitassgmail.com

Referências

AGUIAR, Rafael dos Reis. *O estado policial-securitário e as violências ANTI-QUEER no Brasil*: a governamentalidade sexual da ditadura civil-militar à redemocratização (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Direito) — Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

BULGARELLI, Lucas. Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 487-499.

BUZALAF, Márcia Neme. A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. Por que há uma onda revisionista das ditaduras sul-americanas. Entrevista. Marcos Napolitano. *Nexo Jornal*. 02/09/2018. Disponível: https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/09/02/Por-que-há-uma-onda-revisionista-das-ditaduras-sul-americanas Acesso: 18/04/2022.

COELHO, Vinicius. *Lampião da Esquina:* Porta voz dos homossexuais (1978-1981). Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (Org.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 27-52.

DUNN, Christopher. *Contracultura*: alternative arts and social transformation in authoritarian Brazil. The University of North Carolina Press, 2016.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (org.). *Ditadura e homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 125-147.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas e Lésbicas negras. In: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 91-120.

FEITOSA, Cleyton. Diversidade sexual e partidos políticos: uma análise da cidadania LGBT nos estatutos partidários brasileiros. *Revista Feminismos*, v. 9, n. 2, 2022.

FEITOSA, Cleyton; RODRIGUES, Julian. Ativismo LGBTI no Partido dos Trabalhadores: Entrevista com Julian Rodrigues. *InSURgência*: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, p. 1-22, 2022.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, p. 7-20, Outubro 2002.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump — e além. *Política & Sociedade* Florianópolis. Vol. 17, nº 40, p. 43-64, set./dez. de 2018.

GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GOMES, Ciro. *Projeto Nacional*: o dever da esperança. — São Paulo: LeYa, 2020.

GREEN, James. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, (15), 271-295, 2015.

GREEN, James. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. *In*: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org.). *Ditadura e homossexualidades:* repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 177-200.

GREEN, James. O AI-5 atrasou por anos o movimento gay no Brasil. *Unisinos*. 02/05/2014. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/noticias/530844-qo-ai-5-atrasou-por-anos-o-movimento-gay-no-brasilq Acesso: 12/05/2022.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade*: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

IRINEU, Bruna. Negociações, disputas e tensões na arena LGBT brasileira entre os anos 2010 e 2014. In: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 471-486.

JESUS, Jaqueline. Travessia: caminhos da população trans na história. In: : QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 379-392.

KAMINSKI, Leon. Mundo Afora, Brasil adentro: a circulação cultural da contracultura e suas apropriações. *In*: KAMINSKI, Leon. *Contracultura no Brasil, anos 70*: circulação, espaços e sociabilidades. Curitiba PR: CRV, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*: Nos tempos da imprensa alternativa. 3. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LAMPIÃO. *Edição experimental*. Número zero. Abril, 1978.

LILLA, Mark. *O progressista de ontem e o do amanhã*: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. Companhia das Letras, 2018.

LOPES, Charles Roberto Ross. *Seja gay... mas não se esqueça de ser discreto*: produção de masculinidades na Revista Rose (Brasil, 1979-1983). Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARKUN, Paulo. Pasquim-SP: a burrice que se cuide!. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 55-61, dez. 1986.

NERY, João Walter. *Viagem solitária*: a trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade. 2. ed. Rio de janeiro: Editora Leya, 2019.

NONATO, Murillo. *Vivências Afeminadas.* Pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. Salvador, BA: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Periódicus*, 1(7), p. 06-19, 2017.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul.* Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PERÉT, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes*: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REVEL, Judith. *Michel Foucault*: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. A política dos costumes. Disponível em: https://artepensamento.com.br/item/a-politica-dos-costumes/. Acesso em: 29 mar. 2020.

RIDENTI, Marcelo. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática. *Concinnitas*, ano, 19, n. 3, p. 86-100, dez. 2018.

RODRIGUES, Jorge Caê. *Impressões de Identidade*: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EdUFF, 2010.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (Org.). *Ditadura e Homossexualidades*. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 83-123.

RODRIGUES. Rita de Cassia Colaço. Artes de Acontecer: Viados e travestis na Cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX a 1980. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 90-116, set. 2016.

ROUDINESCO, Elisabeth. *O eu soberano*: ensaio sobre as derivas identitárias. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, Daniel Henrique de Oliveira, CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Movimentos feministas e LGBTS no Brasil e o enfrentamento da repressão e do obscurantismo em dois tempos: uma luta "menor"?. *Caderno Espaço Feminino, S. l.*, v. 32, n. 2, p. 200-226, 2020.

SILVA, Natanael de Freitas. Dzi Croquettes e as masculinidades disparatadas. *História, Histórias*, Brasília, v. 6, p. 80-99, 2018.

SILVA, Natanael de Freitas; RUBIO, Natam Felipe de Assis. Sexualidade homossexual no jornal Lampião da Esquina. *Transversos*. UERJ, n. 14, p. 165-186, set./dez. 2018.

SILVA, Natanael de Freitas. *Dzi Croquettes* e *Secos & Molhados*: masculinidades disparatadas. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo? *In*: GREEN, James N; QUINALHA, Renan H; *et al.* (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 137-155.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso* — a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

VERAS, Elias. Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

VERAS, Elias. O fenômeno Roberta Close" e as "sexualidades periféricas" no centro da cena público-midiática Fortaleza, Ceará (1980). *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 168-181, set. 2016.

Gay Paradise?! As marcas da cisheteronormatividade presente na censura no Brasil da Abertura Democrática

Kleber Simões
UNEB

Eram os anos iniciais da década de 1980 e a maquiadora Danielle, uma travesti, branca, de classe média, vivia uma rotina agitada. Depois de um dia de trabalho, maquiando as mulheres soteropolitanas em seu estúdio, que ficava na Ladeira da Barra, ela saia às pressas para seu apartamento, localizado no bairro do Canela, para se arrumar requintadamente, chamar o Tele Táxi[1] e chegar deslumbrante para brilhar no espetáculo *Off Broadway*, exibido às quartas, quintas e domingos no palco da Boate Holmes, situada na Ladeira da Gamboa, no bairro do Dois de Julho.

1 "Nomenclatura de empresa que presta o serviço de táxi na cidade de Salvador, Bahia, fundada em 1980 e que foi mencionada por Danielle em entrevista concedida em fevereiro de 2022". Para maiores informações sobre a história da empresa, ver: https://eitaxi.com.br/teletaxi-salvador-completa-40-anos-de-historia/.

Danielle iniciou sua carreira como atriz no ano de 1969, atuando em obras do Cinema Marginal[2] baiano. Sua estreia se deu com o estrondoso filme Meteorango Kid — um herói intergaláctico,[3] de André Luiz Oliveira, seguido de outra participação em *Akpalô*, filmado no ano de 1970 e dirigido por José Frazão e Deolindo Checucci. A parceria de trabalho com o diretor e dramaturgo Deolindo Checcucci teve prosseguimento no teatro, de modo que a sua primeira experiência nos palcos ocorreu em peças dirigidas por ele: *O futuro está nos ovos*, de 1970, e o espetácu-

2 "Filho do Cinema Novo, o Cinema Marginal se caracterizou pelo investimento político, poético e estético numa recusa aos padrões convencionais de produção de roteiro e linguagem visual vigentes no país até os anos 1960, resultando numa cinematografia baseada na representação paródica, no acúmulo de significações fragmentadas e na utilização de uma narrativa debochada e irônica, que carnavalizava temas sociais e destronizava as figuras de sociais de autoridade". Para maiores informações sobre o cinema marginal, ver: RAMOS, Fernão. Cinema Marginal (1968/1973): A Representação em seu Limite. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 16.

3 "*Meteorango Kid: herói intergaláctico* narra a história de Lula, estudante morador da cidade de Salvador. No dia de seu aniversário, vive experiências transgressoras do plano social, cultural e político, constituindo-se num anti-herói que dispara críticas sobre as instituições do Regime Civil-militar, a família, o cristianismo, o patrulhamento ideológico, a juventude e as sexualidades. Sua estreia ocorre no V Festival de Brasília, em 1969, mas, devido à censura, só entra em circuito de cinema para exibição ao público a partir de 18 de maio de 1970. Dado seu projeto transgressor e o episódio de censura, o filme atraiu grande público aos cinemas, tornando-se marco da cinematografia marginal do país produzida durante o regime ditatorial. Para maiores esclarecimentos, ver o documentário Procura-se Meteroango Kid, vivo ou morto, dirigido por Marcel Gonnet e Daniel Fróes, lançado na programação do 54º Festival de Cinema de Brasília, no ano de 2021". Para melhor compreensão da obra, o filme *Meteorango kid: herói intergaláctico* está disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?vqADbILKA7Jg. Acesso em: 27 de abril de 2022.

lo de teatro musical, *Nosso céu tem mais estrelas*, exibido em 1971. Após algumas outras experiências como atriz, Danielle se dedicou quase que exclusivamente ao trabalho como maquiadora, atividade que lhe garantiu prestígio, trânsito social e sustento financeiro. No ano de 1973, ocorreu sua primeira produção individual, o *Danielle Magic Fashion Show,* um espetáculo de exposição de moda e maquiagem. Após uma breve pausa, sua carreira como atriz é retomada em 1980, com o espetáculo *Off Broadway*.

Em sua entrevista,[4] Danielle rememorou aquele período em tom nostálgico, destacando que *Off Broadway* marcou não só ela, como a classe de artistas transformistas da época, uma vez que se tratava de um musical contagiante, estrelado por uma constelação de artistas que se dedicava à arte do transformismo na cidade de Salvador. Para Danielle, este foi um espetáculo que teve grande reverberação não somente enquanto artista, mas pessoalmente, porque foi naquela experiência que um "Gay Paradise" foi revelado para ela. Em suas próprias palavras:

> Off Broadway foi um espetáculo que me esvaziou totalmente. Eu fiz o espetáculo e, durante o espetáculo, eu observava muito o que acontecia no camarim e, um dia, eu chamei Aninha Franco e Leonel Amorim, e disse: "Aninha, eu quero que você escreva uma peça sobre o off Broadway do Off Broadway". O off do off, que seria o que eu vivenciei naquele camarim. (DANIELLE, 2021).

Como atriz, produtora e ativista,[5] Danielle se viu provocada pela realidade presente naquele microcosmo que abarcava o ca-

4 Entrevista concedida em 10 de fevereiro de 2021 (ano 2 da pandemia do Sars-Cov2).

5 "Além de sua atuação nas artes, Danielle desempenhou um papel importante no ativismo homossexual antes mesmo do surgimento dos primeiros grupos gays institucionalizados do país. Em reportagem publicada pelo jornal

marim da boate Holmes. Decidiu então construir um espetáculo que colocaria em cena as vivências e experiências de travestis e de atores transformistas da cidade de Salvador. Dando início à empreitada, optou pelo drama como gênero teatral, pois, como ela mesmo esclarece: "qualquer coisa relacionada a travesti, é dramática. [...] Qual é o gay no Brasil que não tem uma história dramática? De exploração, de ameaça, de extorsão, de tudo" (DANIELLE, 2021).

A escrita da peça contou com a colaboração do cenógrafo e diretor teatral Leonel Amorim, que já acumulava experiências na direção de espetáculos teatrais produzidos pelo estilista Di Paula, tais como a peça Madame Rosa. Por sugestão de Leonel, Danielle foi convencida a enviar texto para o Concurso do Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN),[6] pois caso vencesse

Tribuna da Bahia de 6 de maio de 1972, Danielle concede entrevista sobre a articulação que estava construindo para a realização do primeiro Congresso de Homossexuais do país. Sua atuação como ativista é analisada pela historiadora Rita Colaço Rodrigues". Para maiores informações, ler: RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2013.

6 "O INACEN, Instituto Nacional de Artes Cênicas, foi fundado em 1981, substituindo o antigo Serviço Nacional do Teatro, criado em 1937, e estava vigente até então. Apesar da mudança de nomenclatura, no que tange à política cultural do regime ditatorial, o INACEN representou por um lado a continuidade da estrutura de mecenato oficial, com pagamento de premiações e editais de fomento para montagem de textos teatrais. Mas, por outro lado, inaugurou uma forma de gestão do órgão público que seria regido por um conselho deliberativo composto em sua maioria por representantes da sociedade civil ligados às artes cênicas. Esse novo modelo apresentava consonância com as perspectivas de uma fundamentação democrática sinalizando mudanças para a atuação dos órgãos públicos na Abertura Democrática". Maiores informações ver: NAPOLITANO, Marcos. Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios: USP — Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

a premiação, haveria subsídio financeiro para a montagem do espetáculo. Não deu outra: o texto de Danielle foi o campeão do concurso nacional, sendo contemplado com o prêmio.

A alegria da conquista cedeu rapidamente espaço para uma preocupação: obter a autorização da Censura para exibição. Assim, em 31 de agosto de 1983, Leonel Luiz Cabús de Amorim dava entrada na Superintendência da Polícia Federal em Salvador no processo para exame da peça *Gay Paradise,* de autoria de Danielle.

No pequeno espaço deste artigo acompanharemos o processo de liberação da peça *Gay Paradise* a fim compreender como o contexto de Abertura Democrática foi marcado por ambiguidades e contradições que atravessavam as relações de poder que produziram discursos, através da articulação entre produção artística e censura, sobre as formas de aparição das sexualidades nas artes.

No momento de desmonte do Estado ditatorial no Brasil, a tecnologia censória passou por reconfigurações para que as dissidências sexuais e de gênero se tornassem visíveis e falassem de suas vidas, mas, suas representações artísticas deveriam ser marcadas como negativas, necessitadas de vigilância e controle. Orientada pela governamentalidade (FOUCAULT, 2008) cisheteronormativa (VERGUEIRO, 2016; BUTLER, 2001) a censura continuou, mesmo nos seus últimos anos de atuação, a regular a aparição pública desses corpos, sexo e gênero dissidentes no regime de visibilidade da cultura brasileira.

Ao longo do regime civil-militar brasileiro, uma racionalidade política, em termos foucaultianos, a governamentalida-

de, instituiu um regime de visibilidade, através da tecnologia biopolítica (FOUCAULT, 1999) da censura, na qual os corpos não conformes e performatividades de gênero e sexualidades dissidentes da cisheteronorma só poderiam ser representados em cena a partir de seu enquadramento (BUTLER, 2015) como doentios, perigosos, monstruosos, infelizes ou incompletos. A governamentalidade da tecnologia censória interagia com a matriz de inteligibilidade (FOUCAULT, 1997; BUTLER, 2020) cisheteronormativa para atuar na seleção da produção artística a partir de uma valoração dicotomizada: a) verificando que os corpos e experiências heterossexuais estivessem posicionadas como normais, saudáveis, naturais e, portanto, humana; b) intervindo e pressionando para que corpos e experiências não heterossexuais fossem representadas como o anormal, o patológico, o antinatural e, consequentemente, não humana.

Será atuando a partir desse pensamento binário que os servidores públicos Técnicos da Censura se posicionaram para avaliar os textos para exibição pública. Contudo, para além do veto total, que proibia os espetáculos de serem apresentados. As operações sutis de veto a determinadas palavras ou passagens inteiras do texto que seria encenado, revelam a fina malha de micropoderes que recaía sobre a produção artística teatral, regulando as formas de aparição pública de corpos, sexo e gênero dissidentes da cisheteronormatividade. A análise do texto *Gay Paradise* pelos técnicos da Censura Federal é bastante emblemática dessa dinâmica, uma vez que o texto foi liberado para exibição, desde que apresentasse a supressão ou mudança de determinadas cenas ou palavras.

Contudo, antes é necessário compreender as condições de emergência do texto escrito por Danielle, buscando elementos que possibilitem alcançar a dimensão política de *Gay Paradise*, peça atravessada pelas disputas na construção da cidadania das populações sexo e gênero dissidentes, a partir da proposi-

ção de formas estéticas e poéticas de um teatro que reclamava outras representações de corpos e vidas não heterossexuais. Perfaz, assim, outros itinerários, forja outra gramática de uma política do desejo que almejava dar visibilidade, na esfera pública, para as populações sexo e gênero não conformes com a cisheteronormatividade.

Desconfianças, sonhos e luto de um paraíso gay no Brasil da Abertura

Quando Danielle escreveu a peça, estava na aurora dos anos 80 e a ditadura dava sinais de desgaste. Certamente, a euforia das transformações que se faziam evidentes, desde fins dos anos 1970, fomentou sentimentos ambíguos. Entre eles, certa descrença de que o processo de redemocratização resultasse na construção de uma sociedade onde corpos, sexo e gênero dissidentes pudessem ser reconhecidos como vidas vivíveis, e, portanto, gozassem dos privilégios do estatuto de pessoa cidadã ou mesmo da condição de humanidade.

Tais expectativas certamente eram nutridas pelas transformações no campo da política entre os anos finais de 1970 e a década de 1980, período em que estudiosas como Maria da Gloria Gohn (2011), Evelina Dagnino (2002) e Ruth Cardoso (1996) afirmam ter sido o momento de rearticulação dos movimentos sociais, principalmente os movimentos feminista, negro e indígena. Para MacRae (2018) e Green (2019), o final da década de 1970 e os anos iniciais dos anos 1980 se mostraram promissores para o ativismo das dissidências sexuais e de gênero.[7]

7 Aqui se apresenta a nomenclatura ativismo das dissidências sexuais e de gênero para possibilitar uma compreensão mais abrangente e ampla do processo histórico para além das configurações do movimento político de emergência do que ficou definido como movimento homossexual brasileiro, na tentativa de, através do uso da terminologia ativismo apontar para a possi-

Apesar de certo impacto que a emergência do ativismo político homossexual trazia para o campo da atuação partidária institucional brasileira, haja vista que as candidaturas de Listz Vieira, em 1982, e de Hebert Daniel, em 1986, ambos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores, terem adicionado elementos da pauta do movimento homossexual em suas campanhas,[8] no contexto da abertura democrática, muitos sujeitos ainda não acreditavam no poder de transformação que este movimento poderia promover, e, assim, nutriam certa desesperança com o futuro da sociedade democrática.

Em publicação intitulada "Notícias da Bahia", na coluna "Esquina" do jornal Lampião da Esquina, ano 3, nº 5, publicado em junho de 1980, Luiz Mott apresentou as ações realizadas pelo recém-fundado Grupo Gay da Bahia, assim como refletiu sobre comportamentos e dinâmicas sociais dirigidas às populações

bilidade de ações coletivas ou individuais que buscam ampliar a própria noção da homossexualidade. Sobre a emergência do movimento homossexual brasileiro, entre fins da década de 1970 e ao longo de toda a década de 1980, inúmeros grupos e iniciativas povoaram o campo político com as pautas que buscavam construir a condição de cidadania para as populações sexo e gênero dissidentes. Para maiores informações, além das indicações das autoras acima mencionadas, ver: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (org.) História do Movimento LGBT no Brasil. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018. Sobre a da emergência do ativismo homossexual na capital baiana, ler: CARNEIRO, Ailton José dos Santos. Homossexuais em Trânsito: Representações, Militância e Organização Política Homossexual na Bahia, 1978-1988 Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. 150 f.

8 Para maiores informações sobre a trajetória de Listz Vieira e Hebert Daniel, ler: GREEN, James N. Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Hebert Daniel. 1º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2018. 378 f. e TREVISAN; João Silvério. "Cooptação, institucionalização, diluição". Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. 4 Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. p. 328-346.

de homossexuais e lésbicas na capital baiana. Mas, ao final do seu artigo, afirmou que "nunca debaixo de qualquer tipo de governo civil ou militar fomos tão perseguidos como agora, nunca fomos tão vulneráveis: nos marginalizam e encurralam a tal ponto que sequer podemos sair de casa".[9]

A afirmação feita por Luiz Mott, no contexto social de Abertura Democrática, não se constituía uma avaliação pessoal. Danielle também desacreditava numa mudança significativa no modo como a nova democracia iria se relacionar com as populações não heterossexuais.

> A Ditadura pra nós foi um caos. Mas nós **não** grifo nosso acreditávamos que a gente fosse sair de uma Ditadura e entrar numa democracia... numa de-mo-cra-ci-a. Que tudo iria se transformar, que nós seríamos bem aceitos, que nós seríamos as maravilhosas, as lindas, as gostosas... **Não**! **Tudo iria continuar do mesmo jeito** grifo nosso... como continuou (DANIELLE, 2021).

Importante salientar que, conforme nos esclarece estudiosos do campo da História Oral (PORTELLI,1997; AMADO, 1997; THOMPSON, 1998), o informante sempre faz escolhas memoriais, partindo de relações sócio-políticas do presente e de aspirações do futuro de modo que sua narrativa sobre o passado é uma construção complexa. Nesse sentido, é salutar pontuar que o trecho da entrevista de Danielle aqui destacado, na qual ela apresenta certa descrença em relação ao anúncio de um futuro promissor com a construção da nova democracia, pode indicar uma visão retrospectiva, visto que, àquela época, não se

9 MOTT, Luiz. "Notícias da Bahia". In: Lampião da Esquina, Ano 3, nº 25. Rio de Janeiro: 1980. p. 14 (sessão Esquina).

sabia ao certo qual, lugar social, seria ocupado por travestis na sociedade democrática.

Ainda assim, a preocupação que Danielle manifesta em seu relato não deve ser de todo descartada enquanto uma narrativa de uma travesti que, apesar de branca e de classe média,[10] vivera sua adolescência e início de vida adulta sob o regime ditatorial, trazendo desconfianças em relação às reformas e instituições que se erigiam em momento de reconstrução da democracia no pais, mas que não pareciam combater a condição de vida precária a que corpos iguais aos seus estavam sujeitos. De modo que a nova democracia já se anunciava velha, pois seu edifício jurídico e seu projeto social estavam sendo fundados na cisheteronormatividade. Danielle é enfática sobre este aspecto:

> [...] eles transferiram todo o aparato deles de tortura pra nós, os gays. Então você via, não só aqui como em São Paulo e Rio de Janeiro, os gays serem perseguidos. Richetti em São Paulo, batendo, espancando os gays, botando os peitos dos travestis nas gavetas e fechando com toda a força, sabe?! Danificando o silicone. Coisas assim absurdas que eles fizeram (DANIELLE, 2021).

10 "Numa perspectiva interseccional, a condição de classe e cor garantiu a Danielle um trânsito social e um lugar de privilégio pouco acessado pelas demais travestis que não apresentavam os mesmos marcadores sociais que ela. Em entrevista, ela garantiu nunca ter sido abordada pela polícia, ao mesmo tempo em que transitava pelas classes abastadas baianas por conta de seu ofício como maquiadora. Como não há espaço para ampliação dessa discussão". Para maiores informações sobre a estruturação dos sentidos de privilégio relacionados aos marcadores sociais de classe e raça, ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Classes, raças e democracia. São Paulo: Ed. 34, 2002. Ainda sobre a temática, focando o aspecto da branquitude como constructo sócio-político de privilégio, ver: SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

É sabido que a afirmação de Danielle não é de todo infundada. Os trabalhos de Rita Colaço Rodrigues (2012), Rafael Ocanha (2014), Renan Quinalha (2017), Céu Cavalcanti, Roberta Barbosa e Pedro Bicalho (2018) e Helena Vieira (2018) nos informam que, nos anos finais da Ditadura Civil Militar, o aparato policial foi utilizado como força de Estado na repressão a expressões de gênero e sexualidades dissidentes. Nos anos 1980, na cidade de São Paulo, o Delegado José Wilson Richetti, o mesmo mencionado por Danielle em sua entrevista, foi o responsável por "operações de limpeza", "rondões", "blitz" que visavam à detenção de "pederastas", "bonecas" e "bichas". Eram conduzidos às dependências das delegacias onde sofriam violências e práticas de subjugação, tais como a realização de limpeza do ambiente carcerário e espancamentos. Essas ações de rondas policiais em locais do centro da cidade, de concentração de travestis e homossexuais, chegaram a levar um contingente de aproximadamente 300 a 500 pessoas presas.

Simões (2021), apresentou dados sobre prisões e rotinas de vigilância da população travesti na cidade de Salvador. Acompanhando as matérias das páginas policiais dos jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*, o historiador evidenciou que a repressão dirigida a esses sujeitos foi empreendida pela Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador, com maior ênfase entre os anos de 1969 a 1975. Tais operações, sempre nominadas como "operações limpeza", "rondões" ou "faxina depois de desfile", desenhavam a construção de um projeto de moralização social que se dirigiu, entre outras funções, ao controle e regulação dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade em sua aparição e existência na esfera pública daquela capital.

Danielle estava atenta a essa realidade. Muito embora se destaque o tom pessimista, descrente e melancólico de sua entrevista realizada anos mais tarde, no momento político dos anos iniciais da década de 1980, Danielle assumiu a linguagem artís-

tica do teatro enquanto meio de atuação política para a produção de um contradiscurso à cisheteronormatividade, utilizando a arte como lugar de denúncia das violências e instrumento de reclamação da condição de humanidade para as populações travestis e homossexuais. Como ela mesma mencionou, a experiência do último espetáculo que participou, o show *Off Broadway*, somada à sua trajetória de vida, formaram o solo propício para fruição artística e para a construção de seu ativismo.

Gay Paradise é uma peça, do gênero drama, atravessada por esses sentimentos e fruto desse contexto. Seu enredo se desenrola no ambiente de um camarim onde duas travestis e dois atores transformistas se preparam para atuarem num show de teatro de revista chamado Gay Paradise. As quatro personagens são compostas da seguinte maneira: Bira, um ator desempregado que atua em show de travesti; João, gay jovem que deseja ser travesti; Sophia, travesti que já possuía seios e trabalha também como prostituta; e Chantal, que é descrita como madura, "bicha fina, requintada, angustiada e lúcida".

O conjunto de personagens aponta para o fato de que Danielle buscou representar em cena diversas experiências que envolvem o sujeito travesti e a arte transformista. Além disso, seu intuito também era de que, partindo das personagens, fossem abordadas questões amplas, tais como aceitação, diferenças identitárias, experiências de desejos, sexualidades, corporalidades, tensões internas entre populações dissidentes da cisheteronormatividade, opressões e violências variadas.

O ponto de ápice dramático da peça se instaura quando as personagens notam a ausência da camareira do teatro, momento no qual fica sugerido que esta seja uma travesti. Num diálogo entre as personagens João e Bira, descobre-se que ela havia sido presa, no dia anterior, levada à prisão, onde foi torturada e morta. Após o diálogo, outra ambientação se instaura no espetáculo

através da iluminação e o texto se desenrola sob a estrutura de monólogos, encenados por cada uma das personagens.

Tais monólogos se configuram enquanto falas de protesto dirigidas ao público sobre a condição de vida precária (BUTLER, 2015) dos corpos, sexo e gênero dissidentes. Dada a carga dramática e o conteúdo de denúncia contidas neles, mas, atentando para os limites que encerram este artigo, segue abaixo pequeno trecho, do monólogo da fala da personagem Chantal, como uma breve amostra do potencial político deste momento do espetáculo.

> O show vai começar, como se não houvesse acontecido nada, como se as nossas estruturas não tivessem sido violentadas pela repressão, como se o assassinato de mais uma bicha não acusasse intolerância, como se o crime fosse ser punido. O show deve seguir é preciso colocar a máscara e entrar em cena com o meu melhor sorriso, para uma plateia com as mãos sujas de sangue. Uma bicha foi morta mas quem se importa, se era apenas uma coisa perigosa e suspeita? Como Sodoma e Gomorra teve seu castigo, a punição dos que são suficientemente fortes para serem fiéis ao seu desejo, que mesmo tendo perdido a própria identidade não se permitem recuar. Meus olhos se abrem cada dia mais violentos e a lucidez, ainda que muitos se enganem, é a passagem sem volta para o espelho. Esta sensação de ser um exilado até entre o meu próprio povo (DANIELLE, 2021)

Ante a reprodução do trecho acima, podemos ter uma pequena referência da dimensão contestatória da peça *Gay Paradise*. O texto escrito por Danielle pode ser lido como um ato de contraconduta, tal como formulado por Michel Foucault (2008), para o qual as contracondutas são atos de reação à governamentalidade, manifestações do desejo de não ser governado, ou, pelo

menos, de não ser governado do modo como fora estabelecido as formas de regulação da população (p. 257). Atuando como vetor de força nas relações de poder, as contracondutas resultaria na construção de novos processos de subjetivação com vistas a produzir formas de "se tornar sujeito sem ser sujeitado"(2008, p. 310).

Nesse ato de contraconduta, Danielle dirigiu seus esforços a atingir a governamentalidade cisheternormativa, buscando interromper e questionar o dispositivo da sexualidade que normaliza a heterossexualidade e que arrola para a zona da abjeção o corpo travesti. *Gay Paradise* expõe as estratégias do biopoder em tornar as formas de vida não cisheteronormatizadas em vidas não vivíveis, não passíveis de luto, precarizando sua existência através do poder de deixar morrer (FOUCAULT, 2008) que se organiza a partir de uma cadeia de vulnerabilidade, esvaziando o conteúdo existencial dos corpos e experiências formadoras das zonas de abjeção social.

Gay Paradise foi um ato de resistência, uma arma política contra o regime de morte que não somente fez morrer, mas, principalmente, deixou morrer as formas de vida dissidentes através de sua governamentalidade cisheteronormativa. Para a autora, seu espetáculo tinha por objetivo exercer a função social de denúncia das violências e da condição de vida precária que eram produzidas para as populações não conformes com a cisheteronormatividade.

> A minha principal preocupação era isso, denunciar. Denunciar o que estava acontecendo com a gente. Que barbárie é essa aí e nós sofremos ela no cotidiano. Eu, apesar de estar num patamar mais elevado do que as outras, sou tão vítima quanto elas. É isso que eu procurava transmitir para elas. Não me achem que eu estou acima do céu e da terra porque na hora do "pega pra capar", estamos todas no mesmo barco (DANIELLE, 2021).

Danielle havia produzido uma arma, uma máquina de tensionamentos, que não dava trégua pois "o texto é porrada em cima de porrada" (DANIELLE, 2021). *Gay Paradise* se constituiu, para ela, num ato de resistência através da arte, numa forma de atuar politicamente sem que para isso tivesse que buscar as formas institucionalizadas de ativismo.

Tendo vencido o Concurso do INACEN, Danielle e o produtor Leonel Amorim se voltaram para a montagem do espetáculo. Mas restava uma grande preocupação: será que sua encenação seria aprovada pela Censura Federal? Como o texto poderia ser avaliado pelos censores? O que seria vetado e o que seria liberado para exibição ao público? Assim, na próxima sessão, acompanharemos a leitura dos técnicos da censura, buscando surpreender os elementos de mudança e permanência da biopolítica cisheternormativa presentes em seus pareceres, quanto às formas de ver e dizer sobre as sexualidades não cisheterocentradas.

Censura e regulação das formas de aparição na esfera pública dos corpos sexo e gêneros dissidentes no Brasil da Abertura

Nos anos finais da Ditadura Civil-militar brasileira, a censura parecia seguir em paradoxo com o processo político de abertura democrática. A década de 1980 assistiu a um reforço da tecnologia da censura (FICO, 2002; GARCIA, 2009; QUINALHA, 2017) como uma forma de regular o regime de visibilidade e de dizibilidade nas artes, visando o cumprimento de códigos morais e performances cisheterocentrados.[11]

11 No que tange a aparição de corpos sexo e gênero dissidentes nas artes, é digno de destaque o fato de que a Instrução Normativa nº 03/1985, editado pelo diretor do DCDP, Coriolano Fagundes, apresentava dois únicos artigos, os quais versam sobre o controle da apresentação pública de homossexuais e travestis na televisão.

De acordo com Miliandre Garcia (2009), a atuação de Ibrahim Abi-Ackel no Ministério da Justiça, entre os anos de 1980 a 1985, representou um retrocesso às mudanças operadas pelo antigo ministro Petrônio Portela, as quais caminhavam na direção da desmontagem do aparato censório. A historiadora ressalta que a nomeação feita por Abi-Ackel de Solange Maria Teixeira Hernandes para a direção do Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), fortaleceu uma postura conservadora e de vigilância ao aspecto moral das obras artísticas, dada a já afamada posição da nova diretora de órgão cumpridor fiel das normas da censura e seu discurso de preservação da família brasileira.

É nesse contexto sociopolítico de distensão e disputas que chega ao Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), órgão da Superintendência da Polícia Federal na Bahia, a documentação contendo as 3 cópias de *Gay Paradise*, que dão abertura ao processo de pedido de avaliação do texto para encenação. Dado o reordenamento da censura federal, que a partir de 1975 volta a ser descentralizado (FICO, 2002; GARCIA, 2009), o exame do espetáculo foi realizado nas próprias dependências da Superintendência da Polícia Federal na Bahia, sendo designados o Técnico da Censura David Cesar de Andrade Barouh e o Subchefe da SCDP, o advogado Severino Ernesto de Souza.

Os pareceres dos dois avaliadores foram assinados na mesma data, 3 de outubro de 1983. Dada algumas semelhanças, é provável que tenham dialogado ou mesmo escrito juntos alguns itens de seus respectivos pareceres. Nos concentraremos inicialmente sobre o item da descrição do roteiro, onde constam algumas diferenças que revelam elementos importante da significação do espetáculo para cada um deles. Na visão do Técnico da Censura David Barouh:

> A peça em análise focaliza o encontro de quatro homossexuais - travestis, momentos antes de apresentarem o show "Gay Paradise". Enquanto se preparam, num camarim, confabulam sobre suas vidas e posição na sociedade. Neste colóquio narram fatos passados no cotidiano de cada um, geralmente encontros com homens (casos), marginais, policiais etc. Há também um homossexual denominado "a camareira" que morre assassinado. Após isso, sucedem-se longos diálogos, ou melhor, monólogos cuja temática é sempre a mesma: o homossexualismo. A peça termina com a apresentação do show musical "Gay Paradise".

Barouh, assim como os demais Técnicos da Censura, mobiliza a relação de assimilação da travestilidade enquanto homossexualidade. O uso do termo homossexuais como sinônimo de travestis, e vice-versa, pertencem à documentação consultada e aqui são mantidas como vestígio da inscrição temporal da nomenclatura dentro do processo histórico de constituição das identidades sociais de pessoas, sexo e gênero dissidentes da cishetornormatividade na sociedade brasileira. Como nos esclarece Colling (2018), até a década de 1980, no campo da cultura sexual brasileira, as travestilidades eram entendidas como variações da homossexualidade. Nos últimos anos, ocorreu uma profunda transformação tanto nos ativismos quanto nos estudos acadêmicos sobre essas identidades, que passaram a ser compreendidas como variações das identidades de gênero.

Ainda que a associação entre travestis e homossexuais pertencesse à cultura sexual brasileira do período, é salutar perceber que, como nos esclarece Elias Veras (2019), os anos 1980 ficaram marcados pelo espetáculo midiático do *Tempo dos Hormônios,* período em que os meios de comunicação não apenas registraram e enquadraram o corpo travesti, mas constituíram

instrumentos de produção de um novo sujeito travesti, com corpo hormonizado e siliconado, portador de uma trajetória pessoal e sujeito de desejo. Mas, tendo em vista a redação do documento acima, o Técnico da Censura não chegou a ser afetado por esse fenômeno ou optou por manter a associação direta da travestilidade com a homossexualidade.

Nesse parecer, ainda é possível notar que o Técnico da Censura buscou relacionar as experiências sexo-afetivas das travestis com práticas fortuitas, indignas e deletérias, sustentando através desse argumento a estratégia de relegar à condição de marginalidade expressões de afeto, práticas sexuais não heterocentradas e representações artísticas de performances de gênero não binárias e não cisheteronormatizadas. Na interpretação de Técnico da Censura David Barouh, o espetáculo se esgota num conjunto de falas sobre a homossexualidade limitada a exibir a pura experiência pessoal das personagens, esvaziando, assim, os elementos de crítica social e política presentes no texto. Contudo, digno de nota que o Técnico é o único a relatar a composição do homicídio de uma travesti no texto de *Paradise*, reconhecendo a centralidade da cena no enredo da peça.

A apresentação do enredo da peça feita pelo subchefe da SCDP, Severino Ernesto de Souza, se distancia um pouco do produzido pelo seu subordinado, ao mostrar certa informação sobre a emergência do ativismo das dissidências sexuais e de gênero na sociedade brasileira, como podemos ler abaixo:

> Conteúdo/enredo: No camarim de um teatro qualquer, quatro travestis se preparam para apresentar o "show Gay paradise". Durante esse período de tempo, passam a conversar, discutir, comentar e relatar fatos de suas vidas, tudo isso relacionado com o modo de vida aventureiro e marginal que experimentam no quotidiano. A ideia central dos diálogos e dos monólogos gira em torno da tomada de posição que todos os adeptos do "movi-

> mento gay" deveriam tomar em defesa de seus direitos e contra as pressões oriundas da sociedade que os rejeita e persegue, conforme expõe o autor.

É possível observar que o Subchefe afirma ser o enredo da peça limitado a construir a narrativa de quatro travestis sobre suas existências, transcorrido em diálogos simplórios em que elas comentam e relatam fatos das suas vidas cotidianas. Severino de Souza está atento à emergência do ativismo das dissidências sexuais e de gênero, entendendo que Paradise visa estimular a audiência do espetáculo a uma "tomada de posição [...] em defesa de seus direitos e contras as opressões oriundas da sociedade". Assim, diferentemente de Barouh, Severino parece ter sido afetado pelas transformações socioculturais e políticas da passagem dos anos 70 para os 80, buscando em seu resumo dar visibilidade para o potencial político do texto escrito por Danielle.

Contudo, a postura progressista do Subchefe da censura não ultrapassa o resumo, posto que, nos demais itens do parecer, sua avaliação é similar à do seu subordinado. Assim, Severino afirma que a mensagem do espetáculo é "Negativa: trata a prática do homossexualismo como que um direito inerente ao ser humano", ao que é acompanhado por Barouh, ao confirmar que a peça é: "Negativa: trata o homossexualismo como uma coisa natural e como se fosse uma forma de autorrealização".

Tendo em vista os pareceres da avaliação de *Gay Paradise* pelos servidores da SCDP-BA, podemos perceber como os tempos de Abertura democrática foram marcados por posturas de ambiguidades e contradições que atravessavam as relações de poder formativas da cultura sexual brasileira e sua relação com os órgãos do governo. Se, por um lado, era possível aos servidores públicos reconhecerem os deslocamentos operados pelas dissidências sexuais e de gênero, mencionando seu ativismo

e suas demandas políticas, por outro lado, essas populações e suas expressões de gênero e sexualidade eram vistas como antinaturais, ao ponto de suas reivindicações não serem agregadas ao edifício jurídico que estruturou os direitos dos cidadãos na sociedade brasileira no processo de redemocratização.

No momento de desmonte do estado ditatorial no Brasil, a governamentalidade cisheteronormativa continuava a operar a regulação desses corpos, sexo e gênero dissidentes na nova malha jurídica, política e cultural que começava a se desenhar no momento de redemocratização do país. Nesse caso, a tecnologia censória admitia que as dissidências sexuais e de gênero se tornassem visíveis, falassem de suas vidas, mostrassem seus corpos — desde que ainda figurasse pelo signo da patologia, infelicidade, incompletude, violência ou morte em suas representações artísticas.

Cientes desse compromisso com a manutenção da cisheteronormatividade, num Brasil que retomava os princípios democráticos de suas instituições, os avaliadores viram como necessário fechar a classificação etária da peça em 18 anos. Em ambos os relatórios, a justificativa da classificação etária abre margem para algumas considerações, pois na "PERSPECTIVA CENSÓRIA: A presente peça destina-se a um pequeno público que frequenta sempre o teatro onde a peça tem pauta e que é habitué' desse tipo de espetáculo". O que se depreende da leitura desse item é que a liberação da peça também se fez porque a expectativa dos censores era que o espetáculo não alcançaria a população em geral, circularia entre espectadores que eram "habitués" daquele tipo de teatro, tornando, assim, supostamente, os efeitos políticos de *Paradise* menos nocivos para a sociedade, as artes, as famílias soteropolitanas.

Para que *Paradise* fosse totalmente liberada, faltava apenas o parecer do ensaio geral, o qual foi feito pelo Técnico da Censura David Barouh, em 6 de outubro de 1983. Barouh reutilizou

os mesmos argumentos apresentados no parecer sobre o texto. A única exceção significativa será a avaliação da composição cênica, na qual ele descreve: "O vestuário compõe-se de roupas femininas além de plumas e similares. Tudo de acordo com as normas censórias em vigor".

O processo é fechado com a emissão do certificado da censura assinado pela Diretora da DCDP-DF, Maria Helena Guerreiro, que materializa a avaliação dos censores e apresenta, na sua folha de rosto, próximo do carimbo do órgão, as especificações: "18 anos c/ cortes; Linguagem livre; Abordagem homossexual". Além disso, chama atenção o fato de que o certificado da censura delimita o tempo de liberação do espetáculo para apenas o ano do próprio espetáculo, 1983 — o que não era habitual, visto que nos certificados de outras peças verifica-se uma extensão de três, quatro ou até cinco anos de liberação.

Considerações finais ou a encenação de um paraíso

Paradise tem seu lançamento no dia 17 de outubro de 1983, no Teatro Gamboa, no Largo dos Aflitos. Ali no teatro pequeno, um *Paradise* abriu no palco a possibilidade de aparição, na esfera pública, de representações de corpo, sexo e gênero dissidentes a partir de um enquadramento no qual seus desejos, lutas e identidades pudessem ser admitidas enquanto vidas vivíveis. A partir de um texto escrito por uma travesti, também encenado por ela em sua interpretação da personagem Chantal, *Paradise* se constituiu numa ação de contraconduta que promoveu a relação entre a convergência dos corpos e a produção do espaço público potencializadores da produção de um ativismo que reivindicava a condição de vida vivíveis para corpos não conformes com a cisheteronormatividade.

No contexto de ereção da nova democracia, esta era uma disputa necessária e Danielle tinha plena consciência disso. Como

vimos, a partir da análise dos pareceres, a governamentalidade cisheteronormativa, constantemente acionada nos Anos de Chumbo pela manipulação da tecnologia da censura, começava a dar sinais de arrefecimento. Contudo, as sutilezas dos cortes, a fixação da classificação e a justificativa da liberação demonstram que a censura ainda atuava regulando o regime de visibilidade das travestilidades, no sentido de interditar determinadas formas de sua aparição e para determinados públicos.

Paradise, felizmente, não é o único ato de contraconduta dirigida à cistheteronormatividade que buscava irromper com a reprodução do exotismo e da desumanização de corpos e vidas, sexo e gêneros dissidentes na cena artística, ao longo dos 21 anos de vigência da ditadura civil-militar. Essas contracondutas, esses atos de resistência compõem um conjunto de uma dramaturgia das dissidências sexuais e de gênero, da qual *Paradise* faz parte. Esse conjunto de peças formam a história de um teatro que se constituiu como instrumentos de produção de espaço de disputa e luta para promoção do fluxo de força libertária, capaz de dar visibilidade a corpos vibráteis, insubordinados, desobedientes das normas de gênero e sexualidade.

Paradise foi ação-manifesto para a ruptura com as formas diversificadas e entrecruzadas de violência instituídas pelo regime civil-militar brasileiro a partir da sua governamentalidade cisheternormativa. Contudo, não é exagero afirmar que seu potencial político alcança os dias atuais, uma vez que constatamos a necessidade de negociar, resistir, lutar pela condição de presença na esfera pública de outros corpos, desejos, vivências e performances de gênero e sexualidade dissidentes da cisheteronorma. Tal atualidade do texto escrito por Danielle em 1983 decorre do fato de que, embora o ativismo político institucionalizado tenha sido capaz de introjetar algumas demandas dessas populações no ordenamento jurídico brasileiro nos últimos 37 anos de experiência democrática, ainda há muito o que fazer

na esfera da cultura e das relações sociais para que um *Paradise* se abra para além das margens da heterossexualidade.

Referências

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: Ética e História Oral. In: *Revista Projeto História*, nº 15, São Paulo, abril/1997, p. 145-155.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam*: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1 edições,: 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 3 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1996.

CAVALCANTI, Céu;., BARBOSA, Roberta B.; BICALHO, Pedro Paulo G. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. In: *Psicologia: Ciência e Profissão,* 38 (n. esp. 2), (2018). 175-191. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703000212043.

COLLING, Leandro. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. In: QUINALHA, Renan Quinalha; GREEN, James Green; FERNANDES, Marisa Fernandes; CAETANO, Marcio Caetano. (Org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 515-531.

DAGNINO, Evelina. (org.). *Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população:* curso dado no Collège de France (1977-1978) Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Miliandre. *A censura de costumes no Brasil*: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da constituição de 1988. Rio de Janeiro 2009 (Relatório de Pesquisa). Disponível em: http://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/censura-costumes-brasil-institucionalizacao-censura-teatral//miliandregarcia.pdf.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GREEN, James N. *Além do Carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2º Eded. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade* — política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA: Salvador, 2018.

OCANHA, Rafael Freitas. *Amor, feijão, abaixo camburão*: Imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. 217 f.

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*, nº 15. São Paulo, PUC, p. 13-33, 1997.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes:* a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. *De Daniele a Chrysóstomo*: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2013.

SIMÕES, Kleber José F. "Bonecas: faxina depois do desfile: a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da dita-

dura civil-militar brasileira (1968-1978)". In: VERAS, Elias; SCHIMIDT, Benito B.; COLAÇO, Rita de Cássia (org.). *Clio sai do armário*: historiografia LGBTQIA. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 131-148.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis*: carne, tinta e papel. 2 Ed. Curitiba: Appris, 2019.

VIEIRA, Helena. GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial; 2018. 536 p.

A chama do Lampião: O Rio Grande do Sul nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981)

Benito Bisso Schmidt
UFRGS

Parte da bibliografia acadêmica e da memória coletiva consagrou 1978 como o ano de início do Movimento LGBTQIA+[1] no Brasil (GREEN, 2022; QUINALHA, 2021; SIMÕES e FACCHINI, 2009; TREVISAN, 2018). Naquele contexto de redemocratização do país, foram fundados o jornal *Lampião da Esquina*, com editorias em São Paulo e no Rio de Janeiro, e o grupo Somos, em São

1 Estou ciente do anacronismo do uso desta sigla — que se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexo e assexuais, com o sinal de "mais" indicando a possibilidade de novos acréscimos — para nominar pessoas do passado com identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes da cisheteronormatividade, pois se trata de uma expressão surgida nas últimas décadas. Porém, optei por utilizá-la em função de seu potencial político englobante, simbolizado pelo sinal de adição que encerra, ao invés de termos mais restritivos ou comprometidos com discursos patologizantes.

Paulo. Acontecimentos que indicariam a formação de um efetivo movimento social organizado e voltado à defesa dos direitos das pessoas que hoje chamamos de dissidentes da cisheteronormatividade. Trabalhos panorâmicos sobre a história LGBTQIA+ brasileira (GREEN, 2022; SIMÕES e FACCHINI, 2009; TREVISAN, 2018) tratam do espraiamento desse movimento nos anos de 1980, indicando seus avanços, recuos e mudanças de pauta, levando em conta fatores como as desavenças internas aos grupos, a maior ou menor aproximação com partidos políticos, ONGs e Estado, além do impacto da epidemia de aids. Diversos grupos são então mencionados, não somente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mas também na Bahia, com destaque para o Grupo Gay da Bahia (GGB), constituído em 1981, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco e Sergipe. Representantes de coletivos desses estados participaram dos primeiros encontros brasileiros de homossexuais, buscando uma articulação nacional.

Nessa chamada "primeira onda" do Movimento Homossexual,[2] que, grosso modo, vai de 1978 ao final da década de 1980, o Rio Grande do Sul (RS) praticamente não aparece, a não ser por menções pontuais. Afinal, aquele que é considerado o primeiro grupo LGBTQIA+ no estado só foi criado em 1991, chamado inicialmente de Movimento Homossexual Gaúcho (MHG) e alguns meses depois tendo seu nome alterado para nuances, que se mantêm em atividade atualmente. Apesar disso, não houve "movimentações" de pessoas dissidentes em termos de gênero e orientação sexual no território gaúcho antes dessa data, ensaios de agrupamento em favor dos direitos desses indivíduos, tentativas de articulação com o movimento nacional? E mais:

2 A periodização por "ondas" é feita por analogia àquela estabelecida para o movimento feminista. É importante assinalar que, como qualquer periodização, essa também guarda um grau de arbitrariedade e não dá conta da complexidade dos processos sociais e, nesse caso, também da diversidade nacional.

onde essas pessoas se encontravam, quais eram seus espaços de sociabilidade, que violências enfrentavam?

Este capítulo pretende oferecer algumas pistas para a resolução dessas questões, através da análise das menções feitas ao Rio Grande do Sul nas páginas do mencionado *Lampião da Esquina*, durante o período de sua circulação, ou seja, entre 1978 e 1981.[3] O periódico divulgava o que acontecia — em termos de lutas políticas, sociabilidades, violências sofridas, atuação cultural, entre outros aspectos — com as pessoas LGBTQIA+, bem como com outros grupos subalternizados no Brasil e no mundo. Embora sua abrangência nacional fosse limitada, em especial pela precariedade dos meios de comunicação à época e em razão das dificuldades encontradas pelos membros desse segmento social para virem à público, o *Lampião* acabou funcionando como catalisador de articulações, reivindicações, denúncias e anúncios vindos de várias partes do país, principalmente através do envio de cartas. Pode, assim, oferecer indícios preciosos dessas movimentações iniciais acontecidas em estados onde os movimentos organizados ou não estavam estabelecidos ou davam seus passos iniciais, como é o caso do Rio Grande do Sul.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira tratarei, tendo como inspiração o texto de Albuquerque Jr. e Ceballos (2004), dos "territórios de prazer e de dor" configurados no estado sulino e visibilizados pelo *Lampião*, ou seja, os locais de sociabilidade articulados pelas pessoas LGBTQIA+ para expressarem seus afetos e desejos, suas divisões internas e as violências que enfrentavam. Na segunda abordarei as movimentações iniciais para a organização de um movimento LGBTQIA no Rio Grande do Sul, os conflitos verificados em tal processo

3 Felizmente essa importante fonte se encontra digitalizada e disponibilizada na internet. Ver: https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/. Acesso em 15/09/2022.

e os entraves encontrados para a efetivação de tal projeto naquele momento.

A cidade do "Laçador machão": territórios de prazer e dor imbricados

No seu segundo número, referente aos meses de junho/julho de 1978, o *Lampião da Esquina*[4] trazia, entre suas chamadas de capa, a seguinte: "Cidades da noite: Brasília, Porto Alegre e Niterói", que remetia para uma matéria da seção "Esquina" publicada na página 4. Antes de apresentar roteiros noturnos das referidas cidades, consta a seguinte explicação:

> A ideia de publicação de um **gay guide** nacional, lançada por um leitor na seção **Cartas na Mesa** do número zero, ao que parece mereceu a aprovação geral, já que mais cartas vêm pedindo a mesma coisa. LAMPIÃO chega lá. Mas como não temos a estrutura da revista *Quatro Rodas* revista voltada a veículos que publicava o mais importante guia de turismo do Brasil à época, o "Guia Quatro Rodas", teremos que fazer a coisa com mais calma, contando, principalmente, com a colaboração dos leitores. Até chegar ao **guia**, no entanto, ficaremos com a publicação de roteiros sobre determinados aspectos das principais cidades. (LE, junho/julho de 1978, p. 4 — grifos no original).

O texto remete a uma carta do leitor Carlos C., de São Paulo, capital, que dizia: "Senhores: a ideia do LAMPIÃO é boa, mas não é nova. Tenho visto surgirem vários jornais desse tipo — mimeografados primeiro, agora até impressos — mas eles não

4 Doravante, indicarei as referências ao *Lampião da Esquina* pela sigla LE, seguida da data de edição e da página onde se encontra o texto citado.

duram muito, porque o público **gay**, ao que parece, não se interessa muito por eles". Sugeria, então, como forma de fidelizar os/as leitores/as ao novo projeto editorial, o seguinte: "editar um guia brasileiro para entendidos, uma espécie de guia quatro rodas' do nosso universo paralelo". E justificava: "Aí sim, muita gente ia querer comprar, para saber o que fazer em uma determinada cidade, em que locais ir com segurança, como agir etc.". Na continuidade, escreveu: "Nem sempre as coisas são muito evidentes, como acontece no Rio e São Paulo. Há cidades maravilhosas para homossexuais, como Recife e Florianópolis, que precisam ser divulgadas". Contou ainda uma experiência pessoal: "Eu, por exemplo, que viajo muito, já tive verdadeiras surpresas, como em Bagé, no Rio Grande do Sul, onde à noite as coisas são muito **quentes** e o povo bastante descontraído" (LE, abril de 1978, p. 4 — grifos no original).

Quem mandou as informações sobre Porto Alegre foi José Luís Dutra de Toledo.[5] Na matéria, antes de listar uma série de ruas, parques, bares, saunas e cinemas onde as pessoas LGBTQIA+, sobretudo homens cisgêneros (na continuidade do texto utilizarei a abreviatura "cis" para me referir a esse marcador) gays se encontravam, ele escreveu: "Na capital gaúcha, a cidade do laçador machão referência à estátua do Laçador, um dos monumentos símbolo da cidade, temos uma das noites mais movimentadas deste país, excluídos os polos do eixo central Rio-São Paulo" (LE, 25 de junho/25 de junho de 1978, p. 4).

Tratava-se, como ressaltou o leitor Carlos C., de um "universo paralelo" à cidade "oficial", cisgênera e heterossexual, quase invisível, por motivos de segurança, mas que podia ser movi-

5 Busquei encontrar informações básicas, sobretudo aquelas relativas a marcadores sociais da diferença (classe, raça, gênero, orientação sexual), a respeito de todas as pessoas que, do Rio Grande do Sul, escreveram cartas e matérias para o *Lampião da Esquina*. Em boa parte dos casos, não foi possível encontrá-las, por isso, não aparecem referidas no capítulo.

mentado, "quente", mesmo em localidades do interior, como Bagé, aliás, uma cidade símbolo da macheza gaúcha no imaginário nacional.[6] Tanto para Carlos C. quanto para José Toledo, Rio de Janeiro e São Paulo aparecem como modelos de cidades onde a noite LGBTQIA+ era evidente e movimentada. Já Porto Alegre, de acordo com o segundo missivista, poderia ocupar um digno terceiro lugar em termos de "atmosfera noturna".

Toledo começa falando dos pontos escolhidos pela "lumpemhomossexualidade":

> Praça da Alfândega, Largo Parobé, Pracinha Otávio Rocha e Viaduto da Borges Medeiros; Parque Farroupilha (à noite), Avenida Independência (principalmente) e Farrapos (pontos de travestis), além dos cines Carlos Gomes (Rua Vigário José Inácio) e Lido (Borges de Medeiros), sem falar nas paqueras e calçadas da Rua da Praia.

Aponta também para lugares especificamente destinados ao público LGBTQIA+, onde haveria um certo ar de "comadrice guei o jornal sempre prefere apresentar o termo "gay" em sua versão abrasileirada", destacando o "New Flowers City, decorado pelos mais conceituados artistas da cidade". Já um estabelecimento mais antigo, chamado "Coliseu", teria entrado "em reformas e, segundo a gerência, também vai passar a selecionar a clientela'". O "Ego-Sum", por sua vez, aparece caracterizado como "um dos lugares mais acolhedores, um barzinho médio e bem frequentado". Por fim, aponta o "Maxim's", que estaria igualmente "passando por profundas reformas e dizem foi comprado pelo grupo New Flowers, o qual está anunciando

6 A obra "O analista de Bagé", de Luis Fernando Veríssimo, por exemplo, que satiriza essa macheza e atingiu grande repercussão nacional, foi lançado no contexto examinado no presente capítulo, em 1981.

para os próximos dias a inauguração de mais um bar, na rua Marcílio Dias".

Na parte final de seu roteiro, o autor trata das saunas, tradicional espaço de sociabilidade homoerótica:

> A Sauna Gaúcha, a mais antiga de Porto Alegre, apesar da decadência das instalações, é a mais frequentada [...]. Ambiente não selecionado, liberdade total no gueto. Já a sauna Rio Branco [...], indisfarçadamente discriminadora e racista, é a preferida das pessoas "que prezam acima de tudo a limpeza, a decência e a dignidade": tudo muito bem arrumado, grupinhos de amigos formados lá dentro, discriminado uns aos outros, e pessoas irremediavelmente barradas à porta, conforme as aparências. Bem melhor, no entanto, que a Sauna Guaíba [...], que evidentemente não entra neste roteiro e que tem, bem a frente ao vestiário, o seguinte aviso: "Qualquer sinal, gesto ou olhar indecoroso ou insinuante, favor comunicar à gerência, pois não nos interessa esse tipo de freguês. Guardaremos sigilo quanto ao denunciante". Por conta de tais denúncias, vários homossexuais já foram expulsos de lá. O que não impede que, diariamente, bonecas "guerrilheiras" invadam o sacrossanto recinto em verdadeiros ataques-relâmpago, durante os quais, antes de serem expulsas, fazem amor adoidado (LE, junho/julho de 1978, p. 4).

Podemos nos valer aqui da mesma interpretação feita por Albuquerque Jr. e Ceballos (2004), ao tratarem dos "territórios de prazer" no Nordeste brasileiro visibilizados/constituídos pelo *Lampião da Esquina*, os quais afirmam que roteiros como esse "[...] trazem-nos cidades camufladas, compostas de territórios não decifráveis pelo estranho a quem falta uma maior vivência desses espaços" (p. 133). E acrescentam: "o dispor-se

a revelar espaços urbanos invisíveis a leitores de um jornal de circulação nacional revela-nos o surgimento de uma nova economia dos desejos e de novas regras, que parecem se impor a esses sujeitos de discurso" (p. 133-134).

Essas "cidades camufladas", ou esse "universo paralelo", tinha suas próprias regras e, também, suas hierarquias, que transparecem, de forma mais ou menos explícita, ao longo de todo o roteiro. Ao tratar dos lugares públicos, ele fala daqueles frequentados pela "lumpemhomossexualidade". Depois, na indicação de bares e boates "gueis", diz que alguns estabelecimentos "selecionavam a clientela" e menciona um barzinho "bem frequentado". Por fim, no caso das saunas, a indicação de diferenciações fica mais escancarada: Toledo diz que a Sauna Gaúcha não selecionava a clientela, vinculando tal postura à "liberdade total no gueto"; refere-se à Sauna Rio Branco como "indisfarçadamente discriminadora e racista", indicando que seus frequentadores associavam o pertencimento às classes sociais mais elevadas e a branquitude à "limpeza", "decência" e "dignidade"; por fim, aponta que a Sauna Guaíba era francamente homofóbica.

Portanto, pelo que se percebe nessa cartografia de desejos e práticas sexuais transgressoras, é possível afirmar que muitos vieses de desigualdade e opressão perpassavam a dita "comunidade" LGBTQIA+, ou, como dizia o autor do roteiro, a "comadrice guei", estabelecendo fronteiras e fortalecendo formas de discriminação embasadas em marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade. Isso não quer dizer que não houvesse resistências, como as das "bonecas guerrilheiras" — e essa última palavra tinha um significado muito explícito de luta contra o autoritarismo naquele contexto de ditadura militar — as quais, diariamente, invadiam a Sauna Guaíba para desnudarem a hipocrisia do "sacrossanto recinto". Assim, por vezes, os mesmos espaços

eram "territórios de prazer" e "territórios de dor", dependendo de quem os percorria.

O caráter desigual e hierárquico dessa geografia se mostra de modo ainda mais evidente na carta indignada do leitor Haguel La Porta, publicada no número seguinte do jornal, criticando o roteiro enviado por Toledo: "o que foi publicado como roteiro para homossexuais nessa cidade é um absurdo. Pelo amor de Deus, quem é o responsável por esse artigo? O Sr. José Luis Dutra de Toledo realmente conhece Porto Alegre e ambientes?". Ele então menciona os lugares citados no roteiro, sobretudo os espaços públicos, e questiona: "Será que este senhor não tem conhecimento que estes lugares são frequentados por marginais e até assassinos e que nos mesmos lugares acima lá foram cometidos assaltos e mortes?".

A resposta do jornal buscou apaziguar os ânimos:

> Quando fala nesses pontos perigosos, Zé Luís diz que são "pontos escolhidos pela lumpemhomossexualidade", ou seja, pela marginalia homossexual. Ele não os recomenda a ninguém. Assim, você não precisa ficar preocupado, pois, lendo LAMPIÃO, só irá a esses locais quem se sentir definitivamente atraído pelo ambiente. Escreva sempre pra gente, tá? (LE, julho/agosto de 1978, p. 14).

Ou seja, entre Toledo e La Porta havia sérias divergências entre o que podia ou não ser indicado a outros leitores do *Lampião* como lugares a serem frequentados na capital gaúcha. Não obstante essas diferenças, ambos — e, em alguma medida, a pessoa que respondeu pelo jornal — compartilhavam a visão de que existiam lugares "bem frequentados", característica associada à frequência das classes alta e média, provavelmente, em sua esmagadora maioria, branca; e outros escolhidos "pela marginalia homossexual", ou seja, pelos indivíduos das clas-

ses baixas, muitos dos quais pretos e pardos; lugares esses que deveriam ser bem separados. Contudo, para o primeiro, como ressalta o periódico, valeria a pena mostrar esse segundo grupo de lugares, os quais poderiam, em sua visão, atrair os leitores do *Lampião*, menos pela possibilidade de estar entre iguais, e mais por uma atração fetichizada pelos "inferiores", pela "lumpemhomossexualidade"; enquanto o segundo descartava totalmente essa possibilidade, associada ao perigo e ao crime.

Nas cidades do interior do estado, em função da falta de um circuito de estabelecimentos voltados ao público "guei" e à dificuldade de se manter no anonimato, esse clima de terror podia ser ainda mais acentuado, como ressalta o leitor J. C. L., de São Leopoldo, em carta significativamente intitulada "Notícias do faroeste", referindo-se à cidade onde morava e a Caxias do Sul: "Nos locais ou cidades do interior onde há uns ou alguns entendidos ou gueis, que ambientes frequentar? O que fazer quando se encontra num ambiente hetero e se é linchado? Isto é comum acontecer em Caixas apesar de uma grande população e de uma quantidade grande de gueis [...]" (LE, agosto/setembro de 1978, p. 19).

Esses são apenas alguns flashes de como se estruturavam as sociabilidades LGBTQIA+ em Porto Alegre durante o período de funcionamento do *Lampião da Esquina*, o qual, ao divulgar roteiros enviados por leitores, tornava visível esse "universo paralelo" para outros/as habitantes da cidade e, sobretudo, para os/as leitores/as do jornal que moravam fora do município. O periódico também explicitou fronteiras, desigualdades e hierarquias que permeavam esse universo, condicionadas por marcadores de classe e raça, entre outros. Indicou, igualmente, possibilidades de burla de tais limites, tanto por meio de "invasões" dos lugares "bem frequentados" por aqueles/as que neles normalmente não eram bem-vindo/as, quanto pela atração que os espaços de reunião da "marginalia homossexual" poderiam

exercer sobre a elite LGBTQIA+, em especial homens cis brancos e de classe média e alta. Tem-se, por fim, igualmente indícios das táticas utilizadas por indivíduos dissidentes da cisheteronormatividade para viverem seus desejos, mas também das violências físicas e simbólicas sofridas por eles. Enfim, as páginas do *Lampião* mostram que, na "cidade do laçador machão" e em outras localidades do Rio Grande do Sul, conviviam e se interpenetravam territórios de prazer e de dor, de resistência e de opressão.

"Minha vontade de participar é enorme": projetos de organização coletiva

Como foi dito na introdução desse capítulo, o MHG, considerado o primeiro movimento organizado de reivindicação dos direitos da comunidade LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul, só foi criado em 1991. Entretanto, ao percorrermos o *Lampião da Esquina*, há sinais de que havia um desejo de organização, uma movimentação e mesmo algumas iniciativas concretas de formação de grupos que lutassem em prol dos direitos desse segmento. Pelo que se pode perceber, a própria circulação do periódico já implica algum grau de adesão a essa pauta.

O jornal parece ter motivado o ânimo dos leitores para se unirem e se engajarem em um movimento em prol das pessoas dissidente das normas hegemônicas de gênero e sexualidade. Em carta de agosto de 1979, por exemplo, o leitor Valter, de Porto Alegre, escreveu entusiasmado:

> Caros lampiônicos: pela segunda vez, escrevo a vocês. Na primeira, reclamava por não ver o "nosso" jornalzinho estampado nas bancas de revista aqui de Porto Alegre. Pelo menos agora, mesmo disputado aos tapas, consegue-se um exemplar em uma determinada banquinha da

> Avenida Salgado Filho. Gente, o jornal precisa de maior e melhor divulgação. E não pensem que nós, leitores e admiradores assíduos, não o fizemos. Provavelmente a bicharada daqui não é nada intelectualizada; ela que se cuide, pois bicha burra morre pastando.
>
> Nesta segunda oportunidade venho com o objetivo de tentar entrar em contato com o pessoal do Somos (e daí?). Gostaria de corresponder-me com caras esclarecidos, adultos e responsáveis, com idades variando entre 25 a 40 anos. Tudo o que se refere a homossexualismo me interessa. Pretendo conhecer a fundo a nossa "vocação". Tenho nível cultural superior, 28 anos, bem colocado na vida, e amo as pessoas assim como o Darcy Penteado. Quem tiver interessado, que me escreva (LE, agosto de 1979, p. 18).

A citada missiva dá pistas de como funcionava a circulação do *Lampião* na capital gaúcha. O remetente reclamou, inicialmente, de que era difícil encontrar o periódico, afirmação referendada por outras cartas enviadas à redação.[7] Depois, regozijou-se pelo fato de ser possível encontrá-lo em uma banca do centro da cidade, ainda que "disputado aos tapas". Alertava que era preciso melhorar a sua divulgação, ressaltava que seus leitores assíduos procuravam colaborar nesse sentido e apontava, em tom preconceituoso, um empecilho: o fato de a "bicharada" local ser "pouco intelectualizada" e "burra", marcando, mais uma vez, uma distinção no seio da "comunidade" LGBTQIA+ gaúcha. Depois prosseguia, em uma narrativa que mesclava interesse pelo movimento nacional, ao perguntar pelo grupo Somos, e busca por parceiros afetivos/eróticos, indicando como "tipo ideal" o artista-plástico e integrante da redação do

7 Ver, por exemplo, as cartas dos leitores Carlos Schorr (LE, junho/julho de 1978, p. 14) e Walter L. (LE, janeiro de 1979, p. 14), ambos de Porto Alegre.

Lampião Darcy Penteado (1926-1987). Provavelmente, essas duas motivações — a política e a afetiva — se encontravam mescladas para Valter e para muitos de seus contemporâneos, em sua busca para conhecer "a fundo" a sua "vocação" homossexual.

Já o citado leitor J. C. L., de São Leopoldo, informava que o *Lampião* estava tendo problemas no estado sulino pois "há gueis que não o aceitam". Explicava, então, a razão dessa postura: "Alguns dizem que esse tipo de formação de grupos minoritários é forçar a barra e que se deve deixar as coisas acontecerem naturalmente". Na continuidade, ele manifestava sua posição: "Eu não entendo essa de deixar as coisas acontecerem naturalmente. Se nós, que somos minoria em desvantagem, não fizermos nada, os acontecimentos não virão ao acaso. Como podemos conseguir algo se não somos unidos, não nos ajudamos [...]?".

Apesar dos entraves, a circulação do jornal parece ter aumentado no estado ou, ao menos, na capital, pois, em março de 1980, os redatores provocavam o leitor "Eddy", de Belo Horizonte, com o seguinte comentário: "Diz ao pessoal aí na capital mineira pra comprar mais o Lampa; Porto Alegre está quase passando vocês nos nossos índices de circulação, vocês vão deixar?" (p. 18).

O perfil majoritário dos/as leitores/as do Rio Grande do Sul sugerido a partir do próprio jornal — homens cis, gays, brancos, intelectualizados, de classe média ou alta — parece ter motivado um debate que perpassou vários textos referentes ao estado, relativo à "frescura", ou seja, se o jornal deveria usar um estilo "sério", "comportado" e, poderíamos dizer, "masculino", ou se deveria transgredir os binarismos de gênero também na sua linguagem, com o uso, por exemplo, de gírias do gueto e de pronomes femininos para se referir a homens e vice-versa.[8] Na

8 Green refere que, "em algum momento no fim do século XIX, tornou-se popular no Brasil uma nova expressão pejorativa, fresco. [...] Este tornou-se o termo ambíguo comum usado para zombar dos homens efeminados ou daqueles que supostamente mantinham relações anais passivas' com outros

verdade, essa discussão envolvia diversos setores da "comunidade" e do movimento LGBTQIA+ então em formação no Brasil, repercutindo, inclusive, em debates travados no exterior.

Na edição de junho/julho de 1979, encontramos uma carta de Carlos Schorr, na qual ele se contrapõe a outro leitor que havia solicitado o "aumento da frescura" do jornal: "Por favor, gente boa, nada disso! Sem frescura, pois aí cai de novo no ridículo e não leva a nada. [...] Vamos manter a coisa dentro de um limite de seriedade, debatendo, informando, conscientizando, mas as frescuras ficam para o carnaval" (LE, junho/julho de 1978, p. 14).

De modo geral, é possível dizer que os textos do jornal oscilaram entre as duas posturas, ora reforçando a crítica à "frescura", ora, e mais frequentemente, pendendo para uma linguagem debochada, *queer*, que ironizava a masculinidade hegemônica. A primeira atitude aparece em matéria de João Carlos Mascarenhas (1927-1998), homem cisgênero, gay, branco, ele mesmo gaúcho de Pelotas, sobre a Coligay, torcida organizada do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, a "primeira torcida gay autoafirmada homossexual do país" (BARBOSA *apud* SCHMIDT e WEIMER, 2022, p. 163-164), da qual falaremos mais adiante.[9] De acordo com ele: "Os componentes do grupo, ao unirem-se pela identidade dos gestos afeminados, dos requebros e do agressivo exibicionismo, representam exatamente o papel que a eles atribuem os machões, o de bichas efeminadas e escandalosas, ainda que de briga, quando fisicamente agredidas, o que lhes confere maior pitoresco" (LE, julho/agosto de 1978, p. 5).

A segunda aparece na resposta a uma carta de Paulo C. Bonorino, que criticava uma matéria do já mencionado Darcy Penteado, homem branco, cisgênero e homossexual, a respeito das travestis:

homens" (GREEN, 2022, p. 77).

9 Sobre a Coligay, ver também GERCHMANN, 2014 e ANJOS, 2022.

> Darcy — Quero dar-te meus mais sinceros parabéns pela iniciativa de agrupar travestis, porque sei que o fizestes com a melhor das intenções [...] Parece-me, porém, que como guei tenho todo o direito de dirigir-me ao *Lampião*, no sentido de aprovar ou desaprovar as afirmações feitas a respeito dos gueis em geral, travestis ou não [...] O que mais dia, menos dia, acabam por nos atingir a todos [...]. Quero dizer-te que não posso aprovar a atitude que o *Lampião* tem tomado em relação ao travesti. No teu artigo falas em "conscientização" — ora, mas o que seria esta conscientização? Em que admitamos o travestismo como uma opção plausível? Pra que maior capitulação face ao sistema? Por que não nos travestirmos também, se admitimos como viável tal opção de vida? Será que estaremos agindo em sã consciência?

A resposta de Darcy foi bastante dura, mostrando-se um aliado das travestis (não obstante a confusão entre identidade de gênero e orientação sexual, e o uso do pronome masculino para se referir às travestis, atitudes comuns à época). Cito aqui alguns trechos:

> [...] sua visão ideológica do movimento homossexual é incrivelmente estreita e unilateral. A contragosto poderia acrescentar que ela é preconceituosa e fascistóide — só não o faço porque acredito nas suas boas intenções. Somos opostos, portanto, ideologicamente. [...] É claro que travestismo é uma opção possível! Se ele existe e está aí, como todas as outras, qual a dúvida? Ou você só pretende dar carteirinha de homossexual a quem se julgue digno disto perante o Senhor que está no Céu?
>
> Os travestis, que você só julga pela aparente fachada consumista do sistema, são à sua maneira muito mais contestadores que nós, os carneiros obedientes que, se

> quisermos sobreviver sem fazer parte dos estereótipos permitidos e úteis (costureiros inteligentes, cabeleireiros habilidosos, decoradores refinados), temos que nos disfarçar de heteros, o que não deixa de ser travestismo e prostituição. [...]
>
> A alienação do homossexual só pode ser vista como uma imposição do sistema, nunca dentro da nossa luta comum. Outro item: no trabalho ideológico e profissional dos editores do *Lampião* podem ser apontadas falhas, muitas até, mas nunca posicionamentos que não sejam conscientes e dignos. Quanto ao sermos cordatos. CRUZES! Não nos confunda com velhas tricoteiras! Somos jovens e abertos (de cabeça), e bastante esputanados e irreverentes. Portanto, não espere jamais de nós, a acomodação ou a concordância naquilo em que não acreditamos (LE, março de 1981, p. 2).

Não obstante essas diferenças, percebemos, em várias cartas de remetentes do Rio Grande do Sul, como dito antes, esse desejo de participação em uma luta comum pelos direitos dos indivíduos que hoje chamamos LGBTQIA+, embora alguns missivistas só enxergassem como sujeitos/as desses direitos as pessoas cisgêneras, gays ou lésbicas, e, no caso dos primeiros, não efeminadas. Um exemplo, bastante explícito, desse desejo de organização aparece na carta da leitora (ou leitor) Lenina Portoguei, de Porto Alegre, publicada no número de janeiro de 1980, que sugere um verdadeiro programa de ação. Seu nome parece ser, na verdade, um pseudônimo divertido, mesclando uma versão feminina do líder revolucionário Lênin e o nome *queerizado* da capital gaúcha (em momento posterior da carta, ele/ela/elo se define como "branco", no masculino).

Lenina propunha a criação de um movimento pela base, das articulações locais à organização nacional, que incluiria todas

as pessoas à época associadas ao rótulo "guei", como "bichas" e "lésbicas" (será que as travestis estariam subsumidas às "bichas"?). A proposta ainda se posicionava em um debate mais amplo travado no âmbito do então Movimento Homossexual Brasileiro: este deveria lutar exclusivamente pelos direitos desse segmento ou se articular com outros setores oprimidos no combate mais amplo pela democracia?[10] A missivista apostava na segunda opção pois, segundo ela, os "direitos das minorias" só poderiam "ser respeitados numa sociedade democrática".

Outro exemplo dessa vontade de se organizar para lutar por direitos aparece na carta do leitor Jocava, de Esteio, que se vale, em sua escrita, de inúmeras expressões consideradas típicas do linguajar gaúcho:

> Oigatê indiada macanuda tchê! Gente o negócio é o seguinte: quero aproveitar a chama do *Lampião* para ver se a mesma clareia um pouco o Rio Grande do Sul. Acontece que todas as vezes que pego no *Lampião* fico na ânsia de ler a notícia de que no Rio Grande do Sul foi fundado um grupo, desses que tem em SP/RJ/BH/, etc. Mas não, procuro, procuro e nada. Então penso: tem e o *Lampião* não dá a notícia (acho impossível) Agora eu pergunto, será que no Rio Grande do Sul não tem oprimidos? (bichas, negros, etc.). Meus irmãos, vocês não acham que está na hora de pegar o laço, calçar as esporas e sair pra luta? Ficar sentados tomando chimarrão, só, não dá.
>
> [...]
> Gente, quantas vezes pensei em montar um grupo, mas não tenho condições: sou pobre, trabalho de sol a sol, não tenho quase instrução (Tirem suas conclusões, len-

10 Sobre este debate, ver alguns dos capítulos (como os de Edward McRae, James N. Green e João Silvério Trevisan) em GREEN, QUINALHA, CAETANO e FERNANDES, 2018.

do esta).

> Mas não pensem que fico parado, não, quantas vezes já saí levando o *Lampi*ão na mão, para clarear a vida de gente oprimida, gente que nem sonhava com a existência do Lampa, e sempre que possível estarei divulgando, fazendo os meus irmãos verem que não estamos sozinhos. Portanto, fica aqui o meu apelo. O meu abraço especial a todos, abraço este de gaúcho, assim, tipo quebra-costelas.

Um último exemplo vem do já citado Walter Pereira, correspondente frequente do *Lampião*, mesmo que "às vezes" ficasse "puto da vida com algum dos artigos publicados por vocês":

> Ressinto-me de não haver em Porto Alegre nenhum grupo organizado. [...] Minha vontade de participar é enorme. Até penso em pedir remoção para São Paulo. No mais, meus votos de que continuem em seus propósitos e, tenham em mente, que aqui encontrariam um forte colaborador (LE, agosto de 1980, p. 19).

Mas não apenas de desejos se fez esse momento da história da organização das pessoas dissidentes de gênero e sexualidade no Rio Grande do Sul; articulações concretas foram realizadas, as quais, por vezes, obtiveram resultado. Neste sentido, é importante salientar que, nesse período, parece ter havido uma aliança ou, ao menos, uma aproximação, entre as movimentações LGBTQIA+ e o movimento feminista também em constituição. Por exemplo, em outubro de 1979, foi publicada uma carta do Grupo de Mulheres de Porto Alegre, existente desde 1976, que saudou o *Lampião*, afirmando: "[...] este jornal é quase o único que atualmente vem colocando a questão do feminismo de forma mais consequente e sistemática, mesmo através de simples relatos do Encontro Nacional de Mulheres (do qual

participamos), ou do debate sobre as minorias, por exemplo". O grupo manifestou ainda seu desejo de "ampliar o debate sobre feminismo, sexualidade, etc...", propondo publicar algo no periódico, ao que os redatores responderam que estavam abertos (LE, outubro de 1979, p. 2).

Uma matéria junho de 1980 também expressa essa aproximação, inclusive em seu título: "Mulheres e bichas gaúchas invadem o movimento estudantil". Nela, o autor, Francisco Bittencourt, fala da mobilização dos estudantes da UFRGS e de moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU) para que mulheres pudessem frequentar a casa, até então exclusivamente masculina. Segundo a matéria:

> Ainda no que toca às bichas, quando começou a campanha feminista pela invasão da casa, uma das primeiras palavras de ordem surgida no mural foi "Abertura para os homossexuais". Quer dizer, já eram todos os pequenos grupos e as mais variadas tendências que começavam a falar (LE, junho de 1980, p. 3).[11]

O *Lampião* também passou a publicar uma seção intitulada "Escolha seu grupo", contendo informações e contatos de diversos grupos LGBTQIAs organizados pelo Brasil. No número de agosto de 1980, o redator convocava os porto-alegrenses interessados em formar um grupo a entrarem em contato com o Grupo Feminista "Costela de Adão" (p. 12).[12]

Já falamos antes sobre o grupo Coligay e das críticas feitas a ele por João Carlos Mascarenhas, integrante da redação do *Lampião*. O grupo foi criado em 1977, na boate Coliseu, por um

11 Para saber mais sobre a importância da "invasão" da CEU para o movimento feminista de Porto Alegre, consultar: Méndez, 2004.

12 Sobre o grupo Costela de Adão, consultar *idem*, *ibidem*.

grupo de homens cis homossexuais brancos. Sua primeira aparição pública foi num jogo entre Grêmio e Santa Cruz no dia 10 de abril de 1977, e a torcida, superando críticas e tentativas de repressão, continuou atuando até o início da década de 1980, sobretudo por sua fama de "pé quente" nas partidas. Nas páginas do periódico em análise, encontra-se uma discussão sobre o sentido político (ou não) do grupo. Para Mascarenhas,

> Apesar de o diretor da Coligay concordar com as finalidades do Movimento Brasileiro de Libertação dos Homossexuais, a organização por ele criada parece-me machista e guetoizante. Por tais razões — creio —, permitiram-lhe nascer e fortalecer-se, malgrado pequenos percalços. Aceitaram-na quando perceberam que ela não questionava nada, que sabia o seu lugar. Servia de circo para o Establishment e para o povão (LE, julho/agosto de 1978, p. 5).

Na edição de dezembro de 1980, contudo, Luiz Roberto Machado e Milton Bordini Silva, integrantes da Coligay, escreveram para o jornal, postulando a sua discordância dos leitores que demonstravam insatisfação com a falta de grupos LGBTQIAs organizados no Rio Grande do Sul, afirmando:

> Infelizmente, tem pessoas que ou não são bem-informadas, ou pouco conhecem das coisas que as rodeiam; em Porto Alegre, terra de conhecidos machões, há quatro anos existe o mais famoso e comentado grupo guei do Brasil: a nossa fabulosa torcida Coligay, do Grêmio Porto-Alegrense. Estamos aqui, vivos, lutando dentro dos estádios de futebol, nas arquibancadas, por nossos direitos — o direito de nascer e viver como homossexuais; pois, como todos os seres vivos deste planeta, estamos aí, na luta, à espera de todos aqueles que queiram assumir

> sua condição. Escrever para jornais com pseudônimos é muito fácil. Queremos é ver se todos os que reclamam da falta de união do guei gaúcho têm coragem de assumir como nós, no meio do povo, sua condição.
>
> [...] É fácil cobrir-se de plumas e paetês no carnaval, e badalar em boates, em bares, parecendo fadas encantadas que, ao toque do amanhecer, correm em debandada para casa, a fim de, durante o dia, ser apenas mais um "rapaz da sociedade". Ora, isso é ridículo. Nós, não: somos gueis de noite e de dia. Desfilamos nosso charme guei nos empregos e nas ruas. Entre nós, são poucos os privilegiados financeiramente, mas não nos intimidamos quando chegamos num estádio e 30, 50, às vezes 80 mil pessoas se voltam para nos ver.
>
> Queremos, através do *Lampião*, avisar aos gueis ou não de todo o Brasil que estamos aqui à espera de todos. Existe muito mais que um grupo guei no Rio Grande do Sul; existe, sim — e isso é muito mais importante — uma consciência do guei em relação à sociedade, uma conscientização grande e espontânea, através do principal esporte do brasileiro, o futebol. E nós temos consciência total dos problemas dos gueis no Brasil; mas achamos que, pra começo de conversa, temos que lutar pelo direito de escolher a forma de agrupamento que convém a cada um; e achamos, também, que a união é fundamental (LE, dezembro de 1980, p. 12).

A discussão continuou com a carta do leitor Carlos Schorr, também já citado anteriormente, na qual ele convocava os leitores gaúchos a participarem do seu grupo, o "Terceiro Mundo". Afirmava que, ao contrário da Coligay, que se restringia ao futebol, este seria um grupo LGBTQIA+ de apoio mútuo, orientação e trabalho. E informava: "Já fiz aviso público nas boates daqui e a receptividade vai grande mas... o pessoal ficou com re-

ceio de que o negócio fosse mais festivo' que sério e se retraiu" (LE, fevereiro de 1982, p. 2).

O *Lampião* apostou numa solução salomônica e na seção "Escolha seu grupo" divulgou as caixas postais das duas organizações: Terceiro Mundo e Coligay (LE, fevereiro de 1982, p. 17).

As citações feitas acima indicam, em primeiro lugar, que havia, sim, grupos LGBTQIA+ ou, mais propriamente, "gueis", no Rio Grande do Sul antes de 1991, quando o MHG foi criado. Não tiveram, por força das condições locais, entre as quais o fato de o estado se projetar como uma "terra de machões", a força e a expressão de outros agrupamentos congêneres situados em variadas localidades do país, mas, mesmo assim, procuraram agrupar pessoas dissidentes da cisheteronormatividade, especialmente homens cis gays, para lutarem por seus direitos. As cartas publicadas no periódico evidenciam também divergências sobre qual deveria ser o caráter desses grupos. Mascarenhas criticava a Coligay por, em função da sua "frescura", supostamente estar adaptada ao lugar que a sociedade machista lhe destinava: o do gueto, do isolamento e, pior ainda, do estereótipo e do escárnio. Carlos Schorr talvez tivesse uma perspectiva semelhante, ao afirmar que o líder da torcida do Grêmio pensava apenas em futebol. De acordo com ele, era necessário criar um grupo, como o Terceiro Mundo, voltado, "entre outras coisas", para o "apoio ao guei e trabalho, orientação nos diversos casos que aparecem" e, ao contrário do que podia parecer a alguns, mais "sério" do que "festivo".

A carta de Bordini e Silva apresenta outra perspectiva de grupo político e de militância LGBTQIA+. Eles reivindicavam o papel da visibilidade e da "frescura" como forças políticas diante da "mentalidade gaúcha". Para ambos, tal postura exigiria muita coragem, pois, ao contrário de outros membros da comunidade que escreviam com pseudônimo e expressariam sua orientação sexual somente no carnaval e em boates, eles seriam "gueis

de noite e de dia" e desfilariam seu "charme guei nos empregos e nas ruas". De certa forma, essa postura de visibilidade radical maximizava a aposta do *Lampião* no "confessar a homossexualidade", no "assumir-se", para gerar efeitos políticos (SOUTO MAIOR, 2016). Restava o debate se tal gesto deveria se dar sem descurar da "seriedade", ou seja, do que chamaríamos, no contexto do neoliberalismo, de homonormatividade (O'BRIEN, 2015); ou se a "frescura" deveria ser não só uma atitude, mas também uma arma política para marcar a presença do grupo nos espaços públicos (saindo, dessa maneira, do "gueto"), e, em decorrência, a consciência de sua força coletiva para reivindicar direitos.

Considerações Finais

Nesse capítulo, analisei os textos publicados no jornal *Lampião da Esquina*, em sua maioria cartas de leitores, referentes ao Rio Grande do Sul no período de sua veiculação, entre 1978 e 1981. Tratou-se do periódico LGBTQIA+ com maior repercussão até então, circulando em um contexto de redemocratização política do país, quando diversos movimentos sociais ligados a grupos subalternizados se rearticulavam, inclusive aquele ligado às pessoas dissidentes da orientação sexual e das identidades de gênero hegemônicas, em especial os homens cis homossexuais. O *Lampião*, apesar de focalizar sobretudo a realidade do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, também circulava em outros estados e procurava repercutir experiências de diversas localidades do país, principalmente através das missivas publicadas na seção "Cartas na Mesa". Nesse sentido, em suas páginas, foi possível encontrar registros relativos às vivências LGBTQIA+ no Rio Grande do Sul, tanto em termos de sociabilidades quanto de movimentações políticas, sendo que, muitas vezes, essas duas dimensões se mesclavam.

Na primeira parte, o foco recaiu sobre o "universo paralelo" constituído pelos lugares frequentados por pessoas LGBTQIA no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre, incluindo aqueles constituídos para esse fim, mas igualmente espaços que foram reapropriados em especial para as práticas de sedução e sexuais. Verificou-se igualmente que esses espaços eram perpassados por clivagens, barreiras e hierarquias determinadas por marcadores sociais como classe e raça. Apontou-se, ainda, para as dificuldades enfrentadas por esse segmento para vivenciar seus afetos e desejos, sobretudo nas cidades do interior do estado, onde o machismo associado à cultura gaúcha podia se manifestar de forma bastante violenta. Tanto na capital como no interior, os textos do jornal também explicitaram práticas de resistência a essas opressões e limites.

Na segunda parte, a abordagem privilegiou as aspirações e tentativas da "comunidade" LBTQIA do estado de se organizar em prol de seus direitos. Busquei mostrar que a circulação do *Lampião da Esquina* favorecia seus ímpetos, permitindo a divulgação de textos que constituíam laços entre os leitores e um sentimento de pertencimento comum. Além disso, o periódico deu vazão a diversas vozes manifestando o referido desejo de organização política. Porém, havia discordâncias sobre como deveria ser o tom do jornal e, também, o movimento LGBTQIA+. Para alguns, inclusive na redação do *Lampião*, as manifestações deveriam se dar em tom "sério" e conforme os padrões hegemônicos de discurso político. Por isso, criticavam, com maior ou menor veemência, o deboche e a irreverência de determinadas narrativas que apostavam na ironia e no tensionamento das fronteiras entre masculino e feminino.

No que tange às tentativas concretas de organização, ficou explicitado que algumas se deram no período circunscrito para essa pesquisa e muito antes da data consagrada como de fundação oficial do movimento LGBTQIA+ no Rio Grande do Sul, com

a criação do MHG em 1991. O *Lampião* explicita articulações entre esse movimento e o movimento feminista que também se reestruturava, e igualmente experiências concretas como a duradoura Coligay e o efêmero Terceiro Mundo. Mais uma vez sobressaem polêmicas relativas à "frescura", com o primeiro grupo sendo acusado de conformista ao machismo por expressar-se através de performances alegres e afeminadas por parte de seus membros. Alguns desses rebateram a crítica, afirmando que "frescura" e consciência política não eram incompatíveis, ambas podendo servir a um projeto mais amplo de visibilização e unidade desse grupo tão discriminado.

Encerro afirmando meu desejo de que esse capítulo seja um estímulo para novas investigações sobre a história LGBTQIA+, as quais cruzem marcos geográficos e temporais consagrados, propiciando a compreensão de outras experiências constitutivas da trajetória de todes es que ousaram desafiar as normas hegemônicas de sexualidade e gênero.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; CEBALLOS, Rodrigo. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANJOS, Luiza Aguiar dos. *Plumas, arquibancadas e pae*tês: uma história da Coligay. São Paulo: Dolores, 2022.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003.

GERCHMANN, Léo. *Coligay*: tricolor e de todas as cores. Porto Alegre: Libretos, 2014.

GREEN, James N. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no século XX. 3 edição. São Paulo: EdUNESP, 2022.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio e FERNANDES, Marisa (org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

MEDEIROS, Tiago Vidal. *Depravada e inesquecível*: memórias, homossexualidades e prostituição masculina a partir da trajetória de Luísa Felpuda (Porto Alegre, últimas décadas do Século XX). Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2020 (dissertação de mestrado).

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2004 (dissertação de mestrado).

O'BRIEN, J. Heterosexism and Homophobia. In: WRIGHT, James D. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. 2ª edição. Elsevier, Volume 10, 2015, p. 790-795.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes*: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras: 2021.

SCHMIDT, Benito Bisso e WEIMER, Rodrigo (org.). *Histórias lesbitransviadas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Taverna, 2022.

SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-Íris*: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUTO MAIOR JR, Paulo Roberto. Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 254 - 282. setembro/dezembro, 2016.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

“Além de preto, bicha!”: a atuação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais em Salvador (1978 -1985)

Ailton Carneiro
UFBA

[...] Minha luta não morre, vinga
Para que eu possa quebrar o muro
E ver teu negro sorriso
Teu negro olhar
Sentir o teu negro calor
Provar do teu negro suor.
Sentir que eu sou de ti
E que tu és mim.[1]

Introdução: quando os negros homossexuais entram em cena

Salvador é internacionalmente conhecida como a capital mais negra do Brasil. Em 1980, o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já demonstrava que a por-

1 Poema intitulado “Aos Adés Dúdús”. Cf. GRUPO ADÉ DUDU. *Diga aí, Bicha!*. Salvador: mimeo, epígrafe.

centagem de negros e pardos na cidade era bem superior à da parcela branca da população.[2] Porém, na prática social, essa superioridade numérica não se convertia em diminuição das desigualdades raciais nem melhores condições de vida para os negros, que continuavam a sofrer com o racismo imposto por uma lógica sócio-histórica e cultural.[3] Com isso, diante de uma grande densidade e heterogeneidade de pessoas não-brancas em Salvador, era de se esperar que a questão da discriminação racial fosse atravessada por outros marcadores sociais, como as questões referentes a classe social, gênero e orientação sexual. Um grupo que sintetizou bem o intercruzamento dessas diferentes fontes de identidade que atravessam o sujeito foi o "Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais", fundado na capital baiana, em 14 de março de 1981. Esse movimento negro homossexual baiano reuniu também muitas das novas estratégias e reivindicações políticas de diversas organizações sociais, que começavam a pulular por todo o país.

É consenso que a partir de 1979 se inicia no Brasil um período de transição democrática. A principal evidência disso está no campo social, com a emergência, o reaparecimento e a articulação de diversos setores da sociedade civil que, por meio de suas práticas, passaram a propalar uma noção de democracia mais alargada.[4] É nesse momento que "novos personagens

2 Segundo Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, a identidade negra no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, que leva em consideração a afrodescendência a partir da cor da pele e outros traços físicos, sobretudo textura do cabelo. Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 290.

3 Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980*: Bahia. Rio de Janeiro. Vol 1. Tomo 5, nº 15.

4 Sobre essa delimitação do período de transição democrática no Brasil, ver, entre outros: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: Expe-

entram em cena".[5] Alguns dos movimentos sociais que tinham ficado atordoados e desarticulados com o Golpe Civil-Militar de 1964 passaram a se reorganizar, como o novo sindicalismo, novas associações de bairro. Mas também novas "identidades coletivas" emergiram como representação de lutas que já vinham se desenhando no interior da sociedade.[6] Muitos desses novos grupos, malgrado suas mobilizações constarem desde a segunda metade do século XIX, passaram a compor a partir daí os chamados "novos movimentos sociais". A principal novidade consistia no fato de suas demandas políticas e seus conflitos não poderem ser compreendidos, suficientemente, a partir das questões estruturais, como a acumulação do capital, a crise urbana ou o exercício do poder estatal, mas a partir das "posições do sujeito" vistas em sua pluralidade, que leva em conta o local de residência, os aparatos institucionais e as várias formas de subordinação cultural, racial e sexual.[7]

---

riências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 26; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 125; e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Tempo da Ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Brasil Republicano, Vol. 4), p. 246.

5 Cf. SADER, Eder. *Op. cit.*, p. 26.

6 Conforme Alberto Melucci: "La identidade colectiva es, por lo tanto, un proceso mediante el cual los actores producen las estructuras cognoscitivas comunes que les permiten valorar el ambiente y calcular los costos y beneficios de la acción: las definiciones que formula son, por un lado, el resultado de las interaciones negociadas de las relaciones de influencia y, por el outro, el fruto del reconocimiento emocional". Cf. MELUCCI, Alberto. Acción colectiva, vida cotidiana y democracia. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2010, p. 66.

7 LACLAU, Ernesto. "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social".

Foi no conjunto desses novos movimentos sociais, no final dos anos 1970, que surgiram os grupos das feministas, dos negros e dos homossexuais, enquanto sujeitos coletivos com uma identidade própria e práticas organizadas na defesa dos seus interesses. Todavia, antes de representar novas categorias monolíticas, essas novas organizações serviram para desvelar, de maneira analítica e prática, as diferentes posições que um mesmo sujeito pode ocupar no interior das relações sociais. Para o teórico político argentino Ernesto Laclau (1983), embora pareça contraditório, essas identidades coletivas sempre gozariam de autonomia e articulação. No entanto, segundo Laclau (1983), se uma posição implica outra, a ponto de formar um único discurso, não há que se falar mais em articulação de posições, mas na emergência de um novo sujeito coletivo, uma diferenciação de uma "posição unificada de um sujeito".[8] Esse feixe de posições do sujeito é responsável pela produção de novos discursos, como o da mulher negra, do negro homossexual e da mulher lésbica em suas buscas por reconhecimento, seus interesses específicos e suas ações independentes. Aqui chegamos a um ponto de intersecção interessante para analisar o surgimento de um movimento homossexual negro na Bahia nos anos 1980, como representou a formação do Grupo Adé Dudu.

O uso do termo intersecção, obviamente, não está esvaziado de sua carga conceitual. A interseccionalidade enquanto chave teórica de análise de duas ou mais opressões que recaem sobre o mesmo indivíduo deriva das experiências de militância das feministas negras do final dos anos 1970, em suas críticas ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo. Esse

---

Latin American Studies, n 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo, 1983.

8 LACLAU, Ernesto, "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social". *Latin American Studies*, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo, 1983.

conceito passou a ser formulado a partir do início de 1990 por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Canadá. Sobre a problemática da interseccionalidade:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.[9]

No Brasil, com suas participações no movimento feminista e no movimento negro, as mulheres negras passaram a perceber que as suas lutas contra o racismo e o sexismo não estavam sendo totalmente contempladas pelas agendas desses movimentos sociais. Era necessário então organizar um movimento que desse conta da dupla opressão sofrida por elas no país.[10] Essa constatação serviu de base para que alguns negros homosse-

9 CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002, p. 177.

10 O "movimento de mulheres negras [...] surgiu da percepção de que existem especificidades na forma como mulheres e homens sofrem a discriminação racial. Lélia Gonzalez, uma das mais importantes ativistas negras nas décadas de 1970 e 1980, foi uma das primeiras a chamar a atenção para a importância da organização das mulheres negras. Em 1988, foi criado em São Paulo o GELEDÉS, uma organização política que tem como propósito o combate ao racismo e a valorização das mulheres negras. Cf. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 292.

xuais começassem a pensar também acerca da especificidade de ser negro e homossexual.

A formulação de um sujeito coletivo negro homossexual passou então a emular questões capilares que atravessam até hoje o movimento feminista negro, o movimento negro e o movimento homossexual. Embora o Movimento Negro Brasileiro, enquanto mobilização política em torno da identidade racial, tenha se iniciado logo após a abolição da escravatura, é na onda dos novos movimentos sociais do final dos anos 1970 que essa militância se rearticula nos moldes de um movimento negro organizado contra a discriminação racial. De acordo com o historiador Petrônio Domingues (2007), essa inflexão no Movimento Negro Brasileiro foi influenciada também por fatores exógenos, como a luta dos negros estadunidenses por direitos civis e a conquista da independência por parte dos países africanos. Internamente, Domingues (2007) ressalta ainda a forte influência exercida pela organização marxista-trotskista, Convergência Socialista, na formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase da militância negra do país.[11] Essa nova fase tem como marco a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 18 de junho de 1978, quando diversos grupos e entidades negras se reuniram em São Paulo e decidiram criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). O primeiro ato público dessa organização reuniu 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo para protestar contra a discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e contra a morte de Robson Silveira da Luz, torturado no 44º Distrito de Guaianases. Para simplificar, no I Congresso do MNU, realizado no Rio

11 DOMINGUES, Petrônio. "Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos". *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007, p. 112.

de Janeiro, em dezembro de 1979, o nome do grupo foi reduzido para Movimento Negro Unificado (MNU)[12].

O chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) emergiu também nesse período e tem como marcos, ainda que discutíveis, a publicação da edição de número zero do jornal *Lampião da Esquina*, que discutia temas sociais e políticos envolvendo homossexuais e outras minorias, em 1978, e o surgimento do grupo organizado de homossexuais, o "Somos — Grupo de Afirmação Homossexual", fundado em São Paulo, no mesmo ano. Já em 28 de fevereiro de 1980, em meio à crise do jornal *Lampião* e do grupo Somos, foi fundado o "Grupo Gay da Bahia (GGB)", em Salvador. O GGB se aproveitou das brechas abertas pelo processo de transição democrática que vinha ocorrendo no país, assim como engendrou novas rachaduras, para dar início a uma nova fase de politização da homossexualidade no Brasil. Sob a liderança do antropólogo paulista Luiz Mott, o grupo inaugurou um novo estilo de militância política homossexual, muito mais específica e pragmática, focada na causa dos homossexuais, direcionando suas ações para além do interior da sociedade, tendo também como principal alvo o Estado.[13]

As experiências desses militantes do movimento negro e do movimento homossexual, ou, simultaneamente, de ambos, assim como das feministas negras, foram cruciais para a entrada em cena dos negros homossexuais na Bahia.

---

12 GONZALEZ, Lélia. "O movimento negro na última década". In: GONZALEZ, Lélia e HASEMBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

13 Para mais informações acerca do Movimento Homossexual Brasileiro e da atuação do Grupo Gay da Bahia na década de 1980, ver CARNEIRO, Ailton José dos S. *Homossexuais em Trânsito*: representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2017. 150 fl.

Por uma crítica da razão negra homossexual: a fundação do Adé Dudu

A formação de uma militância homossexual negra em Salvador é o corolário discursivo de uma articulação que unia a luta antirracista com o empenho em pôr fim à discriminação aos homossexuais. O Grupo Adé Dudu é herdeiro dessa tradição de pensamento. Num documento intitulado "A Participação dos Homossexuais no Movimento Negro Brasileiro", Wilson Santos, hoje mais conhecido como Wilson Mandela, um dos principais líderes do grupo e ex-membro do GGB, conta como se deu a fundação do Adé Dudu:

> Quatorze de março de 1981, sábado, uma casa emprestada, oito rapazes negros, homossexuais, reunidos. Estava sendo criado o Adé Dudu — Grupo de Negros Homossexuais, por alguns membros do MNU-BA e outros que estavam chegando. Duas horas de discussões concluindo conversas anteriores e decidiu-se que o grupo deveria ser formalizado com uma Carta de Abertura, onde seriam colocados os seus objetivos: a luta contra o racismo, contra o machismo e a eliminação do preconceito dirigido ao homossexual negro, como também o apoio a todos oprimidos. Nesse mesmo documento explicou-se o nome do grupo, uma maneira de chegar mais junto às nossas raízes: Adé Dudu. Adé, forma utilizada nos terreiros de candomblé para designar os homossexuais e Dudu, palavra que significa negro em Iorubá, idioma falado em algumas regiões da África; muito falado em algumas localidades da Nigéria.[14]

14 SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, p. 39.

Percebe-se então que o Adé Dudu foi formado por indivíduos que já tinham uma experiência no ativismo negro e homossexual em Salvador, todos homens cisgêneros. Além de Wilson Santos, que já militava no Movimento Negro Unificado baiano e no Grupo Gay da Bahia, destacam-se outros membros atuantes como Edson Santos Tosta, o "Passarinho", um dos primeiros a levar o problema da discriminação dos homossexuais negros para a roda de discussão do MNU; Hamilton Vieira, que foi um dos primeiros a sistematizar as desigualdades entre homossexuais brancos e negros na Bahia; Wilson Santos (Dois) e Ermeval da Hora, que também faziam parte do GGB; e Marco Argôlo. Todos eles homens e integrantes do MNU-Bahia.[15] Sobre a ausência de mulheres negras homossexuais, Wilson Santos atribuía a uma maior repressão da sexualidade feminina na sociedade.[16]

Não obstante o Grupo Gay da Bahia tenha sido fundado um ano antes, esse grupo de militantes do MNU baiano já demonstrava a pretensão de fundar uma organização específica que lutasse contra a dupla opressão sofrida pelos negros homossexuais. Dessa forma, a saída de Wilson Santos do GGB para fundar o Adé Dudu, a despeito das suas acusações relativas à existência de racismo dentro do grupo, não representou neces-

15 O movimento negro contemporâneo na Bahia tem como marco a criação do Bloco Afro Ilê Aiyê, no Curuzu, bairro da Liberdade, em 1974, sob a liderança de Antônio Carlos dos Santos, o "Vovô". A partir daí se inicia uma onda de valorização da cultura africana e afirmação da identidade negra em Salvador. O Movimento Negro Unificado Bahia, fundado em 1978, foi resultado também dessa agitação cultural, além de uma série de acontecimentos que propiciaram a emergência do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que depois ficou conhecido apenas como MNU, em São Paulo, em 18 de junho de 1978. Para mais informações, ver MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

16 SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, p. 22.

sariamente uma dissidência do GGB.[17] Wilson Santos destaca pelo menos dois acontecimentos como marcos dessa irrupção prático-discursiva negra homossexual no Brasil: a intervenção de Passarinho (que veio a se tornar membro-fundador do grupo Adé Dudu) em sua fala contra a discriminação sofrida pelos negros homossexuais na Conferência sobre o "13 de maio", ministrada pela antropóloga e militante negra e feminista Lélia Gonzalez, em maio de 1978, em Salvador, e a publicação da matéria "Além de Preto, Bicha!", de Hamilton Vieira, no jornal anarquista *O Inimigo do Rei*,[18] em março de 1979. Sobre a atuação de Passarinho, Luiz Alberto, militante do MNU e ex-deputado federal pela Bahia, destaca:

> Passarinho era um militante que tinha como uma característica principal enfrentar as instituições da forma mais radicalizada que ele conseguia desenvolver. Ele questionava as instituições, ele questionava os modelos, as formas. Eu lembro que quando surgiu o "Grupo Os Negões", que hoje é um grupo cultural, mais carnavalesco, [...] mas na época, até me parece, se formos avaliar um pouco mais profundamente, era um contraponto ao próprio Adé Dudu, porque "Os Negões" se apresentou como aqueles negros fortes, héteros, altos, que tinham que ter um bucado de mulheres e que não admitia essa coisa de

17 MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade*: Identidade sexual e política no Brasil da "Abertura". Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 273.

18 "Em 1977, estudantes das faculdades de Filosofia, Economia, Ciências Sociais e Comunicação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), resolveram fundar um jornal anarquista que passou a se chamar *O Inimigo do Rei*. Esse periódico foi distribuído em todo o Brasil, de 1977 a 1988, e desde seu primeiro número se engajou na luta em defesa das minorias". Cf.: CARNEIRO, Ailton José dos S. *Homossexuais em Trânsito*: representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2017, p. 73.

> negro homossexual. Para você entrar nesse "Grupo Os Negões" você tinha que medir seu tamanho, sua altura, se você tivesse menos de 1,82 m você não entrava. [...] Passarinho, 1,60m, foi lá enfrentar "Os Negões".
> Ele disse: "eu quero entrar nos Negões".
> "Como você vai entrar? Você tem 1,60, é homossexual? Não Pode!"
> Passarinho quebrou o pau lá com os Negões. [...] Então, Passarinho é essa figura que enfrentava tudo, ele não se conformava com esse ambiente de controle, de opressão. Eu acho que o Adé Dudu criou um espaço de companheirismo que pudesse lhe dar suporte. [...] Passarinho enfrentava essas formas de comportamento, esses modelos que eram impostos na sociedade, particularmente, a nós, o Movimento Negro Unificado (MNU), e a um grupo de jovens negros homossexuais.[19]

Essa militância intrépida e de enfrentamentos no cotidiano por parte de Tosta Passarinho era a "imagem viva", a afirmação de um novo sujeito coletivo que emergia, "novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos".[20] Seus esforços se juntaram às formulações de Hamilton Vieira que, por receio da forte discriminação homossexual da época, assinou muitos dos seus textos com o pseudônimo de "Estevão dos Santos".

---

19 Depoimento concedido por Luiz Alberto no evento virtual "Roda de Conversa: 40 Anos de Fundação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais, celebrado em 19 de março de 2021. Cf.: JORNALISTAS LIVRES. *Roda de Conversa: 40 Anos de Fundação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais*. Youtube, 19 de março de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v-z81P1RODoLQt1410s. Acesso em: 27 de junho de 2022.

20 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 2 ed., 1988, p. 29.

No evento virtual "Roda de Conversa: 40 Anos de Fundação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais", ocorrido em 19 de março de 2021, Ana Célia da Silva, fundadora do MNU baiano, ressalta a importância de Hamilton Vieira para a formação intelectual da militância negra na Bahia, como também para o movimento homossexual baiano:

> Hamilton Vieira foi um intelectual do movimento negro e do Adé Dudu que entendeu, perfeitamente, o que havia de mais importante e há no movimento negro (MNU) que é a luta geral, onde todos participávamos, e as lutas específicas do nosso grupo de trabalho. O Adé Dudu não se furtou a isso. O Adé Dudu participava das questões gerais lutando contra o racismo, contra a homofobia, que era específica, contra a questão da discriminação das mulheres, dos pobres e dos excluídos.[21]

Nascido no bairro da Fazenda Garcia, nas adjacências do centro de Salvador, Hamilton era filho de um funcionário público e de uma dona de casa. Sua formação ginasial foi no Colégio Edgard Santos e sua graduação em Comunicação se deu pela Escola de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mais tarde, especializou-se ainda em "Educação e Desigualdade" pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. Para Ana Célia, Hamilton Vieira foi o responsável por abrir os jornais brancos baianos para o movimento negro. Além de escrever extensas reportagens sobre a cultura negra em Salvador

21 Depoimento concedido por Ana Célia Silva no evento virtual "Roda de Conversa: 40 Anos de Fundação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais, celebrado em 19 de março de 2021. Cf.: JORNALISTAS LIVRES. *Roda de Conversa: 40 Anos de Fundação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais*. Youtube, 19 de março de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v-z81P1RODoLQt1410s. Acesso em: 27 de junho de 2022.

e sobre o "Bloco Ilê Aiyê", Hamilton criou um caderno específico no *Jornal A Tarde* para evidenciar as atividades do Movimento Negro no dia 20 de novembro, data que o MNU elegeu para celebrar a luta contra o racismo, em memória à morte de Zumbi dos Palmares.[22]

Conquanto, foi no artigo "Além de Preto, Bicha!" que Hamilton deu sua principal contribuição para a luta por reconhecimento daqueles que se identificavam enquanto negros e homossexuais. Tratou-se de um texto seminal que abriu caminho para uma crítica aprofundada acerca da razão de ser negro e homossexual.[23] Na publicação, o jornalista levantou uma série de questionamentos com a finalidade de provar que os negros homossexuais sofriam mais discriminação que os homossexuais brancos na sociedade baiana. Para tanto, Hamilton Vieira refutou a tese de que não havia preconceito racial, mas meras desigualdades de ordem socioeconômica. Com isso, procurou demonstrar, por meio de vários depoimentos de homossexuais masculinos, negros e brancos, e de representantes da "Sociedade Malê-Cultura e Arte Negra", que os privilégios sociais concedidos aos homossexuais brancos em detrimento dos homossexuais negros iam desde as ocupações profissionais até a

22 Ver JORNALISTAS LIVRES. *Op. cit.*

23 Uma razão negra homossexual como posta aqui acompanha o mesmo raciocínio filosófico de Achille Mbembe, quando este identifica a formação de uma razão negra no mundo ocidental, a partir do século XV. Sendo assim, podemos afirmar que se trata tanto de "um trabalho quotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais, com o objectivo de fazer acontecer o Negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalizacão prática" (MBEMBE, p. 58) quanto uma "declaração de identidade" e de "consciência negra do negro". Ver MBEMBE, Achilles. *Crítica da Razão Negra*. Tradução Marta Lança. 1 ed. Lisboa: Antígona, 2014, pp. 58-62.

predileção sexual dos turistas estrangeiros pelo "negro exótico". Segue a problemática apresentada por ele:

> Ser negro é ser minoria, logo estigmatizada. Nesse contexto, como o homossexual de cor se vê? O fato de ele ser negro não influi no aspecto da marginalização ser ainda mais forte? Ele não sofre mais acentuadamente a repressão imposta a todos os homossexuais devido ao fator cor? Outro aspecto a ser levantado é o seguinte: vivemos numa sociedade onde os valores culturais predominantes são de origem europeia. Nessa sequência de valores quase exclusivamente brancos, como se situa o indivíduo que possui características culturais distintas das desejáveis por toda uma sociedade? No caso, por exemplo, do homossexual negro, o primeiro dado a ser levantado é este: no nosso país, a homossexualidade é marginalizada e até vista por muitos como uma espécie de crime. O outro dado a ser analisado é que as características culturais do negro, principalmente no campo da estética, não correspondem aos ideais desejáveis pela sociedade. Dentro desta engrenagem, como se situa o homossexual negro?[24]

Pela primeira vez o problema da raça e da homossexualidade era articulado e sistematizado publicamente no Brasil, como um discurso único que apontava a "dupla discriminação" que recaía sobre aqueles que eram identificados ou se identificavam enquanto homossexuais negros. A "coragem de verdade"[25] de

---

24 VIEIRA, Hamilton. *Além de Preto, Bicha*!. *In:* JORNAL O INIMIGO DO REI. Salvador. Nº 4. Ano 3. Fevereiro e março de 1979, p. 14-15.

25 Como uma "coragem de verdade" — ou *parrhesía* —, Michel Foucault compreende: "o tipo de ato pelo qual o sujeito. dizendo a verdade, se manifesta, e com isso quero dizer: representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade. Não se trataria, de modo algum, de analisar quais são as formas do discurso tais como ele é reconhecido como verdadeiro, mas sim: sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e

Hamilton Vieira lançava questões para a sociedade brasileira, sobretudo para os militantes negros homossexuais, que a partir daí passaram a elaborar uma espécie de "crítica da razão negra homossexual", estágio no qual o homossexual negro, por meio de uma ascese e uma "declaração de identidade", passou a assumir uma consciência negra homossexual acerca das suas relações e práticas sociais.

Um terceiro acontecimento, segundo Wilson Santos, também teve uma grande influência para a fundação do grupo Adé Dudu. As repercussões causadas pela intervenção de Passarinho, desta vez no 1º Congresso do Movimento Negro Unificado, que ocorreu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1978, quando este se juntou às mulheres do movimento para discutir problemas específicos enfrentados pelas mulheres negras e pelos homossexuais negros no Brasil, geraram forte impacto em quatro militantes negros do grupo Somos/SP que depois procuraram Passarinho para demonstrar seu apoio. A partir daí, esses rapazes resolveram organizar um grupo independente que combatesse o racismo tanto fora quanto dentro do meio homossexual. Nesse intuito, fundaram o "Grupo de Negros Homossexuais" (GNH) durante uma reunião geral do Somos, em 26 de junho de 1980, alegando a existência de manifestações racistas dentro do próprio grupo. Essa militância homossexual de São Paulo teve curta duração, aproximadamente um ano. Mas, segundo Wilson Santos, o GNH paulista serviu como uma importante fonte de inspiração para a formação do grupo baiano Adé Dudu.[26]

é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade, sob que forma se apresenta, a seus próprios olhos e nos olhos dos outros, quem diz a verdade. qual é a forma do sujeito que diz a verdade". Cf.: FOUCAULT, Michel. *A Coragem da verdade*. Curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012, p. 4.

26 SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, p. 30.

Essas formulações críticas acerca da experiência homossexual negra em Salvador suscitadas por Hamilton Vieira, assim como o protagonismo de Passarinho, balizaram as ações do movimento homossexual negro na capital baiana a partir do início dos anos 1980.

Ser negro e homossexual: a atuação do Ade Dudu contra a "dupla discriminação"

Já constituído enquanto um grupo de negros homossexuais e fazendo jus ao caráter interseccional da sua militância, o Adé Dudu participou de dois encontros em abril de 1981. O primeiro deles foi o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), realizado em Recife, que contou com a participação de mais outros quatro grupos de homossexuais: o Grupo de Atuação Homossexual (GATHO), de Recife, o GGB, o "Nós Também", de João Pessoa, e o "Dialogay", de Aracaju. O segundo encontro foi o 2º Congresso do MNU, realizado em Belo Horizonte. Este último evento reuniu a militância negra de todo o país e o grupo aproveitou para incluir entre as pautas de discussão, a questão do ser negro e homossexual. Nessa ocasião, foram aprovadas as seguintes propostas:

1. O início imediato de contatos com os grupos homossexuais ou concentrações de homossexuais dos vários estados membros do MNU, para o início de trabalhos.
2. Recomendação: a questão homossexual deveria ser discutida de forma tal a criar condições de expressão dos homens e mulheres diretamente envolvidos na questão.
3. Os núcleos deveriam criar grupos de reflexão para discutir os temas: homossexualidade, machismo e a questão da mulher.

4. O MNU dar seu apoio aos grupos homossexuais e às suas manifestações.
5. Deveriam ser feitos contatos com grupos ou homossexuais do MNU com a finalidade de traçar uma política a respeito da questão.[27]

Embora poucas dessas sugestões tenham sido implementadas pelo Movimento Negro Unificado, as propostas encaminhadas pelo Adé Dudu, juntamente com o conjunto de reivindicações das mulheres negras que compunham o movimento, serviram de base para que na reunião da Comissão Executiva Nacional (CEN), tendo como foco a organização do 3º Congresso do MNU, que se realizaria em abril de 1982, ficasse acordado que a questão da mulher negra e do homossexual negro deveria ser discutida numa plenária mais geral. No entanto, já na preparação do evento, ficou claro que a homossexualidade negra seria apenas uma pauta acessória na discussão.

O programa proposto pelo grupo Adé Dudu aos demais militantes negros do país foi parte de um programa de ação do grupo que tinha como finalidade extinguir a discriminação homossexual dentro do movimento negro brasileiro. Para os militantes baianos, era necessário desconstruir a ideia de que a homossexualidade era característica de outras raças e culturas, um "vício" branco e europeu, portanto, estranho às tradições africanas. Por essa perspectiva, os homossexuais negros eram encarados pelos negros heterossexuais como os traidores da raça negra. Esses negros heterossexuais partiam também da concepção de que a homossexualidade masculina feminizava o homem negro, tornando-o frágil. O grupo Adé Dudu procu-

27 SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, *Op. cit.*, p. 31.

rou rebater mais esse pensamento no interior da militância negra, sustentando que negros heterossexuais, ao associar estritamente a masculinidade negra ao perfil do macho forte e robusto, acabavam por condenar os homens negros ao trabalho braçal e mal remunerado.[28] Wilson Santos, em seu testemunho a respeito da participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro, posicionou-se da seguinte forma:

> Tenho uma posição crítica em relação à nossa participação em outras entidades negras, embora achando muito importante. Acho que os negros homossexuais dão mais de si, trabalham mais do que os outros membros como que para dar uma satisfação aos outros. Se aparecer uma bicha que não tenha esta intensidade de trabalho, será mais discriminada. Acho que muitos homossexuais buscam um reconhecimento quando se entregam a esse trabalho árduo... Um outro fato que vem entravando a nossa atuação é o grande número de homossexuais nas entidades negras e não assumidos, o que prejudica a visão de um todo.[29]

Esse desabafo de Wilson Santos deixa bem nítida a discriminação e o desconforto em relação à homossexualidade ainda presentes no Movimento Negro Brasileiro na década de 1980. Em troca da aceitação e do respeito por parte dos demais militantes negros, o homossexual negro se via exigido a trabalhar em dobro, executando múltiplas tarefas.

Já em relação ao preconceito que os homossexuais negros sofriam no cotidiano de Salvador, o grupo Adé Dudu realizou

---

28 SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984, p. 21.

29 SANTOS, Wilson. *Op. cit.*, p. 17.

uma pesquisa, intitulada "Negros Homossexuais", com o objetivo de perceber como os negros homossexuais se viam "enquanto negros, enquanto homossexuais e enquanto negros homossexuais".[30] A investigação se estendeu do final de abril até setembro de 1981, tendo como critério entrevistar todos homens e mulheres negras que se identificassem como homossexuais. Primeiramente, o grupo procurou apontar de que forma se dava o racismo sofrido pelos homossexuais negros por parte de homossexuais não negros. Como expressões de racismo, listaram as "brincadeiras" de conotação racista, os conflitos nas relações de amizade entre negros e brancos, a ausência de afetividade nos relacionamentos amorosos entre os indivíduos desses dois grupos, a alta valorização dos padrões estéticos do homem branco em detrimento do negro, que era sempre visto como "feio", e o preconceito racial velado dentro dos grupos de liberação homossexual. Sobre as atitudes dos homossexuais brancos vistas como racistas, segue um depoimento de um dos entrevistados da pesquisa:

> Conhecemos também muitos "casos" entre homossexuais negros e brancos, mas na maioria das vezes o branco não leva o seu parceiro em determinados lugares que frequenta, como clubes, boites, casas de amigos, parentes etc. e é muito frequente terem de esconder a existência de um relacionamento entre eles, para evitar reprovação geral. C. S. (nº 4).[31]

30 GRUPO ADÉ DUDU. *Negros Homossexuais — Pesquisa realizada pelo Grupo Adé Dudu*. Salvador: mimeo, novembro de 1981, p. 2.

31 GRUPO ADÉ DUDU. *Negros Homossexuais — Pesquisa realizada pelo Grupo Adé Dudu*. Salvador: mimeo, novembro de 1981GRUPO ADÉ DUDU, p. 9.

Para o antropólogo Néstor Perlonguer (1987), essas desigualdades entre homossexuais brancos e homossexuais negros no Brasil têm a ver também com o processo de construção da identidade homossexual no país que, segundo ele, em sua formulação, optou pela importação do modelo branco e igualitário de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, tolerado pela classe burguesa, em detrimento do modelo hierárquico que predominava historicamente no país. Caso concordemos com a análise de Perlonguer, o homossexual negro então não poderia desfrutar dessa identidade homossexual nem engatar relacionamentos homossexuais, uma vez que lhe faltaria um requisito básico para acessar esse sistema — a condição branca.

O grupo Adé Dudu observou ainda que muitos homossexuais negros masculinos eram mais aceitos nos candomblés da Bahia, inclusive assumindo uma identidade homossexual, do que nas religiões cristãs, onde esses eram vistos como pecadores. A antropóloga estadunidense Ruth Landes já tinha descrito a relação entre homossexualidade masculina, especialmente, uma homossexualidade preta, e o candomblé baiano, na sua obra *A Cidade das Mulheres*, publicada em 1947. Em sua etnografia, Landes descreve, até com uma certa reprovação, o pai de santo João, um homossexual preto e de cabelo espichado, como um sujeito saliente, carregado de maneirismos e idiossincrasias, e aficionado pelos "homens normais" (homens heterossexuais).[32]

Para Marco Argôlo, membro do Adé Dudu, essa atração dos homossexuais negros para o candomblé ocorria porque os próprios deuses da religião, os orixás, não associavam o prazer sexual ao pecado. Além disso, segundo ele, a referida liberdade sexual já advinha do fato de muitos babalorixás serem homossexuais ou bissexuais casados com mulheres. Todavia,

32 Cf. LANDES, Ruth. Matriarcado cultural e Homossexualidade masculina. In: *A Cidade das Mulheres*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, 330.

Hamilton Vieira, valendo-se do pseudônimo "Estevão", tinha um olhar mais crítico acerca dessa suposta liberação e simetria social e sexual nos terreiros de candomblé. Nas palavras de Hamilton:

> Acredito que existe uma tolerância muito grande com o homossexual folclórico, a bicha que faz gracejo, atraindo a atenção dos frequentadores do Candomblé. Vejo que não só no candomblé existe um número grande de homossexuais, mas em qualquer religião. Nas religiões cristãs a gente também observa este fato, principalmente na católica, onde acredito que 60 dos religiosos são homossexuais. O que nos parece ocorrer no Candomblé é que os seus homossexuais são quase sempre negros e pobres, não tendo muita coisa a perder, e daí se exporem mais.[33]

O posicionamento de Hamilton Vieira lança outra luz na discussão acerca da maior aceitação dos homossexuais nas religiões afro-brasileiras. A partir de suas palavras, podemos compreender também a destinação de muitos homossexuais negros de classes mais baixas para os terreiros de candomblé, vistos pelas religiões cristãs brancas como espaços de culto ao "demônio", como mais uma faceta da subalternização do homossexual negro na sociedade baiana. O antropólogo Peter Fry contribui para essa concepção ao afirmar "que a ligação entre a homossexualidade masculina e os cultos não é fortuita, mas se deve ao fato de que ambos são classificados como marginais e perigosos dentro das estruturas existentes e dotados de poderes mágicos".[34]

---

33 GRUPO ADÉ DUDU. *Negros Homossexuais — Pesquisa realizada pelo Grupo Adé Dudu*. Salvador: mimeo, novembro de 1981, p. 46.

34 Cf. FRY, Peter. *Para inglês ver*: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 79.

Na segunda parte da pesquisa realizada pelo grupo, o Adé Dudu procurou demonstrar de que forma se dava a discriminação homossexual sofrida pelos homossexuais negros por parte dos negros heterossexuais. Dessa vez, verificaram que as maiores reclamações dos negros homossexuais advinham do fato de que para os demais homens negros a homossexualidade era vista como uma "vergonha da raça", uma "coisa de branco" e uma prática merecedora de levar "porrada". No que diz respeito às relações sexuais entre esses dois grupos, os militantes negros homossexuais identificaram que, mesmo com todo o preconceito dos negros heterossexuais, muitos deles se entregavam mais facilmente às práticas sexuais com homossexuais brancos, geralmente em troca de retornos financeiros, do que com homossexuais da mesma cor de pele. O grupo destaca assim as desigualdades sociais que atravessavam as relações entre brancos e pretos na Bahia e ampliavam o grau de vulnerabilidade de muitos homossexuais negros submetidos às "profissões de bichas", como cabeleireiros, costureiros, maquiadores, sendo mal remunerados, ou ao subemprego. Para o Adé Dudu, além desses engates sexuais revelarem as disparidades de classe entre brancos e negros, essas práticas também eram mais uma prova de que, para a sociedade, de modo geral, a homossexualidade negra possuía um caráter mais ilegítimo se comparada à homossexualidade branca.[35] Dependendo do contexto, tratava-se então de uma dupla ou tripla assimetria com diferentes graus na hierarquia discriminatória, que lançava muitos desses homossexuais negros e pobres para a periferia da periferia da ordem social.

Essas ações do grupo Adé Dudu foram desenvolvidas entre os anos de 1981 e 1982. Nesse período, vale destacar ainda a participação do grupo, juntamente com o Grupo Gay da Bahia, na 33 Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso

35 GRUPO ADÉ DUDU. *Op. cit.*, 1981, p. 10-12.

da Ciência (SBPC), realizada em Salvador em 1981, na luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil e sua incisiva atuação em três edições dos Encontros de Negros do Norte e Nordeste, nos anos de 1981, 1982 e 1983. No entanto, foi a partir desse último ano também que as aparições do grupo se tornaram mais esporádicas. Em 1985, o Adé Dudu foi desativado e Wilson Santos, o Wilson Mandela, lançou sua candidatura de deputado estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), incluindo em sua plataforma de campanha a defesa dos direitos civis dos homossexuais.[36]

Sobre a atuação do Adé Dudu nos anos 1980, percebe-se que as suas ações, bem como suas formulações críticas sobre ser negro e homossexual, conduziram muito mais para uma luta por reconhecimento, com a inclusão da problemática do ser negro e homossexual na gramática moral do conflitos sociais e no enfrentamento aos diferentes desrespeitos sofrido por essa identidade coletiva, assim como formulado teoricamente por Axel Honneth, do que, necessariamente, para uma luta por interesses.[37] Apesar de ter esboçado uma reflexão crítica acerca da relação entre a opressão racial e por orientação sexual com a exploração social sofridas pelos homossexuais negros, o grupo não aprofundou o debate acerca das questões estruturais. Tampouco elaborou um programa de ação e um plano de lutas que dessem conta de superar a dupla opressão e exploração que recaía sobre esses sujeitos. Não obstante, essa falta de pragmatismo político por parte do Adé Dudu em nada diminui a importância e a inovação prático-discursiva que representou a emergência desse grupo num período de transição democrá-

36 BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano VI, nº 13, outubro de 1986. Cf. MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia*: 1981-2005. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011, p. 149.

37 HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 258.

tica pelo qual o Brasil passava e, por conseguinte, de luta por ampliação de direitos.

Considerações finais

Para concluir, o Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais, até por sua justaposição discursiva que reunia as novas táticas e estratégias de luta adotadas pelo movimento negro organizado com as reivindicações do emergente Movimento Homossexual Brasileiro, foi a organização que, em sua própria constituição, já sintetizava a teoria e a práxis dos chamados novos movimentos sociais. Para tanto, valeu-se, primeiramente, da prática das feministas negras e de suas reclamações sobre a "racialização da sexualidade" ou "sexualização da raça" que serviu como modelo teórico inicial para se pensar as homossexualidades negras. A sua militância, que durou de 1981 a 1985, esteve muito mais próxima da praticada pelos primeiros grupos organizados de homossexuais do final da década de 1970, que focava na luta por reconhecimento, do que numa política mais utilitarista e pragmática, mais afeita aos grupos homossexuais dos anos 1980, a exemplo do Grupo Gay da Bahia. Embora tenha se concentrado mais na interseccionalidade entre raça e homossexualidade, o que para a época já foi uma grande inovação, o Adé Dudu apontou a partir daí a possibilidade de se discutir os diferentes marcadores sociais que atravessavam os ditos homossexuais, abrindo caminho assim para se prospectar o lugar das mulheres lésbicas, das questões de classe, do etarismo, entre outras. Da mesma forma, demarcou a heterogeneidade de posições dentro do Movimento Negro e a necessidade de uma maior abrangência da luta antirracista no país. Toda essa síntese teórica e prática fez do Adé Dudu, enquanto sujeito coletivo, mais um importante personagem nesse Brasil da transição democrática.

Vale salientar que o fim das atividades do Adé Dudu em 9 de novembro de 1985 não representou, necessariamente, o eclipse total do movimento negro homossexual na Bahia. Na década de 1990, a militância homossexual negra ressurgiu sob a égide do "Quimbanda-Dudu, o Grupo Gay Negro da Bahia", um subgrupo do Grupo Gay da Bahia. Teve como fundadores Marcelo Cerqueira, atual presidente do GGB, e Ozéas Santana. O termo "quimbanda", de origem angolana, foi traduzido pelo grupo como "feiticeiro homossexual", e "dudu" significa negro na língua iorubá. Seu formato de Organização Não-Governamental correspondia às características das organizações homossexuais dos anos 1990. A Quimbanda-Dudu tinha como objetivo central lutar contra o racismo, a homofobia e a AIDS e manteve-se atuante de 1995 a 2005.[38] Mais recentemente, nesta segunda década do século XXI, tem se destacado em Salvador outras formas de ativismo negro homossexual, como o "artivismo"[39] do "Coletivo Afrobapho" e do "Coletivo Bonecas Pretas", compostos em sua maioria por gays negros e transexuais e travestis negras das periferias da cidade.

Esses diferentes caminhos trilhados pela militância negra LGBTQIA atual, em suas reivindicações por direito ao reconhecimento e garantias de direitos humanos, civis e sociais para

38 BOLETIM DO QUIMBANDA-DUDU, GRUPO GAY NEGRO DA BAHIA. Boletim n. 2. In: BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, n. 39, ano XX, fevereiro de 2000, Salvador-Bahia, p.1-2.

39 De acordo com Paulo Raposo: "Artivismo é um neologismo conceptual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. [...] A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Artivismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística". Cf.: RAPOSO, Paulo. "Artivismo': articulando resistências, criando insurgências". *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, nº 2/2015, p. 5.

essa parcela específica da população inscrevem-se, portanto, na longa trajetória de luta contada aqui, a dos homossexuais negros baianos do Adé Dudu e seus primeiros esforços inventivos e prático-discursivos que puseram em circulação e na gramática dos conflitos sociais do início dos anos 1980, a questão de ser negro e LGBTQIA no Brasil.

Ailton Carneiro é mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduando em Direito pela Faculdade de Direito da UFBA e graduado e licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: ailtonethotmail.com.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano VI, nº 13, outubro de 1986. In: MOTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia*: 1981-2005. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.

BOLETIM DO QUIMBANDA-DUDU, GRUPO GAY NEGRO DA BAHIA. Boletim n. 2. In: BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. n. 39, ano XX, fevereiro de 2000, Salvador-Bahia.

CARNEIRO, Ailton José dos S., *Homossexuais em Trânsito*: representações, militância e organização política homossexual na Bahia, 1978-1988. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (Dissertação de mestrado), 2017,150 fl.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DOMINGUES, Petrônio. "Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos". *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Coragem da verdade*. Curso no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

FRY, Peter. *Para inglês ver*: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GONZALEZ, Lélia. "O movimento negro na última década". In: GONZALEZ, Lélia e HASEMBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRUPO ADÉ DUDU. *Negros Homossexuais — Pesquisa realizada pelo Grupo Adé Dudu*. Salvador: mimeo, novembro de 1981.

HONNETH, Axel. *Luta Por Reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IX *Recenseamento Geral do Brasil* — 1980: Bahia. Rio de Janeiro. Vol. 1. Tomo 5. Nº 15.

JORNALISTAS LIVRES. *Roda de Conversa: 40 Anos de Fundação do Adé Dudu-Grupo de Negros Homossexuais*. Youtube, 19 de março de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?vz81P1RODoLQ-t1410s. Acesso em: 27 de junho de 2022.

LACLAU, Ernesto. "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social". *Latin American Studies*, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo, 1983.

LANDES, Ruth. Matriarcado cultual e homossexualidade masculina. In: *A Cidade das Mulheres*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade*: Identidade sexual e política no Brasil da "Abertura". Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução Marta Lança. 1 ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MELUCCI, Alberto. *Acción collectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2010.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *1978-1988*: 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O Negócio do Michê:* prostituição viril em São Paulo. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 17.

RAPOSO, Paulo. "Artivismo': articulando resistências, criando insurgências". *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 4, n 2/2015

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Wilson. *A Participação dos homossexuais no movimento negro brasileiro*. Salvador. Adé Dudu, mimeo, 1984.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Tempo da Ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Brasil Republicano, Vol. 4).

VIEIRA, Hamilton. *Além de Preto, Bicha*! In: JORNAL O INIMIGO DO REI. Salvador. Nº 4. Ano 3, fevereiro e março de 1979.

Estrutura de oportunidades e conexões ativas: a emergência e o ativismo do Grupo Dialogay de Sergipe no início da década de 1980.

Max Wesley Santos Cardoso
UFS

Introdução

A socióloga Regina Facchini, no livro *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, já indicava a notoriedade histórica adquirida pelo jornal *Lampião da Esquina* e pelo grupo Somos/SP do ponto de vista histórico. O referido jornal e grupo entrariam para a historiografia das homossexualidades como experiências fundadoras do movimento homossexual no Brasil. Segundo a autora, essa importância foi construída a partir dos registros sobre o *Lampião* e o Somos através dos trabalhos de Edward MacRae, como *O Militante Homossexual no Brasil da Abertura*, de 1986, publicado como livro em 1990, e da obra *Devassos no Paraíso*, de 1986, publicada pelo jornalista do *Lampião* e militante do Somos, João Silvério Trevisan.

Os trabalhos de MacRae e Trevisan indicam um movimento por parte da intelectualidade participante do *Lampião* e do Somos que estavam a reivindicar a construção de uma memória e um discurso sobre as homossexualidades no final da década de 1970, atribuindo a esse momento a fundação de um movimento organizado de homossexuais no país.

A criação desse discurso acerca da fundação do movimento homossexual no Brasil, analisado sob a ótica de Foucault (1978, p. 76-77), deve ser concebido como uma forma de exercício do poder que, ao criar e tomar um discurso sobre a história de um movimento homossexual a partir das experiências do *Lampião* e do Somos, MacRae e Trevisan produziram uma "saída intelectual do armário" por parte dos sujeitos homossexuais que começavam a falar e erigir discursos sobre si, tirando das mãos de outros saberes os discursos sobre os corpos e as experiências das homossexualidades no país.

Todavia, o discurso e a demarcação feitos em torno do *Lampião* e do Somos criaram para as histórias das homossexualidades um marco epistemológico e histórico, que configurou a categoria de "movimento homossexual no Brasil", as quais somente puderam ser pensadas a partir dessas experiências no final da década de 1970. Repetiu o tradicionalismo da história brasileira de reduzir experiências históricas que ocorreram no Sudeste como experiência nacional sem se atentar às complexas e múltiplas relações das particularidades locais. Obras como *O que é homossexualidade*? (1985) de Peter Fry e MacRae e *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século* XX, de James Naylor Green, trataram de reafirmar o discurso de que o movimento homossexual no Brasil surgiu no final dos anos de 1970, com as experiências do jornal e do grupo do Sudeste.

Este artigo não desconsidera a existência e importância do jornal *Lampião da Esquina* e do grupo Somos; porém, não parte do pressuposto de que os movimentos organizativos homosse-

xuais que surgem para além do eixo Rio-São Paulo emergem dentro de uma lógica causal, meramente influenciados pelas referidas experiências do Sudeste, mas sim dentro de uma estrutura de oportunidades culturais, políticas e sociais que em algum grau estabeleceram conexões ativas com o citado jornal e o citado grupo paulista.

O conceito de estrutura de oportunidades foi utilizado pioneiramente pelo sociólogo Sidney Tarrow na obra *Poder em Movimento: movimentos sociais e conflitos políticos. O autor* teoriza que existem condições necessárias para o surgimento e a organização de um movimento social. Essas condições que Tarrow menciona estão na esfera da política e são externas aos grupos sociais, ocorrendo quando cidadãos comuns, em reação às elites ou estimulados por líderes, percebem que os custos sociais de executarem ações coletivas lhes são mais favoráveis, pois possuem alguma adesão de apoio popular ante a fraqueza de natureza política das elites e das autoridades políticas, sem apoio da opinião pública e, consequentemente, impopular, não conseguindo fazer o enfrentamento aos movimentos sociais e atos organizados por eles, uma vez que as elites e o poder político estão sem legitimidade.

Partindo da ampliação do conceito de estruturas de oportunidades, pensamos a constituição do movimento homossexual sergipano e sua organização como resultantes de complexas relações que se dão no campo da política e das relações no âmbito cultural, econômico e social. A conjunção de forças para o surgimento de um movimento social se dá também no ambiente em que circulam indivíduos, seu enraizamento e rede social, e através delas é possível organizar a coletividade a partir de demandas culturais, econômicas e políticas que permitam o surgimento do movimento e a organização das suas bandeiras de luta.

O conceito de conexões ativas foi desenvolvido pelo sociólogo Manuel Castells,. Ao estudar movimentos sociais, percebe que a troca de informação entre um movimento social era uma importante estratégia para a comunicação, organização e criação de identidade do movimento, seja de maneira interna, seja de maneira externa, com outros grupos ou setores da sociedade.

Dito isso, este texto tem como foco recompor e analisar a história do movimento homossexual que ocorreu em Sergipe, particularmente, na capital do estado, Aracaju. O capítulo está dividido em duas seções: na primeira delas busco entender as raízes do movimento e a estrutura de oportunidades culturais, sociais e políticas que permitiram a emergência e ações de uma organização social dentro do processo de abertura política brasileira na década 1980, consolidada através da formação do Grupo Dialogay de Sergipe. Na segunda seção, trago à baila o ativismo e as bandeiras que se desenvolveram na capital sergipana através do Dialogay, além das conexões ativas, por ele estabelecidas até fins de 1981.

Estrutura de oportunidades e Wellington Gomes Andrade: A emergência do Movimento Homossexual em Sergipe

Em 14 de março de 1981, o Grupo Dialogay Sergipe (GDS) foi fundado na capital sergipana por Wellington Gomes Andrade, Ivo Adnil Silva, Carlos Roberto Andrade, Mara Lopes e Aracy Santos Mendonça. Primeiro grupo homossexual organizado do estado, tinha como objetivo central defender e garantir a cidadania às homossexualidades nos mais diversos campos da vida em sociedade. O Dialogay foi o momento em que o movimento se institucionaliza em torno de um grupo, mas o processo de sua formação advém de uma estrutura de oportunidades que será contada através dos relatos de Wellington Gomes de Andrade.

Wellington foi o presidente do Dialogay por mais de 15 anos, contribuindo para o seu nome aparecer com mais constância no arquivo deixado pelos últimos membros do grupo em 2003. Além disso, esse militante do movimento sergipano já fora entrevistado para outros trabalhos acerca da temática; fator que, combinado à exposição de Wellington em jornais e eventos de época e da atualidade, contribuiu para que chegássemos ao seu nome e à busca do seu relato.

Dessa forma, utilizamos os relatos de Wellington para perceber o que Sidney Tarrow (2009, p. 38) chamou de estruturas de oportunidades que estavam presentes na constituição do movimento homossexual em Sergipe. A partir dessa experiência social individual — que, através da sua rede social, teceu costuras —, percebemos um amplo espectro de estruturas de oportunidades que contribuíram para a formação do movimento homossexual no referido estado.

O uso dos relatos de Wellington não deve ser concebido como uma prática historiográfica de cunho personalista, cujo objetivo tratar-se-ia de narrar a história de um homem e sua militância homossexual, mas sim como indícios para se pensar uma realidade partindo do seu enraizamento social, cultural e político. Os seus relatos nos permitem reconstruir os espaços sociais pelos quais ele circulava e os que estavam presentes em seu horizonte. Conforme defendem Florence Passy e Marco Giugni (2001, p. 131), a autopercepção do militante e das suas relações sociais pode criar e reproduzir uma estrutura de significados, e a partir dela se torna possível perceber a imersão de um sujeito em uma realidade macro, podendo se extrair dali um quadro interpretativo de um determinado contexto ou pelo menos indícios dele.

Sobre a ideia e fundação do Grupo Dialogay de Sergipe, Wellington Andrade conta que começou no final da década de 1970, quando, num encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso

da Ciência (SBPC) na cidade de Salvador, havia encontrado uma mesa exclusivamente para o público homossexual e lá teve seu primeiro contato com o jornal *Lampião da Esquina*. Ao tomar conhecimento do jornal, resolveu trazê-lo para Aracaju e entrou em contato com o seu corpo editorial, tornando-se divulgador na capital sergipana, passando a constar o seu endereço no impresso. O jornal, segundo Wellington Andrade, foi lançado ainda no ano de 1980, no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), um evento notório que contou com a participação da artista travesti de Salvador, Susana Vermontt. Por seu nome e endereço constarem no jornal, o fundador do GGB, Luiz Mott, veio a Aracaju com o intuito de estimular a fundação de um grupo de homossexuais nos moldes do grupo da Bahia. A partir daí, Wellington junto com alguns amigos, fundaram o Dialogay em 14 de março de 1981Clique aqui para inserir texto..

Ao consultarmos as reuniões nacionais e regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, verificamos que o evento ocorrido em Salvador foi somente em 1981 e não na década de 1970, mais especificamente a partir de 1978, época em que o *Lampião* foi fundado. Dessa maneira, pode-se inferir alguns equívocos quanto à ordem dos acontecimentos. Conforme aponta Pollak (1989, p. 9), esse fator pode ser causado pela tentativa consciente ou inconsciente de definir ou reforçar sentimentos de pertencimento social, no intuito de salvaguardar ou enquadrar a memória dentro da perspectiva histórica criada pelo *Lampião* e pelo Somos.

É certo que o primeiro contato de Wellington com o *Lampião* não ocorreu em 1981, dada a constância do seu nome como distribuidor do jornal a partir do último quadrimestre de 1980.[1]

1 Pela inexistência de exemplares do *Lampião* do mês de setembro/outubro de 1980, e o nome de Wellington Andrade começar aparecer no jornal a partir de novembro do mesmo ano, vemos que o seu contato é de pelo menos um mês antes, considerando o tempo para confecção do jornal, que era mensal.

A partir da análise do *Lampião*, pudemos perceber um movimento reiterado do jornal e do grupo Somos para ampliar sua rede, recrutando divulgadores e mantendo contato com pessoas de outros estados. Muito embora não mencione Wellington, o jornal mostra que havia algum contato em Sergipe muito antes da formação do grupo Dialogay, indicando algum grau de organização homossexual no estado. Essa organização dos homossexuais em Sergipe antes da fundação do Dialogay foi registrada por Darcy Penteado na matéria V*eredas Tropicais, Cr nica de uma rápida viagem ao Nordeste encantado* na edição de número 33 do referido periódico. Numa viagem pelo Nordeste, após passar por Recife, ele registra suas impressões sobre as capitais alagoana e sergipana na mesma época:

> Minha etapa seguinte foi Maceió, uma cidade que — saí convicto — nunca deve ter ouvido falar em ativismo sexual, muito menos homossexual. É plácida, interiorana, acomodada (assexuada?). Na minha passagem de um dia e meio tentei sem resultado encontrar alguém das Alagoas que quisesse ou pudesse, pelo menos, representar o Lampião. Como é, alagoanos? Vamos desenrustir e movimentar essas cabecinhas loucas? Escrevam para o Lampião tá? Aracaju, bem ao contrário, anda fervendo de assumidos e de ativistas em embrião, sem falar nos travestis e em algumas minibichas adoráveis — numa agitação geral do nosso jovem e esforçado representante, o Wellington Andrade, que organiza coisas, contrata espetáculos, apresenta pessoas, exige entrevistas, badala, pinta e borda. Num encontro organizado por ele para que eu tivesse contato com pessoas, conversou-se durante duas horas sobre sexualidade, repressão, ativismo de grupos, etc. Os sergipanos sem dúvida estão dispostos a levantar bandeiras. Contem conosco: o Lampião está aqui para isso.

O movimento homossexual em Sergipe, antes mesmo de uma instituição, já se mostrava promissor e com uma liderança clara, Wellington Gomes Andrade, que ainda registra em fevereiro de 1981 o IX Baile dos Artistas de Aracaju na edição de nº 35 do *Lampião da Esquina*. O baile contou com a presença de vários artistas locais e nacionais, como Elke Maravilha[2] e Evandro Castro Lima.[3]. O evento foi um sucesso, tendo como promessa para o ano seguinte mudar de nome, assumindo sua sexualidade "guei", conforme foi noticiado no *Lampião da Esquina* na edição de abril de 1981. Essa mudança nunca ocorreu, mas a publicização do baile e a tentativa de tornar esse espaço um local para a sociabilidade homossexual foram visíveis. A organização homossexual em Sergipe registrada nas páginas do *Lampião da Esquina* indicia a existência de um movimento homossexual em Sergipe,[4] porém só que esse tinha um padrão e objetivos diferentes daqueles que preconizavam o referido impresso e o Somos. Ao buscar espaços dentro do *Lampião da Esquina*, o movimento homossexual de Sergipe percebia o periódico como uma forma de fazer conexões com a sociedade e os demais grupos homossexuais do país, visto que não possuíam um jornal próprio.

Em 1980, no DCE da Universidade Federal de Sergipe, Wellington, como distribuidor do *Lampião da Esquina* no estado, lança o jornal para o público sergipano contando, como foi dito acima, com a presença da travesti e artista Suzana Vermontt, estabelecendo conexões ativas, além de aglutinar pessoas em

2 Foi uma atriz, modelo e apresentadora alemã que viveu e fez carreira no Brasil, se tornando um ícone de irreverência, autenticidade e criatividade.

3 Foi um figurinista, bailarino e carnavalesco brasileiro.

4 Entendo por movimento homossexual a organização por um indivíduo ou um coletivo/grupo que tem por objetivo defender e dar visibilidade aos sujeitos homossexuais.

torno da leitura do periódico, conforme pode ser visto nas figuras 1 e 2, a seguir:

Figura 1 — Reunião para o lançamento do *Lampião da Esquina* no DCE em 1980. Wellington à esquerda segurando o gravador ao lado de Suzana Vermontt
Fonte: Acervo Pessoal de Wellington Gomes Andrade.

Figura 2 — Público da reunião do lançamento do *Lampião da Esquina* no DCE em 1980
Fonte: Acervo Pessoal de Wellington Gomes Andrade.

Em 1980, Luiz Mott, presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB), enviou carta ao *Lampião* e ao Somos solicitando os contatos de grupos ou pessoas do Norte e do Nordeste para a realização de uma caravana de ativismo. O contato com o Movimento Homossexual de Sergipe seria estabelecido a partir dessa ação e, através desse contato, surgiria a ideia da formação de um grupo mais formal, nos moldes do Grupo Gay da Bahia. Em 14 de março de 1981, os homossexuais que já mantinham conexões sociais por se conhecerem de points da cidade, como a sorveteria Iara e o banho doce, entre eles Wellington Gomes Andrade, Ivo Adnil Silva, Carlos Roberto Andrade, Mara Lopes e Aracy Santos Mendonça, com estímulo do Grupo Gay da Bahia, formariam o Grupo Dialogay de Sergipe (GDS), o primeiro grupo homossexual sergipano formalmente estabelecido.[5]

Grupo Dialogay de Sergipe: Ativismo, bandeiras e conexões ativas (1981)

O Grupo Dialogay de Sergipe, no seu nascimento, através das conexões estabelecidas inicialmente por Wellington Gomes Andrade, mostra-se conectado já com o movimento do eixo Rio-São Paulo, mas sua principal conexão ativa irá ocorrer com o Grupo Gay da Bahia (GGB), na pessoa de Luiz Mott. Sobre esse fato, Gilvan dos Santos Rosa (2005, p. 24-25) assinala que o grupo manteve laços com o GGB e foi incapaz de construir uma agenda local de prioridades ou linhas de ações claras para seu público, trabalhando com materiais produzidos por outras entidades, sem a proposição de campanhas essencialmente sergipanas.

5 Ofício nº 14 de 30 de junho de 1981. Esse é um dos poucos ofícios do grupo em que constam várias assinaturas dos representantes do Dialogay em junho de 1981. A partir desse documento, pressupomos que esses membros comporiam a diretoria do grupo nos seus primórdio

A afirmação de Rosa (2005) acerca das atividades desenvolvidas pelo Dialogay nos parece vazia, pois não menciona quais atividades foram desenvolvidas pelo grupo e não oferta nenhuma fonte material produzida ou reproduzida pelo coletivo como o próprio autor sugere.

Na visão de Wellington, em entrevista cedida ao autor, Luiz Mott foi para o Dialogay e o Movimento Homossexual Sergipano (MHS) de grande valia. Sua contribuição se deu tanto na dimensão financeira, pagando para o grupo sergipano uma caixa postal, bem como os selos para envios de correspondência, quanto intelectualmente, ajudando o grupo a se organizar e ofertando palestras e cursos sobre a temática das homossexualidades. Em contrapartida, o Grupo Dialogay informaria os acontecimentos do nosso estado, em particular sobre assassinatos de homossexuais para o banco de dados do grupo gay baiano, que tinha como uma de suas principais atividades identificar e mapear a violência contra homossexuais no Brasil, apresentando esses casos anualmente no seu boletim.

Ao acessarmos as documentações produzidas e recebidas pelo Dialogay, tais como atas de reuniões, boletins, cartas, circulares, documentos financeiros, ofícios e recibos, pudemos perceber dois aspectos relacionados à proximidade do grupo sergipano com o grupo baiano, como também com outros grupos homossexuais e setores da sociedade — como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e grupos políticos. Fato que em nada tem a ver com uma dependência de agenda de mobilização, mas sim uma malha complexa de relações que perpassavam as múltiplas necessidades de tais coletivos, em defesa das bandeiras e demandas do grupo contra os estigmas sociais.

O acesso a esses arquivos permitiu observar que o Grupo Dialogay manteve documentações, como correspondências trocadas entre os grupos sobre os temas mais distintos, como

mobilizações, pedidos ou trocas de informações e até questões pessoais e afetivas. Afora o valor histórico para pesquisas vindouras, não precisariam serem guardadas, uma vez que não possuiriam valor fiscal ou financeiro, fator que aponta o intuito do grupo organizado em Sergipe em salvaguardar essa memória. Faça-se jus que essa salvaguarda da memória por parte de movimentos homossexuais talvez seja uma das grandes contribuições que o Somos, através do *Lampião da Esquina*, tenha encampado e contribuído para os referidos movimentos no Brasil. Na sua edição de maio de 1980, faz um pequeno apelo intitulado "Memória Guei":

> De alguns anos para cá, a Imprensa brasileira tem dado um destaque a Questão Homossexual. Notícias, ensaios entrevistas, matérias e contos, tem sido publicados (sic) em jornais e revistas de norte a sul do país. Para que todo esse material não se perca no tempo e no espaço, o Jornal Lampião resolveu organizar uma Memória de tudo que tenha sido ou venha ser publicado sobre homossexualismo. Para isto, pedimos a colaboração dos leitores, que, enviem-nos o original ou xerox.

O *Lampião* não conseguiu salvaguardar toda essa memória pretendida, mas, de toda sorte, contribuiu para que grupos homossexuais por todo o país buscassem fazê-la, de maneira a não apenas guardar esses materiais, mas também compartilhá-los com outros grupos e com o próprio periódico, preservando uma importante documentação sobre os movimentos homossexuais do período. O segundo aspecto se relaciona com a própria documentação deixada, principalmente as correspondências e a troca de informações mantidas pelo Dialogay com outros grupos do país, assim como com entidades governamentais, empresas etc. Trata-se da maneira encontrada pelo grupo de

homossexuais formado em Sergipe para costurar uma malha de conexões ativas, apontando para a tese sustentada neste trabalho, que evidencia um grupo altamente conectado, mantendo uma relação interativa de troca de informações dentro dos meios de comunicação disponíveis, materiais e organização de ações do coletivo, cujo objetivo era a defesa das homossexualidades, sendo que a bandeira específica levantada dependeria do contexto e das demandas de cada época.

O grupo iniciou suas atividades com encontros inicialmente na casa do seu fundador e *a posteriori* no DCE, às quartas e sextas-feiras, das 18h às 21h, conforme a memória de Wellington Gomes. Porém, em cartas direcionadas a Almir do Grupo Gatho de Pernambuco, datadas do mês de maio de 1981, à jornalista paulistana radicada em Recife, Wilma Lessa, e ao coletivo Alegria-Alegria de São Paulo, o Dialogay informava estar fazendo suas reuniões em uma grande sala no nono andar do edifício Jangada, que havia sido cedida por um importante político, na época ocupante do cargo de deputado estadual, o qual não podia ter seu nome mencionado por ser relevante figura pública.

Os trechos das correspondências reforçam essa malha de conexões e, inclusive, a rede informacional estabelecida pelo Dialogay com outros grupos, assim como indivíduos dispostos a contribuir com o movimento em Sergipe. Além disso, indicam a ambiguidade contida no âmbito do cenário político sergipano, em que um deputado se prestava a ajudar o grupo, porém se mantinha nas sombras do anonimato com receio de ser visto ajudando um grupo de homossexuais. O fato indica o medo de perda de capital político por parte do não nominado parlamentar, caso tais informações viessem à luz.

Esse fato mostra também o visível olhar preconceituoso que o político enxergava na sociedade sergipana, uma vez que seria depreciativo assumir-se enquanto um colaborador do Movimento Homossexual do estado. Essa relação, ainda que silen-

ciosa, entre o Dialogay e o deputado estadual, desnuda a conexão com a política institucional que o primeiro e, por assim dizer, o movimento homossexual sergipano, mesmo em seus passos iniciais, tinha. Essa relação política, nesse primeiro momento do grupo, deve ser entendida fora dos padrões tradicionais — caso o grupo participasse ativamente da política com cargos em instituições de Estado, por exemplo —, mas, de uma maneira ampla, como preconiza René Remond (2003), em que o político e esse grupo social se influenciam mutuamente, cada um adquirindo do outro aquilo que lhe fosse de conveniência. No caso em questão, cedendo o apartamento 905 do edifício Jangada para o Dialogay; em troca, o grupo poderia lhe ofertar apoio através da realização de campanhas ou até mesmo de votos.

Nessas reuniões que ocorreram entre a casa de Wellington, o DCE e a sala do edifício Jangada, abordavam-se questões referentes aos direitos humanos e aos homossexuais, traziam-se convidados de fora do grupo para pautar temas, trocavam-se experiências pessoais, liam-se livros e jornais de temática homossexual e exibiam-se filmes sobre o assunto. As atividades desenvolvidas pelo grupo, nesses dois primeiros anos, giravam em torno da conscientização e dependiam, como foi dito, do contexto e da demanda da própria época.

De toda sorte, o grupo, fundado em março de 1981, em abril do mesmo ano começava sua atuação junto a outros grupos dentro dessa malha de conexões, participando do I Encontro de Grupos Organizados do Nordeste (EGHON), realizado na cidade de Olinda- PE, tendo como representante o jovem Wellington Andrade. A realização e principalmente a participação em eventos fora do estado tinham custos para o grupo e seus participantes, que nem sempre dispunham de dinheiro excedente para investir no movimento. Porém, essa falta de recursos contribuiu para o desenvolvimento de maneiras de arrecadação

— através, por exemplo, de solicitações (de dinheiro, hospedagem, passagens e variados tipos de materiais) feitas, adquiridos pelos próprios membros ou solicitados de outros grupos homossexuais. No rol dessas vendas realizadas pelo Dialogay *Journal Gay Internacional*[6]

As relações comerciais entre o Dialogay e certos jornais, em especial o *Lampião da Esquina*, reveladas em correspondências, mostram haver mais uma conexão entre o grupo e o referido periódico, uma vez que a entidade sergipana, na pessoa de Wellington Gomes Andrade, realizava as vendas do periódico no estado e, ao mesmo tempo, solicitava aos editores vantagens no valor final para que pudesse revender exemplares e angariar fundos para organizar o movimento homossexual local.

O Encontro de Grupos Organizados do Nordeste (EGHON) foi articulado pelo Gatho de Olinda (Grupo de Atuação Homossexual de Olinda) e contou com a presença dos grupos homossexuais Nós Também de João Pessoa, Dialogay de Sergipe, Grupo Gay da Bahia e Adé-Dudu de Salvador. As reuniões foram realizadas na cidade de Olinda, no Centro Luiz Freire, contando com mais de 60 participantes, discutindo temas como a violência contra homossexuais, os problemas do relacionamento entre gays e lésbicas e as diferentes categorias dentro da homossexualidade. Como resolução do encontro e por influência do líder do Grupo Gay da Bahia, Luiz Mott, ficou decidida a participação dos movimentos homossexuais nas reuniões anuais da SBPC, que naquele ano ocorreriam em julho na cidade de Salvador. O evento foi de suma importância para a organização dos movimentos homossexuais no Nordeste. Acerca do encerramento e algumas impressões do evento, Mott (2011, p. 477) aponta:

6 Eram jornais voltados em especial ao público homossexual e foi comercializado pelo Dialogay como forma de garantir fundos para às atividades e manutenção do grupo.

> O encerramento do EGHON foi no grande salão do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, no centro de Recife, esticando-se a despedida numa alegre confraternização na Boite Misty, com falação dos militantes. Um dos momentos marcantes deste encontro foi a realização de uma passeata gay, percorrendo as principais ruas da velha Olinda, reunindo uma meia centena de manifestantes que gritavam: "Gay unido, jamais será vencido!".

Entre 8 e 15 de julho de 1981, o Dialogay juntamente com o Grupo Gay da Bahia e outros grupos do Nordeste tinham encontro marcado para participar do encontro nacional da SBPC, que naquele ano aconteceria na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, e teria como tema central as questões indígena e negra no Brasil. Em carta direcionada ao Dialogay em 1º de maio de 1981, o Grupo Gay da Bahia fala sobre as pretensões para o encontro:

> Realizar aqui em Salvador uma grande sessão pública — um ATO Público — que teria como tema "OS GRUPOS HOMOSSEXUAIS E A CIÊNCIA" [...] Seria ótimo, se possível, que houvesse ao menos um representante de cada grupo homossexual presente na SBPC, a fim de compor a grande mesa de debates do Ato Público. Seria igualmente fundamental que todos os Grupos enviassem uma carta aberta à SBPC, refletindo o posicionamento do grupo face à ciência, aos cientistas no tratamento que dispensam à questão homossexual. As cartas de todos os grupos seriam lidas no Ato Público. Pretendemos também fazer circular entre os 5 mil participantes da SBPC um abaixo assinado encabeçado, se possível, por todos os grupos do Brasil, exigindo a extinção do parágrafo 302 do Código de Saúde do INPS que considera o hxlo (sic) como "desvio mental".

As lutas e bandeiras estabelecidas pelo Grupo Gay da Bahia foram acatadas pela maioria dos grupos homossexuais do país, entre eles o Dialogay, e juntos na reunião da SBPC de maneira a se tornar notícia, "rodamos de tal modo a baiana que um jornal de Salvador traduziu SBPC como sendo Sociedade das Bichas Procurando Cartaz!" (MOTT, 2011, p. 14).

Porém, é importante destacar que, enquanto se realizavam as preparações dos diversos grupos homossexuais para participar da 33 reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o Grupo Dialogay de Sergipe realizava ações que indicam bandeiras singulares do movimento sergipano. Conectado às bandeiras que foram levantadas pelo Grupo Gay da Bahia, o Dialogay, no período antecedente à reunião, tentou conseguir doações de alimentos, lençóis, medicamentos e travesseiros, entre outros produtos, junto a diversos órgãos do governo do Estado de Sergipe, para a obra de irmã Dulce[7] na cidade de Salvador. Essas doações seriam entregues pelo grupo na oportunidade da SBPC, sugerindo que a formação religiosa de Wellington Gomes Andrade se refletia na sua militância enquanto líder do grupo.

O encontro da SBPC e a arrecadação de donativos para as obras sociais de irmã Dulce mostram respectivamente as conexões do Dialogay com os outros movimentos homossexuais, especialmente da Bahia, como também a autonomia do grupo em relação às suas ações dentro do seu próprio contexto. Uma dessas bandeiras levantadas pelo Grupo Dialogay em sua formação, conforme lembrou Marcos Ribeiro de Melo (2013), era a de ter um local próprio para o grupo. Todavia, por ter parcos recursos por conta das condições financeiras dos seus mem-

7 É uma entidade filantrópica privada, sem fins lucrativos, fundada em 26 de maio de 1959 pela santa brasileira Irmã Dulce.

bros, o grupo fazia eventos para arrecadação de fundos a fim de obter uma sede.

Na sexta-feira, 4 de setembro de 1981, o Dialogay, com apoio do jornal *Gazeta de Sergipe*, promoveu no Teatro Atheneu o Show de Variedades, que incluía a peça Atrás dos Bastidores e que contaria também com a presença de três artistas baianas. Foi cobrado o valor de 100 cruzeiros. No sábado, dia 5, dando continuidade à programação, iria ocorrer no Centro de Turismo de Aracaju a palestra "Antropologia da Sexualidade", com o professor Dr. Luiz Mott. Porém, a palestra não se concretizou. A *Gazeta de Sergipe*, que patrocinou e realizou a cobertura do evento, escreveu sobre o ocorrido:

> [...] o local estava completamente tomado por pessoas interessadas em participar do evento. Mas a surprêsa foi maior quando vimos que as portas que dão acesso ao auditório estavam lacradas e a palestra não pôde ser realizada. Apesar da indignação do público procuramos obter esclarecimentos com a direção da EMSETUR, que alegando problemas de saúde do administrador, convenceu-se de que não houve boicote. Tanto é que, conforme entendimento mantidos posteriormente, cogitou-se trazer de volta para proferir a mesma palestra, o antropólogo Luiz Motti (sic), o qual insatisfeito com o ocorrido, regressou de imediato a Salvador, certo de que aqui, as coisas aqui não se passam igualmente como naquela cidade.

Todavia, a matéria do *Gazeta de Sergipe* não revelava apenas sobre o evento a se realizar, mas desnudava a chegada e as disputas em torno do movimento homossexual que estava a se fortalecer cada vez mais na capital sergipana:

> A carruagem passa e a força do movimento gay de Aracaju, como de outros organizados, se intensifica cada

vez mais, não obstante, a repressão que tenta impedir o desenvolvimento da luta pela libertação das minorias oprimidas em geral. Gostaríamos de esclarecer uma nota que foi publicada nas GERAIS de um jornal local, a qual diz que os homossexuais são anormais. O (sic) seres humanos por terem raízes bastante conservadoras, consideram que o homem foi feito para mulher e afirmam que o terceiro sexo é uma anomalia e os heterossexos é que são normais [...] A nossa finalidade não é fazer um mero discurso condenatório ou de louvação. Não precisamos pedir licenças, porque nossa voz está sendo levantada da tribuna da massa, de onde lançamos as bases para a Unidade sem a qual não pode haver a Democracia, e, sem esta, como teremos condições de discutir as questões amplas que atingem a nação no momento atual? Os espaços são muito importantes para o debate aberto de todos os problemas que afetam o povo brasileiro. Por quê não erguemos a bandeira para protestar contra as discriminações e explorações que vem sofrendo as próprias mulheres, feministas, negras, homossexuais e trabalhadores em geral? Está em jogo também, a questão da política educacional do sistema opressor. Não seria melhor julgar as causas ao invés dos fatos, sem marginalizar aqueles que já sofrem o impacto da discriminação feita pela sociedade? O "baixo-gay" está nos becos, nas fábricas, nas orlas, bairros, zonas, está nas bocas cristalizadas da sociedade que ela mesma ajudou a marginalizar. [...] A forma como os "baderneiros" agiram numa das Mostras do cinema brasileiro durante o IX FENACA, no Cine Rio Branco, não seria um modo de auto-afirmação? E o que é que tem a ver o jovem Wellington se realmente ele estava na ocasião como secretário da FENACA e além disso tentou apaziguar os ânimos recebendo em troca agressões e pontapés. [...] Vemos pessoas que se conduzem como intelectuais ao mesmo tempo se omitirem a defender a própria classe, e, ainda incoerentemente, se utilizarem

> de artifícios que tem em mãos para dividir uma classe que está se organizando e não pode passar pelo julgamento de pessoas distanciadas da realidade cultural de um povo. A cultura é de um povo e só a este devemos devolver uma resposta que sirva de estímulo para o seu desenvolvimento e conscientização. O que devemos deduzir de coisas assim, é que se verifica nos domínios tribais de Aracaju etc. e tal, uma verdadeira disputa intelectual. E também pelo gay-power?

Essas poderosas malhas organizativas do movimento homossexual sergipano começavam a ser notadas pela sociedade e pela imprensa devido à sua capacidade de articulação e estabelecimento de conexões ativas com outros grupos homossexuais e setores da sociedade. Inclusive com a/o política, com o qual estabelecia relações de maneira a realizar suas ações, cujo objetivo fim foi defender às homossexualidades em Sergipe.

Por fim, a matéria do *Gazeta* não apenas revelou o poder e as conexões do movimento homossexual na capital sergipana, como também indicava a visão de que não existiu um movimento homossexual, e sim vários movimentos homossexuais que estavam organizados ou se organizando à época. Visão que este artigo compartilhou ao longo das suas páginas, mostrando a estrutura de oportunidades culturais, políticas e sociais que levaram à emergência do movimento homossexual em Sergipe, bem como suas conexões ativas e organização das suas bandeiras de luta.

Max Wesley Santos Cardoso é mestre em História ProHis/ UFS.

Referências

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas*?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* 1 — *a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MELO, Marcos Ribeiro de. *Itinerários e "lutas": o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe* (1981-2012). 2013. 226 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2013.

MOTT, Luiz. *Boletim do Grupo Gay da Bahia*: 1981-2005. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.

PASSY, Florence; GIUGNI, Marco. Social networks and individual perceptions: explaining differential participation in social movements. *Social Forum*, v. 6, n. 1, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 1992.

REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSA, Gilvan dos Santos. *Terceiro setor*: um estudo no Grupo Dialogay de Sergipe. Monografia (Especialização no Terceiro Setor e Políticas Públicas) — Universidade Tiradentes, 2005.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*: movimentos sociais e confrontos políticos. Petrópolis: Vozes, 2009.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 90109, set./dez. 2014.

O movimento LGBTQI+ no Brasil e as negociações sobre a visibilidade das homossexualidades na emergência da Aids[1]

Paulo Souto Maior
UFRN

O movimento homossexual brasileiro se constituiu lançando mão do imperativo de assumir a homossexualidade. Algumas pesquisas têm mostrado como, desde a sua emergência, em fins da década de 1970, as pautas políticas tentavam caminhar junto das pautas identitárias. Mas não há identidade se as pessoas não a vestem, não se elaboram de acordo com os discursos que elas veiculam,[2] preocupação presente na documentação de grupos como o Somos (São Paulo), Grupo Gay da Bahia (Salvador) e Dialogay (Sergipe). Na época, as ideias divulgadas

1 Uma versão ampla deste texto foi previamente publicada na Revista de História da Universidade Federal de Goiás, em 2022.

2 SOUTO MAIOR JR., Paulo R. (2017; 2021).

pelo famoso jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), pioneiro periódico destinado, sobretudo, ao público homossexual brasileiro, recorreram à visibilidade das homossexualidades como uma estratégia decisiva no combate ao preconceito e ao modo estereotipado e preconceituoso com o qual a sociedade brasileira compreendia as homossexualidades (SOUTO MAIOR, 2019).

Regina Facchini reflete sobre o movimento homossexual brasileiro e procurou dividi-lo em ondas. Para ela, a primeira onda foi marcada pelo surgimento de uma conscientização homossexual, com a fundação dos grupos de militância, encontros, congressos e publicações independentes, muito circunscritas ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e ocorreram em meio às mudanças causadas pela abertura política da ditadura civil-militar. Edward MacRae, ao estudar o Somos-SP, destacou que "assumir" a homossexualidade foi uma das preocupações do grupo; na época, aprendia-se a assumir a si mesmo, ao público anônimo e, até mesmo, à família e aos colegas de trabalho (MACRAE, 1990, p. 136).

A segunda fase do movimento emergiria em meados da década de 1980. O fim da ditadura civil-militar no Brasil coincidiu com a chegada da aids, logo batizada como "peste gay". O momento se caracterizaria, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, pelo enfraquecimento do movimento se comparado à efervescência dos anos 1970. De fato, muitos grupos do sudeste fecharam e publicações mais preocupadas com uma conscientização política por parte das pessoas LGBTQI[3] arrefeceram. Porém, o Grupo Gay

3 A sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e o símbolo + (mais) e procura abarcar outras identidades que se diferenciam da cisheteronorma. A sigla não era usada nos anos 1980-1990, recorte deste artigo, mas a utilizo como uma proposta política para inserir sujeitos que estavam além do que a categoria "homossexualidade" dava conta. Na realidade, essas siglas passam a surgir apenas na segunda metade dos anos 1990, quando emerge a categoria GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), após

da Bahia continuou ativo e, em 1985, surgiu, no Rio de Janeiro, o grupo Triângulo Rosa. Nos anos 1990, por sua vez, o movimento LGBTQI se articula com movimentos de direitos humanos, busca alianças em resposta à aids e associa-se a parlamentares com fins à criação de projetos de lei para a comunidade.

Uma vertente de relevante discussão para refletir sobre o movimento LGBTQI a partir da chegada da aids é como se articulava a questão da visibilidade pública das homossexualidades. Para Gayle Rubin, "o que quer que aconteça, a Aids terá consequências de amplo alcance sobre o sexo em geral, e sobre a homossexualidade em particular. A doença terá um impacto significativo nas decisões tomadas por homossexuais" (2017, p. 12). Tentarei mostrar ao longo deste texto como se elaboraram os discursos sobre a visibilidade das homossexualidades no contexto da epidemia de aids,[4] recorrendo a fontes oriundas do grupo Triângulo Rosa[5] (1985-1988).

A emergência do Triângulo Rosa

Entre os anos de 1979-1988, o Brasil passou por uma transição democrática. A ditadura militar arrefecia com a revogação de atos institucionais e leis de exceção. Em meados da década de 1980, manifestações varriam o país, mostrando o descontentamento da população ao propor o fim do regime vigente e exigir uma democracia (DELGADO, 2007).

---

esse momento elas serão discutidas, tensionadas e gradativamente passam a incluir outras categorias e, por conseguinte, letras.

4 Trata-se de uma questão analisada em minha tese de doutorado. SOUTO MAIOR JR., Paulo R. (2019), sob a orientação da professora Joana Maria Pedro.

5 Ao longo do texto adotarei a sigla TR para me referir ao Triângulo Rosa.

O momento foi caracterizado também pela elaboração de uma nova Constituição, elaborada pela Assembleia Constituinte entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988. O texto contribuiu para solidificar e ampliar os direitos civis e políticos da população brasileira e algumas de suas pautas, comumente vistas como pertencentes à esquerda, foram incluídas na versão final, não sem intenso alvoroço nas comissões e subcomissões temáticas. Nesse sentido, como destacam Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018, p. 451), não podemos pensar a Constituição de 1988 sem considerar a pressão da sociedade civil em incluir suas pautas na Carta.

Os homossexuais participaram do debate e, nesse caso, o protagonismo coube ao grupo TR, juridicamente registrado, criado em 1985 por um pequeno grupo, no qual se destaca João Antônio Mascarenhas, por ter sido dissidente da redação do *Lampião da Esquina*. Um dos objetivos do grupo "era procurar saídas para minimizar a discriminação contra os gays, dialogando com partidos políticos e organizações da sociedade civil" (CÂMARA, 2002, p. 24). O TR possuía como pauta uma postura política mais voltada para o espaço público; tal politização, naquele momento inviável sem a visibilidade das homossexualidades, seria fundamental na reivindicação coletiva de direitos.

O nome do grupo remetia à marca inscrita nas roupas de homossexuais nos campos de concentração nazistas. O título, por si, evocava uma memória de reparação histórica e justificava a sua ação e principal objetivo: a inclusão da não discriminação por orientação sexual na Constituição de 1988, conhecida pelo dístico Constituição Cidadã. O Grupo Gay da Bahia também teve uma participação importante nessa empreitada, embora o foco aqui recaia sobre o TR.

Mascarenhas, idealizador do TR, formou-se em Direito, curso que lhe conferiu atuação decisiva como militante homossexual e nas demandas pela causa que travou ao longo da

vida.[6] Sua biblioteca pessoal mostra que o movimento homossexual brasileiro bebeu em iniciativas, demandas e estratégias do movimento homossexual estadunidense. Na sua estante estava o livro *Homosexual, oppression and liberation*,[7] escrito por Dennis Patkin Altman (1993), acadêmico australiano, cujo primeiro capítulo era "Coming out: the search for Identity", em que defende ser importante os homossexuais se assumirem para não viverem uma vida incompleta e insatisfeita, mesmo reconhecendo haver circunstâncias que inviabilizam o dizer-se homossexual.

Além de Mascarenhas, o grupo contou com mais quatro fundadores. Na pesquisa de Cristina Câmara, dois foram entrevistados, aos quais ela atribuiu o pseudônimo de Luís (dadas as informações de que disponho em outras fontes, percebo se tratar de Mascarenhas) e Pedro, psiquiatra e escritor. Para Pedro, o TR objetivava lutar pelos direitos dos homossexuais e de outras minorias, mas reconhece que a questão gay prevaleceu.

Mais algumas pessoas formaram o grupo, que chegou a contar com participação de outras pessoas, a exemplo da advogada Rita Colaço, do psicólogo Paulo Fatal e de Claudio Mesquita, os dois últimos eleitos respectivamente presidente e vice-presidente entre abril de 1986 e abril de 1987 (TRIÂNGULO ROSA, n. 2, 1986). As reuniões geralmente aconteciam na sede da *Turma Ok*, espécie de clube homossexual carioca cuja existência ocorreu na década de 1960.[8]

Dentre as atividades de destaque, o grupo apoiou a candidatura a deputado estadual do militante, ativista e ex-guerrilhei-

---

6 SOUTO MAIOR JR.; ZIOLI (2016).

7 A obra traz reflexões oportunas acerca dos movimentos homossexuais. ALTMAN, Dennis P. *Homosexual, oppression and liberation*. St. Lucia: University of Queensland, 2012

8 Para ver mais sobre a Turma Ok, verificar Soliva (2012).

ro Herbert Daniel, pelo Partido Verde (TRIÂNGULO ROSA, n. 2, 1986). A candidatura não teve votos suficientes. A organização, porém, colecionou vitórias em outras instâncias, a exemplo do então artigo 10 do Código de Ética dos Jornalistas, que proibia jornalistas de "concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, de sexo e de orientação sexual", conforme destacava a integrante Rita Colaço em carta aos associados em 30 de março de 1987.

Embora sem promissoras condições financeiras, o grupo ensaiou uma publicação de curta duração, semelhante às publicações nanicas em circulação durante a ditadura militar. O editorial do boletim da primeira edição indica seus objetivos. Segue o apelo:

> O Triângulo Rosa — grupo de liberação homossexual — dirige sua vontade e volta a sua esfera para ajudar na criação de um mundo melhor e mais digno. Combatemos todas as formas de preconceito — e todos sabem como os preconceitos que segregam os homossexuais ainda são violentos no nosso país. Lutamos ao lado de todos aqueles que, como nós, são de alguma forma mutilados de sua cidadania. Estamos ao lado das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais, dos velhos (sic.), dos deficientes físicos e mentais, de todas as "minorias", de todos os marginalizados, dos desempregados, dos trabalhadores explorados [...]
> Faça do Triângulo Rosa a sua tribuna de debate, o seu porta-voz, o seu interlocutor.
> Queremos vocês conosco
> (Editor. TRIÂNGULO ROSA, 1986).

Como não poderia deixar de ser, o texto convida adeptos/as para a causa, convocando grupos que também enfrentam preconceitos na sociedade, ampliando o leque de integrantes

ao movimento de *minorias* do fim da década de 1970. Além de mulheres, negros e indígenas, chama a atenção para crianças, deficientes físicos e mentais, entre outros. Mostrar preocupação com esses demais grupos não era à toa. O processo de redemocratização do Brasil, mesmo após o fracasso da campanha *Diretas Já*, pôs na ordem do dia a discussão de uma nova constituição e as/os homossexuais não queriam ficar fora do debate. É igualmente aí, paralelo à epidemia da aids, que se desenha uma nova estratégia para o assumir.

Vale destacar que, em 1985, no Brasil, o movimento homossexual já tinha alcançado um dos seus principais objetivos, momento marcado pela despatologização da homossexualidade pelo Conselho Federal de Medicina, vista como "transtorno sexual" de acordo com o código 302 de Classificação Internacional de Doenças (CID) então vigente. Em 1990, foi excluída definitivamente da CID pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ação protagonizada sobretudo pelo Grupo Gay da Bahia. Por outro lado, o preconceito, reforçado pela associação com a aids, ainda era significativo.

O debate sobre o assumir homossexual

O TR se mobilizava a fim de mudar a situação de vulnerabilidade em que se encontravam as/os homossexuais no país. Uma das principais razões para a atuação do grupo estava no debate em torno da Constituinte de 1987. Cristina Câmara (2002) ressaltou que o combate ao preconceito promovido pelo grupo considerou o diálogo com partidos políticos e demais segmentos da sociedade, levando a discussão para as reuniões das subcomissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987. A tentativa de incluir a punição da discriminação por orientação sexual na Carta Magna levou o grupo a escrever "606 cartas a 304 constituintes, deu dar 421 telefone-

mas para o Congresso Nacional e o presidente do grupo, Caio Benévolo, foi três vezes a Brasília" (HOWER, 2003).

No boletim do grupo, é possível acessar formas de mobilização, uma descrição atenta da pauta a constar na Constituição e os caminhos que deveriam ser mobilizados discursivamente para esse fim. Nesse sentido, na edição de outubro de 1987, encontramos um texto longo, escrito por Mascarenhas, com um título provocativo, "Assumir-se: por quê?":

> Assumir-se, no caso, significa o processo de aceitar com naturalidade a condição de homossexual, sem alardeá-la, mas sem escondê-la. Isso não se consegue nem rápida nem facilmente, mas, em geral, a duras penas. Depois de angústias e frustrações. Valerá o esforço? Creio que sim. Não pretendo enumerar todos os motivos, mas alguns deles:
> 1º: Sentimo-nos desobrigados de fingir, livrando-nos do peso da mentira e da tensão provocada pelo terror de sermos descobertos;
> 2º Dispensamo-nos da hipocrisia de participar do jogo dos outros, do eu-faço-que-escondo-e-você-faz-que-não-vê; via de regra simulam ignorar o homossexualismo dos que a rodeiam para, assim, mantê-los sob domínio, para que eles conheçam os seus lugares, não se manifestem, sigam as regras, curvem-se calados, gratos, até pelo bom tratamento;
> 3º Impedir a ocorrência de chantagem de parte de indivíduos com quem mantivemos relações sexuais; de repórteres sensacionalistas da imprensa marrom; de companheiras de serviço, de todo círculo de criaturas com quem convivemos, até mesmo do círculo familiar, onde às vezes um outro tipo de chantagem ocorre, a chantagem afetiva — talvez a mais terrível de todas — que, surda, implacável, prenhe de ameaças, traumatiza tanta gente;

4º Fazer com que fiquemos a salvo da necessidade de subornar certos policiais inescrupulosos, que fingem desconhecer que o homossexualismo não é punível na legislação brasileira e procuram submetermos a todos os vexames sob ameaça de uma acusação qualquer;
5º Saber que neutralizamos os nossos opressores machistas, porque os privamos de utilizar a única arma de que dispunham contra nós, a ameaça de descobrir-nos, quando, na impossibilidade de acusar-nos de qualquer deslize, utilizam-se desse recurso para manter-nos amedrontados; obviamente essa gente nada pode fazer contra um homossexual assumido;
6º Dar, pelo nosso exemplo, apoio moral aos homossexuais desejosos de assumirem-se, mas com receio de fazê-lo; infelizmente não raro jovens se suicidam porque não suportam o estigma imposto pela sociedade;
7º Também pela nossa atitude ajudar os familiares que se indignam quando percebem o homossexualismo de um parente, a questionarem a validade da posição de repúdio por eles adotada e ao auxiliá-los a darem-se conta dos preconceitos de que são portadores; na medida em que mais e mais homossexuais assumidos impuserem-se, pela qualidade do trabalho, na indústria, comércio, política e outras atividades, haverá maior aceitação por parte dos heterossexuais; o processo já se acha em andamento; não aumentará percentualmente o número de homossexuais mas provocará uma queda de máscaras;
8º Sentir que estamos batalhando para a construção de um mundo melhor, onde os direitos humanos e os das minorias sejam respeitados, pois o assumir se constitui um ato essencialmente político, através do qual o indivíduo reconhece-se como integrante de um grupo oprimido, primeiro indispensável passo para lutar contra a opressão. Evidentemente quem teme defender-se, pelo receio de identificar-se não se encontra preparado para

fazer-se respeitar [...]
9º Maior auto respeito, pela ausência do sentimento de culpa;
10º Aumento de segurança, pois nos vemos livres de tensões e angústias;
11º Melhor relacionamento com nossos parentes e amigos pela maior franqueza;
12º Possibilidade de plena realização pessoal e profissional pelo conjunto de condições acima.

O texto acima não era inédito. Ele havia circulado com o mesmo título no jornal *Lampião da Esquina*, em junho de 1978 (MASCARENHAS, 1978). Naquele momento, o artigo vinha bem a calhar com os objetivos do recente movimento homossexual brasileiro.[9] Nove anos depois, "Assumir-se? Por quê?" aparecia da mesma forma, também num veículo de publicação homossexual, o que é indicativo da preocupação em fornecer um modelo viável de homossexualidade. Mascarenhas busca tornar as/os homossexuais visíveis, sensibilizá-las/os da importância de se assumirem. Para ele, pelo menos desde a década de 1970 até 1997, ano de sua morte, o assumir seria a condição *sine qua non* para a vivência da homossexualidade.

No entanto, a presença do artigo no TR reivindica outros sentidos. Se, em fins da década de 1970, as homossexualidades ainda não adentravam o espaço público, por outro lado, em 1987, a aids já era suficientemente conhecida da população, pelo menos entre estereótipos e preconceitos. Não foi à toa que João Silvério Trevisan (2007) destacou que a doença colocou de vez a homossexualidade no cotidiano dos brasileiros. Como vários trabalhos têm mostrado, falava-se sobre as homossexualidades na mídia, no dia a dia, nos hospitais, nas agências de

9 SOUTO MAIOR JR. (2019).

emprego. Falava-se dela atribuindo-lhe um rosto, o rosto dos/as homossexuais.[10]

Assumir continua como o processo de expor a homossexualidade publicamente; a demanda, entretanto, muda. Não importava mais falar de uma prática clandestina, era preciso recorrer a artifícios que a visibilizassem em proporção significativa para alcançar a inclusão da não discriminação por orientação sexual na Constituinte. Assim, as razões elencadas circulam em meio a esses debates, que eram travados entre congressistas e representantes da sociedade civil.

Ora, para tentar inserir a punição por discriminação homossexual na Constituição, era preciso que as pessoas se dissessem publicamente, mostrando tratar-se de uma demanda de uma população não tão minúscula quanto se imaginava. Conforme destacou Sérgio Carrara (2019), a demanda era política, interpelava o Estado reivindicando direitos, sobretudo o de não ser discriminado na sua diferença.

Nesse sentido, parece que o oitavo ponto tem maior aproximação com a barganha por democracia. É bem verdade que a luta por um mundo melhor com respeito aos direitos humanos e às minorias lembra as mobilizações do movimento homossexual da primeira onda. Porém, a demanda, dessa vez, tinha a ver com a organização de pessoas LGBTQI que desejavam um lugar ao sol na Carta de 1988.

É o que fica claro no artigo que abre o sétimo boletim, um texto explicativo de Mascarenhas (1987), cujo título já indica o assunto: "Constituinte em etapas". A proposta de incluir a não discriminação por orientação sexual teve êxito nas duas comis-

10 Esta afirmação está pautada em uma série de pesquisas que têm ressaltado o caráter preconceituoso, estigmatizador e associativo vivido pelos homossexuais na era da aids. Dentre a vasta literatura, destaco aqui: Vitiello (2008), Soares (2011), Galvão (1992), Pereira (1999), Castro (2005), Souto Maior (2017), Biancarelli (1997), Fausto Neto (1999).

sões temáticas em que foi discutida (Comissão de Ordem Social e Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias Individuais do Homem e da Mulher). Chegou a constar no projeto "compatibilizado", apresentado pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), sendo que, no artigo 12, inciso III, item "f" trazia:

> Art.12 - São direitos e liberdade individuais invioláveis:
> III - a cidadania
> f) ressalvada compensação para igualar as oportunidades de acesso aos valores da vida e para reparar as injustiças produzidas por discriminação não evitadas, ninguém será privilegiado ou prejudicado em razão do nascimento, etnia, raça, cor, idade, sexo, ORIENTAÇÃO SEXUAL, estado civil, natureza do trabalho, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou qualquer outra condição sexual ou individual (As maiúsculas, por ênfase, são minhas) (BOLETIM TRIÂNGULO ROSA, n. 7, 1987, p. 2).

Pela primeira vez nas histórias das constituições brasileiras, questões referentes às homossexualidades chegaram perto de constar numa Carta Constitucional. Uma das questões debatidas foi a maneira de se referir às homossexualidades e o abandono da sua condição de marginalidade. Diante da divisão entre "opção" ou "essência", militantes consultaram acadêmicos e profissionais de várias áreas e elegeram o termo "orientação sexual". A militância igualmente investiu numa imagem pública respeitável dos/as homossexuais, mesmo que, para isso, distinguisse as/os homossexuais das travestis, como fez João Mascarenhas em discurso proferido no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987 (FACCHINI; SIMÕES, 2009). Entrevistas realizadas com participantes do grupo, de modo geral, evidenciam a presença de um grupo transfóbico no TR, para

o qual as pautas das/os homossexuais não eram as mesmas das travestis (CÂMARA, 2002).

A luta pela Constituinte se justificava também pelos casos de discriminação, homofobia e assassinatos de homossexuais ocorridos no país, bem como pela maneira como a imprensa escrita divulgava notícias contrárias ao padrão de moralidade vigente ou até mesmo de violência em que homossexuais apareciam constantemente como protagonistas.

Na realidade, a proposta foi apreciada por um pequeno grupo de deputados e contou com uma reação agressiva dos mais conservadores. Diante disso, o deputado Bernardo Cabral resolveu enxugar o texto da Carta e cortar as asas da militância LGBTQI. Os deputados José Genoíno (PT-SP) e Luiz Salomão (PDT-RJ) tentaram reverter o jogo e incluir a proibição de discriminação por orientação sexual. Sem sucesso, contudo. Na votação dessa comissão, 66 foram contrários. Depois dessa aprovação da Comissão de Sistematização, eram necessários 280 votos dentre os 559 constituintes.

O TR compartilhava com seus leitores tais informações, certamente para mobilizá-los e não haveria engajamento se eles não se fizessem ver, se não se colocassem em público, expusessem suas demandas, mas também suas dores, lágrimas, traumas psicológicos, fragilidades, sonhos e, é claro, sua homossexualidade. Se, no fim da década de 1970, dizer-se homossexual se relacionava com a aceitação de si como alguém que se relaciona com outras pessoas do mesmo sexo, e por isso homossexual, a partir de 1985, visibilizar significava, no âmbito do TR, igualmente, integrar um grupo social que, tolhido de direitos, lutava por cidadania.

Isso fica claro no artigo "Os gueis e a constituinte", de Paulo Fatal (s/a, p. 5). O psicólogo denuncia que a lei não é igual para homossexuais e heterossexuais: "há alguns mais iguais que outros". Questiona o número de homossexuais no Brasil,

um cálculo impossível para eventual pesquisa do IBGE, dado que a maioria se dizia heterossexual. Coloca outra questão: "A maioria esmagadora dos homossexuais não é visível', forma-se de homens e mulheres casados, que se empenham em não ser identificados como gueis". Marca presença a preocupação com a visibilidade das homossexualidades, explicada pelo autor: "Enquanto as mulheres e os negros não se confundem, os homossexuais podem policiar-se e passar' por integrantes do grupo opressor".

Ao citar as mulheres e os negros, Paulo Fatal dialoga com dois grupos que compartilham com as/os homossexuais um histórico de reivindicações em busca de direitos, talvez remetendo-se à década anterior. A analogia certamente se ancora no fato de os movimentos negro e o feminista lutarem a partir de uma condição perceptível, a exemplo da cor da pele e do biotipo do corpo feminino — ao passo que uma associação formada por homossexuais precisava lidar com uma fração que encobria a maioria, isto é, aqueles que temiam, não desejavam ou ainda nem soubessem expressar seus desejos valendo-se do adjetivo homossexual (BOLETIM TRIÂNGULO ROSA, n. 7, 1986, p. 5).

Quando, em 1988, Paulo Fatal publicou *Invicta: aids aqui: toque, becos e saídas,* aprofundou tal questão, dividindo os homossexuais em: visíveis, semivisíveis e invisíveis. Os primeiras/os possuem trejeitos e atitudes "feminóides" (sic.), escrita com visível tom preconceituoso. Os semivisíveis apenas ocasionalmente "dariam pinta", deixando no ar se são ou não homossexuais. Finalmente, os invisíveis "seriam aqueles que parecem Seres Humanos Típicos" e só seriam percebidos com uma convivência frequente. Como forma de prevenção, muitos homossexuais criam mecanismos de ocultação e de defesa para a vida em sociedade; tais medidas manteriam, coloca o psicólogo, os homossexuais na invisibilidade — ele refere-se diretamente aos homens cisgêneros homossexuais. Frente ao movimento ho-

mossexual dos anos 1980, essa divisão é ilustrativa da dificuldade de lutar por uma causa quando a maioria das pessoas que se relacionam afetivo/sexualmente com outras do mesmo sexo são invisíveis, não se expõem publicamente.

Mesmo com a emergência da aids, havia, segundo o autor, aceitação na sociedade. O militante escreveu: "há pessoas que esclarecem que aceitam os Homossexuais verdadeiros', ou seja, os que desde criança sempre foram assim delicados e femininos (no caso de meninos) e brutas e masculinas' (no de meninas)" (FATAL, 1988, p. 42). Utiliza-se uma explicação biológica para uma questão de "nascença" que permitia unicamente a aceitação. Fracassados desde a infância, trazendo essa deficiência já no DNA, os/as homossexuais nada poderiam fazer e mereceriam acolhimento social. A compreensão de uma causa genética para a homossexualidade permeia a reflexão de Fatal, o que era muito comum à época. Não se tratava de aprender social e culturalmente o que é e como ser/estar homossexual, era algo que vinha impregnado no corpo e seria manifestado ao longo da vida, cabendo a muitos a decisão de ocultá-la ou exibi-la.

O impacto da aids levou Paulo a escrever, ao final de sua obra *Invicta*, o capítulo "Saídas". Lá, propôs que a saída para a associação "grupos de risco-homossexuais" seria a invisibilidade. Para ele, os "Homo Visíveis" (modo como se refere às travestis) seriam vistos como grupos de alto risco. É a eles que se referiam os meios de comunicação, seriam neles que se pensava quando a aids era mencionada. O tom nada combativo dos preconceitos sociais dirigidos às travestis soa como transfobia, uma vez que, egresso de um grupo de combate à discriminação contra homossexuais, delineia um corte, uma cisão sobre por e para quem lutar. "Quem pensaria que um lutador de boxe, um engenheiro, um operário ou qualquer indivíduo de aparência comum possa ser Homossexual", questiona, recorrendo a profissões historicamente associadas ao masculino. Encenando-se dessa forma,

sem trejeitos e próximos a imagens-padrão de masculinidades, os homossexuais teriam lugar entre os "comuns".

A saída pela invisibilidade tiraria dos homossexuais, especificamente dos homens cis, a suspeita da aids e de preconceitos já conhecidos anteriormente, materializados em gestos como a expulsão de casa, a demissão do emprego, a prisão arbitrária, os espancamentos e os assassinatos. Ironicamente (ou não!) sugere um curso intensivo, em que o aluno, após "graduado", mudaria de cidade, sem quaisquer rastros que o fizessem ser reconhecido como "Bicha". Paulo Fatal suspeitava que, devido à aids, o número de homossexuais invisíveis cresceria em diversos países. Parece que, em meados da década de 1980, rarearam os discursos que defendessem enfaticamente o assumir, como se deu na passagem entre as décadas de 1970 e 1980 e ocorreria nos anos 1990. A razão para isso seria a dupla confissão, que pesaria sobre o grupo: "se é homossexual, certamente, é também soropositivo"; muitas vezes, a mudança dos corpos atingidos pela doença era uma forma de expor a sexualidade sem verbalizá-la.

Como se vê, entre membros do TR, havia divergência de opiniões. Paulo Fatal, no mesmo ano em que o TR encerra as atividades, traz em livro uma defesa da invisibilidade e esclarece "certas divergências que andei tendo com Pessoas do Triângulo Rosa", que se davam pelo fato de a imprensa procurar o grupo apenas quando era para falar sobre aids (FATAL, 1988, p. 33). Enquanto isso, Mascarenhas destaca apenas razões positivas para o assumir; não há, no seu texto "Assumir-se: Por quê?", nenhum "porém" a expressar efeitos negativos. Poderíamos perguntar por que um artigo considerado tão importante, a ponto de ser copiado e colado quase uma década depois em um boletim do TR, ignorou condições do contexto em que reapareceu, 1987. Por que a aids não foi incluída no texto de Mascarenhas?

Será que, na sua visão, o assumir-se deveria ignorar os discursos sobre a aids? O que esse silêncio revela?

Houve divergências na atuação do TR no combate à aids, conforme esclareceu Cristina Câmara. Mascarenhas estava mais preocupado com os direitos homossexuais, recorrendo a uma política de visibilidade, ao passo que Paulo Fatal direcionava a atenção para formas de prevenção à aids. Certamente, a posição de Mascarenhas era estratégica, já que era porta-voz do grupo nas reuniões para a Constituinte. "Se o Triângulo Rosa estava voltado para a luta contra os preconceitos, assumir a problemática da AIDS seria assumir ser o grupo de risco potencial" (CÂMARA, 2002, p. 72), escreveu a socióloga, lembrando que a relação aids-homossexualidade retomaria "as ideias de anormalidade e periculosidade sobre a homossexualidade, como causa de difusão de aids".

Esse dissenso, entretanto, não levou o TR a abandonar a causa da aids. O seu boletim de outubro de 1987 informava que o grupo integrava a comissão interinstitucional de prevenção da aids no estado do Rio de Janeiro, se mostrava contrário diante de abordagens preconceituosas e recomendava: usar camisinha de vênus (a popular camisinha), não engolir esperma, exigir agulhas esterilizadas e descartáveis em caso de transfusões, injeções etc. (BOLETIM TRIÂNGULO ROSA, n. 7, 1987, p. 6). Não seria espanto se constatássemos que tal investimento teria partido especialmente de Paulo Fatal.

A aids pôs em prática uma mobilização em regime emergencial. Já em fins dos anos 1980, o movimento LGBTQIA empreendeu algumas ações, a exemplo do atendimento às vítimas e campanhas de prevenção, nas ruas ou em espaços de sociabilidade homossexuais. Dentre as atividades mais conhecidas nesses casos, a exemplo da distribuição de panfletos, houve outros inéditos e existentes ainda hoje, como a distribuição de camisinhas. Ao longo da década de 1980, emergiu outro perfil

do militante homossexual que, segundo Trevisan, era "mais profissionalizado e mais visível na mídia, ao estilo porta-voz, atuando diretamente nas cúpulas do poder, com base em lobbies, e trabalhando dentro de políticas governamentais, sobretudo na área de saúde" (TREVISAN, 2007, p. 369). Um dos principais desafios dessa militância estava em como chegar nas/os homossexuais "invisíveis", não assumidos.

Considerações finais

Se por um lado o ativismo homossexual em tempos de aids acionou campanhas no sentido de combater o preconceito e obter recursos do governo, por outro pôs em destaque a visibilidade das homossexualidades, fazendo-os mostrar-se publicamente homossexuais e, a exemplo do que destaquei em outro trabalho (SOUTO MAIOR JR., 2019), como se davam as relações com amigos/as, família e colegas de trabalho. Isto é, o que o ativismo daquele momento parecia propor era que o assumir se mostrava necessário a todas/os e a qualquer um, independente do engajamento político em algum grupo.

Nos debates travados em torno da Constituição de 1988, as/os homossexuais, no âmbito do TR, procuraram inserir a não discriminação por orientação sexual na Carta. Para alcançar o objetivo, era necessário que cada vez mais pessoas se afirmassem publicamente, apesar da aids, e, nesse sentido, João Mascarenhas procurou fazer uma cisão entre homossexuais e travestis, atitude preconceituosa com a qual pretendia facilitar a aceitação dos homossexuais na sociedade e, com isso, a conquista de direitos. Esse investimento discursivo sobre a visibilidade da homossexualidade se modificaria ao longo dos anos 1990, com a ampla veiculação inclusive na dita grande mídia.

Paulo Souto Maior é professor adjunto da Universidade Federal do Rio

Referências

ALTMAN, Dennis Patkin. *Homossexual, oppression and liberation*. New York: New York University Press, 1993.

BIANCARELLI, Aureliano. Doença em foco: As reportagens sobre AIDS publicadas pela Folha de São Paulo. *Revista USP*, n. 33, p. 137-147, 1997.

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual*: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARRARA, Sérgio. O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. *RECIIS — Revista Eletrônica de Comunicação, Informação Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 450-456, 2019.

CASTRO, Paulo César. A enunciação midiática da sexualidade a partir da Aids: os discursos de Veja e IstoÉ nas décadas de 1980 e 1990. 2005. *In*: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Rio de Janeiro, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas Já: vozes da cidades. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As Esquerdas no Brasil*: Revolução Democrática — 1964. v. 3, 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 409-428.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. *Na trilha do arco-íris*: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

FATAL, Paulo. *Invicta*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988. p. 42.

FATAL, Paulo. Os gueis e a constituinte. *Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro, s/a, p. 5.

FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e Mídia Impressa*: Estudos sobre a AIDS. São Paulo: Hacker, 1999.

GALVÃO, Jane Lúcia F. *AIDS e Imprensa*: Um Estudo de Antropologia

---

Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba.

Social. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HOWER, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): Pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 303, 2003.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade*: Identidade sexual e Política no Brasil da "abertura". Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MASCARENHAS, João Antônio. Assumir-se? Por quê? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, p. 2, junho 1978.

MASCARENHAS, João Antônio. Constituinte em etapas. Triângulo Rosa, nº 7. Rio de Janeiro, 1987, p. 1.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In.: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o sonho*: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOARES, Alexandre S. Ferrari. A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990). *Fragmentum*, UFSM, v. 29, p. 11-20, 2011.

SOLIVA, Thiago Barcelos. *A confraria gay*: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUTO MAIOR JR., Paulo R. *A invenção do sair do armário*: a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000). 2019. 271 Ff. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUTO MAIOR JR., Paulo R. Assumir? Por quê? O dispositivo de con-

fissão das homossexualidades no Brasil nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). *Territórios e Fronteiras*, Mato Grosso, v. 14, p. 130-150, 2021.

SOUTO MAIOR JR., Paulo R. O "assumir" na emergência do movimento homossexual brasileiro: os casos do Somos (SP), Grupo Gay da Bahia (BA) e Dialogay (SE). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 22, p. 171-197, 2017.

SOUTO MAIOR JR., Paulo R. O jornal Nós Por Exemplo, os homossexuais e a era da Aids: apontamentos introdutórios. *In*: SOUTO MAIOR JR, Paulo; LEITE, Juçara Luzia (Org.). *Flexões de Gênero*: história, sensibilidades e narrativas. 1. ed., v. 1. Jundiaí: Paco, 2017. p. 213-228.

SOUTO MAIOR JR., Paulo R.; ZIOLI, Miguel. Militância homossexual no Brasil da ditadura militar: os casos de João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas. *Territórios e Fronteiras*, Mato Grosso, v. 9, p. 331-348, 2016.

TAMAGNE, Florence. Mutações homossexuais. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade* 3: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 448.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 369.

TRIÂNGULO ROSA. *Boletim Informativo Triângulo Rosa*, n. 2. Rio de Janeiro: julho de 1986.

TRIÂNGULO ROSA. *Boletim Informativo Triângulo Rosa*, n. 7. Rio de Janeiro: julho de 1987. p. 02.

VITIELLO, Gabriel Natal Botelho. *A Aids em cena*: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX. 2008. 108f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) — Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, Unicamp, v. 3, p. 193-220, 1997.

Resistência e solidariedade: a epidemia do HIV/aids no Brasil da transição democrática

Samantha Quadrat, **UFF**
Marcos Tolentino, **UNICAMP E ACERVO BAJUBÁ**

Na obra "*Doenças como metáfora. AIDS e suas metáforas*", Susan Sontag afirmou que "a AIDS é uma doença do tempo", pois, uma vez ocorrida a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), é apenas uma questão de tempo para que ele desperte no organismo da pessoa infectada, desencadeando um processo de vulnerabilidade e o aparecimento dos "sintomas reveladores" da evolução da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids) (SONTAG, 2007, p. 54). Entretanto, ao pensarmos na relação entre o HIV, a aids e o tempo, outras temporalidades também podem ser propostas, para além da metáfora biomédica utilizada pela autora naquele momento. Temporalidades que se sobrepõem e se atravessam

tendo em vista que as experiências do HIV/aids são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas, tomando contornos políticos, culturais e sociais, sem se restringir às pessoas que vivem e convivem com o vírus e/ou com a doença.[1]

A epidemia de HIV/aids pode ser narrada a partir de uma cronologia articulada pelos saberes médicos, mais recorrente nas abordagens de ampla circulação sobre a sua história, que acompanha a evolução da epidemia, com o desenvolvimento de diagnósticos, de tecnologias de prevenção e de tratamentos (TIMERMAN, MAGALHÃES, 2015). Uma outra temporalidade possível é a da gestão política da epidemia, articulada ao redor da atuação de movimentos sociais, organizações não governamentais e setores organizados da sociedade civil e das respostas de agentes estatais às suas demandas (GALVÃO, 2000; LAURINDO-TEODORESCU, TEIXEIRA, 2015A e 2015B; CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018; BARROS, 2018; MARQUES, 2020; BORTOLOZZI, 2021). Uma terceira possibilidade é a temporalidade do surgimento do HIV-aids no país que desejamos estudar. No caso do Brasil e outros países da América do Sul, por exemplo, vivíamos a transição para a democracia, saindo de governos autoritários extremamente conservadores (QUADRAT, 2021). Há ainda as temporalidades das vivências pessoais. Elas se tornam públicas em relatos autobiográficos nos quais distintos atores sociais produzem sentidos sobre suas experiências

1 Em nosso texto, optamos pela grafia HIV (em maiúscula), quando fazemos referência à sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana; e aids (em minúscula), quando nos referimos à síndrome da imunodeficiência humana que ele pode acarretar. A escolha dessa grafia retoma a discussão proposta por Herbert Daniel e Richard Parker sobre a política das palavras. Segundo Daniel e Parker, quando falamos dos significados sociais associados ao adoecimento por aids, o uso da escrita em minúsculo era uma forma de combater a discriminação e o pânico moral relacionados à doença, e que se intensificavam quando eram feitas referências a ela como sendo "A AIDS" (DANIEL, PARKER, 1990).

no passado e no presente do viver e do conviver com o HIV e com a aids, além de especulações, prognósticos e expectativas sobre o futuro da epidemia, que trazem no conteúdo das narrativas expressões de subjetividades e de marcadores sociais de diferença (gênero, raça, classe social, geração) (FRACCAROLI, 2019; ZAMBONI, 2014; NASCIMENTO, VIANA, 2020).

A partir dessas temporalidades, podemos encontrar na bibliografia uma cronologia da epidemia de HIV/aids no Brasil dividida em distintos momentos (GALVÃO, 2000). Neste capítulo, interessa-nos o primeiro deles: entre a emergência da questão da aids na esfera pública em 1983 e a garantia da distribuição gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de medicamentos antirretrovirais mais eficazes, a partir de 1996, que formavam o que se tornou conhecido como o "coquetel" (ZAMBONI, 2014, p. 107-108). Entretanto, os recortes cronológicos também podem e devem ser sempre problematizados. Alguns dos elementos que caracterizam o primeiro momento da epidemia de HIV/aids no país não deixaram de existir com a chegada de tratamentos mais eficazes, tendo em vista que questões estruturais e culturais, como preconceitos, além de retrocessos nos últimos anos nas políticas públicas de inclusão social, educação e saúde, ainda aproximam experiências do HIV/aids posteriores com aquelas vivenciadas entre o início da epidemia e a primeira metade dos anos 1990.

O nosso interesse por este momento se dá, pois, como proposto por Marcio Bressiani Zamboni, ele representou um trauma na história recente do país que afetou "[...] profundamente a dinâmica de interação da sociedade como um todo e, de forma diferenciada, grupos particulares em seu interior" (ZAMBONI, 2014, p. 124). Para Zamboni, os processos de adoecimento, de perdas pessoais, de rupturas nas relações familiares, sexuais e afetivas, de pânico social, de articulação de redes de solidariedade, de resistência e de mobilização política que marcaram o

primeiro momento da epidemia de HIV/aids no Brasil não deixaram marcas apenas nas trajetórias de quem vivenciou algum tipo de sofrimento no próprio corpo, seja como efeito da doença ou dos tratamentos iniciais, ou por sofrer discriminação ao ser reconhecido como parte dos chamados "grupos de risco". Outros atores sociais também foram afetados pelo que o autor define como uma experiência de "sofrimento compartilhado" (ZAMBONI, 2014. p. 123). É o caso, por exemplo, de profissionais da saúde que se viram obrigados a lidar com um vírus e suas consequências até então desconhecidos, perdas frequentes de pacientes, diagnósticos difíceis diante da ausência de testes confiáveis até meados dos anos 1980 etc. Consequentemente, podemos analisar a epidemia de HIV/aids para além do discurso biomédico a partir da História, discutindo os seus efeitos sociais, políticos e culturais, que marcaram os últimos momentos da ditadura civil-militar, mas, sobretudo, o período da transição democrática.

Partimos, portanto, da questão: como pensar a transição democrática brasileira, as discussões políticas e culturais que se colocaram nos últimos anos da ditadura civil-militar e as discussões sobre a institucionalidade democrática que se desejava a partir da epidemia de HIV/aids e das respostas de setores da sociedade civil a ela? Dialogando com a proposta desta coletânea, centraremos nossa discussão nas maneiras como pessoas dissidentes sexuais e de gênero (FRACCAROLI, 2022), em diálogo com outros atores sociais, tensionando a democracia em construção, reagiram ao início de uma epidemia vista naquele momento como algo que apenas as atingia, apesar dos efeitos devastadores causados desde o início entre outras populações chaves, como, por exemplo, as pessoas com hemofilia, recorrentemente deixadas de lado, ou sendo tratadas apenas a partir de casos emblemáticos, como o dos três irmãos Henfil, Herbert de Souza (o Betinho), e Chico Mário.

A emergência da epidemia de HIV/aids no Brasil e a transição à democracia

Em 1982, quando os dois primeiros casos de HIV/aids foram confirmados oficialmente em São Paulo, estávamos caminhando para o final da ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 31 de março de 1964.[2] Assim como nos Estados Unidos, em cidades como Nova York, Los Angeles e São Francisco, a recorrência do sarcoma de Kaposi e de infecções oportunistas acenderam o alerta na comunidade médica no Brasil.

Conhecido inicialmente como imunodeficiência associado à homossexualidade (em inglês, *GRID = gay-relatad imune deficiency*), o HIV/aids foi logo batizado de câncer gay ou peste gay.[3] E

2 Na mesma época, em matéria no *Jornal do Brasil*, as secretarias de saúde do estado e do município do Rio de Janeiro afirmavam que não havia nenhum caso registrado. O imunopatologista Gilberto Soares, assessor de Eduardo Costa, então secretário estadual da saúde, justificava "quando conseguimos o feijão-com-arroz nos damos por satisfeitos [...] Nos Estados Unidos, o governo só investiu dinheiro na pesquisa da AIDS quando a doença se alastrou" (JB, 12 de junho de 1983).

3 Nos Estados Unidos, ao longo do ano de 1982, as características clínicas da doença já estavam estabelecidas. A sigla AIDS (*Acquired immunodeficiency syndrome*) foi adotada oficialmente no segundo semestre de 1982 e, logo, difundida pelos boletins epidemiológicos do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC). Desde o ano anterior, diferentes nomes tinham sido utilizados para se referir à nova doença e que faziam uma alusão ao seu avanço, sobretudo entre as comunidades gays no país: *gay pneumonie*, *gay cancer*, GRID (*Gay-Related Immune Deficiency*) ou *gay compromise syndrome*. Alguns desses termos foram traduzidos e reproduzidos pela imprensa brasileira, sobretudo a noção de um "câncer gay". Quando se multiplicaram os casos entre outras populações-chave, demonstrando a universalidade da doença, atribuiu-se a ela um nome que se pretendia neutro. Por outro lado, nesse mesmo período, passou-se a utilizar nos EUA a noção de "grupos de risco", em referência a quatro grupos nos quais a infecção pelo HIV predominava, os "quatro H": homossexuais, haitianos, heroinômanos e hemofílicos. Ver: Marques, 2020.

com essas alcunhas, as primeiras notícias começaram a circular na grande imprensa do mundo todo. Para alguns setores da comunidade gay, essas notícias iniciais se pareceram mais como uma estratégia para implementar medos e reforçar preconceitos já existentes nas sociedades, num momento em que a luta por direitos vinha ganhando visibilidade no cenário público.

Um aspecto que destacamos na apresentação deste capítulo e que nos interessa em particular nesta seção diz respeito à cronologia e à história de cada país. Em comum, como sabemos, o início da epidemia de HIV/aids foi tratado com lentidão e indiferença por diferentes governos, fossem eles democráticos ou ditatoriais. Essa conduta só mudou quando ficou claro que o vírus não era exclusividade de grupos de pessoas dissidentes sexuais e de gênero. Ele poderia atingir qualquer pessoa para além dos chamados "grupos de riscos" na linguagem da época. Mesmo assim, é possível observar que campanhas de prevenção e estratégias de contenção da disseminação do vírus foram alvos de boicotes e pressões dos setores conservadores.

Os anos 1980, década considerada perdida pelos economistas e erroneamente assumida para outros setores, marcaram a ascensão do neoliberalismo em países como Estados Unidos e Chile.[4] Logo, é possível observar o desmantelamento de diversos aspectos do Estado de Bem-estar Social que existiam nesses países. Além disso, se o Chile vivia sob uma ditadura desde o golpe de 11 de setembro de 1973, que derrubou Salvador Allende e levou o general Augusto Pinochet ao poder, os Estados Unidos davam início à década republicana, com a eleição de Ronald Reagan à presidência em 1981, substituindo o democrata Jimmy Carter, cujo governo ficou bastante associado às políticas em

4 O primeiro caso chileno só foi reconhecido publicamente pela ditadura em 1984. Ainda assim, com a epidemia já bastante divulgada em termos internacionais, a ditadura chilena demorou a agir e a adotar qualquer estratégia de combate ao HIV/aids.

defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Segundo Reyes, o discurso neoliberal institucional apontou a responsabilidade com relação à prevenção e ao cuidado com a saúde como algo da esfera privada, ou seja, do próprio doente (2019, p.43). No caso do HIV/aids, uma doença já marcada por preconceitos e pela questão moral sobre o comportamento do doente, esse discurso reforça a culpa e, de certa maneira, isenta o Estado de qualquer responsabilidade.

Um outro fator que chama a atenção quando falamos em observar o momento político de cada país, neste caso para o Brasil, diz respeito à forte crise econômica que vivemos por toda a década de 1980. O que representou o aprofundamento da redução dos parcos investimentos no setor da saúde, deixando hospitais públicos, especialmente universitários, bastante fragilizados para receber os doentes.[5]

Se vivíamos uma grave crise econômica, também estávamos na transição para a democracia em países como Argentina, Brasil e Uruguai. Nesse sentido, na Argentina, segundo Leonardo Moledo, o vírus não poderia ter escolhido um momento melhor para se instalar (Moledo *apud* Reys, 2019, p. 46). Interpretação que pode ser validada para os vizinhos. Mesmo diante das incertezas que uma transição traz para um país, o medo de um retrocesso político (sempre anunciado como possível pela grande imprensa) e a presença militar no cenário público, havia uma profunda euforia pelo fim dos anos autoritários; uma crença nos valores democráticos para a resolução de problemas históricos,

5 Nunca é demais ressaltar a importância dos hospitais públicos frente a momentos de crise, como a epidemia de HIV/aids ou a pandemia de Covid-19. Nos anos 1980, os hospitais privados não eram obrigados a atender casos de HIV/aids, deixando assim a tarefa para as redes públicas municipais, estaduais e federais, dentre os quais destacamos toda a rede hospitalar universitária, que teve um papel central na pesquisa, no tratamento e no acolhimento dos doentes.

como a desigualdade social e econômica e a sensação (mesmo que desconfiada) de que o pior havia passado. Tudo se refletia numa profunda necessidade de *viver o processo*. Era o momento também de ascensão pública de grupos periféricos, como negros, mulheres, homossexuais e indígenas, na luta por direitos e que a sociedade aceitava discutir mais abertamente determinados temas.

Para entendermos essa dicotomia do medo/euforia da transição, é preciso retomar um pouco a reflexão sobre os anos ditatoriais. As ditaduras da América Latina dos anos 1960, 1970 e 1980 do Cone Sul da América Latina podem ser caracterizadas, entre outros fatores, como experiências altamente conservadoras, perseguindo não apenas a oposição política formal, com destaque para a luta revolucionária, mas também qualquer forma de comportamento dissidente. Nesse sentido, no caso brasileiro, atendendo a uma cronologia da repressão do regime autoritário (QUADRAT, 2000), movimentos como feminista, homossexual e negro também foram alvos da espionagem e da perseguição, conforme podemos constatar em diferentes relatos de época e nos documentos oficiais do Estado sob a guarda de arquivos federais e estaduais em todo o Brasil.

O período da transição vai representar um questionamento a esse conservadorismo em todo o Cone Sul. Tal movimento foi analisado na Argentina por Natalia Milanesio, que o chamou de destape.[6] Trata-se de uma avalanche de imagens e narrativas sexuais explícitas na grande mídia que se opunha aos valores morais que a ditadura tentou implementar (2021, p. 11). Ao lado desse destape mais comercial, presente na mídia e em produtos culturais, Milanesio destaca o destape feminista, gay, lésbico e de sexólogos. É, portanto, um profundo processo de transformação de ideologias e práticas sexuais que não tem início ne-

6 A palavra destape pode ser traduzida para o português como desnudar.

cessariamente nos anos 1980 (2021, p. 11). Nesse sentido, como apontam autores como Hekma e Giami (2014), a revolução sexual dos anos 1960 não representou um fim, mas sim o início de debates e questionamentos. Ela prosseguiu por vezes silenciosa e discreta até os anos 1980, quando a pauta pelo direito ao prazer e ao gozo marcou o cenário. Milanesio propõe, portanto, analisar a transição argentina através das transformações da cultura sexual e ascensão e visibilidade de grupos e pautas que até então não faziam parte do debate político da nova democracia.

Dessa maneira, como apontam Stavvenhagen (1996) e a própria Milanesio, respectivamente, as transições foram cenário para a implementação e luta de direitos étnicos, como dos povos originários e negros, e direitos sexuais, como feministas, lésbicas e gays. Esses grupos acabaram por ampliar o tema dos direitos humanos para além dos assassinatos políticos e desaparecimentos forçados praticados pelas ditaduras para as suas demandas. Não raramente, inclusive, se utilizando das mesmas estratégias, linguagem etc. dos grupos de direitos humanos contra as ditaduras.

A questão do HIV/aids forçou novas pautas para o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) — alcunha então utilizada para se referir ao movimento social de contestação e que reunia as pessoas dissidentes sexuais e de gênero (FACCHINI, 2003). Trouxe visibilidade para as suas lideranças (convocadas para falar à imprensa e em diferentes fóruns), pressionou os governos a refletirem sobre uma proposta na área da saúde, aumentou a mobilização sobre direitos individuais e coletivos e colocou no radar social a luta do movimento que não se restringia, obviamente, apenas ao impacto do HIV/aids.

No entanto, não podemos encerrar essa seção sem afirmar que, no Brasil, assim como nos demais países que saíam de uma ditadura na América Latina, houve reação tanto da ditadura

que chegava ao fim quanto dos primeiros governos civis. Isso se deve porque não houve de fato uma redemocratização profunda do Estado, das instituições como um todo, especialmente daquelas responsáveis por exercer algum tipo de controle.

O HIV/aids estava, por exemplo, no radar da censura brasileira que vetava recorrentemente músicas que abordavam o tema. É o caso da música "AIDS", composta por Léo Jaime.[7] Em 21 de setembro de 1983, a gravadora CBS encaminhou a letra para a apreciação da Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia Federal. A letra original apresentada dizia: "A última moda que chegou de Nova York/ Deve ser bom como tudo o que vem do norte/ Sua mãe vai gostar/ Seu pai vai achar moderno/ E mais quente que o inferno essa onda é de morte/AIDS não tente colocar band-AIDS/ Walk man, patins, Lennon and tennis Nike/New Wave, cocaine, Fender, Strato Gaster/Vai pegar, vai pintar até na novela das 8/ E você vai copiar, vai copiar, vai copiar, vai copiar/ AIDS não tente colocar band-AIDS".

A música gerou um intenso debate dentro da instituição censória, com pareceres contrários e favoráveis à sua liberação. Os pareceres contrários afirmavam que a música fazia uma "sátira com uma moléstia fatal e seus portadores" ou ainda que "indiretamente, o homossexualismo e o vício da cocaína são incentivados". Tratava-se, portanto, de temáticas contrárias à moral e aos bons costumes sendo passíveis de veto.

Após recursos da gravadora e do compositor, a liberação da música viria a ocorrer em definitivo na reunião da Censura de 12 de janeiro de 1984. Mesmo assim, somente após a alteração da letra original feita pelo cantor/compositor com a substituição da palavra *cocaine* por *big mac* e pelo entendimento naquele momento do revisor do processo que o

7 Processo BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_19963_d0001de0001.pdf — Arquivo Nacional.

> suposto incentivo ao homossexualismo pelo uso da palavra "AIDS" prende-se, provavelmente, ao fato de que a chamada Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida, ter sido originariamente — identificada em homossexuais. Contudo, hoje já há inúmeros casos de "AIDS" identificados em pessoas que nada tem a ver com a prática do homossexualismo. Fica, assim, desprovido de qualquer fundamento a associação do "AIDS" com a prática do homossexualismo, associação, esta que, na letra musical em questão, convenhamos, necessita de um grande esforço de imaginação.

O HIV/aids e todas as interpretações sobre ele demonstravam que a luta por direitos deveria ser coletiva. Da mesma maneira que a ditadura havia corrompido o tecido social, preconceitos foram reforçados, reinventados e era necessário abrir diferentes frentes de enfrentamento e buscar apoio.

Segundo Reyes (2019, p. 31), o HIV/aids gerou debates dentro do movimento homossexual no momento de ascensão e visibilidade que ele vinha obtendo desde os anos 1960. No entanto, e como veremos na próxima seção, a epidemia provocou uma bifurcação entre priorizar a luta política sobre a ameaça de uma doença, que inicialmente se demonstrou mortal; ou centrar todos os esforços no seu combate, mesmo que isso pudesse custar algo que o movimento havia alcançado até aquele momento. Independente do rumo escolhido, a saída deveria ser coletiva.

Resistência e solidariedade no enfrentamento à epidemia de HIV/aids

Como destacamos na seção anterior, os primeiros casos de HIV/aids reconhecidos no Brasil ocorreram em 1982. No entanto, o primeiro caso de um paciente que faleceu por consequências da aids no Brasil ocorreu em março de 1981. O esclarecimento

sobre a morte só aconteceu cinco anos depois, quando o médico Antônio Luiz Arruda de Mattos constatou que se tratava de um quadro de aids. Em 1988, o Ministério da Saúde registrou oficialmente este caso como o "caso um" de aids no país (BARROS, 2018). 1981 foi também o ano em que a aids foi "anunciada" nos meios de comunicação, que publicaram as primeiras notícias sobre o avanço da nova doença no exterior, principalmente nos Estados Unidos, difundindo o que era discutido pela comunidade científica internacional. Essas notícias contribuíram, como vimos acima, para a formação de um imaginário que associava a doença à promiscuidade e aos homens gays, e como um fenômeno que só corria fora do país. Com o avanço da epidemia, a associação se estendeu aos homens bissexuais e às travestis, tidos como "vetores propagadores da doença" entre homens e mulheres heterossexuais (TREVISAN, 2018; MARQUES, 2020; BORTOLOZZI, 2021).

As notícias sobre a aids na mídia foram recebidas com descrédito e desconfiança por algumas lideranças de grupos que se identificavam como parte do MHB. O "anúncio" da aids no Brasil coincidiu com um processo de disputa pública promovida por esses grupos sobre os sentidos da homossexualidade e a favor de sua despatologização. Esta disputa se dava sobretudo com profissionais do campo médico, cujas práticas e discursos conservadores ainda reforçavam que as dissidências sexuais e de gênero eram resultado de patologias. As notícias sobre a aids foram então interpretadas como uma tentativa de reatualizar o olhar patologizante e de atingir as conquistas sociais dos homossexuais.[8]

8 Remón Bortolozzi aponta que esta postura não se limitava aos militantes de grupos organizados. Em 1983, Claudia Wonder, em entrevista no curta-metragem "Temporada de Caça", e Jane Di Castro, no *Pasquim*, coincidem em apontar o "câncer gay" como uma "nova forma de repressão". Ver: Bortolozzi, 2021.

Em abril de 1982, um texto no boletim de número 3 do Grupo Gay da Bahia, por exemplo, respondeu a uma matéria publicada na revista *Manchete*, em 31 de dezembro de 1981. A matéria em questão, traduzida da revista norte-americana *Time*, associava a suposta promiscuidade de homens gays à fraqueza imunológica detectada nos primeiros casos de aids. Em sua resposta, intitulada "Uma doença de homossexuais ????", o GGB acusou a teoria médica de partir da premissa de que todos os homossexuais eram promíscuos, portanto, não eram de confiança (BARROS, 2018). Além disso, o grupo defendeu que o problema não era a "entrega a uma vida sexual mais livre" e, sim, a ausência de políticas governamentais de combate às doenças venéreas. No final, o GGB aponta que: "[...] se o Time' pensa que deixaremos de fazer amor por causa disso, está enganado. Pagaremos qualquer preço pela nossa vida (homo)sexual" (MOTT, 2011).

A resposta do GGB apontava, por outro lado, outra nuance sobre a relação entre a militância homossexual e o campo médico. Desde a década de 1970, o debate sobre direitos homossexuais no Brasil incluiu a questão da saúde entre suas reivindicações. Ao analisar documentos do MHB e de produções da imprensa homossexual da época, Remon Bortolozzi aponta que eles construíram desde o final da década de 1970 concepções políticas sobre saúde. Em 1980, uma das primeiras atividades do GGB após a sua fundação foi a realizar uma campanha de saúde pública entre as travestis do Pelourinho, em Salvador. Além disso, em 1985, junto com o grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro, o grupo liderou a campanha no Conselho Federal de Medicina pela despatologização da homossexualidade. A campanha, iniciada em 1981, resultou na extinção, em 9 de fevereiro de 1985 do código 302.0 pelo Conselho Federal de Medicina do Brasil (TEODORESCU, TEIXEIRA, 2003).

A partir de 1982, como já vimos neste capítulo, os primeiros casos de aids começaram a ser identificados em São Paulo e no

Rio de Janeiro. No ano seguinte, dez casos foram registrados no país: quatro notificados à Secretaria de Saúde do Estado de São e outros seis notificados pela imprensa. Em 4 de junho de 1983, a morte do estilista Marcos Vinícius Resende, o Markito, em Nova Iorque, teve grande repercussão midiática por ter sido o primeiro brasileiro famoso a falecer por decorrência da aids. Em agosto de 1985, foi criado um sistema formal de vigilância epidemiológica em relação à aids no âmbito nacional, vinculado ao Ministério da Saúde. Cinco meses depois da sua criação, em janeiro de 1986, já haviam sido registrados 1.012 casos em vinte estados do país, um demonstrativo do rápido avanço da epidemia de HIV/aids no Brasil (MARQUES, 2020).

Frente a este quadro, em distintas cidades do país, grupos e lideranças do movimento homossexual se articularam com profissionais do campo da saúde, agentes do Estado, pessoas que viviam com HIV e aids e seus familiares para articular formas de enfrentamento à epidemia e de cuidado e solidariedade com as pessoas afetadas pela doença; e para demandar pelo reconhecimento oficial da aids como um problema de saúde pública pelo governo brasileiro, bem como a participação do Estado na construção de políticas públicas específicas.

Parte da bibliografia sobre a história do MHB e da epidemia de HIV/aids no Brasil aponta a desestabilização do Movimento Homossexual, resultante dos "rachas" no interior do Somos (1980) e do fim do jornal *Lampião da Esquina* (1981), como fator que dificultou uma resposta organizada ao avanço da doença. Entretanto, entre 1982 e 1985, grupos já atuantes como o GGB, o Grupo Outra coisa — Ação Homossexualista (São Paulo) e o Triângulo Rosa (Rio de Janeiro) foram importantes na articulação de algumas iniciativas pioneiras. Além destes, em outros estados do Nordeste, houve o surgimento de grupos novos, que foram importantes localmente no combate inicial à epidemia de HIV e aids. Como, por exemplo, o Dialogay, fun-

dado em 1981 em Aracaju (SE), e o Grupo de Resistência Asa Branca, fundado em Fortaleza (CE), em 1989.

Um dos fatores que contribuiu para essa articulação foi o contato de alguns militantes com grupos internacionais, formando redes transnacionais pelas quais circularam informações sobre como responder à epidemia.[9] Em entrevista à revista *Isto*É, em 6 de abril de 1983, João Silvério Trevisan, por exemplo, apontou que buscava colecionar publicações estrangeiras sobre os efeitos da aids entre os homossexuais.[10] A prática do ativista demonstra que o acompanhamento das discussões sobre a epidemia no exterior foi uma estratégia encontrada por ativistas para produzir saberes sobre a doença (BORTOLOZZI, 2021).

Em relação às articulações dos três grupos mencionados, em dezembro de 1982, o GGB publicou um boletim no qual reuniu informações sobre os sintomas da nova doença, denominada de "peste rosa", e orientando que quem apresentasse o quadro descrito deveria procurar o grupo (MOTT, 2011). A partir de

9 Um exemplo disso foi a articulação transnacional promovida pelo *The NAMES Project AIDS Memorial* Quilt (Projeto Nomes). O Projeto Nomes foi criado em novembro de 1985 em São Francisco, nos Estados Unidos, para documentar as histórias de vida de amigos, familiares e amantes que morreram por consequências da AIDS, temendo que suas memórias caíssem no esquecimento. Esse encontro resultou na fundação de uma iniciativa que, além de homenagear e celebrar as vidas perdidas, buscava conscientizar as pessoas sobre o impacto devastador da doença. Em 1º de dezembro de 1988, para marcar o primeiro Dia Internacional de Luta contra a AIDS, os organizadores do projeto viajaram seis continentes para expor a colcha de retalhos. Em 1989, parte dessa exposição foi trazida para São Paulo e exibida no saguão do edifício Gazeta, como parte de uma série de atividades organizadas pelo Centro de Referência e Treinamento (CRT-AIDS) para divulgar o "Projeto Nomes" no país. No ano seguinte, ela foi levada para o Rio de Janeiro. Ver: TOLENTINO, 2021; COCCIARINI, 2022.

10 Tragédia venérea, revista *Isto*É, 6 abr. 1983.

então, o boletim do GGB se tornou um veículo importante de difusão de informações sobre a aids. Em 1984, o grupo publicou no jornal soteropolitano *A Tarde* duas cartas protestando contra matérias que se referiam à aids como "peste gay". No ano seguinte, divulgou o seu primeiro texto de prevenção distribuído no Carnaval de Salvador: "O perigo da AIDS na Bahia". Em paralelo à sistematização e circulação de informação sobre a aids, o GGB passou a distribuir preservativos gratuitamente (CARNEIRO, 2017; TEODORESCU, TEIXEIRA, 2003).

Em agosto de 1983, foi criado em São Paulo o pioneiro Programa de aids do Estado. Segundo parte da bibliografia, esse pioneirismo foi resultado de alguns fatores: o aparecimento dos primeiros casos notificados e o aumento significativo novos casos, tornando o estado o epicentro da doença; a gestão da Secretaria Estadual de Saúde (SES/SP), cujos cargos estratégicos eram ocupados por profissionais identificados com os princípios da Reforma Sanitária; e as pressões sociais dos grupos em situação de maior vulnerabilidade (BARROS, 2018; MARQUES, 2020; BORTOLOZZI, 2021). Com a criação do Programa Estadual, começou uma articulação entre sujeitos de campos e espaços distintos — campo médico, campo científico, campo burocrático, campo político e de espaços militantes — para organizar respostas à epidemia. Nesse processo, o grupo Outra Coisa — Ação Homossexualista se tornou um importante intermediário na comunicação entre o programa e a comunidade homossexual. Formado após um dos "rachas" do Grupo SOMOS, o Outra Coisa se diferenciou dele em São Paulo por ter sido o grupo que primeiro defendeu a importância de se responder à epidemia de aids, um reflexo da "política do prazer" preconizada pelo grupo. Antes da criação do Programa Estadual, o grupo desenvolveu uma cartilha informativa sobre a aids, feita a partir de publicações norte-americanas, com supervisão de médicos e que era enviada pelos Correios.

A partir de setembro de 1983, o *Outra Coisa* foi um importante difusor da série de reuniões abertas ao público, oferecidas em parceria com a SES/SP, no Instituto de Saúde, em São Paulo. As reuniões reuniam um perfil diverso de participantes, que incluía, além de ativistas reconhecidos do movimento homossexual, pessoas vinculadas às associações dos hemofílicos e dos talassêmicos.[11] Em uma dessas reuniões, ocorrida em novembro de 1984, a apresentação de slides que expunham imagens sensíveis de infecções oportunistas gerou uma divergência entre um grupo de 40 pessoas que frequentavam as reuniões com os profissionais técnicos da SES/SP, sobre o uso das imagens em um contexto de pânico moral. Desse grupo, quinze pessoas participaram em janeiro de 1985 da formação do Grupo de Apoio à Prevenção à aids de São Paulo (Gapa-SP),[12] no qual se optou

11 As talassemias são um conjunto de doenças hereditárias que se caracterizam pela redução ou ausência de hemoglobina no sangue. Um dos pilares do tratamento é a transfusão de sangue, o que tornavam os talassêmicos, assim como os hemofílicos, vulneráveis à exposição ao HIV em um primeiro momento. Antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição de 1988, uma prática comum no Brasil era a compra de sangue para o estoque de bancos privados. O sangue obtido assim era geralmente vendido para hospitais, inclusive os públicos. Entretanto, não havia uma fiscalização rígida sobre a qualidade do sangue coletado. Eram frequentes os relatos de infecção por infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV. Em matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* em 1988, a Associação dos Hemofílicos do Brasil afirmou que 80 dos pacientes do Rio de Janeiro contraíram HIV nas transfusões. Este foi o caso, por exemplo, dos irmãos Henfil, Betinho e Chico Mário. Betinho, que contraiu o HIV após uma transfusão em 1986, passou a defender a fiscalização e qualidade do sangue, por meio do movimento "Sangue não é mercadoria". O movimento resultou na Oitava Conferência Nacional de Saúde, na qual foram estabelecidas as premissas do que viria a ser o SUS. Em setembro de 1988, ficou decidia durante a Constituinte que a Constituição proibiria a venda de sangue (JB, 1º de setembro de 1988).

12 A criação do GAPA foi acompanhada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Documento de 8 de agosto de 1985 relatava a criação do grupo e ane-

por atuar pela solidariedade com pessoas que viviam com HIV e aids e seus familiares; e em defesa de pessoas de todas as orientações sexuais. O Gapa-SP se tornou uma referência para a formação, sobretudo durante a década de 1980, de grupos similares, com o mesmo nome, mas com atuação independente, em outros estados do país: Pernambuco (1986), Rio de Janeiro (1987), Minas Gerais (1987), Santa Catarina (1987), Pará (1987), Bahia (1988), Rio Grande do Sul (1989) e Sergipe (1992) (TEODORESCU, TEIXEIRA, 2003; BARROS, 2018; BORTOLOZZI, 2021).

A criação do Gapa-RJ contou com a participação de Paulo Fatal, um dos membros do grupo Triângulo Rosa. Fatal colaborou com as primeiras ações de enfrentamento à aids promovidas pela Secretaria Estadual de Saúde, a partir de 1985. Em 1987, ele estruturou o Gapa-RJ junto com Artur de Carvalho do Amaral Gurgel, em torno do Hospital Universitário Gafrée e Guinle, pertencente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Apesar da aids só ter se tornado um problema publicamente assumido pelo Ministério da Saúde em maio de 1985, antes disso houve o envolvimento de instituições federais de ensino e/ou pesquisa, por iniciativa própria de docentes e pesquisadores, criando importantes espaços de articulação e produção de respostas (TEODORESCU, TEIXEIRA, 2003; BARROS, 2018).

A articulação de um movimento social de enfrentamento ao HIV/aids em distintas cidades do país permitiu ainda que pessoas com experiências prévias em distintos espaços de ativismo pudessem ressignificar suas trajetórias militantes. Este

---

xava o primeiro cartaz com os dizeres: "Transe numa boa: sexo é bom, não deixe a AIDS acabar com isso". Segundo o agente responsável pela produção do documento, o cartaz feria "os princípios constitucionais que dão ao Estado a obrigação de zelar pela ordem moral e social da população." Documento do SNI, sob a guarda do Arquivo Nacional, BR_DFANBSB_V_MIC_GNC_AAA_85050972_d0001.pdf

foi o caso, por exemplo, de Herbert Daniel. Durante a ditadura civil-militar, Herbert Daniel integrou organizações de oposição armada até exilar-se, em 1974, em Portugal e, posteriormente, na França. Em 1981, ele retornou ao Brasil, após se tornar o último exilado anistiado pelo regime militar. Ao voltar ao país, Daniel se dedicou às causas da ecologia e dos direitos dos homossexuais. Com a criação do Gapa-RJ, ele começou sua participação na causa do HIV/aids. Em 1989, ele descobriu viver com HIV, tornando-a pública em um texto publicado no *Jornal do Brasil*. A partir de então, Daniel começou a articular a ideia de "vida antes da morte", que já circulava em congressos internacionais sobre HIV/aids, impulsionada sobretudo pelo grupo norte-americano *ACT UP*.[13] Essa ideia foi um dos motes que resultou na criação no Rio de Janeiro do Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS, o Pela Vidda, sob sua liderança (GREEN, 2018).

O Pela Vidda surgiu com o apoio institucional da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (Abia), criada por Betinho em 1987. Em seu ano de criação, o Pela Vidda impulsionou uma forte campanha contra a companhia aérea Varig, que exigia de seus funcionários o teste Anti-HIV e demitia aqueles cujos exames davam positivo. A campanha consolidou o Pela Vidda como um espaço promotor dos direitos das pessoas que viviam com HIV no Brasil. Em 1990, o grupo promoveu ainda um Encontro de Pessoas Vivendo com AIDS, em parceria com a Abia. O surgimento do Pela Vidda no Rio de Janeiro e em São Paulo, também em 1989, iniciou um processo de surgimento de grupos forma-

13 *AIDS Coalition to Unleash Power* (ACT UP) é um grupo político de atuação transnacional formado em março de 1987 no centro de Serviços Comunitários para Gays e Lésbicas, em Nova York. O grupo se tornou conhecido por suas ações diretas, que mesclavam práticas dos movimentos de desobediência civil com a arte, pressionando por pesquisa médica para o tratamento e cura do HIV e por mudanças na legislação e nas políticas públicas de saúde.

dos por pessoas vivendo com HIV ou aids, que, para além da solidariedade preconizada pelos Gapa, interviram a favor do direito dessas pessoas e geraram espaços de acolhimento e de discussões sobre suas vivências com o vírus, como, por exemplo, o Grupo VHIVer, em Belo Horizonte (1990) o Grupo de Incentivo à Vida, em São Paulo (1990); e o Grupo Gestos-PE, em Recife (1992).

Considerações finais: Anos 1980 — uma década perdida?

A transição à democracia no Brasil tem sido estudada pela historiografia basicamente a partir da macropolítica e das decisões tomadas na cúpula política que governava o país naquele momento. Os chamados "acordos da transição", que impediram, por exemplo, a punição aos responsáveis pelos crimes de violações dos direitos humanos durante a ditadura, são alvos de intensos (e necessários) debates. Contudo, ao longo deste capítulo tivemos a intenção de demonstrar que os anos 1980 não são a década perdida e tampouco podemos olhá-la pelo viés da derrota.

Como apontam Jelin e Hershberg (1996), a democratização não deve ser pensada apenas pela (re)construção das instituições e o desmantelamento de formas não democráticas de exercer o poder. Muito menos pode ser pensada exclusivamente pela retomada dos direitos políticos e sua garantia formal. Segundo os autores, uma democratização de fato requer a emergência de novas regras de distribuição de poder, deve reconhecer as diferenças de gênero, etnicidade e classe.

O ativismo ao redor do HIV/aids é um dos exemplos de como as novas democracias estavam sendo pensadas pelos diversos setores da sociedade. Mostra que as democracias em construção eram um jogo que estava sendo jogado cotidianamente e que elas se viram muitas vezes forçadas a incorporar aos de-

bates pautas que não estavam sendo pensadas naquele momento. O conservadorismo dos debates políticos mais amplos se viu diante do questionamento de não apenas retirar os militares do poder e assegurar eleições. Não era o retorno ao que existia antes dos golpes que estava sendo exigido, mas sim uma nova experiência democrática ampla, real e includente.

No caso brasileiro, a transição foi marcada pela redação de uma nova carta magna. A Constituição de 1988 criou o SUS, que democratizou o acesso e tem sido fundamental no tratamento do HIV/aids no Brasil. Com sua capilaridade por todo o território nacional, o SUS é espaço de acolhimento, testagem, distribuição gratuita de remédios e preservativos, idealizador de campanhas e tratamento quando necessário. Foi a Constituição que finalmente regulou os bancos de sangue no país, até então sem nenhum controle. O que culminou em milhares de contágios por todo o país. O que demonstra que o ativismo HIV/aids foi fundamental para a democratização desses setores.

Nos últimos anos, observamos no Brasil distintos processos de emergência de memórias de pessoas que na atualidade se identificam com alguma das identidades que conformam a sigla LGBTQIA, com a multiplicidade de projetos que se propõem a reconhecer, registrar e preservar estas recordações. Entretanto, em diálogo com a proposta deste capítulo, é importante questionar qual o lugar da epidemia de HIV/aids nas narrativas históricas produzidas. Em alguns casos, os relatos ainda narram o início da epidemia como um epílogo do desbunde, da liberação sexual e do início de uma visibilidade social alcançada pelas pessoas dissidentes no Brasil, reproduzindo o argumento moral da promiscuidade para explicar os efeitos da epidemia. Além disso, tratam-se de narrativas que tendem a reforçar o protagonismo de homens gays, invisibilizando as experiências de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Nesse sentido, análises como as de Maria Clara Araújo Pereira e o livro de memórias da ativista Jovanna

Cardoso da Silva, a Jovanna Baby, apontam para a importância da participação de mulheres travestis e transexuais em grupos do movimento social de luta contra HIV/aids para o seu processo de organização política e a formação de espaços de militância próprios (PASSOS, 2022; SILVA, 2021). E deixando claro que ainda é um campo de pesquisa na área de História que está em construção.

Referências

BARROS, Sandra Garrido de. *Política Nacional de AIDS*: construção da resposta governamental à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. Salvador: Edufba, 2018.

BELLUCCI, Mabel. *Orgullo*. Buenos Aires: Emecé, 2010

BORTOLOZZI, Remon Matheus. *Entre trapos e colchas*: vestígios da memória LGBT sobre as primeiras respostas paulistanas à epidemia de HIV/AIDS. Tese (Doutorado em Ciências) — Programa de Saúde Coletiva, Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, 2021.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexandre. "Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT". In: GREEN, James *et al.* (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

CATELA, Ludmila (Ed.). Pollak, Michael. *Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límites*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.

COOPER, Melinda. *Family Values*. Nova York: Zone Books, 2017

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. AIDS: a terceira epidemia: ensaios e tentativas. Rio de Janeira: ABIA, 1990.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. In: *Caderno do AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 81-125.

FRACCAROLI, Yuri. "Dissidentes sexuais e de gênero e a ditadura civil-militar brasileira: entre a Memória Política e as memórias cotidianas". In: *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, vol. 31. n. 1, jun. 2022.

GALVÃO, Jane. *AIDS no Brasil*: a agenda de construção de uma epidemia. São Paulo: Editora 34, 2000

GOIS, João Bosco Hora. AIDS, liberdade e sexualidade. In: QUADRAT, Samantha (org.) *Não foi tempo perdido*: os anos 80 em debates. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014

GREEN, James. *Revolucionário e gay*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

HEKMA, Gert and GIAMI, Alain (ed.). *Sexual Revolution*. London: Palgrave, 2014

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid y Buenos Aires, Siglo XXI de España Editores y Siglo XXI de Argentina Editores, 2002.

JELIN, Elizabeth e HERSHBERG, Eric (coord.). *Construir la democracia*: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina. Venezuela: Nueva Sociedad, 1996.

MILANESIO, Natalie. *El destape*: la cultura sexual en la Argentina después de la dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI, 2021

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; VIANNA, Eliza da Silva. "História oral, sensibilidades e história das doenças". In: CASTRO GOMES, Ângela de (org.). *História Oral e historiografia*. *Questões sensíveis*. São Paulo: Letra e voz, 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogia das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Record, 2022.

PERLONGHER, Nestor. *O que é AIDS*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

QUADRAT, Samantha. *História pública e memória do HIV e da AIDS no Brasil e nos Estados Unidos*. (projeto de pesquisa — Bolsa de Produtividade do CNPq), 2021.

QUADRAT, Samantha. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil? in: MAUAD, Ana *et al.* (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

QUADRAT, Samantha. *Não foi tempo perdido*: os anos 80 em debates. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014

QUADRAT, Samantha. *Poder e informação*: o sistema de inteligência e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: PPGH- UFRJ, 2000. Dissertação de mestrado em História

REYES, Mauricio List. Y entonces apareció el sida. In: JIMÉNEZ, Rafael (ed.). *De vidas y virus*. Barcelona: Icaria, 2019.

SILVA, Jovanna Cardoso da. Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Picos: 2021.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STAVENHAGEN, R. Los derechos indígenas: algunos problemas conceptuales. In JELIN, E HERSHBERG, Eric (coord.). *Construir la democracia*: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en America Latina. Venezuela: Nueva Sociedad, 1996.

STURKEN, Marita. *Tangled Memories*. California: University California Press, 1997.

TEODORESCU, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *História da AIDS no Brasil*, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de AIDS. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, 2015a.

TEODORESCU, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *História da AIDS no Brasil, v. 2*: a sociedade civil se organiza pela luta contra a AIDS. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, 2015b.

TIMMERMAN, Artur; MAGALHÃES, Naiara. *Histórias da AIDS*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil*: da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ZAMBONI, Marcio Bressiani. *Herança, distinção e desejo: Homossexualidades em camadas altas na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2014.

“Movimento aids na Paraíba”: respostas coletivas, abertura política, e direitos conquistados (1985-2000)

Fernando Domingos de Aguiar Júnior
FIOCRUZ

No começo dos anos 1980, a história ganhou um novo capítulo com o advento e a emergência da aids.[1] Para além dos sinais do adoecimento sobre os corpos numa perspectiva biológica, a aids evidenciou um processo social que envolve as doenças num conjunto de significados. Com a aids, essa dinâmica foi intensa e cruel, imprimindo representações para a doença e para pessoas adoecidas, condenando à morte social[2]

1 Neste artigo, a sigla da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids) será sempre citada no texto autoral em letras minúsculas, numa escrita política que se opõem às representações da doença que reforçam preconceitos contra pessoas que vivem com HIV.

2 SONTAG, Susan. *A Aids e Suas Metáforas*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia da Letras, 1989. p. 41.

a partir de estigmas[3] e preconceitos.[4] Investigar a trajetória de respostas à aids na Paraíba tem sido meu objeto de estudo, primeiro no mestrado[5] e agora no doutorado.[6] O que trajetórias individuais e coletivas de pessoas que viveram/vivem com HIV/aids contam sobre essa história? Neste capítulo, proponho abordar algumas dessas trajetórias, identificando conexões entre grupos e indivíduos, a fim de compreender a importância desses encontros, seus impactos na construção de políticas públicas e de uma agenda da aids na Paraíba, entre os anos de 1985 e 2000.

A história da aids na Paraíba também conta de uma história das doenças no Brasil

Este texto surgiu de uma agenda de pesquisa iniciada em 2014 e que tem como perspectiva situar as doenças como fenômenos sociais, evidenciando os saberes e as práticas produzidas pelos grupos sociais relacionados a elas. Como pesquisador, o lócus principal tem sido o estado da Paraíba, em um estreito diálogo

3 TRONCA, Italo A. *As máscaras do medo*: Lepra e Aids. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. p. 114.

4 POLLACK, Michael. *Os Homossexuais e a Aids*. Sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990. p. 104.

5 AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos de. *Imagens da doença, políticas da notícia*: Cenários e Representações da aids na imprensa paraibana (1980). 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

6 Doutorando no PPGHCS/COC/Fiocruz — Programada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, orientado pelo professor Marcos Cueto e com o projeto de tese: "A construção de políticas públicas através da OGN Cordel Vida para pessoas vivendo com HIV/aids na paraíba (2005-2020)".

com a produção historiográfica e seu campo disciplinar. Nesse aspecto, tenho buscado uma linha de compreensão que tenta identificar como indivíduos e grupos sociais vivenciaram a experiência do adoecimento nesse estado do Nordeste brasileiro. Como trajetórias individuais tornaram-se trajetórias coletivas? Quais foram as respostas e quais são as conquistas dos movimentos sociais frente aos desafios da aids?

> A partir do final da década de 1980, uma nova pandemia mundial estimulou ainda mais direções na história da saúde pública. A experiência de uma epidemia contemporânea em tempos quando infecções letais quase se tornaram uma memória perdida provocou uma poderosa reação. A Aids reviveu o estudo histórico do estigma, encorajou novas direções nas investigações sobre os significados de representação e adicionados com força a novos debates sobre o social construção da vida cotidiana. Historiadores da arte e teóricos da literatura estimulados por preocupações em compreender o significado histórico da Aids (PORTER, 2004, p. 11 — tradução minha).

Dorothy Porter (2004) analisa o poder daquela nova pandemia, até então um momento sem precedentes, já que as pessoas não compartilhavam lembranças de uma doença que havia marcado tão profundamente a humanidade. A aids causou impactos diversos, tocou a humanidade numa intensidade singular, gerou transformações significativas no cotidiano das pessoas, tornando a experiência do adoecimento um processo que impactou gerações, afetando em especial a "comunidade gay" (POLLAK, 1990, p. 16), recuperando "noções de poluição, perigo, contágio e culpado" (VIANNA, 2022, p. 68).

No entanto, observaram Cueto e Lopes (2021, p. 4), os primeiros casos de aids no Brasil coincidiram com o processo de

abertura política e democrática, que tem como divisor de águas o texto da atual Constituição Brasileira (1988), que garantiu a saúde como um direito de todo povo brasileiro. Assim, compreendo a aids como um dos principais capítulos da história da saúde pública do maior país latino-americano, destacando a importância da mobilização social e a criação de organizações civis (RICH, 2021, p. 120).

Acompanhando os registros midiáticos produzidos no período, é possível identificar o jogo de escalas e a delegação da responsabilidade pelo cuidado. Uma reportagem do jornal paraibano *O Norte*, datada de agosto de 1985, apresentava a seguinte declaração do então ministro da Saúde: "A Aids é uma questão preocupante, porém não é prioridade para o país".[7]

Diante da imobilidade estatal, foram as organizações e os movimentos sociais que, desde a emergência da aids, atuaram na conquista e garantia de direitos das populações mais afetadas pelo vírus. A questão que se coloca então é: como a resposta brasileira à aids e as trocas de conhecimento e experiência entre Estado, organizações da sociedade civil e movimento social contribuem para a compreensão da história da saúde pública?

O posicionamento do então ministro da Saúde, apresentado acima, registra de modo contundente que, naquele período, estabelecer uma resposta efetiva à aids não era uma prioridade. Assim, ainda que fosse entendida como uma doença grave, com possibilidade de morte e fácil transmissão, não havia um ambiente político que estimulasse a elaboração de uma estratégia de cuidado. Naquela mesma semana de agosto de 1985, matérias publicadas nos jornais da capital da Paraíba comunicavam que homossexuais eram expulsos de academias de ginástica e impedidos de frequentar saunas: "gays passaram

7 O NORTE, nº 93, ANO 77, 10 de agosto de 1985, p. 9

a ser *temidos* e *rejeitados*" de forma violenta por conta da doença (AGUIAR JÚNIOR, 2016, p. 129)

> Os reflexos da síndrome já são bem nítidos em João Pessoa. Em academias de ginástica e halterofilismo, saunas públicas etc., a entrada de homossexuais vem sendo vetada de forma agressiva. Há pouco tempo, segundo Henrique Magalhães, amigos seus foram expulsos de uma dessas academias.[8]

Trevisan, na quarta edição de *Devassos no Para so*, indica que no mesmo período foram identificadas ocorrências similares em outros estados e em diferentes regiões do Brasil. Na vizinha capital pernambucana, havia muros pichados: "Aids é câncer de bicha". No Rio de Janeiro, o arcebispo propagava sua compreensão da aids como um "chicote" contra a imoralidade. Em Santos, movidos pelo receio do vírus, dentistas se recusavam a atender homossexuais e no garimpo de Serra Pelada, no Pará, cerca de 80 garimpeiros identificados como homossexuais foram retirados do local e deixados no meio da floresta, depois que tiverem seus cílios, sobrancelhas e cabelos raspados (TREVISAN, 2018, p. 395; 406-407).

Esse conjunto de situações ilustra um contraste sensível. Se, por um lado, não havia uma resposta do Estado no sentido de estabelecer uma política de saúde, por outro lado, a população mobilizada pelo preconceito e pela ausência de informação sobre o vírus e a nova doença já havia estabelecido seu bode expiatório. No Brasil, essa via de punição ganhou sua principal forma no corpo gay, entendido aqui como uma coletividade ampla, ainda que majoritariamente constituída por homens

8 A UNIÃO, N. 157, ano XCIII, 11 de agosto de 1985, Segundo Caderno, capa

cisgêneros homossexuais, e o que hoje chamamos de pessoas trans e travestis.

A população gay recusa o lugar de culpa: *Um movimento de solidariedade*

> As reações provocadas pelo alarmismo e pelo pânico foram, em geral, estimuladas por visões grosseiramente equivocadas da epidemia, que também levaram frequentemente ao imobilismo de muitos governos e instituições estatais. Contra isso e apesar disso, gestou-se uma outra resposta social imediata, em geral consolidada em organizações comunitárias. Essas entidades, nascidas das mais variadas iniciativas no âmago das mais diversas comunidades, no mundo todo, encontraram concepções originárias e mobilizadoras sobre a epidemia e respostas mais adequadas aos desafios que se propõem (DANIEL e PARKER, 2018, p. 10-11).

A população gay recusou o lugar de culpa que as representações da doença (SONTAG, 1989, p. 32) tentavam impor aos que estavam adoecidos e, paralelamente, aos que eram assim associados ao vírus. Estes, por sua vez, assumiram para si o papel de protagonistas no enfrentamento ao preconceito e diversas outras formas de violências que vieram à tona. Uma reação em cadeia que pode ser entendida também como uma resposta social frente à emergência da aids. Os homossexuais, de forma individual e coletiva, estiveram na linha de frente desse enfrentamento que resultou na construção de políticas públicas contra a aids na Paraíba e no mundo (TELES, 2016, p. 178; TARDELLI, 2013, p. 67-68).

É a partir desse conjunto de mobilizações, reunindo atores individuais e agentes institucionais, que se formou o que chamamos aqui de "Movimento Aids na Paraíba". O movimen-

to é formado pela composição de diversas ações e agentes, reunidos em torno de uma resposta coletiva e dirigida pelas organizações da sociedade civil e seus aliados.

Contudo, é importante destacar que as conquistas do "Movimento Aids na Paraíba" não se tratam de ganhos de "uso exclusivo" para a população de pessoas homossexuais — ou o que hoje descrevemos melhor com o termo pessoas LGBTQIAP —, ou aquelas que foram rotuladas pelo Estado enquanto "grupos de risco". Outrossim, as conquistas desse movimento, historicamente marginalizado, garantiu ao longo de sua trajetória avanços que acolheram e acolhem todas as pessoas que compõem nossa sociedade. A história do "Movimento Aids na Paraíba" e, em alguma medida, também no Brasil, é marcada por processos de tensões e alianças que se verificam pelo menos em duas instâncias: a imbricação entre movimento de aids e movimento LGBTQIAP e a mudança na atuação do Estado brasileiro em relação à pandemia nas décadas seguintes. Para compreender esses aspectos, é preciso observar a dinâmica de mobilização e as formas institucionais ou não, assumidas por suas partes.

> Em relação à Aids, percebe-se que as ONGs/Aids tiveram um papel fundamental na criação de um programa de criação nacional de controle do vírus e da doença pelo Estado. Claro está que nem as ONGs, nem o programa estatal foram exclusivos no Brasil — vieram no bojo de um movimento mundial de intervenção na epidemia HIV/Aids. Assim, pode-se afirmar que, graças à pressão social, o Estado assumiu finalmente o seu compromisso de combate tanto à tuberculose quanto ao HIV/Aids (NASCIMENTO, 2005, p. 128).

Mas o que seria essa "pressão social" que conduziu e convenceu o Estado brasileiro a mudar sua postura diante da aids? O contexto de reabertura política e democrática no Brasil foi

percebido como um fato essencial para o surgimento e a participação efetiva da sociedade civil organizada que se tornou responsável e protagonista na construção de uma agenda nacional em defesa da saúde pública (RICH, 2021, p. 106).

Como observou Jane Galvão (2000, p. 39), ainda que nas duas primeiras décadas houvesse uma carência de estudos que permitissem entender melhor a trajetória dos grupos de associação e ativismo em torno da aids, era possível verificar a construção de redes de solidariedade e atuação conjunta por todo o país. É no contexto dessa socialidade construída a partir do diagnóstico do HIV que se produziu formas de mobilização social, mas também o reconhecimento dos múltiplos impactos da epidemia sobre a subjetividade e a organização política.

> Simultaneamente, a doença também teve um impacto que alguns denominaram de "positivo", na medida em que provocou o surgimento de redes de solidariedade. O resultado são alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que une tanto os sujeitos atingidos (muitos, certamente, não-homossexuais) quanto seus familiares, amigos, trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde etc. As redes escapam, portanto, dos contornos da comunidade homossexual tal como era definida até então (LOURO, 2001, p. 545).

Ao longo do seu desenvolvimento histórico, as redes de mobilização social em torno da aids tiveram nas organizações não governamentais sua principal forma institucional. Isso se dá em virtude de, já nos anos 1980, haver a recusa por parte do poder público em acolher os primeiros pacientes da epidemia. Esse cenário em transformação resultou na criação e atuação de ONGs que, na Paraíba, desenvolveu um papel fundamental na

construção de políticas públicas para o enfrentamento à aids, e de forma decisiva no acolhimento às pessoas vivendo com HIV/aids — ainda ou já nos primeiros anos da epidemia.

> A dificuldade para a internação dos primeiros pacientes também é relatada pela enfermeira Clarice Pires, ex-coordenadora do Programa de Aids da Paraíba. Segundo ela, quando o quadro clínico exigia hospitalização, os poucos pacientes diagnosticados eram conduzidos de ambulância para o Hospital Correia Picanço, em Recife, ou para o Hospital Giselda Trigueiro, em Natal, pois os hospitais de João Pessoa se recusavam a atendê-los (LAURINDO e TEIXEIRA, 2015, p. 292).

Nesse sentido, durante o 10º Congresso de HIV/Aids e o 3º Congresso de Hepatites Virais ocorridos em novembro de 2015 em João Pessoa-PB, o Ministério da Saúde, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), lançou o livro *Histórias da Aids no Brasil:* 1983-2003. A publicação, que se apresenta em dois volumes, era resultado de um projeto assinado pela cientista social Lindinalva Laurentino Teodorescu e pelo médico sanitarista Paulo Roberto Teixeira.

O primeiro volume, no capítulo intitulado *Reuniões macrorregionais unificam a resposta nacional nos estados,* traz um tópico destinado especificamente à Paraíba, no qual se apresentaram as ações e respostas de enfrentamento à aids que, possivelmente, teriam sido desenvolvidas no estado.

O referido tópico aponta a dificuldade em acessar informações sobre o processo histórico da aids na Paraíba. No tocante às ações governamentais em resposta e enfrentamento à doença no estado, destacam-se a lentidão e a omissão do governo em envolver-se na problemática da aids.

> O Hospital Universitário tem condições de atender até no máximo cinco casos de portadores de Aids — Síndrome da Imunodeficiência Adquirida no Estado da Paraíba. Segundo informações de José Airton Cavalcanti, coordenador de Dermatologia Sanitária, esse número reduzido deve-se ao alto custo de atendimento a esse tipo de paciente. Acrescentou que o Hospital não pode bancar sozinho as despesas, faltando os entendimentos entre a Secretaria da Saúde e o Ministério da Saúde quando se estabelecerá como o hospital de referência, contando com o apoio do Estado e do INAMPS.[9]

O fragmento acima, retirado de uma matéria do jornal *O Norte*, sintetiza um quadro geral vislumbrado nos primeiros anos da pandemia de aids no estado. Cinco pacientes apenas. Esse era o número possível que uma das maiores e mais importantes unidades hospitalares da Paraíba poderia acolher. Por meio da imprensa local, as autoridades justificavam esse número reduzido: "o alto custo de atendimento a esse tipo de paciente'". Uma semana depois, o discurso propagado pelo estado na imprensa paraibana ampliava a problemática e a negativa dos hospitais em acolher "esse tipo de paciente".

> O Estado não dispõe de nenhum hospital em condições de receber pacientes acometidos de Aids, nem mesmo a instituição hospitalar de maior porte, que é o Hospital Universitário.[10]

O número expressamente reduzido que não parecia constranger as autoridades locais estava sendo reajustado para

9 O NORTE, nº 93, ANO 77, 10 de agosto de 1985, p. 12.

10 O NORTE, nº 101, ano 77, 18 de agosto de 1985, capa.

paciente *algum — nenhum*. Enquanto os estados vizinhos, Rio Grande do Norte e Pernambuco, prestavam atendimento aos pacientes de aids, no contexto paraibano permanecia a recusa em atendê-los.

No segundo volume da referida obra publicada pela UNESCO, *Histórias da Aids no Brasil, 1983-2003, v. 2: a sociedade civil se organiza na luta contra a Aids*, há mais um espaço reservado para a Paraíba: "Não foi possível marcar encontro com representantes do movimento social da Aids da Paraíba, apesar de várias tentativas" (LAURINDO e TEIXEIRA, 2015, p. 161).

Apesar do registro precário produzido nos dois volumes da coletânea, o "Movimento Aids na Paraíba" tem um registro de atuação mais longo. O baixo índice de formalização e também a dificuldade de composição e conservação dos acervos documentais são uma constante na trajetória desses grupos (*cf*. OLIVEIRA, 2017), o que de forma alguma tem afetado sua mobilização.

Exemplo disso é a ONG Cordel Vida, que atua no estado há quase duas décadas cumprindo uma função importante na construção e manutenção de políticas públicas de enfrentamento à aids na Paraíba, coordenando e articulando projetos que conectam os poderes públicos e diversos grupos da sociedade civil organizada, sendo uma referência para a população paraibana que vive com HIV e estabelecendo um elo com outras ONGs,[11] além de parcerias com órgãos como a UNESCO.

11 ONGs/Movimentos Sociais que aturam ou que ainda atuam na Paraíba: Associação Defesa Social pela Vida (ADESP VIDA; Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG); Associação de Prevenção à aids (AMAZONA); Associação das Profissionais do Sexo da Paraíba (APROS); Associação das Mulheres Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba (ASTTTRAS-N-PB); Associação Comunitária de Mulheres de Lagoa de Dentro (ACMLD); Casa da Mulher Renasce Companheira (CMRC); Centro de Atendimento Médico e Psicológico (CAMP); Centro de Convivência Positiva (CCP, atual Casa

Consideramos, portanto, importante compreender e pensar a dinâmica de como a sociedade se posicionou diante do advento da aids, organizando-se em grupos que cobraram dos poderes instituídos ações emergenciais e ações permanentes de enfrentamento à doença, resultando em mudanças expressivas de postura do estado, e em políticas públicas de saúde para a população paraibana.

Respostas e ações do "Movimento aids na Paraíba"

> O processo de abertura política durante o regime militar neste período instaura um clima social de possibilidades onde indivíduos envolvem-se no processo de construção e ação local. [...] Outro elemento para a compreensão da dinâmica do crescimento e expansão dos grupos pelo Brasil é a amplitude alcançada da pandemia de HIV/aids, especialmente a partir de meados dos anos 1980. (OLIVEIRA, 2018, p. 31; 33).

Fundado em 6 de março de 1992 por trabalhadores, estudantes, representantes de associações comunitárias e pessoas de outros segmentos, o Movimento do Espírito Lilás (MEL) tinha a consciência de que estava vivendo naquele período um processo de transição democrática, como se pode concluir ao observar o texto de sua ata de fundação. Consta que havia para

---

de Convivência Soropositiva João Paulo II); Centro Informativo de Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo (CIPIMAC); Centro da Mulher 8 de Março (CM8M); Centro de Orientação e Desenvolvimento de Luta pela Vida (CORDEL VIDA); Assessoria Técnica Popular (DIGNITATIS); Gayrreiros do Vale do Paraíba (GVP); Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ); Movimento do Espírito Lilás (MEL); Missão Nova Esperança; Coletivo de Homens Trans da Paraíba (PETRIS); União Voluntária de Apoio ao Soropositivo (UVAS).

os movimentos populares um cenário não apenas propício, mas de atuação necessária:

> Para tanto foi criado o Movimento do Espírito Lilás (MEL), que terá a finalidade de informar, orientar, prestar apoio e encontrar meios para defender as pessoas de ambos os sexos vítimas de preconceitos e discriminação em qualquer instância da sociedade, devido a sua orientação sexual e pessoas portadoras do vírus (HIV/aids). (Ata de Fundação do Mel, 1992 — Arquivo cedido pelo Centro de documentação e Memória Abelha Rainha, Movimento do Espírito Lilás).

Analisando-se a ata de fundação do MEL, percebemos que a instituição apresentava como uma de suas pautas principais "acolher e defender pessoas vítimas de preconceitos e discriminação, devido a sua orientação sexual e pessoas portadoras do vírus (HIV/aids)". No mesmo documento, encontramos os nomes de Mazureik Moraes, Luciano Bezerra, Breno Correia, José Marcos Mercês, José Walmir e Eduardo Palmeira, pessoas que assinaram a ata de fundação do MEL, sendo eles funcionários públicos, professores e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Essas informações contam da pluralidade do grupo que permanece em atividade na Paraíba e cuja atuação registra o processo histórico de conquista de direitos sociais no estado, atuando também no "controle da expansão da aids junto a população homossexual" (OLIVEIRA, 2018, p. 35). Ainda conforme Oliveira:

> As ações voltadas à Aids não incluíam os grandes projetos financiados pelo Ministério da Saúde, característicos dos anos seguintes; tratava-se de ações de formação e sensibilização para as formas de infecção, além de atividades localizadas de busca ativa entre segmentos da

> comunidade que na época eram tomados como grupos de risco, a exemplo de travestis e profissionais do sexo. [...] na Paraíba os primeiros projetos de combate à Aids promovidos pelo MEL estavam centrados em ações culturais e de sensibilização para as formas de contágio, bem como aos mecanismos de proteção. Entre o fim dos anos 1990 e início da década de 2000 iniciam-se as primeiras parcerias, na Paraíba, entre o Estado e o MEL que permitiram acesso a recursos federais e internacionais. (OLIVEIRA, 2018, p. 42, 44 e 45).

Gostaria de destacar alguns marcos temporais neste texto, de uma forma que seja possível conectar o contexto paraibano ao cenário nacional e internacional da aids:

Ano	Paraíba	Brasil	Mundo
1985	Primeiro caso de Aids noticiado na Paraíba	Criação do Programa Nacional de DST e Aids/MS	Primeira conferência internacional sobre aids, EUA
1986	BemFam primeiro contato com a comunidade "homossexual" para tratar da prevenção à Aids	Fundação do Palácio das Princesas (Casa de Apoio Brenda Lee), Fundação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), por Herbert Daniel	
1987			OMS/ONU estabelecem 1° de dezembro como Dia Mundial de Luta Contra a Aids
1988	Governo do Estado implanta um serviço de internação e estende o atendimento do Hospital Clementino Fraga às pessoas que viviam com HIV/Aids	Brasil adota o 1° de dezembro como Dia Mundial de Luta Contra a Aids, criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pautado na Constituição Federal	
1989	Fundação da CIPMAC/CG	Ativistas pressionam a farmacêutica *Burroughs Wellcome* para reduzir o preço do AZT no Brasil, Fundação do Grupo Pela Vidda/RJ	

Ano	Paraíba	Brasil	Mundo
1991		O SUS passa a distribuir AZT, Realização do I Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com Aids (Grupo Pela Vidda e ABIA)	
1992	Em 6 de março o MEL é fundado, é distribuída a primeira edição do *TSEDEK*, boletim informativo escrito por padres, seminaristas e pessoas que queriam levar informação e acolhimento para pessoas vivendo com HIV na Paraíba		
1994	Aids I - acordo entre Ministério da Saúde e Banco Mundial e Fundação do GAV/CG		
1996	Fundação da Casa de Convivência Positiva e AMAZONA — JP		
1997	Criação da UVAS — JP		
1998		Aids II - Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial para o Segundo Projeto de Controle de Aids e DST;	
1999	Criação da RNP+CG		
2000	Fundação do Fórum ONG/Aids PB		
2005	Fundação do Cordel Vida		
2006	Cordel Vida e o Fórum ONG/Aids na luta pela quebra de patentes de medicamentos		
2007		O Presidente Lula assina a quebra de patente do medicamento *Efavirenz*	

Os eventos apresentados acima são composto por um conjunto heterogêneo de pautas. Neles se localizam as ações produzidas pelo movimento social e os grupos de mobilização em resposta à aids, mas também estratégias farmacológicas e as investidas do poder estatal em parceria com outros agentes institucionais. No contraste entre as diferentes escalas, percebe-se ainda como a resposta estabelecida incluiu diferentes sujeitos afetados pelo estigma da aids, não apenas aqueles que se reconhecem pela sua orientação sexual.

A vivência do adoecer por aids na Paraíba revela uma dinâmica peculiar e múltipla, uma vez que tal experiência se conectou diretamente com outros sujeitos, com outros estados da região Nordeste e está linkada por projetos financiados por instituições internacionais, como a ONU e a UNESCO, responsáveis por apoiar projetos de enfrentamento à aids no mundo.

Cordel Vida: Construindo políticas públicas para pessoas vivendo com HIV/aids

Em *Histórias da aids* (2015), Artur Timmerman e Naiara Guimarães fazem algumas pontuações no sentido de questionar os discursos reguladores sobre a aids. Suas reflexões apresentam a resistência e a reação dos homossexuais que rejeitaram estigmas impostos pela sociedade. Esta recusa é percebida como uma forma de confrontar e de questionar os discursos oficiais:

> Creio que a Aids serviu ainda para que a humanidade criasse um novo paradigma de reação às doenças. Muito do progresso que houve no tratamento da Aids se deveu à ação de grupos organizados, formados pelas pessoas mais atingidas pela síndrome no começo — os homossexuais. Primeiramente, recusando-se a aceitar a censura moral ou qualquer outro tipo de preconceito. E, em seguida, cobrando pesquisas, desenvolvimento de medica-

> ções e orientando seus pares sobre medidas de proteção. Os gays foram muito efetivos nisso. O cenário inicial da Aids, apesar de toda ignorância e preconceito, teve um lado muito positivo de intensa mobilização social (TIMERMAN; GUIMARÃES, 2015, p. 23).

Essa reação inicial, configurada como resistência aos preconceitos, seguida por enfrentamento à própria doença, sugere uma organização dos grupos, quando fala em cobranças por pesquisas, orientação e conscientização por adesão às práticas de prevenção.

As respostas à aids e às inúmeras problemáticas que foram suscitadas com a epidemia da doença podem ser percebidas não apenas como positivas, mas também como ações nas quais os sujeitos que se viam acuados. Tornam-se protagonistas não mais de uma agonia, mas reinventam-se enquanto indivíduos, quando recusam as imposições dos discursos normalizadores. Assim, a aids configura-se como uma doença envolvida numa teia de significados e de representações complexas.

Nesse sentido, estudar trajetórias e ações da ONG Cordel Vida contribui com esta historiografia por alguns motivos. O primeiro é afirmar o protagonismo dos sujeitos que vivem com HIV/aids no processo de construção de políticas públicas de saúde na Paraíba. Narrativas "nacionais" que na prática "não conseguem" encontrar tempo para acessar trajetórias, que também compõem essa conjuntura nacional tão sensível e importante, precisam repensar a ideia da amplitude quem têm quando afirmam que estão apresentando uma história nacional. As pessoas que vivem com HIV/aids na Paraíba também são parte desse mosaico nacional, por atuarem efetivamente nos debates, nas ações de acolhimento e na construção de políticas públicas.

O Cordel Vida é filiado ao Fórum de ONG/aids da Paraíba, fazendo parte da Comissão de Atenção à Saúde, em que tem participado efetivamente das discussões sobre políticas públicas

de enfrentamento das ISTs/aids em nível municipal, estadual e nacional. Tem consolidada há cerca de dez anos a Assessoria Jurídica Popular em Aids, que realiza diversas ações de defesa e promoção dos Direitos Humanos das pessoas que vivem com HIV/aids no estado da Paraíba. Dentre as principais atividades estão o encaminhamento de denúncias de violação de direitos, orientação jurídica e formação:

Recriando Vidas: O projeto acontece dentro das instalações do Hospital de Referência de Doenças Infectocontagiosas Dr. Clementino Fraga,[12] acolhendo pessoas que estão hospitalizadas e em tratamento contra o HIV/aids e outras infecções. O Recriando Vidas tem como público-alvo pessoas que moram no interior da Paraíba e que são atendidas na capital. Normalmente, essas pessoas não possuem apoio humanizado por não residirem em João Pessoa. Por meio desse projeto, podem acessar atividades realizadas em grupo, oferecendo acolhimento e propondo enfrentamento aos estigmas da doença (SOUSA; CABRAL; MIRANDA, 2018, p. 7).

Direito à Vida: São atividades também oferecidas dentro do Hospital Clementino Fraga. Tratam-se de Oficinas de Direito, que têm a finalidade de proporcionar Assessoria Jurídica Popular em aids, com o objetivo de fazer o enfrentamento às violações de direitos, combate à discriminação e ao preconceito contra pessoas que vivem com HIV/aids.

12 O Hospital Clementino Fraga iniciou suas atividades na década de 1940 e tinha como finalidade única atender pessoas acometidas de tuberculose nas suas mais variadas formas. Em 1988, o Governo do Estado, objetivando implantar um serviço de internação, estendeu o atendimento também a pessoas vivendo com HIV/aids.

Formação de Multiplicadores: Inicialmente identificado como "Elos e Educação para a Cidadania", o projeto precisa ser repensado, pois as informações de enfrentamento à aids precisavam alcançar mais pessoas na Paraíba a fim de conter a expansão do HIV. Oficinas e palestras realizadas nas escolas da capital foram acessadas por mais de 20 mil estudantes. A ONG percebeu a necessidade de ampliar o alcance da ação e decidiu formar pessoas em outras cidades, formando aproximadamente 684 colaboradores, em 44 municípios[13] da Paraíba.

Eixo de Contrato Social:[14] Essa é uma importante área de atuação da instituição, que garante ao Cordel Vida cadeira cativa no Conselho Estadual de Saúde e nos Conselhos de Saúde de alguns munícipios do estado, incluindo o Conselho Municipal de Saúde da capital.[15] Desse modo, estrategicamente, a instituição consegue propor e fiscalizar ações do poder

13 Durante uma das visitas realizadas à sede do Cordel Vida, foi possível fazer um levantamento na companhia do educador social, Miro Araújo, de todos os municípios que já estabeleceram parceria com o projeto Formação de Multiplicadores. Seguem os nomes das cidades: Solânea, Guarabira, Bananeiras, Rio Tinto, Sapé, Esperança, Mamanguape, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Pilõezinhos, Pirpirituba, Mari, Araçagi, Alagoinha, Alagoa Grande, Capim, Baia da Traição, Lucena, Itabaiana, Pedras de Fogo, Juripiranga, Cruz do Espírito Santo, Arara, Remígio, Cacimba de Dentro, Araruna, Itapororoca, Jacaraú, Marcação, Pedro Régis, Pilar, Sobrado, Riachão do Poço, São José dos Ramos, São Miguel de Itaipu, Belém, Mulungu, Caiçara, Cuitegi, Lagoa de Dentro, Logradouro, Sertãozinho e João Pessoa.

14 Prefeitura Municipal de João Pessoa — Secretaria Municipal da Saúde/Conselho Municipal. RESOLUÇÃO CMS/JP nº 08, de 12 de dezembro de 2019.

15 Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), na Casa dos Conselhos. Ata 86 Reunião Ordinária em 26 de junho de 2014.

público que tenham a finalidade de fazer enfrentamento ao HIV/aids e desenvolver políticas públicas para a população.

Ao longo de sua trajetória, o Cordel Vida, o Fórum ONG/Aids da Paraíba e o "Movimento Aids na Paraíba" conseguiram assegurar conquistas de direitos essenciais para pessoas que vivem com HIV no estado. Exemplo disso foi a aprovação, na capital paraibana, da lei que garantiu a gratuidade nos transportes públicos coletivos a partir do ano de 2008 (Lei 11.409/2008 e Lei 13.677/2018). Uma conquista semelhante ampliou o mesmo benefício para pessoas que vivem com HIV em outras regiões da Paraíba e precisam ir até a capital para fazer tratamento. Essas pessoas estão resguardadas pela Lei Estadual de 2011, que garante o Passe Livre no Transporte Intermunicipal — Lei 9.444/2011. A conquista mais recente e não menos importante atesta que o "Movimento Aids na Paraíba" permanece em atividade, uma vez que também conseguiu a aprovação da lei que reserva 3 dos imóveis da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) para pessoas que vivem com HIV — Lei 11.361/2019.

Conclusão

Observar dinâmicas e respostas sociais, frente à emergências epidêmicas como a de aids nos anos 1980, tornou-se uma investida necessária para a história e para nosso ofício. Assim, a história compreende as doenças também como fenômenos socioculturais, que causam impactos e mudanças significativas no cotidiano.

No caso da aids, respostas individuais e coletivas frente à apatia e lentidão de um estado omisso resultaram na transformação da relação do poder público com a população de pessoas adoecidas ou mais ameaçadas pelo vírus no imaginário social. A história da aids na Paraíba é necessária para compreender dinâmicas e respostas nacionais à epidemia da aids.

A recusa em aceitar a morte social e biológica enquanto um castigo divino em consequência de uma vivência afetiva fora dos padrões normativos, resultou na construção coletiva de ONGs e instituições na Paraíba, como o Cordel Vida, o MEL e a ASPTTRANS-PB,[16] que continuam atuando no acolhimento e na defesa de direitos das pessoas LGBTQIAP. Por isso, este texto é dedicado às pessoas que compõem essa rede[17] de solidariedade, que ontem e hoje permanecem essenciais na promoção coletiva de nossa cidadania e para a compreensão de nossa história. A solidariedade em tempos de autoritarismo e promoção da morte sempre será um ato político.

16 Associação de Pessoas Travestis e Transexuais da Paraíba, que antes chamava ASTRAPA.

17 SOSTT, projeto que acolheu centenas de pessoas, durante 2020 e 2021. De iniciativa coletiva da ASPTTRANS-PB/Associação de Pessoas Travestis, Transexuais da Paraíba, do Coletivo LGBTQIA Resistência e do Cordel Vida, que distribuiu feiras, materiais de limpeza doméstica e de higiene pessoal no contexto da pandemia de Covid-19. É necessário celebrar o legado e entrega de quem tornou tudo isso possível: Elza Soares, madrinha da ação. Fernanda Bevenutty, Luciano Bezzera e Tony Ramerson, pessoas que permancerão inspirando ações afirmativas. Andreina Villarim, Beatriz Duarte e Joab Candido — ASPTTRANS-PB; Miro Araújo, Roberto Alves e Rosi Farias — Cordel Vida; Cleber Ferreira e Felipe Santos — MEL; Anne Medeiros e Evllon Sá — Coletivo LGBTQIA Resistência, por escreverem uma nova história em meio a um período ainda tão difícil.

Fernando Domingos de Aguiar Júnior é doutorando em História pela Fundação Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pesquisa a história da aids na Paraíba, a partir da atuação da ONG-Aids Cordel Vida. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). licenciado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Referências

AGUIAR JÚNIOR, Fernando Domingos. *Imagens da doença, políticas da notícia*: Cenários e representações da Aids na imprensa paraibana (1980). Dissertação de mestrado em História. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade Federal da Paraíba, 2016.

CUETO, M. Lopes, G. "Aids, Antiretrovirals, Brazil and the International Politics of Global Health, 1996-2008". *Social History of Medicine*, vol. 34, n. 1, p. 1-22, 2021.

DANIEL, Herbert. *Aids, a terceira epidemia*: ensaios e tentativas / Herbert Daniel e Richard Parker. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

GALVÃO, Jane. *Aids no Brasil*: A agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: ABIA, São Paulo: Editora 34, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. "Teoria Queer — Uma política pós-identitária para a educação". *Revista de Estudos Feministas*, vol. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As Pestes do século* XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Thiago L. "Da política como participação e resistência: Esboço de historiografia do movimento LGBT em João Pessoa, Paraíba". *In*. NASCIMENTO, Silvana. *Entre o sertão e o mar*: Políticas e poéticas LGBTs na Paraíba. Silvana Nascimento e Mônica Franch organizadoras. 1 edição. Salvador: Editor Devires, 2018.

POLLACK, Michael. *Os Homossexuais e a Aids. Sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PORTER, Dorothy. "The History of Public Health: Current Themes and Approaches". *Hygiea Internationalis*, vol. 9, n. 2, p. 9-21, 2004.

RICH, Jessica Alexis Jolicoeur. *Ativismo Patrocinado pelo Estado*: burocratas e movimentos sociais no Brasil democrático. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

SONTAG, Susan. *A Aids e Suas Metáforas*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.

SOUSA, S. J. de; CABRAL, I. N.; MIRANDA, J. dos Reis. *O trabalho com Jovens e Adolescentes da ONG Cordel Vida e as questões da Sexualidade. UFPB* — Universidade Federal da Paraíba, 2017.

TARDELLI, Roseli. *O valor da vida*: 10 anos de Agência Aids / Roseli Tardelli; texto baseado em diálogos com Cristina Sant'Anna. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

TELES, Nair (Org.). *Políticas de controle de HIV/Aids no Brasil e em Moçambique*/ organizado por Nair Teles, Jairo Jacques da Matta e Wanda Espírito Santo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

TEODORESCU, Lindalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da Aids no Brasil, v.* 1: as respostas governamentais à epidemia de Aids. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

TEODORESCU, Lindalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da Aids no Brasil, v.* 2: a sociedade civil se organiza pela luta contra a Aids. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

TIMERMAN, Artur; GUIMARÃES, Naiara. *Histórias da Aids*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRONCA, Italo A. *As máscaras do medo*: lepra e Aids. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

VIANNA, Eliza da Silva. "*Alguma coisa aconteceu comigo*": a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guilbert (1988-1996). Salvador: Diálogos, 2022.

Fontes

Ata de Fundação do Mel, 1992 — Arquivo cedido pelo Centro de documentação e Memória Abelha Rainha — Movimento do Espírito Lilás.

A UNIÃO, N. 157, ano XCIII, 11 de agosto de 1985, Segundo Caderno, capa.

O NORTE, Nº 93, ANO 77, 10 de agosto de 1985, p. 9.

O NORTE, Nº 93, ANO 77, 10 de agosto de 1985, p. 12.

O NORTE, Nº 101, ANO 77, 18 de agosto de 1985, capa.

Sobre os/as autores/as

AILTON JOSÉ DOS SANTOS CARNEIRO é mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É integrante do GT Gênero e História da ANPUH-BA e da Rede de Historiadores/as LGBTQIA+. Tem experiência em pesquisa e ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: transições democráticas no Cone Sul, gênero e sexualidade, movimentos LGBTQIA+, memória, biografia, processos de subjetivação, relações de poder, direitos humanos e transnacionalidade. Sua publicação mais recente é o capítulo de livro "Por uma Ascética Homossexual: Interrogando a identidade gay na formação do Movimento Homossexual Brasileiro" (In: LIMA, Marcelo Pereira. Estudos de Gênero e História: Transversalidades. UFBA, 2018).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/9776272738067733
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9945-1260

ALDEMIR BARROS DA SILVA JÚNIOR é formado em História Social com doutorado pela Universidade Federal da Bahia (2016); Professor Titular da Universidade Estadual de Alagoas. Desenvolve pesquisas sobre cotidiano, territorialidade e educação escolar indígena. Autor dos livros: Aldeando Sentidos, Edufal, 2007); A Província dos Trabalhadores Tutelados, Eduneal (2022). Codireção/Roteiro/Pesquisa: Curta-metragem Todo Índio tem Ciência (2022)/ Instituição promotora: SECULT/AL; Curta-metragem Maninha Xukuru-Kariri (2022)/ FMAC/PMM ANCINE.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8738527839687728

ALINA DOS SANTOS NUNES é mestranda no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC), licenciada e bacharela em História pela mesma instituição (2019). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) desde 2017, onde foi bolsista de Iniciação Científica e de Apoio Técnico do Projeto "Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul" (2017-2019). Durante o mestrado, foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Desenvolve pesquisas sobre ditadura militar, história das mulheres, mulheres no audiovisual, feminismo, movimento lésbico, lesbianidades e emoções. Atualmente, é professora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9228304396232494
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2413-4666

ANA MARIA VEIGA é uma mulher cis homoafetiva e bissexual, feminista, sudestina, preta, mãe, doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com pós-doutorado em Ciências Humanas também pela UFSC. É professora do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal da Paraíba. Atua nas áreas teoria da história, cinema, história digital, história visual, estudos decoloniais, gênero e territorialidades não centrais, com ênfase nas questões étnico-raciais. É uma das líderes do grupo de pesquisa ProjetAH — história das mulheres, gênero, imagens, sertões; autora do livro/tese "Cineastas brasileiras em tempos de ditadura: cruzamentos, fugas, especificidades" (2022) e uma das organizadoras da obra "Das Margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos" (2022). Dirigiu o webdoc "Fala Sertaneja" (2022, em falasertaneja.aprojetah.com); e foi roteirista do documentário "Quem precisa de identidade?" (2020).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5507849878186996
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0446-1472

ANA PAULA PALAMARTCHUK é historiadora, possui mestrado (1997) e doutorado (2003) em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada no curso de História — Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e coordenadora do Grupo de Pesquisa História Social e Política (UFAL). Publicou, entre outros, *Os novos bárbaros*. Escritores e comunismo no Brasil. 1928-1948 (Edufal/2014). Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/UNICAMP (2004) e junto ao Grupo de Estudos sobre Guerra Fria/História/FFLCH/USP (2017/2018), este último com financiamento CNPq. Atualmente, coordena o projeto PIBIC "História Social do feminismo no Brasil: direitos humanos e direitos das mulheres (1975-1985)".
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1188767660805614
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3195-263X

ANA RITA FONTELES DUARTE, mulher, cisgênero, hétero, branca, nordestina, professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integra o Programa de Pós-Graduação em História da UFC e também o Mestrado Profissional em História -Profhistoria (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Fez estágio pós-doutoral na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC. Autora de Carmen da Silva, o feminismo na imprensa brasileira (2005,

Expressão Gráfica) e Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979) (2012, Inesp/Topbooks).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1294847348263407
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2469-6044

BENITO BISSO SCHMIDT, homem cisgênero, gay, branco, de classe média. Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde coordena o Close - Centro de Referência da História LGBTQIA+ do RS. É bolsista de produtividade 1D do CNPq. Organizou com Rita Colaço e Elias Veras a obra "Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+" (Letra Voz, 2021), e com Rodrigo Weimer, a coletânea "Histórias Lesbitransviadas do Rio Grande do Sul" (Taverna, 2022).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3067875155143249
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3931-2389

CAMILA DIANE SILVA é licenciada em História pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Atualmente é doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Tem experiência na área de História do Brasil, atuando nos seguintes temas: relações de gênero, sexualidades, lesbianidades, feminismos, ditadura, movimentos sociais, imprensa alternativa, história oral e memória. Atua como professora de História na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7975995712700796
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0836-9278

CRISTINA SCHEIBE WOLFF, mulher, cisgênero, hétero, branca, do Sul. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Fez pós-doutorado na Université de Rennes 2 (2005) e na University of Maryland (2011). É professora titular no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e o Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Integra também a Red de Género, Feminsmos y Memorias en América Latina y Caribe (CLACSO). É coordenadora editorial da Revista Estudos Feministas e bolsista de produtividade do CNPq. Atua no campo dos estudos de gênero e da história das mulheres. Atualmente coordena o projeto "A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero" (FAPESC). Nos últimos anos coordenou dois projetos que

tiveram como resultados o livro "Mulheres de luta: feminismos e esquerdas no Brasil (1964-1985)" (Appris: 2019) — organizado com Jair Zandoná e Soraia Mello — e o livro "Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul" (Brazil Publishing: 2021), bem como duas séries de vídeos publicados no Canal Gênero e História no Youtube.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1019212457780700
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7315-1112

ELIAS FERREIRA VERAS, homem cisgênero, gay, branco, nordestino. Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/Ufal/CNPq). Atua no campo da historiografia, com ênfase nas experiências LGBTQIA+. Em 2017, publicou o livro "Travestis: carne, tinta e papel" (Prisma), que teve a segunda edição lançada em 2019 (Appris). Organizou com Rita Colaço e Benito Schmidt a obra "Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+" (Letra Voz, 2021).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9237266972750779
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7726-4475

FERNANDO DOMINGOS DE AGUIAR JÚNIOR, homem cis, gay, não branco, nordestino da Paraíba. Doutorando em História pela Fundação Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pesquisa a História da aids na Paraíba, a partir da atuação da ONG-aids Cordel Vida, abordando a construção de políticas públicas para pessoas que vivem com hiv/aids. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), graduado e licenciado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2013). Pesquisador nas temáticas de gênero, sexualidade, saúde, representações e homossexualidade.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4145806916785709

GEOVANE BATISTA DA COSTA, homem cis, mineiro, gay e não branco. Licenciado (2014), Bacharel (2017) e Mestre (2019) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem como objeto de estudo e fonte os jornais alternativos *Nós Mulheres* (1976-78), *Jornegro* (1978-81), *Lampião da Esquina* (1978-81) e *Chanacomchana* (1981-87). Tem preferências por estudos ligados às minorias, imprensa, principalmente da imprensa alternativa, ditadura militar brasileira, estudos de gênero e ensino de história.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3558399096498826

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3930-9315

HELENA VIEIRA, mulher trans, é pesquisadora, transfeminista e escritora. Estudou Gestão de Políticas Públicas na USP. Foi colunista da Revista Fórum e contribuiu com diversos meios de comunicação. Tem textos publicados nos livros "História do Movimento LGBT", organizado por Renan Quinalha e James Green, "Explosão Feminista", organizado por Heloísa Buarque de Holanda, "Tem Saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil", organizado por Rosana Pinheiro Machado e "Ninguém Solta a Mão de Ninguém: Um manifesto de resistência", da editora Claraboia. Desenvolveu, junto ao Laboratório de Criação do Porto Iracema das Artes, pesquisa dramatúrgica intitulada "Onde estavam as travestis durante a Ditadura?".

JOANA MARIA PEDRO, mulher, cisgênero, hétero, branca, do Sul, Doutora em História pela Universidade de São Paulo - USP em 1992. Fez pós-doutorado na Université d'Avignon (2001-2002) e na Brown University (2026-2017). É professora aposentada da UFSC, atuando como voluntária no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Foi Pró-Reitora de Pós-Graduação da UFSC (2012-2016) e Presidente da Associação Nacional de História (2017-2019). Pesquisadora 1A do CNPq. Atua no campo da História, com ênfase em História do Cone Sul, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, relações de gênero, história das mulheres, memória, história oral, história do tempo presente e história comparativa. Suas publicações mais recentes são: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (organização). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (Org.). Feminismos Democracia. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0818383116633579
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5690-4859

JULIA ALEKSANDRA MARTUCCI KUMPERA, lésbica feminista, branca, sudestina e historiadora. É mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (2021), licenciada e bacharela pela mesma instituição (2016). Durante o mestrado, foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e integrou a Linha de Pesquisa "Gênero, subjetividade e cultura material". Desenvolve pesquisas sobre ditadura militar, movimento lésbico, história das mulheres, memória e lesbianidades, com ênfase no Brasil e na América Latina. Atualmente, é professora da Rede Municipal de Ensino de Campinas.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0404856445929732

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8581-6169
KLEBER JOSÉ FONSECA SIMÕES, homem, cisgênero, nordestino, branco. Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando pelo Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da UFBA. É Professor no Departamento de Educação do Campus XIV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É integrante do GT Gênero e História da ANPUH-BA, da Rede de Historiadoras e historiadores LGBTIA da ANPUH e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura, Gêneros e Sexualidades (NuCus) da UFBA. Compõem o Conselho Científico da Revista Eletrônica da Revista eletrônica de cultura e educação, Entrelaçando, editada pela Editora da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB). Atualmente desenvolve pesquisas sobre censura moral na ditadura civil militar brasileira e as expressões de artivismos das dissidências sexuais e de gênero na cidade de Salvador. Sua mais recentes publicações são: SIMÕES, Kleber José Fonseca. "Bonecas: faxina depois do desfile": A atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1968 a 1978). In: COLAÇO, Rita; SCHIMIDT, Benito Bisso; VERAS, Elias. (org.). Clio sai do armário: historiografias LGBTQIA+. 1ed.São Paulo: Letra e Voz, 2020, v., p. 131-148. SIMÕES, Kleber José Fonseca. Os cortes nos cus e os corpos (im)possíveis nos palcos soteropolitanos na ditadura civil militar. In: Leandro Colling (org.). Artivismos das dissidências sexuais e de gênero. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2019, v. 0, p. 57-80.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6508411899880267
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8841-8553

KYARA MARIA DE ALMEIDA VIEIRA, mulher, nordestina, branca, cis, lésbica. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. É professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Membro permanente do Programa de Pós-Graduação Cognição, Tecnologias e Instituições (UFERSA). Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciências Humanas (CNPq). É membro do Arquivo Lésbico Brasileiro, do Museu Bajubá e da Rede Latino-Americana de Arquivos, Museus, Acervos e Investigadores LGBTQIA+ (AMAI-LGBTQIA+). Desenvolve e orienta pesquisas sobre Gêneros, Sexualidades, Ensino de História, Populações do Campo. Suas publicações para recentes são: "'Demônio das letras, papisa do homossexualismo, rainha das lésbicas'? Cassandra Rios e as muitas inscrições de si, entre o erotismo e a pornografia" no livro Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+ (Letra Voz, 2021); "'Toda vida eu fui fanatizado pela natureza': histórias e disparates de um guardião de sementes do Oeste Potiguar, no livro Diagnósticos do

presente: pensar a atualidade com Michel Foucault (Pedro João Editores, 2020). Junto com Gerciane Oliveira, organizou o livro "Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação" (EdUFERSA, 2020).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3269028955383094
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8147-4643

LEONILIA MENDES MAGALHÃES é uma mulher cis, paraense, e faz mestrado em história na Universidade Federal da Paraíba, tendo como temas de pesquisa o cinema realizado por diretoras negras brasileiras e o feminismo negro. Tem especialização em História, Sociedade e Cultura, realizada de 2012 a 2014 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP; e Graduação e Licenciatura em História pela FMU. Atualmente trabalha como coordenadora de projetos da Associação Balaio Nordeste.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0676312551284172
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7140-7893

LUIZ AUGUSTO POSSAMAI BORGES, homem, cisgênero, gay, branco, do sul. Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do CLOSE: Centro de Referência da História LGBTQI do RS (UFRGS). Bolsista de Apoio Técnico do CNPq no projeto MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020). Atua no campo da História, com ênfase na História do Movimento LGBTQIA+ no Cone Sul e México. Autor de mais de 10 textos publicados. Sua investigação mais recente é: BORGES, Luiz Augusto P.; WOLFF, Cristina S. Na certeza de ser: redes de lutas nas cartas do movimento homossexual e lésbico brasileiro (1978-1985). *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 31, p. 55-78, 2022.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8649934817284034
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6250-8761

MARCOS OLIVEIRA AMORIM TOLENTINO, homem, cisgênero, gay, nordestino e que vive com hiv. Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (2012). É estudante de Doutorado na mesma instituição. Desenvolve pesquisas sobre história do tempo presente, história, oral, memória, ditaduras civis-militares e ativismos pelos direitos humanos, com ênfase na América Latina e no caso argentino. Atualmente, atua como pesquisador no Acervo Bajubá e na organização VoteLGBT.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3852465852103525

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0977-397X

MAX WESLEY SANTOS CARDOSO, homem, cisgênero, gay, nordestino. Mestre em História — ProHis UFS (2021). Graduado em História pela Universidade de Sergipe (2017). Atuou como bolsista voluntário no Programa de Iniciação Científica (2013-2014), pesquisando acerca da Ditadura Militar no período do governo Castelo Branco. Também desenvolveu atividades no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (2014-2016). Desenvolve pesquisas acerca do movimento e historiografia homossexual/LGBTQIA+ no Brasil e Sergipe.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0451848304457843
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3959-4024

MICHELLE REIS DE MACEDO, mulher, feminista, cis, hetero, não-branca em processo de reconexão com a ancestralidade indígena. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ2), desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado "Mário Juruna em espaços de colonialidade: a trajetória política do indígena Xavante que se tornou deputado federal (décadas de 1970 e 1980)". Professora dos cursos de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde coordena o Grupo de Pesquisa em História Indígena no Brasil Republicano. Desenvolve pesquisas sobre povos indígenas, Brasil republicano, lideranças e movimento indígena, colonialidade e decolonialidade, direitos indígenas, saberes ancestrais, meio ambiente e justiça ambiental. Organizou com Edson Silva a coletânea *Os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, Alagoas. História, Memórias e Patrimônio Cultural*. (Edufal, 2021) e publicou os seguintes capítulos de livro: "Mulheres Indígenas, organizem-se! Mesmo que seja em suas casas": as ações político-pedagógicas do Grupo Mulher-Educação Indígena (décadas de 1980 e 1990) In: CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Lívia (Org.). *Mulheres no Brasil republicano* (CRV, 2021); "Território: nosso corpo, nosso espírito": as ações políticas de Tuíra Kayapó como representante das mulheres indígenas no Brasil recente In: CARLONI, Karla; FORTES, Carolina Coelho. (org.). *Mulheres tecendo o tempo: experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade*. (CRV, 2020) e Da reserva de São Marcos ao Congresso Nacional: a trajetória política do xavante Mário Juruna (anos 1970 e 1980). In: FERREIRA, Jorge; CARLONI, Karla.. *A República no Brasil. Trajetórias de vida na democracia e na ditadura*. (Eduff, 2019).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/9864655486093379
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0388-8602

NATALIA PIETRA MÉNDEZ, feminista, mãe, professora e historiadora. Mulher branca, cis e heterossexual. Filha de imigrantes uruguaios, nascida na Argentina nos anos 1970 e naturalizada brasileira. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2008). É Professora Associada do Departamento de História da UFRGS, do PPGH/UFRGS e do Profhistória/UFRGS. Pesquisa e leciona temas relacionados à história do feminismo, história das mulheres e das relações de gênero. Coordena o GENHI - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e História do IFCH/UFRGS. É autora do livro Intelectuais Feministas no Brasil dos Anos 1960: Carmen da Silva, Heleieth Saffioti e Rose Marie Muraro. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2018.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7580869559349158
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5521-2500

NATANAEL DE FREITAS SILVA é Licenciado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Integra o grupo de pesquisa - Educação em Direitos Humanos, da UFABC, na linha - Relações de gênero, masculinidades e teoria queer e o LabQueer (Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros) da UFRRJ, na linha - Masculinidades e homossexualidades. Também é um colaborador da rede de Historiadores LGBTI. Com mais de 20 textos publicados, desenvolve pesquisas em torno das masculinidades disparatadas e se interessa pelos seguintes temas: Relações de Gênero; Corpo e sexualidade; Ensino de História; Gênero e Educação; Teologia inclusiva e Movimento LGBTI. Suas publicações mais recentes são: SILVA, Natanael de Freitas. Intersecções do e no masculino: subalternização e vulnerabilidades das masculinidades negras. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 5, p. 201-229, 2022. SANTOS, Rafael França Gonçalves dos; SILVA, Natanael de Freitas. "CRIANÇA VIADA, TRAVESTI DA LAMBADA": infâncias queers em imagens incômodas. *Albuquerque: Revista de História*, v. 13, p. 97-118, 2021. SANTOS, Rafael França Gonçalves dos; SILVA, Natanael de Freitas. Masculinos Masculinidades: performances, invenções e práticas. *Revista Crítica Histórica*, v. 11, p. 3-10, 2020.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3252227264923513
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7532-4312

THAMYRES JULLY ANA RAMOS MARTÍRIO, mulher, cis, branca, nordestina e lésbica. Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS/UFAL), bolsista de iniciação científica

do projeto "Existências e resistências homossexuais no Brasil da "Abertura": uma perspectiva de gênero (1978-1988). Dentre as produções resultantes dos estudos, discussões, pesquisas e trocas afetivas do GEPHGS/Projeto, estão as comunicações de pesquisas:" Resistências Lésbicas no período da ditadura civil-militar e redemocratização no Brasil" e "E sapatão também não é política?" apresentadas respectivamente nas edições do colóquio de Gênero "A liberdade é uma luta constante" e "Onde há poder, há resistência" realizadas em 2021 e 2022, além do capítulo apresentado nesta obra.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2414327796389281
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4395-5934

THIAGO DE SALES SILVA, homem, cisgênero, hétero, negro, nordestino. Doutorando e mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em História e Gênero (GEPEHG), coordenado pela Prof. Dr. Ana Rita Fonteles Duarte. Desenvolve pesquisas sobre ditadura militar, censura e televisão no Brasil. Atua como servidor Técnico-Administrativo em Educação, na Faculdade de Educação da UFC. É colunista no site História da Ditadura (https://www.historiadaditadura.com.br).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/3817345989705519
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7914-1057

PAULO ROBERTO SOUTO MAIOR JÚNIOR - professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Cursou licenciatura em História na Universidade Federal de Campina Grande (2013), mestrado em História na UFPE (2015) e doutorado em História na UFSC (2019). É pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Educação e Diversidade (GEPHED), da UFRN, do Laboratório de Estudos em Gênero e História (LEGH), da UFSC e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), da UFAL. É professor colaborador no Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba. Interesse de pesquisa em sexualidades dissidentes, masculinidades e na relação ensino de História e relações de gênero e sexualidade. É autor do livro Assumir ou não assumir: o Lampião da Esquina e as homossexualidades no Brasil (1978-1981), pela editoria FI. Organizou junto ao professor Fábio Ronaldo da Silva a obra *Páginas de transgressão: a imprensa gay no Brasil*, que saiu pela O sexo da Palavra.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8913702639406017
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6574-8277

SAMANTHA VIZ QUADRAT - mulher, cisgênero, hétero, branca, flamenguista e dividida entre Recife e Niterói. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF, onde é professora de História da América Contemporânea e pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI). Atua no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFF) e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória-UFF) Pesquisadora de Produtividade do CNPq desde 2013. Pesquisou intensamente as ditaduras do Cone Sul, a violência política, direitos humanos e ensino de história. Atualmente se desloca para os estudos dos anos 1980, com ênfase na memória e história pública do hiv-aids e nas transições à democracia na América Latina.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3677327042198821
Orcid :https://orcid.org/0000-0003-1547-1000

youtube.com/@GEPHGSUFAL

ISBN 978-65-5624-124-1